**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

MARIA CARLA CORROCHANO

**O trabalho e a sua ausência:
narrativas de jovens do Programa Bolsa Trabalho
no município de São Paulo**

2008

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

MARIA CARLA CORROCHANO

**O trabalho e a sua ausência:
narrativas de jovens do Programa Bolsa Trabalho
no município de São Paulo**

Tese apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, na linha de pesquisa Sociologia da Educação, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Marília Pontes Sposito

2008

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

-
37.047(81.61)
C825t | <p>Corrochano, Maria Carla</p> <p>O trabalho e a sua ausência: narrativas de jovens do Programa Bolsa Trabalho no município de São Paulo / Maria Carla Corrochano; orientação Marília Pontes Sposito. São Paulo: s.n., 2008.</p> <p>450 p.; grafs. ; tabs. ; apêndices; anexos</p> <p>Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de Concentração: Sociologia da Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo</p> <p>1. Jovens 2. Trabalho 3. Trabalhador jovem (São Paulo)
4. Desemprego 5. Educação 6. Políticas públicas I. Sposito, Marília Pontes, orient.</p> |
|------------------------|---|
-

Para meus pais, Elizabete e Roberto; e para Luís Paulo, por todo amor.

AGRADECIMENTOS

Existem inúmeras pessoas a quem devo reconhecer a força imensa nesse trajeto até a conclusão da presente tese. Agradecer é correr o risco de esquecer, e, em qualquer caso, de escrever sempre menos do que todas e todos aqui mencionados merecem.

Começo pela Profa. Dra. Marília Pontes Sposito, a quem agradeço pela sua orientação ao longo de todo o programa de doutorado, marcada por competência, seriedade, paciência e generosidade. Sua presença, seu incentivo e apoio mesmo nos momentos mais difíceis desse processo foi muito do que me fez chegar até aqui.

À FAPESP, agradeço pelo período de bolsa concedida, sem a qual a conclusão deste estudo teria sido muito mais árdua.

Às professoras Heloísa de Souza Martins e Nadya Araújo Guimarães, pelas dicas e questionamentos durante o exame de qualificação. A ambas também devo um agradecimento adicional. Para Heloísa, por seu incentivo e amizade desde os tempos da graduação, sem os quais possivelmente eu não estaria aqui hoje. Para Nadya, porque desde nosso feliz encontro no curso de Sociologia do Desemprego me apoiou na formulação de indagações e no avançar da pesquisa em suas diferentes etapas. Agradeço também seu convite para participar em seu construtivo e animado Seminário de Orientação, onde muitas vezes retomei o fôlego e o ânimo para continuar esta pesquisa.

À Prof. Dra. Helena Hirata também devo um agradecimento especial. Seu apoio foi absolutamente central para que realizasse um estágio no laboratório Genre, Travail et Mobilités (GTM), onde fiquei por três meses. Além disso, em São Paulo e em Paris, de um lado ou de outro do Atlântico, Helena esteve sempre me estimulando a prosseguir, além de me apresentar pessoas e bibliografias também fundamentais. Ainda em Paris, também agradeço ao Prof. Dr. Jean Charles Lagree, que me acolheu em seu laboratório (ULISS) e esteve sempre disponível para dialogar, facilitar o contato com pesquisadores e estimular minha reflexão. Agradeço igualmente aos incentivos de Yolande Benarrosh, do Centre d'Études de l'Emploi (CEE), e de Zineb Rachid.

A produção, revisão e a formatação final desta tese contou com muitos apoios. Agradeço imensamente a todas as pessoas que se dispuseram a ceder seus minutos, horas e dias com este trabalho, e divido com todas elas este passo adiante.

A principal contribuição, da primeira palavra à última vírgula, passando pelas dicas aqui e acolá quanto à precisão de frases e idéias, é de Érica Peçanha Nascimento. Além disso, sua presença, sua amizade e seu sorriso foram muito (mas muito mesmo) do que me levou à conclusão desta tese. Sou grata à Ana Paula Corti por ter me apresentado essa pessoa incrível que é a Érica.

Falando da Ana, ela também me mandou observações importantes e me apoiou em alguns dos momentos mais difíceis desse processo. Além disso, é sempre muito bom contar com sua força e amizade, como também é bom contar com a amizade de Raquel Souza, que, além disso, ajudou a precisar alguns conceitos, encaminhou dados, bibliografias e compartilhou comigo muitas das minhas inquietações e angústias. Elmir de Almeida, Elie Ghanem, Juarez Dayrell, Helena Abramo, Livia de Tommasi, Marilena Nakano e Maria Inês Caetano também me ajudaram em momentos ou em partes específicas desta tese. Especialmente Livia e Elie também me deram muita força em uma fase difícil, bem difícil. Carolina Moreira Marques, a Carol, me lembrou de Malinowski e me ajudou a localizá-lo quase nos minutos finais. Luiz e

Luis Paulo Bresciani ajudaram a organizar a até então desorganizada bibliografia. Agradeço também a Cláudio Pucci, pela competente e bem-humorada revisão. Meu obrigado aos amigos Elizabeth Regina Baptista de Oliveira e Maurício Ernica, que elaboraram, respectivamente, o “abstract” e o “résumé”.

Sou muito grata a minha amiga Gisela Tartuce. Ela não só leu e comentou de maneira muito competente meus capítulos empíricos, mesmo nos prazos mais apertados, como também me inspirou e me deu muita força desde o início dessa jornada.

Aos colegas do Grupo de Estudos em Sociologia da Educação (GETESE) da Faculdade de Educação da USP, pela possibilidade de compartilhar meus achados, dúvidas e inquietações, especialmente a Bete, Carla, Elmir, Elias, Fabinho e Lena. Na Faculdade de Educação também agradeço aos incentivos das professoras Carmen Silvia Vidigal Moraes, Claudia Vianna, Maria Clara di Pierro, Maurilane Biccias e do professor Elie Ghanem. E nas Ciências Sociais, da professora Maria Helena Oliva Augusto.

A cada um dos jovens e das jovens que aceitaram participar desta pesquisa e comigo dividir suas experiências, seus dilemas, seus sonhos e suas esperanças, muito obrigada! Agradeço também a alguns de seus pais e mães que comigo dialogaram. E aos jovens da Cooplurb, por me ajudarem a compreender e alcançar outros tantos jovens.

À anterior equipe da Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da cidade de São Paulo, agradeço especialmente a Dulce, Marisa, Sérgio Luis, Angela, Alexandre, Marcos e Aldrin pelo apoio, paciência e pela disposição em oferecer as muitas informações solicitadas e em dividir comigo uma parte de suas certezas e interrogações.

Dóris Fontes concedeu dias e horas preciosos para a análise do Banco de Dados, um dos meios pelos quais cheguei aos jovens aqui investigados. Sou grata também a Diane Santos, Silva, Milton Alves e Renato Nascimento, pelo apoio na realização do trabalho de campo e por me ajudarem na circulação pelos labirintos leste e sul da cidade de São Paulo.

À Ação Educativa, por apoiar minhas idas e vindas ao longo do processo de construção desta tese, especialmente à Maria Virgínia Freitas, a Magi. No Programa Juventude também sou grata ao apoio das amigas Ana Paula e Raquel e aos incentivos de Candelária Freitas, Barata e Thales. Da equipe da Ação, meu obrigado aos estímulos de Ana Lúcia Silva e Souza (Analu!), de Cláudia Vóvio, Eleilson, Iracema Nascimento, Mariângela Graciano, Marilse, Renato Nascimento, Thaís, Sérgio Haddad e Vera Masagão.

Correndo riscos de falhar a memória, agradeço pelos incentivos de toda a família Bresciani, especialmente Luiz e Aurora Bresciani, mas também de Denise Bresciani, Leda, Ovídio, Marcelo, Rita e dos pequenos João e Bruno e dos já não tão pequenos Pedro e Isabela. Também sou grata ao apoio dos amigos Giorgio e Rose (além de Isadora e Angelo), Carmen e Neto, Charles Turuban, Elizabete Muriho, Fernanda Papa, Jorge Gouvêa e Silvana, Juca e Natália Gil, Maria Cecília Brosso, Maurício Ernica, Milton Alves, Paulo Carrano, Ricardo Balistiero e Tadashi.

A Ricardo Amaral Rego, por me lembrar cotidianamente do quase óbvio (não tão óbvio assim...): a construção de uma tese envolve o respeito às nossas próprias exigências, limites e imperfeições.

À presença e ao carinho das minhas amigas Carolina Moreira Marques (e também ao Maurício e ao pequeno Natanael) e Vanda Mendes Ribeiro (e também ao Mário e a Milena). E do meu amigo, mesmo um pouco mais distante, Marcos Sidnei Pagotto-Euzebio.

Esta tese é especialmente dedicada ao meu amor, Luís Paulo Bresciani, pela presença mais que intensa, por todo o apoio no longo (muito longo) processo de construção deste trabalho e pelo compartilhar de tantos outros sonhos e projetos. Sem a sua força e sem o seu amor, eu não teria chegado até aqui.

Finalmente, dedico esta tese aos meus pais, Elizabete Candido Corrochano e Roberto Pereira Corrochano, por todo o amor e carinho ao longo desses anos, pelos domingos alegres e pelo incentivo desde sempre e em todos os momentos. À minha irmã Simone Corrochano, por sua força e seu carinho e ao Sidnei (ou melhor, Tupi). À minha tia e madrinha Sueli Candido Lourenço. À minha avó Maria (*in memoriam*) e aos meus avós Benedito e Ercília Corrochano.

A vocês meu reconhecimento por tudo. Os equívocos e imprecisões que porventura restaram são de minha total responsabilidade.

“Por que era que eu estava procedendo à-tôa assim? Senhor, sei? O senhor vá pondo seu perceber. A gente vive repetido, o repetido, e, escorregável, num mim minuto, já está empurrado noutro galho. Acertasse eu com o que depois sabendo fiquei, noutro galho. Acertasse eu com o que depois sabendo fiquei, para lá de tantos assombros...Um está sempre no escuro, só no último derradeiro é que clareiam a sala... Digo: o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia. Mesmo fui muito tolo! Hoje em dia não me queixo de nenhuma coisa. Não tiro sombras dos buracos...”
(Guimarães Rosa)

RESUMO

CORROCHANO, M.C. O trabalho e a sua ausência: narrativas de jovens do Programa Bolsa Trabalho no município de São Paulo. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

Esta tese tem por objetivo compreender as maneiras como jovens homens e mulheres envolvidos em um programa público no município de São Paulo (Programa Bolsa Trabalho) vivem e significam a experiência do trabalho e da ausência de trabalho, na qual se inclui a categoria do desemprego. Secundariamente, também se buscou investigar o lugar e os sentidos que o programa teve nos percursos escolares e profissionais desses jovens. No Brasil, é principalmente a partir do início dos anos 2000 que as temáticas do emprego e, sobretudo, do desemprego e da juventude aproximam-se e ganham a cena pública mobilizando a construção de respostas por parte do Estado. Nesse contexto, o programa investigado desenvolveu, na gestão municipal do período 2001-2004, uma estratégia específica de enfrentamento dos crescentes índices de desemprego juvenil: a retirada ou o retardamento do ingresso de jovens no mercado de trabalho, por meio da transferência de renda e do incentivo de seu retorno ou permanência na escola, aliado à oferta de atividades de caráter educativo. A pesquisa insere-se no campo dos estudos da juventude, em suas inter-relações com o mundo do trabalho, da família e da escola, considerando as mutações destas mesmas instituições, centrais na construção da condição juvenil na sociedade moderna e no processo de socialização dos indivíduos. Do ponto de vista teórico, parte das análises das categorias juventude e desemprego e se utiliza da noção de configuração de Norbert Elias, além dos conceitos de suporte de Danilo Martuccelli e de indivíduo de François Dubet, para análise das entrevistas. Utiliza-se da metodologia qualitativa baseada em entrevistas abertas e em profundidade, a partir de um roteiro semidiretivo. O trabalho de campo desenvolveu-se entre os anos de 2005 e 2006, quando foram entrevistados 7 gestores e 38 jovens, com idades variando entre 19 e 23 anos e que haviam participado do programa há pelo menos um ano, bem como alguns de seus pais e mães. Partindo das narrativas juvenis evidencia-se a diversidade de percursos e significados que jovens de baixa renda atribuem ao trabalho e à falta de trabalho, ou ao trabalho e à sua ausência, sempre na inter-relação com as esferas da escola e da família.

Palavras-chave: Juventude. Trabalho. Desemprego. Educação. Ações Públicas. São Paulo.

ABSTRACT

CORROCHANO, M. C. Work and lack of work: narratives of young people enrolled in the Bolsa Trabalho Program in São Paulo City. Doctorate Thesis. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo

The purpose of this thesis is to understand the ways young men and women enrolled in a public program in the city of São Paulo (Bolsa Trabalho Program) live and give meaning to the experience of work and lack of work, as well as how they perceive the category unemployment. Additionally, the research also investigates the effects and the meanings of the program in these young adults' school and professional trajectories. In Brazil, especially from the beginning of the years 2000, themes related to employment, particularly unemployment, have been approaching the ones related to youth, demanding the creation of public policies by the State. In this context, the program investigated in this research, carried out by São Paulo city administration from 2001 to 2004, stated a specific strategy to cope with the increasing rates of youth unemployment: to withdraw these individuals from job hunting or to postpone their entering in the workforce, by granting them financial aid and stimulating them to go back or to stay in school, besides offering them educational activities. The research is part of studies about youth and its inter-relation with work, family and school, considering the transformations of these institutions which are important to the construction of the youth itself in modern society and to the process of socialization of the individuals. As for theoretical background, the concept of *configuration* developed by Norbert Elias, as well as the concepts of *support* by Danilo Martuccelli and *individual* by François Dubet are used in part of the analysis of the categories youth and unemployment, as well as for the analysis of the interviews. The research adopts the qualitative methodology, using open and in-depth interviews, based on a semi-structured interview script. The field work was carried out from 2005 to 2006, when 7 policy-makers and 38 young people who had participated in the program for at least a year - ages varying from 19 to 23 – as well as some parents, were interviewed. The narratives show the diversity of trajectories and meanings that underprivileged young people give to work and to lack of work, or to work and its absence, always considering the inter-relation with school and family environments.

Key words: Youth. Work. Unemployment. Education. Public policies. São Paulo.

RÉSUMÉ

CORROCHANO, M.C. Le travail et son absence: narratives de jeunes du Programme Bourse Travail dans la ville de São Paulo. Thèse de Doctorat. Faculté d'Éducation. Université de São Paulo, São Paulo, 2008.

Le but de cette thèse est comprendre les manières dans lesquelles des jeunes hommes et jeunes femmes engagés dans un programme public dans la ville de São Paulo (Programme Bourse Travail) vivent et signifient l'expérience du travail et de l'absence de travail, et aussi comment ils perçoivent la catégorie chômage. Deuxièmement, on a recherché la place et le sens que le programme a eu dans les parcours scolaire et professionnel des ces jeunes. Au Brésil, il est surtout après les années 2000 que les thématiques de l'emploi - surtout du chômage – et de la jeunesse se rapprochent et prennent place dans la scène publique de façon à mobiliser l'État à produire des réponses. Dans ce contexte, le programme étudié dans cette recherche, effectué pour le gouvernement de la ville de 2001 à 2004, a développé une stratégie de prendre en charge les croissants taux de chômage des jeunes: retirer ou retarder la rentrée des jeunes dans le marché de travail par moyens de transfert de revenus et l'encouragement au retour ou à la permanence à l'école, tout ça allié à l'offre d'activités de caractère éducatif. La recherche s'insère dans le champ d'études de la jeunesse dans ses interrelations avec le monde du travail, de la famille et de l'école, en considérant les mutations de ces institutions, qui sont centrales dans la construction de la condition juvénile dans la société moderne et dans le processus de socialisation des individus. Dès le point de vu théorique, la recherche part des analyses des catégories jeunesse et chômage et s'utilise aussi de la notion de configuration de Norbert Elias et des concepts de support de Danilo Martuccelli et d'individu de François Dubet pour l'analyse des entretiens. On s'utilise de la méthodologie qualitative assise sur des entretiens ouvertes et en approfondies réalisés à partir d'un formulaire quasi-directif. Le travail de terrain s'est développé pendant les années 2005 et 2006, période où on a eu des entretiens avec 7 gestionnaires d'état, avec 38 jeunes d'âgés entre 19 à 23 ans, qui avaient participé du programme depuis au moins une année et avec des parents des jeunes (2 pères et 7 mères au total). A partir des narratives juvéniles on rend évident la diversité de parcours et de signifiés que les jeunes de bas revenus attribuent au travail et à la manque de travail, ou au travail et à son absence, toujours dans l'interrelation avec les sphères de l'école et de la famille.

Mots-clés: Jeunesse. Travail. Chômage. Éducation. Politiques Publiques. São Paulo.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Perfil dos jovens do grupo 1 (Trabalhando <i>desde cedo</i>)	172
Quadro 2 –	Perfil dos jovens do grupo 2 (Do sonho com o <i>trabalho de verdade</i> à busca pelo trabalho possível)	240
Quadro 3 –	Perfil dos jovens do grupo 3 (Em busca de melhores empregos)	284
Quadro 4 –	Perfil dos jovens do grupo 4 (Para além do trabalho, em busca de novas possibilidades)	310

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Contemplados pelo PBT segundo raça e sexo	78
Tabela 2 –	Contemplados pelo PBT segundo renda familiar per capita	78
Tabela 3 –	Contemplados pelo PBT segundo escolaridade e sexo	79
Tabela 4 –	Egressos entrevistados por telefone, segundo distrito de moradia	93
Tabela 5 –	Distribuição dos jovens segundo idade, cor/raça e ano de ingresso no programa	110
Tabela 6 –	Distribuição dos jovens segundo sexo, cor/raça e faixa etária	111
Tabela 7 –	Distribuição dos jovens segundo naturalidade	112
Tabela 8 –	Distribuição dos jovens segundo região e distrito de moradia	112
Tabela 9 –	Distribuição dos jovens segundo local de moradia	113
Tabela 10 –	Distribuição dos jovens segundo arranjo domiciliar	114
Tabela 11 –	Distribuição dos jovens segundo renda familiar per capita	116
Tabela 12 –	Distribuição dos jovens que participam de grupos segundo o sexo	116
Tabela 13 –	Distribuição dos jovens segundo sexo e religião declarada	117
Tabela 14 –	Distribuição de mães e pais segundo grau de escolaridade	118
Tabela 15 –	Distribuição de mães e pais no mercado de trabalho	119
Tabela 16 –	Distribuição dos jovens segundo sexo e escolaridade no momento da primeira entrevista	120
Tabela 17 –	Distribuição dos jovens no mercado de trabalho	121

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
PARTE 1: CAMINHOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS	16
Capítulo 1 – Juventude, desemprego e ações públicas	16
1.1 A juventude enquanto construção social e histórica	16
1.2 A experiência juvenil em um contexto de fragilidades institucionais	18
1.3 O desemprego enquanto categoria social e histórica	31
1.3.1 Emprego e desemprego, em torno de mudanças	34
1.3.2 Os jovens e os sentidos do trabalho e do desemprego	39
1.4 Desemprego juvenil e ações públicas no Brasil	54
1.4.1 Breves considerações em torno das políticas de geração de trabalho e renda no Brasil	54
1.4.2 As ações públicas destinadas a jovens e o trabalho	58
Capítulo 2 – O encontro com os sujeitos da pesquisa	64
2.1 Breves considerações sobre o contexto de emprego e desemprego em São Paulo	65
2.1.1 O Programa Bolsa Trabalho: concepção e caracterização geral	70
2.1.2 O programa em ação	73
2.1.3 O perfil dos jovens do PBT	77
2.1.4 Renda e contrapartidas	82
2.1.5 Os descompassos entre as propostas do programa e as expectativas do público-alvo	87
2.2 Os critérios para seleção dos entrevistados	89
2.2.1 Análise do Banco de Dados do Cidadão	90
2.2.2 A pesquisa telefônica com egressos	91
2.2.3 A escolha dos distritos	92
2.2.4 As condições socioeconômicas dos distritos escolhidos	95
2.3 Nos labirintos de São Paulo, os jovens entrevistados	99
2.4 Descrição inicial do perfil dos entrevistados	108

PARTE 2: UM OLHAR PARA AS NARRATIVAS JUVENIS	122
Uma breve introdução	122
Capítulo 3 – Grupo 1: Trabalhando desde cedo	134
3.1 Começando a trabalhar <i>cedo</i>	135
3.2 O ingresso no Programa Bolsa Trabalho: interfaces (ou não) com a família, o trabalho e a escola	152
3.3 Pós-PBT: trabalho, busca por trabalho e percepções sobre o desemprego	158
Capítulo 4 – Grupo 2: Do sonho com o trabalho de verdade à busca pelo trabalho possível	173
4.1 Primeiras ocupações para <i>ganhar um dinheirinho</i>	175
4.2 Ocupações do passado, ocupações do presente: distâncias em relação ao <i>trabalho de verdade</i>	189
4.3 A participação no Programa Bolsa Trabalho	201
4.4 Diferentes propostas, diferentes percepções	204
4.5 Depois do PBT: as dificuldades de encontrar trabalho	212
4.6 Percepções sobre o desemprego e a busca pelo trabalho possível	231
Capítulo 5 – Grupo 3: Em busca de melhores empregos	242
5.1 As primeiras ocupações, a vida escolar e a importância dos cursos	244
5.2 Participando do PBT	251
5.3 Os trânsitos pelo mercado de trabalho, depois do PBT	258
5.4 Percepções e experiências em torno do desemprego e da procura por trabalho	272
Capítulo 6 – Grupo 4: Para além do trabalho, em busca de novas possibilidades	285
6.1 As primeiras experiências de trabalho	287
6.2 Encontrando o Programa Bolsa Trabalho	294
6.3 Ampliando as chances de escolha	299
Considerações finais	311
Referências bibliográficas	319
Apêndices	339
Anexos	424

INTRODUÇÃO

O aprendizado e o desafio de elaboração de uma tese residem na capacidade de construí-la e desconstruí-la a cada dia, ao mesmo tempo em que se compreende a necessidade de, em algum momento, delimitá-la, circunscrevê-la e, finalmente, decidir sobre o objeto e o problema, iniciar a pesquisa, chegar a algumas conclusões e colocar um ponto final. Ponto este que se parece muito mais com um ponto e vírgula, pois é apenas a finalização de uma etapa no interior de várias outras de uma trajetória pessoal, profissional e acadêmica. Não foi um processo simples o de compreender e efetivamente colocar em prática essas dicas que acompanham o desenvolvimento de um estudo desta natureza. Este parágrafo, por exemplo, foi escrito quando eu tentava, depois de um período, retomar e colocar o ponto final nesta tese. Durante algum tempo resisti em apresentá-lo aqui, mas como a introdução é o momento de explicitar por onde se iniciou um trabalho, quais as suas principais perguntas e os caminhos percorridos, optei por revelar que, mais do que um começo, esta introdução também é parte de um recomeço.

Os sujeitos centrais desta tese são jovens¹ – homens e mulheres – envolvidos em um programa público no município de São Paulo: o Programa Bolsa Trabalho (PBT)². Trata-se de um programa mediante o qual se desenvolveu, na gestão municipal do período 2001-2004, uma estratégia específica de enfrentamento dos crescentes índices de desemprego juvenil: a retirada ou o retardamento do ingresso de jovens no mercado de trabalho, por meio da transferência de renda e do incentivo do retorno ou permanência na escola, aliado à oferta de atividades de caráter educativo.

¹ Seguindo orientações demográficas contidas em amplo estudo sobre a juventude brasileira (Brasil, 1998), o período da juventude em nosso país corresponde à faixa etária entre 15 e 24 anos, podendo ser dividida em adolescência (15-19 anos) e juventude propriamente dita (20-24 anos). De acordo com padrões internacionais, desde o ano de 2005 é considerado jovem no Brasil o cidadão ou cidadã com idade entre os 15 e os 29 anos, conforme diretrizes contidas do Plano Nacional da Juventude da Câmara Legislativa Federal e do Conselho Nacional de Juventude (Conselho, 2006). No final de 2007, a Secretaria Nacional de Juventude estendeu o limite de diversos programas federais voltados para a juventude até os 29 anos. Apesar dessas mudanças, esta tese seguirá a classificação anterior, que tinha como limite os 24 anos, dado que ela segue pautando as pesquisas demográficas. Além disso, o programa investigado dirigia-se aos jovens entre 16 e 20 anos. Tendo ocorrido entre os anos de 2001 e 2004, a probabilidade do trabalho de campo desta tese, iniciado no ano de 2005, era de encontrar jovens com idade até 24 anos, no máximo. Finalmente, ainda que não seja factível realizar esse debate frente aos limites desta pesquisa, sabe-se da pertinência de problematizar a extensão da juventude para até 29 anos em países como o Brasil.

² Doravante também nomeado simplesmente como PBT.

No Brasil, é principalmente a partir do início dos anos 2000 que as temáticas do emprego e, sobretudo, do desemprego e da juventude aproximam-se e ganham a cena pública, mobilizando a construção de respostas por parte do Estado. Assim, tanto as incipientes políticas de geração de trabalho e renda, quanto as políticas de juventude, passam a fazer parte de uma agenda que considera o desemprego e os jovens como problemas políticos, ou seja, categorias sociais passíveis de uma intervenção específica do Estado. Nesse sentido, o problema central que esta tese busca enfrentar diz respeito aos modos como os jovens participantes de uma estratégia específica do governo municipal vivem e significam a experiência do trabalho e da ausência de trabalho, na qual se inclui a categoria do desemprego. Secundariamente, também buscou-se investigar o lugar e os sentidos que o programa teve nos percursos escolares e profissionais desses jovens.

Não se trata, porém, de uma análise das políticas públicas de geração de trabalho e renda, ou mesmo das ações públicas destinadas à juventude, embora este estudo mantenha interfaces com ambas. Também não se trata de uma avaliação dos impactos do Programa Bolsa Trabalho entre jovens do município de São Paulo. O interesse recai em saber como os próprios jovens, denominados e considerados “público-alvo” desse programa, viviam e percebiam as experiências de trabalho e de falta de trabalho. Consideravam-se “desempregados” ou “excluídos”, como eram nomeados não só pelo programa como pelo conjunto das ações públicas e não governamentais destinadas aos jovens de baixa renda no país? Quais seriam os sentidos da ausência de trabalho na vida desses jovens? Como o trabalho ou sua ausência combinam-se e interagem com outras esferas de suas vidas? Que lugar o PBT teve em seus percursos?

São essas as questões centrais que esta tese pretende responder. No momento em que a pesquisa foi iniciada, percebeu-se que as respostas a essas questões demandavam muito mais do que um olhar centrado nos significados atribuídos pelos jovens à esfera do trabalho e da ausência de trabalho. Tais respostas dependiam de também considerar as relações dessa esfera com outras, especialmente com a família e a escola. E particularmente, no caso dessa geração, a relação com uma experiência de projeto social mais duradoura.

Cabe ressaltar que o fato de os jovens deste estudo terem participado de uma experiência pública com critérios previamente estabelecidos contribuiu para conformar certa homogeneidade entre eles, principalmente em termos de idade, renda e condições de vida. Mas uma das hipóteses que orientaram a pesquisa era de que esses aspectos não obscureceriam diferentes experiências e percepções. Assim, ainda que todos sejam jovens de

baixa renda³, poderiam viver e significar a experiência do trabalho ou da sua ausência de maneiras diversas, sobretudo em um momento de fragilidade das instituições, quando os indivíduos são convidados a construir de modo cada vez mais solitário os seus percursos (Dubet, 2002). Particular atenção será dada às diferenças entre moças e rapazes, que podem remeter a significativas desigualdades de gênero.

Embora este não seja um estudo centrado nas questões de gênero, tal categoria – aqui compreendida como “um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” e, também, “uma forma primária de dar significado às relações de poder” (Scott, 1995, p. 86)⁴ – será relevante para a análise das relações dos jovens com as esferas do trabalho, da escola e da família. De todo modo, dado ser este um estudo que privilegia a dimensão do trabalho, são parte importante das reflexões aqui desenvolvidas outras análises que evidenciam situações desiguais às quais estão submetidos homens e

³ Nos últimos anos tem sido recorrente o uso dos adjetivos “excluídos”, “vulneráveis” ou “em situação de risco” para a definição do chamado público-alvo de programas semelhantes ao PBT, sendo todos eles passíveis de críticas (J. Martins, 1997; Telles, 1998, 2006). Na perspectiva de escapar das armadilhas às quais a denominação possa remeter, os jovens deste estudo serão nomeados como jovens de baixa renda. No caso do PBT, eram considerados jovens de baixa renda aqueles com renda familiar igual ou inferior a meio salário mínimo per capita. No momento de realização da pesquisa de campo, o salário mínimo correspondia ao valor de R\$ 260,00. Para cálculo da renda familiar per capita eram computados os rendimentos de todos os membros da família – “aquele grupo ligado por relações de parentesco ou afinidade que vive sob o mesmo teto, mantendo a unidade doméstica com a contribuição de seus integrantes – e o valor encontrado é dividido pelo número de pessoas que compõem o grupo familiar” (Pochmann, 2002, p.108). Vale observar que segundo Hasenbalg (2003, p. 69), nas análises sobre “o nível de vida ou o bem-estar das pessoas é comum considerar-se todas as pessoas conforme sua renda familiar per capita”. A despeito das controvérsias em torno das medidas e definições de linhas de pobreza, analisadas em um aprofundado estudo realizado por Rocha (2005), o valor da renda familiar de até meio salário mínimo per capita tem se constituído em um indicador importante tanto por estudos sobre distribuição de renda (Hasenbalg, 2003), quanto como parâmetro para o público potencial beneficiário dos programas sociais de transferência de renda.

⁴ Os usos e as percepções dessa categoria são múltiplos e diversos, tanto no interior dos movimentos feministas, como também nos próprios estudos de gênero. Para uma análise dessa multiplicidade, ver Nicholson (2000) e Nogueira (2001). No caso deste estudo, trata-se de utilizar a abordagem construcionista social nas vertentes de Scott (1995) e Nicholson (2000), enfatizando o gênero como uma categoria que se relaciona a toda e qualquer construção social relativa ao masculino e feminino. Nessa perspectiva, também o corpo é percebido como uma interpretação social e, assim sendo, sexo e gênero não são duas entidades separadas. Nas palavras de Nicholson (2000, p.14): “Defendo que a população humana difere, dentro de si mesma, não só em termos das expectativas sociais sobre como pensamos, sentimos e agimos; há também diferenças nos modos como entendemos o corpo. Consequentemente, precisamos entender as variações sociais na distinção masculino/feminino como relacionadas a diferenças que ‘vão até o fundo’ – aquelas diferenças ligadas não só aos fenômenos limitados que muitas associamos ao ‘gênero’ (isto é, a estereótipos culturais de personalidade e comportamento), mas também a formas culturalmente variadas de se entender o corpo [...]. Não estou refutando a idéia de que todas as sociedades possuem alguma forma de distinção masculino/feminino. Todas as evidências disponíveis parecem indicar que elas possuem. Também não refuto a possibilidade de que todas as sociedades de alguma forma relacionam essa distinção com o corpo. O que acontece é que diferenças no sentido e na importância atribuídos ao corpo de fato existem. Esses tipos de diferenças, por sua vez, afetam o sentido da distinção masculino/feminino. A consequência é que nunca temos um único conjunto de critérios constitutivos da ‘identidade sexual’ a partir do qual se possa inferir alguma coisa sobre as alegrias e as opressões ‘inerentes’ ao ‘ser mulher’”.

mulheres no mundo do trabalho⁵, especialmente aquelas que se esforçam por demonstrar, comparativamente, os avanços e recuos, os progressos e atrasos, as luzes e, ao mesmo tempo, as sombras que envolvem trabalhadores de diferentes sexos (Bruschini, 2007; L. Abramo, 2007; Maruani e Hirata, 2003)⁶.

Esta tese se insere no conjunto de reflexões sobre as mudanças das instituições centrais na construção da condição juvenil na sociedade moderna e no processo de socialização⁷ dos indivíduos, quais sejam: a família, a escola e o trabalho. Nos interstícios das mutações emergiriam possibilidades de uma vivência juvenil diferenciada das gerações anteriores, o que alguns autores chamaram de “desinstitucionalização”: instituições tradicionais perderiam espaço, sendo ocupadas por novas sociabilidades mais próximas do desejo, da experimentação e da liberdade (Abad, 2003). Na perspectiva de escapar da armadilha em que pode incorrer o uso desse conceito⁸, que poderia levar a desconsiderar a importância que as instituições como família, escola e trabalho têm na vida dos jovens e o aparecimento de novas formas de dominação na experiência juvenil contemporânea (Sposito, 2005), optou-se em considerar esse processo como o “declínio de um programa institucional”, seguindo perspectiva de Dubet (2002). Como explica este autor, trata-se de um processo de mutação e não de uma crise. A idéia de crise não é adequada para Dubet, uma vez que pode acarretar na percepção da situação atual como uma degeneração do passado, quando na verdade é algo muito mais complexo. Trata-se de um processo de mudança, de mutação, pelo qual as instituições têm passado e que evidentemente anuncia alguns riscos. Esses riscos são maiores para alguns grupos do que para outros, particularmente para as camadas populares, que dispõem de poucos recursos materiais para enfrentá-los.

⁵ Ainda que esteja claro que uma nova divisão do trabalho entre os sexos também dependa de mudanças na divisão do saber e do poder entre os sexos (Maruani e Hirata, 2003).

⁶ Nas palavras de Bruschini (2007, p.538): “De um lado a intensidade e a constância do aumento da participação feminina no mercado de trabalho, que tem ocorrido desde a metade dos anos 1970, de outro, o elevado desemprego das mulheres e a má qualidade do trabalho feminino; de um lado a conquista de bons empregos, o acesso a carreiras e profissões de prestígio e a cargos de gerência e mesmo diretoria, por parte das mulheres escolarizadas, de outro, o predomínio do trabalho feminino em atividades precárias e informais”.

⁷ Segundo Berger e Berger (1977, p. 204): “O processo por meio do qual o indivíduo aprende a ser um membro da sociedade, designado pelo nome de socialização, não tem fim e pode dividir-se em socialização primária e socialização secundária. A família é tradicionalmente a instituição responsável pela socialização primária e a escola, o trabalho e as demais instituições são responsáveis pela socialização secundária”.

⁸ Como afirma Martuccelli (2002, p. 347-348), “a suposta fragilidade da instituição, designada precariamente pela palavra desinstitucionalização, significa que aquilo que ontem era de responsabilidade coletiva das instituições é cada vez mais transmitido ao próprio indivíduo, que deve a partir de então assumir, sob a forma de trajetória pessoal, seu próprio destino”.

Mesmo que as mutações atinjam todas as esferas de socialização, elas parecem especialmente agudas quando considerado o mundo do trabalho, sendo esta uma das principais razões que justificam um olhar mais aprofundado em torno dessa esfera. Apesar da diversidade de perspectivas nas análises sobre os modos como os jovens “transitam” em direção à vida adulta, há um consenso em torno da diversificação e complexidade dos caminhos, bem como um reconhecimento de que a crise e as mudanças no mundo do trabalho teriam forte impacto nesse processo, muito embora seu peso e lugar possam sofrer variações. Assim, se os rumos em direção à vida adulta não são mais “fixos ou predeterminados” (Pais, 2001), isso se relaciona fortemente ao intenso processo de crise e transformação que há pelo menos mais de 30 anos vem atingindo de modo diferenciado as mais diversas regiões, setores e perfis de trabalhadores (Harvey, 1996).

A partir dos anos 1970, nos países centrais, e do final dos anos 1980, no Brasil, os mercados de trabalho tornam-se cada vez mais heterogêneos e fragmentados, observando-se um grupo de trabalhadores com alta qualificação, atividades em período integral e direitos trabalhistas assegurados convivendo ao lado de uma grande massa de trabalhadores pouco qualificados, ocupando postos de trabalho precários, mal remunerados, muitas vezes sem quaisquer direitos trabalhistas, e junto ainda a um número cada vez maior de desempregados (Gorz, 1991; Harvey, 1996). Sendo assim, as transformações no mundo do trabalho e o aumento dos ganhos de produtividade não significaram aumento do nível de emprego, tornando o desemprego um problema estrutural no cenário global.

Mesmo considerando que os índices e os significados do desemprego variam fortemente segundo os espaços nacionais (Guimarães et al., 2004), apenas para evidenciar a dimensão do fenômeno do desemprego, os dados mais recentes divulgados pela OIT demonstram que, da população mundial economicamente ativa (2,8 bilhões de trabalhadores), cerca de 192 milhões estavam desempregados em 2005, sendo que, dentre esses, 46% eram jovens entre 15 e 24 anos. Nos países da América Latina e do Caribe, dos 106 milhões de jovens existentes, 58 milhões integram a força de trabalho, mas 10 milhões deles estão desempregados. A taxa de desemprego aberto juvenil chegou a ser quase três vezes maior (17%) do que entre os adultos (6%).

Para além dos números do desemprego, este mesmo relatório revela outros aspectos importantes relativos aos jovens dessa região, quando considerada a esfera do trabalho: em primeiro lugar, a significativa presença do trabalho em suas vidas, visto que dos 106 milhões de jovens latino-americanos e caribenhos registrados em 2005, 35 milhões apenas trabalhavam, 13 milhões estudavam e trabalhavam, e 10 milhões estavam em busca de

trabalho. Em segundo lugar, as precárias condições de trabalho, dado que do total de jovens trabalhadores, 31 milhões o faziam na informalidade ou em condições precárias. Por fim, tal como acentua o relatório, 22 milhões não estudavam e nem trabalhavam (OIT, 2007).

No Brasil, apesar de o desemprego se destacar na cena social desde os anos 1980, é na década seguinte que se transforma em grave problema estrutural, aumentando rapidamente com a queda no ritmo da atividade econômica desde meados de 1995 (Mattoso e Baltar, 1996). Em que pese seu método de aferição mais restrito⁹, a série antiga da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), constatou o crescimento da taxa de desemprego aberto¹⁰ de 3,4% em meados de 1989 para 8,2% em meados de 2002. Considerando-se apenas os empregos formais, ou seja, com carteira assinada, o conjunto das seis regiões metropolitanas acompanhadas pelo IBGE passou de 8 milhões em março de 2002 para 9,2 milhões em dezembro de 2005¹¹.

No período mais recente, persiste como característica central a condição da “informalidade”¹², sucintamente definida como “o contingente de trabalhadores que não estão ao abrigo da proteção da legislação trabalhista” (Tafner, 2006, p. 346), a despeito do amplo crescimento do mercado formal de trabalho em âmbito nacional, acompanhando as taxas de crescimento mais elevadas em relação aos anos 1990 e que resultam em mais de 4,6 milhões de empregos formais criados entre 2003 e 2006¹³. De fato, o maior dinamismo do mercado de

⁹ A partir de 2002, a metodologia da pesquisa de desemprego do IBGE foi reformulada, originando uma nova série.

¹⁰ Por desemprego aberto deve ser entendida a situação vivida pelas pessoas que não realizaram qualquer tipo de trabalho remunerado e que procuraram emprego no período de referência da pesquisa.

¹¹ Cf. dados do IBGE, sistema Sidra (www.sidra.ibge.gov.br), em 28 jan. 2006.

¹² Cabe ressaltar que os conceitos de trabalho formal e informal, e principalmente a dicotomia formal/informal, vêm sendo problematizados e analisados em maior profundidade por alguns estudos. Comin (2003) aponta a multiplicidade de noções da informalidade em diferentes autores ou escolas do pensamento. Nesse sentido, Comin destaca o vínculo entre informalidade e baixa produtividade/pobreza que estaria subjacente na concepção da OIT; a relação entre informalidade e ausência de contratualidade pública, mais identificada com a abordagem liberal norte-americana; o ponto de vista da mensuração, incorporando determinadas linhas de corte quantitativas ou o enfoque do mercado de trabalho (presente no referido estudo do IPEA, de 2006). Telles (2006) enfatiza que para além do aumento quantitativo, há também mudanças qualitativas no trabalho informal: mais do que oposições, formal e informal parecem se sobrepor no contexto mais recente. Dados os limites deste estudo e para fins de simplificação, a referência ao formal estará relacionada aqui a empregos com registro na carteira de trabalho, sinalizador de uma situação menos precária no mercado; e o informal será relacionado ao emprego sem registro. O emprego formal ou com registro pode não indicar o exercício de um trabalho de qualidade, mas se considera que o registro é um indicador importante de relações menos precárias de trabalho.

¹³ Os dados da PNAD-IBGE para 2006 confirmam esse processo e mostram um crescimento do total de ocupados superior a 2 milhões de pessoas em relação ao ano anterior, bem como uma redução superior a 700 mil trabalhadores desocupados, resultando em queda da taxa de desocupação de 9,3% para 8,4% (Cf. Ação Educativa e Dieese, 2008, p. 3). Também os dados da PED registrados pelo Dieese para as seis regiões metropolitanas do país mostram a queda contínua das taxas de desemprego, encerrando-se o ano de 2007 com

trabalho no país apresenta também uma correlação direta com o cenário da Região Metropolitana de São Paulo¹⁴, onde a taxa média de desemprego total em 2007 foi de 14,8% – a menor registrada desde 1996. O desemprego oculto foi de 4,7% (sendo apenas 1,2% a parcela de desemprego por desalento, e os demais 3,5% referentes ao trabalho precário)¹⁵.

No que diz respeito especificamente aos indicadores de emprego e desemprego de jovens¹⁶, observando-se os dados quantitativos da última pesquisa específica sobre juventude e mercado de trabalho realizada pelo Dieese para as seis regiões metropolitanas brasileiras¹⁷, e desenvolvida em 2005, fica evidente que o desemprego não atinge do mesmo modo os trabalhadores jovens e adultos, apresentando índices mais elevados entre os primeiros. Mas é também instigante observar a diversidade verificada no interior do segmento juvenil.

A população juvenil nessas seis regiões, na faixa etária entre 16 e 24 anos, correspondia a 6,5 milhões de pessoas (ou 23,8% da população acima de 16 anos). Desse grupo, significativa parcela de 4,6 milhões de jovens integrava a força de trabalho, equivalente a 25% da população economicamente ativa (doravante PEA) acima de 16 anos. Todavia, os 3,2 milhões de jovens ocupados representavam então 20,7% do total de ocupados acima de 16 anos de idade (4,3 pontos percentuais abaixo de sua participação na PEA acima de 16 anos). Na situação oposta, os 1,5 milhão de jovens desempregados representavam

14,2% (menor taxa agregada desde 1998), movimento que se deveu também à redução da taxa de desemprego oculto ao longo dos últimos anos (Ação Educativa e Dieese, 2008).

¹⁴ Cabe recordar que a década anterior havia se encerrado com o patamar de 19,3% de desempregados em 1999, dos quais 7,2% referiam-se ao desemprego oculto (Cf. Dieese 2001, 2008).

¹⁵ Segundo a Pesquisa Emprego e Desemprego (PED) são definidos como “desempregados aqueles indivíduos que se encontram numa situação involuntária de não-trabalho, por falta de oportunidade de trabalho, ou que exercem trabalhos irregulares com desejo de mudança. Essas pessoas são desagregadas em três tipos de desemprego: a) desemprego aberto – pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum tipo de atividade nos sete últimos dias; b) desemprego oculto pelo trabalho precário – pessoas que, para sobreviver, exerceram algum trabalho remunerado de auto-ocupação, de forma descontínua e irregular, ou não remunerado em negócios de parentes, além disso, tomaram providências concretas nos 30 dias anteriores ao da entrevista ou até 12 meses atrás para conseguir um trabalho diferente deste; c) desemprego oculto pelo desalento e outros – pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos 30 dias, por desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses” (Dieese, 2001, p. 325).

¹⁶ Cabe observar que particularmente no caso dos jovens, alguns estudos têm chamado atenção para controvérsias em torno dos índices de desemprego Flori (2003), Madeira (2004). Apesar da importância desse debate, nos limites deste estudo, de caráter qualitativo, não caberá uma análise em torno das taxas de desemprego e rotatividade entre os jovens e de sua pertinência ou não. Alguns dados são apresentados nesta introdução apenas para tornar evidente a condição mais desfavorável de alguns segmentos juvenis no mercado de trabalho. De todo modo, cabe ressaltar que, ao olhar para as experiências e significados atribuídos pelos jovens ao trabalho e à falta de trabalho, essa pesquisa pode trazer elementos que contribuam para a discussão.

¹⁷ A pesquisa baseou-se em dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) coletados em Belo Horizonte, Distrito Federal, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo (Cf. Dieese, 2001, 2005, 2006).

45,5% do total de desempregados (20,5 pontos percentuais acima de sua taxa de participação na PEA acima de 16 anos).

Observa-se, portanto, que o cenário de 2005 aponta avanços da inserção juvenil no mercado de trabalho das regiões metropolitanas, posto que em 2004 a proporção de jovens ocupados estava defasada em 4,9 pontos percentuais em relação à chamada PEA acima de 16 anos (com 83 mil jovens a mais no mercado de trabalho), e os jovens desocupados eram 46,4% do total de desempregados acima de 16 anos de idade, com uma redução de quase um ponto percentual no período (representando 150 mil jovens desempregados a menos em relação ao ano anterior). Todavia, persiste a condição crítica da inserção juvenil no mercado de trabalho¹⁸, e os jovens continuam compondo uma significativa parcela do total de desempregados nas principais regiões metropolitanas do país.

Percebe-se, também, um acentuado aumento dos anos de escolaridade entre as gerações mais jovens, muito embora ainda estejamos aquém de outros países da América Latina, persistindo distorções série-idade e taxas de analfabetismo funcional (IPEA, 2005; Sposito, 2003). Assim como para o desemprego, os níveis de escolaridade variam segundo sexo, raça e região de moradia. Mas, de modo geral, o volume total de estudantes entre 15 e 24 anos de idade passou de 11,7 milhões em 1995 para 16,2 milhões em 2001 (Sposito, 2003). Entre 1999 e 2004, o tempo médio de estudo aumentou de 5,8 para 6,5 anos na população com 10 anos de idade ou mais, mas foi ainda maior entre os jovens da faixa de 20 a 24 anos, em que passou de 7,5 para 8,8 anos¹⁹ (Brasil, 2005). A contínua elevação do nível de instrução da população também pode ser observada pelo incremento de pessoas que concluíram pelo menos o ensino médio: de 19% em 1999 para 26,3% em 2004, sendo essa taxa ainda mais elevada entre os ocupados nos referidos anos: de 24,9% para 34,3% (Brasil, 2004).

Dados mais recentes da PNAD, divulgados em 2006, confirmam essa tendência. A porcentagem de adolescentes entre 15 e 17 anos que não freqüentam a escola caiu de 30% para 17,5% entre 1996 e 2006. A população não-alfabetizada também se reduziu, de 14,6% entre aqueles com mais de 15 anos em 1996 para 10,2% em 2006. Já o tempo médio de estudo dos jovens entre 20 e 24 anos chegou a 9,2 anos em 2006, com acréscimo de 2,3 anos em relação a 1996. Contudo, cabe destaque ao maior tempo de estudo por parte das moças. A

¹⁸ Cf. Dieese (2001, p. 145-167).

¹⁹ Mantendo a tendência de níveis de escolarização mais elevados entre as mulheres, sobretudo mais jovens, entre 1999 a 2004 o número de anos de estudo subiu de 7,9 para 9,2 para as moças na faixa etária de 20 a 24 anos (Brasil, 2005).

parcela das pessoas com mais de 11 anos de estudos quase dobrou no período, passando de 16,2% em 1996 para 29,2% em 2006, também com evidências de trajetórias mais longas no caso das mulheres.

Muitos estudiosos têm explicado o aumento da inatividade entre a população mais jovem por sua maior permanência na escola. No entanto, também se poderia considerar, como o fazem outros autores, que uma parte dessa população pode ter desistido de procurar trabalho em função dos crescentes índices de desemprego (Sposito, 2003). Não por acaso, dados obtidos pelo já referido estudo do Dieese mostram dificuldades de jovens entre 16 e 24 anos, oriundos de famílias de mais baixa renda, para se manter no mercado de trabalho enquanto estudam. Além disso, chama atenção a parcela de jovens, também maior nesse segmento, que estava afastada tanto da escola quanto do mercado de trabalho (Dieese, 2005).

Em pesquisa específica relativa aos dados agregados das regiões metropolitanas em 2005, o Dieese ressalta que “a inatividade é maior entre aqueles que têm entre 16 e 17 anos, decorrente, em parte, do maior tempo dedicado à educação; em parte da preocupação generalizada com o incremento da formação profissional” (Dieese, 2006, p. 4). A participação também é menor entre as mulheres jovens, correspondendo ao padrão da população acima de 16 anos, mas as distâncias já sinalizam a redução dessa tendência. Outro dado relevante é a elevada taxa de participação juvenil no mercado de trabalho das regiões mais dinâmicas, inclusive São Paulo. Nesse contexto metropolitano (de São Paulo), a taxa de desemprego do segmento entre 16 e 24 anos decresce de 32,6% para 29,8% entre 2004 e 2005, com a taxa de participação ficando praticamente estável, aproximando-se dos 77% (Dieese, 2006, p. 6).

Esses dados, exclusivamente, poderiam justificar o olhar específico desta tese para a experiência juvenil. Em todos os países, no aumento do nível de desemprego e no processo de precarização do mercado de trabalho, os jovens são apontados como um dos grupos mais afetados, seja do ponto de vista estritamente subjetivo, seja do ponto de vista objetivo – considerando-se as taxas de desemprego juvenil, apesar dos níveis de escolarização mais elevados de parcela importante dessa população. Mas, para além dessas evidências, por que jovens?

Poder-se-ia dizer que o momento da juventude é significativo para investigar muitas das mutações que tomam forma no mundo contemporâneo, em diferentes esferas do social. Isso porque em função de suas condições culturais e biológicas, este é o grupo mais diretamente exposto aos dilemas de nossa sociedade: “o grupo que os torna visíveis para a sociedade como um todo” (Melucci, 1997, p. 8). Ou nas palavras de Telles (2006, p. 217), os jovens “podem nos informar alguma coisa sobre os vetores e linhas de força que

desestabilizam campos sociais prévios, ou os redefinem, deslocam suas fronteiras, abrem-se para outros e também traçam as linhas que desenham as novas figuras da tragédia social”.

No Brasil, a “virada” no mundo dos empregos a partir dos anos 1990 (Telles, 2006) imediatamente precede, ou em alguns casos coincide, com o momento em que os jovens desta tese iniciavam suas preocupações com a inserção no mundo do trabalho. Em nosso país, à exceção de um pequeno número de jovens, sobretudo oriundos das camadas médias e altas, a condição juvenil, e muitas vezes a própria infância, sempre fora marcada como um período de trabalho, ou de combinação do trabalho com a vida escolar (Madeira, 1986; Sposito, 2005). Como afirma Sposito (2005), aqui o trabalho também constrói a juventude, especialmente quando direcionamos nosso olhar para jovens de baixa renda, tornando-o ainda mais significativo.

E por que jovens com passagem por um programa público? Para responder a essa questão, parece importante considerar o acúmulo de análises desenvolvidas nos países europeus, para os quais, desde o início da crise da sociedade salarial²⁰, a questão da “inserção” ou da “transição”²¹ dos jovens da escola para o mercado de trabalho tornou-se um problema social e objeto das políticas públicas. Naquele momento, questionavam-se as dificuldades dos jovens para concretizar de maneira quase instantânea a passagem da escola ao mundo do trabalho (Dubar, 1998; Lagree, 1998). Desde então, dada a persistência do fenômeno e do crescente conjunto de ações para enfrentá-lo, numerosos estudos foram desenvolvidos na tentativa de melhor compreendê-lo, problematizando suas causas, consequências e o modo como os próprios jovens o viviam e significavam.

Contudo, uma vez que consideramos inserção, desemprego e juventude enquanto construções sociais (Dubar, 1998; Guimarães, 2002; Lagree, 1998), como será visto adiante, o modo como esses fenômenos são vividos e significados no contexto europeu parece seguir caminhos diversos dos nossos. No Brasil, foi sobretudo no início dos anos 2000 que os jovens começaram a ser reconhecidos como um dos grupos mais fortemente atingidos pelas transformações na economia e no mercado de trabalho, tornando-se objeto de ações públicas (OIT, 1999; Pochmann, 2000; Trevisan, 2004; W. Quadros, 2001 e 2002).

²⁰ Se essa crise adquiriu maior visibilidade no Brasil após a metade dos anos 1980, ela está presente em nível mundial desde o início dos anos 1970, expressando, dentre outros aspectos, “a transição entre diferentes modelos de desenvolvimento: do fordismo à nova ordem econômica mundial. Elementos produtores do antigo modelo coexistiam com as forças históricas que já delineavam o novo estágio de acumulação capitalista” (Ferretti e Silva, 2000, p. 54).

²¹ A depender do país e da perspectiva, uma ou outra palavra é utilizada. Para o caso francês, por exemplo, Dubar (1998) prefere tomar como ponto de partida a palavra “inserção”, na medida em que ela ganhou força no espaço público e nas propostas desenvolvidas em direção aos jovens.

A temática do desemprego juvenil também ganhou espaço, em nosso país, face à constituição de um campo de políticas públicas para os jovens que vêm se desenvolvendo desde meados dos anos 1990, e cujas principais tendências, dissensos, conflitos e resultados têm sido foco de outras análises (Castro e Abramovay, 2003; Sola, 1998; Sposito e Carrano; 2003; Sposito, 2007; Rua, 1998). Nesse processo, um aspecto merece destaque: “grande parte das iniciativas operou com a imagem de uma juventude perigosa, potencialmente violenta, que necessitava de uma ampla intervenção da sociedade para assegurar seu trânsito para a vida adulta de modo não ameaçador a certas orientações dominantes” (Sposito e Corrochano, 2005, p. 145).

Com essa observação não se pretende ignorar o volume de dados e análises que realçam uma das características marcantes dessa geração, em que uma parcela, majoritariamente do sexo masculino, não completa a transição para a vida adulta por não sobreviver (Ferreira e Araújo, 2006). Mas cabe questionar que as razões que justificam muitas dessas políticas relacionam-se com determinada forma de olhar para o jovem, caracterizada menos pela óptica dos direitos que pela perspectiva dos problemas e da violência (Abramo, 1997; Sposito e Corrochano, 2005). Quando adjetivado de juvenil, o desemprego que atinge os mais diferentes segmentos da população é rapidamente associado aos possíveis riscos de os jovens se envolverem em ações criminosas, especialmente os do sexo masculino²². E se é verdade que nos últimos anos têm-se ampliado os debates em torno do tema e do conjunto de ações implementadas²³ – o que poderia produzir mudanças significativas nessa argumentação –, ela permanece, bastando para isso um rápido olhar para as justificativas dos mais diferentes

²² Apenas para ilustrar a força dessa argumentação, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em um dos trechos de seu discurso de lançamento do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego dos Jovens, em 29/6/03, afirma: “E por que geração de empregos para a juventude e não geração de empregos como um todo? Gerar empregos para todo o povo brasileiro é um sonho, uma obsessão e uma determinação do meu governo (...) Por que, então, priorizar com o nome Primeiro Emprego o lançamento de hoje? É porque a juventude brasileira vive, possivelmente, o maior aumento da incerteza e de angústia que a juventude brasileira já viveu. Nós temos a responsabilidade, enquanto governantes, mas, também, eu diria, toda a sociedade civil brasileira, de não permitir que o narcotráfico e que o crime organizado possam conquistar um jovem ao invés de o Estado conquistá-lo (...) Se este programa for executado com carinho, como eu sonho que ele deva ser executado, e se nós investirmos na educação como estamos pensando em investir, inclusive com convênios com empresários para a política de alfabetização, nós vamos apenas constatar o óbvio daqui a alguns anos: que era muito mais barato a gente investir na educação e no emprego do que investir nas prisões que tanto a sociedade reivindica que a gente invista” (Fonte: www.radiobras.gov.br/integras/03 acesso em 29/6/2003).

²³ Para citar algumas ações, instituiu-se a Secretaria Nacional de Juventude e o Conselho Nacional de Juventude no âmbito do poder executivo federal, enquanto no Legislativo Federal deu-se início ao processo de elaboração de um Plano Nacional de Juventude e do Estatuto da Juventude. Todas essas ações foram antecedidas por um conjunto de debates reunindo jovens, acadêmicos, organizações da sociedade civil e representantes do poder público.

projetos dirigidos a jovens nos últimos anos²⁴. Entretanto, como os próprios jovens de baixa renda, principais destinatários das ações públicas dirigidas a jovens, percebem o fenômeno do desemprego? De quais estratégias utilizam-se para enfrentar tal situação? Como vivem e significam suas próprias experiências? Que diferenças é possível encontrar entre eles?

Para além do aumento da visibilidade pública da questão do desemprego entre jovens, um estudo dessa natureza também se justifica pela própria escassez de análises que visem a uma compreensão mais aprofundada do fenômeno no Brasil, diferentemente do que ocorre em outros países, como já havia alertado Madeira (2004). Esta escassez também pode ser relacionada às singularidades do debate inerente ao campo dos estudos do trabalho. Grande parte das pesquisas no interior da sociologia do trabalho, em âmbito nacional ou internacional, privilegiou a análise dos locais de trabalho, visando à compreensão das mudanças na esfera laboral. Os sujeitos favorecidos nos estudos foram aqueles que conseguiram manter seus empregos e os estudos sobre desempregados restringiram-se ao universo da economia (Guimarães, 2002; Maruani e Reynaud, 1993). Mas o aumento da complexidade do fenômeno e o reconhecimento de sua importância enquanto objeto de estudo têm instigado um número considerável de pesquisas, apesar de ainda permanecerem reduzidos os estudos que tomam como centro a análise do trabalho e do desemprego entre jovens, sobretudo no Brasil.

Nas pesquisas sobre juventude no campo educacional, e mais particularmente na sociologia da educação, campo em que se insere esta tese, Sposito (2003) assinala a importância de uma perspectiva não-escolar no estudo sociológico da escola, no sentido de considerar outros espaços e práticas socializadoras no processo de formação das novas gerações, especialmente quando são consideradas as mutações atuais. A autora reconhece uma ampliação de estudos que buscam ultrapassar os muros da escola nas análises, ao mesmo tempo em que destaca seu caráter ainda incipiente. Nesse sentido, também no âmbito dos estudos da educação parece significativa uma pesquisa focada na dimensão do trabalho. Considerando essa esfera, na análise da produção discente em educação sobre juventude, escola e trabalho no período 1989-1998, Corrochano e Nakano (2002) destacam que durante a década de 1990 os estudos da sociologia do trabalho tiveram significativo impacto sobre essa produção. Antes desse período, grande parte das análises fazia referência ao jovem trabalhador ou ao estudante trabalhador, mas pouco se sabia sobre o trabalho concreto realizado por eles. Nos anos 1990, alguns estudos adentram no espaço de trabalho (fundamentalmente a fábrica) e surgem problemas ligados aos efeitos das mudanças

²⁴ Vide Sposito e Carrano, 2003; Sposito e Corrochano, 2005, Sposito 2007.

tecnológicas sobre o jovem e sua busca de qualificação, dentre outros. Mesmo enfocando jovens empregados²⁵, tais estudos avançam no que diz respeito às reflexões sobre os espaços de trabalho, sendo inegável a importância dos estudos da sociologia do trabalho e da engenharia de produção para esse salto. A partir da produção discente examinada por Corrochano e Nakano (2002) pode-se considerar, ainda, que dentre os estudos que correlacionam educação e juventude, são escassos aqueles que se dedicam às análises sobre o desemprego e o trabalho informal, bem como são poucas as informações referentes ao que pensavam, viviam, agiam e o que sentiam os jovens sob o desemprego ou vivendo sob outras situações de trabalho, para além do universo do emprego formal.

É preciso ponderar, entretanto, que desde os primeiros anos do século XXI vem sendo realizado um conjunto de estudos que procura se debruçar mais especificamente sobre o desemprego e, embora a maior parte deles não tenha como eixo central a compreensão dos jovens no mundo do trabalho, tomam o segmento juvenil como parte de suas análises, reconhecendo sua importância e singularidade. Nesse sentido, oferecem elementos para melhor compreensão das vivências e significados atribuídos pelos jovens ao mundo do trabalho e ao desemprego (Ferreira, 2004; Guimarães, 2005; Jardim, 2004). Em outros casos já se observa maior ênfase nos percursos de jovens em busca de trabalho (Ferreira, 2005; Tartuce, 2007). Outros estudos começam a se debruçar sobre programas públicos dirigidos a jovens no campo do trabalho, mas o aspecto mais central, de modo geral, tem sido a avaliação dos impactos dos programas e de suas linhas de ação (Madeira, 2004). Nesse sentido, ainda são limitadas as pesquisas que ressaltam os percursos dos jovens participantes desses programas, tal como objetivou o projeto “Juventude, Escolarização e Poder Local”, do qual esta tese foi também parte integrante²⁶.

Assim, inserindo-se no campo dos estudos da juventude, em suas inter-relações com o mundo do trabalho e da educação, esta pesquisa procurará compreender como jovens de baixa renda, destinatários de uma ação pública, enfrentam e significam sua condição no mundo do

²⁵ Minha dissertação de mestrado, intitulada “Jovens olhares sobre o trabalho. Um estudo dos jovens operários e operárias de São Bernardo do Campo”, integra um conjunto de pesquisas que investigaram as experiências concretas, o lugar e os significados do trabalho para jovens no espaço de produção fabril (Corrochano, 2001).

²⁶ Este projeto, coordenado pela Prof. Dra. Marília Pontes Sposito, realizou inicialmente o levantamento de ações dos executivos municipais especificamente dirigidas a jovens em 74 cidades brasileiras de diferentes regiões metropolitanas. Posteriormente, foram escolhidos alguns projetos e cidades para realização de estudos de caso, e o Programa Bolsa Trabalho foi um deles. As preocupações centrais desse projeto relacionavam-se à identificação das principais concepções orientadoras das ações destinadas aos jovens e aos modos de interação entre o Poder Executivo municipal e os segmentos juvenis destinatários das ações. Para análise final de seus resultados, consultar Sposito (2007).

trabalho, em um contexto de fragilidades institucionais: dos empregos, das famílias, das escolas e das políticas.

Para a realização da pesquisa, utilizou-se metodologia qualitativa baseada em entrevistas em profundidade, a partir de um roteiro semi-estruturado. No final de 2004, foram entrevistados sete gestores; e, entre o primeiro semestre de 2005 e o início de 2006, 38 jovens com idades variando entre 19 e 23 anos e que haviam participado do programa há pelo menos um ano, assim como alguns de seus pais e mães (dois pais e sete mães, no total). A chegada até esses jovens foi realizada em diferentes etapas, tendo como ponto de partida a análise do banco de dados do programa, como será visto posteriormente. Ainda que houvesse certa homogeneidade entre os jovens, especialmente em termos de renda, procurou-se entrevistar jovens de ambos os sexos, identificados de maneira diferenciada em termos de cor/raça²⁷, e com níveis de escolaridade diversos. Também se buscou entrevistar jovens em diferentes locais de moradia, na perspectiva de encontrar alguma diversidade entre eles. As regiões escolhidas – Leste e Sul –, bem como a definição dos distritos para a investigação, se devem à sua relevância em termos da maior participação de jovens no PBT. Um ano depois da realização da primeira entrevista, foi realizada uma segunda entrevista com um subgrupo de 10 jovens, visando aprofundar algumas questões abordadas no contato inicial.

Como produto final desta pesquisa, a tese estrutura-se em duas partes. Na primeira, dividida em dois capítulos, trato de discorrer sobre os caminhos teóricos e metodológicos iniciais que orientaram este estudo. No capítulo 1, faço breves considerações sobre as duas categorias teóricas centrais da pesquisa, a “juventude” e o “desemprego”, para em seguida fazer um breve apanhado sobre as ações públicas destinadas à geração de trabalho e renda e aos jovens. Destaco o caráter incipiente e ainda recente dessas ações, assim como a centralidade de iniciativas que disponibilizam atividades de caráter educativo, principalmente

²⁷ Utiliza-se aqui o conceito sociológico de raça na perspectiva de A. Guimarães (2003). Na construção desse conceito o autor realiza uma crítica à categoria cor na medida em que “a análise dessa categoria, no Brasil, nos leva à conclusão sem grande dificuldade, de que a classificação por cor é orientada pela idéia de raça, ou seja, que a classificação das pessoas por cor é pautada por um discurso sobre qualidades, atitudes e essências transmitidas por sangue, que remontam a uma origem ancestral comum numa das ‘subespécies humanas’ (...). O meu argumento é o seguinte: ‘cor’ não é uma categoria objetiva, cor é uma categoria racial, pois quando se classificam as pessoas como negros, mulatos ou pardos é a idéia de raça que orienta essa forma de classificação. Se pensarmos em ‘raça’ como uma categoria que expressa um modo de classificação baseado na idéia de raça, podemos afirmar que estamos tratando de um conceito sociológico, certamente não realista, no sentido ontológico, pois não reflete algo existente no mundo real, mas um conceito analítico nominalista, no sentido de que se refere a algo que orienta e ordena o discurso sobre a vida social” (A. Guimarães, 2003, p.103-104). Mesmo fazendo essa crítica, o autor reconhece que, entre os brasileiros, é mais comum orientar-se pela idéia de cor, de modo que será respeitada essa predileção e se fará uso do termo cor/raça, mesmo porque este estudo se baseou nos critérios estabelecidos pelo IBGE, que utiliza da mesma terminologia, para coletar tal dado entre os jovens investigados.

quando se trata de ações dirigidas aos segmentos jovens, tendo como contraponto a pouca centralidade do trabalho. No capítulo 2, apresento o (longo) percurso até o encontro com os jovens entrevistados, iniciando pela apresentação do Programa Bolsa Trabalho, para em seguida destacar os procedimentos de pesquisa e as questões que emergiram no trabalho de campo. Finalizo este capítulo com uma descrição dos jovens que se tornaram os sujeitos deste estudo.

A segunda parte da tese é iniciada com uma breve introdução em torno dos procedimentos adotados para análise dos relatos dos jovens, acentuando o valor heurístico da noção de configuração de Norbert Elias nesse processo, bem como a importância das análises dos conceitos de suporte de Danilo Martucceli e de indivíduo de François Dubet, na direção de uma sociologia do indivíduo. Estes dois autores foram fundamentais, uma vez que se tratava de analisar os percursos individuais (e não coletivos) dos jovens nos universos do trabalho, da escola e da família. Os quatro capítulos restantes referem-se à análise dos percursos desses jovens. Partindo das suas narrativas, busco evidenciar a diversidade de percursos e significados que jovens de baixa renda atribuem ao trabalho e à falta de trabalho, ou ao trabalho e à sua ausência, sempre na interrelação com as esferas da escola e da família. E, por fim, faço algumas considerações na perspectiva de concluir este estudo.

PARTE 1: CAMINHOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

CAPÍTULO 1

JUVENTUDE, DESEMPREGO E AÇÕES PÚBLICAS

Muitas são as maneiras de começar a falar da juventude e dos sujeitos jovens concretos que esta tese se propôs a estudar. Uma primeira tarefa, no entanto, ao se tratar da juventude – palavra que condensa, ao mesmo tempo, os problemas e esperanças da sociedade, as angústias e as expectativas de transformação –, é estabelecer as diferenças entre a juventude enquanto construção social e histórica e os jovens propriamente ditos, ou seja, a representação desse momento da vida e os jovens em carne, sangue e espírito²⁸.

1.1 A juventude enquanto construção social e histórica

As fases da vida anteriores ao mundo adulto – infância, adolescência e juventude –, tais como hoje conhecidas, são fenômenos recentes. Apenas na sociedade moderna passam a ser diferenciadas com significado sociológico. Foi com o desenvolvimento da família burguesa e a disseminação da escola que as crianças foram distanciadas do mundo adulto e confinadas no interior de suas casas e instituições escolares, emergindo as noções de infância e, posteriormente, de adolescência e juventude (Ariès, 1978). Esse processo atinge inicialmente as crianças da aristocracia e da burguesia para, apenas mais tarde, estender-se às crianças das camadas populares. Como observa Perrot, ao tentar reconstruir a história dos jovens operários no século XIX:

Quanto aos liceus e universidades, esses bastiões da juventude burguesa, os operários não têm acesso a eles, relegados ainda ao estágio precedente: o do acesso ao ensino primário, à escola. Este se realizará no século XIX, delineando mais claramente os contornos de uma infância operária que também se manifesta com nitidez, não sem dificuldades e batalhas que

²⁸ Como descreve Malinowski: “[...] além dos dados referentes à vida cotidiana e ao comportamento habitual que são, por assim dizer, sua carne e seu sangue, há ainda a registrar-se-lhe o espírito – os pontos de vista, as opiniões, as palavras dos nativos: pois em toda vida tribal existe, primeiro, a rotina estabelecida pela tradição e pelos costumes; em seguida, a maneira como se desenvolve essa rotina; e, finalmente, o comentário a respeito dela, contido na mente dos nativos” (Malinowski, 1978, p. 32). O uso dessa metáfora foi inspirado pela leitura de Marques (1999).

mobilizam higienistas e pedagogos [...]. Não o adolescente de catorze anos, para quem o trabalho é o horizonte normal. Os jovens operários não se beneficiam, como os jovens burgueses, desse tempo de latência e de formação que possibilita uma sociabilidade adequada e eventualmente uma expressão autônoma. O precoce encaminhamento ao trabalho absorve suas energias sem lhes dar os direitos dos adultos. [...] A família – e a classe – operária tem necessidade de seus jovens, mas lhes pede trabalho, obediência e, em última instância, silêncio. Eles se exprimem pouco, e, quando o fazem, sua voz é reprimida. (Perrot, 1996, p. 84).

Se as vozes juvenis, particularmente dos jovens trabalhadores, são silenciadas, mais ainda as falas das moças jovens. Assim, além de inicialmente se restringir à aristocracia e burguesia, “a juventude, como a infância, é pensada no masculino” (Perrot, 1996, p.117). Pode-se dizer que também o desemprego é inicialmente (e talvez até os dias mais recentes) pensado sobretudo no masculino, como será visto adiante. É no momento em que emerge a categoria desemprego – final do século XIX – que as medidas de afastamento das crianças do trabalho e o progressivo processo de escolarização contribuem para a modulação social das idades da vida (Peralva, 1997). No entanto, será apenas no século XX que a juventude tornar-se-á um problema, um campo de intervenção, uma entidade (Perrot, 1996) que se espalha para diferentes camadas sociais.

Ao longo desse século observam-se

muitas modificações²⁹ no conteúdo da moratória, não mais só adiamento e suspensão, mas variados processos de inserção em várias dimensões da vida pessoal e social, como sexualidade, trabalho, participação cultural e política etc. A vivência da experiência juvenil passa a adquirir sentido em si, e não mais somente como preparação para a vida adulta. (Abramo, 2005, p.43).

No entanto, cabe ressaltar que, em alguma medida, o modelo aristocrata e burguês de viver e representar a juventude resiste e ainda parece persistir com força, funcionando como padrão ideal de vivência da condição juvenil (Abramo, 2005), mesmo em países como o Brasil, onde o próprio trabalho contribui para constituir uma idéia de juventude, como será visto a seguir.

As conceituações mais gerais em torno da juventude enfatizam a importância de não considerá-la enquanto categoria una e homogênea, mesmo em um contexto histórico definido (Levi e Schmitt, 1996; Pais, 1993; Sposito, 1994). Simultaneamente, chamam a atenção para aqueles estudos que enfatizam a necessidade de diferenciação em torno das noções de jovens (sujeitos concretos) e juventude (Attias-Donfut, 1996); de distinção entre a condição – pelos diferentes significados construídos para esse momento da vida, de acordo com a sociedade – e

²⁹ Essas modificações não serão abordadas em profundidade aqui. Sobre isto, ver: Abramo, 1994; Levi e Schmitt, 1996.

a multiplicidade de pertencimentos e de situação juvenil: classe, sexo, etnia (Abad, 2002). A presença de uma tensão em torno da categoria juventude e seu reconhecimento como inelutável são também enfatizados por um conjunto de autores (Attias-Donfut, 1996; Dubet, 1996; Galland, 1996; Margulis, 1996; Melucci, 1997; Peralva, 1997; Sposito, 2001, 2002). É o que se observou no início deste capítulo: a juventude é simultaneamente um momento no ciclo de vida entre a infância e a idade adulta, com seus específicos modos de inserção na estrutura social (Dubet, 1996); é uma condição social e, ao mesmo tempo, uma representação (Peralva, 1997).

1.2 A experiência juvenil em um contexto de fragilidades institucionais

Os marcos cruciais desse momento da vida e os sinais que configuraram seu início e seu término têm reunido um conjunto importante de autores no campo de estudos da juventude, mais particularmente na elaboração de análises em torno das mudanças experimentadas pelos jovens no processo de transição para a vida adulta. Embora esta tese não se concentre nesse campo em particular, tais análises³⁰ podem ajudar a melhor compreender as trajetórias dos jovens aqui investigados, do mesmo modo que estas também podem contribuir para indicar a emergência (ou não) de novos caminhos para a vida adulta.

Tradicionalmente, os elementos mobilizados pelo conhecimento sociológico para marcar a saída do mundo juvenil e o ingresso no mundo adulto seriam o término da escolarização, o ingresso no mercado de trabalho, a saída da casa de origem e a chegada da primeira criança. Considerando o contexto dos “países centrais”, ao longo dos chamados “Trinta Gloriosos” (o período demarcado entre o final da 2ª Guerra Mundial e a crise do modelo econômico ocidental nos meados dos anos 1970), essas passagens davam-se de modo quase imediato (Dubar, 1998) e, embora pudessem ser mais longas ou mais curtas, a depender do tempo, espaço, classes sociais e sexo, também ocorriam de maneira sincrônica (Galland, 1997).

No entanto, uma série de acontecimentos das três últimas décadas, nesses mesmos países, acrescentaram complexidade a esse fenômeno, tanto do ponto de vista empírico, quanto do ponto de vista analítico. Assim, o único consenso possível entre as diferentes

³⁰ Não se trata aqui de esgotar a análise da produção teórica sobre o tema. A reflexão será pautada em torno de alguns autores considerados significativos para esta tese.

abordagens teóricas e metodológicas é de que as transições juvenis tornaram-se mais complexas (Pais et al., 2005).

Seguindo análise de Lagree (1992), a história da sociologia da juventude caminha paralelamente à história dos questionamentos sociais relativos à população juvenil³¹, sendo a crise dos anos 1970 e seus impactos nas trajetórias juvenis, particularmente no campo do trabalho, impulsionadores da emergência de novos elementos em relação à transição dos jovens para a vida adulta³² e de um novo campo de preocupações no interior da sociologia da juventude, mais próximo à dimensão econômica (Casal, 1996; Lagree 1992).

Os jovens não aparecem mais somente como os representantes de um ‘planeta’ cultural estranho e desconhecido, como ‘delinquentes’ ou ainda como indivíduos em vias de socialização ou a reeducar, eles também são analisados em relação à esfera da produção [...]. Se, como se havia escrito, os jovens são os adultos do amanhã, a questão do seu amanhã tende, de agora em diante, a ser abordada em referência ao domínio do emprego, da inserção, da precariedade e do desemprego, e à valorização da formação sobre o mercado de emprego. (Lagree, 1992, p. 21)³³.

Entretanto, as preocupações em termos econômicos tardaram a se articular aos questionamentos relativos aos comportamentos e modos de vida juvenis, e a questão da transição limitara-se à transição para a vida profissional, da escola em direção ao mercado de trabalho (Lagree, 1992, 1998). No campo político-administrativo, das transformações do contexto socioeconômico, originou-se o termo “inserção” (Dubar, 1998; Lagree, 1998) e um conjunto de ações públicas visando facilitar o ingresso de jovens recém-saídos do sistema de ensino no mercado de trabalho³⁴, o que também contribuiu para o desenvolvimento de um conjunto de estudos que procuravam perceber as razões para as crescentes dificuldades dos jovens em seu ingresso no mundo do trabalho.

Do desenvolvimento de parte das análises, logo fica claro que as dificuldades de inserção no mercado de trabalho não poderiam ser tomadas de modo isolado, verificando-se que afetavam a transição para a vida adulta como um todo. Nesse sentido, a transição passa a ser compreendida em sua multidimensionalidade; para além da transição da escola para o

³¹ A perspectiva aqui não é de reconstruir a maneira como a sociedade e as diferentes áreas do conhecimento, sobretudo a sociologia, lidaram e interpretaram a “juventude”. Apenas serão apontadas algumas das formas presentes de analisar esse momento da vida. Sobre os diferentes modos de olhar a juventude nos campos da história e da sociologia, vide Abramo, 1994; Lagree, 1992; Levi e Schmitt, 1996; Pais et al., 1990.

³² Aqui vale lembrar que se a crise dos anos 1970 leva à aparição de novos elementos em relação à transição dos jovens para a vida adulta, isso não significa a inexistência da problemática em momentos históricos anteriores (Casal, 1996).

³³ Todos os textos originalmente de língua estrangeira citados nesta tese são traduções livres da autora.

³⁴ Por esta razão, pareceu mais pertinente a Claude Dubar (1998) lançar mão do termo inserção.

mundo do trabalho, a transição social e cultural (Lagree, 1998). Para Lagree (1992), um dos marcos dessa reorientação dos eixos de análise foi a pesquisa de Catherine Gokalp³⁵, que em um estudo pioneiro relacionara os diferentes momentos da conquista da autonomia juvenil (fim dos estudos, saída da casa dos pais, residência independente e vida a dois) às características da inserção profissional, ao emprego e ao desemprego. Ainda na perspectiva desse autor, o desenvolvimento do conceito de transição para a vida adulta, ao lado do conceito de geração³⁶, acabara por colaborar para a articulação entre os componentes socioculturais e econômicos dos fenômenos sociais relativos aos jovens.

De modo sintético, ao tentar agrupar as diferentes respostas a perguntas sobre a singularidade da condição juvenil no contexto atual, Pais et al. (2005) apresentam pelo menos dois modos predominantes de olhar. Em primeiro lugar, as perspectivas que se apóiam em certa linearidade no prolongamento do processo de transição da juventude para a idade adulta, sendo clássicos os estudos de Galland (1997, 2001); por outro lado, aquelas que focalizam a fragmentação das trajetórias, acentuando a possibilidade de reversibilidade de escolhas e trajetos ao longo da vida, marcadamente de autoria de Pais (2000, 2001).

Ambas as perspectivas³⁷ pautam-se por mudanças que incidiram sobre o mercado de trabalho, como já destacado, mas também no âmbito do “Estado Providência” e do sistema educativo, refletindo-se nas dinâmicas culturais e práticas sociais (Lagree, 1998; Pais et al., 2005). Cada vez mais, conseguir um emprego estável (Demazière e Dubar, 1997a; Lagree, 1998) ou “um verdadeiro trabalho”, para usar a expressão de vários dos jovens entrevistados para este estudo, torna-se muito difícil para alguns e quase uma utopia para outros. As relações de trabalho se precarizam e o desemprego se eleva, afetando profundamente o modo dos jovens – ao menos no contexto desses estudos – obterem um emprego. Ao mesmo tempo, seja em função da massificação escolar seja das exigências de maior “qualificação”, cada nova geração permanece por um maior período inserida no sistema escolar, e os tempos de

³⁵ GOKALP, C., “Quand vient l’âge des choix - enquête auprès des jeunes de 18 à 25 ans : emploi, résidence, mariage”, PUF, *Travaux e Documents*, cahiers n. 95, 1981.

³⁶ Embora o termo geração já tivesse uma longa história no campo da sociologia da juventude, desde os clássicos estudos de Mannheim, é retomado neste momento tanto pela sociologia da família e da juventude como também pela economia e demografia, menos no sentido de registro das mudanças de valores, normas, representações, práticas, e mais na perspectiva de abordar questões “de mobilidade social, recomposição do espaço das classes sociais, transformação da relação salarial, de desenvolvimento da precariedade e de segmentação do mercado de trabalho” (Lagree, 1992, p.25).

³⁷ É preciso reconhecer que não existem apenas essas perspectivas na análise do processo de transição para a vida adulta, mas dados os limites deste estudo e a própria síntese realizada por Pais et al. (2005), essas duas abordagens serão tomadas como ponto de partida. De modo mais específico, cabe aqui mencionar os estudos de Casal (1996); Galland (1997, 2001), Pais (2000, 2001); Pimenta (2007) e Singly (2000).

aprendizagem se recompõem dadas as crescentes demandas de formação ao longo da vida (Lagree, 1998). A vida familiar também se modifica. O tradicional modelo de família nuclear não desaparece, mas se combina a vários outros; ampliam-se os divórcios e o número de pessoas que optam por residir sozinhas. Embora ainda seja a condição normal, o casamento deixa de ser a base definidora da união, dentre outras várias transformações e continuidades (Giddens, 2000). Mas a mudança mais destacada quando o foco é a relação dos jovens com a família é o aumento do período de residência das mais novas gerações em suas casas de origem, por opção própria, pelo resultado do maior tempo de permanência na escola, pela falta de trabalho ou ausência de estabilidade nos empregos. Várias são as razões apontadas por diferentes autores para isso, como Galland (1997), Pais (2001) e Lagree (1998).

Ao analisar esse processo, Galland (1997) pressupõe a compreensão dos percursos da vida de uma maneira linear: o ingresso na vida adulta ocorreria sobre dois eixos principais:

um eixo escolar e profissional, que corresponde à esfera pública da vida do jovem; um eixo familiar que corresponde à esfera privada. Sobre esses dois eixos, quatro passagens são particularmente significativas porque introduzem novos estatutos e novos papéis sociais: duas constituem passagens de saída, duas outras passagens de entrada: o fim dos estudos, a saída da casa dos pais, o início da vida profissional, o casamento ou a vida a dois. (Galland, 1997, p. 137).

O objetivo último e desejado seria a chegada ao mundo adulto, orientado por essas diferentes passagens (Singly, 2000). Não por acaso, a própria simbolização utilizada por Galland (1997) para representar o modelo tradicional de entrada na vida adulta é uma flecha cuja “ponta” vai da infância à idade adulta (Galland, 1997). O autor revela a existência de diferenças nessa passagem, sobretudo segundo o sexo e a classe social: no caso das mulheres, o ingresso na vida adulta aconteceria mais precocemente em função da tradicional tendência das moças de se casarem mais cedo e com parceiros mais velhos e, ao mesmo tempo, pela desvalorização de sua vida profissional. No caso dos jovens trabalhadores, diferentemente dos jovens burgueses, pela maior simultaneidade entre a saída da casa dos pais, ingresso na vida profissional e casamento, sendo o trabalho um elemento central nesse processo. Galland (1997) nomeou este modelo de “instalação”, em contraposição ao modelo burguês do “diletantismo”, ou seja, no caso do jovem burguês haveria maior disponibilidade para vivenciar a experiência juvenil antes de assumir compromissos com o trabalho e a própria casa.

Segundo Galland (1997), devido às transformações já apontadas aqui, quais sejam, o progressivo aumento da escolaridade, a maior dificuldade dos jovens para ingressar e permanecer no mercado de trabalho e o prolongamento da vida dos jovens na família de

origem, esses modelos tradicionais de passagem à vida adulta, consolidados no período entre guerras, sofreram profundas alterações, tendo, no retardamento das etapas que possibilitam o acesso ao estatuto de adulto e nas passagens assíncronas, seus principais traços. Assim, não apenas cada uma das passagens ocorreria mais tardiamente como também de maneira desconectada, aspecto mais importante desse processo na perspectiva do referido autor. Isto significa dizer, por exemplo, que um jovem poderia concluir seus estudos sem necessariamente encontrar um trabalho ou deixar a família de origem, sair da casa de origem e encontrar emprego, mas não se casar, abrindo-se possibilidades para variadas combinações entre cada um desses elementos.

Progressivamente, em suas análises o referido autor vai constituindo novos modelos e abrindo espaço para várias etapas que levariam ao estatuto adulto: pós-adolescência, juventude e fase pré-adulta³⁸. A vida a dois e o nascimento de uma criança teriam lugar na última etapa, marcando em definitivo a passagem para a vida adulta. Entre a pós-adolescência e a fase pré-adulta, a juventude seria o período entre a saída da casa de origem e a formação de um casal, fase privilegiada de preparação para a vida adulta. Nesse momento, já distantes e independentes dos pais, os jovens poderiam dedicar-se ao processo de construção de sua identidade. O alongamento das transições juvenis teria como hipótese mudanças profundas nos modelos de socialização: os jovens estariam transitando de um modelo de identificação a um modelo de experimentação:

O modelo de identificação é característico da sociedade francesa do século XIX, e ele ainda se faz presente em certos setores da sociedade. Ele se baseia em um processo de transmissão sem alteração, de uma geração a outra, de estatutos e valores relativamente estáveis. Este modelo funcionava no interior de cada categoria social e era fundado na identificação ao estatuto e aos papéis familiares [...]. Este modelo se esgota sob o efeito do prolongamento escolar, das transformações nas estruturas sócio-profissionais e de aspirações à mobilidade social que acompanham estes movimentos e introduzem uma distância grande entre o grupo de pertencimento e o grupo de referência [...]. O modelo antigo abre assim espaço para um modelo de experimentação. Este não significa uma rejeição às transmissões, mas os elementos transmitidos pelos agentes socializadores são utilizados ou assimilados de uma ou outra maneira em função dos percursos de vida

³⁸ A etapa da pós-adolescência corresponderia ao período entre o final da escolaridade obrigatória e a saída da casa dos pais, tendo como característica o prolongamento da vida na casa dos pais. Novamente aqui, diferenças de classe e sexo: rapazes tenderiam a permanecer na casa dos pais até a obtenção de um trabalho estável, o que estaria se tornando cada vez mais difícil. No caso das moças, a saída da casa dos pais aconteceria mais precocemente, mesmo sem inserção profissional estável. A etapa denominada juventude seria fortemente caracterizada pela demora em constituir uma família, predominante entre camadas sociais com escolaridade mais elevada. Neste caso, o jovem deixa a família de origem e é independente, mas permanece mais tempo solteiro. Por fim, a etapa pré-adulta corresponde ao período que vai da formação de um casal ao nascimento da primeira criança. Cabe observar o peso dado à maternidade/paternidade no processo de diferenciação da juventude em relação à idade adulta (Galland, 1997, 2001).

(Dubar, 1996). Eu falo experimentação porque a definição de si se constrói, mais do que é herdada. Ela se constrói no interior de um processo interativo, feito de ensaios e erros, até o alcance de uma definição de si [...] Fundamentalmente esta fase de experimentação torna-se cada vez mais longa e explica o prolongamento da juventude e sua formação como nova idade da vida. (Galland, 1997, p. 160).

Uma segunda hipótese construída pelo mesmo autor relaciona-se à passagem de um modelo familiar mais liberal em relação ao modelo anterior, no qual a maior permanência dos jovens na casa dos pais não seria marcada apenas pela necessidade (em função das dificuldades em encontrar um emprego, por exemplo), mas por escolha própria. No entanto, a esse modelo de “escolha” deliberado de prolongar a juventude opor-se-ia “um modelo de constrangimentos vividos por aqueles, sobretudo rapazes, que conhecem um adiamento forçado das etapas de entrada na vida adulta devido às dificuldades de inserção profissional” (Galland, 1997, p. 161).

Nesse sentido haveria um grupo, mais próximo ao perfil dos jovens desta pesquisa, para o qual o prolongamento na realização das diferentes etapas para a vida adulta poderia significar riscos de inserção em um “processo de exclusão durável”. Na perspectiva do autor, esses jovens não chegariam a vivenciar a experiência juvenil. Assim, ao justificar e caracterizar a existência de uma nova idade da vida – a juventude –, também a reserva àqueles com maiores condições materiais para vivê-la.

As interrogações e críticas em torno desse modo de interpelar a nova condição juvenil concentram-se principalmente em torno de sua concepção progressiva e linear da transição para a vida adulta. Para Galland (1997), aos poucos os jovens deixariam a condição de imaturidade e dependência para alcançar a desejada vida adulta, na qual encontrariam maturidade e independência (Lagree, 1998; Singly, 2000). Na medida em que considera a fase adulta como ponto de chegada a certa estabilidade, o autor negligencia as diferentes idas e vindas que podem ter lugar não apenas na juventude, mas também em outros momentos da vida.

De fato, há fortes indícios de que a vida adulta perdeu muito de sua estabilidade (Camarano, 2006; Van de Velde, 2004). Poderíamos até questionar se em algum momento histórico a vida adulta foi estável, principalmente refletindo sobre outros contextos sociais e econômicos, como o brasileiro, por exemplo. É certo que o pressuposto desses autores pautava-se em um determinado momento histórico das sociedades européias, em que haveria um maior grau de previsibilidade. Mas, se em algum momento a vida adulta podia ser assim caracterizada, no contexto mais recente ela perdeu muito de sua segurança, dadas as crescentes mutações em todas as esferas da vida (Lagree, 1998).

Ao também questionar o modelo que repousa sobre o acesso à vida adulta como objetivo central, bem como os eventos que marcariam a “transição”, Singly (2000) apresenta duas de suas teses: a primeira, de que este modelo não corresponderia ao caráter das sociedades contemporâneas, que funcionariam para o autor a partir de outro mito – o da busca permanente de si, na qual os próprios indivíduos desejariam o afastamento dos trajetos lineares (Singly, 2000). Como será aprofundado mais adiante, trata-se de perceber as diferentes idas e vindas dos sujeitos no interior de uma sociedade marcada por “processos de individualização”.

Por meio de sua segunda tese, que novamente remete à constituição do indivíduo na sociedade moderna, o autor questiona a equivalência dada aos conceitos de autonomia e independência. Para ele, as mutações na construção dos indivíduos dariam “condições sociais e psicológicas” suficientes para que, mesmo sem independência econômica, os jovens pudessem construir sua autonomia. Vários exemplos ilustram a capacidade de construção de universos autônomos pelos jovens, mesmo quando residem com seus pais: seu próprio quarto ou um espaço específico dentro da casa. Do mesmo modo, o jovem pode residir fora da casa dos pais, passando a viver autonomamente, sem que necessariamente isto signifique independência econômica. Assim, não seria possível igualar a saída da casa de origem à independência ou considerar que não haveria “autonomia” ali permanecendo (Singly, 2000). Poder-se-ia também acrescentar a possibilidade da dependência econômica dos próprios pais em relação aos seus filhos, o que também é apontado por alguns estudos sobre as relações intergeracionais (Attias-Donfut, 1996).

O autor também chama a atenção para as crescentes dificuldades dos jovens em conseguirem independência econômica com uma atividade assalariada ou profissional, ainda o meio privilegiado para essa conquista: uma vez que as possibilidades de construção como indivíduos são repartidas de modo muito desigual entre aqueles que permanecerem por mais longo tempo em uma situação de dependência econômica, também a construção da própria autonomia ficaria comprometida, principalmente para os indivíduos que dependem financeiramente de suas famílias (Singly, 2000)³⁹.

³⁹ Evidente que o autor não nega a solidariedade entre as gerações e o apoio da família aos jovens. No entanto, isso também pode ter sua face negativa: o apoio da família pode vir sob alguma condição, tornando-se o jovem dependente pessoalmente vis-à-vis seus pais, embora com certa autonomia. Na avaliação do autor, a dependência no seio das relações privadas parece muito mais problemática do que a dependência em relação a uma instituição. Não por acaso, neste mesmo artigo, o autor defende que o Estado garanta uma alocação de suporte ao jovem adulto, que seja distribuída diretamente aos jovens, sem intermediação de sua família.

Mesmo com algumas diferenças no modo de perceber a transição para a vida adulta, autores como Pais (2000, 2001) e Lagree (1998, 1992) representam perspectivas teóricas de acordo com as quais essa não se configura enquanto uma “metamorfose progressiva e lenta” em uma única direção. Se os caminhos para a vida adulta tornam-se mais longos, não são definitivos, podem ser reversíveis e pautados por escolhas (Pais, 2001), também dependendo de contextos culturais e nacionais (Lagree, 1998; Van de Velde, 2004).

Para Pais (2001), as trajetórias juvenis poderiam ser caracterizadas como “trajetórias ioiô”, relacionadas a contextos de vida cada vez mais instáveis e variáveis, em estruturas sociais chamadas “labirínticas”:

De fato, um dos aspectos essenciais das culturas juvenis contemporâneas deriva das lógicas antinômicas que as caracterizam: ora rígidas, uniformes, coercitivas; ora flexíveis, opcionais, sedutoras. Perante estruturas sociais cada vez mais fluidas e modeladas em função dos indivíduos e seus desejos, os jovens sentem a sua vida marcada por crescentes inconstâncias, flutuações, descontinuidades, reversibilidades, movimentos autênticos de vaivém [...]. São estes movimentos oscilatórios e reversíveis que o recurso à metáfora do yô-yô ajuda a expressar. Como se os jovens fizessem das suas vidas um céu onde exercitassem a sua capacidade de pássaros migratórios. Por outro lado, assistimos também a um movimento de vaivém entre os atributos desta nova condição juvenil e sua reconstrução social, enquanto referente imaginário, pelas estruturas mediáticas e de consumo. (Pais, 2001, p. 69).

Assim, aspectos que na perspectiva anterior correspondiam a momentos de preparação em direção à vida adulta são aqui tomados como constitutivos das trajetórias dos jovens – deixam a casa dos pais, mas podem um dia retornar; encontram um emprego para logo perdê-lo; abandonam os estudos para quem sabe um dia voltar. Mesmo diante de fortes constrangimentos sociais, as práticas parecem mais fluidas e instáveis.

Pais (2001) aprofunda a discussão em torno das continuidades e descontinuidades das trajetórias, articulando o conceito de trajetória a vários outros: aos conceitos de “vida familiar”, de “vida escolar”, de “vida profissional”. Os “pontos de inflexão” em uma dimensão podem influenciar todas as demais, virando e revirando os rumos da vida. Como será visto, este aspecto mostra-se bastante significativo nos percursos dos jovens aqui investigados. Nessas idas e vindas no tempo, moças e rapazes podem encontrar o mundo adulto para em seguida redescobrir a juventude. Mas seria possível dizer, nessas idas e vindas, que o estatuto de jovem ainda é preservado? As vindas podem não ser para o mesmo ponto, tanto em termos objetivos, quanto subjetivos.

A construção desse tipo de análise só é possível na medida em que são articuladas as estruturas econômicas e sociais, os dispositivos institucionais e as ações dos próprios sujeitos,

sendo esta também uma diferença em relação à perspectiva de Galland (1997). Tanto Pais (2001), quanto Lagree (1998) consideram o papel dos próprios jovens no processo de transição para a vida adulta. Como afirma Pais (2001), havia décadas o futuro dos jovens já estava traçado, se for tomada como parâmetro a perspectiva da reprodução social. Certamente o autor não ignora o peso dos condicionantes estruturais, mas, ao mesmo tempo, reconhece o número cada vez maior de jovens que se deparam com “verdadeiras encruzilhadas de destinos” (Pais, 2001, p. 41). A ordem institucional indica os “caminhos mais apropriados”, mas há jovens que saem do caminho, inventam caminhos, tomam caminhos de risco muito mais facilmente que as gerações anteriores. E se os caminhos são tortuosos, incertos e arriscados, isso parece ganhar ainda mais força entre os jovens mais pobres. Entretanto, se seguirmos a perspectiva de Schehr (2000), isso não significa que estes não possam inventar: “Os jovens são assim obrigados a compor, a criar, a inventar – muitas vezes na dificuldade – novas formas de vida e de maneiras de ser no mundo” (Schehr, 2000, p. 50).

Nesse sentido, trata-se de uma perspectiva que analisa as biografias em função dos contextos sociais que as envolvem, “sem afastar a possibilidade de, através das próprias biografias, ganharmos compreensão sociológica desses mesmos contextos” (Pais, 2000, p. 19). Assim, ao olhar para as trajetórias juvenis, o autor considera fundamental analisá-las sob o ponto de vista do que se “pode fazer”, considerando as estruturas sociais e econômicas; o que “se deve fazer”, considerando-se as normas e valores presentes nas instituições, e o que se “escolhe e deseja fazer”, dando espaço também para as subjetividades. Assim, convida-nos a:

cruzar a análise das transições biográficas – que nos mostram como os jovens projetam seus futuros possíveis em articulação com os seus passados – com a análise mais estrutural das redes sociais e dos recursos relacionais com os quais os jovens podem ou não contar. No labirinto da vida alguns jovens querem (princípio do desejo), mas não podem (princípio da realidade) vencer os desafios que se colocam a si mesmos. (Pais, 2001, p. 409).

Parece importante, nesse sentido, aprofundar o olhar para as mutações que vêm ocorrendo nos últimos anos e afetam a sociedade como um todo. Pois se há modificações nos modos como os jovens transitam em direção à vida adulta, estas poderiam relacionar-se a mutações profundas no mundo das instituições responsáveis pelo processo de socialização dos indivíduos. E, se as mutações atingem a todos, elas se tornam ainda mais visíveis no momento da juventude, pois “o jovem ainda vive em um mundo radicalmente novo, cujas categorias de inteligibilidade ele ajuda a construir” (Peralva, 1997, p. 23).

Tal como acentuado na introdução desta tese, na perspectiva de Dubet, estar-se-ia diante de um declínio do chamado “programa institucional”. Em seu ponto de vista, este programa⁴⁰:

[...] não diz respeito a um tipo de organização ou a um tipo de cultura, mas a um modo de socialização ou um determinado tipo de relação com outros – aquela que os padres, os professores, os médicos podem realizar com seus alunos, fiéis e pacientes. Este programa participa de uma concepção geral da socialização e apresenta características suficientemente estáveis para que se possa ser construído como tipo ideal [...] Em poucas palavras: 1) este programa considera que o trabalho sobre outros é uma mediação entre valores universais e indivíduos particulares; 2) ele afirma que o trabalho de socialização é uma vocação porque ele é diretamente fundado em valores; 3) este programa crê que a socialização visa inculcar normas que conformam o indivíduo e ao mesmo tempo o torna autônomo e livre. (Dubet, 2002, p. 13-14).

É este “programa” que estaria em declínio. Ainda que analisando a sociedade francesa, o estudo de Dubet (2002) oferece uma perspectiva instigante para a análise dos percursos dos jovens no Brasil. Pois mesmo considerando a diversidade da condição juvenil nos dois países, é inegável observar mutações que atingem esferas tradicionais no processo de socialização dos indivíduos lá e aqui. Assim, trata-se de uma análise que contribui para a compreensão do modo ou dos diferentes modos como são produzidos os indivíduos na sociedade contemporânea. É importante enfatizar, como faz o autor, que, se o programa institucional está em declínio, não é possível afirmar que seus traços foram erradicados. E se são percebidos como uma crise pelos indivíduos – crise da escola, crise da família, crise dos empregos –, para Dubet, isso se relaciona a um processo de longa mutação e não apenas a uma crise.

A perda de unidade no mundo social não significa seu desaparecimento (Dubet, 2002). Na análise do declínio do programa institucional, a socialização não pode mais ser percebida como aprendizagem dos papéis sociais, tal como parecia predominar no programa institucional. As instituições já não parecem capazes de gerar referências rígidas e enraizadas para os indivíduos, são eles próprios que terão de fazê-lo: é como se a socialização estivesse incompleta e coubesse ao próprio indivíduo a tarefa de completá-la. Nesse sentido, é o indivíduo, com sua personalidade, que dará concretude e realidade ao papel social e à instituição. Ele é cada vez mais chamado a construir experiências do que a interiorizar papéis.

Para Dubet (1994, 2002), essa construção significa a capacidade de articular diferentes lógicas de ação: da integração, da estratégia e da subjetivação. Resumidamente, na lógica da

⁴⁰ Cabe destacar que o uso do termo programa pelo autor corresponde ao sentido que tem a palavra nos domínios da informática (Dubet, 2002).

integração, os indivíduos buscam manter e reforçar seus laços de pertencimento no interior de uma sociedade (vista como um sistema de integração) ou, em poucas palavras, procuram se conformar à cultura do grupo; na lógica da estratégia, os indivíduos são movidos por interesses em uma sociedade tida como um mercado, escolhem caminhos e buscam ferramentas na perspectiva de atender seus interesses e necessidades, o que implica uma racionalidade instrumental. Por fim, na lógica da subjetivação, o indivíduo busca confrontar-se de maneira crítica e autônoma com a sociedade, percebida como um sistema de produção e de dominação. Por um lado, os indivíduos possuem cada vez mais autonomia para dar sentido e valor às regras sociais e para realizar escolhas; por outro, precisam articular as diferentes lógicas de ação.

A capacidade de combinação dessas lógicas, no entanto, depende cada vez mais da posse de um conjunto mais ou menos amplo de recursos materiais e simbólicos, o que pode se tornar muito mais difícil para camadas populares. Assim, podem emergir novas figuras da dominação e do controle: a idéia de que os indivíduos seriam livres para fazer suas escolhas e projetos sem que, ao mesmo tempo, lhes fossem oferecidas as condições para isso. Ou como exemplifica o autor: é como se eles fossem chamados a entrar em uma competição esportiva sem ter realizado os treinos necessários para isso. Ao perder, o indivíduo acaba por se responsabilizar pelo próprio fracasso. Esta seria uma nova forma de dominação: “em nome da liberdade dos indivíduos e de suas capacidades de serem sujeitos, estes se tornam autores responsáveis por sua própria infelicidade” (Dubet, 2002, p. 384).

Do conjunto de saídas para os dilemas⁴¹ vividos em um tempo de mutação das instituições, Dubet (2002) não prevê nem o retorno da força das instituições, nem o triunfo do

⁴¹ A partir da análise do trabalho realizado por diferentes grupos profissionais que têm como centro de sua atuação o trabalho sobre os outros (tais como os professores, enfermeiros, assistentes sociais e mediadores), Dubet (2002) enumera alguns dos principais problemas engendrados no processo de declínio das instituições e que em alguma medida poderão também iluminar a análise dos percursos juvenis dos jovens desta tese. Sinteticamente, são eles: 1) o problema da legitimidade e autoridade: os profissionais são constantemente expostos à necessidade de exercer sua autoridade – na escola, por exemplo, os professores não detêm mais autoridade em função do lugar que têm na instituição, do seu papel, mas da relação estabelecida com os alunos. Ou seja, estes não respeitam o professor pelo lugar que ele possui na instituição, mas por sua personalidade; 2) as relações sem mediação: relacionado ao problema anterior, trata-se dos riscos de uma relação sem mediação. No programa institucional, a relação com o outro era construída sobre um centro e sobre um terceiro cultural independente e superior aos protagonistas: a ciência, a cultura escolar, a lei, dentre outros. Nessa perspectiva evita-se o afrontamento puro de pessoas e de personalidades. O que se observa hoje é um enfraquecimento deste modelo; 3) os princípios e as práticas: o trabalho real se distancia cada vez mais do trabalho prescrito, amplia-se o distanciamento entre os princípios e as práticas. O que poderia ser avaliado como positivo na perspectiva de indicar maior plasticidade dos indivíduos e das organizações, acaba levando à dificuldade de viver permanentemente situações nas quais os laços entre o que se exhibe e o que se faz são demasiadamente separados. Além disso, por detrás da necessidade de contínua adaptação, os mais frágeis podem ser mal servidos; 4) uma frágil proteção aos mais frágeis: na medida em que o princípio da igualdade se afirma com mais força, as desigualdades reais se tornam cada vez mais intoleráveis. O autor oferece o exemplo da escola: na medida em

indivíduo⁴². Sua orientação reside no sentido de propor uma redução da escala de ação institucional, o que faz comparando diferentes estilos musicais. Embora longa, parece importante reproduzir sua comparação:

As diversas representações da vida social podem ser comparadas a estilos musicais. O programa institucional procede de uma concepção sinfônica da vida social. A ordem decola de uma divisão precisa do trabalho musical, divisão complexa e rigorosa, destruindo individualidades em benefício de um texto e de um chefe, de um deus *ex machina* ordenando a récita musical na medida em que cada um existe apenas porque tem seu papel e aceita perder-se como indivíduo. O programa institucional funciona como essa orquestra sinfônica [...]. Em oposição, a sonata é apenas a manifestação do indivíduo que a interpreta [...]. O encontro da sonata e da sinfonia engendra uma forma musical heróica e aristocrática na qual a massa musical está ao serviço da virtuosidade de um só [...]. **Nós vivemos em uma sociedade onde cada um de nós procura ser solista.** Não há mais que sonatas surdas umas às outras [...]. De tempos em tempos, por contragolpe, cada um se dilui na massa de uma orquestra sinfônica que tem todas as chances de se parecer uma fanfarra militar [...]. **Para fazer a música em conjunto e permanecer simultaneamente como si mesmo, é preciso direcionar-se a outras formas musicais, a meio caminho entre a ordem sinfônica e a realização pessoal do virtuoso. Esta forma musical existe, é a música de câmara, que do trio ao quinteto, realiza o milagre consistente de dar a cada um sua plena expressividade ao mesmo tempo em que constrói uma ordem coletiva [...].** É reduzindo as escalas que a contradição entre individualismo e holismo, entre individualismo e programa institucional pode se reduzir. Não se trata de construir ordens totais, onde cada indivíduo é religado ao todo, ou ordens heróicas, onde a liberdade de uns se paga com a submissão da maioria, mas ordens mais limitadas, mais autônomas, mais ajustadas à natureza dos problemas tratados. **É no nível intermediário que devem ser reconstruídas as instituições, quando elas não podem mais ser grandes orquestras, nenhum deus escrevendo a partitura, nenhum chefe sendo o intérprete.** (Dubet, 2002, p. 401- 403, grifos meus).

É em uma sociedade como essa, na qual os indivíduos são chamados a serem solistas – e, especialmente no mundo do trabalho, a serem “empregáveis” e gestores solitários de suas trajetórias profissionais – que vivem os jovens aqui retratados. Ao olhar para seus percursos individuais, também é preciso não ignorar a rede de relações nas quais estão inseridos, mas não é apenas a rede de relações sociais. Cada vez mais os indivíduos contam com “suportes” para se construir, na perspectiva de Danilo Martuccelli. Estes podem ser reais ou imaginários

que a desigualdade de acesso aos bens escolares se reduz entre as classes, esta redução é ao mesmo tempo insuficiente para suplantir o sentimento de frustração e de injustiça. A proteção aos mais pobres também parece menos assegurada, dado que muitos dos indivíduos são obrigados a se engajar em projetos e contratos. Isto é, aqueles mais desprovidos são convidados a participar de um jogo em que suas próprias chances de ganhar são as mais reduzidas (Dubet, 2002, p. 378-384).

⁴² Dubet procura escapar tanto de uma leitura nostálgica, quanto de uma leitura otimista do declínio do programa institucional. Para o autor, este declínio é um processo histórico sobre o qual não há nem por que rir, nem porque chorar: “Nem chorar, porque não é possível ignorar as violências e ilusões das instituições, nem rir, porque não é possível desconhecer os dramas e dificuldades engendrados por esse declínio” (Op. cit., p. 371).

e não importam quantos sejam, e se são bons ou maus, mas sim o papel que desempenham nas experiências dos indivíduos. Esta perspectiva parece bastante significativa na medida em que pode permitir olhar para os percursos dos jovens de baixa renda, buscando o modo como vivem subjetivamente sua condição. É o próprio Martuccelli (2001) quem nos alerta: muitas vezes o fato de os indivíduos não estarem inseridos em redes materiais fortes, como por exemplo, no trabalho, não necessariamente significa incapacidade de se construírem a partir de si mesmos, como será aprofundado mais adiante.

Ao longo da vivência de sua condição juvenil, os jovens aqui investigados podem estar (ou não) antecipando elementos mais marcadamente associados à vida adulta. Seus trajetos podem indicar diferentes caminhos para essa outra fase da vida. Seguiriam um curso mais “linear” ou mais “labiríntico”? Mesmo considerando que a dimensão do trabalho não é única nesse processo, é ela que se pretende focar. Como lembra Singly (2000), o trabalho ainda representa, em nossa sociedade, o meio privilegiado para se atingir independência econômica. Na perspectiva de Dubar (2001, p. 105), “o trabalho permanece central tanto no funcionamento econômico, quanto na estruturação social e no desenvolvimento psíquico”, posto que:

As questões apenas se colocam se pensarmos que o trabalho assalariado ainda tem um amanhã. Se pensarmos, ao contrário, que o trabalho como emprego está em vias de desaparecer, assim como a sociedade salarial, que caminhamos na direção de uma sociedade do tempo livre e da multi-atividade, então a perspectiva é diferente. Que esta última possa constituir um projeto político global, de longo prazo, utópico no melhor dos sentidos, é legítimo. Que ela descreva uma tendência verificável, uma evolução em curso, um movimento que conduz ao fim do trabalho, é muito contestável. (Dubar, 2001, p. 105).

Assim, pode-se perguntar sobre os pesos da instabilidade, das constantes idas e vindas no mundo do trabalho, bem como dos suportes que os jovens encontram para lidar com essas circunstâncias em suas trajetórias. E isso parece ainda mais importante se considerarmos a realidade brasileira, na qual o trabalho, para além da escola, é parte da vivência da juventude para uma parcela considerável dos jovens (Madeira, 1986; Sposito, 2005).

E se no momento atual a heterogeneidade das condições de emprego se avolumam, ela já era realidade há tempos no Brasil. Diferentemente dos países europeus, aqui as formas institucionalizadas de proteção e o apoio aos desempregados ainda são bastante frágeis, e os empregos protegidos do setor formal sempre se combinaram a uma grande parcela de atividades informais, comumente chamadas de *bicos* (Guimarães, 2002).

Nesse sentido, a realidade da grande maioria de jovens e adultos no mercado de trabalho brasileiro sempre esteve muito mais próxima da instabilidade, das idas e vindas e de

um constante “se virar” para conseguir “ganhar a vida”. À medida que a crise no mundo dos empregos se acirra, novas estratégias estariam se desenvolvendo entre os jovens e suas famílias? Que novos (ou velhos) mecanismos e representações constroem para lidar com essa situação diante do incremento, ainda que limitado, de ações públicas em direção aos jovens e aos desempregados? Que mudanças (ou não) poderíamos encontrar na articulação entre os mundos do trabalho e da escola, tradicionalmente combinados na vida de muitos jovens de baixa renda do país?

Quando se trata de refletir sobre a condição juvenil no Brasil, a dimensão do trabalho tem sido apontada como central, contendo em si diferentes sentidos para os jovens brasileiros. De modo geral: necessidade; fonte de independência, inclusive permitindo a própria vivência da condição juvenil; possibilidade de realização pessoal; exploração (Corrochano, 2001; Guimarães, 2005; Martins, 1997). Ainda que esses sentidos possam variar segundo diferentes perfis juvenis, parece não existir dúvida sobre a importância do trabalho em suas vidas. Ao mesmo tempo, parece ser sobretudo “por sua ausência, por sua falta, pelo não trabalho, pelo desemprego” que o trabalho emerge em algumas pesquisas recentes como uma das maiores preocupações, interesses e demandas juvenis (Guimarães, 2005).

Assim, torna-se ainda mais significativo um olhar em torno da categoria desemprego enquanto construção social, vivida e significada de modos diversos segundo diferentes contextos e perfis de trabalhadores (Demazière, 1995a, 1995b; Guimarães, 2005a). Este será o próximo passo.

1.3 O desemprego enquanto categoria social e histórica⁴³

O desemprego, tal como tradicionalmente concebido⁴⁴, é uma categoria socialmente construída. Sua emergência está fortemente ligada ao desenvolvimento da sociedade salarial moderna⁴⁵ e da imposição de uma nova forma de relação com o trabalho e diferentes padrões

⁴³ Nesta tese foram privilegiados estudos franceses em torno do emprego, desemprego e juventude em virtude da realização de um estágio no Iresco/ Paris, bem como da importância da França na produção acadêmica em torno dessas temáticas.

⁴⁴ Para Demazière (1995a), o desemprego é a condição à qual estão sujeitos trabalhadores regulares, temporal e involuntariamente sem trabalho, sendo passível de análise e mensuração estatística, e incorporado a um estatuto jurídico.

⁴⁵ Embora seja fundamental considerar as diversas configurações assumidas pela relação salarial moderna, bem como as suas diferentes interpretações, sintetizamos aqui algumas de suas características na perspectiva de Castel (1998). Segundo esse autor, que parte de abordagem regulacionista, o desenvolvimento da relação salarial moderna se vincula a determinado modo de remuneração da força de trabalho (o salário), um modo específico de

de vida entre os trabalhadores (Castel, 1998; Demazière, 1995a, 1995b; Maruani e Reynaud, 1993; Salais et al. 1986; Topalov, 1994).

Até o século XIX, nem mesmo a palavra desemprego fazia parte do vocabulário europeu. Todos aqueles que não conseguiam prover sua existência, necessitando de algum tipo de assistência, eram identificados como pobres, vagabundos, incapazes, inválidos ou vadios (Topalov, 1994). Por seu turno, a evolução do modo de produção capitalista em meio à acelerada Revolução Industrial já apontava, para economistas clássicos como Adam Smith e David Ricardo, e posteriormente para Karl Marx em meados do século XIX, o impacto do desenvolvimento e da difusão das máquinas e da automatização sobre o nível de emprego industrial – fenômeno que voltaria a se tornar crítico para a sociedade ocidental no final do século XX, a partir da difusão da tecnologia microeletrônica nos sistemas de produção e gestão.

O desenvolvimento da relação salarial moderna separa capital e trabalho, demanda e oferta, tempo de trabalho e não-trabalho, gestão e produção, anos de emprego contínuo e aposentadoria e até mesmo as idades da vida⁴⁶, vinculando boa parte dos direitos sociais que progressivamente constituiriam o chamado modelo do *Welfare State*, ou Estado de Bem-Estar Social (tais como seguro-saúde, aposentadoria, indenização e seguro-desemprego), às condições de entrada e permanência nessa relação (Salais et al., 1986; Topalov, 1994).

Ao analisar o surgimento da categoria desemprego a partir do desenvolvimento da relação salarial, Salais et al. (1986) dão centralidade à empresa racional moderna e aos controles externos das situações de emprego e desemprego. Ao lado do progressivo afrouxamento dos laços entre trabalhadores e empregadores e da racionalização e mecanização da produção industrial, a gestão da condição dos trabalhadores que perdem seu trabalho passa a ser realizada por outras instituições. São criados instrumentos públicos para atender aos atores sociais diversos: empresas, trabalhadores assalariados e não-assalariados, sindicatos. Assim, para além de questões econômicas propriamente ditas, o desemprego

disciplina do trabalho regulamentando o ritmo da produção e o quadro legal que estrutura a relação de trabalho, ou seja, o contrato de trabalho e suas disposições. Tendo início a partir da Revolução Industrial, a condição de assalariado se desenvolve e, para assumir a condição de relação salarial fordista, cinco condições foram necessárias: 1) a separação entre trabalhadores efetivos e regulares e os trabalhadores inativos ou semi-ativos que devem ser excluídos do mercado de trabalho, de onde se origina a categoria desemprego; 2) a fixação do trabalhador em seu posto de trabalho e a racionalização do processo de trabalho; 3) a possibilidade dos operários consumirem, por meio do salário, os produtos da sociedade industrial, constituindo-se a produção em massa e consumo de massa; 4) acesso à propriedade social e aos serviços públicos e 5) o desenvolvimento do contrato coletivo de trabalho.

⁴⁶ Não por acaso, a emergência da categoria juventude também é resultado das transformações advindas dessa relação a partir do século XIX.

associa-se ao desenvolvimento de modelos de representação dos trabalhadores em variados espaços sociais, bem como à clara definição de procedimentos e instituições para seu controle. O desenvolvimento do Estado de Bem-Estar Social irá também contribuir para essa delimitação.

Outros personagens e fatores também podem associar-se à gênese dessa categoria. Prosseguindo e dialogando com a análise de Salais et al. (1986), Topalov (1994) relaciona a emergência da categoria a elaborações de outros personagens, como os reformadores sociais que procuravam criar dispositivos de intervenção sobre os pobres ao final do século XIX.

As categorias de desemprego e desempregado não são criadas simplesmente do desenvolvimento do assalariado industrial, não se tratando portanto de uma questão puramente econômica; mas sim por meio do dismantelamento e reorganização de outras categorias: junto e em oposição aos dispositivos de intervenção sobre a pobreza inscritas nas práticas de assistência pública e privada, junto e contra as representações do trabalho nascidas da experiência operária e retraduzidas pelas organizações dos trabalhadores. (Topalov, 1994, p. 10).

Pouco a pouco o trabalho de classificação dos reformadores sociais vai dissociando ao menos dois grupos de pobres: aqueles sem vínculos com o mundo do trabalho ou com vínculos esporádicos e intermitentes, e os trabalhadores regulares, submetidos à nova ordem salarial e que podiam encontrar-se temporariamente sem trabalho. Progressivamente, estes últimos serão identificados como desempregados (Demazière, 1995a, 1995b; Topalov, 1994). A noção de desemprego, inicialmente restrita a determinados círculos acadêmicos, ganha cada vez mais importância no debate público, tanto pelo problema em si, quanto pelas estratégias para sua resolução. Assim, os estudos de Salais et al. (1986) e Topalov (1994) são fundamentais na medida em que rompem o pressuposto do desemprego enquanto um dado econômico, objetivo e invariável, apresentando-o enquanto uma construção social em constante movimento (Maruani, 2002).

Essa consideração é fundamental nesta pesquisa, na medida em que refletir sobre o desemprego no Brasil pressupõe considerar a especificidade dessa categoria e de sua construção no país. Se a categoria desemprego se constitui a partir da generalização da relação salarial moderna, poder-se-ia falar em desemprego onde esta relação não se generalizou? Considerando-o estritamente como o outro do emprego assalariado, que se consolida e se generaliza a partir do desenvolvimento do Estado de Bem-Estar Social, Topalov (1994) chega a sugerir que em países da América Latina e África⁴⁷ o desemprego não existiria, uma vez que

⁴⁷ Segundo esses estudos, nas palavras de Topalov (1994, p. 23): “a incorporação das populações ao assalariado moderno se choca com os obstáculos insuperados desde as primeiras industrializações por substituição de

o assalariado regular não se constituiu enquanto forma dominante de emprego e não se erigiram mecanismos de seguridade social.

Mas algumas ponderações se fazem necessárias aqui. Em primeiro lugar, se o próprio autor considera que a categoria “desemprego” é socialmente construída, é possível inferir que, embora em países como o Brasil ela possa ser diversa (dadas as características de seu mercado de trabalho), isso não significa sua inexistência. Não podemos negar que, embora para um número restrito de trabalhadores – aqueles ligados ao mercado formal de trabalho –, a figura do desemprego existe à semelhança dos países desenvolvidos.

Além disso, mesmo entre indivíduos que nunca vivenciaram uma situação regular de emprego, a identificação como desempregado torna-se cada vez mais freqüente. Por detrás disso, parece estar a importância que o vínculo formal de trabalho adquire em nosso país desde os anos 1930 e 1940, com a institucionalidade criada ao longo do primeiro governo Vargas (“Era e ainda é o passaporte para o mundo, por assim dizer, mais estável de direitos no Brasil”, Cardoso et al., 2000, p.102), e ao mesmo tempo sua intensa presença no debate público nos últimos anos, quando o “desemprego” emerge ao lado da segurança pública enquanto uma das categorias que ocupam o topo das preocupações e angústias da opinião pública nacional, especialmente nas regiões metropolitanas. Assim, embora de maneira diferenciada, como não poderia deixar de ser, a categoria desemprego parece significativa e operacional no caso brasileiro, cabendo a esta tese mapear como os jovens aqui investigados a significam.

1.3.1 Emprego e desemprego, em torno de mudanças

Trabalho, emprego e desemprego se modificam fortemente, bem como suas representações tão amplamente generalizadas, e o debate em torno dessas mudanças tem se intensificado nos últimos anos. Partindo dos estudos realizados por Maruani (2000, 2002) e Demazière (1995a, 1995b), nota-se uma clara defesa da importância do emprego na vida dos indivíduos, já que ele ainda representa a possibilidade de obtenção de um “salário, um status

importações dos anos 1930 e 1940 e os programas de desenvolvimento que se seguiram. Não somente nos setores industriais ou terciários prevaleceu uma relação salarial estabilizada que ficou isolada do resto da sociedade, mas a ‘década perdida’ dos anos de 1980 conheceu um crescimento rápido da economia informal sob suas múltiplas modalidades. Nessas sociedades os sistemas de proteção social são, em regra geral, reservados somente aos setores onde se desenvolveu a relação salarial regular – função pública e grandes empresas excluindo a emergência de uma cidadania social em escala nacional. Outro ponto essencial: a indenização do desemprego é geralmente ausente desses dispositivos. A razão é simples: o desemprego não existe pois o assalariado regular não constitui a forma dominante de emprego”.

na sociedade, uma posição na família e uma identidade social” (Maruani, 2000, p. 55). Mas ambos os autores concordam que já não é possível falar de um mesmo emprego e desemprego, tal como no momento de constituição da sociedade salarial moderna. Efetivamente, para uns é oferecida a permanência em um emprego assalariado, por tempo indeterminado, com local de trabalho e jornada fixos; para outros, não há espaço e tempo fixos de trabalho, jornadas e contratos determinados. Deixando de ser meramente conjuntural e temporário, o desemprego cresce em volume e duração.

Em relação ao desemprego, é preciso repensar sua própria definição, sua mensuração, seus limites, suas novas formas e contornos (Demazière, 1995a, 1995b; Maruani, 2000, 2002; Maruani e Reynaud, 1993). O desemprego de longa duração se transforma em uma das mais importantes formas de manifestação do desemprego nos países centrais (Demazière, 1995b).

Se os primeiros estudos sociológicos sobre o desemprego já se debruçavam sobre a sua seletividade, considerando como operavam variáveis mais clássicas tais como sexo, idade, escolaridade e categoria sócio-profissional (Ledrut, 1966), trata-se agora de tornar evidente o funcionamento dessas variáveis em um momento em que o desemprego não se apresenta mais como conjuntural (Demazière, 1995b). Já não basta afirmar a seletividade do desemprego; é preciso tornar evidente que algumas desigualdades, como de sexo, idade, nacionalidade, classe, escolaridade, local de moradia e perfil profissional se reforçam, se multiplicam, se acumulam (Maruani, 2002). No contexto de países que construíram um sistema mais sólido de proteção social, o olhar para o desemprego de longa duração torna mais evidentes essas diferenças.

Quando observadas as taxas de desemprego, nota-se a presença de fortes desigualdades, a depender do perfil do desempregado. No entanto, um dos aspectos que chama atenção de um conjunto de autores franceses, fundamentalmente ao analisarem o desemprego de longa duração, diz respeito às crescentes dificuldades em definir quem de fato faz parte da população ativa, inativa ou desempregada⁴⁸ (Demazière, 1995b; Freyssinet, 1984; Maruani, 2002). Freyssinet (1984), por exemplo, já havia destacado essa complexidade. Uma das primeiras dificuldades apresentadas por esse autor diz respeito à própria combinação de critérios objetivos (não ocupar um emprego) e critérios subjetivos (como estar em busca de um emprego). Mas também, cada vez mais, as pessoas se encontram em posições

⁴⁸ Freyssinet (1984) apresenta uma distinção das situações básicas de composição da população em relação ao mercado de trabalho: a população ativa ocupa empregos ou procura ativamente empregos. Se a pessoa procura ativamente emprego pode ser considerada desempregada. Se não ocupa um emprego e também não procura ativamente emprego é considerada inativa. O fato é que essas situações estão cada vez mais imbricadas.

intermediárias (nas “frangas”) entre o emprego, a inatividade e o desemprego, e isso poderá ser mais ou menos forte, atingir um ou outro grupo social em função não apenas das escolhas dos indivíduos, mas também dos papéis atribuídos a determinado grupo, do contexto societal e dos mecanismos institucionais (Freyssinet, 1984).

Embora apresentem as diferentes formas de medir o desemprego, sobretudo na França, bem como os diferentes resultados a partir das metodologias utilizadas, Freyssinet (1984), Demazière (1995b) e Maruani (2002) não estão interessados em avaliar as boas ou más maneiras de medir, mas em perceber a partir de quais normas sociais as medidas são construídas. Enfatizam fortemente que ser desempregado vai muito além de estar sem emprego e em busca de um, é ser socialmente legitimado nessa busca e assim ser incluído na composição das taxas de desemprego. Só será desempregado quem for reconhecido como tal. Nesse sentido, o desemprego associa-se ao direito ao emprego (Maruani, 2000, 2002).

O interesse da pesquisa por essa reflexão direciona-se ao debate em torno dos grupos que, mais ou menos facilmente, são considerados desempregados e, portanto, mais ou menos socialmente legitimados na busca de emprego, bem como sobre a maneira diversa como as políticas públicas incidem sobre eles. Nesse aspecto, os estudos de Maruani (2000, 2002) são fundamentais.

Maruani (2000, 2002) aprofunda o debate iniciado em Freyssinet (1984): se há dificuldade em olhar os grupos que estão sempre circulando por fora das definições oficiais de desemprego – nas “frangas” – é porque esses grupos são constituídos sobretudo por mulheres. Há grupos para os quais a legitimidade em possuir um emprego e, conseqüentemente, ser considerado desempregado, nunca foi questionada – homens, chefes de família, por exemplo. São os chamados “núcleos duros”, cujo modelo de trabalho está pautado no emprego assalariado em tempo pleno e estável. Entre as mulheres é muito mais fácil amalgamar as diferenças entre uma desempregada por desalento⁴⁹ ou temporariamente indisponível para o mercado e uma dona de casa.

É possível fazer essas mesmas indagações para o caso juvenil. Ao estudar jovens em situação de emprego precário e desemprego em Portugal, Pais (2001) aponta o desajuste entre as taxas de emprego e desemprego, pois, como já assinalado, os percursos profissionais dos jovens são fortemente marcados pela transitoriedade e aleatoriedade; pela imersão em empregos precários e informais; de modo que sua situação manifesta um claro desajuste entre

⁴⁹ O desemprego oculto pelo desalento caracteriza indivíduos que não possuem trabalho e desistiram de procurar emprego por desestímulo das condições do mercado de trabalho (Dieese, 2001, p. 325).

os conceitos de emprego e desemprego existentes e suas realidades (Pais, 2001). Poder-se-ia questionar se esses desajustes também não estariam relacionados a uma maior tolerância em relação ao desemprego e à inserção dos jovens em empregos precários, como faz Maruani (2000, 2002) para o caso das mulheres.

Prosseguindo na análise de Maruani (2000, 2002), essa autora chama atenção para a categoria inatividade. Não é suficiente olhar apenas para o desemprego, é preciso também observar o que ocorre com a inatividade, pois quanto mais pessoas forem incluídas na inatividade, mais reduzidas serão as taxas de desemprego. Nesse caso, Maruani (2000, 2002) destaca o papel das políticas públicas.

Entre a inatividade e o desemprego, podemos encontrar uma parte de arbitragem individual: em certos casos, podemos escolher nos apresentarmos como desempregado ou inativo. Há igualmente uma parte de decisão estatística: tomamos o partido de aplicar este ou aquele critério e, em função disso, de classificar tal indivíduo como inativo ou desempregado. Há enfim a parte das políticas públicas que optam pela inatividade deste ou daquele grupo social. (Maruani, 2002, p.47).

Nesse sentido, a autora identifica políticas que acabam por incitar a inatividade entre determinados grupos sociais, ressaltando fundamentalmente aquelas dirigidas aos mais velhos e mulheres. Seria possível dizer o mesmo em relação aos jovens? Como estratégia frente ao elevado desemprego juvenil, diversos países europeus têm desenvolvido variadas políticas de inserção dirigidas a jovens. Na França, várias medidas são tomadas na perspectiva de fazer a intermediação entre o emprego assalariado autônomo e de pleno direito e a marginalidade: estágios, formações, dentre outras ações (Dubet, 1999). Esses “dispositivos”⁵⁰, de acordo com Dubet (1999), podem representar um risco real de instalação dos jovens na precariedade, o que parece acirrar-se nos tempos recentes⁵¹. Assim, torna-se significativa a investigação dos

⁵⁰ “O fim do estágio, do CDD [contrato de duração determinada] ou da formação em alternância, nem sempre insere o jovem no mercado de trabalho. Esta característica de precariedade organizada é também acentuada pelo fato de que a mão-de-obra juvenil é utilizada como uma ferramenta contra a ‘rigidez’ do mercado e do direito ao trabalho” (Dubet, 1999, p. 37).

⁵¹ Em certa medida, as manifestações de jovens franceses ocorridas em março de 2006 representaram um protesto contra uma medida que implicava maior precarização do trabalho. Por semanas seguidas, multidões de jovens franceses ocuparam as ruas e praças de Paris contra uma nova lei aprovada sem debate prévio e considerada contra seus interesses, o Contrato Primeiro Emprego ou CPE. A polêmica foi motivada, principalmente, por uma cláusula que permitiria às empresas demitirem, nos dois primeiros anos de trabalho, funcionários de até 26 anos de idade, por “justa causa”, isto é, sem pagar direitos trabalhistas. Diante disso, avaliou-se que o CPE, a pretexto de combater o desemprego entre jovens, daria o primeiro passo rumo a uma reforma mais ampla na legislação, com precarização dos direitos trabalhistas e flexibilização dos termos de contratação e trabalho. Em entrevista ao *Le Monde*, François Dubet avaliou que por meio das manifestações contra o CPE os jovens estariam expressando suas inquietações quanto à eficácia de seus estudos e ao lugar que a sociedade vai lhes oferecer. À semelhança dos movimentos dos jovens das periferias francesas (“cités”) ocorridos em outubro de 2005, Dubet (2006) avalia que os jovens (ainda que de formas diversas) estão questionando a própria sociedade francesa, dado que, diante da sucessão de escolhas econômicas e sociais que os

olhares de jovens que participaram de um dispositivo que tinha como argumentação central a elevação das taxas de inatividade entre jovens como estratégia para a redução dos índices de desemprego.

Nesse sentido, outro aspecto contido nos estudos de Maruani (2000, 2002) relaciona-se à emergência pública do debate em torno do desemprego e das políticas dirigidas ao seu combate. A autora enfatiza que, embora o desemprego feminino alcance taxas mais altas em grande parte dos países, destacadamente na França, ele não emerge com tanta força na cena pública se comparado ao desemprego de jovens, por exemplo. E vai mais além ao afirmar que a evidência dada ao desemprego de jovens pode mascarar desigualdades mais clássicas associadas a sexo, classes sociais e nacionalidade.

Esses questionamentos são muito significativos. Em primeiro lugar, é central tornar evidente que as desigualdades também perpassam fortemente os mais jovens, fundamentalmente no mundo do trabalho, sem desconsiderar a diversidade contida entre os sujeitos jovens. São jovens, mas também pertencem a um determinado sexo, classe social, etnia, com maior ou menor escolaridade, e essas diferenças também têm um determinado peso em relação às transições ocupacionais, como destacam diversos autores (Galland, 1997; Pais, 2001; Pochmann, 1999, 2000). Em segundo lugar, a perspectiva da autora inspira interrogações sociológicas sobre a própria intensificação do debate no campo político e público sobre o desemprego juvenil no Brasil nos últimos anos. Em pesquisa comparativa sobre o desemprego aqui, no Japão e na França, Guimarães et al. (2004) revelam uma intensa diversidade de padrões de transição ocupacional, segundo contextos institucionais diversos. Percebem que o modo como os indivíduos vivem e significam as situações de desemprego também parece variar em função da existência ou não de políticas públicas sistemáticas. Nesse sentido, questionam se as recentes políticas implantadas no Brasil poderiam produzir mudanças nos modos de viver e representar o desemprego.

Os autores aqui relacionados permitiram reconhecer a importância em considerar os atores institucionais que tomam parte na definição da legitimidade em torno do emprego/desemprego e das ações nesse campo, no caso desta tese, particularmente do poder público. No entanto, a compreensão do desemprego não se dá sem que também sejam considerados os próprios sujeitos (Demazière, 1995a; Guimarães, 2002) – nesta tese, os jovens. Nesse sentido,

governos têm feito, os jovens têm sido um dos grupos que mais perdem, o que se torna visível nas mais elevadas taxas de desemprego juvenil na França quando comparadas às de outros países europeus. Nas palavras de Dubet (2006, p.1): “A sociedade [particularmente a sociedade francesa] não considerou a promessa feita aos jovens”. Cf. Charette (2006).

parece importante reconstruir, mesmo sucintamente, o modo como alguns estudos focalizaram a experiência do desemprego entre eles.

1.3.2 Os jovens e os sentidos do trabalho e do desemprego

A relação dos jovens com o universo do trabalho e as representações dessa dimensão diferenciam-se ao longo do tempo e espaço, e em um mesmo momento histórico-social, segundo as perspectivas dos diferentes grupos. Para uns, a juventude se constitui mais fortemente como um momento de preparação para o ingresso no mundo do trabalho; para outros, o trabalho faz parte de sua realidade desde muito cedo, principalmente se considerarmos países como o Brasil.

É possível perguntar, tal como o faz Castel (1999), se os jovens têm uma relação específica com o emprego e, poder-se-ia acrescentar, com a falta de emprego. À medida que o mundo do trabalho se transforma profundamente, variados estudos destacam como os jovens são mais atingidos pelo desemprego de massa e pelo aumento da precarização das relações de trabalho (Castel, 1999; Dubet, 1999; Pais, 2001). De fato, como já destacado, a partir da crise dos “Trinta Gloriosos” nos países centrais, a preocupação com a “transição” da escola para o mundo do trabalho foi tomada como centro do debate em torno da transição para a vida adulta.

Além disso, o debate sobre a própria maneira de medir as taxas de emprego e desemprego também tem ressonâncias na discussão em torno do lugar dos jovens no mercado de trabalho (Galland, 1997; Maruani, 2002; Pais, 2001). O fato de os jovens ainda não serem ou serem pouco socializados no mundo do trabalho, especialmente considerando os países mais desenvolvidos, também tem produzido inúmeras questões relativas às suas atitudes em relação ao trabalho e ao desemprego (Castel, 1999; Dubet, 1999; Gorz, 1991; Pais, 2001; Schehr, 1999). Parece razoável que o desemprego seja vivido de uma maneira diferente por um operário que tenha trabalhado por anos em uma fábrica e por um jovem que nunca trabalhou ou só realizou pequenos trabalhos temporários, o que não necessariamente significa uma recusa ao trabalho (Castel, 1999). Mas, além das diferenças geracionais, é possível encontrar, entre os próprios jovens, formas diversas de experimentar a relação com o trabalho e com o desemprego. Nesse sentido, é fundamental o diálogo com alguns estudos que tiveram como foco a análise dos significados do desemprego entre jovens. Sem a pretensão de uma

revisão exaustiva, serão apontadas algumas análises, em especial européias, que podem oferecer pistas para essa investigação.

Entre o final dos anos 1970 e o início dos anos 1980, o desemprego juvenil emergiu na cena pública européia como um problema, desencadeando um conjunto de políticas (Demazière, 1995a) e de estudos em que essa visibilidade não é questionada, como sugerem os estudos de Maruani (2000, 2002). Entretanto, a mais curta duração do desemprego nesse momento parece marcar, em boa medida, a maneira de olhar as experiências dos jovens desempregados (Schehr, 1999). Para além de explicar a experiência do desemprego propriamente dito, tratava-se de oferecer respostas à seguinte questão: estariam os jovens recusando o trabalho?⁵²

Assim, de acordo com análises de Demazière (1995a) e Schehr (1999), a forte relação entre o valor atribuído ao trabalho e a experiência do desemprego marcou alguns estudos do início dos anos 1980 (Galland e Louis, 1978; Le Mouel, 1981; Schnapper, 1981). Le Mouel (1981)⁵³ identifica dois tipos de desemprego entre os jovens: “desemprego doença” e “desemprego banalizado”. O primeiro está presente entre aqueles que consideram o emprego enquanto dever no sentido moral, e também fundamental para sua própria sobrevivência, vivenciando o desemprego como uma situação traumática, à semelhança do que já diziam alguns estudos mais clássicos sobre a experiência do desemprego (Lazarsfeld et al., 1981; Ledrut, 1966). Dentre os jovens que se demitiram de seus empregos assalariados e menos premidos pela necessidade, Le Mouel (1981) identificou uma menor valorização em relação ao mundo do trabalho e um intenso questionamento em relação ao trabalho assalariado. Nesse sentido, o tempo do desemprego é vivido como tempo de reflexão e de elaboração de projetos. Por este segundo grupo, o autor questiona a experiência do desemprego como sofrimento, presente em Ledrut (1966), e aponta a possibilidade de um “desemprego feliz”.

Não muito distantes dessa perspectiva, Galland e Louis (1981) irão identificar três categorias de desemprego entre jovens moradores de diferentes cidades da França: o “desemprego de resistência”, vivido negativamente entre jovens que eram em sua maioria operários e que viam o trabalho enquanto valor e fonte de dignidade; o “desemprego banalizado”, não vivido como uma catástrofe por jovens que eram na maior parte de classe média, desencantados com a inadequação entre sua formação e seus projetos; e o

⁵² Em resposta à tese da alergia ao trabalho entre jovens. Sobre essa tese ver: J. Rousselet, *L'allergie du travail*. Seuil. Paris. 1974.

⁵³ A partir do estudo de jovens que se dirigiam a uma Agência Nacional de Emprego, em um bairro da periferia francesa.

“desemprego de exclusão”, marcante para jovens sem formação adequada e com muitas dificuldades de inserção, para os quais qualquer trabalho é adequado, importando muito mais o estatuto de trabalhador. Contudo, e diferentemente de Le Mouel (1981), esses autores apresentam uma análise mais aprofundada da relação entre a experiência anterior de trabalho, principalmente entre operários, e as dificuldades de inserção no mercado⁵⁴. São elas que marcam a vivência do desemprego, pois o período do desemprego não aparece como significativo para provocar mudanças de comportamento.

Embora o estudo de Schnapper (1981) não tenha sido realizado apenas com jovens, sua amostra era representativa dos desempregados em 1979, ano em que os jovens representavam 46% dos desempregados na França (Schehr, 1999), e é um dos estudos referenciais para pesquisas dos anos 1990. O autor identifica três tipos de experiências de desemprego: o “desemprego total”, que é caracterizado pela humilhação e o tédio, principalmente entre trabalhadores manuais; o “desemprego invertido”, significando uma vivência do desemprego desdramatizada, posto que o período do desemprego é considerado transitório, permitindo a redefinição de projetos pessoais (sendo este fortemente presente entre jovens com escolaridade mais elevada e trabalhadores não manuais) e, por fim, o “desemprego postergado”, no qual a situação de desemprego não é vivida como tal, mas como um período de busca ativa de um novo emprego e formação. Este último era predominante entre executivos e jovens com fortes perspectivas de ascensão.

A impossibilidade de o desemprego ser vivido de uma única forma é um dos avanços e consensos em torno dessas pesquisas. Embora com mais ou menos ênfase em um ou outro aspecto, é a relação do jovem com o mundo do trabalho e seus significados que pautam as experiências do desemprego. Em Galland e Louis (1981) e Schnapper (1981), elas também se diferenciam a depender da classe social, escolaridade e do perfil profissional. Mas a variável ainda mais central é o próprio trabalho. Praticamente inexistem referências às diferenças de sexo e etnia ou ao papel dos mecanismos normativos e institucionais.

⁵⁴ A inserção e a formação profissional de jovens de 16 a 25 anos, associadas à qualificação dos territórios regionais, são objeto de uma série de programas de iniciativa comunitária no caso francês contemporâneo, a exemplo dos projetos sob responsabilidade das missões locais de Trois Vallées e de Senart, no âmbito de um processo coordenado pela Comissão Européia e pelo governo francês (Comission Européene et al., ca. 2005). Por sua vez, Jean (2006) aponta a existência de três tipos de “contratos apoiados” (“contrats aidés”) via políticas públicas, específicos para certas categorias de demandantes de emprego: os contratos que vinculam emprego e formação em lógica de alternância, os contratos destinados a favorecer a inserção profissional de jovens sem contrapartida obrigatória de formação e os contratos que, embora não destinados aos jovens, são acessados por eles.

Nos anos 1990, com o aprofundamento das mudanças no mundo do trabalho assalariado, o acirramento do desemprego e a crescente precarização do mercado de trabalho, alguns autores irão enfatizar, por um lado, que as atitudes dos jovens em relação ao trabalho seriam a expressão mais visível de uma mutação cultural que marcaria o fim da centralidade do trabalho (Gorz, 1991; Schehr, 1999); por outro lado, encontra-se um conjunto variado de estudos problematizando essa perspectiva, e argumentando que não se estaria diante de uma perda da centralidade do trabalho (Bajoit e Franssen, 1993; Castel, 1999; Sanchis, 1997; Pais, 2001).

Partindo da tipologia do desemprego de Schnapper (1981), Bajoit e Franssen (1993) irão argumentar que a insatisfação dos jovens com o trabalho e emprego não implica uma valorização positiva do desemprego. Nesse sentido, acabam por questionar a relação direta estabelecida entre os sentidos e experiências do trabalho e a experiência do desemprego, pois localizam entre os jovens investigados uma experiência negativa do desemprego, mesmo entre aqueles que não valorizavam o trabalho enquanto dever moral. Evidentemente os autores não irão afirmar que o desemprego tem um mesmo sentido para todos os jovens.

De forma geral, o desemprego é vivido de maneira mais dramática entre jovens com menos recursos econômicos, escolares e culturais; e de forma mais banalizada entre jovens com maiores recursos. Bajoit e Franssen também identificam jovens, sobretudo executivos e com forte poder de negociação no mercado de trabalho, vivendo o desemprego enquanto momento ativo de busca de emprego, à semelhança de Schnapper (1981). Mas o instigante em sua análise relaciona-se à convivência dos diferentes sentidos. Não há, de um lado, o desempregado feliz; e, de outro, o desempregado deprimido. Mesmo um jovem com elevados recursos pode viver o desemprego de forma banalizada e sofrida simultaneamente. Essa combinação de lógicas associa-se aos recursos econômicos, culturais e escolares, às relações estabelecidas com a família, bem como à diversidade de orientações em relação ao mundo do trabalho – perspectiva que parece aproximar-se da análise dos percursos dos jovens aqui investigados, como será evidenciado. Mas a combinação das diferentes lógicas não significa para Bajoit e Franssen (1993) que o desemprego deixe de trazer consigo, em grande medida, o sentimento de desvalorização em função do “rótulo de desempregado”.

A partir de uma revisão detalhada de vários estudos, realizados em diferentes países, que focaram o desemprego entre jovens, Schehr (1999) enumera um conjunto de questões sobre o momento atual do desemprego, principalmente em sua nova forma, o desemprego de longa duração. Se o desemprego não é mais um “episódio” no interior de uma vida de assalariamento, como isso modifica os sentidos dados a ele?

Em relação aos jovens, essas questões ganham peso ainda maior, pois, como afirma o autor, boa parte deles nunca conheceu a identidade pelo trabalho e a seguridade do emprego. Embora sem negar que o desemprego possa comportar uma dimensão de sofrimento, Schehr (1999) questiona os estudos que tomam como ponto de partida o modelo de trabalho assalariado, onde o desempregado é representado apenas por aquilo que não é, ou seja, trabalhador assalariado. E reconhece que, para alguns jovens, o emprego estável não é mais a prioridade. Nessa perspectiva irá identificar experiências diversas do desemprego juvenil, localizando novas formas de relacionamento com o desemprego e com o tempo do desemprego. Assim, para uns, o tempo de desemprego ainda se opõe claramente ao tempo estruturado do trabalho; mas, para outros, pode ser o tempo de viver de modo mais tranquilo ou fortemente ligado ao cotidiano, ao presente, ao maior tempo livre para vivenciar outras experiências. Nesse sentido, podem explorar novas atividades e projetos.

No entanto, bem como nos outros estudos, a análise de Schehr (1999) é restrita em relação à presença de outras instituições. Que mecanismos podem possibilitar ou não ao jovem viver o tempo de desemprego como um tempo para explorar novos projetos? Muitos podem apresentar para si e para o mundo outros desafios em relação ao trabalho, mas quantos conseguirão de fato ultrapassá-los?

Desse modo, Pais (2001) nos traz elementos muito significativos para a análise: olhar para os modos como jovens vivenciam o trabalho, o trabalho precário ou o desemprego a partir do cruzamento da análise de transição biográfica – a articulação de seu futuro com o passado, com uma análise mais estrutural das redes e dos recursos sociais com os quais os jovens podem ou não contar⁵⁵.

No caso brasileiro, o acesso a empregos regulares e protegidos foi uma condição geralmente restrita. Ao mesmo tempo, as formas de institucionalização do desemprego são muito recentes e frágeis, poucas e atuais são as formas de apoio aos desempregados e as políticas para o enfrentamento da grave e profunda diminuição de empregos formais que se deu principalmente na década de 1990 (Guimarães, 2002). É certo que essa configuração tem

⁵⁵ Telles (2006, p. 73) menciona a simultaneidade dos tempos sociais e biográficos, “que permitem traçar a contemporaneidade entre, de um lado, os que falam, com um tom épico e também nostálgico, dos tempos do emprego farto, das trilhas que seguiram [...] nos espaços da cidade, das promessas dos anos 60/70 e, de outro, as gerações mais novas, cujas experiências [...] são conjugadas em um outro jogo de referências tecido entre a dureza do desemprego e do trabalho incerto, a atração encantatória do moderno mercado de consumo, e também os novos circuitos de sociabilidade tramados na interface das mudanças operantes no mundo do trabalho e na cidade. Simultaneidade entre a desestabilização ou erosão dos mundos sociais construídos em torno do trabalho regulado para os que foram afetados em cheio pela reestruturação produtiva e os que [...] constroem outros campos de possibilidades”.

efeitos significativos sobre as experiências subjetivas do desemprego (Guimarães, 2002). Nessa direção, cabe um olhar para as maneiras como o Estado brasileiro tem enfrentado a questão do desemprego, mais particularmente do desemprego juvenil. Antes, porém, parece importante um olhar mais aprofundado em torno do modo como alguns estudos brasileiros focalizaram a questão do emprego e do desemprego juvenil. Tal como anteriormente assinalado neste estudo, a dimensão do trabalho para os segmentos juvenis, particularmente aqueles oriundos das camadas populares, foco central desta tese, parece guardar um lugar diferenciado em relação ao contexto europeu, como destaca Hasenbalg (2003b):

A transição escola-trabalho apresenta grandes variações tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento, havendo também, nesses dois grupos de países, importantes variações nos nexos institucionais entre o sistema educacional e o mercado de trabalho. Estudos recentes dessa transição em países desenvolvidos focalizam a relação entre qualificações educacionais resultantes do mercado de trabalho no ponto em que os indivíduos se deslocam da escola para o primeiro emprego [...] Por trás dessa assertiva existe a suposição de que, tipicamente, os jovens ingressam no mercado de trabalho depois de fechado o seu ciclo de educação formal. Esta é uma suposição realista nesses países, onde a norma é que os jovens façam trajetórias escolares relativamente prolongadas, cumprindo minimamente a educação compulsória estipulada [...]. Duas características da transição escola-trabalho no Brasil – bem como em outros países latino-americanos – dificultam a observação em forma ‘pura’ da relação entre qualificações educacionais e o ponto de entrada no mundo do trabalho. Essas características são (1) o ingresso precoce no mercado de trabalho e (2) a conciliação ou superposição de estudo e trabalho. (Hasenbalg, 2003b, p. 147-148).

No Brasil, considerando a relação dos adolescentes e jovens com o trabalho, as primeiras preocupações em termos de pesquisa datam dos anos 1970. Até esse período, eram os jovens estudantes de classe média, e não os trabalhadores que estavam no centro da preocupação de pesquisadores (Foracchi, 1972; Ianni, 1968). A partir de então, quando se verifica um aumento no número de jovens trabalhadores, resultado do modelo econômico da época e das necessidades de sobrevivência e ampliação do padrão de consumo entre as famílias (Madeira, 1986; Abramo, 1994), o interesse em compreender as razões que levam o jovem para o trabalho e a situação do mercado de trabalho para este grupo ampliam-se, especialmente em torno da questão do emprego e do desemprego juvenil. Já nos anos 1980, Madeira (1986) argumentava em torno da importância do trabalho entre os jovens, inclusive para a constituição de uma identidade juvenil, no Brasil.

Analisando as estatísticas oficiais dos censos demográficos (1970-1980) e das Pnads, no país como um todo e, particularmente, nos estados de São Paulo e Pernambuco, Madeira (1986) observa que ao longo da década de 1970 uma parte importante da população juvenil

passa a se inserir de uma maneira mais “moderna” na sociedade, seja pela escola, seja pelo trabalho ou pelo lazer. Nesse sentido, a identidade jovem estendeu-se para uma parcela maior da sociedade:

Assim, a expansão das oportunidades de trabalhos remunerados, dos empregos formais, reforça aspirações, ambições e também a onipotência, e torna mais claramente explícitos os conflitos entre as gerações. A democratização da escola, ao mesmo tempo que aviva as aspirações, satisfaz carências de sociabilidade (sobretudo no caso das jovens); os meios de comunicação se encarregam de criar símbolos visíveis e claros de identidade jovem, o sistema de ‘consumo’ torna-os acessíveis seja pela queda de qualidade, seja pelo barateamento do produto, seja pela criação do sistema crediário. (Madeira, 1986, p.18).

A referida autora atenta para o fato de que, ao mesmo tempo em que mudanças importantes ocorrem na esfera produtiva e a escolaridade se amplia, isso não impacta de modo negativo na contratação de “menores”, assinalando o que chama de “falácia da teoria da modernização”. Sem aprofundar esse debate, o que interessa aqui registrar é que nesse período crianças, e sobretudo adolescentes e jovens, inseriam-se com primazia no setor secundário da economia e, dentro desse setor, preferencialmente entre os empregados (Madeira, 1986, p. 22). Apenas para ilustrar, a autora acentua que na década de 1970 a taxa de crescimento de empregos para menores na faixa de 12 e 17 anos completos foi da ordem de 250%. Assim, Madeira conclui que, além do “rejuvenescimento” do trabalho urbano, houve também uma “formalização” do mesmo. Já nos anos 1980, a autora observa que, a despeito do período recessivo – em que se elevam os níveis de desemprego nos setores mais “dinâmicos”, aumentam os níveis de “subemprego” e observa-se “a deterioração das condições de vida da classe trabalhadora” –, os jovens não foram tão fortemente atingidos pelo desemprego quanto os adultos, especialmente adultos do sexo masculino.

O aumento da presença juvenil no trabalho urbano é um dos fatores que leva a autora a problematizar a compreensão do trabalho da criança e do jovem através da óptica mais recorrente que se concentra tradicionalmente nos aspectos aparentes da marginalidade e pobreza. Para Madeira: “é preciso recuperar analiticamente o trabalho da criança e do adolescente (como se fez com o trabalho da mulher) como parte integrante e estrutural do processo social de produção” (Madeira, 1986). O estudo da autora foi um dos primeiros a indicar que, para além da questão da necessidade de sobrevivência ou ajuda à família, o trabalho juvenil permitia que parte desse dinheiro pudesse ser utilizado pelo jovem para seu próprio consumo, seja para aquisição de vestimentas e calçados, seja para atividades culturais e de lazer, seja, inclusive, para possibilitar seus estudos (Madeira, 1986; Madeira e Bercovich, 1992). De certa forma, os diferentes estudos que abordam a questão do trabalho juvenil

concordam com essa visão (Corrochano, 2001; Dauster, 1992; Abramo, 1994; H. Martins, 1997; Sposito, 1994; 2005). A partir de suas análises, já nos anos 1980, Madeira (1986, p. 24) problematizava as taxas de desemprego juvenil:

Assim, as taxas de desemprego aberto [entre os jovens] são tradicionalmente muito baixas. Sabe-se, entretanto, que as informações expressas nesses indicadores pouco têm a ver com a real disponibilidade ou desejabilidade do exercício de uma atividade remunerada constante entre a população jovem brasileira. É que a grande maioria dos jovens encontram-se numa situação de desemprego mascarado, oculto, seja pela realização de trabalhos precários, comumente conhecidos como ‘bicos’, seja na forma de desempregados desalentados, neste caso entre aqueles que deixaram de procurar trabalho em função do desestímulo do mercado de trabalho.

Por outro lado, Madeira (1986) também evidenciava que o desemprego dos jovens apresentava valores altíssimos quando ampliavam-se as possibilidades concretas de conseguir trabalho. Na pesquisa qualitativa que realizou, observou parcela considerável de jovens que em sua maioria declaravam-se desempregados não pela dificuldade em encontrar emprego, mas porque era difícil encontrar um emprego que correspondesse às suas expectativas. Nesse sentido, para a autora, o conceito de intermitência estaria mais próximo do jovem que o conceito de desemprego e inatividade, muito embora ressalte a dificuldade em generalizar essa afirmação:

Na prática, no cotidiano, o jovem acaba imprimindo freqüentemente às atividades que exerce, inclusive àquelas mais regulamentadas – escola e trabalho – um caráter ‘intermitente’, de idas e voltas, próprio de quem não necessita socialmente arcar com ‘toda’ a responsabilidade. (Madeira, 1986, p. 17).

O mais interessante foi constatar uma enorme intermitência nas atividades destes jovens. Embora não tenhamos condições de generalizar esta afirmação, ela provavelmente reflete o comportamento de um número considerável de jovens. Com uma freqüência enorme, sobretudo crianças e adolescentes passavam da dupla atividade escola/trabalho, para uma única atividade – escola ou trabalho – ou para a inatividade total. Esta alta rotatividade dos jovens pelas diferentes categorias não significa que a natureza do trabalho do jovem fosse instável. Ao contrário, por vezes a atividade em si era bastante formalizada, mas encarada como algo transitório, às vezes, com finalidade única de adquirir determinada mercadoria – bicicleta, aparelho de som etc. –, passavam rapidamente de uma a outra categoria – dupla ocupação, estudante, trabalhador. (Madeira, 1986, p. 25).

Já nos anos 2000, Madeira continua assinalando os limites em se observar o desemprego de jovens apenas por taxas estáticas e não de maneira longitudinal, na perspectiva de apreender movimentos de entrada e de saída do mercado de trabalho e da PEA. Isto se faz necessário na medida em que jovens tenderiam a transitar mais facilmente pela ocupação, desemprego e inatividade. Nesse sentido, não seria a falta de experiência, mas os elevados

índices de rotatividade juvenil que explicariam os elevados índices de desemprego entre jovens. Ou seja, segundo Madeira (2004), quando considerada a Região Metropolitana de São Paulo, apenas 10% dos jovens tidos como desempregados estariam em busca do primeiro emprego, o que leva a autora a concluir que a procura do primeiro emprego e, por consequência, o argumento da falta de experiência não estariam relacionados às altas taxas de desemprego juvenil. Para Madeira (2004), seria preciso retirar o excessivo peso atribuído à falta de experiência para melhor compreender as altas taxas de rotatividade.

Sem entrar no debate em torno das taxas de desemprego entre os jovens e nas maneiras de medi-las, o fato a destacar é que as situações dos jovens parecem muito mais complexas do que as próprias taxas indicam, como também assinalava Pais (2001) para a situação dos jovens portugueses. E se isso já era apontado como difícil nos anos 1980 por Madeira (1986), o que dizer do período seguinte? Mutações no mundo do trabalho nos anos 1990 levaram à reversão da tendência que vinha se observando até então, de aumento da presença de jovens em ocupações mais protegidas. Como revela Montali (2004), análises quantitativas evidenciaram perda de postos daqueles que eram os principais mantenedores das famílias – chefes masculinos e filhos, bem como filhas maiores de 18 anos. Diante dessa mudança, o fenômeno mais observável é o aumento da participação da mulher cônjuge e da mulher chefe no mercado de trabalho (Montali, 2004). Comparando os anos 1980 e os anos 1990, Hasenbalg (2003) acentua que:

Apesar da crise econômica dos anos 1980, o desemprego na faixa de 15 a 19 anos permaneceu relativamente baixo, variando entre 3% e 6%, mas cresceu vertiginosamente nos anos 1990, superando os 15% nas idades de 18 e 19 anos. (Hasenbalg, 2003, p.157).

Assim, é pertinente assinalar que especialmente a partir dos anos 1990 ampliam-se as dificuldades crescentes de ingressar e permanecer no mercado de trabalho a despeito de maiores níveis de escolaridade dessa geração em relação às gerações anteriores (Silva, 2003)⁵⁶. De todo modo, permanece como característica a simultaneidade da participação na escola e no mercado de trabalho: como evidencia análise de Camarano (2006) e de Hasenbalg

⁵⁶ Silva (2003, p. 106) aponta como característica mais notável do sistema educacional brasileiro atual a sua rápida expansão em todos os níveis nas últimas décadas, mas verifica que os incrementos mais notáveis foram no ensino médio; ocorre uma redução generalizada das desigualdades educacionais nas últimas três décadas e diminuiu a desigualdade entre regiões, grupos de cor, gêneros e estratos de renda. A despeito da diminuição dessas desigualdades, o autor pondera que: “as vantagens de jovens de cor branca parecem crescer ao longo das transições escolares, configurando um processo de seletividade aparentemente perversa que parece apontar para a existência de traços patológicos no funcionamento do sistema de ensino brasileiro” (Silva, 2003, p.117).

(2003b), os jovens demoram mais para sair da escola; mas em relação à entrada no mercado de trabalho, a variação é menos expressiva.

Contudo, as transformações não atingem apenas as gerações mais jovens. Análises do mercado de trabalho observam um novo padrão de transição ocupacional nos anos 1990, quando parte importante da população adulta teria vivido traços que anteriormente poderiam ser considerados de jovens, ou seja, daqueles que estariam tentando ingressar no mercado, tais como fragilização dos vínculos e intensificação das transições ocupacionais. Acirram-se os trânsitos não apenas entre ocupação e desemprego, isto é, no interior do próprio mercado de trabalho, mas também, e de maneira bastante intensa, entre situações de atividade e inatividade (Guimarães, 2006). De todo modo, isto parece atingir os jovens de maneira mais aguda, como assinala Guimarães (2006):

O conjunto de evidências até aqui sublinhadas aponta para a importância tanto macrossocial, quanto individual, tanto estrutural, como subjetiva, da experiência vivida pela atual geração de jovens brasileiros no que concerne ao movimento de autonomização do status via inserção no trabalho. Custosa, marcada por percalços, tal transição parece estar sendo desafiada por um contexto de reestruturação do mercado e das relações de trabalho, que torna o provisório e transitório ensaio e erro (da assim chamada busca juvenil por uma adequada inserção), uma sorte de fado generalizado e de inquietante duração. (Guimarães, 2006, p. 183).

Assim, é entre o final dos anos 1990 e mais especificamente nos anos 2000 que se ampliam estudos na perspectiva de evidenciar a especificidade da condição juvenil no mercado de trabalho (Arias, 1998; Madeira, 1998; Pochmann, 1999 e 2000). Analisando a questão do emprego juvenil ao longo dos anos 1990, Pochmann assinalava que:

[...] diante das transformações atuais na economia brasileira, as alternativas ocupacionais dos jovens estão distantes, cada vez mais, dos setores modernos da economia e associadas geralmente aos segmentos de baixa produtividade e à alta precariedade do posto de trabalho. Em virtude disso, são necessárias cada vez mais atenções especiais direcionadas à situação da juventude no Brasil. Hoje, os padrões ocupacionais dos jovens apontam para o agravamento do quadro de marginalização e desagregação social, produzidos pelas políticas macroeconômicas e reproduzido pelo funcionamento desfavorável do mercado de trabalho. (Pochmann, 2000, p. 55).

Respondendo questão proposta pela Revista de Estudos Avançados – “Que fazer para gerar empregos no Brasil?” –, J. Martins (2003) aponta que um primeiro passo nessa direção seria falar em desempregos, uma vez que, considerando o caso de países como o Brasil, existiriam pelo menos três tipos de desemprego⁵⁷, sendo o terceiro deles “o desemprego

⁵⁷ “O primeiro é o desemprego herdado do passado, consequência das grandes transformações na agricultura, não necessariamente transformações para melhor, para novos padrões tecnológicos. Transformações e crises

prospectivo das novas gerações, o tema menos discutido, menos conhecido e menos abordado. Nossas melhores escolas superiores estão hoje diplomando desempregados” (p. 306). Muito embora ainda com limites, pode-se reconhecer que a partir dos anos 2000 a preocupação com o desemprego das mais jovens gerações parece mudar um pouco o cenário apontado por J. Martins (2003), e vemos despontar alguns estudos que começam a trabalhar mais profundamente a questão, ao menos do ponto de vista qualitativo. Assim, se observa a ampliação de análises que procuram compreender os modos como os jovens vivem e significam o trabalho, sua crise e também a falta de trabalho, mais particularmente o desemprego.

Já em meu estudo de mestrado chamava atenção para os relatos de jovens operários de pequenas e médias indústrias da Região do ABC que, mesmo com emprego regular, mostravam-se intensamente preocupados com o desemprego. Ao assinalarem a importância do emprego fabril em suas vidas, o fato de estarem empregados, e não desempregados, aparece em primeiro lugar entre 48,2% das mulheres e 51,1% dos homens. Evidente que outras dimensões despontaram, mas não deixa de ser significativo que o primeiro lugar seja atribuído ao próprio fato de estarem empregados. Também Rodrigues e Martins (2007) evidenciaram que mesmo jovens trabalhadores de montadoras, na mesma região, não estavam imunes às preocupações e inseguranças que atingiam os demais jovens no mundo do trabalho:

No entanto, a despeito dos salários mais altos e melhores condições de trabalho, por exemplo, quando comparados ao restante da juventude trabalhadora nota-se, também, no interior desse grupo as mesmas inseguranças com relação ao trabalho que estão presentes naqueles e o fato de terem melhores condições em termos salariais e/ou de emprego não os afasta muito dos problemas que são comuns à juventude. (Rodrigues e Martins, 2007, p. 238).

Nos anos 2000, despontam estudos que tomam outros espaços para análise do trabalho entre adultos e jovens com vistas a compreender não apenas o sentido do trabalho, mas também do desemprego. Ferreira (2004), por exemplo, parte do local de moradia e ainda que o centro de sua preocupação não seja o desemprego juvenil, a autora traz contribuições

específicas de determinados setores da economia. Na Zona da Mata Sul, de Pernambuco, clássica região da cana-de-açúcar, há alguns anos havia duzentos mil trabalhadores rurais. Agora há apenas quarenta mil. A maioria migrou para outros lugares, especialmente São Paulo. Daí resulta o desempregado cujo respectivo setor produtivo desapareceu. Por força de sua geralmente precária ou nenhuma escolarização, esse desempregado, em princípio, já não tem alternativas, a não ser a melancólica inserção no Fome Zero. O segundo é o desemprego industrial que vem sendo produzido na atual conjuntura econômica, decorrente sobretudo da modernização tecnológica, da chamada reestruturação produtiva, em que homens são substituídos por máquinas. Aí também há os efeitos da concorrência internacional, fator de modernização, inevitável. Mas há, além disso, a concorrência de produtos importados de países cuja produção industrial e agrícola se baseia na superexploração da força de trabalho, com trabalhadores ganhando salários ridículos, aquém das necessidades humanas [...]” (J.Martins, 2003, p. 305-306).

importantes na perspectiva de assinalar como a falta de trabalho pode ser vivida de maneira diferenciada mesmo em uma população que aparentemente poderia ser tomada como homogênea – moradores de uma favela na cidade de São Paulo. Um outro aspecto assinalado nesse estudo, e aprofundado por ela em pesquisa posterior, diz respeito ao papel das redes na procura por trabalho e mais especificamente dos impactos que a qualidade das redes teria no alcance de uma ocupação entre jovens. Tanto sua pesquisa, quanto a de Guimarães (2005) atestam a importância das redes familiares para os jovens na busca de trabalho e saída do desemprego. Porém, nem sempre essas redes permitiam acesso a empregos de melhor qualidade, muito embora isso não devesse obscurecer o forte apoio material e afetivo oferecido pela família nos momentos de busca por trabalho.

Preocupada em compreender o modo como as mutações do trabalho atingem os indivíduos, Jardim (2004) realiza um outro estudo bastante instigante em torno do desemprego por desalento. Partindo de uma agência pública de emprego, a autora chega à análise de trajetórias de jovens e adultos, de ambos os sexos, que haviam em algum momento de seus percursos atravessado um período de desistência de busca por trabalho. Dentre outras coisas, Jardim (2004) observa em todas as entrevistas a distinção entre o trabalho e o emprego, este último relacionado a maior segurança e estabilidade, no qual a preocupação com a seguridade torna-se central e não apenas em relação ao futuro, mas também ao presente. Do mesmo modo, sua análise tece significativas comparações entre jovens e adultos:

Os jovens vivem num momento em que esta cultura do emprego está posta em xeque – eles estão sendo todo o tempo confrontados por especialistas em recursos humanos que afirmam o fim da era do emprego e o advento das novas relações de trabalho, mais flexíveis e autônomas. Nas falas dos jovens, o caráter privado da experiência do mundo do trabalho se revela com mais nitidez: ao contrário dos adultos, que dispõem de referências (pautadas em sua experiência) que lhes permitem avaliar o sentido das perdas, os jovens já têm a instabilidade como a condição normal da experiência de trabalho e assumem, com mais facilidade, o discurso da empregabilidade. Ficam, assim, enclacados entre as promessas de realização individual (contando que haja esforço) e a estreiteza das possibilidades que lhes são abertas. Não à toa, os jovens [...] demonstram grandes doses de realismo – reconhecem a enclacradela em que estão, mas não dispõem de instrumentos legítimos para, pelo menos, afirmar a injustiça das situações vividas: o emprego é artigo raro, é preciso agarrar-se ao que aparecer. (Jardim, 2004, p. 261).

Também parece significativo que, na pesquisa comparativa entre França, Brasil e Japão desenvolvida por Demazière, Guimarães e Sugita (2006) e anteriormente referida, um dos “grupos-alvo”⁵⁸ da análise tenham sido jovens rapazes e moças entre 16 e 24 anos, com

⁵⁸ Os outros “grupos-alvo” analisados foram os operários, homens, chefes de família, com idade igual ou maior que 35 anos e com experiência longa (igual ou maior que cinco anos) na última ocupação no setor industrial, e

pelo menos o ensino fundamental e no máximo o ensino médio completo, e que estavam à procura de trabalho. Apresentando os resultados encontrados na Região Metropolitana de São Paulo, Guimarães (2005) localizou uma diversidade de formas de viver e interpretar as situações de desemprego⁵⁹. Particularmente no caso dos jovens, algumas construções discursivas estiveram mais presentes. A primeira delas, “Eu estou me virando, enquanto estudo para ter um trabalho”, por indicar que, mesmo quando trabalhando, realizando várias atividades e *bicos* para manter seus gastos, especialmente com formação, esses jovens ainda não consideravam que haviam ingressado no mercado de trabalho, o que em muitos aspectos se aproxima das perspectivas de alguns jovens desta tese. Para eles, esse ingresso aconteceria quando finalizassem seu período de formação. Nesse caso, “o trabalho precário e eventual era uma forma de viabilização dos estudos e despesas pessoais com vistas a um esperado horizonte profissional, um trabalho na área” (Guimarães, 2005, p. 25). Desse modo, esses jovens não se sentiam nem como desempregados e nem mesmo como trabalhadores, embora “seu passado ocupacional, como de todo jovem brasileiro de baixa classe média ou pobre, é marcado por um percurso curto, empregos precários; são trajetórias de ingresso no mercado de trabalho; entrada que se faz, é óbvio, nesses casos, a partir de baixo na hierarquia social” (Guimarães, 2005, p. 26-27).

que houvessem sido demitidos por iniciativa da empresa [...]; mulheres ‘mães’, que estivessem em busca de trabalho após algum tempo da maternidade e que tivessem experiência ocupacional anterior, da qual houvessem se desligado voluntariamente [...]; chefias homens e mulheres, com experiência significativa de carreira [...], em ocupação com encargos de chefia superior (gerência ou direção) nos serviços, e que tivessem perdido seu emprego por iniciativa da empresa em que haviam estado ocupados [...]. Especificamente no caso do Brasil, também foi acrescido um quinto grupo de casos, o dos migrantes nordestinos com pouco tempo de permanência (até três anos de residência) na RMSP (Guimarães, 2005, p. 10).

⁵⁹ Foram dez as construções discursivas identificadas pelas seguintes frases-sínteses por Guimarães (2005, p. 44-45): 1) “Meu currículo está lançado num site da internet”; 2) “Estou buscando uma vaga efetiva dentro de uma área em que me especializei”; 3) Eu optei e fiquei desempregado; mas estou me reerguendo, mesmo com o desemprego que há no país. Eu me conheço profissionalmente; 4) Eu estou me virando, enquanto estudo para ter um trabalho; 5) Sempre esperando a chance de sair do desemprego; 6) Eu tenho que me virar de alguma maneira; 7) Tem todo um mundo por trás disso; 8) Fora do profissional, eu já estou fazendo... e é uma realização; 9) Creio que ainda voltarei; quem sabe mais tarde; 10) À espera do benefício. Tenho direito! Às vezes eu penso que melhor seria morrer... Essas construções foram organizadas em três focos: 1) discursos que se referem à procura sistemática por trabalho, orientados por um horizonte de trabalho profissional presente ou futuro; 2) discursos que, apesar de evidenciarem a necessidade ou ressentimento pela falta do trabalho almejado, não estruturam seu argumento em torno da procura, mas sim em torno do desconforto com a necessidade de realização de alguma atividade urgente e precária atual para assegurar sobrevivência; em alguns casos o tamanho do desconforto pode levar projetos alternativos a se sobressaírem nos discursos; 3) construções discursivas que giram em torno de um “progressivo desengajamento do mercado, pautado pelo insulamento familiar e pelo desalento, que pode mesmo levar à desestruturação pessoal. Esta ordenação em focos também varia significativamente conforme certas características socialmente relevantes, como sexo, idade e condição social”. Ou seja, as construções discursivas exprimem singularidades, mas estas podem e devem ser organizadas a partir de determinados focos, já que variam conforme alguns atributos sociais. Por exemplo: os jovens oscilam mais fortemente em torno do trabalho profissional, da atividade; as mulheres, em torno da atividade e da inatividade no mercado de trabalho.

A existência de muitas expectativas em torno do emprego é o elemento chave na construção discursiva desses jovens: já haviam realizado muitas atividades no mundo do trabalho, mas estas não eram incluídas “como parte do repertório do que entendem como sendo trabalho, assim, não estão em desemprego, buscam seu primeiro emprego” (Guimarães, 2005, p. 28). Mas a autora também identifica percursos de jovens cuja possibilidade de trabalho profissional ou a existência de algum projeto nesse campo já haviam sido deixadas de lado – ou já apareciam como algo muito distante, sendo mais relevante a garantia da sobrevivência por meio de uma atividade remunerada: “Eu tenho que me virar de alguma maneira.” Alguns dos jovens que entrevistou falavam da situação de desemprego de maneira muito semelhante à dos adultos, “internalizando responsabilidade de arrimo de família, mesmo quando ainda viviam com família” (Guimarães, 2005, p. 36). Outros jovens, mas também adultos, construíam seus discursos em torno do engajamento alternativo em algum projeto: “Fora do profissional, eu já estou fazendo... e é uma realização.”

Ainda como resultado dessa mesma pesquisa, quando comparados jovens franceses, brasileiros e japoneses, Demazière, Guimarães e Sugita (2006) assinalam que:

O grupo de jovens [no Brasil] aponta para uma relação com o desemprego construída em torno do trabalho, mais do que da privação do emprego. Dependendo do caso, o trabalho toma a forma de atividades informais muito irregulares e mal remuneradas ou de atividades que são mais consistentes ainda que não sejam codificadas por um contrato de trabalho, ou ainda novamente por períodos de emprego temporário em uma empresa formal. Essas modulações do trabalho não têm a mesma significação, mas ao menos são interpretadas como se mantendo à distancia do desemprego enquanto uma penosa situação de privação. Contrariamente aos jovens dos outros dois países, essa posição raramente se baseia no investimento em atividades conectadas com a busca de emprego – o que é um marco ainda mais eloqüente da importância da informalidade do emprego – e relativiza a própria noção de mercado de trabalho. Já na França, uma poderosa e longamente estabelecida focalização das políticas públicas de reemprego da juventude traz consigo diversos estatutos intermediários entre o desemprego e o emprego, e o processo é retransmitido pelo desenvolvimento das formas de emprego precário ou intermitente que afetam essencialmente a mesma população. Essas situações abrem caminho para uma variedade de interpretações, mas tendem a colocar os jovens na proximidade do trabalho assalariado. No Japão, certas formas atípicas de emprego são também buscadas pelos jovens e favorecem uma via de mão dupla entre emprego e desemprego. Mas a raridade do acompanhamento público aqui causa interpretações que deslizam rumo à privação do emprego ou mesmo ao desalento. No Brasil, as atividades informais que fornecem variados níveis de renda têm uma atração específica, sustentando definições da situação que misturam combinações plurais de trabalho, atividade e emprego. (Demazière, Guimarães e Sugita, 2006, p. 134-135).

Assim, se no grupo de jovens do Brasil os autores apontam “uma relação com o desemprego construída em torno do trabalho, mais do que da privação do emprego”

(Demazière, Guimarães e Sugita, p. 106), isso parece reforçar ainda mais a importância do trabalho para os jovens brasileiros e um modo específico de viver a situação de desemprego.

Finalmente, o estudo de Tartuce (2007), ainda que não concentrado nas análises das vivências do desemprego entre jovens, traz elementos importantes para melhor compreender seus sentidos entre jovens, particularmente da Região Metropolitana de São Paulo, que estão em busca de trabalho por meio de agências privadas de emprego. Nesse processo, a autora revela o que ela mesma denomina como as tensões e intenções no processo de transição escola-trabalho. Cabe assinalar o esforço da autora em contemplar jovens de origens sociais diversas, na perspectiva de comparar suas percepções. Em sua análise, encontra sete configurações discursivas de jovens em torno da questão da transição escola-trabalho. Uma das conclusões da autora recai sobre a pluralidade de sentidos e de experiências em torno dos processos dessa transição. Nesse sentido,

[...] parece plausível afirmar que não se pode falar da passagem da escola ao trabalho em geral. Os termos dessa relação devem ser especificados: de qual escola (pública ou privada; média ou faculdade etc.) se provém; qual trabalho se realiza – ou não se realiza – no presente e se realizou – ou não – no passado (manual, não-manual, emprego ou estágio etc); qual trabalho e/ou qual formação se almeja para o futuro (Tartuce, 2007, p. 348). Fatores como a origem social, a dinâmica familiar, escolaridade, tipo de escola freqüentada, a trajetória ocupacional e a própria idade apresentaram enorme influência nessa multiplicidade de vivências e representações sobre os processos de qualificação e de inserção profissional. (p. 353).

Ao mesmo tempo, a autora também chama atenção para o fato de que apenas origens e perfis não são suficientes para entender os modos de falar, já que é possível encontrar modos de falar sobre a transição entre escola e trabalho e sobre qualificação similares mesmo entre jovens com posições sociais diversas, ou o inverso, “indicando a pluralidade de modos de (re)ingressar no trabalho, que não repousa sobre nenhum critério absoluto” (Tartuce, 2007, p. 354).

Diante deste breve balanço, fica perceptível que o desemprego entre jovens e o modo como vivem e representam essa situação tornou-se alvo de investigações sugestivas, especialmente a partir dos anos 2000. Mas o que dizer dos olhares para essa situação entre jovens que participam ou participaram de ações públicas? Aqui as lacunas parecem mais evidentes, o que também pode ser relacionado ao caráter recente dessas ações. Além disso, tal como destacado, nos estudos aqui alcançados, as reflexões estavam mais direcionadas à avaliação dos impactos dos programas (Mesquita, 2006) e menos voltadas para os percursos juvenis dos sujeitos que foram alvo desses programas, o que se pretende aprofundar com esta tese.

1.4 Desemprego juvenil e ações públicas no Brasil⁶⁰

Quando consideradas as ações públicas destinadas a jovens no Brasil, é preciso reconhecer que nos últimos dez anos presenciou-se a ampliação das iniciativas tanto na esfera governamental quanto na sociedade civil, como é possível identificar a partir de estudos recentes (Sposito, 2007; Sposito e Carrano, 2003). Nesse sentido, não cabe aqui recuperar extensivamente o debate sobre as singularidades das ações públicas para jovens em nosso país, e sim apontar algumas tendências observadas no que diz respeito à presença ou ausência de ações públicas governamentais destinadas a jovens no campo do trabalho, dialogando dessa forma com o programa que compõe o cenário da presente tese. Também não se pretende fazer uma ampla retrospectiva do modo como o Estado brasileiro enfrentou (ou não) a questão juvenil e a temática do emprego/desemprego, mas cabe enfatizar alguns aspectos e acontecimentos que marcaram essa trajetória.

1.4.1 Breves considerações em torno das políticas de geração de trabalho e renda no Brasil

Um primeiro aspecto importante a acentuar é que medidas governamentais direcionadas à geração de trabalho e renda⁶¹, ao combate do desemprego e à proteção para desempregados aparecem apenas recentemente na experiência brasileira. Particularmente entre as décadas de 1950 e 1980 imaginava-se que “a trajetória de crescimento econômico do país levaria à absorção crescente da força de trabalho, possibilitando a integração de amplas camadas da população ao mercado formal” (Dieese, 2001, p. 260). Entretanto, o que acabou se configurando foi um mercado de trabalho constituído por enorme heterogeneidade, onde esse espaço formal restringiu-se a poucos. Parte considerável dos trabalhadores teve seus percursos ocupacionais marcados por vínculos de trabalho precários e distantes do universo

⁶⁰ Estas reflexões foram realizadas no âmbito de minha participação no projeto Juventude, Escolarização e Poder Local e uma parte delas está reproduzida em Corrochano (2007).

⁶¹ Utiliza-se aqui o termo “políticas públicas de geração de trabalho e renda” em função do seu uso mais corrente no Brasil. Para Pochmann (1998) e Moretto et al. (2003), a abordagem conceitual mais precisa seria “políticas de emprego”. Ainda assim, é preciso lembrar que estas também englobam um campo diversificado. Originalmente, políticas de emprego significavam políticas de pleno emprego consolidadas nos países centrais no pós-guerra. O núcleo das políticas de emprego estava vinculado ao desempenho econômico virtuoso e às estruturas de bem-estar social. Nesse cenário, de crescimento econômico, pleno emprego e consolidação do Welfare State, os programas públicos que visavam à proteção do trabalhador (tais como seguro-desemprego, intermediação de trabalho e formação profissional) exerciam uma função “acessória” às políticas de pleno emprego. Esta situação alterou-se em face da crise internacional dos anos 1970, quando, sob uma perspectiva marcadamente neoliberal, as políticas acessórias acabaram por se transformar no núcleo central das políticas de emprego.

mais estável de direitos⁶². Aqui, a proteção do Estado por meio de direitos sociais foi por muito tempo restrita àqueles que possuíam um vínculo de trabalho formal.

Em segundo lugar, será na década de 1980 que ganham força na cena pública problemas como a desigualdade social e o desemprego, dentre várias outras dimensões da vida social (Dieese, 2001; Telles e Paoli, 2001). Um marco importante foi a promulgação da Constituição em 1988, quando se tornam evidentes as dificuldades do país em manter índices elevados de crescimento econômico, ao lado do processo de redemocratização, ampliação e diversificação dos movimentos sociais. No texto constitucional é incorporada uma agenda universalista de direitos e proteção social, não mais reservada aos assalariados formais, além da exigência de participação da população na gestão da coisa pública (Telles e Paoli, 2001).

Um terceiro elemento a destacar diz respeito às inflexões observadas nas políticas de geração de trabalho e renda e nas políticas sociais a partir da década de 1990⁶³, quando o desemprego transforma-se em um grave problema estrutural, dadas as intensas mudanças na economia e na política brasileiras (Mattoso e Baltar, 1996). Este movimento vinha sendo observado nos países centrais desde a segunda metade dos anos 1970, com a crise do padrão de desenvolvimento capitalista conformado no pós-guerra, e com a adoção de novas configurações e práticas empresariais de gestão, produção e prestação de serviços, abarcadas pelo conceito de reestruturação produtiva – adotado tanto na sociologia do trabalho como na administração e na engenharia de produção, para representar o fenômeno de transformação empresarial e setorial que chegaria com intensidade ao Brasil ao longo dos anos 1990⁶⁴. O leque de medidas públicas para enfrentar a crise contemporânea afastou-se do compromisso com o pleno emprego, até então dominante, abrindo espaço para políticas de caráter notadamente “neoliberal”⁶⁵ e colocando em xeque a presença dos sindicatos como instituição

⁶² Aqui, além da relação assalariada estável não se generalizar, “a produção em massa não se sustentou num movimento de extensão da cidadania e de proteção social na forma de um welfare público, socialmente eficaz na proteção do trabalho” (Guimarães, 2003, p. 196).

⁶³ Não se trata aqui de acentuar o conjunto de inflexões no campo das políticas sociais e do trabalho. Para isso, vide Moretto et al. (2003), Silva et al. (2004). Para abordagens mais amplas em relação ao tema, vide ainda Pochmann (1995) e Dieese (2001, capítulo 11). Por seu turno, Mesquita (2006) analisa especificamente os casos do CIEE (Centro de Integração Empresa-Escola) e do PNPE (Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego dos Jovens), ambos focados na inserção juvenil no mercado de trabalho, destacando a possibilidade de contato do jovem com este mercado através de estágio (a despeito de suas evidentes limitações) e a ineficácia do PNPE no alcance de suas metas originais.

⁶⁴ Não está no escopo deste trabalho um aprofundamento da discussão sobre esse tema. Uma série de tópicos correlatos pode ser encontrada em Cattani (1997); especificamente sobre o conceito de reestruturação produtiva, vide Bresciani (1994), Corrêa (1997), Gitahy e Bresciani (1998) e Ramalho (2000).

⁶⁵ Para uma síntese dessas políticas, vide Pochmann (1998).

representativa dos trabalhadores, dada a amplitude das mudanças no mundo do trabalho (Cattani, 1997; Dupas, 2007; Ramalho, 2000).

No Brasil, importantes estudos indicam que os caminhos trilhados em âmbito federal para enfrentar os efeitos perversos da reestruturação e modernização produtiva também seguiram orientações “neoliberais” e “liberais sociais”⁶⁶, de acordo com as quais as políticas sociais e de emprego tornaram-se variável dependente do crescimento econômico, afastando-se do movimento em direção à universalização e ampliação dos direitos, como vinha se desenhando tanto na ordem legal quanto na luta dos movimentos sociais (Dedecca, 2003; Paoli e Telles, 2000). Duas diretrizes se constituíram em marcas para as políticas públicas: flexibilidade e focalização⁶⁷.

No campo econômico, a flexibilidade teve clara implicação na abertura do mercado interno e no favorecimento das importações, atingindo também a política social com demandas de desregulamentação das relações de trabalho. No campo social, tratava-se de construir instrumentos de ações focalizadas, privilegiando os mais desprotegidos econômica e socialmente (Dedecca, 2003).

A “promessa” era de um intenso processo de transformação econômica que seria capaz de reduzir as desigualdades sociais, o que não se verificou. As análises da década de 1990 revelam o fraco desempenho econômico do país, com efeitos perversos para a distribuição de renda e baixa capacidade de geração de novos postos de trabalho. Mesmo com menor pressão demográfica, os índices de desemprego e precarização do mercado de trabalho se elevaram (Dedecca, 2003; Moretto et al., 2003).

Nesse contexto, ainda que algumas medidas pudessem ter sido observadas anteriormente, tal como o seguro-desemprego em 1986, a instituição do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) em 1990 foi uma alavanca central na direção do Sistema Público de Emprego, mas, na medida em que não se articulava a uma política de desenvolvimento econômico sustentável, respondeu pouco aos crescentes índices de desemprego e informalidade. Cinco programas foram criados: seguro-desemprego, intermediação de

⁶⁶ Importante lembrar que tal orientação também seguia novas condições de financiamento das agências internacionais (Dedecca, 2003). Para alguns autores, durante o governo Collor (1990-1992) predominou a orientação neoliberal e na gestão Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) a orientação social-liberal, na qual a questão não seria meramente de redução do tamanho e poder do Estado, mas da necessidade de sua reformulação. Nesse sentido, buscando aumentar sua eficiência, o Estado retirar-se-ia de atividades que poderiam ser desenvolvidas pelo setor privado ou por organizações sociais, reduzindo a necessidade de investimentos públicos (Pochmann, 2002, p. 53).

⁶⁷ Esta caracterização, em especial quando se trata das duas gestões de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), tem despertado opiniões divergentes que não serão aqui abordadas. Para essa discussão vide Draibe (2003).

trabalho, qualificação profissional, geração de emprego e renda, e apoio à produção de dados sobre o mercado de trabalho (Dieese, 2001).

Nos dois mandatos presidenciais de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), assistiu-se a um alargamento e a algumas inovações nas políticas de geração de trabalho e renda, com a ampliação do seguro-desemprego, da capacitação profissional e dos programas de inserção produtiva (Draibe, 2003). Diferentes interpretações acentuam a centralidade assumida pelas políticas de qualificação profissional nessa gestão, em especial a partir da instituição do antigo Planfor, o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (1995), casos de Moretto et al. (2003), Dedecca (2003) e Rua (1998). Diante dos altos índices de desemprego e das mutações que atingiam o mundo do trabalho era preciso, na perspectiva do referido plano, um conjunto de ações que ampliasse a escolaridade de populações específicas⁶⁸, articulando formação básica e formação profissional e, ao mesmo tempo, ofertasse cursos de qualificação profissional no estrito senso (Brasil, 1999). Para a implementação desses cursos, o plano articulou em torno de si um conjunto de parceiros: secretarias estaduais do trabalho, sindicatos e centrais sindicais, sistema S, empresas, organizações governamentais e não governamentais.

A despeito da capacidade do plano em ampliar a oferta de qualificação profissional, especialmente em regiões mais pobres do país, e o estímulo à participação de diferentes sujeitos sociais nesse processo (IIEP, 2002), o Plano foi sujeito a um conjunto importante de críticas⁶⁹, a começar pelo próprio equívoco de seu diagnóstico, que estabelecia como problema central o desencontro entre o tipo de emprego gerado pelas mudanças técnicas e organizacionais no mundo do trabalho e a baixa qualificação dos trabalhadores (Franzói, 2003; Moretto et al., 2003). Além disso, o plano apresentava claros limites em articular políticas de educação, formação profissional e emprego. A promessa de profissionalização sinalizada pela oferta de cursos vinculados a ocupações concretas acabava por deixar a cargo dos usuários a responsabilidade por conquistar um posto de trabalho, dado não existir uma articulação entre formação e inserção no mercado de trabalho (Franzói, 2003). Ao mesmo tempo, a política econômica criava fortes restrições ao crescimento, configurando um cenário

⁶⁸ Embora destinado a todos desempregados e aos trabalhadores inseridos no processo de modernização e reestruturação produtiva, o público-alvo prioritário do Planfor foi definido como sendo os jovens de baixa escolaridade, especialmente em “conflito com a lei” e os “excluídos” em geral (Piola e Pereira, 1998).

⁶⁹ Para um conjunto dessas críticas vide Franzói (2003) e IIEP (2002).

de limitada criação de postos de trabalho⁷⁰, que persiste até o final de 2002 (Dedecca, 2003; Moretto et al., 2003).

No caso brasileiro, a limitada criação de empregos se modifica no triênio seguinte, especialmente a partir de 2004, quando os indicadores de crescimento da atividade econômica mostram números bastante significativos, acompanhados por um amplo número de empregos formais gerados na economia brasileira a partir de 2003. Todavia, isso se dá com claros sinais de uma queda da qualidade dos novos empregos gerados e, do mesmo modo, sem uma articulação mais relevante com programas de desenvolvimento local ou regional estimulados pelo governo federal, com restritas e esparsas exceções.

Em relação ao desenvolvimento econômico local e regional, cabe notar o surgimento de instâncias, fóruns e estruturas específicas a partir da segunda metade dos anos 1990, em geral promovidas no âmbito municipal, sobretudo em administrações consideradas de centro-esquerda. Também nesse conjunto de iniciativas destaca-se inicialmente a formatação de alternativas de combate ao desemprego ou reinserção no mercado de trabalho, já que era essa a principal questão colocada pelas comunidades locais naquele contexto⁷¹.

1.4.2 As ações públicas destinadas a jovens e o trabalho

O caráter recente das ações é um dos pontos de encontro entre as políticas de geração de trabalho e renda e as ações públicas destinadas aos jovens⁷², especialmente quando pensadas em articulação. Em boa medida, a partir da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, as lutas e ações do Estado e da sociedade civil se concentraram em torno do afastamento de crianças e adolescentes do mercado de trabalho. Sem desconsiderar a importância dessa orientação, sobretudo em um país que ainda convive com números significativos de crianças e adolescentes que trabalham, acabou sendo obscurecida a situação de jovens que atingiam idade legal para trabalhar, bem como ações de apoio (ou não) à sua inserção no mercado de trabalho. Para Leite (2003), a tendência sempre foi imprimir um olhar

⁷⁰ Nessa perspectiva, segundo Moretto et al (2003), “uma reflexão sobre as políticas de emprego no Brasil não deve se restringir, ou se confundir, com uma discussão sobre os programas implementados pelo MTE e pelas respectivas secretarias estaduais; deve, necessariamente, fazer referência, ainda que de maneira ampla, ao padrão de desenvolvimento e às políticas econômicas em vigor, mostrando a sua relação com os problemas do mercado de trabalho brasileiro no período recente” (Moretto et al., 2003, p. 274).

⁷¹ Conforme França et al., 2002.

⁷² Em consonância com Sposito (2007), optou-se por nomeá-las de ações públicas em vez de políticas públicas em função da fragilidade das iniciativas públicas, principalmente em seu plano conceitual.

negativo em direção ao trabalho juvenil, afastando-o do campo dos direitos para aproximá-lo de uma “visão do jovem trabalhador como vítima passiva da miséria e da exclusão” (Leite, 2003, p.157).

De modo geral, as ações sempre se concentraram em torno da qualificação profissional⁷³. Assim, não é por acaso que, ao realizar um levantamento das ações dirigidas a jovens no campo do trabalho em âmbito federal, Rua (1998) identifica essencialmente o Planfor. No entanto, e seguindo um conjunto de políticas de juventude, muito embora o programa priorizasse trabalhadores na faixa de 15 a 30 anos e de baixa escolaridade, atingia todas as faixas etárias. Apenas o Programa Nacional de Educação Profissional para jovens em situação de risco social mostrava-se mais focalizado⁷⁴.

Será apenas em 1998 que a gestão Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) lançará mão de recursos do antigo Planfor para implementar um programa dirigido especificamente ao público juvenil, o Programa Serviço Civil Voluntário⁷⁵, seguindo uma ampliação de iniciativas dirigidas a jovens em diferentes ministérios. Entretanto, as ações desencadeadas não se articularam no intuito de constituir um campo de políticas públicas para os jovens (Castro e Abramovay, 2003; Sposito e Carrano, 2003). No campo do trabalho, o governo federal ainda não havia consolidado uma estratégia nacional com vistas a enfrentar o desemprego que começara a atingir contingentes cada vez mais amplos de jovens (Corrochano e Gouvêa, 2003; Pochmann, 2000)⁷⁶.

⁷³ Para Beluzzo e Victorino (2004), é no âmbito da qualificação profissional que começam a ser desenvolvidas ações mais direcionadas para o público jovem no campo do trabalho. Para as autoras, um marco foi a criação do Sistema S, com destaque para o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Senai, o Serviço Social da Indústria – Sesi e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac, ainda na primeira metade do século passado. No entanto, ainda que o segmento juvenil fosse parte do público preferencial, não se tratava de um programa específico para jovens.

⁷⁴ Embora não seja o objetivo central, aqui também ficam claras certas características das ações públicas destinadas a jovens, e também das ações de formação profissional desenvolvidas, pois, ao eleger como público prioritário os jovens em conflito com a lei, o programa sobrepunha-se às ações dos organismos federais responsáveis pelas políticas de assistência social.

⁷⁵ O Serviço Civil Voluntário foi criado em 1996, tendo iniciado suas atividades em caráter experimental no Rio de Janeiro e no Distrito Federal, dois anos depois. Resultado da ação integrada do Ministério da Justiça (via Secretaria de Estado dos Direitos Humanos) e do Ministério do Trabalho e Emprego (via Secretaria de Políticas Públicas e Emprego), foi inicialmente implementado de forma descentralizada através dos Planos Estaduais de Qualificação/PEQS e de parcerias com entidades da sociedade civil. No governo atual, de Luiz Inácio Lula da Silva, o SCV encontra-se alocado no Ministério do Trabalho e Emprego, como um dos projetos do Programa Nacional de Primeiro Emprego, e seu formato permaneceu idêntico.

⁷⁶ Nesse sentido abriu-se espaço para o protagonismo de governos municipais e estaduais.

A despeito desses limites, na perspectiva de Leite (2003), as iniciativas⁷⁷ que começam a despontar nos anos 1990 revelam o reconhecimento no país da importância do trabalho para os jovens, bem como de suas dificuldades de acesso e permanência no mercado de trabalho, especialmente assalariado⁷⁸. Para além da heterogeneidade e dos avanços das propostas, a referida autora valoriza a perspectiva da construção do trabalho como um direito das jovens gerações. Ainda que possa questionar se realmente o trabalho esteja sendo pautado nas políticas como um direito, cabe reconhecer, tal como faz Sposito (2007), que:

A formação de uma agenda pública em torno das ações governamentais dirigidas aos jovens no Brasil tem evitado dissociar as iniciativas setoriais – educação, emprego, saúde, entre outras – do conjunto das denominadas políticas de juventude. Evita, também, compor com perspectivas que definem as demandas juvenis apenas no universo simbólico ou expressivo, mesmo que se reconheça sua fragilidade como grupo de pressão no âmbito da esfera pública. (Sposito, 2007, p. 14-15).

Parece evidente que as diferentes iniciativas – federais, estaduais e municipais – sinalizavam inflexões no campo de intervenção pública em relação ao desemprego juvenil, ao mesmo tempo em que deixavam dúvidas sobre o surgimento de mudanças significativas na perspectiva de entendimento do trabalho como um direito dos jovens, tal como apontado por Leite (2003). Parte considerável dos programas aqui estruturados parece guiar-se menos pela ótica dos direitos e mais como resposta ao aumento da violência que atingia principalmente os centros urbanos, seguindo a lógica observada na origem do nascimento das ações dirigidas a jovens no país. Segundo Sposito (2007):

[...] a idéia de uma juventude pobre, potencialmente perigosa pela sua ociosidade nos centros urbanos, conforma um ponto de vista bastante enraizado socialmente, com repercussões não desprezíveis no discurso e ações dos gestores públicos que constituem no plano da retórica um amálgama de representações ambíguas. (Sposito, 2007, p. 14-15).

Ao analisar o Programa Jovem Cidadão – Meu Primeiro Trabalho, implementado no Estado de São Paulo, Madeira (2004) observa que a iniciativa é construída enquanto uma resposta apressada, dado o contexto de forte pressão da mídia aos episódios de violência juvenil que atingiram as escolas públicas. Ao que parece, a construção de iniciativas públicas

⁷⁷ Além do Serviço Civil Voluntário, outras iniciativas são apontadas pela autora no mesmo período: Jovem Cidadão, Meu Primeiro Trabalho (Governo do Estado de São Paulo); Capacitação Solidária (Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária); Primeiro Emprego (Governo Estadual do Rio Grande do Sul).

⁷⁸ Importante lembrar aqui o papel de alguns organismos internacionais, como a OIT, que em dezembro de 1999 realizou em Brasília o “Fórum Jovem Século XXI: educação, formação profissional e empregabilidade”. Como subsídio para este seminário foi produzido um material reunindo um conjunto de estudos sobre desemprego juvenil e as opções para combatê-lo: Organização Internacional do Trabalho (org). *Desemprego juvenil no Brasil: em busca de opções à luz de algumas experiências internacionais*. Brasília: OIT, 1999.

em torno do desemprego juvenil parece ter seguido aqui caminhos diferentes dos trilhados em países como a França, onde:

o desemprego transformou totalmente a face da juventude. A representação em termos de crise de socialização de onde resultava seja o desvio, seja a contestação cessam em proveito do tema das vítimas da crise e da sociedade. Mais largamente os jovens são percebidos como vítimas de um mundo que se altera e onde a crise econômica é apenas um dos sintomas mais visíveis. (Dubet, 1985, p. 26).

Naquele país, a busca por saídas ao desemprego juvenil ganha a cena pública por sinalizar a crise econômica e social como um todo. Aqui no Brasil, o desemprego juvenil ganha visibilidade e se transforma em problema na medida em que contribuiria para aproximar os jovens de condutas criminosas, dada uma ociosidade forçada, propiciadora de um tempo livre perigoso⁷⁹.

No momento em que o Programa Bolsa Trabalho é implementado, entre os anos de 2001 e 2004, um rápido olhar para o conjunto das ações públicas dirigidas a jovens⁸⁰, especialmente no campo do trabalho, revela que o público prioritário das ações era constituído por aqueles que atendiam a critérios estabelecidos por cada um dos programas; geralmente, jovens de baixa renda, cujas nomeações eram diversas: excluídos, vulneráveis, em situação de risco. De modo geral, havia uma preocupação com a manutenção ou retorno desses jovens à escola, constituindo-se em alguns casos critério de seleção e permanência no programa, cuja duração média era de seis meses (Corrochano e Gouvêa, 2003; Leite, 2003). O número de atendidos era sempre baixo, dada a tendência que vinha se configurando nas políticas públicas de focalização das ações.

Naquilo que se relaciona ao mundo do trabalho propriamente dito, transparecem dois conjuntos de estratégias⁸¹: a oferta de algum tipo de qualificação profissional e treinamento

⁷⁹ Novamente vale enfatizar que não se está negando possibilidades de conexão entre os elevados índices de desemprego juvenil, pobreza e violência (Madeira, 2004), mas já foram lançadas várias dúvidas sobre essa assertiva e, ainda que não seja foco desta tese realizar tal debate, vale a pena reproduzir a perspectiva de Adorno et al.: “Tudo indica que tanto o crescimento da delinquência juvenil – mais propriamente da participação do crime violento nesse movimento – quanto à crescente vitimização de que são alvo os jovens não são fenômenos isolados, próprios de metrópoles com características sociais como as predominantes no município de São Paulo. Possivelmente, processos sociais mais amplos, até mesmo relacionados aos circuitos contemporâneos de internacionalização dos mercados e de integração de estruturas sociais em escala quase planetária, estejam na origem dos fenômenos e fatos observados.” (Adorno et al, 1999, p. 69-70). Além disso, o número de jovens que cometeram atos ilícitos e estão em conflito com a lei é pequeno (Madeira, 2004).

⁸⁰ Foram considerados aqui apenas os programas que estabeleciam como público-alvo os segmentos juvenis, mas é evidente que os jovens que se adequassem aos requisitos solicitados poderiam exercer seus direitos de receber seguro-desemprego, cursos de formação profissional e/ou ter acesso a serviços de intermediação de mão-de-obra, como todos os demais cidadãos.

⁸¹ Para maior detalhamento das medidas existentes, vide Corrochano e Gouvêa (2003), Leite (2003) e Pochmann (2000).

com ou sem bolsa e/ou a oferta de subsídios públicos a empresas para a contratação de jovens. Em ambos os casos, tratava-se de estimular e apoiar o ingresso dos jovens no mercado de trabalho⁸². De todo modo, uma política nacional dirigida a jovens no campo do trabalho veio a se constituir no ano de 2003, quando o governo federal (gestão Lula) implementou o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego dos Jovens, sendo esta uma de suas primeiras medidas no campo da juventude.

Integrado a um conjunto de programas que objetivavam inaugurar uma nova geração de políticas sociais e do trabalho no município de São Paulo, o Programa Bolsa Trabalho procurou afastar-se das estratégias de estímulo ao ingresso dos jovens no mercado de trabalho. Nesse sentido, tratava-se não somente de implantar um programa, mas também de conformar uma nova percepção e um novo modo⁸³ de enfrentar a questão do desemprego juvenil no interior de uma “estratégia mais ampla de inclusão social”, como será detalhado no próximo capítulo.

Mais recentemente, análise realizada por Corrochano e Nascimento (2007) evidencia que as ações no campo do trabalho permanecem ainda mais incipientes que as demais, com tempo e público determinados, circunscrevendo-se a programas de caráter pontual. Também não se observa a proposição de ações que considerem a diversidade de relações que a heterogeneidade do segmento juvenil estabelece com o trabalho, o estudo ou com ambas as esferas simultaneamente. Ainda segundo essas autoras, aspectos relacionados às condições de trabalho, jornada e salários dos jovens aparecem de maneira muito tímida no debate público e estão ausentes no campo das ações governamentais.

Mesmo que não seja tema deste estudo, poder-se-ia construir a hipótese de que a recente integração de boa parte dos programas destinados aos jovens no campo do trabalho ao ProJovem⁸⁴ pode obscurecer ainda mais questões específicas relativas ao trabalho juvenil.

⁸² Posteriormente, o governo federal concentrou suas ações fundamentalmente em torno do apoio a empresas para a contratação formal de jovens.

⁸³ Vale lembrar que as políticas públicas de juventude, além de tomar como ponto de partida certas percepções dominantes sobre o que é ser jovem, suas demandas e necessidades, desconsiderando que estas se encontram sempre em disputa no interior da sociedade, também podem conformar novas percepções e impactar a sociedade, o que também é comum a outras políticas públicas (Lagree, 1999).

⁸⁴ O atual ProJovem incorporou vários programas direcionados a jovens, doravante especificados. 1) ProJovem Adolescente (antigo Agente Jovem), sob responsabilidade da Secretaria Nacional da Juventude e Ministério do Desenvolvimento Social. Tem como objetivos criar condições para inserção, reinserção e permanência dos jovens de 15 a 17 anos no sistema de ensino (independentemente da renda familiar ou que sejam pertencentes a famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família); promover sua integração à família e à sociedade; prepará-lo para atuar como agente de transformação de sua comunidade. O jovem recebe um auxílio financeiro de R\$ 100,00 por mês, deve frequentar a escola e realizar atividades de caráter educativo. 2) ProJovem Urbano (antigo ProJovem), sob responsabilidade da Secretaria Nacional de Juventude. Estabelece como objetivo a elevação da

Além disso, cabe acentuar que o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego dos Jovens praticamente desaparece do escopo das ações em nível federal sem que seus resultados iniciais fossem amplamente discutidos.

Como ficará evidente na análise dos relatos dos jovens ao longo desta tese, o trabalho, um dos aspectos centrais de suas experiências e uma de suas maiores preocupações, parece encontrar pouco espaço nas ações públicas a eles destinadas⁸⁵. Como observa Sposito (2007), grande parte das ações voltadas para jovens, sobretudo para os jovens de baixa renda, pouco oferece para melhorar as “condições de transição para o mundo adulto” (p. 35), apresentando o que a autora denomina como vocação “presentista”, que se traduziria no enfoque das instituições e políticas que se restringe a “uma pálida ocupação do tempo presente, quando os jovens querem ampliação de repertórios e melhores possibilidades para construir seu presente e os rumos futuros” (p. 36).

escolaridade (até o ensino fundamental), qualificação profissional e desenvolvimento de ações comunitárias. Dirigido a jovens de 18 a 29 anos que tenham alcançado até a 4ª série, mas não tenham completado o ensino fundamental, e jovens com esse mesmo perfil que estejam em unidades prisionais. Os jovens recebem auxílio financeiro mensal de R\$ 100,00, devem frequentar as aulas e realizar trabalhos escolares, incluindo ações em suas comunidades. 3) ProJovem Trabalhador (antigos Juventude Cidadã, Escola de Fábrica e Consórcio Social da Juventude). Sob responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego e da Secretaria Nacional de Juventude. Estabelece como objetivo preparar o jovem para o mercado de trabalho e para ocupações alternativas de geração de renda. Dirigido a jovens de 18 a 29 anos, desempregados e membros de famílias com renda per capita de até meio salário mínimo. O jovem recebe auxílio financeiro de R\$ 100,00. Deve frequentar a escola caso não tenha concluído o ensino médio e participar em cursos de qualificação profissional.

⁸⁵ Em documento apresentando as diretrizes e perspectivas de uma Política Nacional de Juventude, o Conselho Nacional de Juventude defende como tarefa principal do Estado, nos campos da educação e do trabalho, a oferta de “políticas, programas e ações para que o jovem possa construir sua trajetória educacional, sua educação profissional e sua relação com o mundo do trabalho em condições adequadas” (Conselho, 2006, p. 27). É também nesse documento que se aponta um conjunto de limites das ações do Estado no âmbito do trabalho juvenil: o número reduzido de iniciativas no campo da garantia de trabalho decente aos jovens, o pouco controle do estágio enquanto modo de proporcionar ao jovem formação e vivência profissional, a inexistência de debates sobre a melhor forma de tornar possível ao jovem compatibilizar trabalho e estudo, sobre a possível (ou não) implementação de uma legislação relativa ao trabalho juvenil e também sobre a abertura de novas linhas de ação nesse campo, tais como o apoio ao microcrédito, cooperativismo, associativismo e empreendedorismo (Op. cit., 2006). O fato de essas questões serem debatidas no espaço do Conselho, composto por um conjunto diverso de atores – ONGs, movimentos sociais, partidos políticos e gestores públicos – é revelador de esforços de tratar os jovens como sujeitos integrais de direitos nos campos da educação, cultura, trabalho e convivência familiar. Especificamente sobre o campo do trabalho, parece clara a intenção de desvendar as especificidades dessa demanda juvenil para construir agendas que possam dar respostas à crise no mercado e à falta de perspectivas dos jovens em executar seus projetos de vida. Mas trata-se de intenções. As ações concretas ainda parecem bastante limitadas.

CAPÍTULO 2

O ENCONTRO COM OS SUJEITOS DA PESQUISA

Neste capítulo são apresentados os pontos de partida para o encontro com os jovens aqui investigados. Tal como já destacado, os sujeitos centrais desta investigação são jovens de baixa renda, entre 19 e 23 anos, de ambos os sexos, e que tinham em comum a participação no Programa Bolsa Trabalho (PBT), implementado pela gestão municipal de Marta Suplicy em São Paulo, entre os anos de 2001 e 2004. Como assinalado na introdução, a escolha desse programa repousa na maneira singular pela qual buscou responder à falta de trabalho entre jovens de baixa renda: a transferência direta de renda vinculada à elevação da escolaridade e à realização de atividades educativas. Ainda que o município contasse com outros programas semelhantes, o PBT foi o mais significativo deles em termos orçamentários⁸⁶, em relação ao número de atendidos⁸⁷ e, especialmente, por se construir enquanto um programa que buscava responder às mutações e à crise do mundo do trabalho, mais precisamente em sua forma assalariada.

Primeiramente, será realizada uma breve caracterização do município de São Paulo e do Programa Bolsa Trabalho, a fim de explicitar os principais objetivos desse programa e seus olhares em direção ao público juvenil, particularmente de mais baixa renda. Em um segundo momento, serão revelados os caminhos (e também os descaminhos) para a escolha dos jovens a serem entrevistados, bem como os procedimentos adotados para a realização das entrevistas. Finalmente, será apresentada uma descrição inicial do perfil dos jovens. Uma vez que estes haviam sido escolhidos como “público-alvo” de um programa público cujos critérios para participação estavam inicialmente dados – orientando-se em função de variáveis como idade, sexo, renda familiar, escolaridade e posição no mercado de trabalho – poder-se-ia pressupor que seria encontrado um segmento com certa homogeneidade em relação à sua posição na estrutura social. De fato, tratava-se, sobretudo, de jovens de baixa renda, mas seus perfis revelaram certo descompasso em relação ao que poderia ser considerado o público prioritário do programa. Além disso, desde o início não foi descartada a hipótese de encontro de um universo heterogêneo em função não apenas das biografias individuais. Alguns estudos já vêm

⁸⁶ Outro programa foi o Agente Jovem (atualmente ProJovem Urbano), implementado pelo governo federal em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social e entidades da sociedade civil.

⁸⁷ Entre julho de 2001 a setembro de 2004, o programa atendeu um total de 63.471 jovens no município, segundo informações da Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade, doravante chamada SDTS.

apontando para as relevantes desigualdades intraclasses, para além das desigualdades interclasses (Ferreira, 2004; Telles, 2006), e para a multiplicação das desigualdades, quando consideradas as variáveis sexo, raça, escolaridade e idade, em particular com relação ao mercado de trabalho (Maruani, 2002). Assim, mesmo em um grupo com relativa semelhança em termos de posição na estrutura social, diferenças de sexo, raça e escolaridade poderiam tornar-se perceptíveis.

2.1 Breves considerações sobre o contexto de emprego e desemprego em São Paulo

Antes de um resgate sobre a origem e concepção do Programa Bolsa Trabalho, é preciso tecer algumas considerações sobre o contexto em que este foi implementado, ou seja, o município de São Paulo. Para tanto, este tópico pauta-se, sobretudo, em alguns elementos oferecidos por pesquisas – realizadas à época⁸⁸ em que este estudo estava voltado à seleção dos sujeitos e cenários a serem investigados – acerca não apenas do município, mas principalmente da metrópole. Pretende-se, assim, desvelar aspectos significativos para a sequência da análise sem que isso represente uma ênfase do tecido econômico do município e da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), cujas condições de principal centro produtivo, comercial, financeiro e de serviços do Brasil e da América do Sul são especialmente notórias⁸⁹.

Vale ressaltar, no que diz respeito ao emprego formal na região metropolitana, o crescimento relativamente limitado no período 2000-2005 (média de 3,2% ao ano, abaixo da média estadual de 3,9% a.a.), a predominância do setor de serviços (59,2% dos postos formais de trabalho), a continuidade da queda na participação do emprego industrial e, especialmente, “a predominância de ocupações com menor exigência de especialização e escolaridade”

⁸⁸ Nesse sentido, vale reiterar que apesar das mudanças observadas nos últimos anos, particularmente em relação às taxas de emprego e desemprego, pareceu importante apresentar dados mais significativos e que se encontravam disponíveis tanto no momento em que o PBT foi implementado (2001), quanto na época em que começamos a realizar a pesquisa de campo (2004) e as entrevistas com os jovens, entre 2005 e 2006. Soma-se a isso o fato de que, embora tenham ocorrido alterações, a situação de alguns grupos – tais como jovens, mulheres e negros – no mercado de trabalho permaneceu desfavorável.

⁸⁹ Em relação à contextualização mencionada, vale assinalar a existência de estudos específicos ou documentos oficiais de qualidade, a exemplo da Pesquisa da Atividade Econômica Paulista (Paep), ou de relatórios mais gerais produzidos pela Fundação Seade (2007). Para acesso aos relatórios da Paep, realizada em 1996 e 2001, vide www.seade.sp.gov.br.

(Seade, 2007, p. 17) no grupo das 20 principais ocupações formais registradas na RMSP entre 2005 e 2006⁹⁰.

Aqui o foco é na caracterização do município e da metrópole em seu contexto social e econômico mais atual, sendo importante ressaltar sua trajetória de desenvolvimento altamente concentradora e, ao mesmo tempo, excludente e segregacionista, como destacam Kowarick e Campanário (1994) em sua abordagem sobre mudanças ocorridas em São Paulo entre o milagre e a crise que marcam o final do século XX. Tal cenário é também descrito, em alguma medida, por Marques e Torres (2004, p. 10):

Por um lado, podemos encontrar locais pobres com características sociais relativamente boas e dotadas de infra-estrutura, mesmo em áreas periféricas. Por outro, extensas regiões apresentam indicadores sociais muito mais precários do que a média da metrópole, acumulando num mesmo local diversos elementos negativos. [...] quando a lente da análise é voltada para os detalhes, a situação pode se mostrar dramática, pois certos lugares apresentam características de precariedade intensas, cumulativas e mesmo piores que a situação descrita em 1970. Portanto, devemos destacar uma maior heterogeneidade dos territórios da pobreza, agora marcados por um tecido mais complexo.⁹¹

Os mesmo autores prosseguem, relacionando essa heterogeneidade às condições de segregação e à orientação das políticas públicas:

[...] o território parece ser uma dimensão constitutiva da situação social em que se encontram os diversos grupos sociais na cidade, em especial entre os mais pobres. [...] indivíduos e famílias igualmente pobres e escolarizados têm condições e características diferentes dependendo de onde morem. A existência de intensa segregação exerce particular influência sobre a situação social dos grupos mais pobres que habitam a cidade, ao isolá-los dos circuitos sociais e econômicos mais amplos, reduzindo significativamente as possibilidades de interação e mobilidade social. Tudo isso torna o território uma dimensão decisiva para a ação pública. (Marques e Torres, 2004, p. 11).

Gomes e Amitrano (2004) analisam especificamente a relação entre local de moradia e vulnerabilidade ao desemprego, ao longo dos anos 1990, apontando, inicialmente, as desigualdades que se expressam nos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) realizada em parceria por Dieese e Seade, com maiores e crescentes taxas de desemprego aberto⁹² verificadas entre as mulheres⁹³ e os trabalhadores identificados como de cor/raça

⁹⁰ Dentre as principais ocupações destaca-se a presença e o crescimento absoluto dos empregos de faxineiro/a, auxiliar de escritório, operador/a de telemarketing, alimentador/a de linha de produção, vendedor/a de comércio varejista, servente de obras e assistente administrativo (Seade, 2007, p. 17-18).

⁹¹ Não será utilizado de forma rigorosa o conceito de território ou a noção associada de espaço, reconhecendo-se todavia sua relevância, como destaca Telles (2006).

⁹² A taxa de desemprego aberto é um dos componentes da taxa de desemprego total, que inclui o desemprego oculto pelo trabalho precário e pelo desalento. A taxa de desemprego total na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) passou de 8,7% para 19,3% entre 1989 e 1999, significando contingentes respectivamente de 614 mil e de 1,7 milhão de desempregados (Dieese, 2001, p. 53). Importante destacar a elevação significativa das taxas de

preta e parda. Em relação à forte incidência do desemprego juvenil no período, notam os autores que:

Não apenas na média do período analisado a taxa de desemprego foi maior entre esse grupo da população, como também o crescimento da taxa de desemprego, entre 1990 e 2000, foi cerca de 2,5 vezes maior entre os mais jovens [...] A especificidade da década de 1990 é que as pessoas com o ensino médio incompleto foram as mais atingidas pelo desemprego, em termos de grau de instrução [...] por outro lado, a participação dos trabalhadores que têm o ensino médio completo no mercado de trabalho foi a que mais cresceu na década. [...] Apesar do aumento da escolaridade da população em geral, o mercado de trabalho absorveu muito mais rapidamente os trabalhadores que têm ensino médio completo comparativamente às pessoas que têm o ensino médio incompleto. (Gomes e Amitrano, 2004, p. 172-173).

De fato, a PED da Região Metropolitana de São Paulo mostra também esse avanço das taxas de desemprego quando analisados os indicadores de acordo com a posição na família. Para aqueles considerados na condição de “filhos” dentro da configuração familiar, a taxa de desemprego total passa de 15% em 1989 para 29,6% em 1999, com acréscimo de 14,6 pontos percentuais no período. Ao mesmo tempo, o hiato entre as taxas de desemprego dos “filhos” frente aos “chefes de família” eleva-se de 10,9 para 17,6 pontos percentuais. Por seu turno, a taxa de desemprego total dos trabalhadores com ensino médio completo passa de 5% para 16,7%, enquanto a daqueles com ensino médio incompleto salta de 9,9% para 29,3% entre 1989 e 1999 (Dieese, 2001, p. 57-59), reforçando a análise de Gomes e Amitrano (2004) reproduzida acima.

Os autores vão além, registrando as diferenças entre as taxas de desemprego de acordo com o local de moradia, subdividindo São Paulo em distritos onde predominam os moradores com perfil de elite, distritos onde predominam extratos médios e distritos predominantemente habitados por famílias pobres. E mostram que a taxa de desemprego se eleva, entre 1990 e 2000, de modo diverso, aumentando 1,9 ponto percentual nas áreas de elite contra 3,9 pontos percentuais nas áreas mais pobres, concluindo que o desemprego “foi um fenômeno que atingiu as classes mais pobres com muito mais intensidade” (Gomes e Amitrano, 2004, p. 177).

desemprego oculto pelo trabalho precário e pelo desalento nas regiões metropolitanas abrangidas pela PED: em 1999 esses valores eram de 5,1% e 2,1%, na RMSP.

⁹³ No que diz respeito à força de trabalho feminina, Comin (2003, p. 93), analisando os dados da PED para a RMSP entre 1989 e 2001, ressalta a longuíssima duração do desemprego entre as mulheres, de quase dois anos em média, em 2001, praticamente o dobro da verificada entre os homens. Os dados exatos do tempo médio de desemprego foram naquele ano de 103 semanas para as mulheres ante 59 semanas para os homens.

Novamente, os autores observam taxas e diferenças mais elevadas em detrimento das mulheres moradoras de áreas mais pobres⁹⁴, dos moradores identificados como pretos e pardos de áreas mais pobres, e “mais uma vez, [...] que os jovens das áreas mais pobres estão mais vulneráveis ao desemprego que seus pares dos distritos de elite” (Gomes e Amitrano, 2004, p. 179). Os referidos autores concluem sua análise considerando a existência de áreas da Região Metropolitana de São Paulo em que,

pela densidade populacional existente, pelo peso dos desempregados e pela carência de emprego local, necessitam de iniciativas por parte dos poderes públicos que quebrem o “ciclo vicioso existente ali e que objetivem a dinamização da economia local, incluindo a população local em seus benefícios. Em outras palavras, existem razões para acreditar na viabilidade e efetividade de políticas com recorte territorial”. (Gomes e Amitrano, 2004, p. 193-194)⁹⁵.

Nesse cenário, e mesmo em meio a certa recuperação dos investimentos e indicadores do nível de atividade econômica, o que se destaca é a deterioração do mercado de trabalho na Região Metropolitana de São Paulo, como argumenta Comin (2003, p. 101-103), ressaltando a “desindustrialização do emprego” (ainda que a RMSP siga como o grande núcleo industrial brasileiro), “o aumento dos níveis de educação formal dos trabalhadores [...] sem qualquer contrapartida na melhoria das ocupações” e o “crescimento acelerado da instrução também nas ocupações de baixos requisitos, como o comércio ambulante e os serviços domésticos e, também, generalizadamente, entre os desempregados”.

Comin (2003, p. 103) observa também, em contraposição à tese dos “elevados custos trabalhistas” e da “rigidez da legislação”, que em plena RMSP não se constata “a criação intensiva de novos empregos ‘flexíveis’, mas sim a substituição insuficiente de empregos formais por ocupações informais”. E, por fim, se verificam em sua análise sobre a dinâmica do mercado de trabalho na RMSP, por um lado, a “cristalização” da estrutura ocupacional assimétrica e heterogênea, estancando a mobilidade social (ascendente); por outro, a migração de parte das ocupações de qualificação e qualidade relativamente elevadas, “em escala ampliada, para os serviços de mais baixa produtividade, menor dinamismo e pior perfil ocupacional”, perguntando-se então o autor “até que ponto o setor informal pode se expandir em relação ao formal” (Comin, 2003, p. 143-144).

⁹⁴ É entre as mulheres de áreas pobres e mulheres dos distritos de elite que se apresenta o maior hiato em termos das respectivas taxas de desemprego, equivalente a 8,1 pontos percentuais (Cf. Gomes e Amitrano, 2004, p. 178).

⁹⁵ Políticas essas que não foram implementadas no município de São Paulo durante a gestão de Marta Suplicy, ou da gestão José Serra/Gilberto Kassab, ao longo dos mandatos mais recentes à frente da prefeitura paulistana.

Como é destacado no capítulo anterior, a profunda crise do mercado de trabalho verificada ao longo dos anos 1990 se transforma no período mais recente, com o crescimento significativo do estoque de postos de trabalho formal, de acordo com os dados divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego e pelo IBGE. Também nas principais regiões metropolitanas isso se confirma a partir das pesquisas de emprego e desemprego (PED) realizadas pelo Dieese em parceria com organismos estaduais: apenas em 2007, mais de 500 mil pessoas passaram a ocupar novos postos de trabalho, possibilitando também retirar 180 mil pessoas da condição de desemprego (Dieese, 2007a).

No caso específico da Região Metropolitana de São Paulo, merece destaque não apenas o crescimento do número total de pessoas ocupadas (2,3% em 2007, ante um avanço de 1,5% no ano anterior), mas em especial a continuidade pelo quarto ano consecutivo da redução da taxa média de desemprego, que alcança seu menor patamar (14,8%) desde 1996. Significativa nesse processo é a redução do desemprego oculto e, particularmente, do desemprego oculto pelo desalento, cuja queda foi de 19,2% (Dieese, 2008).

O impacto sobre o emprego e desemprego juvenil também é evidente, muito embora os dados desagregados se refiram a 2005, e persista ainda um quadro de luzes e sombras. Conforme se apontou anteriormente, é elevada a participação juvenil na população ativa (chegando a 77% em São Paulo) e há uma evolução na presença dos jovens entre 16 e 24 anos no conjunto da população ocupada nas regiões metropolitanas pesquisadas. Entretanto, são ainda os jovens que compõem essencialmente a face do desemprego, com taxas verificadas, em 2005, ainda extremamente mais elevadas que o conjunto da população, variando entre 26%, em Porto Alegre, e 41%, em Salvador (Dieese, 2006). Essas taxas são sempre entre duas e três vezes mais elevadas que as taxas de desemprego verificadas na população com idade acima de 25 anos; situação que se verifica também na Região Metropolitana de São Paulo, onde o desemprego juvenil registra ainda o elevado nível de 29,8%. Ao mesmo tempo, é em São Paulo e Belo Horizonte que a presença juvenil entre os ocupados se mostra mais elevada, superando os 21%.

É bastante provável que a continuidade da trajetória de crescimento econômico do país, no biênio 2006/2007, e a preservação e/ou o fortalecimento de instrumentos e políticas capazes de dar caráter sustentável à recuperação da capacidade de geração de empregos no país (Cardoso, 2007) tenham lançado mais luzes a esse quadro, no que diz respeito à relação entre juventude, trabalho e educação. Todavia, o cenário crítico, conformado ao longo de duas décadas, e a dimensão não apenas quantitativa, mas também qualitativa da presença e do lugar

dos jovens na sociedade brasileira, persistem como elementos fundamentais para conhecimento e transformação.

2.1.1. O Programa Bolsa Trabalho: concepção e caracterização geral⁹⁶

O Programa Bolsa Trabalho foi implementado pela Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade (SDTS)⁹⁷ do município de São Paulo (gestão Marta Suplicy/ 2001-2004) e integrou um conjunto de programas articulados em torno da chamada “Estratégia Paulistana de Inclusão Social”⁹⁸. Esta pretendia inaugurar uma nova geração de políticas sociais e do trabalho, voltadas à ruptura do ciclo estrutural de pobreza, desigualdade de renda e desemprego na cidade, através de três grandes blocos programáticos, cujo atendimento aos chamados “excluídos”⁹⁹ pautou-se na construção de determinados critérios qualificados como “técnicos” (Pochmann, 2002). O PBT foi parte integrante do bloco de programas redistributivos, dirigidos às diferentes faixas etárias, e que deveria operar de modo integrado ao conjunto de programas emancipatórios e de apoio ao desenvolvimento local¹⁰⁰.

⁹⁶ Para histórico e caracterização do programa foram analisados documentos e livros oficiais, e realizadas também entrevistas com gestores. Além do secretário, foram entrevistados membros da coordenação, subcoordenação e dois técnicos responsáveis pelo programa. Foram ainda entrevistados coordenadores de outros dois programas da mesma secretaria que tinham interface com o PBT.

⁹⁷ A referida secretaria não existia anteriormente. Sua criação relaciona-se ao objetivo de inaugurar uma nova forma de gestão administrativa no município, o que não será tomado como foco desta tese. Para um histórico da constituição da SDTS e de seus programas, vide Campos (2004).

⁹⁸ Para uma análise dessa estratégia, vide Campos (2004).

⁹⁹ Este termo é bastante utilizado nos documentos e nas entrevistas dos gestores da referida secretaria. Por essa razão, faz-se necessário problematizar seu uso. Como alerta J. Martins (1997): “É preciso, pois, estar atento ao fato de que, mudando o nome de pobreza para exclusão, podemos estar escamoteando o fato de que a pobreza hoje, mais do que mudar de nome, mudou de forma, de âmbito e de conseqüências” (p. 18). O autor também aponta os limites de um uso “mecânico e economicista” da palavra exclusão, na medida em que é preciso saber se esse uso “corresponde, na consciência das vítimas da exclusão, àquilo que nelas é juízo moral condenatório do que as penaliza, integrando-as de outro modo (e não as excluindo parcial, incompleta e insatisfatoriamente dos mecanismos de reprodução e consolidação da sociedade atual)” (Martins, 1997, p.19). Ainda para o referido autor, não existe o que se poderia chamar de “exclusão em si”, mas sim “uma inclusão precária e instável, marginal”, ou seja, “a inclusão daqueles que estão sendo alcançados pela nova desigualdade social produzida pelas grandes transformações econômicas e para os quais não há senão, na sociedade, lugares residuais [...]”. Exclusão, de fato, sociologicamente, não existe. Ela é, na sociedade moderna, apenas um momento da dinâmica de um processo mais amplo; um momento insuficiente para compreender e explicar todos os problemas que a exclusão efetivamente produz na sociedade atual [...]. O discurso corrente sobre exclusão é basicamente produto de um equívoco, de uma fetichização, a fetichização conceitual da exclusão, a exclusão transformada numa palavra mágica que explicaria tudo” (Idem, p. 26-27).

¹⁰⁰ Além do Bolsa Trabalho, no bloco dos programas redistributivos, outros três foram implementados, dirigindo-se às demais faixas etárias: o Programa de Garantia de Renda Mínima, atendendo a população de 0 a 15 anos, o Programa Começar de Novo, voltado à população com 40 anos ou mais e o Programa Operação Trabalho, direcionado à população com idade entre 21 e 39 anos. Em todos esses casos também era assegurada uma renda aos beneficiários. Os programas Oportunidade Solidária, Capacitação Ocupacional e Aprendizagem

Tal como já destacado, o programa objetivava diferenciar-se da tradição das políticas públicas de emprego no país, bem como daquelas especificamente dirigidas aos jovens, elaborando uma estratégia diversa de enfrentamento do desemprego juvenil. Seguindo experiências em países centrais (Prefeitura, 2001, p.6), como a França, onde a permanência na escola se constituía como uma das ferramentas de enfrentamento do desemprego juvenil (Lada, 2005)¹⁰¹, não deveria haver incentivo à inserção, mas à ampliação da escolaridade, postergando-se o ingresso dos jovens no mercado de trabalho. A transferência de renda assumiria dimensão central, pois, na perspectiva da secretaria, entre jovens mais pobres, a dificuldade em postergar esse ingresso estaria atrelada à centralidade da geração de renda por meio do trabalho, o que também acabava por dificultar a elevação da escolaridade. A equipe reconhecia que essa não seria a única saída para o desemprego juvenil, defendendo a necessidade de um “cenário econômico de desenvolvimento sustentado”. Mas naquilo que se relaciona aos jovens, o desafio inicial seria contribuir para que esses ampliassem sua escolaridade por meio da transferência de renda, sendo este o objetivo geral do programa (Prefeitura/SDTS, 2001, p. 6).

Assumindo já em 2001 o comando da Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento e Solidariedade, o economista Márcio Pochmann claramente se baseia nos resultados de suas próprias pesquisas sobre o desemprego juvenil e as políticas desenvolvidas para seu enfrentamento. Assim, embora o programa tenha permanecido com o nome idêntico àquele formulado na campanha eleitoral (“Bolsa Trabalho”), gerando muitas ambigüidades como veremos adiante, seu objetivo modificou-se¹⁰² em relação à inserção do jovem no mercado de trabalho. A idéia agora seria outra: “a de uma bolsa que substituiria o trabalho”:

de Atividades de Uso Coletivo e Central de Crédito Popular – São Paulo Confia atuavam em uma perspectiva “emancipatória” dos sujeitos. Por fim, os programas de apoio ao desenvolvimento local, objetivando reconstituir elos de cadeias produtivas, recuperar empresas falidas, investir em cooperativas e também apoiar a intermediação de trabalho e negócios. A perspectiva era de que todos esses programas estivessem intrinsecamente articulados entre si, possibilitando o desenvolvimento socioeconômico da cidade.

¹⁰¹ Inicialmente destinada apenas a jovens com mais baixa escolaridade e, posteriormente, alargando-se para toda a população juvenil (Lada, 2005).

¹⁰² O PBT se inseria nas estratégias de combate à “situação de miséria da população da cidade”, juntamente com os programas Renda Mínima e Começar de Novo. Seu principal objetivo era garantir, ao jovem desempregado e com baixa escolaridade, programas específicos de inserção no mundo do trabalho, oferecendo-lhe a possibilidade de capacitação e exercício de atividades profissionais, educação supletiva e uma bolsa por determinado período. Além disso, figurava como uma estratégia de prevenção da violência, ao lado da educação (Programa de Governo, 2000, p. 13).

A visão original do Bolsa Trabalho era de ser um programa voltado para o mercado de trabalho, originalmente. Na verdade, na construção ele se tornou justamente o contrário. Uma tentativa de enfrentar o desemprego sobre outro prisma, onde se dá condições melhores para os jovens se preparar, postergar seu ingresso no mercado de trabalho, olhando mais a questão comunitária, pertencimento, uma série de valores que fazem parte desse programa. (Gestor 1).

Em seu estudo realizado nos meados dos anos 1990 sobre as políticas do trabalho e de garantia de renda na Itália, Inglaterra, França e Brasil, algumas passagens indicam possíveis fontes da concepção que viria a ser definida por Pochmann em sua gestão:

[...] a economia de mercado gera, invariavelmente, *grupos problemas* no interior de sua população que dependem constantemente dos mecanismos de proteção social e de garantia de renda. As intervenções do poder público no mercado de trabalho, principalmente sobre os chamados *grupos problemas* (menores, velhos, desempregados, inválidos, minorias étnicas etc.), foram fundamentais para que o direito de cidadania e de acesso a um padrão adequado de vida fosse garantido a todos. (Pochmann, 1995, p. 31).

Através das novas formas de produção que se sucedem, estimuladas pelo avanço da Terceira Revolução Industrial, tem havido uma constante necessidade de alteração no relacionamento entre o capital e o trabalho. Por isso, alguns autores chamam a atenção para a necessidade de implementação de uma nova fase de política de rendas. Essa, por sua vez, teria por objetivo melhorar o entrosamento entre a força de trabalho e as formas de emprego derivadas do novo padrão tecnológico (qualidade produtiva, nível educacional, ocupação multidisciplinar etc.)¹⁰³, assim como reduzir o grau de estranhamento que tende a ocorrer em relação ao restante da população economicamente ativa que permanece excluída do mercado de trabalho. Certamente, a implementação de uma política de rendas de novo tipo representa mais um desafio ao capitalismo no final do século XX, principalmente no que se refere ao enfrentamento da questão social. (Pochmann, 1995, p. 51).

No Brasil [...] a modernização das políticas públicas direcionadas para a regulação do mercado de trabalho e para o controle da renda disponível para o consumo representam um dos grandes desafios das forças sociais dispostas a construir uma sociedade justa e democrática. (Pochmann, 1995, p. 256).

Todavia, o mesmo autor enfatizaria, em publicação específica sobre a questão do trabalho juvenil, não apenas a crítica mencionada anteriormente a ações consideradas limitadas sobre o funcionamento do mercado e/ou sobre as características da demanda juvenil isoladas das políticas macroeconômicas e sociais. Ele também apresentaria propostas concretas para o funcionamento de uma “Agência Nacional para Inserção Ocupacional da Juventude” e para um “Programa Nacional de Promoção do Trabalho para a Juventude”

¹⁰³ Nesse caso, o autor, e posteriormente secretário, apresenta um cenário de transformação das formas do emprego que claramente não se concretizou, convivendo as novas formas modificadas pelo padrão emergente de tecnologia e gestão com a persistência das ocupações de baixa qualificação/remuneração, sendo exercidas de modo absolutamente convencional.

(Pochmann, 2000, p. 72-79), com característica oposta à que viria se firmar como concepção e prática do Programa Bolsa Trabalho alguns anos mais tarde.

Assim, com o objetivo da concessão de uma bolsa que substituiria o trabalho, o PBT dirigiu-se inicialmente a jovens entre 16 e 20 anos, matriculados ou formados no ensino médio, desempregados por mais de seis meses ou sem atividade remunerada, moradores de São Paulo nos últimos dois anos e pertencentes a famílias de baixa renda, com rendimento bruto mensal per capita de até meio salário mínimo. Todos os participantes do programa receberiam uma bolsa correspondente a 45% do salário mínimo, auxílio-transporte e seguro de vida coletivo, por um período que variava de seis meses a dois anos¹⁰⁴. Ao mesmo tempo, aqueles que não haviam completado a escolaridade básica deveriam retornar à escola¹⁰⁵. Para todos, era obrigatório obter algum tipo de formação complementar, não necessariamente direcionada ao mundo do trabalho (Prefeitura, 2001, p. 8).

Como objetivos específicos, pretendia propiciar ações que contribuíssem para o “resgate da cidadania”, mediante “a maior integração dos jovens em seus bairros” e o desenvolvimento de “atividades de caráter comunitário” que pudessem contribuir para a melhoria de suas condições de vida (Prefeitura, 2001). Embora menos explícita, a lógica dominante em torno do perigo da violência também atingiu algumas das suas orientações, como se observa no enunciado de seus objetivos preventivos: “oferecer meios para que os jovens não desistam de estudar e nem, na ausência de vagas no mercado de trabalho, recorram a estratégias perigosamente fáceis de ganhar a vida” (Pochmann, 2002, p.103).

2.1.2 O programa em ação

Assim como nos demais programas de caráter redistributivo da SDTS, a inscrição para a participação no PBT era aberta a todo e qualquer jovem, mas a seleção seria realizada por técnicos da secretaria, obedecendo a critérios estabelecidos pelo programa. Para seleção dos beneficiários, foram realizados cadastramentos¹⁰⁶ em todo o município, iniciando-se pelos

¹⁰⁴ A duração média da participação dos jovens girou em torno de seis meses.

¹⁰⁵ Inicialmente o programa dirigia-se apenas aos jovens que não haviam completado o ensino médio. O fato de muitos jovens que procuraram o programa já terem completado a escolaridade básica fez com que a Prefeitura de São Paulo ampliasse o escopo do chamado “público-alvo”. É importante ressaltar essa mudança, dado que a tendência dos programas é excluir jovens que não estejam dentro dos critérios e não modificar os critérios para contemplar um maior número deles, como fez o PBT.

¹⁰⁶ Para o cadastro foi constituído o Banco de Dados do Cidadão.

distritos de maior “exclusão”, segundo indicadores construídos pela própria secretaria¹⁰⁷. Por esse modo de operar, a equipe considerava que se tratava de um programa universalista, argumento, no entanto, desconstruído na análise de Abílio (2005, p. 94):

Ainda que a SDTS afirme que era ‘possível focalizar para universalizar’ e que Campos¹⁰⁸ afirme que os benefícios eram direitos, [...] esses benefícios não se universalizaram e não se constituíram como direitos: acaba a gestão, acabam os benefícios, aos quais aliás nem todos os ‘elegíveis’ tiveram acesso garantido – a não ser que direitos agora possam ser concebidos como passageiros, esporádicos e nem sempre acessíveis.

Seguindo um dos caminhos trilhados para seleção de beneficiários em políticas de transferência de renda, o modo de chegar aos beneficiários também evitaria, na avaliação da equipe gestora, a reprodução de práticas assistencialistas e clientelistas predominantes nas administrações anteriores, o que não resultou na ausência de outros problemas significativos¹⁰⁹.

Inicialmente, as atividades educativas oferecidas aos jovens, aos quais raramente era permitida a oportunidade de escolha¹¹⁰, eram de responsabilidade apenas do poder público e de empresas municipais¹¹¹. Não foram poucos os problemas advindos da relação da SDTS com outras secretarias e órgãos municipais, o que teria sido minimizado pela pressão política exercida pela própria prefeita. Vale mencionar, indo além no que diz respeito à fragilidade da articulação institucional no próprio âmbito do governo municipal, o relato de Moura (2006) sobre as ações da Coordenadoria Especial da Juventude, criada também em 2001, no início da gestão da prefeita Marta Suplicy:

[...] Buscou também se associar ao Programa Bolsa-Trabalho, no sentido de criar alguma profissionalização para os jovens que se interessassem por atividades mais próximas dos eixos de ação da coordenadoria, como na área de esporte. O resultado [...] de atuação intersetorial parece ter tido pouca

¹⁰⁷ Os indicadores considerados foram: emprego, renda, violência, alfabetização e população jovem. Além deles, lugares considerados como bolsões de pobreza, áreas de favela e onde já existisse algum tipo de intervenção do poder público foram definidos como prioritários. Aqueles que se identificaram como moradores de rua também foram privilegiados.

¹⁰⁸ A autora se refere a André Campos, também citado no presente trabalho.

¹⁰⁹ Além de problemas operacionais identificados por Torres (2004), a seleção pautada apenas por critérios técnicos, desconsiderando as redes e relações que os jovens mantêm em seus locais de moradia, pode comprometer a constituição de identidades coletivas e ações solidárias pretendidas pelos próprios gestores (Sposito e Corrochano, 2005, p. 156).

¹¹⁰ Para a equipe, a garantia de escolha esbarrava em limites orçamentários e logísticos. Além disso, parecia previsível que os jovens optassem por atividades ligadas a profissões mais tradicionais se lhes fosse dada a chance de escolher, o que, de fato, ocorreu nas poucas vezes em que o programa ofereceu essa alternativa.

¹¹¹ Segundo a equipe do PBT, os jovens receberam formação em cooperativismo sob coordenação do Programa Oportunidade Solidária, da própria secretaria. As secretarias de Saúde, Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Obras e Habitação também se responsabilizaram por atividades formativas, além de empresas como CET e Prodam.

eficácia, no sentido que os resultados da aproximação com o então programa Bolsa-Trabalho da Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da prefeitura foram limitados. (Moura, 2006, p. 197).

Ao final do primeiro ano de implementação, as avaliações¹¹² realizadas acarretaram mudanças no conjunto dos programas, dentre as quais vale ressaltar aquelas com impacto significativo sobre o PBT. Destaca-se aqui o termo de cooperação técnica firmado com a Organização das Nações Unidas (ONU), por intermédio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), visando facilitar a contratação de entidades da sociedade civil para realização das atividades educativas¹¹³.

Outra mudança, também para responder aos problemas no campo da formação oferecida aos beneficiários, foi a elaboração de um documento de referência para a organização dos cursos. A partir daí eles deveriam ser organizados em dois módulos: um básico, de formação cidadã, com duração de até 480 horas, e um específico, sem carga horária definida. O primeiro módulo nasceu da percepção de que seria necessário unificar os conteúdos, a linguagem e a metodologia dos cursos oferecidos aos beneficiários¹¹⁴. No segundo, especialmente quando os beneficiários eram jovens, privilegiava-se a formação em “atividades de utilidade coletiva” que, segundo a equipe, já vinham ou poderiam vir a ser demandadas pela prefeitura e pelo chamado “terceiro setor”, como cuidadores de idosos, agentes de lazer ou de trânsito, agentes do meio ambiente, de cultura, educação e cidadania (Prefeitura/SDTS, 2002).

Alterações na organização do trabalho da SDTS também tiveram impacto sobre o PBT. No final de 2002 constitui-se uma equipe para lidar especificamente com os desafios do Programa Bolsa Trabalho, sendo estimulada a consideração em torno das especificidades do

¹¹² A SDTS esforçou-se em produzir avaliações sobre os programas ao mesmo tempo em que os implementava, possibilitando correções de rumos. No interior da secretaria constituiu-se uma equipe de supervisão e avaliação que produzia avaliações periódicas a partir de questionários e pesquisas telefônicas junto a beneficiários (bolsistas e egressos), visitas e entrevistas domiciliares, ao mesmo tempo em que supervisionava aspectos relacionados à infra-estrutura em cada um dos projetos implementados. A secretaria também demandou avaliações externas.

¹¹³ Não serão aprofundadas aqui as implicações políticas desse tipo de convênio, mas vale assinalar que desde a gestão Fernando Henrique Cardoso disseminou-se uma prática de repasse de recursos públicos à Unesco com o objetivo de facilitar a contratação de serviços destinados à administração pública. No caso do PBT, os recursos repassados à Unesco eram oriundos da Secretaria Municipal da Educação. Com os recursos em mãos, caberia à Unesco, juntamente com a Prefeitura, a seleção e o repasse de recursos para projetos apresentados por diferentes entidades. Também era papel da Unesco o acompanhamento das ações, o que acabou restringindo-se tão-somente à aprovação ou não de relatórios técnicos e financeiros, segundo a percepção dos gestores entrevistados.

¹¹⁴ Os conteúdos que deveriam fazer parte desse módulo giravam basicamente em torno do conceito de cidadania; vulnerabilidade social; causas do desemprego; estratégia municipal de combate à pobreza e exclusão; noções de preservação do meio ambiente; cuidados com a saúde; direitos e deveres; qualidade de vida e direitos humanos.

universo juvenil. A partir daí a SDTS passou a se esforçar para incorporar ONGs que tivessem alguma experiência com o público juvenil ou que desenvolvessem alguma temática que pudesse interessá-los em particular. Sua hipótese era de que, dessa forma, seria possível desenvolver novas metodologias e adequar mais o trabalho ao público jovem, uma vez que avaliações realizadas nos dois primeiros anos tinham indicado problemas nesse sentido. Em estudo de caso sobre o PBT, em que foram entrevistados, além dos gestores, educadores, coordenadores de projetos e alguns jovens, por exemplo, foi constatado um conjunto de limites que permaneceram, no entanto, na implementação das ações (Corrochano, 2007).

Efetivamente, a SDTS acabou por perceber dificuldades na implementação das atividades educativas, mesmo entre entidades que já tinham experiência de trabalho com jovens. Para a equipe gestora, o público jovem com o qual as entidades estavam acostumadas a trabalhar era muito diferente do público do programa. Além disso, mesmo com a formulação das orientações em torno dos módulos, as entidades pareciam concentrar-se em sua temática específica e não no conjunto de temas considerados relevantes pelo programa¹¹⁵.

Os coordenadores, educadores e jovens do programa por mim entrevistados¹¹⁶ também ressaltaram as dificuldades advindas da infra-estrutura e da falta de material adequado para a realização das atividades. De fato, à exceção de projetos específicos, isso se dava a partir de uma base material precária, que emergia de forma recorrente em outras situações similares (Camacho, 2004; Leão, 2004). No caso do PBT, as condições de sua realização também deixaram de sofrer influência das parcerias constituídas previamente nos locais de moradia dos jovens, dado que cada vez mais os cursos passaram a ser ministrados por entidades sem inserção nesses locais¹¹⁷. Nessa direção, alguns coordenadores de projetos apontaram limites da capacidade da equipe do PBT em realizar articulações, desde o momento de elaboração dos projetos, entre a entidade responsável e todos os envolvidos em sua implementação, fossem secretaria, subprefeitura ou ambas.

¹¹⁵ Segundo a equipe gestora, nem todas as entidades respeitaram as orientações propostas, em especial no Módulo de Formação Cidadã. Algumas entidades, por sua vez, questionaram a “definição” de conteúdos prévios pela própria secretaria e buscaram alternativas, seja ignorando o material, seja elegendo apenas temáticas que lhes pareciam mais significativas para o público juvenil ou relacionadas ao seu caráter específico. De fato, parecia haver diferentes entendimentos sobre o papel dos documentos dos módulos básico e específico. Para alguns, deveriam ser seguidos “fielmente”; para outros, representavam apenas uma base.

¹¹⁶ Cf. Corrochano, 2007.

¹¹⁷ Nem sempre a entidade atuava no mesmo distrito, o que ficou mais freqüente quando a SDTS buscou convidar e selecionar entidades que não necessariamente eram do próprio local, mas que tinham um trabalho reconhecido em alguma temática específica ou junto ao público jovem. Por vezes, este modo de operar encontrou resistências, assim como a escolha dos beneficiários. Em parte dos casos, a subprefeitura já tinha relações construídas com determinadas entidades, e a organização considerada “estrangeira” tinha maiores dificuldades em encontrar apoio no processo de implementação.

2.1.3 O perfil dos jovens do PBT

A despeito dos limites relativos ao processo de implementação, ao final da gestão haviam sido atendidos 53.023 jovens, do total de 72.315 jovens que procuraram o programa. Trata-se de uma iniciativa que atingiu um número significativo, se consideramos outros programas que vinham sendo desenvolvidos junto a esse público no país¹¹⁸.

Segundo informações do Banco de Dados do Cidadão¹¹⁹, do total de beneficiários, 29.700 eram moças (56%) e 23.323 eram rapazes (44%). A menor participação de rapazes deveu-se à menor procura do programa por parte destes últimos. Instigante notar que, muito embora o programa declarasse possuir também objetivos preventivos de redução dos índices de violência, mais fortemente associados ao universo masculino, eram as moças que saíam na frente em busca do PBT. Isto pode estar relacionado às maiores porcentagens de desemprego entre as mulheres jovens, ainda que possuam níveis mais elevados de escolaridade (Dieese, 2005; Sposito, 2003).

Em relação ao atributo cor/raça, e tomando-se como referência a porcentagem de pretos e pardos no município do São Paulo¹²⁰, há uma participação importante desses grupos no programa, seja no caso das moças pretas e pardas (54% das contempladas), seja em especial no caso de rapazes (58% dos contemplados). Tanto a importante presença de moças, quanto de pretos e pardos parece expressar o peso das desigualdades de sexo e cor/raça no risco de transições em direção ao desemprego ou à precariedade ocupacional (Guimarães et al., 2004). Nesse sentido, dada a significativa presença de negros (pretos e pardos), algumas reflexões relacionadas a este dado serão apresentadas, bem como sobre o que diz respeito às questões de juventude e gênero, como poderá ser observado nas análises dos depoimentos dos jovens.

¹¹⁸ Dados do Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Humano, um dos mais antigos para esse segmento, mostram que o mesmo tinha atendido cerca de 60 mil jovens em todo o país no momento em que o PBT foi implementado (Sposito e Corrochano, 2005).

¹¹⁹ O Banco de Dados do Cidadão foi instituído pela SDTS a partir de 2002. Se inicialmente tinha como objetivo o cadastramento dos cidadãos com vistas ao processo de seleção para participação nos programas sociais dessa secretaria, a perspectiva era que se constituísse em um meio para o gerenciamento de informações necessárias ao planejamento, implementação e acompanhamento de políticas públicas no município de São Paulo (Pochmann, 2002). Ainda sobre o referido Banco, vide Campos (2004). Embora a constituição de um banco de dados no interior de um programa público possa ser avaliada como positiva, ela não torna desprezível o conjunto de problemas nele encontrados, como já alertava Torres (2004) para estratégias dessa natureza. Esses problemas, no entanto, não inviabilizaram a apreensão de um perfil aproximado dos beneficiários do programa. Serão apresentados aqui apenas alguns aspectos desse perfil. Para maior detalhamento, vide Apêndice A desta tese.

¹²⁰ De acordo com o Censo Demográfico de 2000, havia 667.310 jovens de cor/raça preta ou parda na faixa de 15 a 24 anos, correspondendo, portanto, a 33,1% do universo de 2.015.284 jovens moradores no município de São Paulo (Cf. <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?z=t&o=4&i=P>).

Tabela 1
Contemplados pelo PBT segundo raça e sexo

COR/ RAÇA	SEXO				TOTAL	
	FEMININO		MASCULINO			
	números absolutos	%	números absolutos	%		
Branca	12.962	43,64%	9.131	39,15%	22.093	41,67%
Negra	15.263	51,39%	12.990	55,7%	28.253	53,28%
pardos	12.179	41%	10.240	43,90%	22.419	42,28%
pretos	3.084	10,39%	2.750	11,8%	5.834	11%
Amarela	46	0,16%	26	0,11%	72	0,14%
Indígena	16	0,05%	9	0,04%	25	0,04%
Não indicada	1.413	4,76%	1.167	5%	2.580	4,87%
TOTAL	29.700	100%	23.323	100%	53.023	100%

Fonte: PMSP, Banco de Dados do Cidadão. Elaboração própria, 2006.

Uma vez que o programa visava atender a jovens pertencentes a famílias de baixa renda, notamos a predominância dos mesmos entre os contemplados, alcançando suas maiores porcentagens entre jovens pertencentes a famílias com rendimentos a partir de meio e até dois salários mínimos per capita, conforme tabela a seguir:

Tabela 2
Contemplados pelo PBT segundo renda familiar per capita

SALÁRIO MÍNIMO (PER CAPITA)	NÚMERO DE JOVENS	%
Até ¼	3.026	5,7%
Mais de ¼ a ½	1.936	3,7%
Mais de ½ a 1	10.114	19%
Mais de 1 a 2	20.909	39,4%
Mais de 2 a 3	7.423	14%
Mais de 3 a 5	2.371	4,5%
Mais de 5	469	0,9%
Sem informação	6.775	12,8%
TOTAL	53.023	100%

Fonte: PMSP, Banco de Dados do Cidadão. Elaboração própria, 2006.

Em média, as famílias possuíam até quatro filhos, ou seja, não predominavam famílias extremamente numerosas. Outro dado significativo diz respeito à região de origem: a maioria (70%) nasceu no município de São Paulo, seguindo-se 24% que nasceram em outros estados e

6% em outros municípios paulistas. As condições de moradia aliadas à renda indicam que pertencem a famílias pobres, mas com acesso a saneamento básico¹²¹.

Ainda que a considerável presença de jovens brancos, não-migrantes e pertencentes a famílias pouco numerosas provocasse na equipe a reflexão em torno de um novo perfil de pobres na cidade, um dos aspectos que mais impulsionou mudanças no programa relacionou-se à escolaridade. Inicialmente, jovens com ensino médio completo não seriam contemplados, reservando-se vagas àqueles que não tinham completado o ensino fundamental. De fato, um dos objetivos centrais do programa, à semelhança de outros destinados a jovens pobres, era de atrelar a renda à elevação da escolaridade, mesmo que não houvesse consenso em torno dessa exigência, como será visto adiante. No caso do PBT, desde o início a equipe do programa percebeu que o público juvenil que demandava inscrição não era aquele com mais baixa escolaridade, em sua grande maioria. Boa parte dos jovens já havia ultrapassado o patamar dos oito anos de escolaridade, como mostra a tabela 3 abaixo.

Tabela 3
Contemplados pelo PBT segundo escolaridade e sexo

ESCOLARIDADE	FEMININO		MASCULINO		TOTAL	
	números absolutos	%	números absolutos	%	números absolutos	%
De analfabeto até a 4ª série do ensino fundamental	765	2,58%	702	3,01%	1.467	2,77%
Da 5ª à 8ª série do ensino fundamental	6.946	23,39%	8.213	35,22%	15.159	28,59%
Do 1º ao 3º ano do ensino médio	21.705	73,08%	14.280	61,23%	35.985	67,87%
Acima do ensino médio	279	0,94%	124	0,53%	403	0,76%
Sem informação	5	0,01%	4	0,01%	9	0,01%
TOTAL	29.700	100%	23.323	100%	53.023	100%

Fonte: PMSP, Banco de Dados do Cidadão. Elaboração própria, 2006.

¹²¹ Vide tabelas no Apêndice B.

Esta configuração pode sinalizar duas situações: do ponto de vista do programa, a dificuldade em alcançar um público com menor escolaridade (ensino fundamental incompleto), pois embora esse segmento esteja diminuindo proporcionalmente nos últimos anos, em especial entre os jovens, ainda tinha presença importante no município¹²². Do ponto de vista dos jovens, os dados parecem revelar que as condições materiais de pobreza nem sempre dificultam a conclusão da escolaridade básica, ao mesmo tempo em que esta não garante necessariamente melhores condições de inserção, em particular no mercado de trabalho formal. Diferentemente de outros programas dessa natureza, com a forte demanda entre os egressos do ensino médio¹²³, a percepção dos gestores do PBT sobre a expansão escolar entre os segmentos mais pobres da população levou o programa a ampliar seu foco de atuação, possibilitando a participação de jovens com escolaridade básica concluída, o que, como já ressaltado, configura um aspecto positivo do programa, pois em outros casos pode haver redução do número de vagas.

O levantamento do perfil dos beneficiários veio corroborar o que já vinha sendo concebido pela equipe como “nova pobreza” ou “nova exclusão”¹²⁴, que estaria atingindo jovens nascidos no município de São Paulo, com escolaridade mais elevada e membros de famílias pouco numerosas:

[...] no período posterior a 1980, o Brasil afastou-se do crescimento econômico, agravando os problemas sociais, sobretudo em relação à nova exclusão (os deserdados do crescimento econômico). Ou seja, as políticas de corte neoliberal implementadas nesses anos, ao impactarem fortemente a economia do país, geraram um novo contingente de excluídos, mas de perfil diferente do tradicional. Se antes a população excluída tinha baixa escolaridade, vinha de famílias muito numerosas, era migrante e tinha ocupação mal remunerada, hoje, na nova exclusão, as pessoas não são analfabetas, tem alguma escolaridade, vêm de famílias pequenas, já são cidadãos urbanos, mas estão desempregados. (Pochmann, 2003, p. 19).

Além de abranger aqueles que possuíam maior escolaridade, foi também considerada a possibilidade de inscrição de jovens inseridos em ocupação precária, dada ser essa a condição de muitos dos beneficiários antes de ingressarem no programa, como também foi percebido

¹²² O município registrava 610 mil jovens (entre 15 e 24 anos) com menos de oito anos de escolaridade, representando em torno de 30% da população juvenil em São Paulo na data do último censo. Cerca de 1,3 milhão de jovens tinham atingido níveis educacionais mais elevados (IBGE, Censo 2000).

¹²³ Análise do Programa Serviço Civil Voluntário realizada por Leão (2004) revelou que alguns jovens chegaram inclusive a rebaixar sua escolaridade para se adequar às condições impostas pelo programa.

¹²⁴ Essas expressões também já vinham sendo utilizadas por outros autores para sinalizar o problema da pobreza atual, como em Telles (2001, p. 92): “na convergência entre velhas e novas exclusões no cenário de transformações que se processam em ritmo acelerado sem que se tenham conquistado patamares mínimos de igualdade civil e social”.

pela equipe¹²⁵. Com esse quadro, e na perspectiva de alguns gestores¹²⁶, objetivando dar lugar às expectativas juvenis em relação à inserção no mundo do trabalho, a SDTS decidiu agregar, dois anos depois de sua implementação, novos subprogramas¹²⁷ articulados ao Bolsa Trabalho¹²⁸: o Bolsa Trabalho Estágio, Bolsa Trabalho Emprego e Bolsa Trabalho Cursinho¹²⁹. Neste momento, a modalidade do Programa Bolsa Trabalho aqui estudada passa a ser denominada Programa Bolsa Trabalho Renda ou PBT Renda¹³⁰.

Sem desconsiderar a importância da criação de outras modalidades, é fundamental acentuar que o Programa Bolsa Trabalho escolhido para esta análise teve o maior número de contemplados – 53.023 – entre julho de 2001 e setembro de 2004¹³¹, permanecendo no centro das ações municipais dirigidas aos jovens. Também manteve semelhante o campo de orientações definidoras do que seria importante destinar aos jovens pobres da cidade: renda, retorno ou permanência na escola para aqueles que ainda não tinham finalizado o ensino médio e participação em atividades de formação, sendo estas últimas condicionantes para recebimento do recurso monetário. Nesse sentido predominou o formato que continua a se disseminar¹³² no campo das ações dirigidas aos jovens (Sposito e Corrochano, 2005).

¹²⁵ Mesmo ocupado, este jovem deveria ser parte do programa, “na medida em que pode ser melhor aproveitado individual e coletivamente se desenvolver atividades sociais e comunitárias, além de prosseguir nos estudos (inclusive curso superior), sendo assim retirado da ‘linha de frente’ do mercado de trabalho” (Pochmann, 2003, p. 88).

¹²⁶ Nem todos concordaram que essa mudança também esteve atrelada às reivindicações em torno do apoio à inserção do jovem no mundo do trabalho. Para alguns, ela foi resultado da busca de maior apoio político ao programa, em especial das famílias de rendimento um pouco mais elevado.

¹²⁷ Para participação nesses novos programas era obrigatório ter concluído o ensino médio.

¹²⁸ Além do Bolsa Trabalho Renda também passaram a fazer parte do PBT os programas Bolsa Trabalho Cursinho – para jovens entre 16 e 29 anos que concluíram o ensino médio e pertencentes a famílias de baixa renda; e Bolsa Trabalho Estágio – também voltado para jovens entre 16 e 29 anos que estivessem cursando o ensino médio, profissionalizante ou o ensino superior, em situação de desemprego e vivendo em famílias de baixa renda. Além dessas modalidades, o Bolsa Trabalho Emprego – único que tinha como objetivo central a inserção juvenil no mercado de trabalho formal – era direcionado a jovens com idade entre 16 e 24 anos, com ensino médio ou superior completo, e pertencentes a famílias de baixa renda (Pochmann, 2003).

¹²⁹ Lei nº 13.841, de 7 de junho de 2004.

¹³⁰ Também denominado ao longo desta tese somente como Programa Bolsa Trabalho ou PBT.

¹³¹ O PBT Cursinho teve um total de 3.135 jovens contemplados, o PBT Estágio atingiu 1.150 contemplados, e o PBT Emprego, 1.789 contemplados.

¹³² O formato se dissemina na área pública nos últimos anos, mas já havia sido bastante difundido entre ONGs e fundações empresariais (Sposito e Corrochano, 2005).

2.1.4 Renda e contrapartidas

Se o PBT aproximava-se de outros programas na perspectiva de transferir aos jovens algum tipo de renda sob a forma de bolsa, sua motivação parecia seguir caminhos diversos. É certo que no âmbito da crise do mundo do trabalho, do emprego assalariado e do Estado Providência – a partir dos anos 1980, nos países centrais e, cerca de uma década depois, no Brasil¹³³ – vem se tornando cada vez mais consensual a idéia da necessidade de uma renda assegurada pelo Estado aos cidadãos, aproximando posições diferentes e divergentes (Telles, 1998). No entanto, ao que parece, tanto esse consenso pode ser problematizado, quanto diferentes ambivalências e ambigüidades podem ser encontradas no interior mesmo de uma proposta dessa natureza (Telles, 1998).

A perspectiva da SDTS parecia aproximar-se dessa segunda “motivação”, na qual a transferência de renda alicerçava-se na promoção de direitos, buscando romper com a idéia de uma pobreza que deveria ser assistida pelo Estado e de uma focalização acanhada em termos quantitativos e qualitativos (Pochmann, 2002, p. 74). Para a equipe gestora, a novidade ainda maior estava na articulação do programa com vários outros que poderiam oferecer aos beneficiários um conjunto de alternativas, comumente chamado pela equipe de “portas de saída”, ao término do apoio financeiro: ingresso no mercado de trabalho formal (embora consideradas as dificuldades), acesso ao crédito, formação de cooperativas. Nesse sentido, procurava afastar-se de parte das críticas dirigidas aos programas de transferência de renda que deixavam intocadas as possibilidades de geração de trabalho e renda.

De fato, considerando apenas os programas públicos dirigidos aos jovens e que envolviam alguma transferência de recursos, o término da chamada “bolsa” era um momento marcado por muitas angústias e interrogações, como atestam outros estudos (Camacho, 2004; Leão, 2004). Muito embora acenasse com a perspectiva de continuidade, o PBT apresentou limites significativos para isso, o que ficou explícito na avaliação dos coordenadores de projetos: faltou articulação entre os próprios programas da secretaria e intersecretarias para garantir ao jovem alguma perspectiva de geração de trabalho e renda quando finalizada a bolsa. Apenas alguns jovens declararam a participação, por exemplo, em experiências de

¹³³ A partir da aprovação do projeto de lei do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), em 6 de dezembro de 1991, que instituía um Programa de Renda Mínima de abrangência nacional. O governo, no entanto, só irá aderir à proposta em 1996, apoiando um projeto do deputado Nelson Marchesan (PSDB-RS), que produz modificações importantes no projeto anterior. De qualquer modo, desde o momento em que o programa é colocado em pauta pelo senador Eduardo Suplicy, proliferam experiências em vários municípios. Na perspectiva de Silva et al. (2004), os programas de transferência de renda constituiriam a marca da política social brasileira no século XXI. Para um debate mais aprofundado em torno dessas questões, vide Fonseca (2001).

cooperativas que terminaram desmobilizadas. Ainda que algumas exceções pudessem ser encontradas, de modo geral as “portas de saída” permaneceram fechadas.

Na perspectiva da SDTS, a bolsa deveria ser transferida diretamente aos jovens, à semelhança do que já acontecia com o público adulto, e seus usos e desusos não deveriam ser controlados, nem pelo Estado, nem pela família. No entanto, o relato da equipe gestora aponta pressões de algumas famílias desses jovens, que demandavam assumir a responsabilidade pelo benefício recebido¹³⁴.

Alguns dos coordenadores e educadores anteriormente entrevistados¹³⁵, ponderaram que a bolsa impactava negativamente aquilo que lhes parecia o objetivo central do programa: a atividade educativa. Isso porque consideravam que a bolsa deveria ficar em segundo plano ou existir apenas para custear transporte e alimentação, numa afirmação que se distanciava da percepção da transferência de renda como um direito. Mas o curso se tornou a atividade principal viabilizada pela existência da bolsa. Ocorre que, como muitos deles reconhecem, dado que o programa nem sempre correspondia aos interesses juvenis, a bolsa transformava-se na principal razão para a presença nos referidos cursos, comprometendo a realização do trabalho educativo. Para os jovens, a bolsa tinha usos e significados um pouco diversos, tal como será retratado nos capítulos seguintes.

Na perspectiva da SDTS, as exigências de contrapartida para que os jovens recebessem a bolsa eram vistas como fundamentais para afastar a identificação das experiências do programa com práticas assistenciais. A importância das condicionalidades era ainda mais reforçada por se tratar da exigência de retorno ou continuidade dos estudos, ou seja, para a equipe tratava-se da promoção do direito à educação. No caso da obrigatoriedade de participação nas atividades educativas, tratava-se de regra necessária diante das defasagens nos sistemas de ensino, devendo também contribuir para a participação dos jovens em seus locais de moradia. Nas falas dos gestores a seguir, fica evidente que, uma vez que aquilo que se exigia dos jovens não se relacionava ao trabalho produtivo, mas sim ao trabalho comunitário e/ou à participação em atividades de formação, a própria existência da contrapartida é naturalizada:

¹³⁴ Seguindo Sposito e Corrochano (2005, p. 160), algumas perspectivas (em especial no âmbito da assistência social) defendem a transferência da renda diretamente à família, uma vez que esta deve constituir alvo central da ação do Estado. No entanto, isso pode ampliar a subordinação dos jovens à vida familiar em um momento em que se aspira maior independência e autonomia, tal como defendido por Singly (2000).

¹³⁵ Cf. Corrochano, 2007.

A ênfase que nós demos, se você olhar os programas, não exige nenhuma contrapartida em termos de trabalho, nem nada. O Bolsa Trabalho é a mesma coisa... Na verdade, a gente está preocupado com outro trabalho, o trabalho comunitário, que na verdade crie perspectiva de crescimento e protagonismo na localidade onde as pessoas moram. (Gestor 1).

O menino não entra nesse processo com a expectativa que ele, quer dizer, ele vem com essa expectativa de ‘cadê minha vassoura que quero começar a varrer’. Se vou receber uma renda da prefeitura eu tenho que fazer alguma coisa em contrapartida. Dar meu suor pra poder receber essa renda. ‘Não, você veio aqui só pra fazer formação, não tem isso de contrapartida’ [...]. (Gestor 3).

[...] Então a idéia é de aumentar a escolaridade ao mesmo tempo em que ele possa receber alguma coisa e dar uma contrapartida naquilo que está recebendo, essa contrapartida que é a formação efetivamente. (Gestor 2).

Em relação à formação cidadã, a equipe reconhecia que poderiam (e deveriam) ser tarefas da própria instituição escolar, mas parecia haver certo consenso de que sua necessidade resultava das deficiências dos sistemas de ensino, tanto naquilo que se relacionava aos seus aspectos pedagógicos, quanto em sua própria missão socializadora para formação de novos cidadãos. Ao ser questionado se não seria suficiente exigir que o jovem apenas retornasse à escola, um dos gestores reafirmou a necessidade da formação complementar, dadas as condições das escolas em nosso país:

Se nós estivéssemos falando de um país civilizado, não teria problema. Mas o nosso país não é civilizado. O padrão de qualidade das nossas escolas não é elevado e eu acho que há uma série de deficiências nas nossas escolas públicas e até nas privadas [...] Então, nós achamos que seria necessário reforço, nós temos trabalhado com jovens e mesmo pessoas de 40 anos que têm escolaridade e pessoas que estão até na universidade, mas cujo grau de consciência política é baixíssimo. É algo que é uma recomendação para fortalecer, porque na verdade as escolas foram, de certa maneira, desideologizadas, mercantilizadas. A ênfase do individualismo está muito forte nas escolas. Nesse sentido, eu acho que é obrigação, para além da transferência de renda. Se a gente estivesse falando de um país com escola pública de qualidade e etc. eu não me preocuparia muito com isso. (Gestor 1).

Assim, para o gestor, o programa poderia fazer face às lacunas dos sistemas de ensino no tocante à formação de cidadãos. Além disso, dadas as dificuldades e limites do município em possibilitar aos indivíduos sua “emancipação econômica”, a busca por sua “emancipação social e política” parecia mais possível. No entanto, é pertinente problematizar essa lógica de “transmissão de conteúdos” de cidadania, como fazem Sposito e Corrochano (2005, p. 165):

Além de estabelecer um diagnóstico sobre o fracasso da escola e privilegiar a dimensão socializadora da idéia de cidadania, os conteúdos inscritos na idéia de direitos tornam-se esvaziados ou ao menos atenuados. Assim, pode adquirir dominância o pressuposto de que jovens e adolescentes – pobres – precisam ser atingidos por alguma ação que lhes ensine algo sobre a vida em comum, permanecendo submerso o conteúdo da cidadania como direito e

como prática (cf. Loncle-Mouriceau, 2001). Se a cidadania fosse concebida principalmente na chave dos direitos, esses adolescentes e jovens seriam prioritariamente alvos da ação pública para a promoção da igualdade de acesso aos bens dos quais são de modo sistemático excluídos.

Naquilo que se relacionava aos aspectos pedagógicos, parte dos gestores acreditava que o contato dos jovens com experiências educativas inovadoras poderia resultar em pressões por mudanças no sistema escolar. Ainda que não se questione a capacidade crítica juvenil perante as práticas educativas no espaço escolar, e isso parece ter acontecido entre jovens que passaram por atividades de caráter mais inovador¹³⁶, não são poucos os estudos que reconhecem as dificuldades em produzir mudanças efetivas (Corti e Souza, 2005; Sposito 2003). Nem a própria equipe, nem as entidades conseguiram estabelecer uma relação mais próxima à instituição escolar¹³⁷ e os cursos acabaram ocorrendo paralelamente àquilo que era realizado nesse espaço, à semelhança de outros programas dessa natureza (Camacho, 2004; Leão, 2004; Sposito e Corrochano, 2005).

Aqui é preciso assinalar que, diferentemente de outras iniciativas, não houve a vinculação da formação à necessidade de desenvolvimento de um projeto comunitário. Mesmo assim, algumas ONGs se utilizaram dessa estratégia, bastante disseminada no campo dos projetos desenvolvidos junto a jovens, embora não houvesse uma exigência nessa direção por parte da equipe gestora. Ao mesmo tempo, o programa apresentou limites em integrar as formações e ações desenvolvidas pelos jovens a outros programas desenvolvidos pela mesma secretaria, inclusive aqueles de apoio ao desenvolvimento local, tornando mais difícil a continuidade da participação dos jovens.

A expectativa da SDTS em escapar do que vinha sendo realizado no âmbito da qualificação profissional no país apareceu de modo ainda mais expressivo quando a equipe apresentou os objetivos em torno do módulo de formação específica, e as maiores críticas dirigiram-se ao antigo Planfor. Algumas avaliações do plano tornavam evidentes sua pouca capacidade em garantir a inserção dos beneficiários no mercado de trabalho, fazendo recair sobre o próprio beneficiário essa responsabilidade (Franzói, 2003). Como o PBT não estabelecia a inserção no mercado de trabalho como primordial, a formação específica poderia levar os jovens a conhecerem alternativas mais diversificadas, por período mais longo,

¹³⁶ O oposto também ocorreu: parte dos jovens preferia estar na escola a frequentar cursos que não puderam escolher.

¹³⁷ Segundo a equipe gestora, este problema também se relacionou às dificuldades de diálogo junto ao governo do Estado, onde estava matriculada grande parte dos jovens do programa.

afastando-se de cursos superficiais tradicionalmente oferecidos a jovens de baixa renda (como os “cursos de pedreiro” e “pintor de parede”, dentre outros).

Na perspectiva da SDTS, a crise do mundo do trabalho assalariado tornava necessária a construção de alternativas, comumente chamadas pela equipe de “novos nichos de mercado”. Mas não foram poucas as ambigüidades em torno dessa proposta, especialmente porque ela parece não ter assumido um eixo estruturante claro. Tratava-se de oferecer atividades de formação diferenciadas, mas delas não era obrigatório decorrer algum tipo de alternativa de geração de trabalho. Ao mesmo tempo parecia haver certa expectativa e esforço de alguns membros da equipe para que isso acontecesse. Além disso, esses cursos conviveram com outros, mesmo que em menor número, de caráter profissionalizante. Finalmente, em algumas empresas municipais muitos jovens consideraram que efetivamente trabalharam, embora para a SDTS se tratasse de uma vivência profissional¹³⁸, isto é, nesse caso não freqüentaram atividades de caráter formativo.

Havia também uma variedade em relação ao tempo destinado a esse módulo. Na medida em que não tinha carga horária determinada, diferentemente do módulo de formação cidadã, a carga horária dependia muito da proposta apresentada pela própria entidade. Somase a isso o fato de algumas entidades terem realizado os dois módulos de forma integrada. No entanto, considerando que em sua maioria os jovens participavam de atividades diárias de no máximo quatro horas, por um período de seis meses, tempo médio de recebimento da bolsa, supõe-se que a carga horária média girava em torno de 480 horas, o que a maior parte dos jovens considerou insuficiente por razões que serão relatadas adiante.

Ainda que o PBT possa ter garantido a alguns jovens uma opção diferenciada no campo da formação, restava a questão sobre como convertê-la em realidade. Alguns dos jovens até desejavam fazê-lo, mas não foram efetivamente apoiados nessa busca, o que para alguns era apontado como sinal de fracasso (Corrochano, 2007). Nesse sentido, guardadas as diferenças em relação à realidade francesa, a perspectiva de Castel (1998) é inspiradora. Ao analisar as exigências para participação dos indivíduos em políticas de inserção, naquele país, questiona-se:

Mas não será necessário se perguntar [...] se a imposição dessa matriz contratual não equivale a exigir dos indivíduos mais desestabilizados que se conduzam como sujeitos autônomos? Porque ‘montar um projeto profissional’ ou mais ainda construir um ‘itinerário de vida’, não é uma coisa

¹³⁸ Um rápido olhar para as formações específicas realizadas pelos jovens entrevistados torna concretas as ambigüidades: reciclagem de papéis, informática, hip-hop, árbitro de futebol. Além dessas formações, três dos jovens declararam ter trabalhado em um Posto de Saúde.

evidente quando se está, por exemplo, desempregado ou ameaçado de ser expulso da moradia. Na realidade, é uma exigência que muitos sujeitos bem integrados teriam muita dificuldade em assumir, porque sempre seguiram trajetórias balizadas. (Castel, 1998, p. 606).

Embora em um contexto diferente, é possível afirmar que, mesmo para indivíduos com boa formação, transformar alguns dos cursos oferecidos pelo PBT em alternativa concreta de trabalho seria algo muito difícil. Em algumas experiências apostou-se na constituição de cooperativas na perspectiva de uma economia solidária. Entretanto, essa opção era vista por alguns jovens como “fracasso” (Corrochano, 2007). Na medida em que reconheciam sua pouca idade e seus tantos anos de escolaridade, tinham a expectativa de encontrar um trabalho no mercado formal. Se esta perspectiva já era reconhecida mesmo entre trabalhadores adultos (Campos, 2004; Jardim, 2004), ela parecia ainda maior entre os jovens.

Além disso, estudos recentes sobre o cooperativismo têm destacado a importância de uma identidade coletiva e de certo enraizamento no local para maior sucesso dos empreendimentos. No caso do PBT, os jovens foram chamados individualmente a fazer parte dos cursos. Mesmo depois de seis meses de formação no mesmo ambiente, seus vínculos ainda eram frágeis. Não por acaso, quase nenhum dos entrevistados ainda mantinha algum tipo de contato com os integrantes do curso. As raras experiências que lograram sucesso na perspectiva de constituição de um empreendimento cooperativo estiveram relacionadas aos jovens que se articularam a grupos locais já existentes, como será analisado posteriormente.

2.1.5 Os descompassos entre a proposta do programa e as expectativas do “público-alvo”

Diante de um contexto global desfavorável à integração por meio do emprego assalariado (Castel, 1998)¹³⁹, o intuito da SDTS era garantir o direito a uma renda desatrelada do trabalho produtivo, mas que no caso dos jovens fosse articulada à elevação da escolaridade e à realização de atividades educativas ou trabalho comunitário. Ao que parece, foram as atividades educativas entendidas como cursos (de formação cidadã e formação específica) que ganharam centralidade no trabalho desenvolvido com os jovens. Ainda que a SDTS afirmasse que a “inserção” no mercado de trabalho não era compromisso do PBT, havia certa expectativa de que isso seria possível a partir da articulação com outros programas

¹³⁹ Como afirma Castel (1998, p. 593), “é no momento em que a ‘civilização do trabalho’ parece impor-se definitivamente sob a hegemonia da condição de assalariado que o edifício racha, repondo na ordem do dia a velha obsessão popular de ter que viver ‘com o que se ganha em cada dia’”.

municipais. De fato, a própria equipe havia apontado como seu diferencial esta possibilidade de articulação, com a construção de “portas de saída” para aqueles que participavam dos programas redistributivos. Mas quais eram as portas de saída desejadas pelos próprios jovens?

Uma análise anterior, produzida no âmbito da pesquisa que deu origem a esta tese, já sinalizava o forte desejo de que essas portas estivessem atreladas à conquista de um lugar no emprego assalariado formal, assinalando a distância entre as razões do poder público e as orientações do mundo, da vida dos sujeitos que se tornam “alvo” das políticas¹⁴⁰. Para a equipe gestora, mais do que um conjunto de programas, a SDTS estava disputando novas formas de regulação no campo do trabalho e do emprego. Particularmente no caso da população jovem, desejava-se instituir um novo modo de enfrentar o desemprego, considerando os limites da ampliação da sociedade salarial em nosso país. A equipe chegou a alargar o programa e construir alternativas mais próximas da inserção desejada pelos jovens, como Bolsa Trabalho Estágio e Emprego. Mas a modalidade Renda permaneceu dominante (Corrochano, 2007).

Diante da inegável crise do trabalho assalariado, é preciso reconhecer a busca da SDTS por novas formas de enfrentamento da pobreza, do trabalho e do desemprego, apontando como medidas fundamentais a elevação da escolaridade, a realização de cursos que se afastassem da perspectiva profissionalizante mais tradicional, a construção de “novos nichos de mercado” e a ampliação do “trabalho comunitário” entre os chamados “jovens excluídos”. Todavia, embora tenha determinado o público e os objetivos, a secretaria delegou a um conjunto heterogêneo de entidades a implementação do programa, contribuindo, de certo modo, para a tendência de “terceirização da política” que vem sendo apontada por outros estudos (Abílio, 2005). Os novos modos de enfrentamento do desemprego juvenil, que inicialmente se concretizariam pela articulação dos diferentes programas nos territórios, não se efetivaram, ficando a cargo das diferentes entidades e no limite dos próprios jovens, solitária e privadamente.

Ao analisar o que chama de descompassos entre as expectativas dos beneficiários e dos gestores do programa, Campos (2004), que estuda o assunto ao mesmo tempo em que atua como gestor na SDTS, assinala:

[...] a tradição que envolvia a pobreza na cidade de São Paulo não deixou de se mostrar aí em alguns de seus piores aspectos. E se mostrar até mesmo em uma espécie de 'descompasso' entre os direitos constituídos ou exponenciados por essa secretaria e aqueles apreendidos ou exercidos pelos

¹⁴⁰ Sobre a tensão entre essas diferentes lógicas, consultar Habermas (1984) e Dubet (2001).

habitantes das periferias. Por vezes, o que foi enunciado como direitos acabou registrado como mera ajuda ou favor, com toda a perversidade que essas palavras podiam adquirir. E certamente, esse 'descompasso' não foi devido a qualquer espécie de 'irracionalidade' dos moradores das periferias, mas sim a fatores que incluíam a própria experiência destes últimos com a questão social na cidade e, também, a dificuldade da Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade em lidar com esta experiência no plano material e, principalmente, simbólico. (Campos, 2004, p. 5).

Abílio (2005, p. 89-98) não apenas desconstrói os argumentos de Campos como lança uma crítica aguda em relação aos resultados dos programas apresentados na última publicação da SDTS (“Programas de Desenvolvimento Local são apresentados inicialmente e depois desaparecem nessa massificação dos resultados”); aos argumentos positivos dos documentos oficiais, à temporalidade definida dessas iniciativas; à falta de compromisso do poder público e dos parceiros quando findo o mandato ou o contrato de serviços das organizações que de fato executam as ações; e, por fim, à noção de “ruído de comunicação” que supostamente explicaria o descontentamento ou a “falta de compreensão” da “população-alvo” em relação ao funcionamento dos “programas sociais”.

Cabe acrescentar que o programa não fomentou a construção de espaços públicos para discussão das “velhas” ou “novas” formas de enfrentamento da questão da pobreza e do desemprego e pouco dialogou com os modos como os jovens estavam vivendo e significando a crise e mutações na esfera do trabalho.

É sobre este último aspecto que repousa o interesse desta tese. Nesse sentido, cabe reiterar que, desde o início da pesquisa, o objetivo não era realizar uma avaliação dos resultados do PBT, mas sim compreender os modos como os jovens participantes dessa experiência vivem e significam a experiência do trabalho e da ausência de trabalho, na qual se inclui a categoria do desemprego. Em segundo plano também se trata de investigar o lugar e os sentidos que o programa teve nos percursos escolares e profissionais desses jovens. Como passo seguinte, serão apresentados os caminhos (e os descaminhos) para a chegada até eles.

2.2 Os critérios para seleção dos entrevistados

A chegada até os jovens entrevistados foi realizada em três etapas. Em um primeiro momento foi feita uma análise de consistência¹⁴¹ do Banco de Dados do Cidadão. Simultaneamente, tive acesso aos resultados de uma pesquisa telefônica, desenvolvida pela

¹⁴¹ Para consistência do banco e análise dos dados contei com a valiosa colaboração de uma estatística, Dóris Fontes, a quem agradeço pelo apoio prestado.

própria SDTS com egressos do programa, a partir da qual foi possível, em um terceiro momento, realizar entrevistas de caráter qualitativo com estes jovens, selecionados segundo critérios descritos mais adiante.

2.2.1 Análise do Banco de Dados do Cidadão

O fato de a SDTS ter constituído um Banco de Dados do Cidadão¹⁴², com o registro de todos aqueles que efetuaram inscrições nos programas sociais, possibilitou conhecer o perfil dos jovens que se inscreveram e foram contemplados pelo PBT. Possibilidade esta que se revelou instigante, na medida em que também permitiu avaliar os encontros e desencontros entre o público esperado e o público que efetivamente se dirigiu ao programa, tal como já assinalado por esta pesquisa. Embora a constituição de um banco de dados no interior de um programa público possa ser avaliada como positiva, ela não torna desprezível o conjunto de problemas¹⁴³ encontrados ao longo do caminho. De todo modo, esses problemas não invalidaram a realização de um breve perfil dos contemplados, tal como já apresentado, e cujos detalhes podem ser encontrados no Apêndice A desta tese. Vale acentuar que a secretaria autorizou a consulta e análise do banco de dados original apenas nas dependências da própria prefeitura, o que por vezes também trazia alguns inconvenientes, tais como ausência de computador disponível, horários limitados para consulta, dentre outros. A

¹⁴² No Anexo A apresentamos cópia da ficha de cadastramento da SDTS que deu origem ao Banco de Dados do Cidadão.

¹⁴³ Em primeiro lugar, devido à insuficiência de recursos, os dados foram coletados por beneficiários de outros programas sociais, em geral pouco escolarizados e sem experiência nesse tipo de atividade. Mesmo depois de treinamentos realizados, a avaliação da equipe da SDTS foi a de que alguns problemas persistiram. Além disso, inicialmente, o cadastramento era feito em papel e depois transferido para o computador também por pessoas pouco experientes, o que contribuiu para aumentar o número de erros. Assim, foram encontradas informações completamente equivocadas, como o caso de alguns inscritos no PBT com mais de 60 anos ou menos de 15, muito distantes da faixa etária atendida pelo programa. Somado a isso, embora a orientação dada aos cadastradores fosse de observar critérios cruciais do programa, como a idade, em alguns casos a pressão exercida pelo possível candidato obrigava o cadastrador a incluí-lo, mesmo quando estava visivelmente fora dos critérios do programa. Isso também dificulta a apresentação exata do perfil do demandante dos programas. Ou seja, o cadastrador oscilava entre cadastrar todos os que procuravam o programa, ou impedir a inscrição em função do não atendimento a critérios básicos, sobretudo a idade. Quando o cadastro passou a ser operado eletronicamente, os formulários passaram por ajustes, com questões sendo acrescentadas, modificadas ou mesmo suprimidas. Assim, se inicialmente o banco continha os dados de 80.560 indivíduos, este universo foi reduzido para 72.315, após a eliminação dos registros inconsistentes. Mas não foram apenas esses os problemas. Embora o banco apresentasse um conjunto significativo de questões (Anexos A e B), nem todas puderam ser aproveitadas. Em função das mudanças nos formulários, havia um número elevado de respostas em branco ou nulas, invalidando a utilização de algumas questões. Assim, foram consideradas nesta pesquisa apenas as questões cujo número de informações vazias ou nulas tenha sido inferior a 20% do universo considerado.

despeito desses inconvenientes, cabe destacar a disponibilidade da equipe para dirimir dúvidas e responder a questões que emergiam ao longo do processo de análise do banco.

2.2.2 A pesquisa telefônica com egressos

Além da base de cadastrados no PBT, também foi possível o acesso a um banco de dados com 417 egressos que permaneceram pelo menos seis meses no programa, construído a partir de uma amostra (aleatória, sem reposição) de jovens entrevistados por telefone por uma equipe contratada pela SDTS no mês de junho de 2004. Diante dos interesses desta pesquisa de doutorado e do apoio dado por mim ao processo de avaliação do programa que estava sendo realizado pela ONG Ação Educativa, a própria secretaria me convidou a contribuir no processo de elaboração do instrumento. Após a discussão com a equipe responsável pela realização da pesquisa¹⁴⁴, chegou-se a uma versão final do formulário, que considerou questões significativas para esta pesquisa, tais como a situação no mercado de trabalho, escolaridade e as percepções sobre o programa entre os jovens entrevistados. Os resultados desse levantamento são apresentados no Anexo A.

Essa amostra¹⁴⁵ parecia um bom ponto de partida para chegar aos jovens egressos do programa. O total de 53.023 jovens beneficiários do PBT nos 96 distritos do município inviabilizava a realização de uma pesquisa representativa de todo o universo, considerados os limites deste estudo. No entanto, para que a amostra fosse considerada como ponto de partida, era preciso perceber se seus padrões de comportamento seguiam aqueles apresentados pelo total dos jovens contemplados. Esse foi mais um passo.

Uma vez identificado que os padrões de comportamento da amostra e do banco eram semelhantes¹⁴⁶ (Apêndice A), optou-se por escolher alguns jovens dentro da referida amostra de 417 egressos. A única questão que ainda suscitava dúvidas dizia respeito ao fato de todos esses jovens terem telefone ou acesso ao telefone¹⁴⁷, uma vez que se tratava de uma amostra

¹⁴⁴ Nem todas as questões sugeridas foram incorporadas à pesquisa, mas ainda assim ela teve relevância para este estudo.

¹⁴⁵ Considerando o universo de 53.023 jovens contemplados, a amostra aleatória de 417 egressos representa 0,79% do total, com um nível de confiança de 95% e erro amostral calculado de 4,8%.

¹⁴⁶ Vide o Apêndice A, onde se compara o perfil do total de inscritos, contemplados pelo programa, jovens entrevistados pela pesquisa telefônica e jovens entrevistados por esta pesquisa.

¹⁴⁷ Descobriu-se que a maioria dos jovens inscritos e/ou contemplados possuía linha telefônica em casa. Dentre os 72.315 inscritos, havia 46.582 jovens com posse de telefone (64,42%) e, entre os 53.023 contemplados, esse número era de 34.485 jovens (65,04%).

oriunda de uma pesquisa telefônica. Até que ponto isso influenciaria no perfil de jovens que conseguiríamos entrevistar? Esta questão será retomada mais adiante.

A escolha dos entrevistados seguiu orientações em torno da análise qualitativa: o importante não era o número de entrevistas, mas a possibilidade de “atingir a saturação informativa”, como alerta Pais (2001, p. 110). Segundo o autor, trata-se de conhecer de modo aprofundado os percursos individuais, fazendo emergir diversidades e pluralidades. De qualquer modo, foi necessária a construção de alguns critérios, sendo o primeiro deles considerar aqueles distritos onde havia um maior número de jovens entrevistados por telefone.

Esse primeiro critério se justifica por três razões: em primeiro lugar, a experiência que tive quando da realização dos grupos de discussão com jovens egressos do programa¹⁴⁸ já indicava possíveis dificuldades em encontrar jovens dispostos a conceder uma entrevista, parecendo-me importante focar naqueles distritos onde havia um maior número de jovens entrevistados por telefone, o que poderia garantir maior sucesso no número de entrevistas realizadas. Além disso, interessava a concentração em torno de pelo menos dois distritos, dado que as variações na incidência do desemprego também seriam fortemente relacionadas ao local de moradia (Gomes e Amitrano, 2004; Torres, 2004) e o fato de o próprio programa ter considerado a dimensão territorial para escolha dos locais prioritários de implementação (Pochmann, 2002, 2003).

Um segundo critério considerou o comportamento dos distritos em relação aos dados gerais do Programa Bolsa Trabalho: quais distritos tiveram um maior número de inscritos e contemplados? Havia algum em que fosse observado algum destaque? De modo geral, logo se percebeu que os distritos onde havia maior número de inscritos e contemplados eram coincidentes em relação àqueles onde havia um maior número de jovens egressos entrevistados pela pesquisa telefônica. Por fim, foram observados os dados socioeconômicos e demográficos dos distritos onde havia maior número de entrevistados por telefone.

2.2.3 A escolha dos distritos

Como já destacado, o ponto de partida para a escolha dos distritos e realização das entrevistas qualitativas relacionava-se à maior presença de jovens egressos entrevistados por

¹⁴⁸ Participei da realização de três grupos de discussão com jovens egressos do programa, no âmbito do Projeto Temático Juventude, Escolarização e Poder Local, ao qual o presente estudo vincula-se, como já destacado.

telefone. Em relação aos distritos, estes egressos estavam distribuídos como mostra a tabela abaixo:

Tabela 4
Egressos entrevistados por telefone, segundo distrito de moradia

DISTRITO	Frequência Absoluta	%
Vila Curuçá	25	6,00
Cidade Dutra	23	5,52
Guaianazes	22	5,28
Itaim Paulista	22	5,28
Jardim São Luís	22	5,28
São Rafael	22	5,28
Cidade Tiradentes	19	4,56
Sapopemba	14	3,36
Pedreira	13	3,12
Lajeado	13	3,12
Grajaú	12	2,88
José Bonifácio	12	2,88
Vila Jacuí	12	2,88
Brasilândia	11	2,64
Cidade Ademar	11	2,64
Jardim Ângela	11	2,64
São Miguel	11	2,64
Jardim Helena	10	2,40
São Mateus	10	2,40
Campo Limpo	9	2,16
Ermelino Matarazzo	9	2,16
Artur Alvim	8	1,92
Capão Redondo	8	1,92
Itaquera	8	1,92
Jaraguá	8	1,92
Cachoeirinha	7	1,68
Rio Pequeno	7	1,68
Cangaíba	6	1,44
Parelheiros	6	1,44
Penha	6	1,44
Vila Matilde	6	1,44
Cidade Líder	4	0,96
Iguatemi	4	0,96
Jaçanã	4	0,96
Perus	4	0,96
Vila Maria	4	0,96
Jabaquara	3	0,72
Anhanguera	2	0,48
Jaguare	2	0,48
Parque do Carmo	2	0,48
Raposo Tavares	2	0,48
Marsilac	1	0,24
Vila Andrade	1	0,24
Vila Leopoldina	1	0,24
Total	417	100%

Fonte: PMSP, Banco de Dados do Cidadão. Elaboração própria, 2006.

Os distritos onde havia maior número de entrevistados por telefone eram a Vila Curuçá (25 jovens), seguida pela Cidade Dutra (23 jovens) e por Guaianazes, Itaim Paulista, Jardim São Luís e São Rafael (22 jovens cada). De modo geral, em termos absolutos, o maior número de atendidos pelo programa concentra-se em distritos considerados de maior exclusão, segundo critérios definidos pela própria SDTS (Apêndice B). A distribuição de homens e mulheres contemplados (ou não) em cada distrito não apresentou variações significativas, mas é importante acentuar que as mulheres representam a maioria no total de inscritos e contemplados.

Outro aspecto considerado foi o tipo de formação oferecida: nos distritos onde havia maior número de jovens entrevistados por telefone levantou-se quais projetos haviam sido desenvolvidos para perceber alguma possível diferença entre eles. Por meio de análise, identificou-se que a diversidade de projetos estava presente em todos os possíveis distritos a serem considerados. Nos cinco primeiros distritos de moradia dos egressos entrevistados (Vila Curuçá, Cidade Dutra, Guianazes, Itaim Paulista e Jardim São Luís), observou-se a presença de temáticas diversas, que muitas vezes se repetiam, já que a ONG ou secretaria municipal responsável por realizar determinado curso acabava por fazê-lo em vários distritos (vide Apêndice D).

Assim, observando o comportamento de algumas variáveis, sobretudo o total de inscritos e de contemplados, os distritos que se destacavam coincidiam em muitos casos com aqueles onde se encontra um maior número de jovens egressos entrevistados pelo telefone. Nesse sentido, a opção pelos distritos onde havia maior presença deste último grupo também se sustentava. A pesquisa concentrou-se em duas regiões distintas da cidade: Zona Leste e Zona Sul. Inicialmente foi escolhida a Vila Curuçá (Zona Leste) e o Jardim São Luís (Zona Sul). A escolha esteve relacionada às condições de acesso a cada um dos distritos. Em ambos os casos, foi possível o contato com organizações e lideranças locais que apoiaram o início do trabalho ao viabilizarem a ocupação de um determinado espaço físico para a realização das entrevistas com os jovens. Posteriormente, dado a dificuldade em encontrar um número de jovens que permitisse a “saturação” inerente a uma pesquisa qualitativa, em cada um desses distritos, ampliou-se para distritos vizinhos, como o Itaim Paulista na Zona Leste, e Cidade Dutra, Campo Limpo e Jardim Ângela na Zona Sul. Outro elemento importante para as escolhas esteve relacionado às condições socioeconômicas desses distritos, como será observado a seguir.

2.2.4 As condições socioeconômicas dos distritos escolhidos

Partindo do sumário de dados da Prefeitura de São Paulo (2004), serão apresentadas informações gerais de cada um dos distritos mencionados acima e referentes à época em que esta pesquisa se concentrava na seleção dos distritos de moradia dos jovens a serem investigados. Os dados apresentados pela Prefeitura (2004) foram elaborados a partir do Censo Demográfico 2000 e de informações disponibilizadas pelo Ministério do Trabalho e do Emprego.

Itaim Paulista e Vila Curuçá são distritos adjacentes, localizados na Zona Leste da capital paulista, vinculados administrativamente à subprefeitura de Itaim Paulista. Os dois distritos ocupam uma área total de 21,7 km², com densidade demográfica de 16.553,7 moradores por km² e uma população de 359.215 habitantes, sendo 184.227 mulheres e 174.988 homens. Desse total, 73.113 moradores são jovens entre 15 e 24 anos, equivalendo a um quinto da população total. O rendimento médio mensal dos chefes de família é bem menor se comparado à média do município: 63,7% recebem até 5 salários mínimos e 20,2% recebem de 5 a 20 salários mínimos, enquanto no município as porcentagens são respectivamente de 47,6% e 32,6%. Quase metade dos chefes de família apresentavam entre 1 e 5 anos de estudo (45,6%) e apenas 1,1% passavam dos 15 anos de estudo, o que significa uma parcela muito reduzida com ensino superior. A taxa de analfabetismo é mais alta (7,1%) em relação à média do município (4,9%). Os setores de comércio e serviços são responsáveis pela maior parte dos 8.262 empregos formais existentes na região no ano de 2000 (48,2% e 31,2%), e 76,3% dos 1.601 estabelecimentos operavam com até quatro empregados. À época da pesquisa de campo, o homicídio era uma das principais causas de óbito entre jovens e adultos de 15 a 39 anos, perdendo apenas para a morte por doenças do coração entre os adultos acima de 40 anos¹⁴⁹.

Jardim São Luís e Jardim Ângela são distritos adjacentes e situados na Zona Sul de São Paulo, vinculados administrativamente à subprefeitura de M'Boi Mirim. Com 62,1 km² de área, a população total desses dois distritos era de 484.966 pessoas no Censo 2000, com densidade demográfica de 7.809 habitantes por km². Desse total, 235.947 habitantes pertenciam ao sexo masculino, sendo 248.247 mulheres. A concentração de jovens entre 15 e 24 anos é bastante alta, com 103.280 pessoas, também pouco mais de um quinto da população total. Em relação aos anos de estudo de sua população, a situação é semelhante aos distritos de Itaim e Vila Curuçá: a taxa de analfabetismo chega a 7,4% e quase metade dos chefes de

¹⁴⁹ Dados oficiais da Prefeitura de São Paulo (2004, p. 257-267).

família apresentavam apenas de 1 a 5 anos de estudo (46,6%). Aqui os setores de comércio e de serviços também são responsáveis por mais da metade dos 32.778 empregos formais existentes em 2000 (24% e 52,6%), mas é o setor de serviços que oferece um número de vagas superior, ao contrário do que ocorre no Itaim Paulista. O rendimento médio de 61,3% dos chefes de família é de até 5 salários mínimos. Há uma grande concentração de favelas, com 272 núcleos contra 34 no Itaim Paulista, onde moram 26,1% dos habitantes desses dois distritos. O homicídio era, na época, a principal causa dos óbitos ocorridos na região, atingindo sobretudo os jovens¹⁵⁰.

Campo Limpo, Capão Redondo e Vila Andrade pertencem à subprefeitura de Campo Limpo. Entrevistamos apenas dois jovens do distrito de Campo Limpo, que moravam muito perto do Jardim São Luís. O subdistrito de Campo Limpo tinha por ocasião do último Censo uma população total de 505.969 moradores, extensão territorial de 36,7 km² e densidade demográfica mais elevada: 13.787 habitantes por km². A maior parte da população era constituída por mulheres (261.280 moradoras), sendo a população masculina composta por 244.689 habitantes. O número de jovens também não era baixo, com 106.905 pessoas na faixa etária entre 15 e 24 anos, acompanhando a proporção pouco superior a um quinto da população total. A renda média do chefe de família é mais elevada, certamente em função da presença de bairros relativamente mais ricos no interior do distrito: 56% recebem até 5 salários mínimos e 24,2% entre 5 e 20 salários mínimos. Em relação à escolaridade, diminui ligeiramente a porcentagem daqueles chefes de família com 1 a 5 anos de estudo (41,4%), aumentando o percentual dos que possuíam de 11 a 15 anos (20,2%) e mais de 15 anos (4,3%). A indústria é mais presente: 39% dos 25.876 empregos formais eram gerados por esse tipo de estabelecimento em 2000, mas o setor de serviços é predominante, respondendo por 62,4%. A principal *causa mortis* também é o homicídio nessa região¹⁵¹.

Por fim, a Cidade Dutra pertence à subprefeitura de Capela do Socorro, que abrange ainda os distritos de Grajaú e Capela do Socorro. Os três somam uma grande área de 134,2 km², com população de 563.922 habitantes e densidade demográfica de 4.202 habitantes por km². À semelhança dos outros distritos, as mulheres predominam em relação aos homens, perfazendo um total de 290.482 moradoras. Entre 15 e 24 anos de idade havia 118.774 jovens, também equivalendo a um de cada cinco habitantes. Em relação ao tempo de estudo, 44,2% dos chefes de família tinham até 5 anos, e apenas 17,9% entre 11 e 15 anos. A distribuição

¹⁵⁰ Cf. Prefeitura de São Paulo (2004, p. 161-171).

¹⁵¹ Idem, p. 101-111.

dos 41.853 empregos formais registrados em 2000 mostrava-se um pouco mais equilibrada entre os diferentes setores econômicos, em relação às demais subprefeituras: 34,2% dos postos de trabalho estavam no setor de serviços, 30,1% no comércio e 29,5% no setor industrial. O rendimento mensal era de até 5 salários mínimos para 57,0% dos chefes de família. O homicídio era a principal causa de óbito entre a população¹⁵².

Ainda segundo o Mapa de Vulnerabilidade Social da população da cidade de São Paulo (Prefeitura e CEM, 2004), o Jardim São Luís e o Jardim Ângela integravam os distritos com maior número de pessoas morando em condições de alta vulnerabilidade e com indicadores críticos em termos de habitação, agravos de saúde envolvendo crianças, e riscos associados à juventude. O mesmo ocorria para os distritos de Vila Curuçá e Itaim Paulista.

Com a apresentação desses dados, completa-se o quadro que dá sustentação à definição dos distritos onde foram encontrados os sujeitos centrais de nosso estudo. Inicialmente, são eles a Vila Curuçá e o Jardim São Luís, e posteriormente, em virtude do próprio percurso ao longo do trabalho de campo, seguimos também rumo ao Itaim Paulista, à Cidade Dutra, ao Campo Limpo e ao Jardim Ângela, como será visto adiante.

Vale reiterar, por fim, que os dados gerais referentes aos distritos estudados foram coletados nos bancos mais atualizados em relação à época em que se buscava delimitar empiricamente o espaço e os sujeitos desta pesquisa. Embora esses dados tenham se modificado, mantê-los aqui tem o efeito de contextualizar os tecidos socioeconômicos que envolviam os jovens entrevistados no momento em que estes foram ouvidos. Não se ignora, no entanto, que especialmente as informações relativas às taxas de homicídio nos bairros da Zona Leste e da Zona Sul sofreram significativa redução, ainda que algumas permaneçam entre as mais altas de São Paulo.

Em 2004, por exemplo, o Jardim São Luís apresentava taxa de 127,3 mortos por homicídio para cada cem mil habitantes na faixa etária de 15 a 24 anos; o mesmo índice era de 112,8 no Jardim Ângela e 98,8 na Cidade Dutra, fazendo com que ocupassem respectivamente a 4ª, 10ª e 17ª posições entre os distritos (de um total de 101) com maiores taxas de homicídio da população juvenil em São Paulo. Já em 2006, mesmo que esta taxa tenha caído para 71,1 no Jardim Ângela, 64,0 no Jardim São Luís, e 37,4 na Cidade Dutra, os dois primeiros distritos citados ainda figuram entre os dez mais violentos para os jovens, ocupando a 7ª e 10ª posições, respectivamente. Na Zona Leste, essa mesma taxa caiu de 52,8

¹⁵² Cf. Prefeitura, 2004, p. 113-23.

(em 2004) para 17,2 (em 2006) no Itaim Paulista, e de 76,7 para 26,6 na Vila Curuçá, no mesmo período¹⁵³.

Finalmente, indo além dos números, cabe observar que esses distritos estão localizados em dois extremos do município “a ponta sul do eixo urbano dos espaços globalizados, onde localiza-se um majestoso Centro Empresarial, um dos ícones da ‘cidade global’” (Telles, 2006, p. 17); “e a ponta leste, mais especificamente extremo leste, onde estão “as chamadas zonas de fronteira que concentram os piores indicadores de vulnerabilidade social e urbana” (Telles, 2006, p. 18). Essas duas pontas também foram investigadas por Telles e Cabanes no início dos anos 2000 no intuito de melhor compreender as mutações do trabalho em distintas localizações da cidade. São eles que apresentam um breve perfil dessas duas pontas e que é aqui reproduzido, uma vez que pode contribuir para uma melhor apreensão desses espaços¹⁵⁴:

[...] a região hoje delimitada pelo Distrito do Jardim São Luis começou a crescer, se expandir e se espalhar a partir dos anos 70, acompanhando o fluxo dos empregos industriais. É um cenário que traduz muito da história da chamada ‘urbanização por expansão de periferias’ e no qual transcorrem as histórias e trajetórias da geração que chegou em São Paulo nos ‘tempos do progresso’ e da ampla oferta de empregos industriais. Principal pólo industrial da ‘cidade fordista’, é por lá que também passava o ‘cinturão vermelho’ das então muito ativas comunidades de base da Igreja Católica e das agitações operárias que iriam desembocar nas grandes greves da virada da década de 1980. Agora os sinais de reconversão produtiva são nítidos. Também as recomposições urbano-espaciais da década de 1990, sob o impacto do muito próximo e muito rico quadrante da modernização globalizada da cidade, tudo misturado com a precariedade urbana que cresceu, e muito, com a chegada de novas levas de moradores no correr dos últimos anos nessa região que se transformou em um dos maiores pontos de concentração de favelas da cidade de São Paulo. Aqui, os fluxos da riqueza e da pobreza se tangenciam o tempo todo, se entrecruzam nos equipamentos de consumo que atravessam a região e, nessa especial mistura do legal e ilegal, regular e irregular, lícito e ilícito de que são feitos os circuitos dos empregos que, do pólo moderno-moderníssimo da economia, vão se espalhando pelas redes de subcontratação e trabalho precário. (Telles e Cabanes, 2006, p. 17-18).

Já na ponta leste, onde estão os distritos do Itaim Paulista e Vila Curuçá, a distância constitui-se em um problema ainda mais sério e o acesso aos pólos de emprego nas regiões mais centrais permanece bastante penoso. A região cresceu ao longo dos anos 1980 em “uma verdadeira explosão demográfica induzida pelos programas habitacionais do governo (municipal e estadual)”. Diversamente da Zona Sul, os grandes equipamentos de consumo não

¹⁵³ Fonte: PRO-AIM/SMS-SP, IBGE e Fundação Seade, disponível em <http://www.nevusp.org.br>, consultado em janeiro de 2008.

¹⁵⁴ Nos limites desta tese não foi possível realizar uma descrição ampla desses distritos.

se constituíram em referência, predominando redes locais de supermercados de porte médio; há uma intensa presença de conjuntos habitacionais e assentamentos irregulares. Os programas de emprego e renda estão lá “para demarcar no espaço que os tempos já são outros, que o urbano e o trabalho já não podem mais ser conjugados no mesmo andamento” (Telles e Cabanes, 2006, p105).

Considerando os números evocados acima e essas breves observações, pode-se observar que os jovens entrevistados habitavam em pontas da cidade marcadas por muitas desigualdades, ao mesmo tempo em que diferentes estudos também acentuam a heterogeneidade que pode ser encontrada mesmo em seu interior. Como afirmam Telles e Cabanes (2006, p.60-61), “a cidade é muito mais heterogênea do que se supunha, [...] pobreza e riqueza se distribuem de formas descontínuas, [...] somando tudo, se as desigualdades e diferenças existem e aumentaram nos últimos anos, elas se cristalizam em um espaço fragmentado”.

2.3 Nos labirintos de São Paulo, os jovens entrevistados

Uma vez escolhidos os distritos, tratava-se de estabelecer um primeiro contato com os jovens a serem entrevistados¹⁵⁵. De certo modo, acreditava-se que esse processo seria facilitado pelo fato de já terem sido entrevistados por telefone anteriormente. Mas do primeiro telefonema até o encontro com o jovem, um longo caminho foi percorrido. Os primeiros contatos por telefone com jovens foram iniciados em janeiro de 2005, mas apenas no mês de fevereiro iniciaram-se as primeiras entrevistas. Alguns telefones inexistentes, outros vendidos para terceiros, além de números trocados, evidenciaram que a escolha dos distritos onde havia maior número de jovens entrevistados por telefone foi um critério importante na obtenção de bons resultados. Além disso, também contribuiu para dirimir aquela dúvida em relação a possíveis diferenças entre jovens com telefone e sem telefone. Isso porque era possível perceber que uma parcela desses jovens não tinha telefone próprio, mas utilizava-se do telefone do vizinho, de algum parente, do estabelecimento comercial mais próximo.

Mesmo quando alguém atendia ao telefone, as dificuldades persistiam. Decidiu-se que, em um primeiro contato, perguntar-se-ia por alguém da casa que havia participado do Programa Bolsa Trabalho, com objetivo de preservar o caráter sigiloso dos dados obtidos. Quase sempre a conversa era com algum familiar do jovem em questão, raramente com ele

¹⁵⁵ No Apêndice E desta tese é apresentado o roteiro orientador das entrevistas.

mesmo. Em dois casos declarou-se que os jovens haviam sido assassinados. Em geral, o familiar que atendia ao telefone era a mãe, o que facilitava muito nossa abordagem, uma vez que esta sempre sabia qual ou quais dos seus filhos haviam participado de programas ou projetos, o nome do projeto, o lugar, e até mesmo o período.

No entanto, quando o pai do jovem atendia ao telefone, na grande maioria dos casos era preciso ligar novamente porque este raramente sabia se seu filho ou sua filha havia participado de tal programa. De certo modo, esse fato corrobora a informação de que boa parte dos jovens decide participar do programa por intermédio das mães. Algumas vezes era preciso explicar a intenção do telefonema antes da conversa com o jovem, respondendo a perguntas como “Para que você quer falar com meu filho?”, “Como conseguiu meu telefone?”, “Você tem certeza que não é da Prefeitura?” ou “O que você está querendo vender?”. Foram reações comuns, mas em geral não havia indisposição em oferecer informações sobre os melhores horários para encontrar o filho ou a filha.

Sempre era reforçada a idéia de que se tratava de um estudo realizado por uma pesquisadora da USP, que o telefone havia sido sorteado, e que apenas se desejava ouvir a opinião do jovem sobre o Programa Bolsa Trabalho, bem como sobre suas experiências pessoais. Em alguns casos também havia a réplica ou certa expectativa¹⁵⁶ de que pudesse se tratar de uma oferta de trabalho. Inclusive, algumas recusas ocorreram quando a pessoa percebia que não era esse o objetivo. Foram poucos os casos em que os pais impediram ou dificultaram uma conversa direta com o jovem. O desafio era convencer o próprio jovem a conceder a entrevista, uma vez compreendidos os objetivos do estudo. Ainda assim o convencimento não foi a etapa mais difícil. Pela própria conversa telefônica era possível perceber em alguns o desejo de contar sua experiência, de sugerir mudanças no programa, de perguntar sobre sua continuidade. Quando se falava da possibilidade de um espaço para falarem de si, alguns ficavam mais estimulados, outros alegavam não terem muito que contar, mas ainda assim a maioria concordava em conceder a entrevista.

O processo mais difícil e demorado foi encontrar os jovens pessoalmente. Como já relatado, foi realizado contato com algumas entidades locais para realização das entrevistas

¹⁵⁶ Sobre as expectativas geradas não apenas pelo Programa Bolsa Trabalho, como pelos demais programas de concessão de benefícios da Prefeitura de São Paulo na gestão 2001-2004, vale assinalar o relato de Campos (2004, p. 251-253) sobre as imensas filas e telefonemas gerados a partir das correspondências emitidas para beneficiários e não-beneficiários.

nesses espaços¹⁵⁷, o que parecia mais adequado, tanto do ponto de vista da pesquisadora, como para os próprios jovens, uma vez que estes poderiam não desejar receber uma pessoa estranha em sua casa (sobretudo porque a única referência que os jovens tinham era a nossa conversa telefônica), além de poderem ficar mais à vontade para falar de si mesmos em outro espaço físico. Todavia, embora pertencessem a um mesmo distrito, alguns bairros eram muito distantes e havia poucas referências sobre a localização geográfica dos mesmos. Portanto, para algumas entrevistas, a estratégia do espaço “neutro” mostrou-se adequada, enquanto para outras apresentou claros limites.

As vantagens em realizar as entrevistas em outros espaços que não a própria casa eram evidentes a partir dos próprios jovens, sobretudo das moças que permaneciam muito tempo em suas casas, com declarações como: *“Era um bom momento para sair de casa”*, *“Que bom, eu consegui me distrair um pouco”*, *“Ainda bem, escapei da minha mãe”*, *“Nossa, ainda bem que não estamos em casa, imagine falar tudo isso perto da minha mãe”*, *“Em casa seria impossível conversar”*. Assim, enfatizando a possibilidade de sair de casa, de falar à vontade de sua própria vida sem preocupar-se com quem iria ouvir e da relativa tranquilidade do local da entrevista, muitos jovens – e principalmente as moças – agradeceram enormemente pela oportunidade de conversar, colocando-se à disposição para novos contatos.

De fato, essas eram as vantagens em realizar as entrevistas em algum local específico, além da possibilidade de se realizar um número maior de entrevistas por dia, minimizando-se o deslocamento. No entanto, aos poucos foi possível perceber os limites dessa estratégia: por vezes era preciso ficar horas esperando por um jovem para a entrevista, quando eu ligava muitas vezes o jovem não estava em casa ou tinha se esquecido do compromisso marcado, e isso acontecia mesmo quando confirmávamos a entrevista no dia anterior. Muitos dias de trabalho foram perdidos por essa razão. Nunca era possível realizar todas as entrevistas previstas para um dia porque sempre havia alguma ausência. Em todos os casos eu ligava novamente para o jovem para agendarmos outro encontro, desistindo do caso apenas quando o próprio jovem se recusava ou depois da terceira ausência.

As constantes perdas conduziram a diferentes estratégias. Esse processo de idas e vindas, de tentar encontrar os melhores lugares e as melhores formas para chegada até os jovens está em consonância com aquilo que orienta Brandão:

¹⁵⁷ Importante relatar que todas as entidades mostraram boa disposição em conceder um espaço para a realização das entrevistas. Em alguns casos também solicitaram meu apoio em algumas atividades como contrapartida ao apoio oferecido por elas, com o qual concordei dentro da minha disponibilidade.

O processo de configuração do campo de pesquisa impõe um tempo de experimentação, em que o pesquisador vai se familiarizando com as alternativas de tratamento do problema e as vantagens e desvantagens dos diferentes ângulos de observação. Isso não se aprende senão pela prática, pois através dela enfrentam-se situações que permitem e, algumas vezes, obrigam a experimentar correções, ajustamentos e alternativas acompanhadas de reformulações [...]. (Brandão, 2002, p. 31).

Assim, da Vila Curuçá, onde se iniciou a pesquisa, segui em direção ao Itaim Paulista, distrito vizinho, muito próximo em termos de condições socioeconômicas e onde também havia um número grande de egressos entrevistados por telefone. Além disso, obtive contato com outras associações locais que possibilitaram a realização das entrevistas. No Jardim São Luís, antes dessa decisão – uma vez que não foi possível contato com associações dos distritos vizinhos e o distrito com número maior de egressos entrevistados por telefone era mais distante (Cidade Dutra) –, foram convidados vários jovens egressos da pesquisa telefônica e outros participantes do PBT indicados pela associação local para explicar os objetivos da pesquisa no interior dessa mesma entidade. Houve um número razoável de participantes (12 jovens), mas apenas dois deles haviam sido entrevistados por telefone. Conseguir jovens da pesquisa telefônica no Jardim São Luís estava sendo mais difícil. Inicialmente se pensou que uma possível razão para isso poderia ter sido o fato de ter conseguido contato com apenas uma entidade que ficava distante para alguns deles, diferentemente da Vila Curuçá e Itaim Paulista, onde conseguiu-se um número maior de opções. Diante das dificuldades e na tentativa de manter a amostra inicial com jovens entrevistados por telefone, o trabalho de campo dirigiu-se aos distritos vizinhos: Cidade Dutra, Jardim Ângela e Campo Limpo.

Mas independentemente do distrito considerado, foi possível observar que não era apenas a distância da entidade que explicava as ausências. Uma das jovens morava na mesma rua da entidade e me deixou esperando por três vezes: na primeira havia se esquecido, na segunda saía para uma entrevista de trabalho e na terceira perdera a hora. Em alguns casos a própria situação no mercado de trabalho dificultava a presença, pois qualquer atividade ou entrevista que aparecessem no dia já impossibilitavam a participação. Em outros casos, havia imprevistos também ligados às próprias condições de vida: a fila no posto de saúde, a demora do transporte para chegar em casa ou aspectos ligados à condição juvenil – ter chegado tarde ou dormido tarde na noite anterior dificultava acordar cedo, embora não seja possível afirmar que as ausências estivessem ligadas a essa própria condição, tendo em vista que pesquisas concentradas em outros perfis já tinham indicado problemas dessa natureza (Ferreira, 2004).

Ao mesmo tempo, outra parcela de jovens chegava muito antes do horário combinado, quando a entrevista era no espaço de uma entidade.

Mas a decisão não foi apenas de expansão territorial para distritos vizinhos. Mesmo sabendo que a distância não era o único problema, decidiu-se dar a opção para cada jovem, se este preferia que eu fosse até sua casa ou se gostaria de ir até a entidade de referência local, na tentativa de diminuir o número de perdas. Embora alguns continuassem preferindo a entidade, a grande maioria, sobretudo aqueles que moravam na Zona Sul (onde só havia uma opção de local para a entrevista, por vezes desconhecida deles), preferiu conceder a entrevista em casa.

A ida até a residência reduziu muito o número de perdas, pois apenas uma moça não estava no dia e horário marcados para a entrevista porque havia saído para levar a filha ao médico. Em todos os outros casos foi possível realizar uma conversa inicial com os jovens.

No entanto, outras dificuldades apareceram: em primeiro lugar, conseguir encontrar a casa. Na maioria das vezes, eu tinha o nome da rua principal e o número da casa, mas não sabia que se tratava de uma área de ocupação. Assim, era preciso percorrer toda a rua até chegar geralmente a um núcleo de favela, cuja numeração era completamente irregular. A única saída era perguntar pelo jovem a ser entrevistado.

Em outros casos, mesmo quando não se tratava de uma favela, a numeração irregular era uma variável constante. Por vezes minha presença era vista com certa desconfiança, principalmente quando perguntava pelo jovem. Mas sempre era possível encontrar alguém disposto a ajudar e, em alguns casos, a depender da condição do local, me levar até a casa do jovem. Não houve casos em que não foi possível chegar ao endereço desejado, embora por vezes fosse necessário muito tempo procurando a casa. Em duas ocasiões cheguei ao local quando os jovens ainda estavam dormindo, mas seus pais insistiram em acordá-los, sendo possível realizar a conversa. Porém, na maioria das vezes, o final da entrevista era aguardado por toda a família, sendo difícil conseguir espaço para uma conversa mais reservada.

Se inicialmente este fato era incômodo, com o tempo percebeu-se que era possível dialogar sem a interferência contínua dos parentes, pais ou irmãos. Muitas vezes estes ficavam apenas no início da conversa, logo deixando o local da entrevista; em outros momentos, contribuíam acrescentando ou relembrando alguma informação esquecida pelo jovem; e houve somente um caso em que a presença da mãe preponderou em relação à fala da jovem entrevistada. Além disso, as observações dos pais, quando realizadas, pareciam muito pertinentes. Este foi um dos resultados das entrevistas realizadas nas casas: era possível conhecer os pais e explicitar o interesse da pesquisa; e em alguns casos também agendar uma

conversa com eles, embora não fosse objetivo principal deste estudo a entrevista com os mesmos.

Além dos jovens oriundos da pesquisa telefônica, também foram entrevistados três jovens que haviam participado do Programa Bolsa Trabalho e que hoje fazem parte de uma iniciativa de cooperativa coordenada por um reconhecido instituto e pela entidade que concordou com a realização da pesquisa em suas dependências no Jardim São Luís¹⁵⁸. São histórias muito diversas das demais e que busquei incorporar por trazerem elementos novos. Além deles, dois outros jovens da Zona Sul que não participaram da pesquisa telefônica também foram adicionados por duas razões: por serem jovens que não tinham telefone em suas casas, na perspectiva de minimizar ainda mais as questões que poderiam advir da escolha de uma amostra telefônica, e por terem mais baixa escolaridade, uma vez que na Zona Sul não se estava conseguindo, pela amostra inicial, contato com jovens menos escolarizados. Ambos também foram indicados por uma entidade local.

A etapa seguinte do trabalho de campo, exatamente um ano depois, no início de 2006, significou a escolha de alguns percursos para aprofundamento, inclusive com entrevistas com os pais. Com estes últimos, o objetivo não era o de privilegiar a realidade do grupo doméstico, como já fizeram alguns outros estudos (Ferreira, 2004; Sarti, 1994; Telles, 1992), mas melhor compreender as experiências e expectativas dos próprios jovens que, a despeito de serem próximas ou distantes daquelas de seus pais, guardam com elas um estreito vínculo (Telles, 1992). Além disso, não são poucas as análises que apontam a importância da família, sobretudo no caso de indivíduos em condições de vulnerabilidade e inseridos em contextos como o brasileiro, com frágeis políticas de proteção social. Foram escolhidos 10 jovens moradores da Zona Sul e com posições diversas no mercado de trabalho. A decisão de concentrar essa segunda etapa nessa região deveu-se ao encontro de percursos juvenis um pouco mais heterogêneos, inclusive de jovens que participavam de uma experiência de cooperativa, como será descrito adiante. E havia também as dificuldades de locomoção, caso a pesquisa continuasse sendo desenvolvida em duas regiões muito distantes entre si. No caso desses 10 jovens também foram entrevistados seus pais e mães, quando possível. Foi possível alcançar dois pais e sete mães. Apenas um jovem não permitiu contato com seus pais, alegando que estavam doentes e não poderiam conceder a entrevista. Nos demais casos, as dificuldades encontradas relacionavam-se ao tempo e desejo, principalmente no caso dos pais,

¹⁵⁸ Trata-se dos jovens Alessandro, Cleiton e Silvia. Cabe ressaltar que todos os nomes dos entrevistados são fictícios. Como já alertava Bourdieu (2003), é preciso cuidar de proteger aqueles que confiam aos pesquisadores suas confidências a propósito dos dilemas e das vicissitudes do viver.

para concessão da entrevista. Em relação às mães, só não foi possível realizar a entrevista com três delas.

Se alguns aspectos dessa segunda entrevista com os jovens e também das entrevistas com seus pais foram considerados na análise, cabe observar que, por limites de tempo, nos capítulos posteriores, não foi possível um aprofundamento da reflexão. A despeito desse fator é relevante observar que a perspectiva de um olhar um pouco mais distanciado para os jovens permitiu perceber as constantes reversibilidades em seus percursos, especialmente se considerada a inserção (ou não) no mercado de trabalho, o que será destacado na análise.

Além disso, no segundo contato, a relação do jovem com a pesquisadora alterou-se um pouco, tornando-se mais próxima. Alguns sinais disso apareciam aqui e ali, quando a entrevista já não era mais concedida na cozinha ou na sala da casa, ou seja, em um lugar mais público da casa, mas sim no quarto ou em algum lugar mais reservado; quando os rapazes espontaneamente tiravam o boné, movimento que na primeira entrevista nenhum deles havia feito. Nesse sentido, ainda que não tenha sido possível aprofundar esse segundo momento de contato com os jovens, ele ofereceu elementos importantes para a análise.

Assim, os capítulos seguintes apresentam análise de entrevistas realizadas com 38 jovens. Para isso, utiliza-se ferramenta baseada nos métodos qualitativos: entrevistas semi-estruturadas e em profundidade no intuito de compreender a pluralidade de sentidos e as maneiras com que confrontam seus constrangimentos estruturais. Como afirma Brandão, não se trata de criar antagonismos entre pesquisa quantitativa e qualitativa, bem como entre estudos de caráter micro e macrosocial, “a questão está em ser capaz de selecionar os instrumentos de pesquisa em consonância com os problemas que se deseja investigar” (Brandão, 2002, p.28). No caso desta tese, a pesquisa de caráter qualitativo.

Como define Martins (2004, p. 289), a pesquisa qualitativa é “aquela que privilegia a análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais, individuais e grupais, realizando um exame intensivo dos dados, e caracterizada pela heterodoxia no momento da análise”. Seu pressuposto é que “todo conhecimento sociológico tem, como fundamento, um compromisso com valores”. Como também ressalta a autora (2004, p. 291), a partir da contribuição original de Florestan Fernandes¹⁵⁹, cabe a distinção entre o conjunto de “métodos técnicos ou métodos de investigação [...], processos pelos quais a realidade é investigada”, e os chamados “métodos lógicos [...], processos de formação das inferências e de explicação da

¹⁵⁹ A autora se refere ao estudo *Fundamentos empíricos da explicação sociológica* (Florestan Fernandes, São Paulo, Editora Nacional, 1959).

realidade, que Florestan chama de métodos de interpretação”. Prossegue ainda a autora afirmando que

[...] na sociologia, como nas ciências sociais em geral, [...] os fenômenos são complexos, não sendo possível separar causas e motivações isoladas e exclusivas. [...] na pesquisa sociológica não é possível ignorar a influência da posição, da história biográfica, da educação, interesses e preconceitos do pesquisador [...] no trabalho de pesquisa sociológica, a neutralidade não existe e a objetividade é relativa, diferentemente do que ocorre no positivismo [...]. Tem-se aqui, portanto, uma posição mais próxima à de Max Weber [...] [que] parte do reconhecimento de que todo conhecimento sociológico tem, como fundamento, um compromisso com valores. A objetividade [...] provém de critérios que serão definidos pelo pesquisador em relação aos problemas que ele está investigando. (Martins, 2004, p. 291-292).

Martins (2004, p. 292) enfatiza ainda a flexibilidade como a principal característica dos métodos qualitativos, em especial no que se refere às técnicas de coleta de dados. Em relação às críticas a esse tipo de estudos, Martins (2004, p. 295) descarta a preocupação com generalizações, posto que a característica da pesquisa qualitativa é o estudo amplo e em profundidade, que busca uma explicação válida, ainda que parcial, para o caso (ou casos) em foco.

As entrevistas com os jovens foram realizadas individualmente, mas eram orientadas por um roteiro predefinido sobre a participação no PBT; percepções, percursos e experiências no mercado de trabalho; trajetória e experiência escolar; relação com a família; vivência da juventude; participação em grupos e projetos pessoais¹⁶⁰. Além disso, os jovens respondiam a um questionário socioeconômico que visava aferir dados sobre rendimento familiar, local de moradia, escolaridade dos jovens e dos pais e cor/raça. Com relação aos pais, indagava-se sobre as experiências no mercado de trabalho e na escola; situação de trabalho ou não trabalho dos membros da família; percepções sobre o comportamento do filho entrevistado pela pesquisa, bem como de sua trajetória escolar e no mercado de trabalho.

Considerando especificamente o roteiro de entrevistas dos jovens, cabe enfatizar dois principais cuidados tomados. Primeiramente, procurou-se uma aproximação gradativa com os jovens, inicialmente questionando sobre sua experiência passada no PBT, pois foi a partir dela que ele havia sido escolhido para entrevista. Em segundo lugar, alguns cuidados foram tomados em relação aos modos de perguntar sobre o trabalho e a falta de trabalho. Não parecia pertinente uma pergunta direta ao jovem, logo no início da entrevista, sobre o desemprego, uma vez que esta palavra (assim como outras, mas principalmente esta) pode vir

¹⁶⁰ Vide Apêndice E desta tese.

carregada de muitos sentidos e eram exatamente estes sentidos que esta pesquisa também tinha por objetivo apreender. Como assinala Bourdieu, “é preciso atentar para os efeitos da própria pesquisa e começar a interrogação já dominando os efeitos inevitáveis das perguntas” (Bourdieu, 2003, p.694). Assim, seguindo orientações contidas na pesquisa realizada por Guimarães (2005), a pergunta seguinte foi sobre a situação atual de trabalho do jovem, algo bastante genérico, e a partir daí exploravam-se outras questões relativas a seu percurso profissional. Foi essa pergunta que permitiu chegar a respostas que levaram a melhor compreender o que alguns desses jovens entendiam por trabalho, dado que em alguns casos, como será visto adiante, a essa pergunta seguia-se uma outra: “Trabalho? Não, eu nunca trabalhei...”. O mesmo ocorria com a palavra desemprego. Ela aparecia pouco e por vezes optou-se por utilizá-la apenas ao final da entrevista, tentando perceber como ela aparecia espontaneamente. Quando não aparecia, indagava-se ao final “Você já ficou desempregado alguma vez?”. Com isso era possível apreender também os sentidos que ela despertava. Para esta pesquisa essas estratégias permitiram alcançar o repertório de termos e palavras utilizadas pelos próprios jovens, os termos “nativos”, e a partir deles construir a análise, como será aprofundado no próximo capítulo.

Por fim, cabe assinalar que uma pesquisa baseada em entrevistas apresenta tanto limites quanto potencialidades, e o mesmo se poderia dizer com relação aos questionários. Engana-se quem subestima o processo complexo que envolve a elaboração de um questionário, bem como aqueles que dão pouca atenção aos cuidados necessários para construção de um roteiro de entrevista e sua condução (Brandão, 2002, p.38). Particularmente no caso da entrevista, instrumento aqui utilizado, é possível assinalar que ela não se reduz a uma conversa, ela é também “um trabalho, reclamando uma atenção permanente do pesquisador aos seus objetivos, obrigando-os a colocar-se intensamente à escuta do que é dito, a refletir sobre a forma e conteúdo da fala do entrevistado, os encadeamentos, as indecisões, as contradições, as expressões e gestos...”.

Alguns dos limites da realização de entrevistas, “espécie de intrusão sempre um pouco arbitrária que está no princípio da troca” (Bourdieu, 2003, p.695), podem ser encontrados na inegável distância entre pesquisador e pesquisado. Ainda que uma pesquisa de cunho etnográfico não necessariamente diminua essa distância, pois ela estará sempre presente, as várias idas e vindas ao campo e o contato mais permanente com os entrevistados podem contribuir para diminuí-la. Um outro limite relaciona-se ao fato de que a entrevista acaba sendo sempre um “retrato” de um determinado momento em que foi realizada, dificultando perceber as idas e vindas nos percursos dos indivíduos. De todo modo, neste estudo, os limites

desse “retrato” foram compensados por um retorno ao campo um ano depois do primeiro contato. Ainda que este não seja um estudo de caráter longitudinal, estando focado no presente etnográfico, a possibilidade de contato com alguns jovens em dois momentos contribui tanto para diminuir distâncias, tal como acentuado acima, quanto para um olhar um pouco mais abrangente sobre seus percursos e suas possíveis reversibilidades. Mesmo que não tenha sido realizada uma análise mais aprofundada das entrevistas neste segundo momento, ele foi importante para obter uma dimensão de processo.

Ainda que os jovens tenham sido encontrados pelo menos um ano após sua participação no programa, não se trata de realizar aqui uma análise de trajetória, tal como realizada nos dois estudos do trabalho nos quais a dimensão do tempo é tomada como elemento central da análise (Guimarães, 2004; Pais, 2001). Embora o passado e os projetos de futuro fossem importantes para a compreensão do presente dos jovens, foi este o tempo privilegiado na análise: sua situação de trabalho (ou de falta de trabalho) no momento da entrevista. Duas observações são importantes aqui: em primeiro lugar, muito embora o privilégio seja dado às experiências no mundo do trabalho, outras dimensões são consideradas na análise, uma vez que o lugar do trabalho na vida dos indivíduos não se vincula apenas ao lugar ocupado nos espaços de trabalho (Dubar, 1997) e muitas vezes as continuidades e descontinuidades nesse campo estão estreitamente relacionadas a acontecimentos em outras esferas da vida: escolar, familiar ou religiosa, dentre outras (Pais, 2001). Além disso, caberá também avaliar o impacto das possíveis reversibilidades (ou não) no campo do trabalho em relação a outras dimensões.

Em segundo lugar, em nossa análise dos percursos juvenis, foi considerada a importância das percepções e escolhas individuais, sem desprezar o peso dos constrangimentos sociais. Nesse sentido, trata-se de aprofundar um debate fortemente presente no campo das ciências sociais, qual seja, da relação entre “indivíduo e sociedade”, “estrutura e sujeito”, “micro e macro” (Dubar, 2001; Martuccelli, 2002; Pais, 2001). Todas essas considerações em torno dos procedimentos analíticos serão retomadas na introdução da segunda parte desta tese, onde inicio a análise propriamente dita. Cabe, então, neste ponto, apresentar uma breve descrição dos jovens entrevistados.

2.4 Descrição inicial do perfil dos entrevistados

Os jovens sujeitos deste estudo têm em comum a participação em uma experiência de um programa público no município de São Paulo, tal como já anteriormente apresentado. A caracterização mais ampla desses jovens contribui para melhor compreender seu universo de

origem, evidenciando, para além dos números, um retrato de uma parte daqueles que, no discurso oficial do programa e dos gestores, são apresentados como “excluídos”, “novos excluídos” ou ainda em alguns momentos como “os excluídos dos excluídos”. Primorosa seria a possibilidade de narrar detalhadamente cada uma das histórias, com suas idas e vindas, determinações e escolhas, eloquências e silêncios, mas não será este o caminho neste momento. Assim, um perfil mais detalhado de cada um dos jovens, ainda que sem a pretensão de completude, encontra-se organizado na síntese das entrevistas (Apêndice F).

No conjunto dos 38 jovens aqui entrevistados, as idades variavam entre 19 e 23 anos. Dado que foram encontrados de dois a três anos após a participação no Programa e que os critérios para ingresso limitavam-se à faixa de 16 e 20 anos, era previsível que as idades não variassem muito. As moças representam uma parcela significativa, alcançando um total de 22 jovens, contra 16 rapazes. Quando considerado o quesito cor/raça, predominam jovens que se identificam como pretos ou pardos¹⁶¹, 29 no total (19 pretos e 10 pardos).

Tal como já enfatizado, a maior presença de moças e jovens pardos e pretos parece relacionar-se às especificidades dos percursos ocupacionais de mulheres e negros (Guimarães, 2004, p. 16). Esses jovens não apenas se mostraram mais abertos ao diálogo nos primeiros contatos telefônicos, como também estavam mais disponíveis – parte considerável deles não estava formalmente ocupada ou estudando.¹⁶²

Instigante observar que o momento de identificação da cor/raça foi mais tenso e intenso para uns que para outros, especialmente aqueles observados como pardos, revelando claramente os limites da classificação oficial do IBGE¹⁶³ (A. Guimarães, 2003). Para a

¹⁶¹ Ao longo do texto também poderá ser utilizado o termo negro para fazer referência à somatória de pretos e pardos, dados os limites dessas duas categorias e na medida em que o termo negro “ganhou credibilidade” tanto no campo das ciências sociais quanto no campo da luta política (Guimarães, 2003, p.103). No entanto, especialmente no caso da identificação dos jovens será mantida cor/raça seguindo o modo como o jovem se classificou, estimulada pela maneira como realizamos a questão, seguindo orientações estabelecidas pelo IBGE, ainda que não sejam ignorados os seus limites.

¹⁶² Além desse aspecto, como já assinalado, na busca por rapazes a serem entrevistados, dois deles já haviam falecido¹⁶², o que não ocorrera no caso das moças. De fato, vários estudos apontam que as mortes por causas externas têm atingido mais fortemente os rapazes (Cf. Ferreira e Araújo, 2006:).

¹⁶³ Ao final da entrevista o próprio entrevistado preenchia um formulário onde assinalava sua cor/raça. As opções oferecidas seguiam os critérios definidos pelo IBGE: branco, pardo, preto, amarelo, indígena. A pergunta realizada exatamente era: “O censo brasileiro usa os termos BRANCO, PARDO, PRETO, AMARELO E INDÍGENA para classificar a cor ou a raça das pessoas. Se você tivesse que responder ao censo hoje, você se classificaria como? A construção dessa questão não foi uma tarefa fácil, pois seguindo análise de A. Guimarães (2003) há uma série de limites na classificação do IBGE, sendo uma das principais aquela construída pelo antropólogo Marvin Harris: para este autor, o IBGE estaria operando uma sorte de violência em relação à identidade das pessoas na medida que essas não se consideravam pardas, mas sim morenas; a categoria parda não faria parte do cotidiano no brasileiro (Harris, 1993, apud A. Guimarães, 2003). Ao mesmo tempo, na medida em que parece não haver consenso sobre as categorias nativas utilizadas hoje e também para efeitos de comparabilidade entre diversas fontes de dados (A. Guimarães, 2003), optou-se pela utilização dos critérios do

maioria dos entrevistados ainda vigorava fortemente a idéia de cor, mas surpreendeu jovens que se identificaram sem muitos problemas à categoria pardo, em geral assinalada como mais problemática. De todo modo, para alguns a dúvida: “O que será mesmo que eu sou?” foi seguida pela devolução da pergunta: “O que você acha que eu sou?”. Outros questionaram a própria certidão de nascimento: “*na minha certidão está escrito que sou parda, mas eu me considero preta mesmo*” (Ivete).

Tabela 5
Distribuição dos jovens segundo idade, cor/raça e ano de ingresso no programa

NOME	IDADE	COR/RAÇA	ANO NO PBT
Adriana	20	Preta	2001
Alessandro	22	Preto	2002
Andreza	20	Preta	2002
Ângela	23	Branca	2001
Anita	19	Parda	2001
Carolina	21	Preta	2002
Cátia	19	Preta	2002/2003
Clarice	19	Branca	2003
Cleiton	20	Preto	2003
Cleusa	21	Parda	2002
Cristina	21	Parda	2001
Daniel	21	Branco	2002
Elaine	19	Branca	2003
Eliza	23	Preta	2002
Erasmio	23	Branco	2002
Evaldo	20	Preto	2003
Fábio	22	Branco	2002
Henrique	22	Preto	2003
Isabele	19	Preta	2002
Ivete	19	Preta	2001
João	21	Branco	2002
Juliana	19	Parda	2003
Leandro	19	Preto	2003
Letícia	20	Preta	2002

IBGE. Seguindo orientação de A. Guimarães (2003), associou-se à palavra raça também a palavra cor. Cabe observar que os limites da classificação do IBGE ficaram evidentes especialmente quando tratava-se da cor/raça parda ou preta, pois havia uma certa inquietação entre alguns jovens.

Marcos	21	Pardo	2002
Miriam	19	Parda	2002
Pâmela	21	Preta	2002
Paula	21	Preta	2003
Rafael	22	Pardo	2002
Rafaela	23	Preta	2003
Renata	22	Preta	2002
Roberto	22	Pardo	2003
Robson	22	Branco	2002
Rogério	20	Preto	2001
Rosana	22	Branca	2001
Sidnei	19	Branco	2002
Silvia	19	Preta	2003
Wander	20	Pardo	2002

Elaboração própria, 2006.

Tabela 6
Distribuição dos jovens segundo sexo, cor/raça e faixa etária

	MOÇAS	RAPAZES	TOTAIS
IDADE			
18-20	12	5	17
21-24	10	11	21
COR/RAÇA			
Branco	3	5	8
Pardos	8	6	14
Pretos	11	5	16
Total	22	16	38

Elaboração própria, 2006.

Diferentemente de seus pais¹⁶⁴, a grande maioria das moças e dos rapazes havia nascido na cidade de São Paulo. Dos poucos jovens (sete) que declararam nascimento em outro estado, todos chegaram a São Paulo ainda crianças, juntamente com suas famílias.

¹⁶⁴ Embora uma minoria de pais e mães fossem nascidos em São Paulo, como será visto adiante.

Tabela 7
Distribuição dos jovens segundo naturalidade

NATURALIDADE	MOÇAS	RAPAZES
Bahia	0	2
Ceará	1	0
Minas Gerais	2	0
Paraíba	1	0
Pernambuco	1	0
São Paulo	17	14
Total	22	16

Elaboração própria, 2006.

Como já apontado, esses jovens eram moradores de distritos nomeados como “vulneráveis”, “excluídos”, “violentos”. Optou-se aqui por considerá-los como distritos que apresentam maiores índices de vulnerabilidade, seguindo atuais estudos do Centro de Estudos da Metrópole (Prefeitura e CEM, 2004). Jardim São Luís e Itaim Paulista foram os distritos predominantes, com 14 e 11 jovens entrevistados, respectivamente. Tal como assinalado, nesses distritos se encontrava a maioria dos jovens da amostra, e não por acaso o estudo iniciou-se por aí.

Tabela 8
Distribuição dos jovens segundo região e distrito de moradia

REGIÃO	DISTRITO	MOÇAS	RAPAZES	TOTAL	
ZONA LESTE	Itaim Paulista	6	5	11	15
	Vila Curuçá	2	2	4	
ZONA SUL	Campo Limpo	2	1	3	23
	Cidade Dutra	2	1	3	
	Jardim Ângela	3	0	3	
	Jardim São Luís	7	7	14	
	Total	22	16	38	

Elaboração própria, 2006.

Ainda que moradores de distritos cujas características se aproximam, tal como revelado anteriormente, foi possível notar uma certa diversidade entre os locais de moradia no interior do mesmo distrito. Tomando como referência os próprios domicílios onde residiam os jovens aqui interpelados, também era notável certa diversidade: se parte considerável residia em áreas de ocupação (favelas), também foram encontrados aqueles que habitavam fora desses espaços e em conjuntos habitacionais populares.

Do conjunto de jovens que não residiam em áreas de ocupação, apenas uma família pagava aluguel. Isso não significa que todos os demais habitavam em domicílio próprio: parte considerável deles morava em residência cedida por algum parente e/ou nos conhecidos “puxadinhos”. Já as famílias daqueles que moravam em conjuntos residenciais habitacionais populares ainda arcavam com as prestações do apartamento próprio. Como esperado, todos os que habitavam em áreas de ocupação não tinham esse tipo de despesa. Das residências visitadas¹⁶⁵, mesmo quando localizada em uma área de ocupação, notava-se certa diversidade: no número de dormitórios, nas condições de acesso à residência ou nas condições da própria moradia. De todo modo, todas elas possuíam pelo menos dois cômodos – quarto e cozinha, mais o banheiro – e outras chegavam a possuir quartos separados para os jovens ali residentes¹⁶⁶. Ainda que o local de moradia não tenha sido o ponto de partida para o encontro desses jovens e que não tenha sido possível sequer visitar a totalidade deles nesses espaços, não podemos negar sua importância e este aspecto será assinalado quando significativo na análise.

Tabela 9
Distribuição dos jovens segundo local de moradia

LOCAL DE MORADIA	MOÇAS	RAPAZES
Área de ocupação (favela)	7	11
Domicílio no bairro	14	3
Conjunto habitacional (COHAB/ CDHU)	1	2
Total	22	16

Elaboração própria, 2006.

A grande maioria dos entrevistados declarava-se solteiro ou sem companheiro e não possuía filhos. Apenas sete jovens estavam unidos consensualmente, “moravam juntos” ou estavam “amigados”, em suas palavras. Dentre os jovens casados, apenas uma jovem não tinha filhos. Com filhos e sem companheiros foram encontradas três jovens. Assim, do total de entrevistados (casados ou solteiros), nove já possuíam filhos. A menor presença em termos numéricos de jovens casados e com filhos nem de longe significa menor importância

¹⁶⁵ Como já assinalado, não foi possível realizar entrevistas na casa de todos os jovens. Assim, para metade dos casos as informações sobre as residências foram obtidas a partir dos próprios relatos.

¹⁶⁶ Só percebeu-se esse aspecto na segunda entrevista realizada. Foi nesse momento que a entrevistadora foi convidada a conversar nas dependências do quarto da jovem para garantir maior privacidade.

desses aspectos para a compreensão dos eixos centrais de nossa investigação, pelo contrário. Assim, a experiência de parentalidade parece produzir mudanças relevantes nas experiências concretas e nas representações entre eles e por essa razão ganharam destaque posteriormente.

No olhar para os arranjos familiares, chama atenção o número de jovens que ainda residia com ambos os genitores, em famílias mais próximas da estrutura nuclear (Tabela 10). Minoritários eram aqueles jovens que residiam apenas com um parente, em geral apenas com a mãe¹⁶⁷ e algum irmão. Na sequência observam-se as famílias pluriparentais e as famílias recompostas. Neste último caso considera-se aquela família cujo pai/mãe casaram-se novamente e muitas vezes os jovens costumavam chamar os padrastos/ madrastas de “pais” ou “mães”¹⁶⁸.

Vale acentuar que um conjunto importante de mães havia se separado de seu primeiro cônjuge (15 mães), sinalizando mudanças culturais significativas, tal como acentuado por outros estudos (Ferreira, 2004), especialmente se considerados os casos de famílias recompostas. As razões para os divórcios, protagonizados fundamentalmente pelas mulheres, giravam em torno de problemas de alcoolismo e agressão física por parte dos seus parceiros.

Tabela 10
Distribuição dos jovens segundo arranjo domiciliar

ARRANJO DOMICILIAR	SOLTEIROS	CASADOS (UNIÃO CONSENSUAL)
Família nuclear/ biparental	12	4
Famílias recompostas (padrastro e/ou madrasta e um genitor)	5	–
Família monoparental	7	–
Família pluriparental	7	3
Total	31	7

Elaboração própria, 2006.

¹⁶⁷ Apenas uma jovem morava com seu pai em função da morte da mãe. Ainda assim, também residiam na mesma casa seus dois filhos, suas irmãs e sobrinhos.

¹⁶⁸ Por essa razão, muitas vezes só se descobria que não se tratava do pai ou mãe biológicos ao longo da entrevista. Por vezes a revelação vem associada ao relato de algum acontecimento significativo, dentre os quais a preocupação em começar a trabalhar, mas não apenas. Anita, por exemplo, ao revelar o quanto seu “pai” se preocupava com ela, explica: mesmo não sendo meu pai verdadeiro, ele sempre se preocupou muito comigo. Isso também ocorreu com Letícia. Ao longo de toda a entrevista, chama sua madrasta de mãe e, apenas ao final, quando reclamava da necessidade e também da pressão exercida pela madrasta para que fosse trabalhar, revela: “é que ela criou a gente desde pequenininho, que minha mãe morreu. Às vezes ela joga isso na nossa cara”.

A saída da casa dos pais na perspectiva de habitar com algum outro parente ou amigo já havia sido experimentada por três dos jovens solteiros, mas todos já haviam voltado a residir com seus progenitores. E as razões para o retorno, tal como será explorado nos capítulos seguintes, concentravam-se fundamentalmente na dificuldade em conseguir independência financeira. Na medida em que se instalavam na casa de amigos ou parentes e tinham dificuldades em contribuir com as despesas, a situação acabava tornando-se insustentável. Por mais difícil que fosse, esses jovens acabavam por avaliar que conseguiriam maior suporte, tanto do ponto de vista emocional, quanto do ponto de vista financeiro na residência de seus pais.

A precariedade de seus vínculos, bem como de seus familiares, dificultava aos jovens uma avaliação mais precisa dos rendimentos familiares à época da entrevista, mas em geral concentravam-se entre meio e um salário mínimo¹⁶⁹ per capita, ainda bem próximos dos rendimentos que possuíam ao serem selecionados pelo programa¹⁷⁰, indicando poucas mudanças desde então. Havia um grupo importante de jovens cujos rendimentos não ultrapassavam meio salário mínimo per capita. Nesse conjunto, duas jovens viviam em famílias que ainda recebiam recursos do antigo Programa Renda Mínima. Com uma renda mais elevada em relação aos demais, encontramos cinco jovens, dentre os quais dois deles contribuíam de modo significativo para o aumento do rendimento familiar, dado que se encontravam formalmente empregados. De fato, em relação a esse aspecto, dos jovens que possuíam rendimentos próprios, os salários mais elevados concentravam-se entre aqueles que estavam formalmente empregados.

¹⁶⁹ O salário mínimo na época em que as entrevistas foram realizadas (2005) era de R\$ 260,00.

¹⁷⁰ Vale reiterar que para ingressar no programa o jovem deveria pertencer a famílias com rendimento de até meio salário mínimo per capita.

Tabela 11
Distribuição dos jovens segundo renda familiar per capita

RENDA FAMILIAR PER CAPITA	MOÇAS	RAPAZES
Menos de ½ salário mínimo (menos de R\$ 130,00)	6	3
½ salário mínimo (até R\$ 130,00)	4	2
Mais de ½ a 1 salário mínimo (R\$ 260,00)	10	8
Mais de 1 até 2 salários mínimos (até R\$ 520,00)	2	3
Total	22	16

Elaboração própria, 2006.

Os rapazes eram mais envolvidos em coletivos juvenis. Dentre todos os jovens, apenas duas moças declararam participar de grupos, contra 12 rapazes. Os grupos eram ligados à religião (evangélica), música (grupos de samba e de rock), futebol e também cooperativas¹⁷¹, como mostra a tabela a seguir. Entre os jovens que participavam de grupos ligados à música (rock, samba) e ao futebol, a participação era mais episódica, no âmbito do tempo livre. Em nenhum dos casos pareceu ter contribuído para construção de mediações mais significativas para pensar o trabalho, ainda que não se possa desprezar seu lugar no campo da distração e do lazer.

Tabela 12
Distribuição dos jovens que participam de grupos segundo o sexo

GRUPOS	MOÇAS	RAPAZES
Futebol	–	4
Música	–	4
Religião	1	2
Cooperativa	1	2

Elaboração própria, 2006.

¹⁷¹ Dada sua atual condição no trabalho (grande parte deles estava precariamente inserida ou desempregada) e escolar (a maioria já havia finalizado a escolaridade básica), não era de espantar que não estivessem ligados a sindicatos, grêmios ou associações estudantis. Também não foi encontrado nenhum jovem ligado a movimentos sociais ou partidos políticos.

Quanto à religião, predominavam aqueles que se declararam católicos, mas um conjunto importante de jovens declarou-se evangélico, seguido daqueles que afirmaram não ter religião:

Tabela 13
Distribuição dos jovens segundo sexo e religião declarada

RELIGIÃO DECLARADA	MOÇAS	RAPAZES
Católica	8	8
Evangélica	7	5
Espírita	1	–
Sem religião	6	3
Total	22	16

Elaboração própria, 2006.

Especialmente entre alguns dos evangélicos, modos de interpretar sua atual condição, de enfrentá-la e de posicionar-se diante dos amigos e familiares traziam algumas marcas de sua participação na esfera religiosa, tal como será apresentado na análise. No caso dos católicos, apenas uma jovem declarou-se praticante, enquanto os demais diziam-se católicos pelo batismo. Quando considerada a participação na esfera religiosa, havia algumas diferenças em relação aos demais grupos no âmbito do lazer. Muito embora esse aspecto não tenha sido aprofundado e tivesse um peso minoritário considerando o universo investigado, parecia evidente que aqui e ali, entre um e outro jovem, a participação e a frequência em grupos ligados à religião (especialmente evangélica) eram mais significativas, podendo também operar como suportes.

A maior parte dos pais dos jovens entrevistados nasceu em outros estados, especialmente do Nordeste, e chegou a São Paulo no período da juventude, em busca de melhores condições de vida e de trabalho. De todo modo, 10 progenitores haviam nascido em São Paulo.

A escolaridade dos pais era quase inversa àquela dos jovens; a maioria deles não havia completado o ensino fundamental. É significativo observar que alguns pais, majoritariamente as mães, que não haviam completado o ensino fundamental em tempo regular, voltaram a fazê-lo, seja como uma forma de afastar-se do espaço doméstico, seja em função de uma

análise das exigências (reais ou imaginárias) do mercado de trabalho. Entre os pais, apenas dois haviam finalizado a escolaridade básica¹⁷².

Tabela 14
Distribuição de mães e pais segundo grau de escolaridade

	MÃES	PAIS	TOTAL
Não frequentou a escola	5	3	8
Ensino fundamental incompleto	24	20	44
Ensino fundamental completo	1	5	6
Ensino médio completo	7	1	8
Não sabe/ não declarou	1	9	10
Total	38	38	76

Elaboração própria, 2006.

Mães que dividiam o tempo entre o trabalho doméstico e o trabalho remunerado eram uma marca importante na trajetória de boa parte desses jovens. A maioria delas tinha um histórico de ocupação no setor de serviços domésticos, especialmente como auxiliares de limpeza, empregadas domésticas, diaristas, arrumadeiras, cozinheiras. Apenas duas estavam empregadas em outro setor, na área pública como agentes comunitárias de saúde, atividade que se disseminou fortemente nos últimos anos, especialmente para mulheres. Algumas haviam interrompido sua trajetória de trabalho com o casamento, especialmente em função do nascimento dos filhos, seguindo muitos dos percursos femininos no mundo do trabalho. Mas poucas conseguiram manter-se distanciadas do mercado de trabalho, tendo a ele retornado. Esse retorno também pode ser relacionado às reconfigurações no mercado de trabalho ao longo dos anos 1990 e o aumento proporcional do emprego feminino (Montali, 2004; 2006).

As ocupações tradicionais dos pais concentravam-se no setor de construção civil, como empregados ou por conta própria: eram pedreiros, auxiliares de pedreiros, pintores. Na indústria apenas três pais tiveram alguma experiência, mas já haviam se afastado do setor.

No momento em que a entrevista foi realizada, boa parte dos pais ainda estava inserida no mercado de trabalho, formal ou não formal, seguindo-se aqueles que já haviam se aposentado. Particularmente no caso da inserção no trabalho formal, vale observar a diferença entre as mães e os pais. À semelhança de dados mais gerais, as mulheres representam a

¹⁷² Vale acentuar que não foi possível recuperar todas as informações sobre a escolaridade e situação ocupacional, sobretudo em relação aos pais, dado que uma parte dos jovens tinha pouco ou nenhum contato com o pai e outra sequer o conhecia.

maioria dentre os inseridos em empregos menos protegidos. Alguns pais e mães se encontravam afastados do trabalho, em geral pela evolução de alguma doença profissional, o que indica o tipo de trabalho a que estavam submetidos.

Tabela 15
Distribuição de mães e pais no mercado de trabalho

SITUAÇÃO ATUAL NO MERCADO DE TRABALHO	MÃES	PAIS	TOTAL
Desempregado	2	4	6
Empregado no setor informal (empregada doméstica sem registro, construção civil)	6	2	8
Empregado no setor público (agente comunitária de saúde, conselheiro tutelar)	1	1	2
Empregado no setor formal (limpeza, segurança, comércio)	4	4	8
Trabalhador autônomo, por conta própria (pedreiro, costureira, diarista, mecânico, camelô, pequeno comerciante)	7	8	15
Trabalhador afastado por motivo de doença	3	3	6
Prendas domésticas (trabalhadora doméstica no próprio domicílio)	7	0	7
Aposentado/ pensionista	4	2	6
Não sabe/ não informado/ falecido	4	14	18
Total	38	38	76

Elaboração própria, 2006.

Considerando a escolaridade dos jovens, à época da primeira entrevista, a quase totalidade dos jovens já havia completado o ensino médio, mas é curioso observar que, entre aqueles que ingressaram no programa com baixa escolaridade, a maioria não conseguiu finalizar a escolaridade básica: este era o caso de cinco jovens, sendo que um deles não havia conseguido completar o ensino fundamental. Em relação ao ensino superior, dois jovens haviam alcançado esse nível: um jovem cursava o terceiro ano de Turismo e uma jovem estava finalizando a faculdade de Pedagogia. Em ambos os casos, a possibilidade de cursar esse nível de ensino deveu-se a uma bolsa obtida pelo Programa Escola da Família¹⁷³. Assim, logo que deixaram o PBT, inscreveram-se em outro programa para financiar seus estudos universitários.

¹⁷³ O Programa Escola da Família (implementado pela Secretaria Estadual da Educação) tem por objetivo a abertura, aos finais de semana, de escolas da Rede Estadual de Ensino onde são desenvolvidas atividades voltadas às áreas esportiva, cultural, de saúde e de qualificação para o trabalho. Desde que oriundos da escola pública, universitários até 24 anos podem candidatar-se para atuar como voluntários no desenvolvimento das atividades, conseguindo com isso uma bolsa para financiar parte da mensalidade de seus cursos (Cf. <http://www.escoladafamilia.sp.gov.br/>).

Tabela 16
Distribuição dos jovens segundo sexo e escolaridade no momento da primeira entrevista

ESCOLARIDADE	MOÇAS	RAPAZS
Até a 4ª série do ensino fundamental	0	1
Ensino fundamental incompleto	0	0
Ensino fundamental completo	1	3
Ensino médio completo	20	11
Ensino superior incompleto	1	1
Total	22	16

Elaboração própria, 2006.

Quando do retorno ao trabalho de campo, aproximadamente um ano depois (2006), 10 jovens foram entrevistados novamente. Desses, três haviam alcançado o ensino superior: cursavam Ciências Sociais, Ciências da Computação e Educação Física, todos em universidades privadas.

A maior parte dos jovens encontrava-se sem emprego à época da primeira entrevista em 2005: 22 deles, sendo em sua grande maioria pertencente ao sexo feminino, como se observa na tabela a seguir (16 mulheres contra cinco homens). Optou-se pela denominação “sem emprego” ou “com emprego” para evitar o uso da palavra desemprego, pois como será visto, esta condição era marcada por ambigüidades. Chama atenção o pequeno número de jovens (apenas quatro) empregados com registro em carteira de trabalho, situação que, a despeito das inúmeras ponderações que podem ser feitas, ainda representa empregos mais protegidos. A tabela 17, a seguir, também deixa entrever uma miríade de situações em que se encontram esses jovens no mundo do trabalho e que em grande medida escapam às classificações mais convencionais. Nesse sentido, optou-se pela construção de categorias próprias que pudessem abarcar a diversidade.

Grande parte das moças, procurando ou não emprego, ocupava-se de tarefas domésticas, e mesmo aquelas que realizavam *bicos* com alguma remuneração exerciam atividades relacionadas ao trabalho doméstico e de alimentação: faxina, cuidado de crianças e idosos, venda de sanduíches, por exemplo. Apenas uma das jovens que já havia sido empregada do setor de comércio realizava trabalho temporário, nomeado por ela como *bico*, em uma grande rede de supermercados. No caso dos rapazes, muitos *bicos* concentravam-se no setor de construção civil, mas um dos jovens que cursava o ensino superior realizava um *bico* como educador em uma associação comunitária do bairro.

Três jovens (dois rapazes e uma moça) haviam optado pelo caminho do negócio próprio: uma moça tinha uma pequena empresa de acabamento gráfico em sociedade com a irmã, um rapaz trabalhava em seu próprio quintal como cabeleireiro, e outro como vendedor ambulante (“camelô”). Como bolsistas de um projeto social foram encontrados três jovens e outros dois ainda finalizavam o ensino médio, declarando-se estudantes. Tanto estes jovens, quanto aqueles com negócio próprio e os envolvidos em projetos sociais não estavam procurando trabalho.

Tabela 17
Distribuição dos jovens no mercado de trabalho

SITUAÇÃO OCUPACIONAL NO MOMENTO DA ENTREVISTA	MOÇAS	RAPAZES	TOTAL
Empregado com carteira assinada e procurando outro emprego	1	3	4
Empregado com carteira assinada e sem procura de outro emprego	1	0	1
Empregado sem carteira assinada e procurando outro emprego	0	2	2
Empregado sem carteira assinada e sem procura de outro emprego	2	0	2
Sem emprego, procurando emprego e realizando <i>bicos</i>	4	4	8
Sem emprego, sem procura de emprego e realizando <i>bicos</i>	1	0	1
Sem emprego, sem procura de emprego e apoiando nas tarefas domésticas no próprio domicílio	4	0	4
Sem emprego, com procura de emprego e apoiando nas tarefas domésticas no próprio domicílio	6	0	6
Sem emprego, sem procura de emprego, sem <i>bicos</i>	0	1	1
Com negócio próprio, sem procura de emprego	1	2	3
Bolsista de projeto social, sem procura de emprego	1	2	3
Estudante, sem procura de emprego	0	2	2
Total	22	16	38

Elaboração própria, 2006.

A partir dessa breve descrição, passemos aos procedimentos utilizados na análise das entrevistas, bem como à análise propriamente dita. É o que será abordado na segunda parte desta tese.

PARTE 2

UM OLHAR PARA AS NARRATIVAS JUVENIS

UMA BREVE INTRODUÇÃO

Todo trabalho de análise implica um esforço de desconstrução e reconstrução dos dados até que algum caminho comece a ganhar sentido. Neste estudo foram múltiplas as tentativas até que se conseguisse chegar a esse momento. Uma primeira tentativa foi a de agrupar os jovens fundamentalmente em torno de sua situação de trabalho no momento em que foram entrevistados, pois ela poderia configurar diferentes sentidos dados ao trabalho e à sua falta. À época da primeira entrevista foram encontrados jovens que haviam iniciado seu próprio negócio, que estavam inseridos no mercado de trabalho formal, outros que estavam no informal; desempregados em busca de trabalho, realizando trabalho precário ou tendo desistido de procurar; jovens no trabalho doméstico e inseridos em um projeto de cooperativa. Em parte, esses lugares pareciam ter alguma influência nos olhares para o trabalho e sua ausência, mas isso não parecia suficiente.

A fragilidade desse caminho foi sendo revelada pela própria literatura e pelos dados empíricos deste estudo. O lugar do trabalho na vida dos indivíduos não se vincula somente ao lugar ocupado nos espaços de trabalho (Dubar, 1997), podendo relacionar-se a outras esferas da vida: escolar, familiar, religiosa, dentre outras. Somam-se a isso as análises que têm evidenciado as intensas transições ocupacionais no mercado de trabalho brasileiro, que atingem os mais jovens de maneira aguda (Guimarães, 2006b). Assim, um ano depois, quando alguns dos jovens foram reencontrados, ficaram evidentes não apenas as abruptas transições que marcam nosso mercado de trabalho, como também as reversibilidades da própria condição juvenil na contemporaneidade. Boa parte deles já não estava na mesma situação de vida e de trabalho: alguns conseguiram emprego, outros perderam; negócios montados foram fechados, quem havia desistido de procurar trabalho estava novamente em sua busca – apenas para citar algumas das mudanças. E boa parte delas impactou e também foi impactada por alterações em outras esferas da vida. Desse modo, por razões de ordem teórica e também empírica, parecia difícil estruturar a análise em torno das situações de trabalho.

Uma segunda tentativa foi a de organizar os percursos juvenis segundo o sexo, pois no olhar para as dimensões do emprego e do desemprego a divisão sexual do trabalho permanece muito relevante nas sociedades salariais (Maruani e Hirata, 2003). De fato, essa divisão indicava diferenças significativas, mas ainda assim continuavam a emergir falas sobre trabalho e não-trabalho que aproximavam os depoentes, homens ou mulheres. Para além da divisão dos percursos femininos e masculinos¹⁷⁴, parecia haver algo mais.

Outra possibilidade cogitada foi a organização dos jovens estudados segundo seus distritos de moradia, tendo em vista que a pesquisa empírica concentrou-se em duas regiões distintas de São Paulo, a Zona Leste e a Zona Sul. No entanto, um agrupamento pautado por esses dados não se mostrou pertinente, uma vez que não foram observadas diferenças significativas quando comparados os jovens das duas regiões.

Nessas idas e vindas com os dados, a aproximação da perspectiva de Demazière e Dubar (1997), Demazière, Guimarães e Sugita (2006) e Guimarães (2006a) foi fundamental. Esses autores deixavam entrever a importância de considerar as próprias palavras e os modos de falar dos indivíduos. Ou seja, um trabalho analítico nem implicava a simples reprodução dos depoimentos como se fosse a análise propriamente dita, nem apenas a retirada de trechos de entrevistas que fossem considerados ilustrativos para uma argumentação já fechada. Porém, não se trata aqui de perseguir os caminhos de uma análise discursiva, tal como fizeram os autores, mas sim de atentar para os conteúdos, as maneiras de falar e o contexto da enunciação – para quem se fala e em que situação se fala –, o que está aqui se chamando de narrativas. Trata-se da utilização das narrativas como um instrumento analítico que permitiu organizar os jovens entrevistados em diferentes grupos, a partir de falas comuns sobre o trabalho ou a ausência de trabalho, e não de um estudo em torno do conceito de narrativas e do debate teórico sobre seus usos¹⁷⁵. Assim, buscou-se mergulhar em cada entrevista e nela

¹⁷⁴ Vale ressaltar, no entanto, que no interior de cada grupo as diferenças entre os percursos femininos e masculinos foram consideradas.

¹⁷⁵ Sobre o conceito de narrativa, vide Bakhtin (2004) e Bruner (1990). Segundo Bakhtin, “o ato de fala, ou mais exatamente, seu produto, a enunciação, não pode de forma alguma ser considerado como individual no sentido estrito do termo; não pode ser explicado por condições psicofisiológicas do sujeito falante. A enunciação é de natureza social”. (2004, p. 109). Em seu livro *Marxismo e filosofia da linguagem*, Bakhtin aborda as relações entre linguagem e sociedade, defendendo a natureza social e não individual das construções estilísticas. Para isso, revela a importância dos problemas da filosofia da linguagem para o marxismo, recuperando e fazendo a crítica das principais questões do pensamento filosófico e lingüístico. Uma de suas críticas mais contundentes dirige-se à lingüística estruturalista de Saussure, que abstrai o contexto social para uma análise da linguagem como sistema abstrato. Diversamente, para Bakhtin, o sujeito da fala é essencial e a atribuição de significados ocorre sempre em processo. Inspirando-se em Bakhtin (2004) e em Geertz (1989), Bruner (1990) também é um autor importante para a introdução do conceito de narrativa, de sua caracterização e das questões em torno de seus usos.

perceber não apenas “o que”, mas “como” se falava das experiências de trabalho e de falta de trabalho ou de desemprego e, secundariamente, do próprio Programa Bolsa Trabalho.

Em primeiro lugar, cada uma das falas foi analisada separadamente para depois se observarem as recorrências (ou não) entre elas, o que usualmente é designado como análise vertical e horizontal das entrevistas. A questão primeira para essa busca foi o modo como se falava da situação atual de trabalho. Nesse momento já foram notadas algumas recorrências: para alguns, *nunca trabalhei*¹⁷⁶ ou *sempre trabalhei, trabalho ou faço bicos, ganho um salário* ou *só um dinheirinho*; posteriormente, em torno do desemprego: *estou desempregado* ou *estou parado, não estou desempregado, estou correndo atrás, estou na procura*; e, finalmente, os modos de falar do Programa Bolsa Trabalho: *ótimo, maravilhoso*, para alguns; e *enganação*, para outros. Essas recorrências foram evidenciando a importância de observar e perseguir os modos de dizer. A partir dessas narrativas foi possível ir ao encontro das situações reveladoras de alguns elementos comuns¹⁷⁷: para além do trabalho, a situação e a relação dos indivíduos com a família e com a escola, ou com a perspectiva ou não de continuidade da formação.

Quando considerado o processo de socialização dos indivíduos, a família e a escola são instâncias privilegiadas nos estudos mais clássicos (Setton, 2002). As recentes transformações no mundo contemporâneo, no entanto, abriram espaço para olhares em direção a outras instâncias, tais como a mídia (Setton, 2002) e os estilos juvenis organizados em torno da música, como o rap e o funk, por exemplo (Dayrell, 2005). Já no campo do trabalho juvenil, muitas pesquisas privilegiam especialmente ora a relação do trabalho com a educação, ora com a família, mas os relatos aqui presentes deixavam entrever a necessidade de considerar as três instâncias socializadoras – trabalho, família e escola – e suas inter-relações, tal como já sinalizado por Gomes (1996). Além disso, o fato de esses jovens terem participado de uma experiência de política pública também permitiu vir à cena, entre alguns deles, uma outra instância: a experiência em um projeto social de mais longa duração.

¹⁷⁶ Para dar ênfase aos modos de falar dos entrevistados, todos os termos por eles usados, bem como as citações de suas falas, aparecerão em itálico.

¹⁷⁷ Cabe registrar que nem todos os 38 jovens entrevistados foram organizados em grupos a partir da análise de suas narrativas. Quatro deles – Ângela, Rafael, Rosana e Sidnei – não foram incorporados porque seus modos de falar sobre o trabalho e a falta de trabalho não possibilitaram sua inclusão em algum grupo, o que muitas vezes derivava dos problemas no momento da entrevista, tais como um grande número de interrupções ou a excessiva participação de outros parentes, dificultando posteriormente a análise. Evidente que questões como essas também apareceram em algumas outras entrevistas, mas no caso destes jovens foram muito mais intensas. De todo modo, quando pertinente, algumas de suas falas poderão ser incluídas na análise.

A perspectiva de considerar a inter-relação entre essas agências socializadoras foi inspirada no conceito de configuração de Norbert Elias (1980). Como já indicava Setton, ao também se utilizar desse conceito para análise das inter-relações entre família, escola e mídia:

O conceito de configuração aqui utilizado serve como instrumento conceptual e didático que tem como intenção romper com a idéia de que as instituições socializadoras e seus agentes sejam antagônicos. Salientar a relação de interdependência das instâncias/agências de socialização, condição para coexistirem enquanto configuração, é uma forma de afirmar que a relação estabelecida entre eles pode ser de aliados ou de adversários. Podem ser relações de continuidade ou de ruptura. Podem então determinar uma gama variada de experiências de socialização. (Setton, 2002, p. 110).

Cabe, no entanto, aprofundar um pouco mais o olhar para esse conceito e também para seus limites e ambivalências (Déchaux, 1995; Martuccelli, 1999). O conceito de configuração de Elias (1980) está diretamente relacionado à maneira como este autor compreende a sociedade¹⁷⁸: indivíduo e sociedade não são dois objetos que existem independentemente; na verdade, referem-se a dois níveis diferentes, mas inseparáveis do mundo humano. Elias defende a idéia de um indivíduo concebido como alguém com um autocontrole que não supõe nem autonomia, nem independência. Contrariamente, o autocontrole exige o conformismo face às regras de um determinado grupo, de modo que, para o autor, as perspectivas clássicas estariam equivocadas ao estabelecerem uma anterioridade ou exterioridade do indivíduo em relação à sociedade ou uma sociedade como independente do indivíduo (Martuccelli, 2002)¹⁷⁹. Trata-se, assim, de pensar o mundo social como uma configuração: “Por meio dessa noção, a sociedade é concebida como um equilíbrio de tensões, onde cada ação social depende da ação efetuada por um outro ator, um e outro colocados em um sistema de interdependências recíprocas” (Martuccelli, 2002, p. 251). Na perspectiva de Elias, o conceito de configuração “torna-se um simples instrumento conceitual que tem em vista afrouxar o constrangimento social de se falar e pensar como se o indivíduo e a sociedade fossem antagônicos e diferentes” (Elias, 1980, p.141). E é pelo conceito de configuração que o autor chama atenção para a relação de interdependência das pessoas em sociedade.

O que é que na realidade une as pessoas em configurações? Perguntas desse tipo não podem ser respondidas se começamos por considerar todas as pessoas individuais em si mesmas, como se cada uma fosse um *homo clausus* [...]. (Elias, 1980, p. 144).

¹⁷⁸ Não se trata aqui de debater a relação indivíduo e sociedade, um dos problemas clássicos da sociologia, mas apenas de apontar alguns aspectos dessa relação que contribuem para iluminar o conceito de configuração de Elias e seus limites.

¹⁷⁹ Ou como afirma Déchaux (1995), ao longo de toda a sua obra Elias se debruça de maneira quase “obsessiva” sobre esta idéia da sociedade como um tecido de relações, uma rede de interdependências. Nem a sociedade, nem os indivíduos, mas a “sociedade dos indivíduos”.

(...) As sociedades são configurações formadas por pessoas interdependentes: as estruturas, sejam elas casamentos ou parlamentos, crises econômicas ou guerras, não podem ser compreendidas nem explicadas por sua redução ao comportamento de seus participantes tomados isoladamente (...) Como já demonstramos algures mais detalhadamente, quanto mais intimamente integrados forem os componentes de uma unidade compósita ou, por outras palavras, quanto mais alto for o grau da sua interdependência funcional, menos possível será explicar as propriedades dos últimos apenas em função das propriedades da primeira. Torna-se necessário não só explorar uma unidade compósita em termos das suas partes componentes, como também o modo como esses componentes individuais se ligam uns aos outros de modo a formarem uma unidade. O estudo da configuração das partes unitárias ou, por outras palavras, a estrutura da unidade compósita, torna-se um estudo de direito próprio. Esta é a razão pela qual a sociologia não se pode reduzir à psicologia, biologia, física; o seu campo de estudo – as configurações de seres humanos interdependentes – não se pode explicar se estudarmos os seres humanos isoladamente. Em muitos casos é aconselhável um procedimento contrário – só podemos compreender muitos aspectos do comportamento ou das ações individuais se começarmos pelo estudo do tipo de sua interdependência, da estrutura de suas sociedades, em resumo, das configurações que formam uns com os outros. (Elias, 1980, p. 78-79).

Na medida em que chama atenção para a interdependência entre os indivíduos e também entre as diferentes instâncias de socialização, sem considerar uma ou outra como dominante sobre as demais, é que o conceito de configuração de Elias contribui para este estudo. Seguindo a perspectiva de Martuccelli (1999), mais do que um instrumento conceitual, a noção de configuração terá aqui um valor heurístico que o próprio Elias não lhe atribuiu com tanta força. Em cada uma das narrativas apresentadas observam-se diferentes arranjos e interdependências entre as instâncias de socialização investigadas – trabalho, escola e família. As experiências e os sentidos atribuídos ao trabalho e à falta de trabalho, ou ao desemprego, estão intrinsecamente associados à esfera familiar e à relação com a própria escola. A cada narrativa tornam-se evidentes modos diversos de arranjos entre as instituições família, escola e trabalho, e esses arranjos também se modificam no tempo da juventude. A imagem de um caleidoscópio onde a cada movimento formam-se novas e diferentes figuras parece ser a que mais se aproxima dos movimentos observados em cada uma das narrativas apresentadas.

A importância que o conceito de configuração tem aqui não pode levar, entretanto, a um obscurecimento de seus limites. Primeiramente, na perspectiva de Dubet (2005), muito embora Elias explicitasse seu desejo de se afastar de perspectivas mais clássicas da teoria sociológica, ele ainda está fortemente atrelado a elas. Ao também problematizar a clássica oposição entre indivíduo e sociedade, Dubet resgata alguns estudos da sociologia, buscando organizá-los de acordo com a solução proposta para aquilo que ele compreende como um

falso problema: a oposição entre indivíduo e sociedade, na medida em que, para este autor, não há escolha entre indivíduo e sociedade, os dois objetos nos foram dados juntamente com o paradoxo que lhes é associado.

Um primeiro conjunto mais clássico de soluções propostas para esse dilema é do “modelo do enquadramento”¹⁸⁰ do indivíduo na sociedade, cujo autor mais emblemático é Durkheim (Dubet, 2005). Resumidamente, não se trata de uma simples submissão do indivíduo à sociedade: o próprio indivíduo, por meio do processo de socialização, incorpora as regras do social, as internaliza e passa assim a desejá-las. Tão forte é esse processo na modernidade que o indivíduo passa a se perceber como autônomo em relação à sociedade. Ainda que possa diferenciar-se de autores como Durkheim, é dessa família de soluções que também participaria Elias, na visão de Dubet:

Nas sociedades modernas, o indivíduo é definido pela interiorização dos valores, das normas e dos papéis [...] Parece que a teoria de Elias participa da mesma família de soluções. O indivíduo moderno não emerge contra o sistema, mas, ao contrário, ele resulta de transformações do controle social que se individualiza e se subjetiviza progressivamente através da disseminação dos costumes da corte (Elias, 1991). É na medida em que cada um percebe as obrigações e os códigos sociais como coações íntimas, pessoais e livremente aceitas, que o ator social se vê como indivíduo, como autor de sua própria ação e que, paralelamente, ele é levado a perceber o mundo social como uma paisagem exterior a ele mesmo e sobre o qual ele projeta seus próprios sentimentos. A pressão/coação social se torna um *habitus* subjetivo. Mas, no fundo, é porque o enquadramento do ator no sistema se acentua que emerge o indivíduo [...] Este modelo está no coração da teoria sociológica clássica que faz da socialização uma interiorização do social e que coloca o indivíduo como articulação do ator e do sistema, da subjetividade e da objetividade, quando a sociedade moderna é cada vez mais móvel, complexa e racional. (Dubet, 2005, p. 3).

Já para Déchaux, o próprio conceito de configuração oscila fortemente entre uma visão estrutural e uma visão interacionista da sociedade: “A configuração é colocada ora como estrutura da luta entre grupos e indivíduos situados hierarquicamente, ora como um jogo cujos efeitos escapam ao cálculo dos atores” (Déchaux, 1995, p. 312). O autor aponta ser

¹⁸⁰ Este texto limita-se a apresentar esse modelo na medida em que aí se encontra a referência mais forte a Elias. Em seu texto, Dubet (2005) analisa perspectivas clássicas e contemporâneas que procuram escapar ou responder de maneira diversa a essa perspectiva do enquadramento, tais como as concepções oriundas do interacionismo simbólico e das teorias de escolha racional. Mais adiante também será apresentada a concepção de indivíduo formulada pelo próprio Dubet e que também será importante na análise aqui desenvolvida.

possível encontrar o social entre essas duas perspectivas, mas, segundo seu ponto de vista¹⁸¹, a obra de Elias não aprofunda suficientemente a questão¹⁸².

Por fim, na crítica de Martuccelli, apesar de Elias atribuir um grande peso à interdependência, ele ainda permanece ligado a uma visão de indivíduo “susceptível de ser, em função da gestão ou pela gestão de seus impulsos, mestre de si próprio. O núcleo duro da representação que ele faz do indivíduo é de um indivíduo se construindo a partir de si mesmo” (2002, p.62), processo no qual acaba por ignorar os suportes que lhes são necessários para essa construção. Nesse sentido, complementando o conceito de configuração de Elias, este estudo também irá considerar o conceito de suporte¹⁸³ de Martuccelli (2002, 2004). Recorrer a

¹⁸¹ O autor ainda aponta dois outros limites que a análise do conceito de configuração acabou por lhe revelar: o não reconhecimento pelo autor de suas heranças e filiações à tradição sociológica alemã e a dificuldade de Elias em abstrair o conceito de configuração do modelo de civilização dos costumes, o que inclusive levaria a questionar se este poderia mesmo ser considerado um conceito (Déchaux, 1995).

¹⁸² Déchaux (Op. cit.) evidencia os limites do conceito de configuração de Elias a partir de uma comparação com os conceitos de “campo” e “*habitus*”, de Pierre Bourdieu, e de “efeito emergente”, de Raymond Boudon. Em relação ao conceito de campo, o primeiro ponto para Déchaux é que enquanto para Bourdieu a dominação está no princípio deste conceito – visto que este diz respeito a um sistema de posições constituído por relações entre dominantes-dominados que estão em concorrência para obtenção de capital econômico, cultural e social –, de modo que a interdependência é apenas um corolário, significando que a dominação não anula a dependência; para Elias, o princípio não é o da dominação, mas da concorrência, da rivalidade, do jogo. Nesse sentido, no conceito de configuração deste autor, a interdependência é também associada à dominação, mas ele inverte a relação lógica: “Ela [a configuração] traduz antes de tudo relações de interdependência que, pontualmente, se interpretam como relações de dominação [...]. Elias não defende somente que o monarca absoluto que foi Luís XIV era dependente da corte que o dominava; ele acrescenta que esta dependência era condição de sua dominação. É provocando o equilíbrio de tensões entre grupos rivais que o rei adquire um poder absoluto. Sua força e sua submissão às pressões do sistema de dominação são os dois aspectos do mesmo fenômeno: a interdependência. É ela que vem primeiro logicamente [...] É suficiente que o equilíbrio de forças se torne mais instável, que um jogador perca o controle, para que a configuração se transforme, e com ela, as relações de dependência recíproca” (Ibidem, p. 302). A dominação seria resultado do jogo estabelecido entre os atores ou diferentes instâncias de socialização, de modo que o recurso da concorrência ou do jogo não se associaria claramente nem à obtenção de riquezas, nem à dominação simbólica, mas a um desejo de poder percebido quase como natural. O segundo ponto, na comparação realizada por Déchaux entre o conceito de campo de Bourdieu e o de configuração de Elias se refere a certa naturalização daquilo que estaria em jogo: diferentemente de Bourdieu, que dispõe com sua trilogia dos capitais uma teoria de obtenção de bens raros e com a noção de violência simbólica uma teoria do engajamento no jogo, não há algo equivalente na sociologia de Norbert Elias: “O recurso da concorrência não é explicitamente relacionado nem à obtenção de riquezas, quer sejam ou não materiais, nem a uma dominação simbólica, mas a um desejo de poder posto como natural [...]. Esta imprecisão dá o sentimento de uma competição imanente à sociedade e mesmo ao homem, que dizer, inscrita em sua essência” (Ibidem, p.303). O terceiro ponto é que, embora Elias e Boudieu concordem que uma posição dada no sistema de relações objetivas corresponde a um *habitus* dado, isto é, associem estruturas sociais e estruturas mentais, Elias não chega a explicitar, como faz Bourdieu, os mecanismos que levam a uma coincidência entre essas duas estruturas. Finalmente, se seu conceito de configuração aproxima-se daquele de efeito emergente de Boudon, o limite é que Elias acaba por tratar do mesmo modo, e sob a égide do mesmo conceito de configuração, tanto o jogo no qual a distribuição dos recursos entre os atores é mais ou menos igual, quanto o jogo em que um dos atores tem claramente mais poder em relação aos outros. Ambos os jogos são tratados como equivalentes, dada sua perspectiva de que, ao longo da história, as relações sociais se transformariam na medida de um aumento das dependências e concomitante redução de diferenças de poder. Em síntese, para Déchaux, o autor não responde aos mecanismos de ajustes entre interdependência e *habitus*, e também não explicita os recursos do jogo concorrencial.

¹⁸³ Em francês “support” (1466): derivado de supporter (suportar), a ação de suportar, o apoio, a sustentação. (*Le petit Robert: dictionnaire de la langue française*, 2002, p. 2521).

esse conceito e à perspectiva de uma “sociologia da individuação” deste autor relaciona-se ao fato de esta tese concentrar-se sobre trajetórias e narrativas individuais. Uma sociologia da individuação “se afirma como uma tentativa para escrever e analisar, a partir de processos históricos diversos, a produção societal dos indivíduos” (Martuccelli, 2004, p. 314).

Cabe considerar que a noção de indivíduo tem mobilizado um conjunto de autores e estudos no interior da sociologia contemporânea na perspectiva de uma “nova representação do social”. Para Martuccelli (2002, 2004), uma primeira tarefa seria a de explicar como o indivíduo ganha centralidade na sociologia atual, quando durante tanto tempo ele permaneceu em segundo plano ou até em uma posição marginal.

Se a sociologia – em particular na tradição funcionalista e marxista – deixou por muito tempo de se interessar pelos indivíduos, é porque ela considerava que no nível da análise este não era de sua competência, mas sim da psicologia com a qual se operava um tipo de repartição do trabalho científico. Para a sociologia, os indivíduos seriam apenas o inverso das estruturas sociais – do ‘social incorporado’. Era o momento onde as noções tais como de ‘classe’, ‘papel’ ou ‘*habitus*’ (de classe) estavam no coração da argumentação sociológica e pareciam suficientes para pensar a sociedade e os indivíduos em sociedade: era a época onde também se considerava que o operador mágico da socialização ‘ajustava’ os indivíduos, os agentes sociais – em seus lugares na sociedade (Caradec e Martuccelli, 2004, p. 9-10).

Para Martuccelli (2002, 2004), esse tipo de análise entra progressivamente em crise, tornando-se cada vez menos pertinente à medida que a representação de uma sociedade integrada desagrega-se e aquilo que passa a impor-se como característica da sociedade contemporânea é a distância entre “o sistema social e a experiência do mundo”, entre “o objetivo e o subjetivo”: “É em torno dessa consciência de um afastamento entre os indivíduos e o sistema, traço constitutivo da modernidade ela mesma [...] que a sociologia dos indivíduos encontra seu chão” (Martuccelli, 2004, p. 10). O autor reconhece que não há uma unanimidade entre os sociólogos em relação a essa questão e que alguns ainda continuam a fazer referência às interpretações anteriores do indivíduo. Mesmo entre aqueles nos quais exista o reconhecimento de desafios teóricos para a compreensão dos fenômenos individuais na relação com o social há perspectivas diversas que ele procura aprofundar em pelo menos duas de suas obras (Martuccelli, 2002, 2004). Sem tentar reconstruir o debate que o autor faz em torno das imagens e interpretações sobre a noção de indivíduo, interessa aqui destacar sua leitura sobre essa noção.

Martuccelli esforça-se por evidenciar que a idéia de um indivíduo racional e autônomo isolado, mestre e senhor de si mesmo, caudatária do iluminismo, não foi jamais, na prática,

uma realidade histórica¹⁸⁴. Essa “ficção subjetiva e moral” só existiu porque o indivíduo encontrava-se inserido em fortes estruturas sociais. Na compreensão do autor, torna-se necessário agregar cinco dimensões sociológicas centrais para a compreensão dos indivíduos no mundo contemporâneo: os suportes, os papéis, o respeito, a identidade e a subjetividade (Martuccelli, 2002, p. 57)¹⁸⁵. Neste estudo, entretanto, a noção de suporte será a dimensão privilegiada na análise: o indivíduo existe apenas e somente na medida em que é sustentado por um conjunto de suportes:

Por meio da noção de ‘suporte’ trata-se com efeito de assinalar e de levar em conta as maneiras efetivas pelas quais os indivíduos conseguem se construir face ao mundo – constante transhistórica da condição humana. No entanto, esta questão universal toma uma nova forma na modernidade, na medida em que os laços sociais substituem os laços comunitários e que, cada vez mais, o indivíduo vai se encontrar face a face com ele mesmo. É neste contexto que a noção de suporte adquire um interesse analítico e permite assinalar uma problemática propriamente sociológica. (Martuccelli, 2004, p. 21).

Para um sujeito descentrar-se de si próprio, perceber-se e ao mesmo tempo distanciar-se do mundo social, “exige-se, em contrapartida, sua inserção prática em um número

¹⁸⁴ Esta seria a figura ideal de indivíduo no Ocidente moderno. O autor aponta que este projeto apresentou formulações diversas e faz a análise de quatro delas: 1) o indivíduo que, em função das exigências do mercado econômico e da representação política, foi concebido como sujeito autônomo; 2) o indivíduo visto como independente no momento da “passagem” da comunidade para a sociedade; 3) o indivíduo visto como dotado de forte capacidade de autocontrole em função da expansão do processo de racionalização; 4) a figura do indivíduo romântico construído a partir de si próprio. A sociologia questionou grande parte dessas imagens de indivíduo, mas Martuccelli (2002) também reconhece a dificuldade e os limites que teve para se desembaraçar deste que é o postulado fundamental do indivíduo ocidental.

¹⁸⁵ Segundo Martuccelli (2002): “Todo indivíduo se inscreve nessas diferentes dimensões [...]. E aliás, elas não são exaustivas. Se nós as escolhemos, é porque nos parece que elas são as que melhor permitem levar em conta, por meio de uma conceitualização que insiste sobre os efeitos que as diferentes circunstâncias têm sobre nossas vidas sociais. Todavia, cada indivíduo lhes investe de uma maneira particular. Desse modo, alguns são obcecados por suas dimensões identitárias, o que obriga a alargar a análise em direção aos contextos políticos ou culturais. Para outros, ao contrário, essa dimensão é relativamente pobre, e eles estão mais preocupados com a questão da sua subjetividade, ou ainda por seu intenso desejo de se fazer respeitar nos meandros das interações cotidianas. E se nós devemos cumprir papéis na vida social, é de agora em diante, implicando-nos e nos engajando de múltiplas maneiras. Enfim, em relação a nossos suportes, a legitimidade e o reconhecimento que nos outorgam nos definem e nos diferenciam largamente. No entanto, estas variantes conduzem menos em direção a um estudo de bricolage in vivo que em direção a um estudo, de natureza indissociavelmente histórica e sociológica, de verdadeiras vias de individuação, susceptíveis de reconhecer, sem confundir, as especificidades de cada uma dessas grandes dimensões. Essas diferentes vias de individuação, que demandam estudos específicos, deverão de certo modo permitir conhecer de quais maneiras os indivíduos enfrentam a modernidade. Essas dimensões [...] deverão para isso se abrir em direção a outros horizontes, considerar um conjunto de vicissitudes ordinárias de dominação, que declinam e se modulam diferentemente segundo os estados sociais dotados de consistências particulares. Por detrás do estudo dos modos históricos de individuação, é a modernidade ela mesma que deve ser permanentemente objeto de interrogação sociológica, no interior de uma sábia mistura de inquietude política, de julgamento moral e de aventura existencial (Martuccelli, 2002, p. 568-569, grifos meus).

importante de redes sociais”, significando que assim seria sustentado pelo exterior, algo que estaria se ampliando no contexto recente:

Uma das novidades da condição moderna do começo do século XXI: nossas relações instrumentais em relação aos outros aumentam, pois elas são cada vez mais percebidas como suportes de si, e ao mesmo tempo, e em sentido inverso, nós reconhecemos a desvantagem de nossa dependência em relação aos outros. (Martuccelli, 2002, p. 66).

Desse modo, uma primeira forma de apreender a noção de suporte seria considerá-la como um equivalente das noções de recursos, capitais ou redes. Mas na perspectiva de Martuccelli, esse modo de olhar é insuficiente¹⁸⁶:

Nesta perspectiva, com efeito, a problemática propriamente existencial, e fundadora de uma sociologia do indivíduo *stricto sensu*, se encontra suprimida apenas em proveito de considerações sobre os diferenciais de meios de ação de que dispõem os atores – e de onde eles retirariam, de maneira mais ou menos imediata, as capacidades de indivíduos de serem indivíduos. Por aí, dá-se aos ‘suportes’ uma função muito consciente, muito regulada, muito limitada [...]. Para apreender os suportes em sua verdadeira significação subjetiva, é preciso renunciar ao desejo de estabelecer uma ‘lista’ de fatores que podem exercer um papel, de uma vez por todas e para todos os atores. É preciso evitar estabelecer *a priori* os suportes específicos de um indivíduo. (Martuccelli, 2004, p. 21-22).

Assim, os suportes são mais amplos que as redes. Considerar a rede relacional de um indivíduo possibilita ter uma imagem relativa e reduzida, uma vez que esta é efetuada apenas a partir de algumas variáveis, de alguns de seus apoios. O autor não nega, inclusive, a possibilidade de medição ou de um estudo de caráter quantitativo em torno das redes, por exemplo; contudo, segundo seu ponto de vista, seria necessário desconfiar de uma tradução empírica imediata desse estado de coisas, insistindo no caráter aberto dos suportes e de sua diversidade e variação histórica. Os suportes não têm necessariamente a materialidade das redes, podem ser reais ou imaginários, visíveis e invisíveis, além de contarem com graus diferenciados de aceitação social (Martuccelli, 2002, 2004, p. 22). Não importam quantos sejam os suportes, se são bons ou maus, mas sim o papel que desempenham nas experiências dos indivíduos. Essa perspectiva nos parece bastante significativa na medida em que pode permitir olhar para as experiências dos jovens deste estudo, buscando o modo como vivem

¹⁸⁶ Como bem sintetiza Stettinger (2004, p. 44): “A noção de suporte [de Martuccelli] é diferente daquela utilizada por Castel no sentido de uma condição objetiva de possibilidade, quando este último faz referência aos ‘recursos’ de tipo relacional, cultural, econômico, a partir dos quais os indivíduos desenvolvem estratégias individuais [...] Esta concepção da noção de suporte, que caminha ao lado da descrição que o autor [Castel] faz da história dos suportes políticos do indivíduo moderno, que coloca em questão o papel do Estado social e a dissolução do coletivo de proximidade, é de um interesse mais limitado quando olha para os indivíduos e suas práticas e não justifica verdadeiramente seu uso, porque, como sublinha o autor, ele não se diferencia das noções de capital e de recurso [...] Para Martuccelli, pela própria condição humana, todos os indivíduos são dotados de suportes e graças a eles podem se construir e se firmar socialmente”.

subjetivamente sua condição. É o próprio Martuccelli (2002) quem alerta para o fato de que, ainda que possa ser mais difícil, muitas vezes mesmo quando os indivíduos não estão inseridos em redes materiais estruturadas como, por exemplo, o trabalho, isso não necessariamente significa incapacidade de se “construir a partir de si próprio”.

[...] Não é impossível que indivíduos tendo os mesmos recursos, e cuja posição estrutural possa ser semelhante, mensurada por alguns indicadores objetivos [...] sejam confrontados a vicissitudes muito diferentes em função das variações interpessoais ou de estados sociais. Melhor ainda: contrariamente ao que uma visão rígida da ordem social deixa entender, pode ser que atores que conhecem posições estruturais, que medidas em termos de desigualdades, aparecem como objetivamente desvantajosas, possam, no entanto, executar melhor as suas vicissitudes subjetivas, graças aos estados sociais que construíram em torno de si. (Martuccelli, 2004, p. 307).

Em todos os casos, a experiência é tanto mais difícil quando a obrigação de se autogovernar a partir de si próprio não se apóia sobre o correlato material no mundo. O problema dos jovens seria então: são cada vez mais os principais destinatários do discurso moral do autogoverno a partir de si próprios e são na prática os mais desprovidos de redes sociais implicando-os materialmente no mundo. (Martuccelli, 2002, p. 51).

Um outro conceito que contribuirá para iluminar os achados desta pesquisa é a concepção dialógica de indivíduo proposta por François Dubet. Ao defendê-la, o autor sinaliza o declínio das respostas clássicas da sociologia, afirmando “simultaneamente a unidade do indivíduo e da sociedade” (Dubet, 2005, p.7), seja em função das próprias mudanças culturais e sociais, seja pelas transformações do próprio pensamento sociológico. Nesse sentido, ao destacar que nenhuma concepção de indivíduo se impõe, o autor direciona suas críticas também às interpretações mais recentes que, em sua perspectiva, se concentram em uma concepção de indivíduo que o privilegia ora como ser social, ora como ser racional, ora como sujeito ético¹⁸⁷. Pois, de acordo com Dubet, não se trata de escolher uma ou outra figura como sendo a mais representativa do indivíduo na contemporaneidade: o indivíduo é

¹⁸⁷ “Essas três grandes famílias de concepção do indivíduo são sensivelmente diferentes, a despeito do fato de que dêem sempre a impressão de estarem falando da mesma coisa. No primeiro caso [do indivíduo social], o indivíduo surgiu de uma mudança de escala da análise e se manifesta através da singularidade de uma história e das dissonâncias de uma posição. Oscilando entre a crise e o sofrimento, ele só se torna um sujeito, verdadeiramente, na compreensão dos mecanismos que são produzidos através de uma mistura de revolta e de conhecimento da objetividade dos mecanismos de seu engendramento, através de sua introspecção sociológica. No modelo do individualismo metodológico racional [indivíduo racional], o indivíduo é considerado como já estando armado de uma razão que lhe permite, em função dos contextos e dos recursos, evidentemente, agir de maneira autônoma. Enfim, o indivíduo que pode ser chamado de ético [o indivíduo ético] é definido por sua capacidade de produzir-se ele mesmo como sujeito em um tipo de trabalho contínuo sobre si próprio. Nos três casos, as relações entre o indivíduo e o sistema não são definidas da mesma maneira. O indivíduo social está no sistema, ele é uma cristalização singular do sistema. O indivíduo racional é um átomo autônomo de um sistema, um jogador dentro do jogo. Enfim, o indivíduo ético está diante do sistema e apenas se constrói como sujeito separando-se dele”. (Dubet, 2005, p.12).

um sujeito que deve combinar essas diferentes lógicas e, por essa razão, sua concepção é de natureza dialógica.

Cada indivíduo vive sob o registro das três lógicas de ação: 1) porque a sociedade é um sistema de integração, o indivíduo participa como indivíduo social; 2) porque a sociedade é um conjunto de mercados e de quase-mercados, o indivíduo é um indivíduo racional; 3) porque a sociedade moderna é também tomada por um individualismo moral, o indivíduo é também um sujeito ético [...] Nesse caso, o indivíduo é definido por um problema, o de sua autoconstituição a partir de uma articulação e de uma combinação dessas diversas dimensões que são, se não totalmente contraditórias, ao menos muito heterogêneas. Deste ponto de vista, o problema do indivíduo é exatamente homólogo ao do sociólogo, que tenta recompor a unidade da vida social. E mesmo que a sociedade seja uma produção contínua, o indivíduo é uma produção de si. Sua essência é um trabalho sobre si. (Dubet, 2005, p. 13).

Por essa perspectiva, no olhar para as narrativas dos jovens aqui entrevistados poderão ser encontradas essas três lógicas, em consonância ou em tensão entre si. De fato, a combinação de lógicas já estava presente no conceito de experiência social de Dubet (1994, 2002). Mas tal como observa o autor, a maior ou menor facilidade de fazer combinar essas lógicas está intrinsecamente relacionada às condições sociais em que se constroem as experiências, ou seja, não se trata de pensar os sujeitos como “jogadores de xadrez em busca de combinações e terminando por construir equilíbrios locais” (Dubet, 2005, p. 15). Assim, é preciso não ignorar os obstáculos que enfrentam na busca pela combinação dessas lógicas¹⁸⁸.

De tal modo, do conceito de configuração de Elias interessa a este estudo a perspectiva sugestiva do autor em relação à interdependência entre os atores e instâncias de socialização. Entretanto, dado o limite de seu conceito, o conceito de suporte de Martuccelli (2002) e a concepção dialógica de indivíduo presente em Dubet (2002, 2005) também iluminarão os achados que serão a partir de agora apresentados.

¹⁸⁸ Dubet aponta esses obstáculos baseado no raciocínio de Walzer (1997). O indivíduo é de natureza dialógica, mas há pelo menos dois obstáculos para sua formação: 1) quando o indivíduo é privado das possibilidades de se construir como indivíduo social, porque foi estigmatizado ou determinado por constrangimentos e disciplinas; ou como indivíduo racional, porque foi privado de recursos de ação; ou como indivíduo ético, porque foi privado de sua própria imagem pela ação dos meios de comunicação de massa ou totalmente mergulhado em uma lógica de consumo; 2) quando uma figura do indivíduo se sobrepõe a todas as outras: quando o indivíduo é dissolvido em uma identidade comunitária, sendo totalmente integrado, ou quando é reduzido à racionalidade do mercado e age apenas em conformidade a ela e, finalmente, quando o indivíduo se perde em uma busca obstinada e introspectiva de si mesmo. São estes os riscos e as vicissitudes de considerar indivíduo como um ‘trabalho’ (Dubet, 2005).

CAPÍTULO 3

TRABALHANDO DESDE CEDO

As narrativas que se seguem foram fundamentais para revelar a singularidade dos jovens reunidos em torno deste primeiro grupo¹⁸⁹. A recorrência da expressão *eu sempre trabalhei* parecia indicar a presença de um grupo para o qual o trabalho fora central desde antes do término dos estudos. Embora tenham conciliado durante um período de suas vidas a dimensão do trabalho e a do estudo – comportamento comum entre boa parte dos jovens brasileiros (Hasenbalg, 2003; Madeira, 1986) –, foi o trabalho, e não o estudo, o eixo de suas preocupações e também das de seus pais. São jovens que começaram a trabalhar *cedo*, quando ainda *pequenos* ou *moleques*, em suas próprias palavras, e para os quais a falta de emprego não é nomeada como desemprego, mas como tempo de inventar o que fazer para obtenção de renda e ocupação.

Eu sempre trabalhei, tipo com uns 11 anos de idade eu comecei a trabalhar como cobrador de perua, trabalhei nisso até uns 16 anos pra 17, assim, eu trabalhei. Aí de lá eu já fui direto pra cidade, entendeu? Isso aí também para ajudar minha mãe, aí que eu comecei a ajudar bastante, tipo assim na época pai separado, meu pai e minha mãe separado, aí eu comecei e me esforcei mesmo, aí tipo eu falei não, eu vou começar a ajudar minha mãe, eu e meu irmão. (Wander, 20 anos, pardo¹⁹⁰, ensino fundamental completo).

Eu mesmo sempre trabalhei. Eu nunca tive tempo de curtir a vida. Curtir como que tem muitos que tem lá, não. Eu não tive muito tempo de curtir a vida. Meu negócio era mais trabalhar. É que nem eu e meu outro irmão que fez esse curso. Nós dois sempre trabalhamos, desde cedo. E até hoje nós não paramos de trabalhar, só se de repente falta serviço. Se não, a gente sempre trabalhou. Eu convivi com pessoas mais velhas, eu aprendi. (Eliza, 23 anos, preta, ensino fundamental completo).

Foi com uns 13 anos, 13 anos que eu comecei o primeiro serviço com o meu pai, comecei a trabalhar. Aí ele falou: eu quero que você quebre isso aqui, eu quero que você reforme isso aí, quero que você pinte isso aí, tudo. E eu: 'pai, não sei, nunca peguei nisso aqui, tô acostumado a pegar em lápis, borracha, o que eu vou fazer?' E ele: só pegar a marreta ali e você consegue, pega aqui e tum, tum, tum. Aí ele fez lá, eu comecei a fazer e

¹⁸⁹ É preciso considerar que todos os jovens aparecem aqui com nomes fictícios, o mesmo valendo para seus pais.

¹⁹⁰ Vale reiterar que a cor/raça aqui descrita foi declarada pelo jovem a partir de um estímulo que seguiu os critérios do IBGE (preta, parda, amarela, branca e indígena). Apesar dos limites dessa metodologia, tal como enfatizado anteriormente, optou-se por utilizá-la por se constituir numa forma eficiente de coleta desse dado, que interessa a esta tese como um complemento ao perfil socioeconômico dos jovens estudados, não se tratando, entretanto, de uma questão a ser aprofundada. Cabe considerar ainda que, também de acordo com os critérios estabelecidos pelo IBGE, o termo negro poderá ser usado para referir-se à somatória de pretos e pardos.

depois disso aí eu comecei a ter um conhecimento também com esse negócio de pedreiro, bloco e pintura. (Henrique, 22 anos, preto, ensino fundamental completo).

Eu fui trabalhar acho que com uns 11 anos, que eu fui trabalhar na rua com meu pai, primeiro na construção e depois vendendo coisas com ele na rua. Eu trabalho desde criança. (Roberto, 22 anos, pardo, ensino fundamental incompleto).

Eu sempre trabalhei, desde pequeno eu sempre trabalhei. Na roça a gente começa a trabalhar cedo. Eu comecei acho que eu tinha uns 8 anos, mas, assim, eu trabalhava só meio período, não era o dia todo, não. Eu trabalhava e estudava. E depois em São Paulo eu continuei, trabalhava e estudava. (Evaldo, 20 anos, preto, ensino fundamental completo).

Dos cinco jovens aqui agrupados¹⁹¹ – Eliza, Evaldo, Henrique, Roberto e Wander –, apenas Henrique estava em busca de trabalho, os demais estavam trabalhando à época da entrevista. Eliza era balconista ou *faz-tudo* em uma padaria, como ela mesma diz. Wander trabalhava como vendedor ambulante no centro da cidade. Roberto e Evaldo eram os únicos com registro em carteira: o primeiro trabalhava como ajudante geral em uma concessionária e o segundo era auxiliar de expedição em uma loja de tecidos. Nenhum deles havia completado o ensino médio e Roberto sequer terminara o ensino fundamental, tendo parado na 4ª série. Em termos de cor/raça, todos podem ser identificados como negros: Eliza, Evaldo e Henrique declararam-se pretos; e Roberto e Wander, pardos. Na inter-relação entre as esferas familiar, escolar e de trabalho, é possível compreender os modos como vão (ou não) fazendo escolhas, tecendo planos e dando sentido às suas experiências de trabalho e de falta de trabalho.

3.1 Começando a trabalhar cedo

Suas primeiras experiências de trabalho não parecem muito distantes daquelas que marcam a trajetória da parcela de jovens de mais baixa renda: em geral, começaram a trabalhar antes mesmo da idade permitida por lei¹⁹², em local próximo a suas residências, e por intermédio de algum vizinho, amigo ou parente próximo. Mesmo que os números indiquem redução na taxa de atividade de crianças e adolescentes, especialmente a partir da

¹⁹¹ Ao final deste capítulo encontra-se um quadro com o perfil resumido de cada um dos jovens deste grupo e, ao final da tese, um apêndice com o perfil mais detalhado de todos os entrevistados, organizado conforme a sequência de apresentação dos grupos nesta tese e a ordem alfabética dos nomes dos entrevistados.

¹⁹² A partir do ano 2000, a legislação trabalhista brasileira (Lei nº 10.097) passou a proibir o trabalho do indivíduo com menos de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir da idade de 14 anos. Esta mesma legislação também impede o trabalho em locais e ocupações considerados perigosos ou insalubres para menores de 18 anos (Cacciamali e Braga, 2003).

década de 1990, ainda persiste um contingente importante deles que trabalha (Batista, 2006; Cacciamalli e Braga, 2003; OIT, 2007)¹⁹³.

Todos os jovens desta narrativa começaram a trabalhar nos anos 1990: Wander como cobrador de perua aos 11 anos; Evaldo na roça, aos 8 anos, e depois, já em São Paulo, continuou trabalhando em um lava-rápido; Eliza como garçoneiro em uma lanchonete, aos 14 anos; Henrique e Roberto no setor de construção civil, com os pais, o primeiro aos 13 anos e o segundo aos 11 anos de idade. Essas primeiras experiências foram por eles prontamente nomeadas como *trabalho*, ao mesmo tempo que reconheciam que começaram a trabalhar *cedo*. As motivações para esses primeiros trabalhos são menos centradas na busca por uma independência pessoal em relação à família – geralmente muito presente entre as motivações dos jovens para o exercício de uma atividade remunerada (Guimarães, 2005) – do que na necessidade de trabalhar. Esse modo de perceber também pode estar atrelado à idade em que começaram a se dedicar a algum tipo de trabalho. Em relação aos jovens dos demais grupos, aqui estão aqueles que começaram (e reconhecem ter começado) a trabalhar com idade mais baixa.

Ao recuperar a literatura sobre o trabalho de crianças e adolescentes, Batista (2006) e Cacciamalli e Braga (2003) acentuam que, no caso das crianças, seu ingresso no trabalho parece mais condicionado a uma decisão familiar quando comparado ao que ocorre nos períodos da adolescência e da juventude, em que outros fatores acabam entrando em jogo, como será visto mais adiante. Mas aqui, mesmo aqueles que ingressaram no mercado de trabalho adolescentes relataram ter começado a trabalhar com um *empurrão* da família, quando ainda se sentiam – e efetivamente eram – muito jovens ou *moleques*:

Quando eu comecei a trabalhar com meu pai eu não queria muito, assim. Era moleque ainda. Meu pai falava que eu brincava muito, eu brincava muito, ele falava: é você não faz o serviço direito, você só fica brincando... Eu gostava de pipa, olhava pro tempo, tipo tava lá trabalhando, aí olhava assim pro céu e aqueles pipa no alto e eu ficava desesperado: nossa, o que eu tô fazendo aqui, tenho que catar, tenho que correr atrás, ficava assim, entendeu? (Henrique, 22 anos, preto, ensino fundamental completo).

Meu primeiro trabalho foi uma coincidência, muita coincidência porque eu nem tava indo procurar trabalho. Minha mãe tinha ido na Caixa Econômica, acho que fazer... eu nem tinha filho no meu primeiro trabalho, acho que eu tinha uns 14, 15 anos, aí ela tava indo na Caixa Econômica ali

¹⁹³ O último relatório global da OIT (2007) indica que o número de crianças trabalhadoras foi reduzido em 11% entre os anos de 2000 e 2004 em todo o mundo. Vale observar que no caso do relatório, trabalho infantil é considerado o trabalho de crianças e adolescentes na faixa dos 5 aos 17 anos. Mesmo com a redução, em 2004, 317 milhões de “crianças” entre 5 e 17 anos permaneciam economicamente ativas. No caso do Brasil, o relatório informa que a taxa de atividade de crianças entre 5 e 9 anos caiu em 60,9%, e a de crianças e adolescentes entre 10 e 17 anos teve redução de 36,4% no mesmo período (2000-2004).

na Penha e tinha um restaurante, nesse restaurante tava precisando de garçom e aí minha mãe foi lá e conversou pra mim, eu muito assim, né, eu não queria muito trabalhar, não. Aí ela foi lá conversar com a mulher e a mulher perguntou se eu não podia começar naquele dia mesmo, minha mãe falou que eu podia. Era serviço de garçom (...). Aí o primeiro mês foi bom, porque tinha dinheiro pra gastar. Aí eu fui gostando de trabalhar (...). Tem pais que pegam no pé pra trabalhar. Já tem outros que não, que quer que você viva, estude, que você seja uma pessoa crescida. Minha mãe mesmo pegou no meu pé pra eu começar a trabalhar, que eu tinha que começar a trabalhar, que tinha que trabalhar, que não sei o quê. Foi aonde que eu comecei a trabalhar. Meu primeiro serviço mesmo foi mais empurrado, pra que eu começasse a trabalhar. Foi muito mais empurrado, não foi muito mesmo porque eu quis. Foi mais empurrado. Já tem pai que não, que luta pra criança crescer, de pequena ir estudando, já põe na cabeça pra fazer faculdade, pra fazer isso, pra fazer alguma coisa, pra subir na vida. Então, não se preocupa tanto em serviço, em trabalho. (Eliza, 23 anos, preta, ensino fundamental completo).

Lá eu trabalhava na roça, em plantação. Eu e meu outro irmão mais novo do que eu, porque os outros era pequeno ainda, eu já era pequeno também né? [...] Lá as pessoas aprendem desde pequeno, com 8 anos, 9 anos. Eu comecei com 8 anos. Mas não era o dia todo assim né, eu ia, ficava um pouco lá, voltava pra casa de novo. Mas eu sempre trabalhei... (Evaldo, 20 anos, preto, ensino fundamental completo).

Sabe-se que as razões que levam crianças e adolescentes ao trabalho, em especial no mundo urbano, são múltiplas e bastante complexas, já existindo um acúmulo de estudos em torno delas¹⁹⁴. Assim, ainda que sem a intenção de uma análise pormenorizada em torno dos fatores que levaram os jovens deste grupo a começarem a trabalhar e a se reconhecerem como trabalhadores desde cedo, algumas particularidades de suas famílias parecem ter contribuído mais fortemente para isso, cabendo traçar um breve perfil das mesmas.

O primeiro ponto a ser destacado refere-se aos rendimentos, uma vez que, embora o trabalho de crianças e adolescentes não esteja apenas relacionado à (baixa) renda de suas famílias, tendo também uma forte conotação moral (Sarti, 1994; Telles, 1994), alguns jovens deste grupo, como Eliza e Henrique¹⁹⁵, possuíam rendimento familiar per capita menor do que a média encontrada entre os demais jovens. Já os rendimentos de Roberto, Evaldo e Wander aproximavam-se dessa média¹⁹⁶.

¹⁹⁴ Desde o estudo clássico organizado por Cervini e Burguer (1991), intitulado *O trabalho e a rua – crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80*, que reúne um conjunto amplo e diversificado de estudos de caráter quantitativo e qualitativo sobre a questão, até estudos mais recentes como o de Batista (2006), explorando novos fatores explicativos para a questão.

¹⁹⁵ Eliza com renda familiar per capita de menos de ½ salário mínimo, Henrique com até ½ salário mínimo.

¹⁹⁶ Mais de ½ a 1 salário mínimo.

Em segundo lugar, é preciso ressaltar a própria origem de suas famílias. Se a grande maioria dos jovens deste estudo era filho de migrantes ou migrou com suas famílias quando ainda pequenos, Evaldo havia chegado à cidade de São Paulo no início da adolescência. Além de ter se dedicado ao trabalho na lavoura desde os 8 anos, quando chegou a São Paulo, logo começou a trabalhar em um lava-rápido. Sua história corrobora os achados de Batista (2006)¹⁹⁷, para a qual o tempo de migração dos pais exerce uma influência importante na probabilidade (ou não) de trabalho e frequência escolar de crianças e adolescentes. Na análise da situação de trabalho e de escolarização de crianças e adolescentes entre 10 e 14 anos no Estado de São Paulo, a autora revela que os filhos daqueles que migraram há menos de dez anos, principalmente quando estão em idade escolar, têm sua frequência escolar prejudicada e maior probabilidade de trabalhar devido aos “custos” de adaptação no local de destino. Este foi o caso de Evaldo¹⁹⁸. De todo modo, apenas a migração em idade escolar não parece um fator explicativo suficiente, pois, segundo a autora, mesmo no caso de migrantes há mais de dez anos, as crianças não necessariamente frequentam a escola e lá permanecem. Nesse sentido, como será visto, as condições materiais e de aprendizagem na própria escola podem ter um peso importante no processo (Batista, 2006; Madeira, 1986).

A ordem de nascimento dos filhos e a quantidade de irmãos mais novos (Batista, 2006; Heilborn, 1997) também são aspectos preponderantes para um início mais precoce de atividades laborais, e nisso os jovens deste grupo são mais homogêneos: nenhum deles era o irmão mais novo e, à exceção de Eliza e Roberto, os demais eram primogênitos.

Quanto à ocupação e escolaridade de seus pais, não se observaram diferenças em relação aos outros jovens investigados no estudo: à época em que começaram a trabalhar, seus pais estavam ocupados no setor de construção civil e suas mães no setor doméstico, à exceção

¹⁹⁷ A partir de análise de dados do Censo Demográfico (2000) e de uma metodologia econométrica, o estudo de Batista (2006) mediu impactos de curto e longo prazos que a decisão de migrar pode acarretar na probabilidade de os filhos trabalharem e estudarem em relação a famílias não-migrantes no Estado de São Paulo. Além de corroborar o que já vem sendo afirmado por estudos clássicos em relação aos fatores que levam crianças e adolescentes ao trabalho – tais como: a probabilidade de crianças e adolescentes trabalharem eleva-se conforme a idade, é maior entre meninos, diminui conforme a escolaridade dos pais aumenta, influencia-se pela ordem de nascimento e pela quantidade de irmãos, é maior em famílias chefiadas por mulheres –, a autora contribui para explorar mais um fator nessa probabilidade: a decisão de migração dos pais, comparando migrantes de curto prazo (menos de 10 anos), migrantes de longo prazo (mais de dez anos) e não-migrantes.

¹⁹⁸ Ainda que Sidnei, um dos jovens entrevistados, não tenha sido incluído em nenhum dos grupos, vale relatar sua história: ele também era filho de migrante recente, de menos de dez anos. Seus pais migraram do interior da Bahia quando ele tinha exatamente 8 anos. Ele já havia cursado até a 2ª série do ensino fundamental na cidade de origem, mas chegando a São Paulo sua mãe decidiu matriculá-lo novamente na 1ª série, pois considerava que o ensino na Bahia era mais fraco em relação a São Paulo. Sidnei, quando entrevistado, estava prestes a completar 20 anos, ainda encontrava-se cursando o 2º ano do ensino médio. Além disso, logo quando chegou, começou a trabalhar vendendo doces para *ajudar* sua família.

dos pais de Evaldo, que eram trabalhadores agrícolas. Considerando os anos de estudo, também se aproximam dos demais: apenas os pais de Evaldo haviam chegado à 7ª série, tendo cursado o ensino supletivo quando adultos em São Paulo, enquanto todos os outros pais não haviam ultrapassado quatro anos de escolaridade.

Uma vez que nenhum dos pais chegou a completar o ensino fundamental, valorizavam o conhecimento escolar e incentivavam seus filhos a seguirem na escola por mais tempo. No caso dos jovens deste capítulo, pelo menos até a conclusão do ensino fundamental. Essa expectativa depositada pelos pais na escolarização de seus filhos já fora evidenciada por um importante conjunto de estudos, tais como os de Gomes (1987, 1996) e Sposito (1993). Ao comparar o processo de socialização primária de três gerações de mulheres (avós, mães e filhas¹⁹⁹), Gomes (1987), por sua vez, constata como o trabalho vai cedendo gradativamente mais espaço para a escola na história das famílias que vivem no meio urbano. Não por acaso, a luta pela conquista da escola pública foi um marco na história dos movimentos sociais urbanos, luta esta que não se limitava a responder a necessidades de ordem econômica; não apenas ao desejo de “ter mais”, mas também ao desejo de “ser mais” das camadas populares (Sposito, 1993).

Exemplos concretos da valorização da escola pelos pais desses jovens vão aparecendo aqui e ali quando, ao contarem suas primeiras incursões no trabalho, todos os jovens, exceto Roberto, que será tratado em detalhes a seguir, revelaram as negociações com seus pais para seguirem trabalhando sem deixar a escola. Ou seja, embora os pais os incentivassem a procurar trabalho, não apoiavam o exercício de uma atividade que impedisse a frequência escolar. Ao ser questionado sobre a opinião de sua mãe em relação ao seu trabalho em um lava-rápido, Evaldo logo ponderou: *“Ela só não reclamou, porque eu arrumei um trabalho de meio período, então eu estudava e trabalhava, ela não reclamou, não.”* Nesse processo, recusavam algumas propostas, aceitavam outras, na perspectiva de seguirem estudando. Para além de conseguir um trabalho, era preciso um trabalho próximo à residência e em um horário que permitisse a conciliação do estudo com a atividade laboral. Se um desses aspectos escapasse, significando a necessidade de deixar a escola, a proposta era mais rapidamente rejeitada e, nesse momento, a opinião dos pais parecia muito importante. Assim, os jovens estavam sempre afirmando: *“Eu trabalhava e também estudava.”*

A mãe de Eliza, que havia insistido para que ela começasse a trabalhar, acabava *pegando no seu pé* quando em um segundo trabalho ela começou a faltar na escola. Em

¹⁹⁹ No caso da terceira geração, a autora também entrevistou os filhos homens.

diferentes momentos, esses jovens relembravam das vozes de seus pais insistindo para que também estudassem. As falas a seguir deixam entrever a busca por essa conciliação:

Minha mãe só não reclamou, não, porque eu estudava e arrumei um serviço que era meio período, então estudava e trabalhava, ela não reclamou não [...] Depois o meu patrão do lava-rápido foi lá pra Águas de Lindóia, aí eu não podia ir por causa dos estudos, eu tava estudando, porque sempre trabalhei e estudei assim, não pude ir. (Evaldo, 20 anos, preto, ensino fundamental completo).

Eu trabalhei no restaurante dois anos. Depois... eles iam vender o restaurante, aí eu sai antes deles vender. E nisso eu tava estudando. Tava estudando e trabalhando. Depois eu trabalhei quatro anos num lava-rápido. Daí eu saí do lava-rápido. Nem sei por que eu saí do lava-rápido. Deixa eu ver se eu lembro... ah, foi por causa da escola que eu saí do lava-rápido, porque começou a fechar muito tarde e aí tinha dia que eu faltava na escola, então imagina, minha mãe já pegava no pé: tá faltando na escola! Porque aí eu tive que abrir mão de trabalhar pra poder ir pra escola. (Eliza, 23 anos, preta, ensino fundamental completo).

Ao mesmo tempo, a escolaridade valorizada não parecia ser tão longa. Em dado momento dos trajetos desses jovens, seus pais deixaram de pressioná-los para continuarem os estudos, priorizando o trabalho; e, não por acaso, nenhum deles completou o ensino médio, distanciando-se do perfil educacional majoritário dos jovens deste estudo, tal como ficou evidente no capítulo anterior. De fato, as mesmas análises que evidenciaram a valorização da escola entre as classes populares também já indicavam certa resistência e recusa a ela. Em um primeiro momento, diante das contínuas repetências e notas baixas dos filhos, como aconteceu com Roberto, pode emergir a percepção de que o filho “não dá mesmo para o estudo” (Sposito, 1993). No caso de Roberto, o abandono da escola aconteceu antes mesmo que começasse a trabalhar. Havia repetido várias vezes a 1ª série e desistiu antes de completar a 4ª. Em sua família convivia com essa mesma explicação: ele não dava para o estudo²⁰⁰, melhor ir para o trabalho. Mas essa primeira explicação também pode desvelar limites que estão na própria qualidade da escola que é oferecida (Sposito, 1993). Nesse sentido, este jovem não parecia tão convencido das razões apresentadas por sua família: quando procurou o ensino supletivo, no momento em que participou do PBT, já deixava entrever que muito provavelmente não ele, mas a própria escola estaria dificultando sua permanência: “A

²⁰⁰ No caso de Roberto também foi possível entrevistar sua mãe, enfática em considerar que ele “não dava mesmo para o estudo”, diferentemente de seu outro filho – que havia conseguido chegar ao ensino superior e trabalhava como gerente em uma loja –, do qual falava com muito mais orgulho. É impactante perceber que embora sua mãe considerasse que Roberto não tinha jeito para o estudo, ele “dava para o trabalho”. Esse mesmo tipo de argumentação também foi encontrado por Sposito (1993). Quando os pais percebem que os filhos não conseguem aprender a ler e escrever adequadamente, um primeiro argumento é o da dificuldade do filho, mas logo também evidenciam o lugar da escola nesse processo, tal como faz Roberto: não é que ele não dá para o estudo, é a escola que não apresenta condições adequadas para lidar com suas dificuldades.

professora não tinha paciência comigo, não. Ela não era legal. Não me dava atenção... Eu não saía da 4ª série nunca...”

Um outro aspecto que pode ter contribuído para que esses pais privilegiassem o trabalho, em dado momento dos trajetos de seus filhos, parece relacionar-se à própria história recente de escolarização dessas famílias. Tal como Gomes (1996) pontuou, um envolvimento mais frágil das famílias de camadas populares com a escola não seria explicado apenas pela necessidade de trabalho das crianças ou pela qualidade da escola, mas também pela experiência recente de escolarização de seus pais, fazendo com que a escola ainda não ocupasse um lugar central em seu *habitus*, de acordo com a definição de Bourdieu²⁰¹. Seguindo sua hipótese:

Ora, no que concerne às camadas populares, a escolarização é uma experiência recente e, nessa medida, um valor ainda superficialmente incorporado ao capital cultural de que são portadoras e em função do qual educam as novas gerações. E isto se reflete, com certeza, na experiência escolar de crianças e de jovens nesse nível de classe, esta é minha suposição. (Gomes, 1996, p. 4).

E aqui vale recuperar a observação da jovem Eliza: *“Tem pais que pegam no pé pra trabalhar. Já têm outros que não, que quer que você viva, estude, que você seja uma pessoa crescida. Minha mãe mesmo pegou no meu pé pra eu começar a trabalhar.”* Ela reclamava que a mãe sempre dera muito mais importância para o trabalho do que para a escola, diferentemente de outros pais, *que põe na cabeça pra fazer faculdade*. Em sua perspectiva, sua mãe preocupou-se muito mais com o trabalho do que com os estudos. E aqui vale observar a significativa distinção que ela mesma faz entre trabalho e vida, trabalho e estudo, este último identificado como algo que possibilitaria algum tipo de mobilidade social e ampliação dos seus conhecimentos. A importância atribuída ao trabalho pela mãe de Eliza parece aproximá-la das famílias investigadas por Gomes (1996): por mais que valorizem e incentivem seus filhos à escolarização, o trabalho ainda tem importância central. De todo modo, se a história de escolarização dos pais pode resultar em uma maior centralidade do trabalho, este não parece ser um destino inexorável. Como ficará claro adiante, a maior parte dos pais dos jovens do universo investigado também tinha poucos anos de escolaridade e nem por essa razão seus filhos interromperam os estudos antes da escolaridade básica.

²⁰¹ O conceito de *habitus* diz respeito aos “sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas dispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente ‘reguladas’ e ‘regulares’, sem ser o produto da obediência a regras objetivamente adaptadas a seu fim, sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente [...] *Habitus* enquanto princípio gerador de estratégias que permitem fazer face a situações imprevisíveis e sem cessar renovadas” (Bourdieu, 1994, p. 61).

Em síntese, aqui as razões para o início da vida laboral parecem corroborar achados de diferentes estudos. Durante um determinado tempo, assim como grande parte dos jovens, conseguiram manter a intermitência entre trabalho e escola, tal como já revelava Madeira (1986) desde os anos 1980. Entretanto, essa intermitência acabou sendo interrompida antes que completassem a escolaridade básica. Em dado momento de seus trajetos, o movimento pendular entre a experiência escolar e a experiência laboral se interrompeu, detendo-se nesta última. Retomando a inspiração em torno do conceito de configuração de Elias, evocado na breve introdução a esta parte da tese, suas histórias parecem sugerir que na inter-relação das diferentes esferas – da família, do trabalho e da escola – os já instáveis equilíbrios se alteram. Nesse processo, episódios como a chegada dos filhos, o falecimento do pai ou divórcio dos pais novamente provocam alterações, acentuando a importância do trabalho.

Em relação à chegada dos filhos, não se está querendo dizer aqui que ela necessariamente interrompeu a frequência escolar e imprimiu a necessidade de trabalhar, isso porque esses fatores já estavam presentes antes mesmo da experiência da parentalidade²⁰². Tal como já indicado pela pesquisa de Heilborn (2006), boa parte de jovens pais e mães já está excluída da instituição escolar no momento do “episódio reprodutivo”. Nesse sentido, três dos cinco jovens apresentados neste grupo e que já tinham filhos – Eliza, Roberto e Wander – haviam deixado a escola e se dedicavam apenas ao trabalho antes do nascimento das crianças. Aqui vale ressaltar que, diferentemente do que é mais comum considerar, os dois jovens rapazes cujas namoradas ficaram grávidas, e também o namorado de Eliza, decidiram *assumir seus filhos e não sumir*, em seus próprios termos. O que significava não apenas reconhecer a paternidade e registrar as crianças, mas decidir pela coabitação e pelo sustento da criança²⁰³.

A questão é que, com filhos, as dificuldades de retomar os estudos parecem ter-se acentuado, dado que, no caso de Eliza, Roberto e Wander, seria preciso trabalhar ainda mais²⁰⁴. Confrontados com essa questão, os dois últimos evocaram fortemente o papel de

²⁰² Seguindo Heilborn et al. (2002), o termo parentalidade abarca a idéia de maternidade e paternidade, sendo utilizado para a tradução do termo “parenthood”, utilizado na língua inglesa.

²⁰³ Assemelhando-se ao que ocorre entre esses jovens, estudo de Heilborn (2006) também problematiza a hipótese mais comum do desaparecimento dos parceiros quando da gravidez de suas parceiras. Como será visto adiante, ainda há jovens que “desaparecem”, mas na pesquisa de Heilborn esse percentual foi bastante reduzido: apenas 2,8% dos jovens não assumiram a paternidade e 5,3% duvidaram que o filho fosse deles. No entanto, a autora ressalta que a assunção da paternidade pode ter características muito diversas, podendo o jovem apenas registrar a criança e não sustentá-la e, em menor medida, cuidar cotidianamente do filho, atividade ainda preponderante das jovens mães.

²⁰⁴ Vale observar que, como será visto entre os jovens dos outros grupos, nem sempre a preocupação com o sustento dos filhos apresenta-se com tanta centralidade tal como entre os jovens abordados neste capítulo.

provedor, ficando muito próximos à representação do lugar do homem em uma divisão do trabalho entre os gêneros:

O todo relacional representado na família exprime-se através de uma divisão do trabalho entre os gêneros que é, a um só tempo, moral e material, constituindo o masculino como destinado a uma maior exterioridade, à associação com o que é público, dimensões consubstanciadas na esfera do trabalho (Duarte, 1986; Sarti, 1989). Complementarmente, ao feminino são reservados o domínio privado, uma maior interioridade, atributos que combinam com a idéia de uma maior proximidade das mulheres e de seu mundo com o plano natural. Assim, a casa e seus desdobramentos – os filhos – encarnam o universo feminino. Se o domínio da casa é feminino, significando que sua ordem e funcionamento são atributos designáveis às mulheres e, por extensão, às meninas, é aos homens que cabe provê-lo (Rodrigues, 1978; Salem, 1981), configurando-se aí a verdadeira dimensão moral do gênero masculino. (Heilborn, 1997, p. 299-300).

As percepções de Roberto e Wander remetem a discussões de boa parte dos estudos em torno da relação família e trabalho que tem como pressuposto a articulação entre as esferas da produção e da reprodução por meio da divisão sexual do trabalho (Montali, 2006; Telles, 1994). Por esse pressuposto, “a inserção dos componentes da família no mercado de trabalho e as mudanças observadas são definidas, por um lado, pelas características da organização da atividade econômica e, por outro, pelos valores e padrões que regem as relações familiares e, mais precisamente, as de gênero” (Montali, 2006, p. 225-226).

Os crescentes índices de desemprego e de precarização do mercado de trabalho, especialmente a partir dos anos 1990, como já acentuado em capítulos anteriores, tornaram evidentes as dificuldades das famílias em realizar o modelo de chefe provedor. A análise de Montali (2006) revela a crescente participação das esposas e mulheres chefes de família no mercado de trabalho²⁰⁵. Mas, a despeito das constatações numéricas que revelam as dificuldades cada vez maiores de os homens arcarem com a totalidade do rendimento doméstico, para os jovens aqui entrevistados o modelo de chefe provedor ainda se constituía uma referência simbólica importante (Telles, 1994). Para Wander e Roberto, eles trabalhavam e suas namoradas deviam cuidar da casa e dos filhos, se a renda familiar permitisse. Como isso não acontecia, as namoradas voltavam ao trabalho ou aos *bicos* depois do nascimento dos filhos.

²⁰⁵ Em seu artigo, Montali (2006) faz um estudo a partir da base de dados para análises longitudinais da Pesquisa Emprego e Desemprego (PED) para a Região Metropolitana de São Paulo no período de 1985 a 2003.

Outro exemplo da dificuldade de fazer valer a figura do provedor deu-se no próprio caso de Eliza. Quando engravidara, mudou-se para a casa do namorado²⁰⁶, mas este, desempregado, contava com apoio da mãe para sustentá-los. Cansada das ofensas e de sentir-se representando um gasto para a família do namorado²⁰⁷, a jovem decidiu voltar para a casa da mãe. Lá também era pressionada, mas pelo menos a pressão era de sua própria família, o que aumentara ainda mais na medida em que seu namorado, desempregado, também passou a residir com ela na casa de seus pais. Se não fora coagida do ponto de vista moral em relação a sua gravidez “fora do casamento”, a questão econômica atingiu-a de maneira mais forte. E este não parece ser apenas o caso de Eliza: outros estudos já revelaram a maior preocupação das famílias – especialmente as menos privilegiadas em termos de renda – em relação ao sustento da criança do que à moralidade (Ferreira, 2004). Com o desemprego do namorado, Eliza assumiu o sustento de seu filho.

Henrique e Evaldo, os dois jovens deste grupo que não tinham filhos e declaravam ser menos pressionados em função disso, também não deixavam de evocar a necessidade de cumprir o papel de “homem da família” quando do falecimento do pai ou do divórcio dos pais. Mesmo que suas mães tenham se casado novamente, seguiam sentindo-se responsáveis pela contribuição no orçamento doméstico e no apoio à educação dos irmãos mais novos. Como filhos homens, era preciso não apenas contribuir do ponto de vista financeiro, mas efetivamente *assumir a casa*, ser o *homem da casa*, ou seja, tornar-se o chefe da família. A fala de Henrique é emblemática:

Morávamos eu, minha mãe, meu pai e meus dois irmãos, aí meu pai faleceu e eu falei 'nossa meu, agora vai morar só eu, minha mãe e meus irmãos, que ninguém trabalha, minha mãe é aposentada, eu vou ser o homem da casa, eu sou o mais velho, eu vou ser o homem da casa'. Aí deu essa doidura da minha cabeça, falei 'eu tenho que trabalhar, tenho que sustentar a casa, tenho que manter a casa, né', o que qualquer homem faz. Aí eu peguei e comecei, aí eu comecei, tanto que eu larguei a escola, que eu chegava a trabalhar quase em dois serviços, saía de um, entrava em outro, fazia outro, fazia outro serviço, fazia outro, mais outro serviço. Aí larguei a escola, parei, aí foi em 95, tava na 5ª série, aí foi que eu parei na 5ª série, fiquei três anos sem estudar, parei na 5ª e fiquei três anos [...] Aí depois que ele faleceu, aí foi que eu tomei iniciativa e falei 'não, tem que suar agora, tem que suar, não é isso que eu tô pensando não, não é isso de terminar escola

²⁰⁶ Com a gravidez, Eliza e o namorado passaram a morar juntos, primeiro na casa da família do rapaz e depois na casa da sua própria família. Mesmo com essa mudança, ela continuou a chamá-lo de “namorado” pelo fato de não terem se casado oficialmente.

²⁰⁷ Vale observar que a mãe do namorado de Eliza já sustentava outra criança, também sua neta e filha do irmão do namorado de Eliza. Quando soube da gravidez de Eliza desesperou-se ainda mais, imaginando como viveriam com mais uma criança para garantir a sobrevivência. Assim, Eliza foi alvo de muitas pressões da sogra, inclusive para abortar.

não, acho que nem vai dar tempo pra mim terminar pra mim começar, pra ter um serviço certo' [...]E tava tão preocupado de tipo 'ah, eu quero trabalho, quero trabalhar, não quero saber de salário, quanto você vai me dar, eu quero trabalhar, quero trabalhar, quero ter dinheiro pra chegar lá em casa, ó tá aí, tá aí, tá aí, quero ter só isso, quero ter orgulho de falar tô trabalhando, tô mantendo minha casa, quer dizer, a casa da minha mãe, tô mantendo ela'. E não ser assim moleque de falar 'ó, pô, mano, seu pai faleceu, você tá em casa, você nem liga pra serviço'. Não gosto, eu quero passar assim pros outros, assim tipo: 'ah, você é um trabalhador, você gosta de trabalhar, você gosta de acordar cedo, você gosta de trabalhar, você é, você é o cara', entendeu? (Henrique, 22 anos, preto, ensino fundamental completo).

O papel do filho no conjunto da estrutura familiar já foi indicado por estudos em torno da família (Montali, 2004; 2006). Na ótica da divisão sexual do trabalho, ao lado dos chefes (homens), filhos e filhas adultos configuram-se em componentes familiares mais disponíveis para a entrada no mercado de trabalho, tendo inclusive melhores condições de inserção – maiores salários e mais acesso a ocupações mais formalizadas, segundo análise de Montali (2006). No caso de Henrique, mais do que cumprir seu papel de filho, tratava-se de assumir o lugar do chefe, dado que seu pai havia falecido, algo que se torna cada vez mais difícil de se realizar com o impacto da crise do mercado a partir dos anos 1990.

Desse modo, apesar das dificuldades em realizar o papel de chefe e de filho que contribui, ao explicitarem as razões para terem priorizado o trabalho em detrimento da escola, os jovens revelam, além da necessidade da renda, outras interpretações em torno dos sentidos do trabalho. A relevância que ainda exerce a figura do provedor para Henrique, Roberto e Evaldo demonstra também que o trabalho fora de casa estava fortemente atrelado à masculinidade, mesmo com as dificuldades cada vez maiores em viabilizar essa figura. Tornar-se trabalhador era tornar-se homem e deixar de ser criança, moleque, acordar para a vida²⁰⁸. Poderia não ser o término da juventude, sobretudo para Henrique e Evaldo, que se consideravam jovens pelo fato de não serem casados ou terem filhos, mas era um passo

²⁰⁸ Ainda que Sidnei não tenha sido incluído em nenhuma das narrativas, sua fala também contribui para compreender esse sentido do trabalho para os rapazes. No caso dele, além de se sentir mal diante de seu pai porque não conseguia trabalho, também se incomodava com o fato de a namorada trabalhar e ele não: “Ah, tipo assim, eu vou levando a vida, né, o esquema assim é não entrar em desespero, ficar desesperado, porque a pessoa tem muita vontade de trabalhar, quem é que não tem, né? Fazer a sua própria vida, não tá dependendo do pai, se você tá namorando com uma menina e acontecer qualquer coisa você tem como assumir ela, se não é vagabundo, né, tem que assumir alguma coisa. E se o pai começa a xingar, jogar na cara, você sai de casa, aluga uma casinha e vai morar. Agora sem essas condições pra onde é que você vai? E você se sente muito mais seguro, você se sente bem trabalhando, em qualquer lugar que você vai assim você se sente tipo homem assim, não é que eu quero dizer que a pessoa não é homem, quando a pessoa não tá trabalhando se sente um moleque, entendeu, você se sente tipo moleque, aí você tá com a namorada você se sente até mal. E se ela trabalha?” (Sidnei, 19 anos, branco, ensino médio incompleto).

importante em direção à vida adulta. Assim, como será visto adiante, a dificuldade em conseguir trabalho impunha significativos constrangimentos a esses rapazes.

Para Eliza, além da renda, o trabalho era a possibilidade de independência. Aqui não se trata da independência ligada à condição juvenil, mas sim à condição feminina. Eliza não queria apenas ficar em casa cuidando do filho: o período sem trabalhar meses após o nascimento da criança fora muito difícil e não apenas pela questão financeira, mas porque ela desejava sentir-se independente e o trabalho era uma das poucas, se não a única opção que tinha para isso. Quando seu namorado conseguiu um emprego e pediu que ela parasse de trabalhar, ela recusou a proposta para preservar a possibilidade de se sentir mais livre. Nesse sentido, o trabalho aparecia revestido de um “atributo suplementar, como meio de fuga da monotonia doméstica e do controle familiar” (Heilborn, 1997, p. 333). Em seu caso, era evidente a menor liberdade de circulação pela rua, primeiramente pelo controle de sua própria mãe, semelhante ao que já foi evidenciado por outros estudos (Gomes, 1996; Heilborn, 1997), e depois pelo controle de seu namorado.

Mesmo Wander, que foi enfático em afirmar que trabalho significa *necessidade e só*, afinal, *ninguém gosta de trabalhar*, deixou claro a importância do trabalho para não se *quebrar*. Nesse caso, quebrar-se se referia a uma conotação do termo “quebrada” usualmente utilizado por jovens pichadores: um convite para pichar na quebrada pode significar um convite para envolver-se com o perigo (Magnani, 2005)²⁰⁹. No caso de Wander, essa ênfase se relaciona à sua própria história de vida: havia se envolvido com roubo e cumprira medida socioeducativa quando adolescente. Aqui ainda mais forte que a ética do provedor estava seu desejo de distanciar-se daqueles que estão envolvidos com a criminalidade, dando forte conotação moral ao significado do trabalho em sua vida e deixando evidentes “os estreitos limites entre ganhar a vida por meio do trabalho ou fazê-lo por outros meios” (Corrochano, 2001, p.164).

Nesse processo de se afirmarem como trabalhadores, todos os jovens deste grupo também encontraram uma escola que apresentou sérios limites para conviver com suas necessidades de trabalho e com as ocupações que conseguiam obter. Retornaram a ela quando participaram do Programa Bolsa Trabalho, mas não conseguiram permanecer. Nessa direção,

²⁰⁹ O termo quebrada pode ter duas leituras: “uma que aponta para a distância, a carência, as dificuldades inerentes à vida na periferia, mas também o que permite o reconhecimento, a exibição de laços de quem é dessa ou daquela localidade, bairro, vila. A alusão ao perigo, por sua vez, traz surpreendentemente, uma conotação positiva, pois não é para qualquer um aventurar-se pelas quebradas da vida. É preciso humildade, procedimento, estar relacionado, e esse sentido está presente entre pichadores, nas letras de rap [...] como uma forma de valorização de seus estilos de vida, superando a estigmatização da pobreza, da delinquência, da violência geralmente associada à periferia” (Magnani, 2005, p. 201).

faz aqui sentido explorar um pouco mais a relação que esses jovens tinham com a escola, pois a própria instituição também tem um lugar importante em suas curtas trajetórias escolares.

A relação que tiveram com a escola nunca fora linear. Roberto, como já enfatizado, havia deixado a instituição antes mesmo de começar a trabalhar: *“Eu não gostava da escola, só repetia, parei.”* No supletivo não conseguia avançar, chegando a atribuir suas dificuldades ao fato de não ter cursado a educação infantil e também à falta de atenção dos professores. A indignação de Roberto em relação à postura de alguns professores foi igualmente manifestada por alunos investigados por Sposito e Galvão (2004), que foram submetidos a experiências de humilhação na escola: falta de paciência dos professores com as dúvidas, ridicularização em torno das perguntas formuladas, resultados de avaliações sendo enunciados publicamente para toda a sala de aula. Para as autoras, essa prática torna-se insuportável a muitos alunos, uma vez que a publicização do fracasso contribui para destruir uma imagem positiva de si mesmo para o outro, o colega de classe. Parece que o cansaço de Roberto em relação à escola aproximava-se dessa perspectiva, já que parou de estudar sem mesmo completar a 4ª série.

Aí eu não tive o prezinho, aí eu penso assim, no caso, né, que eu não aprendi mais por causa do prezinho, mas eu não sei se é besteira minha, né? Eu não sei, mas eu acho que a pessoa no prezinho aprende mais, né, antes de ir pra escola, né? Eu penso assim. Eu chamava a professora quando eu tinha alguma dúvida, mas ela não vinha, eu ficava injuriado... a professora tá lá pra ensinar, no caso... no caso eu chamava muito ela, mas acho que ela não tinha paciência comigo, não. Aí fui cansando... (Roberto, 22 anos, pardo, ensino fundamental incompleto).

Todos os outros jovens haviam sido reprovados em pelo menos uma série antes da decisão pela saída da escola. Nesse ponto cabe ressaltar que este grupo é constituído prioritariamente por rapazes e apenas uma moça. Embora este não seja um estudo representativo da relação entre gênero, raça e fracasso escolar, dois aspectos merecem ser destacados: um deles diz respeito ao percurso da única moça do grupo; ela completou o ensino fundamental²¹⁰, o que corrobora pesquisas que sinalizam o menor fracasso escolar das meninas. Soma-se a isso o fato de os cinco jovens aqui estudados serem negros (pretos e pardos), o que permite aproximá-los dos achados de Carvalho (2004) que indicam que o desempenho escolar também está fortemente marcado pela condição racial e pelo tratamento que alunos negros recebem de suas professoras²¹¹.

²¹⁰Além disso, de todo o universo investigado, à exceção de Eliza, todas as outras moças haviam completado o ensino médio.

²¹¹ Nas palavras de Carvalho, “a atribuição de raça feita pelas professoras não se relacionava exclusivamente às características fenotípicas das crianças e à renda de suas famílias, mas também ao seu desempenho escolar. Se considerarmos que a avaliação escolar utilizada nesse caso é construída pelas próprias professoras, podemos supor tanto que elas tendem a perceber como negras as crianças com fraco desempenho, com relativa

Quando comparados aos jovens dos demais grupos, estes fizeram críticas mais abreviadas em relação à escola, em geral direcionadas menos aos conteúdos ensinados em sala de aula e mais ao clima de bagunça e desordem que percebiam existir, sempre remetendo a responsabilidade a um outro: alunos que gostavam de fazer “bagunça”, fumar em sala de aula, conversar enquanto o professor tentava explicar. O grande número de ausências dos professores e a necessidade de aulas de substituição onde pouco ou nada aprendiam também foram evocados.

Essas considerações dos jovens sobre a escola se aproximam de reflexões feitas por Sposito e Galvão (2004)²¹². Pois os jovens não somente sinalizaram o incômodo com práticas de indisciplina cotidianas existentes na escola em que estudavam, como também, ao atribuírem a responsabilidade por essas práticas a um outro, estariam revelando a dificuldade que pode existir, especialmente entre os mais jovens, em assumir condutas transgressivas, segundo hipótese das autoras. Além disso, também em seu estudo, Sposito e Galvão observaram a mesma dicotomia revelada pelos jovens deste grupo: de um lado, os interessados, entre os quais se incluem; e de outro, os desinteressados, bagunceiros. Para as autoras, esse tipo de comportamento pode indicar “a relação entre uma idade de auto-elaboração, de reconstrução da identidade e a importância que assume nela a imagem de si, para os outros e para si mesmo” (2004, p. 367). A preocupação com ausências dos professores e a necessidade de aulas de substituição nas quais pouco ou nada aprendiam também parece revelar uma preocupação deste grupo de jovens com o próprio aprendizado escolar, o que os aproxima mais uma vez dos jovens investigados pelas autoras, cujas principais preocupações centralizavam-se nesse aspecto. Nesse sentido, os alunos pareceram demandar que:

a escola cumpra seu papel, isto é, ensine e, mais do que isso, deixaram clara sua demanda por se situarem frente ao conhecimento proposto pela instituição, operação que apontam como condição para a aprendizagem, na qual a intervenção do professor é vista como crucial (Sposito e Galvão, 2004, p. 374).

independência de sua renda familiar, quanto que tendem a avaliar negativamente ou com maior rigor o desempenho de crianças percebidas como negras. Cabe enfatizar que não se trata de acusar as professoras de uma deliberada discriminação racial, mas de perceber como o racismo presente em nossa sociedade como um todo percorre também as relações escolares, se não for combatido por meio de um debate coletivo e de um esforço permanente de autocrítica” (Carvalho, 2004, p. 27).

²¹² Ainda que o estudo das autoras tenha sido realizado com alunos do ensino médio, foi possível perceber algumas aproximações com os relatos dos jovens aqui investigados em relação à sua experiência escolar no ensino fundamental.

Quanto à relação entre escolarização e perspectivas de trabalho, as falas são marcadas por ambivalências. Os jovens ainda atribuíam à escola a possibilidade de subir na vida, ter um futuro e um trabalho melhor, associado a uma atividade que ocupasse mais a mente do que o corpo – principalmente no caso dos dois jovens que realizavam trabalho que exigia o uso de certa força física. Mas ao mesmo tempo reconheciam sua insuficiência, ao tomarem como exemplo os casos de amigos que chegaram até o ensino superior e estavam desempregados. Essa ambivalência também foi encontrada em outras análises (Sposito e Galvão, 2004; Sposito, 2005) e mesmo nos relatos dos jovens dos outros grupos desta tese. Entre os jovens aqui analisados ela parece ganhar mais força porque pelo menos dois deles estavam inseridos em empregos mais protegidos, com registro em carteira, caso de Evaldo e de Roberto. Se, por um lado, é inegável reconhecer que na década de 1990 declinou bastante a absorção de trabalhadores menos escolarizados entre os assalariados, por outro, as pessoas de baixa escolaridade apresentaram uma taxa de desemprego menor do que aquelas de média escolaridade, com ensino médio incompleto (Gomes e Amitrano, 2004). Mas os empregos para aqueles que possuem mais baixa escolaridade são em geral em serviços de conservação e limpeza, exatamente a ocupação de Roberto.

Mas, para além das exigências que percebiam existir no mundo dos empregos, a escola seguia sendo percebida como importante para *aprender as coisas do mundo*. É a fala de Henrique que mais consegue condensar o que pareciam querer dizer com isso:

Estudar é você aprender as coisas, você aprender... ter o conhecimento das coisas, se alguém falar, perguntar um mais um pra você e você não saber é uma vergonha, né, então eu acho que é muito bem, quem inventou esse negócio de estudar aí é muito bem porque olhar ali na lousa, que nem eu vi um rapaz.... não, foi um meio velho, assim, onde eu trabalhava. Aí ele pegou, tem um monte de lata lá de tinta, aí ele pegou ele falou qual é a tinta azul? Eu falei: esse cara tá tirando com a minha cara, azul, as primeiras latas tudo aí é tudo azul. Aí eu perguntei pra ele: e por que você perguntou se tem lata azul aqui? Aí fiz até uma gracinha, né, é aquela ali, né. Aí ele falou: 'não, é porque eu não sei ler, que não sei o que...'. Não sabe ler, mano? Ele: 'não, não sei ler não, nunca estudei, não'. Falei 'vixe, como você faz pra você contar?' 'Ah, dinheiro eu sei, mas ler eu não sei nada, não sei nada'. Mas você sabe escrever? 'Também não'. Falei: meu Deus do céu, como é que você consegue trabalhar, então? 'Ah, eu sei, eu tenho experiência aí'. E se o pessoal pedir um currículo seu, alguma coisa assim? 'Ah, não sei não, é mais por boca assim, eu falo eu sei trabalhar, eu chego na obra e falo: ó, eu sei trabalhar, tá precisando?'. Ele chega assim, ele fala que ele trabalha, só assim. Eu falei: eu não sei como você consegue trabalhar assim. 'É raro, eu vou em dez, vinte obras, mas sempre uma tá pegando, aí eu consigo'. Eu falei o cara não sabe ler, eu fiquei até meio assim, nossa, meu Deus do céu, não saber ler, não saber o que é água, plantas, animais, é muito duro, é muito embaçado... (Henrique, 22 anos, preto, fundamental completo).

Mesmo que não tenham completado a escolaridade básica, ter alcançado o ensino fundamental e dominar alguns saberes, especialmente a leitura e a escrita, são avanços importante nas trajetórias desses jovens. Vê-se aqui a valorização dada por Henrique à palavra escrita, o que ocorre em conformidade com o tipo de sociedade em que vive – uma sociedade letrada (Vóvio e Corti, 2006). É este aspecto que fica evidente no encontro com o outro, aquele que sequer tinha o domínio da leitura e da escrita. No confronto com esses outros encontrados nos espaços da família ou do trabalho, valorizam sua experiência escolar. De todo modo, assim como para seus pais, não parece ser uma escolaridade tão prolongada, dado o próprio *habitus* de suas famílias, bem como as urgências que tinham na vida e a própria relação com a instituição escolar. Um outro aspecto valorizado na escola diz respeito às relações de sociabilidade, mais enfatizadas no caso de Eliza pelas mesmas razões atribuídas ao trabalho: era uma opção para *distrair a mente*, já que sua mãe (e depois o namorado) dificultava suas saídas pela rua.

É instigante notar que a dificuldade em seguirem a escolarização não é apresentada por esses jovens como algo que estivesse relacionado às suas capacidades e disposições individuais. Assim, o fato de terem saído da escola antes de completarem o ensino fundamental ou médio vem sempre relacionado a barreiras mais amplas de ordem social, familiar, econômica e da própria escola. Cabe notar que alguns deles, tal como Wander, se referiam às dificuldades que passaram a ter ao se matricular em no ensino médio, geralmente em escolas um pouco mais distantes de suas residências, onde não eram conhecidos e não conseguiam negociar os horários de entrada e saída, pontuando a necessidade de escolas mais flexíveis, considerando-se a realidade de trabalho desses jovens.

Acho que é meio difícil, assim, caber a escola, mas acho que... sei lá, acho que não depende só da minha vontade, assim, porque realmente se fosse pra estudar não ia ter como eu entregar... se passasse trabalho pra mim, por exemplo, hoje, não ia ter como entregar amanhã ou depois de uns dois dias, a não ser se fosse pra... se arrumasse professor assim pra pegar meus trabalho em fim de semana, ou na sexta-feira, assim, quem tinha como, porque o tempo também é muito corrido assim, aí não dá. (Evaldo, 20 anos, preto, ensino fundamental completo).

Eu terminei a 8ª e aí comecei a estudar no Dulce [nome de uma escola fora do bairro], lá em baixo, que aí [referindo-se à escola mais próxima da sua casa] não tem nem primeiro nem terceiro, né. Tô estudando lá, aí começou já a complicar o horário, né, tipo aqui na escola era bom que eu tinha já uma regalia que eu era conhecido há bastantes anos, tava aí faz tempo, então sempre abriam o portão pra mim entrar quando eu chegava atrasado, já lá no Dulce não teve. Aí eu fui parando, fui parando, fui parando, não tinha como provar que eu tava trabalhando, que é um trampo que não tem como você provar pra ninguém que você trabalha. Aí eu falei: ah, quer saber? Aí eu parei, aí eu parei de estudar. Uma que até a secretaria já era

fechada às vezes, você chegava assim na escola até 19h20 assim dava pra você entrar, 19h30, chegasse 19h40 até a secretaria já tava fechada, não teria como, não teria acesso, os portões tudo fechado. Aí eu comecei a falar 'eu só tô perdendo tempo vindo de lá correndo pra chegar aqui e aí eu parei. (Wander, 20 anos, pardo, ensino fundamental completo).

Falei: ah, professora, só eu em casa, eu sou o único homem de casa, meus irmãos é pequeno e só tem minha mãe, só mora eu, minha mãe e meus irmãos, vou fazer o quê? Meu outro irmão não ajuda a gente, é casado, sumiu, desapareceu, então... herança a gente não tem, então vamos ter que batalhar pra ter as coisas. Aí eu falei isso e ela entendeu, mas ela falou: 'você procura estudar'. Eu falei: tá bom, um dia eu volto. (Henrique, 22 anos, preto, ensino fundamental completo).

Há um empenho inicial na busca pela continuidade da conciliação de estudo e trabalho. Mas, a partir dos diferentes episódios familiares e da própria dificuldade da instituição escolar em atender a esses jovens trabalhadores, eles acabam interrompendo sua escolarização. A expectativa de continuidade dos estudos, tanto para os jovens quanto para seus pais, passa então a recair sobre os mais jovens da família: irmãos ou filhos – ainda que a possibilidade de retorno à escola para eles não esteja completamente fechada:

Ela [minha mãe] sempre quis dar um estudo assim pros filhos dela, né, ela sempre quis algo de melhor pros filhos dela. Ela reclama muito por isso, porque eu tive que parar. Mas um irmão meu ainda que tá estudando ainda, o de 16, o que tem 16 anos tá estudando, os outros também estudam. E agora acho que com ele não vai a mesma coisa que nós, né, porque não tem necessidade assim, eu trabalho, meu outro irmão trabalha, aquele que é um ano mais novo do que eu, meu padrasto trabalha também. Agora vamos tentar fazer da vida do meu irmão o que eu não consegui fazer da minha vida, é estudar e concluir assim os meus estudos. (Evaldo, 20 anos, preto, ensino fundamental completo).

Eu quero que meu filho não seja igual ao pai, né, que não se formou, mas vou se formar, eu sou novo ainda, né, 22 anos, porque tem pessoas, já vi, no tempo que eu estudei no supletivo, tinha mulher, senhora, com 45, 50 anos estudando, nunca é tarde para voltar a estudar. Eu falei 'porque a pessoa de 40 anos voltou a estudar, eu de 22 não vou voltar? Eu vou voltar'. (Roberto, 22 anos, pardo, ensino fundamental incompleto).

O esforço até aqui foi o de demonstrar como os arranjos entre a família, escola e o trabalho estavam configurados nos percursos desses jovens, bem como em suas percepções sobre essas esferas até o momento em que encontraram o Programa Bolsa Trabalho. Cabe discutir, a partir de então, o lugar deste programa nessas trajetórias juvenis marcadas por uma experiência escolar curta e fragmentada, assim como por tentativas de conciliação entre escola e trabalho, sobretudo quando este último já havia adquirido maior centralidade em suas vidas.

3.2 O ingresso no Programa Bolsa Trabalho, interfaces (ou não) com a família, o trabalho e a escola

O lugar que o Programa Bolsa Trabalho assume entre os jovens deste e dos outros grupos parece relacionado não apenas ao tipo e qualidade da formação oferecida, mas também ao próprio momento em que esses jovens se encontravam quando ingressaram no programa e ao momento em que se encontravam à época da entrevista. Tal como observado acima, em boa medida esses jovens já estavam muito mais fortemente atrelados à esfera do trabalho do que à esfera escolar, quando tomaram conhecimento do PBT. Começamos a análise por esta última dimensão.

Quando se inscreveram no programa, três deles já haviam saído da escola: Elisa, Henrique e Roberto – muito embora tenham se identificado como estudantes no momento da inscrição²¹³. Aqui é instigante observar que, mesmo estando distantes ou distanciando-se da identidade estudantil, como foi possível perceber anteriormente, a exigência feita pelo PBT não somente os levou a se identificarem como tais, como também a voltarem efetivamente para o espaço escolar ou continuarem nele, no caso daqueles que não haviam saído. De todos os jovens alcançados, são esses que reconhecem no programa uma possibilidade de os *jovens* se interessarem em prosseguirem os estudos, em alguns casos, inclusive, reproduzindo o discurso corrente em torno dos jovens que não teriam interesse em frequentar a escola. Nas palavras de Henrique e Evaldo:

Ah, foi muito, muito legal. Como eu falo, assim? Foi legal porque foi uma maneira, assim, de beneficiar as pessoas, os jovens, assim, com curso, um monte de coisa, coisa que todo mundo não se interessa, né? O pessoal não se interessa muito em ir pra escola, falta, aí foi uma maneira de falar, não vai ter o curso, você vai continuar estudando... é isso... (Henrique, 22 anos, preto, ensino fundamental completo).

Uma renda um pouquinho melhor e um tempo maior também pra ocupar mais espaço pra pessoa. Uma renda um pouco maior pra pessoas não ter que dividir o tempo com o serviço, tipo a escola, ele tá ou na escola... só na escola, entendeu? Não tá na escola e no serviço, que nem foi o meu caso, entendeu? Acho que atrapalhou alguma coisa pra mim também por causa disso, atrapalhou muito. Então isso que eu acho que tinha que mudar [...] Pelo menos se fosse só na escola, sei lá, ia ser uma boa idéia, porque pelo menos você ia ter tempo prá fazer, só não ia concluir o estudo se não quisesse, porque tempo você ia ter pra estudar e se sair bem nas matérias da escola. (Evaldo, 20 anos, preto, ensino fundamental completo).

²¹³ Informação oferecida pelo jovem no momento do cadastramento no PBT.

Entre esses jovens é preciso reconhecer: as expectativas em torno do PBT giravam menos no acesso imediato a um emprego, tal como aparece entre boa parte dos jovens do universo deste estudo, que já haviam completado o ensino médio, e mais na possibilidade de continuarem estudando ou retomarem os estudos. Nesse sentido, suas expectativas estavam muito próximas daquelas dos próprios gestores. Eles eram parte importante dos jovens que o programa visava alcançar: pela idade²¹⁴ que tinham já deveriam estar finalizando o ensino médio e ainda estavam cursando ou haviam interrompido os estudos no ensino fundamental. Essa preocupação com a formação, no entanto, não significava ausência de inquietação em relação ao trabalho, pelo contrário. Embora soubessem que a maior escolaridade não lhes garantiria melhores condições de inserção no mundo do trabalho, já percebiam na própria dificuldade enfrentada em suas buscas que a escolaridade poderia ao menos melhorar seu “lugar na fila”, para lançar mão da metáfora de Hasenbalg (2003). Havia, entre outros, o próprio desejo de aprender mais. Ao mesmo tempo, revelavam os limites para que o programa conseguisse responder a essa expectativa. Queriam estudar, mas não podiam negar a centralidade que o trabalho já havia alcançado em suas vidas.

Fica muito claro que a possibilidade de auferir uma renda a partir da participação no programa foi muito relevante, algo que já fora evidenciado por outros estudos relativos a programas dessa mesma natureza (Camacho, 2005; Dias e Canesin, 2005). Contudo, as responsabilidades que tinham naquele momento, e a consciência de que a bolsa recebida era insuficiente para arcar com todas as despesas, restrita a um período determinado e sem garantias de continuidade, fizeram com que esses jovens não deixassem seus precários trabalhos. A fala de Evaldo explicita este aspecto: ele teve que continuar conciliando a escola e o *serviço*. É também Evaldo que, logo no final de sua participação no PBT, foi chamado para um emprego com registro em carteira, em virtude da indicação de seu avô, e abandonou tanto o programa quanto a escola. A interrupção de sua participação no curso não se relacionava apenas à falta de tempo – afinal, ele trabalhava em um lava-rápido até então –, mas à recusa do programa aos jovens que tivessem um emprego formal.

Apenas Henrique declarou ter deixado de buscar trabalho para se dedicar ao curso e à escola. Em seu caso, estava há muito tempo em busca de trabalho sem conseguir nem ao menos uma vaga, mesmo na informalidade. Sendo assim, decidiu dedicar-se ao curso e retornar à escola na perspectiva de melhorar sua qualificação para um emprego futuro. Essa utilização do programa, na perspectiva de melhorar suas condições na busca por um emprego,

²¹⁴ Todos acima de 16 anos.

não se referia apenas a habilidades específicas, mas também a aspectos pessoais, como a perda da timidez. Tanto Henrique quanto Eliza reconheceram ter ficado menos tímidos e que esse aspecto contribuiu para que se sentissem mais encorajados na busca por trabalho. Eliza chega até a associar a conquista de uma ocupação muito comum entre as jovens – a entrega de panfletos – ao apoio que teve no curso para perder a timidez. Além disso, para ela, era mais uma chance que tinha de sair de casa, de se distrair, de fazer novos amigos. A ênfase na possibilidade de sair de casa estava muito presente entre as meninas, como também será visto na apresentação dos outros grupos.

Assim, mesmo que o programa tivesse como objetivo o afastamento desses jovens do mundo do trabalho, eles utilizaram-se do PBT de modo a atingir seu objetivo de melhorar suas condições de inserção. Essa maneira de apropriação do espaço de um programa público por jovens, como estratégia para atender suas necessidades e expectativas, também foi revelado em estudo realizado por Dias e Guimarães (2005) com jovens participantes do Programa Agente Jovem, na cidade de Goiânia. A partir do uso da noção de estratégia de Pierre Bourdieu, as autoras revelam a diversidade de “usos” que os jovens fazem do programa, dependendo do modo como se relacionam com outras esferas de socialização: o programa pode ser parte de uma estratégia pessoal de melhoria de sua qualificação e espaço para superar suas dificuldades pessoais, tal como é narrado por Eliza e Henrique neste estudo, ou apenas meio de recebimento de uma renda que pode contribuir no orçamento doméstico e na aquisição de bens de consumo pessoais, dentre outros.

Para Roberto, que estava *se juntando* com a namorada e prestes a se tornar pai, a ênfase estava no *dinheirinho* obtido no curso. Não por acaso ele *virava-se em mil* para comparecer às atividades – dado que a presença era controlada para garantir a bolsa –, o mesmo não ocorrendo em relação à escola. Já para Evaldo e Wander, o curso era uma chance de diversão e de ocupar a mente com outras coisas, mas vale explicitar que ambos destacaram que estavam em momentos muito singulares de suas vidas, tentando romper com caminhos e amigos *errados*. Eles não atribuem diretamente ao programa a mudança de direção em suas vidas, mas também não deixam de enfatizar sua importância, ao menos para se esquecerem provisoriamente dos problemas que estavam vivendo naquele período.

O que suas narrativas revelam é que esses jovens tentaram extrair do programa aspectos que pudessem contribuir para sua vida, pessoal e profissional: aprender a escrever melhor, a se expressar melhor, divertir-se e até, por que não, disciplinar-se para quando

tivessem a chance de um trabalho *na firma*, como aparece na fala de Wander. Em suas palavras:

Tinha o lado ruim e o lado bom dessa coisa de não poder faltar no curso. Era ruim obrigar que você não faltasse, mas também tinha o lado bom, eu acho que eles estavam querendo mostrar pra você que pra você receber numa firma você tem que estar diariamente ali trabalhando, né? Se não vier é mandado embora, cortar o benefício no caso era igual a mandar embora. (Wander, 20 anos, pardo, ensino fundamental completo).

Para além do trabalho, o olhar que esses jovens tiveram para o programa também parecia bastante atrelado à sua experiência escolar. Parece aqui fazer sentido reiterar que a relação estabelecida com a escola era marcada por dificuldades de aprendizagem, de conciliação com o trabalho, situações de humilhação, sensação de desorganização e falta de estrutura, dentre outras.

Quando comparada a presença na escola à presença no curso, esta última ganhou maior importância por duas principais razões. Primeiramente, os jovens haviam sido alertados para a necessidade de comparecimento no curso sob pena de perderem a bolsa. Dada a obrigatoriedade de comparecer ao curso, tratava-se de arranjar a vida de modo a incluir mais uma atividade na já longa jornada diária: ao lado do trabalho e da escola, um curso. Dos cinco jovens aqui estudados, apenas Henrique não fez uma tripla jornada. Em segundo lugar, a presença no curso ganhou importância pelo próprio aprendizado. Cabe observar que todos cursaram o módulo básico de cidadania e apenas Eliza realizou, além dele, o curso de reciclagem. Tal como já sublinhado, o formato do módulo de cidadania seguia muito de perto aquele da própria escola. Nesse sentido, as comparações com a instituição emergiam quase naturalmente.

Quando o curso era avaliado positivamente, isso levava-os a questionar a própria maneira de a escola ensinar. Foi nesse momento que as críticas até então abreviadas à escola ganharam força em suas narrativas. Henrique, por exemplo, declarou ter encontrado *professores* que lhe apresentaram possibilidades diferentes de ensinar, especialmente de ensinar a escrever, além de se admirar com a própria relação que eles estabeleciam com os educandos. Ele reconheceu que sempre tivera grandes dificuldades com a escrita, mas que passou a se sentir mais seguro a partir da participação no curso, explicitando suas críticas à instituição escolar:

Os professores do curso eram muito animados, eles eram... tipo, eles não desanimavam a gente, eu falava: ah, eu não sei, não vou fazer esse negócio que eu não tenho... Aí eles: 'não, você não pode pensar nisso, porque isso você não vai conseguir nada, você tem que abrir a sua mente e pensar, deixar, que você acerta tudo e você vai conseguir tudo que você quiser'. Aí eu falei 'é fácil, é fácil pensar assim'. Aí ele 'não, pode confiar'. Aí, eu

depois de lá, eu consegui fazer um monte, que eu, nossa, eu odiava fazer redação, aí depois deles não, redação é assim e tal, é assim, você não pode escrever assim também uma coisa atrás das outra, tipo: ah, hoje eu fiz, amanhã eu fiz, outra coisa eu fiz, entendeu? Aí ele pegou e falou isso. Foi muito legal isso, muito... não deixava desanimar ninguém lá, ninguém discutia, ninguém brigava, ninguém falava 'ah, não sei o quê, não sei o que lá, não...'. (Henrique, 22 anos, preto, ensino fundamental completo).

Porém, o curso também foi alvo de críticas, em geral ligadas à desorganização, falta de estrutura, excesso de aulas teóricas, ausência de objetivos mais claros, assemelhando-se àquilo de que não gostavam da escola. Alguns jovens, como Eliza e Wander, relataram experiências com educadores que foram absolutamente dominados pela turma – “*não tinham voz ativa para segurar a turma*” –, o que era atribuído à pouca idade e experiência na função. De fato, esses jovens percebiam que muitos dos educadores eram tão jovens quanto eles e essa identidade nem sempre era avaliada positivamente. Para Dubet (2004), esse tipo de abordagem tem sido bastante desenvolvida em projetos para jovens: a de delegar a outros jovens, supostamente mais próximos e mais escolarizados, o trabalho educativo com jovens considerados mais “difíceis”. Ora, na perspectiva do autor, isso pode sinalizar uma recusa progressiva do mundo adulto no cumprimento de seu papel de proteção e responsabilidade em relação às gerações mais jovens. Além disso, ao lado das expectativas de elevarem sua escolaridade, os entrevistados esperavam um curso que lhes possibilitasse o desenvolvimento de alguma habilidade profissional específica ou de alguma competência requerida pelo mercado de trabalho. À exceção da perda da timidez, não localizaram outras competências nesse sentido.

Eliza achou a experiência muito boa, embora não se lembrasse de muita coisa. De todo modo, reclamou da falta de tempo para a realização de atividades práticas, sobretudo num segundo momento, quando frequentou o curso de reciclagem. Ainda que não fale diretamente, sua crítica também atingiu os educadores do curso, quando avaliou que sabia mais de reciclagem que os próprios professores.

Assim como entre a maioria dos jovens, o curso também era percebido como uma maneira de retribuição pelo benefício recebido. Afinal, se estavam recebendo uma renda era preciso realizar algo para recebê-la, nem que fosse *varrer a rua*, nas palavras de Henrique. A existência do curso marcava uma diferença importante em relação a adultos que recebiam a renda e não tinham essa obrigatoriedade, mais especificamente no caso dos participantes do Programa Renda Mínima²¹⁵. No estudo de Campos (2004) sobre o público desse programa,

²¹⁵ Ainda que pudessem ser oferecidas discussões sobre temas diversos a partir desse programa (Campos, 2004).

uma parcela significativa dos adultos que recebia a renda e até mesmo alguns funcionários da prefeitura entrevistados ressentiam-se da não-obrigatoriedade de realização de alguma atividade pelo recebimento da renda, não sendo esta uma preocupação apenas dos jovens aqui investigados. Campos interpreta essa preocupação como uma dificuldade entre alguns dos beneficiários, não em função de sua “irracionalidade”, mas do próprio contexto sociopolítico em que estão inseridos, o que não os leva a perceber a renda recebida como um direito. Para receber a renda seria necessário realizar algum trabalho, pois:

Apenas o trabalho (nos sentidos dos direitos administrados, que se referem especificamente ao ‘emprego’ e ao ‘salário’) seria capaz de transformar essa ajuda em um direito. E talvez por isso mesmo é que há uma reiterada menção à importância de o programa viabilizar estes dois últimos. (Campos, 2004, p. 369).

No caso dos jovens deste grupo, o fato de lhes ser exigido o retorno à escola e a participação em atividades de caráter educativo já aparecia como uma maneira de retribuir o benefício recebido. Mas, ainda assim, a renda não era compreendida como um direito.

Retomando a perspectiva do programa – de elevação da escolaridade e ampliação da qualificação – esses jovens poderiam constituir-se em um grupo importante para o PBT, assim como já destacado. Entretanto, no âmbito desta pesquisa, pode-se dizer que este também foi o público no qual o programa conseguiu operar as mudanças menos significativas. Muito embora este não seja um estudo representativo do universo de bolsistas, é instigante observar que todos eles não avançaram significativamente em termos de escolaridade após a participação no programa e, à exceção de Roberto e Evaldo, permaneceram em empregos muito semelhantes. No caso destes dois jovens, porém, o encontro de um trabalho melhor deveu-se à indicação de familiares. Ora, o gestor do programa pode defender-se na medida em que o PBT não visava oferecer emprego aos jovens, mas certamente tinha como perspectiva a elevação da escolaridade para aumentar suas chances de ocupar um emprego. Ainda que não possa ser atribuída ao programa a responsabilidade para que interrompessem seus estudos, é fato que este não os favoreceu. Deixaram a escola, mas seguiram trabalhando e procurando trabalho.

E por quais razões não prosseguiram na escola depois de encerrada sua participação no programa? As pistas para entender isso já foram indicadas pelas respostas dos jovens em relação às diversas e complexas dificuldades em seguir conciliando a vida de trabalho com a vida estudantil, mas cabe complementá-las com a crítica de que o programa não contemplou suas peculiaridades. Em resumo, ficou evidente a necessidade de maior diálogo com suas experiências concretas de trabalho e de escolaridade.

3.3 Pós-PBT: trabalho, busca por trabalho e percepções sobre o desemprego

Sair para o centro da cidade, circular por agências, lojas e supermercados em busca de trabalho era algo que apenas Henrique fazia no momento da entrevista. Havia perdido recentemente seu trabalho (informal) como garçom e procurava *desesperadamente* um outro, em algum dos ramos em que já havia trabalhado. No entanto, todos já haviam passado pela experiência de procura por trabalho em algum momento de suas vidas, mais particularmente a procura por um emprego formal, e tinham visões muito próximas em relação a essa peregrinação. Em suas tentativas de acessar o mercado de trabalho, duas dificuldades aparecem com força em suas narrativas: a falta de reconhecimento de suas experiências profissionais em função da ausência de registro em carteira – evidentemente mais acentuada por aqueles que nunca trabalhavam com registro, o caso de Eliza, Henrique e Wander – e a falta de estudo, dado que não haviam completado a escolaridade básica.

A primeira dessas dificuldades diz respeito à desvalorização de suas experiências profissionais pelo mercado de trabalho. Os cinco jovens, como já observado, haviam começado a trabalhar *cedo* e em ocupações diversas: caso de Eliza, que já havia trabalhado como garçomete em uma lanchonete, atendente em um lava-rápido, entregadora de panfletos, babá, caixa de supermercado e, no momento da entrevista, balconista em uma padaria; caso de Wander, que já se ocupara como cobrador de perua e auxiliar de mecânico até tornar-se vendedor ambulante; caso de Henrique, que começara a trabalhar com seu pai como auxiliar de pedreiro e já havia trabalhado como vendedor de rua, repositor de mercadorias e garçom; caso de Evaldo, que havia iniciado no trabalho agrícola, seguiu trabalhando em um lava-rápido, em uma fábrica de panelas, na construção civil e era auxiliar de expedição em uma fábrica de roupas; caso de Roberto que havia começado na construção civil com o pai, passado pelas ocupações de vendedor ambulante e repositor de mercadorias e, quando entrevistado, era ajudante geral em uma concessionária.

Excluindo-se Evaldo e Roberto, que trabalhavam com registro em carteira, os outros reclamavam do não-reconhecimento das experiências adquiridas em suas diversas ocupações, dado que nunca tenham conseguido trabalhar registrados, algo que comprovaria suas competências para o mercado de trabalho:

É, eu não sei. É um lugar ali que eles levam você pro serviço, né [provavelmente referindo-se a uma agência de emprego]. Que eles dão a carta, tudinho pra você ir. Só que chega lá e a maioria dos empregos é tudo com registro. Eles até encaminham você pro serviço, mas chega lá, a primeira coisa que eles pedem é registro em carteira, entendeu? Mas aí eles não querem saber se você já trabalhou. Eu mesmo, na época que eu tava parada, eu fui. Eu, meu irmão e o meu marido, só que aí, eu cheguei lá, falei

que eu já trabalhei em padaria, que tava sem trabalhar e ela falou que tinha duas vagas pro Itaim e ia mandar a carta pra eu ir lá. Aí, no dia da entrevista, eu fui, conversei que eu sabia trabalhar e tudo, só que aí a hora que pediu a carteira eu falei que não tinha registro. Não tive registro. Eu não fui registrada pra trabalhar. Aí foi onde eles falaram, que depois de três dias eles iam retornar. Até hoje não retornaram. Por causa de quê? Por causa de registro. Mesmo no Natal que tá precisando de muita gente, você chega lá, você faz a ficha, mas eles tão dando preferência pra quem tem registro em carteira. Então, porque aí é onde entra, o que aparece você pega. Você precisa trabalhar. Vai fazer o quê? Vai sem registro mesmo. (Eliza, 20 anos, preta, ensino fundamental completo).

Também Wander reclamava dessa ausência de provas e, portanto, do não reconhecimento de suas habilidades: ele sabia trabalhar com o público, era um vendedor (ambulante), mas não tinha provas disso. Na busca por esse reconhecimento, chegou a contar *mentirinhas*, que de fato eram verdades, mas para as quais não tinha provas – o registro – e não podia fazê-las valer. Mesmo com *mentirinhas* nunca conseguiu estabelecer-se como vendedor em uma loja.

Às vezes tem uma mentirinha, né? Você tem que mentir um pouco pra ver se você arruma lugar, mas nem assim... tipo assim, vamos supor: já tem experiência em trabalhar com o público, no caso, de vendas? Eu coloco no currículo, tenho. Já trabalhou de vendedor? Já. Só que aí é a prova, né? Você trabalhou aonde e tal, podem perguntar. Porque eu acho que trabalhando como vendedor ambulante, de rua, eu acho que às vezes tem mais competência do que as pessoas que trabalham em loja assim, pelo jeito que a gente vê. (Wander, 20 anos, pardo, ensino fundamental completo).

A ênfase que atribuíam ao pouco (ou nenhum) reconhecimento que experimentavam no mercado de trabalho, fruto da ausência de registro em carteira, aproximava estes jovens de parte daqueles analisados por Tartuce (2007). A autora explora as experiências e percepções de jovens de diferentes origens sociais em relação ao processo de qualificação profissional e (re)inserção no mercado de trabalho na cidade de São Paulo, e encontra também, em uma parcela dos jovens investigados, particularmente entre aqueles de mais baixa renda – e portanto mais próximos dos jovens desta pesquisa –, uma configuração discursiva²¹⁶ em torno da experiência ocupacional passada contraposta à exigência de comprovação na carteira de trabalho. Apesar de possuírem pelo menos dois anos de trabalho em um determinado ramo ocupacional, os jovens que Tartuce investigou não conseguiam que “eles” – “os patrões ou

²¹⁶ No processo de análise de suas entrevistas, a autora chegou a sete configurações discursivas, ou seja, sete categorias de análise em torno das vivências e representações do processo de qualificação profissional e da transição escola-trabalho entre jovens demandantes de trabalho na cidade de São Paulo, quais sejam: 1) “Experiência de vida versus experiência comprovada”; 2) “Sem experiência e sem faculdade, hora de arrumar um trabalho fixo, para viabilizar o estudo”; 3) “Hora de procurar estágio, para adquirir experiência”, 4) “Com objetivo e dedicação, cria-se a oportunidade” 5) “Estágio na área como porta de entrada para crescimento e reconhecimento profissionais”, 6) “Primazia do estudo em boas faculdades e alto capital cultural”; 7) “Medo de entrar no mundo adulto”. (Tartuce, 2007).

recrutadores” – reconhecessem essa vivência pela ausência do registro, e a isso atribuíam suas dificuldades para encontrar trabalho. Mas se a falta do registro em carteira não possibilitava aos jovens pesquisados pela autora comprovar suas experiências e fazê-las valer no mercado, isto não significava que eles as desvalorizassem, o que também parece ocorrer entre os jovens aqui investigados.

Em alguns casos, como os de Henrique, Wander e também Eliza, as experiências ajudavam a configurar uma determinada área de atuação e, se não resultavam na conquista concreta de empregos formais, ao menos facilitavam-lhes a circulação pelos empregos informais²¹⁷. Todavia, como se observa na fala anterior de Eliza, se pela necessidade de trabalhar ela acabava aceitando trabalhos sem registro – “*Você precisa trabalhar. Vai fazer o quê? Vai sem registro mesmo*” –, não era qualquer trabalho.

A partir de suas experiências, definiam os trabalhos de que mais ou menos gostavam, os setores, os empregos para os quais nunca mandariam um currículo, os empregos que consideravam ter alguma chance. A área nesse caso não se relacionava a uma qualificação profissional específica adquirida em uma instituição de ensino, mas aos saberes práticos aprendidos em suas experiências de trabalho, que embora não lhes conferissem uma identidade profissional, tal como assinalado por Tartuce (2007) a partir de estudos de Dubar (2005), permitia-lhes uma facilidade maior em suas idas e vindas pelo mercado de trabalho.

Henrique é o caso mais elucidativo desse modo de agir, especialmente porque estava, no momento em que o encontramos, em busca de trabalho. Não havia terminado o ensino médio, não havia realizado nenhum curso profissionalizante, mas já trabalhara como repositor de mercadorias, garçom, vendedor de rua. Nunca teve registro, lamentava isso, mas não era apenas essa falta que acentuava em sua fala. Estava muito seguro e otimista em relação à sua possível contratação em uma rede de supermercados em função de seus saberes práticos na área de reposição de mercadorias. De todo modo, era preciso não confiar apenas neles, ainda mais considerando que não tinha registro em carteira. Henrique também apontou outros aspectos que entravam em jogo na busca por trabalho, tal como a aparência, o que estivera ausente entre os demais jovens desse grupo, talvez pelo fato de não estarem mais *na procura*.

Já peguei e falei ah, eu vou me arrumar direito, tal, pus uma roupa melhor lá que eu tenho, aí tirei os brincos, aí fui lá, fiz a barba e fui lá. Aí fiquei até meio cismado, falei deixo o cavanhaque ou tiro? Aí falei não, tira tudo, peguei, tirei...Eu fiquei meio assim cismado, vai que ele [o gerente do supermercado onde iria realizar entrevista] não vai com a minha cara, não

²¹⁷ Os limites da distinção entre emprego formal e informal já foram anteriormente abordados. Para fins de simplificação, aqui a referência ao formal estará relacionada a empregos com registro na Carteira de Trabalho.

gosta de barba, não sei, porque a maioria que trabalha lá naquele supermercado sempre tá com o cabelo arrumadinho, aí eu falei vou fazer a barba, vou cortar o cabelo amanhã. Aí eu falei vou lá. Eu tava deixando o cabelo crescer pra fazer trança, né? Mas falei deixa pra lá, eu corto mesmo, da próxima vez eu deixo crescer. Aí fui lá, conversei com ele, ele falou 'você trabalhou lá?'. Trabalhei, tal. 'Quanto tempo?'. Seis meses. Ele olhando pra minha cara, eu lá e ele aqui. Aí ele falou 'tem mais conhecimento assim de mercado?' Eu falei 'não, só repositor mesmo'. Aí ele falou 'tá bom, você traz a semana que vem xerox disso, xerox daquilo'. Acho que ele quer ver mais a prática, currículo é importante, mas ele quer ver a prática, também quer ver a sua cara. (Henrique, 22 anos, preto, ensino fundamental completo).

Sobre esta narrativa de Henrique, de que o empregador e/ou recrutador *quer ver a prática, mas também quer ver a sua cara*, vale ressaltar que a maior parte de suas experiências e dos outros quatro jovens deu-se no setor de comércio, significativo provedor de oportunidades ocupacionais especialmente para jovens e mulheres (Sindicato, 2007). Porém, dado que a situação de trabalho nesse setor exige uma constante interação entre trabalhador e consumidor, não somente os conhecimentos objetivos são fundamentais para o bom desenvolvimento do negócio, uma vez que em tal situação:

[...] os atributos subjetivos (físicos e emocionais) do trabalhador passam a ser parte importante das estratégias de recrutamento e de avaliação de seu desempenho [...] Essas ilações não são infundadas, haja vista que estudos anteriores no setor de comércio varejista apóiam-nas ao indicarem que, em situações dessa espécie, os preconceitos e estereótipos com relação aos grupos de sexo – e especialmente com relação aos grupos de cor – tendem a ter um papel importante na orientação das decisões gerenciais e das atitudes dos consumidores vis-à-vis os trabalhadores (Guimarães e Consoni, 2003, p. 285).

Ao que parece Henrique já conhecia e, certamente, já havia vivido situações de preconceito em relação à sua cor/raça e idade, ainda que não os nomeie como tais. Nesse sentido, além de cortar o cabelo que ele “queria deixar crescer para fazer trança”, também tirou os brincos. Diferentemente de um outro jovem deste estudo (Evandro), que se recusou a cortar seu cabelo e de certo modo negar sua identidade racial e juvenil, tal como será visto, Henrique optou por uma saída estratégica (Dubet, 2002). Mas o que sua fala ressalta é a presença de mecanismos altamente discriminatórios, especialmente em relação à cor/raça – mas não apenas –, que, se estão presentes no mercado de trabalho como um todo, acentuam-se em alguns dos setores em que esses jovens têm maior probabilidade de inserção, como no setor de comércio²¹⁸ (Guimarães e Consoni, 2003).

Mas para além da desvalorização de suas experiências profissionais e da aparência, esses jovens ainda tinham um agravante em relação aos demais jovens deste estudo e daqueles

²¹⁸ Algo um pouco diverso ocorre no setor de serviços, mais especificamente no setor de telemarketing, como será visto entre alguns dos jovens dos outros grupos.

investigados por Tartuce (2007): só haviam cursado até a 8ª série, alguns bem menos que isso, como Roberto. Não por acaso, era este jovem quem sentia os efeitos mais perversos da pouca escolarização: suas dificuldades na busca por trabalho já começavam no preenchimento da ficha. Os demais faziam alusão freqüente aos argumentos que *cansaram de ouvir* no período em que saíam em busca de trabalho:

Tipo assim, se vai procurar: ‘você é novo, terminou o estudo?’. Não, tô estudando. ‘Ah, então não dá porque vai complicar na escola, tal’. Aí tipo, você já passou da idade de estudar, aí perguntam ‘terminou os estudos?’. Não. ‘Tem registro?’. Não. ‘Então já não dá, né’. Aí eu falei, ah, quer saber, não vou mais atrás de nada, não. Vou continuar por aqui mesmo. (Wander, 20 anos, pardo, ensino fundamental completo).

Ainda assim, suas falas são fortemente marcadas por ambigüidades quanto ao papel exercido pela maior escolarização, o que evidentemente é mais forte para aqueles que estavam empregados formalmente, o caso de Roberto e Evaldo, mas não apenas. No caso destes dois, reconheciam dificuldades que amigos estavam tendo para encontrar trabalho e ao mesmo tempo identificavam que eles próprios não haviam finalizado os estudos, mas tinham trabalho. A falta de estudo era um obstáculo, mas não para eles. De fato, na década de 1990, pessoas de baixa escolaridade apresentaram taxa de desemprego menor que aquelas de escolaridade média (até o ensino médio incompleto), ainda que tenha se reduzido significativamente a absorção daqueles com menor escolaridade (Gomes e Amitrano, 2004). Até mesmo Eliza, que trabalhava sem vínculo formal, reconhecia que mesmo que nunca tivesse conseguido emprego com registro, ao menos havia conseguido vários trabalhos, apontando que, na ocasião, nem mesmo informalmente alguns amigos com mais estudo estavam conseguindo uma ocupação.

Através de alguém eu vou conseguindo serviço, porque já me conhece e vai me indicando, entendeu? Aí com um você fala, conversa, então, através de uma pessoa. Hoje em dia pra você conseguir um trabalho tem que ser através de outra pessoa que já esteja lá dentro pra poder te indicar pra outra pessoa. Porque sozinho mesmo, de cara, na cara e na coragem está difícil arrumar. (Eliza, 23 anos, preta, ensino fundamental completo).

Tá difícil encontrar trabalho hoje, eu vejo pelos meus colegas lá. Ficam tentando arrumar emprego e não conseguem, acho que por falta de estudo e de conhecimento de alguém, né. Muitas pessoas têm o estudo completo aí e não adianta nada, tem que ter um pouco de conhecimento também, né, de uma pessoa pra indicar você. (Evaldo, 20 anos, preto, ensino fundamental completo).

As palavras de Evaldo e Eliza sugerem a necessidade de um tipo de conhecimento que não era propriamente escolar. Se fazem referência à falta de estudo como um obstáculo para encontrar trabalho, vale observar que essa falta era percebida como muito mais problemática para os colegas do que para eles próprios. Seja referindo-se a um passado em que saíram em

busca de trabalho, seja referindo-se ao momento presente, revelam que não tiveram muitas dificuldades em encontrar trabalho, remetendo suas facilidades aos contatos de seus familiares e amigos, e também aos novos contatos realizados a partir do próprio ambiente de trabalho. Certamente isso emerge com mais efeito entre Evaldo e Roberto, que haviam conseguido seus empregos formais por conta de um *empurrãozinho* de parentes próximos, mas também no caso de Eliza, que já havia circulado muito pela informalidade sempre com base na indicação.

A elevada frequência com que jovens lançam mão de contatos informais para procurar e obter trabalho já foi evidenciada por outras pesquisas. Comparando resultados de estudos anteriores, abarcando perfis distintos de jovens, Ferreira (2005) constrói a hipótese de que esses modos de procurar e obter trabalho nem sempre facilitariam a inserção no mercado de trabalho regular ou em empregos de maior qualidade. De certo modo, essa hipótese parece acertada para os jovens deste grupo. Muito embora conseguissem empregos, eram sempre informais. Nos casos de Evaldo e Roberto, por exemplo, ambos estavam em seu primeiro emprego formal, mas exercendo ocupações pouco qualificadas. Tomando como referência a noção de “redes de laços fortes” (forte densidade) e de “laços fracos” (fraca densidade) de Granovetter (1974)²¹⁹, Ferreira assinala que a força ou fraqueza das redes familiares, ou seja, dos laços fortes na busca e encontro de ocupações de maior ou menor qualidade, também é largamente impactada pelas características do próprio território. Em suas palavras:

Novamente, é possível constatar a importância das configurações do espaço e seu impacto sobre o modo como os jovens empregam as redes na busca de trabalho. A possibilidade de circular por redes diferenciadas e ter acesso a informações sobre oportunidades é mais acentuada para indivíduos cujas condições socioeconômicas permitem a menor dependência em relação às redes de laços fortes, com ancoragem no local de moradia. Os indivíduos que enfrentam dificuldades econômicas e dependem do apoio dos laços fortes para se manterem, principalmente em regiões que não atraem a presença de outras redes, que poderiam ser ancoradas em laços fracos,

²¹⁹ Como observa Granovetter (1974), “se todos encontrassem seus empregos no *New York Times*, o assunto teria pouco interesse sociológico”. Nesse sentido, Granovetter preocupa-se em analisar as redes e as maneiras como circulam informações sobre oportunidades de emprego. Nessa perspectiva, constrói os conceitos de laços fortes e laços fracos e sua influência na busca de oportunidades ocupacionais pelos indivíduos. Os laços fortes caracterizam-se por uma forte densidade: os indivíduos conhecem-se uns aos outros, são íntimos e próximos, encontram-se com frequência e trocam serviços recíprocos. Por outro lado, os laços fracos são caracterizados por uma menor densidade, onde os indivíduos encontram-se pouco, são pouco íntimos e não predomina a troca de serviços com frequência. Os resultados de sua pesquisa revelam que os indivíduos que conseguem transitar por redes de laços fracos têm mais chances de encontrar melhores oportunidades de trabalho, pois conseguem contato com um conjunto mais amplo e diversificado de indivíduos. É no interior dos laços fracos que há maior incidência de pontes, um outro conceito central do autor, significando a possibilidade de uma linha na rede propiciar um caminho entre dois pontos. Por meio de pontes há maior probabilidade de conexão entre pessoas desconhecidas do que por intermédio de um conhecido, por exemplo. De maneira diversa, aqueles que permanecem mais ligados aos laços fortes, como parece ser o caso dos jovens desta narrativa, tendem a permanecer mais “fechados” em contatos muito próximos que oferecem poucas chances para alcançar melhores oportunidades de trabalho.

enfrentam obstáculos para converter os seus poucos contatos com os laços fracos em pontes, por meio das quais poderiam obter informações sobre oportunidades. (Ferreira, 2005, p.111).

Parece ser esta última situação a que predomina neste grupo de jovens: apóiam-se largamente nos “laços fortes” tanto para manter-se nos períodos em que não encontram trabalho como para encontrar uma nova ocupação. Por vezes as redes familiares podem operar como pontes na perspectiva de apoiar contato junto a outras redes que favoreceriam acesso a empregos de maior qualidade. Em outros casos, no entanto, os indivíduos acabariam mantendo-se mais fechados, em espaços onde todos se conhecem e exercem ocupações semelhantes, dificultando acesso a melhores ocupações e também a idéias e valores diferenciados (Ferreira, 2005). Desse modo, se conseguem emprego por intermédio de “redes de laços fortes”, são sempre empregos que giram em torno da informalidade ou da exigência de uma menor qualificação, que se aproxima das ocupações de seus pais, parentes e amigos próximos. Nesse processo, o local de moradia tem um papel importante.

Além de se manterem fortemente atrelados a “redes de laços fortes”, constituídas por membros da família nuclear, parentes próximos e vizinhança, os jovens aqui apresentados, assim como os demais deste estudo, residiam em regiões da cidade com elevados índices de desemprego, distantes da região central e mais isoladas espacialmente, tal como já destacado. Nesse sentido, o local de moradia torna-se um elemento restritivo das possibilidades de alcançar um melhor emprego, pois:

A população residente nas áreas mais pobres da Região Metropolitana de São Paulo convive com taxas de desemprego mais altas, que se correlacionam espacialmente com a baixa oferta de emprego formal local; e, dentro da oferta existente, a remuneração é mais baixa [...] Além disso, os mais pobres estão vivendo em ‘comunidades’ que têm maior presença de desempregados e de pessoas com menor escolaridade (numa década que apresentou uma maior seletividade da mão-de-obra em termos de grau de instrução), o que pode ter também um peso nas oportunidades de emprego de um indivíduo e, portanto, nas chances de sair da condição de pobreza. (Gomes e Amitrano, 2004, p. 192).

O local de moradia também parece ter relação com a necessidade que os jovens tinham de construir uma imagem de honestidade, que inspirasse confiança entre os empregadores, dado que residiam em lugares estigmatizados pela imagem de pobreza e criminalidade.

Aí foi aonde eles me chamaram pra trabalhar lá, pra eu ajudar a minha mãe, comecei a trabalhar lá como babá... eles conheceram e viram que eu era uma pessoa direitinha, que lá na casa deles... sabe aquelas pessoas bem largadas? Dinheiro pra lá, dinheiro pra cá e era muito dinheiro jogado, então eu e minha mãe saíamos recolhendo dinheiro e arrumava tudo direitinho. Então, eles conviveram comigo, viram que eu era uma pessoa bem esforçada, que trabalha direitinho, que gostava de trabalhar, foi aonde

que eles me chamaram pra trabalhar no mercado. (Eliza, 23 anos, preta, ensino fundamental completo).

Depende mais da amizade e trabalho mesmo, quando a pessoa vê que você trabalha mesmo então ele fala 'ah, vou tentar arrumar uma vaga praquela pessoa porque ela é bastante esforçada, eu não vou me arrepender, não'. Porque eu várias vezes já arrumei vaga pra um colega meu assim, aí depois de um mês, dois meses, às vezes o cara desiste assim do nada, sei lá, a pessoa fica meio chateada assim, né, você tentou ajudar aquela pessoa, depois a pessoa vai e pula do barco. (Evaldo, 20 anos, preto, ensino fundamental completo).

Um outro aspecto recorrente em algumas falas, especialmente nos casos de Eliza e Henrique, e apontado como facilitador para que conseguissem trabalho, era o fato de que eles tinham força de vontade, corriam atrás e não ficavam esperando o trabalho aparecer. A despeito das dificuldades inerentes ao próprio mercado de trabalho e até à falta de *combate* do governo, era preciso *correr atrás*.

Acho que a minha irmã ela não tá correndo muito atrás, assim, de serviço, não. Ela e um outro irmão meu são mais folgados, não querem saber muito de trabalho, não. (Eliza, 23 anos, preta, ensino fundamental completo).

Tem um colega meu que depende de um serviço lá de um outro colega que chama ele de vez em quando. Tem outro que já entregou currículo, tá de saco cheio, falou 'vou dar um tempo aí, vou ficar duro, mas vou ficar um tempo em casa, depois eu arrumo dinheiro, vou atrás de novo, mas por enquanto eu vou ficar aí'. A maioria, a maioria que fez o Bolsa Trabalho lá tá em casa, tá assim desempregado, já trabalhou, mas tá tudo... faz bico, faz esses negócios assim temporário... (Evaldo, 20 anos, preto, ensino fundamental completo).

Eu tinha esse pensamento que eu vou chegar num serviço, nunca vou ser chamado, mas eu perdi, sumiu isso da minha cabeça, entendeu? Tipo eu posso ir ali, fazer uma entrevista, mesmo se não me chamar, mas eu posso. Então, eu acho que não tem dificuldade nenhuma, eu acho assim se você tiver conhecimento de pelo menos alguma coisa num negócio e possa falar 'ó, eu tenho isso, isso, aquilo, um certificado, eu tenho um certificado disso, disso, disso e aquilo, interessa?'. 'Ah, interessa, tal, tal, tal'. Tudo bem, você pode tá preenchendo uma vaga, uma vaga no mercado de trabalho aí, mas quem tá assim com a cabeça meio assim 'ah, eu não vou conseguir, eu não vou conseguir', pode ficar em casa que não vai conseguir nada mesmo. (Henrique, 22 anos, preto, fundamental completo).

Este correr atrás não significava apenas sair em busca de um emprego formal. Diante das dificuldades em alcançar esse tipo de trabalho era preciso *inventar* alguma alternativa, encontrar um trabalho mais regular, mesmo que sem o reconhecido registro. Aqui é preciso uma observação: ainda que a *loucura* e a *necessidade* de trabalhar, tal como eles mesmos afirmavam, os levassem a aceitar o trabalho mesmo sem as garantias de um *emprego fixo*, isso nem significava aceitar qualquer trabalho, nem desvalorizar o emprego com registro. Em relação ao primeiro aspecto: mesmo que parecessem bastante cautelosos, falaram dos vários

trabalhos que optaram por deixar ou que não aceitaram por se sentirem mal remunerados e injustiçados. Embora informais, não deveriam ferir sua dignidade. Evaldo e Henrique, ambos solteiros e sem filhos, foram os que mais narraram episódios dessa natureza, mas isso também não esteve ausente nas falas dos demais. Wander, por exemplo, havia recusado vários empregos por considerar que o salário não era suficiente para sustentar sua família. Já havia inclusive descartado alguns empregos com registro, uma vez que considerava ganhar mais como vendedor ambulante. Mas mesmo ele não desprezava a importância do registro em carteira: “*Um dia acontece, ninguém morre sem isso.*” A importância dada ao registro estava referida ao tempo futuro – a aposentadoria na velhice, a garantia de direitos –, “*porque sem registro você tem que entrar na justiça para receber seus direitos*”, à possibilidade de fazer planos e pagar prestações. De todo modo, parece claro que já não tinham tantas expectativas de encontrar um trabalho com registro. Os dois jovens que tinham emprego enfatizaram a importância de terem alcançado uma ocupação desse tipo, mas também faziam críticas ao trabalho realizado (exigia esforço físico) e ao salário recebido (era muito baixo). No futuro, tinham planos de conseguir um emprego melhor.

Para todos esses jovens, os momentos em que estiveram sem trabalho não os levavam a identificar-se como desempregados. Sem um emprego *garantido* era preciso inventar algum trabalho. Era preciso não ficar *parado*, como as palavras dos jovens a seguir expressam bem:

Na época que eu fiz o PBT eu tava quase pra me ajuntar, né. No caso eu estava desempregado, não, eu estava fazendo bico e minha namorada grávida do moleque. (Roberto, 22 anos, pardo, ensino fundamental incompleto).

Desemprego é uma palavra chata, né, porque todo mundo precisa pra se manter e tudo, a pessoa desempregada é ruim demais. Tipo, a pessoa que fica desempregada, vai acostumando, vai passando um dia, vai passando outro, já acostumou... o que você faz? Não, tô desempregado. Só que ela não pensa em correr tipo assim numa área tipo... lá é ruim, é um serviço ilegal e tudo, só que querendo ou não você tá trabalhando, você tá fazendo alguma coisa. Às vezes fala ‘ah, tô desempregado, às vezes o neguinho... você tá sem um serviço fichado, uma coisa garantida e tal, mas que você tá tipo, não tem onde buscar mais mesmo é mentira, porque se cada um fosse procurar por um lado, cada um vai pra um lado, vai pro outro, todo mundo se ajeita um pouquinho, porque não dá pra ficar... Não é garantido, não tenho garantia de nada, é... é igual eu falo é um bico, né. Que pra falar também pra sair de lá pra ir pra um outro serviço... no caso vamos supor um salário de R\$ 300,00, pra mim já não dava, só o meu filho, nada, nada por mês, avaliado assim, ele dá uns R\$ 200,00 de gasto. R\$ 100,00 pra comprar alimentação pra casa? Nunca. (Wander, 20 anos, pardo, ensino fundamental completo).

Estar desempregado é estar totalmente parado, sem realizar os conhecidos *bicos* e sem procurar. Se a maneira de falar e de se relacionar com a situação que analítica e

institucionalmente denomina-se desemprego não se resume apenas à fraca institucionalização do desemprego em nosso país (Guimarães, 2004), também não se pode negar o peso dessa situação. Como afirmam Demazière, Guimarães e Sugita (2006, p. 126) ao comparar as experiências e percepções de desempregados no Brasil, França e Japão:

No caso brasileiro, a experiência do desemprego parece fortemente configurada pela prática de atividades de uma natureza indefinida, que não são... redutíveis aos estatutos habitualmente usados para descrever as posições ocupadas no mercado de trabalho.

Mas esses autores chamam atenção para o fato de que os modos de agir, pensar e sentir a situação de desemprego transbordam as lógicas institucionais e as características de perfil. Nesse sentido, também seria possível encontrar jovens com falas muito mais próximas daquelas dos adultos em relação ao desemprego. É o que parece prevalecer neste grupo. Aqui a representação do desemprego aparece como a necessidade de se virar de qualquer maneira, indicando não somente a importância em se movimentar para buscar recursos para a sobrevivência, como também uma certa resistência em se considerar desempregado, encontrada entre muitos dos adultos investigados por Guimarães (2004).

Mesmo Henrique, que não estava exercendo nenhuma ocupação remunerada no momento em que foi entrevistado, não se considerava desempregado, diferenciando o desempregado daquele que procura:

Hoje precisa muita determinação, muita fé e muita coragem também pra conseguir trabalho, coragem pra acordar de manhã cedo, sair, e muita fé e muita paciência também porque, nossa, é muito cansativo, eu tenho 22 anos, sei que é um sofrimento pra procurar serviço e ficar desempregado também, não sei o que é pior, se é procurar ou se é ficar desempregado, eu acho que desempregado é pior porque você não tem esperança de nada, né? Mas procurando você tem esperança. Desempregado você não tem mais esperança nenhuma e procurando pelo menos você tem uma iniciativa que você vai tomar que você vai ter a consciência que um dia eles podem 'ó, a gente vai te chamar pra você começar um serviço, mas é isso...', mas puxa é muito difícil. Eu tô na linha do procurando, tô procurando, tanto que eu comprei um negócio lá em casa e o carnê vai vencer, falta três meses e falta só três, e nossa, não falta nada, é só eu pegar, arrumar um serviço, pagar e ficar livre. Eu não tenho o nome sujo, não tenho, pra mim vai ser bom, que a minha mãe falou: 'luta pro seu nome não ficar sujo porque é duro você limpar depois'. Falei 'tá bom, sem problema nenhum' e tenho fé. (Henrique, 22 anos, preto, ensino fundamental completo).

Desempregado é um adjetivo que não desejam para si, pois os desqualifica e pode inseri-los no desalento. Estar na busca, estar na procura é sinônimo de ação, é não esperar, é agir. O desespero para não ficar parado, para estar sempre em movimento e buscando algo para fazer era ainda maior entre os jovens com filhos, tanto para os rapazes quanto para Eliza,

única moça do grupo. Vale observar que no caso de Eliza o reconhecimento como desempregada aparece espontaneamente, muito diferente do que ocorre entre os rapazes.

Ah, eu fiquei desempregada, foi na época que ganhei meu filho. Acho que fiquei mais de um mês em casa. Eu nunca tinha ficado parada, não, mas fiquei um mês em casa e fiquei doida porque já tinha um filho pra criar. Sem trabalhar, a mãe enchendo. Foi terrível. Sem trabalho você já tá desanimada de tudo e sai atrás de serviço sem conseguir arrumar, sabendo que tem vaga, mas você não consegue arrumar porque não tem experiência com carteira. Então, é uma coisa que você desanima bastante, porque é que nem eu falo: você sempre trabalhou, sempre teve seu dinheiro, eu solteira já tinha muita responsabilidade, sempre quis trabalhar. Imagina quando você tem um filho e você tá parada, ou seu marido parado, dependendo da mãe, dependendo do pai. Então, é uma coisa que põe você muito pra baixo, que é muito ruim. Você fica dentro de casa parado, sem pode trabalhar, sem ter serviço pra trabalhar, sem ter dinheiro pra comprar as suas coisas, então, chega uma hora que você entra em desespero. Eu mesmo, chegou uma hora que eu entrei em depressão. Não conseguia comer direito, sabe? Ficava mais dentro de casa, não saía, não conversava com ninguém, nada. (Eliza, 23 anos, preta, ensino fundamental completo).

Ainda que Eliza pareça menos incomodada em identificar que em um dado momento de sua vida ficou desempregada, também revela preocupação semelhante à dos rapazes em não ficar parada, sobretudo em função da necessidade de sustentar seu filho. Seu namorado já havia ficado um tempo desempregado, o que agravava ainda mais sua situação. É notável que apenas um mês depois da maternidade já estivesse sentindo-se pressionada a buscar trabalho, refletindo a urgência da renda e a ausência de direitos a que esteve submetida ao longo das tantas experiências de trabalho que havia tido. Nesse caso, Eliza aproxima-se do grupo de mães investigado por Guimarães (2004).

Os jovens solteiros reconheciam a diferença de sua situação: embora ficar sem trabalho pudesse lhes trazer dificuldades, dado terem responsabilidades no apoio ao sustento de suas famílias, sua situação era muito diferente daqueles (e é exatamente do sexo masculino que lançam mão) que possuíam responsabilidades com filhos e com mulher – evocando novamente a importância do papel de provedor. Assim, para os rapazes solteiros destegrupo, a dificuldade de se perceberem como desempregados também advinha do próprio peso que o desemprego (não) tinha em suas vidas se comparado aos chefes de família.

No entanto, nem por isso momentos sem trabalho eram vividos com menos angústia. Tinham clara percepção de que, sem *trabalho fixo*, não estavam conseguindo cumprir o papel que eles próprios e suas famílias esperavam deles – e isso ficou mais forte para Henrique a partir dos 18 anos:

Henrique: Agora mesmo que eu tô precisando de trabalho, antigamente eu era bem bestão assim, mas agora mesmo eu sei que as coisas tão pesando mais, tão ficando pesadas, não é que nem a infância, a infância sua mãe e

seu pai vai dar de comer pra você, mas agora você tem que depender do seu bolso, das suas coisas, aí é fogo.

Carla: E quando é que começou isso pra você, com quantos anos você começou a sentir esse peso maior?

Henrique: Com 18.

Carla: Por que com 18?

Henrique: Minha mãe falou que eu falava quando era pequeno... falou: 'Henrique, você não lembra o que você falou não, o que você falava pra mim quando você era pequeno?'. Falei: o que mãe? 'Você falava que ia fazer 18 anos, ia arrumar um serviço, ia comprar uma casa, ia ter uma casa, ia comprar um monte de coisa pra mim e um monte de coisa pra você e ia morar sozinho, você lembra?'. Aí eu: não mãe, não lembro não. Aí ela: 'você falava sempre isso, todo dia você acordava de manhã, você pedia café pra mim, eu ia lá, colocava você pedia do lado do fogão aqui, você era pequeno, pedia do lado do fogão aqui e falava: ô mãe, dá um pouco de Toddy aí com café, quer dizer com leite', e falava sempre: eu vou comprar um fogão... Porque eu reclamava do fogão aqui, não tinha acendedor. Aí eu falava: não mãe, não se preocupa não que quando eu crescer, quando eu fazer 18 anos eu vou comprar um fogão pra senhora. 'Tudo que eu falava que tava ruim você falava que ia comprar pra mim. E o que que tá acontecendo?'. Falei: 'não, mãe, tá embaçado, a senhora tá vendo que tá ruim'. Aí ela: 'não, mas tá bom, é assim mesmo, começa a comprar pouquinho coisa, pouquinho coisa, depois é isso'. Aí eu comprei já, comprei assim, tava precisando muito de um guarda-roupa lá, porque os moleques já cresceram mais, meu padrasto já veio morar lá em casa, então já deu uma afastadinha, né, que as roupas que ficavam folgado já deu uma encolhidinha. (Henrique, 22 anos, preto, fundamental completo).

Para Henrique, o único que não tinha nenhum rendimento, o peso da falta de trabalho era mais forte, o que não significa que não tivesse existido para os outros também. Nesse sentido, os percursos dos jovens vão revelando que o impacto do desemprego aumenta com a idade mesmo no tempo da juventude. Assim, não parece ser por acaso que Henrique afirma: *“antigamente eu era bestão”*, remetendo-se às poucas responsabilidades do período da infância, mas também da adolescência, já que é a partir dos 18 anos que começa a preocupar-se em contribuir financeiramente com o orçamento doméstico. Em sua fala, o jovem dá indicativos do peso que o trabalho ou sua ausência vai adquirindo nas suas relações com sua mãe, remetendo ao que Heilborn (1997, p. 314) já havia pontuado em suas análises:

O grupo doméstico das classes populares encerra um ciclo de trocas em que as dádivas dos pais em relação aos filhos, em primeiro lugar, a da vida e a do sustento, são retribuídas pelos filhos em termos de um compromisso na ajuda para o funcionamento do grupo como um todo. Essa maneira de conceber os vínculos entre adultos e crianças mostra-se crucial na socialização destas últimas, que desde cedo falam na contribuição que darão em casa tão logo passem a ter salário.

Henrique sentia o peso, mas também tinha o apoio de sua mãe nos períodos em que estava sem trabalho. Aliás, todos eles se referiam ao apoio da família nos momentos de falta de trabalho, seguindo o que já vem sendo enunciado por diferentes estudos (Ferreira, 2004,

2005; Leite, 2004; Telles, 1994). Além da família, os jovens localizavam nas suas atividades religiosas ou de lazer possibilidades de distração para além do trabalho ou da falta dele. Para Henrique, por exemplo, o grupo de samba do qual faz parte é também uma forma de apoio para seus momentos de angústia, como bem procurou destacar: *“Eu não vou ficar duro, sem trabalho e sem tocar, não!”* Já para Roberto, que frequenta os cultos da Igreja Universal, suas orações são o caminho para encontrar conforto e buscar melhores condições de vida: *“Tô pedindo pra Deus um bom emprego pra mim, pra ganhar mais, um pra minha mulher, saúde, mais saúde pra nós, uma casa maior...”* Wander e Evaldo distraíam-se jogando em times de futebol do bairro, enquanto apenas Eliza, e como já assinalamos isso remete a uma discussão sobre questões de gênero e camadas populares, reclamava da dificuldade que tinha em fazer outras coisas para além do trabalho.

Se a angústia e a dificuldade de se reconhecerem como desempregados existem para todos esses jovens, elas são claramente maiores entre aqueles que já têm filhos e um pouco menores entre os solteiros. Para os dois grupos, no entanto, a ausência de trabalho não é nomeada como desemprego, como fica evidente pelos relatos. Mas também não é um tempo de espera até que se alcance um trabalho profissional, tal como parece acontecer entre alguns jovens dos outros grupos. Dado que já interromperam seus estudos e têm poucas (ainda que não nulas) perspectivas de retorno, é preciso se virar agora, é preciso movimentar-se sem muitas expectativas de que isso irá se transformar em um tempo futuro. Nesse processo, a família e os grupos podem ser suportes significativos, mas também a própria ação de fazer algo – um *bico* ou de sair à procura – parece consistir-se em um “suporte”, na perspectiva de Martuccelli (2002, 2004).

Quanto aos planos, os jovens deste grupo mostraram-se muito mais reticentes em relação aos demais e muito mais concentrados em torno de uma melhoria nas condições de vida e moradia de suas famílias: cônjuges e filhos, pais, mães e irmãos. A perspectiva da casa própria foi mais enfatizada entre os casados, dada sua atual condição: Eliza morava com o filho e o namorado na casa de seus pais, Wander e Roberto moravam com suas namoradas e respectivos filhos em “puxadinhos” no terreno de seus pais e outros parentes. Evaldo e Henrique, ambos solteiros, projetavam conseguir apoiar os pais na melhoria da casa, na compra de móveis e outros bens de consumo. Se não descartavam a perspectiva de voltar a estudar, projetavam investir no financiamento dos estudos de seus filhos e irmãos. Aqui se pode afirmar que o espaço para as possíveis reversibilidades seria dado muito menos pela vida juvenil que pelas condições de uma vida adulta: ou seja, muito se tem falado que as trajetórias

juvenis estão sujeitas a idas e vindas (Pais, 2001), mas é preciso considerar que o mesmo ocorre também na vida adulta (Van de Velde, 2004). Ou, como apontam Melucci e Frabbrini (1992, p. 25):

A adolescência [e também todas os outros momentos da vida] não pode ser vista somente como fase de transição entre a infância e a vida adulta, como meta última da maturidade, mas como período do ciclo vital no qual há processos específicos de transformação que investem as dimensões mental e corpórea, as relações com os outros e com o mundo. Através dessas mudanças tornam-se visíveis uma organização afetiva, modelos de pensamento e comportamento, formas de relações, que vêm em primeiro plano, renegando temporariamente ao fundo outras partes da experiência [...] A adolescência [e outras fases da vida] passa, mas não termina jamais.

Retomando o que foi apreendido até aqui, nas inter-relações entre trabalho, escola e família, a escola vai gradativamente perdendo centralidade até se retirar dos seus percursos e se concentrar em um futuro bem mais longínquo, enquanto o trabalho vai se tornando central, significando de maneira mais forte a necessidade de garantir a sobrevivência, embora não apenas. E se no momento da entrevista estavam absolutamente enredados por essa necessidade de trabalhar e de buscar trabalho, esta também era sua situação quando encontraram o Programa Bolsa Trabalho. Nessa perspectiva, não era possível deixar o trabalho ou fazer uma “pausa” para apenas estudar. Nesse universo, o desemprego não é ausência de trabalho, mas tempo de muito trabalho e/ou busca por trabalho que, mais do que tentativas de não se sentirem estigmatizados pela situação de desemprego, oferecia-lhes, ao lado da família, um suporte significativo para seguirem enfrentando os constrangimentos de suas vidas.

Quadro 1 – Perfil dos jovens do grupo 1 (Trabalhando desde cedo)

NOME	IDADE	COR / RAÇA	ESCOLARIDADE	POSIÇÃO NA FAMÍLIA	RENDA FAMILIAR PER CAPITA	SITUAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO	CURSO REALIZADO NO PBT	ANO / DURAÇÃO
Eliza	23	preta	cônjuge (com filha/ contribui)	ensino fundamental completo	menos de ½ SM	caixa em padaria; sem registro	cidadania e reciclagem	2002 (10 meses)
Evaldo	20	preto	filho (contribui)	ensino fundamental completo	de ½ a 1 SM	ajudante geral; com registro	cidadania	2003 (5 meses)
Henrique	22	preto	filho (contribui)	ensino fundamental completo	menos de ½ SM	procurava emprego	cidadania	2003 (6 meses)
Roberto	22	pardo	chefe (com filho)	ensino fundamental incompleto (parou na 4ª série)	de ½ a 1 SM	ajudante geral; com registro	cidadania	2003 (6 meses)
Wander	20	pardo	chefe (com filho)	ensino fundamental completo	de ½ a 1 SM	vendedor ambulante	cidadania	2002 (6 meses)

CAPÍTULO 4

GRUPO 2: DO SONHO COM O *TRABALHO DE VERDADE* À BUSCA PELO TRABALHO POSSÍVEL

Os depoimentos a seguir deixam entrever aspectos que tornaram possível a reunião dos jovens deste segundo agrupamento. A recorrência com que argumentaram em torno do *nunca trabalhei* ou *trabalho, trabalho mesmo nenhum* foi oferecendo pistas para a possibilidade de constituir um grupo diverso dos demais. Se era recorrente no primeiro grupo a perspectiva do *sempre trabalhei*, inclusive reconhecendo que começaram a trabalhar ainda crianças, aqui o trabalho parece ter se constituído em uma questão mais tardiamente. Nesse sentido, o emprego e o desemprego também assumiram conotações diferenciadas.

Aos poucos, o que estavam compreendendo por trabalho foi ficando mais claro: tratava-se do emprego, o *trabalho de verdade*, o ingresso no mercado de trabalho formal. Também não parecia ser apenas a questão da formalidade do emprego, mas de um trabalho que estivesse de acordo com sua idade e a escolaridade alcançada. Aquilo que realizaram anteriormente, nomeado como *bico*, em alguns casos sequer era reconhecido como trabalho, em outros tinha, claramente, um peso menor perto daquilo que poderiam encontrar no futuro: eram trabalhos para *ganhar um dinheirinho*, um *servicinho*, um *biquinho*, sempre no diminutivo. Diversamente do que ocorria com o grupo anterior, essas primeiras atividades não eram associadas ao trabalho precoce (ou a começar *a trabalhar cedo*, nas palavras dos jovens do grupo 1), pelo contrário. O trabalho para *ganhar um dinheirinho* seria mais ou menos aceitável até o final do ensino médio, quando então se esperava que o *verdadeiro trabalho* fosse encontrado.

Eu nunca trabalhei [...] Ah! Eu fazia um biquinho no Correio. [...] só chamava quando precisava, nem era sempre que tinha. Aí quando chamava eu ia, tinha que pôr etiquetinha nas cartas pra poder entregar e era assim sempre. Também tive muito bico entregando panfleto na rua. Não era trabalho, não. Eu nunca trabalhei assim. Isso aí foi um bico, uma coisa assim de momento, você tá precisando, você vai e faz. (Isabele, 19 anos, preta, ensino médio completo).

Trabalho de verdade, não. Sempre quando aparecia uns bicos assim, eu trabalhava de ajudante de pedreiro, de qualquer coisa que aparecia eu tava dentro. Meus vizinhos falavam: tem um trabalho de ajudante de pedreiro, você não quer ir, não? E eu: vamos. Eu sempre tava trampando, fazendo uns biquinhos, desde os 16 anos que eu faço bico. (Rogério, 20 anos, preto, ensino médio completo).

Eu nunca trabalhei, assim, trabalhar com registro, nunca. Não ter registro é a mesma coisa de não trabalhar, porque eu tendo registro na carteira, tipo assim, eu posso fazer alguma coisa com que eu me aposente, sabe, coisa que eu não quero tão cedo, mas tá beleza. E tipo eu acho que um registro na carteira é muito importante, porque tem gente aí com menos de 20 anos que tem registro, por que outros têm 20 anos e não tem registro? (Letícia, 20 anos, preta, ensino médio completo).

Trabalho mesmo nenhum. Assim, o bom assim é que tem muita gente que não consegue fazer uma entrevista, pelo menos eu consegui pelos menos umas vinte, né, foi meio assim, mas foi bom assim, aí dá um pouco de esperança pra gente. Mas teve alguns lugares que eu só fui pra entregar currículo, teve outros assim bastante que foi só entrevista, isso aí, mas emprego mesmo eu não consegui nenhum. Até hoje foi só bico mesmo. (Pâmela, 21 anos, preta, ensino médio completo).

Como assim, trabalhar? Eu nunca trabalhei. Ah, tive uns trabalhinhos, assim, tudo temporário. Mas dizer que trabalhei mesmo, eu nunca trabalhei. Trabalhar assim em loja, em escritório, eu nunca trabalhei. (Renata, 22 anos, preta, ensino médio completo).

Olha, eu nunca trabalhei assim... meu trabalho foi mais no setor de limpeza, eu tive registro e tudo, não que não seja um trabalho digno mas eu não quero mais esse trabalho, estou tentando mudar... (Paula, 21 anos, preta, ensino médio completo).

Finalizado o ensino médio, o *trabalho de verdade* não chegou (nem a possibilidade de continuidade da escolarização) e o avançar dos anos, aliado à necessidade e o desejo de independência ou apoio a suas famílias, fez com que passassem a realizar ou a projetar a realização de *qualquer* tipo de trabalho, mesmo em desacordo com suas expectativas e de seus familiares – sendo os mais citados o emprego doméstico, no caso das moças, ou ocupações como as de porteiro, motorista, ajudante geral, no caso dos rapazes. Aqui, a falta de trabalho nem sempre foi nomeada como desemprego. Mas era evidente a diferença entre os modos de falar das moças e dos rapazes, remetendo também às desigualdades de gênero que permeiam o mundo do trabalho: a dificuldade de assumir a situação de desemprego foi menor entre as moças, tal como será observado mais adiante.

Este era o grupo que concentrava o maior número de jovens da pesquisa: um total de 18 (13 moças e cinco rapazes), todos acima de 18 anos e, em maior número, negros (10 pretos e quatro pardos), dado que apenas quatro deles se declararam brancos. Boa parte desses jovens estava em busca de trabalho à época da entrevista: Adriana, Clarice, Cleusa, Cristina, Daniel, Erasmo, Isabele, Letícia, Paula e Renata. Mesmo aqueles que se declararam ocupados sem registro em carteira – caso de Fábio, que era atendente em uma pizzeria há quatro anos; ou de Rogério, que trabalhava em uma lanchonete há dois meses –, estavam buscando sua inserção no mercado formal. Também foram encontradas aqui duas jovens (Andreza e

Carolina) que nunca procuraram trabalho para além dos muros de suas casas e outros que estavam *dando um tempo da procura*: Cátia porque havia acabado de ter bebê; Pâmela porque estava ajudando sua mãe nas tarefas domésticas; Miriam porque avaliara ser melhor finalizar um curso de computação; Marcos por estar deprimido. À exceção de Cátia, que morava com o *namorado*²²⁰ e o filho, os demais jovens deste grupo residiam com suas família de origem, mesmo aquelas que eram mães (Andreza, Carolina e Isabele) ou estavam unidas consensualmente (Adriana e Isabele).

4.1 Primeiras ocupações para *ganhar um dinheirinho*

Nenhum desses jovens havia exercido algum tipo de atividade remunerada quando criança, ainda que contribuíssem ou tivessem responsabilidades específicas no espaço doméstico²²¹. Tal como assinalado nos estudos de Dauster (1992), Gomes (1987) e Heilborn (1997, 2006), desde a infância é possível observar uma diferenciação entre responsabilidades atribuídas às crianças segundo o sexo: as meninas realizariam tarefas mais internas ao espaço doméstico, como lavar louças e arrumar as camas, enquanto os meninos desempenhariam atividades ligadas ao espaço externo, como jogar o lixo e circular pela vizinhança com recados. Contudo, vale observar que essa divisão pode não ser tão rígida. Seguindo análise de Punch (2001), nos primeiros anos da infância, as atividades relegadas às crianças no âmbito doméstico podem não ser tão pautadas pelo sexo, de modo que, para a autora, o trabalho das crianças não deve ser visto como mero reflexo da divisão sexual do trabalho que ocorre entre os adultos. Pois além das questões de gênero, conclusões mais precisas sobre as atividades realizadas no interior das residências também devem considerar as relações desenvolvidas entre os adultos e as crianças e entre os próprios irmãos, uma vez que ambas podem ser influenciadas pela variável sexo, mas também pela idade, ordem de nascimento e número de irmãos. Essa mesma autora destaca, entretanto, que quanto mais a idade aumenta, e cresce a

²²⁰ Cabe reiterar que as jovens unidas consensualmente não chamavam seus cônjuges de maridos, mas sim de namorados. Por seus relatos foi possível perceber que isso se relacionava ao fato de não terem se casado oficialmente.

²²¹ Como demonstram as pesquisas de Dauster (1992), Gomes, (1987) e Punch (2001), desde a mais tenra idade crianças oriundas das camadas populares assumem tarefas no interior de suas casas, mas não necessariamente como uma obrigação “diária e constante” (Gomes, 1987). A realização desse trabalho não se refere somente à necessidade econômica, mas também assume um valor simbólico importante.

carga de trabalho e de responsabilidades, mais se amplia a divisão por gênero²²². Assim, entre os adultos, mesmo em períodos mais recentes, o envolvimento dos homens em tarefas domésticas ainda acontece de maneira muito seletiva (Bruschini, 2007).

No caso dos jovens deste grupo, na medida em que entravam na adolescência começavam a executar atividades remuneradas, embora considerassem nunca ter trabalhado, tal como explicitado em suas falas anteriores. Ocorre que, além da ausência do registro em carteira, o tipo de trabalho e sua regularidade (ou falta), aliados àquilo que projetavam para si em um futuro próximo, retiravam das ocupações que tinham exercido até o momento da entrevista o estatuto de *trabalho de verdade*.

Nesse sentido, quais teriam sido os trabalhos até então realizados e excluídos pelos jovens do universo do *trabalho de verdade* em seu campo de significados? No caso das moças, além de apoiarem suas mães nas tarefas domésticas, começaram a *ganhar algum dinheirinho* cuidando de um sobrinho do filho da vizinha, de um parente doente ou *ajudando* a mãe no trabalho de costura. E no caso das jovens que também eram mães, essas atividades estavam aliadas ao cuidado com os próprios filhos. Outras jovens já haviam circulado por ocupações sempre muito próximas em termos de conteúdo e condições de trabalho: empregadas domésticas, entregadoras de panfletos, balconistas em pequenos comércios do bairro. Muitas vezes uma mesma jovem já havia transitado por todas essas ocupações. No caso dos rapazes, as ocupações mais comuns concentravam-se no setor de construção civil, como servente de pedreiro, ou em atividades como mecânica de automóveis, entrega de panfletos e entrega de lanches. Logo nessas primeiras ocupações remuneradas, as diferenciações de acordo com o sexo vão emergindo: entre as moças, o predomínio de atividades comumente associadas a atributos femininos, como o cuidado e a limpeza; entre os rapazes, atividades mais relacionadas à força física, especialmente na construção civil:

[...] carregar saco de cimento, pedra, levar entulho para lugar mais distante aparecem como atividades que iniciam os meninos no aprendizado de ‘trabalho de homem’. A experiência na atividade de pedreiro e correlatas representa uma das atividades mais disseminadas entre as classes populares urbanas para enfrentar o estrangulamento do mercado de trabalho, consistindo em um dos ‘biscates’ mais regulares. (Heilborn, 1997, p. 317).

Essas primeiras ocupações foram obtidas por intermédio de algum parente ou amigo próximo, em torno dos 16 anos e, portanto, mais tardiamente em relação ao grupo antes apresentado. O desejo desses jovens de começar a trabalhar para *ganhar um dinheirinho*

²²² Em sua pesquisa, Punch (2001) observou que isso começava a ocorrer a partir dos 10 anos. Até então, o trabalho realizado por crianças parecia ultrapassar estereótipos de gênero e não se constituir em um “mero espelho” do trabalho realizado pelos adultos.

aproximava-se da razão que tem se constituído como a mais comum entre os jovens, de maneira geral: a busca de independência pessoal em relação aos pais e a vivência da própria condição juvenil. Assim como vem sendo revelado desde os clássicos estudos de Madeira (1986, 1993, 1997) sobre o aumento da presença juvenil no mercado de trabalho a partir da década de 1970 até estudos mais recentes em torno dos sentidos do trabalho para jovens neste início de século (Corrochano, 2001; Guimarães, 2005).

No caso dos jovens deste segundo grupo, é importante assinalar que nenhum deles ocupava o papel de provedor de suas famílias, fosse na época em que foram entrevistados ou mesmo antes desse período. Muito embora contribuíssem para o orçamento doméstico com a renda obtida, eram principalmente as necessidades de consumo pessoais que visavam responder com seu trabalho, ao menos nessas primeiras ocupações. De todo modo, as falas a seguir deixam entrever que essa necessidade de consumo pessoal não corresponde nem a uma entrega desmedida ao universo do consumo, nem à obtenção de símbolos relacionados apenas à identidade juvenil. À semelhança dos jovens entrevistados por Ferreira (2004), os jovens aqui agrupados tinham muita consciência dos limitados recursos de suas famílias. Em poucos casos tratava-se de comprar roupas e sapatos “de marca”; em outros, tratava-se de conseguir dinheiro para substituir roupas rasgadas, chinelos quebrados, comprar material, produtos de higiene pessoal e beleza, uniforme escolares²²³. Marcos, assim como outros do grupo, expressava claramente os conflitos vividos com o pai por este não se preocupar em comprar *coisas boas* para os filhos, enfatizando a necessidade de ele mesmo fazer o que o pai não fazia. Ao mesmo tempo, criticava os jovens do local onde morava por terem a necessidade de adquirir *produtos da classe média*. Ainda que estivesse implícito que ao falar do desejo do outro ele estivesse reportando-se ao seu próprio, suas considerações pareciam mais atreladas à necessidade de comprar coisas que também fossem boas e bonitas, pois revelou: “*Não é porque eu sou pobre que quero qualquer coisa pra mim... eu quero coisa boa.*” Já entre algumas das jovens pardas e pretas, chama atenção a recorrência do desejo de comprar um xampu especial para tratamento dos cabelos²²⁴.

²²³ A contida necessidade de consumo desses jovens parece indicar a importância da cautela com relação às análises que dão destaque à busca desenfreada por produtos de marca entre diferentes segmentos juvenis, inclusive entre os mais pobres, tal como sugere Ferreira (2004, p.414-415) em suas reflexões sobre trajetórias de jovens moradores de uma favela na cidade de São Paulo.

²²⁴ No caso das jovens pretas e pardas, não se dispõe de dados suficientes para afirmar que sua necessidade de comprar produtos para *amaci*ar o cabelo é também uma preocupação que está relacionada a uma afirmação da identidade negra, tampouco à sua negação. De todo modo, é preciso considerar estudos como o de Gomes (2003), que discute como o corpo pode ser suporte de uma identidade racial, e sinaliza pelo menos duas leituras possíveis dessa preocupação com o tratamento do cabelo: por um lado, a negação de si mesmo quando há necessidade de alterar a textura do cabelo e se aproximar do modelo de beleza do branco; e por outro, a compra

Nem sei, acho que era com 16, 18 anos, é a minha irmã que paga as contas, minha irmã e meu pai, aí se eu tivesse um emprego aí minha irmã não precisava se preocupar tanto assim, eles iam ficar muito feliz, ela pagava as contas e era só isso, aí assim se eu conseguisse um emprego pra comprar as coisas eu não ia ficar com roupas rasgadas assim, roupa velha que é muito feio, pra poder até ajudar alguma coisa em casa assim, ou alguma conta, ou numa conta, ou alguma coisinha assim pra casa. Eu e minhas irmãs assim, a gente vê como a mãe rala, né, a gente quer sempre tá ajudando [...] Assim eu pensava assim que se eu trabalhasse seria bem melhor porque assim eu ia poder comprar minhas coisas, aquela coisa de criança ‘ah, mãe eu quero isso, ah mãe eu quero aquilo’, e eu acho ridículo isso, então eu pensava assim se eu tivesse um emprego seria bem melhor. Aí eu ia poder até tratar as espinhas que antes era bem mais pior, aí o cabelo também podia deixar bem macio, daria menor trabalho, então assim ao invés de falar assim ‘ah, mãe, eu quero um xampu pra isso, aí eu poderia ir lá comprar...’ (Pâmela, 21 anos, preta, ensino médio completo).

Eu estudei tudo, né, eu estudei, mas sempre na vida, por morar em periferia, o que acontece? Sempre queria ter um tênis legal, uma calça legal, uma camisa legal, mas o meu pai nunca deu, entendeu? O meu pai... eu falo assim, tipo assim é, meu pai, eu amo ele, só que também por ser meu pai eu também não vou aceitar os erros dele, entendeu? Então, o que acontece? Ele nunca foi um... por ele trabalhar das 7h às 19h da noite, então também ele foi um pai ausente aos filhos. Aí tudo bem. Aí o que acontece? Aí eu comecei a pensar em trabalhar pra ter minhas coisas, ter a minha liberdade [...] Porque, infelizmente, mesmo sendo pobres, mas tem pessoas que quer ser o que não é, quer ter um carro bom, lógico eu tenho capacidade de ter um carro mais futuramente, eu posso trabalhar e conseguir um carro, só que as pessoas quer ser que nem o que as pessoas são de verdade, são classe média. Eu acho, no meu modo de pensar, que você tem que ser o que você é, mas não ser o que você não é, imitar as pessoas. Eu não, eu não vou muito por moda, eu vou porque eu gosto, se eu vejo uma calça e gostar eu vou comprar, entendeu? (Marcos, 23 anos, pardo, ensino médio completo).

Eu comecei com 16 anos, eu, por exemplo, eu por um lado eu queria ter tênis de marca, eu queria ter uma roupa legal, queria ter do bom e do melhor, só que esse bom e do melhor meu pai não poderia me dar, entendeu? Então, o que eu tenho que fazer? Pra ter as minhas coisas eu tenho que conquistar, eu tenho que lutar pra ter. Então eu já comecei a ver que para mim conseguir o que eu queria mesmo de verdade eu tinha que trabalhar, aí foi daí em diante que eu comecei. (Erasmão, 23 anos, branco, ensino médio completo).

Foi com 16 anos, porque eu queria ter as minhas coisas [...] eu queria trabalhar pra ter as minhas coisas e ajudar ela [a mãe]... eu queria trabalhar porque eu quero comprar um terreno pra mim, sempre quis ter a minha casa, então eu queria trabalhar pra ter as minhas coisas, pra ajudar ela, pra juntar dinheiro pra comprar um terreno pra mim, eu sempre quis trabalhar pra isso. Porque a minha mãe sempre tentou dar do bom e do melhor pra gente... comida nunca faltou graças a Deus, mas roupa, roupa mesmo de marca a gente não tem, sapato também não, sempre foi com

dificuldade que ela comprava roupa, sapato, essas coisas, pra gente, porque como era muita criança pra cuidar, quando comprava pra um o chinelo do outro já tava quebrado, era assim, porque é muita gente. Era pra ter as minhas coisas mesmo, é o que eu falo pra ela, eu não queria ser rica, mas eu queria ser bem de vida pra mim poder quando eu quiser, porque eu gosto de teatro e de cinema, quando eu querer ir nesses lugar eu ter um dinheiro pra mim ir, eu queria trabalhar pra isso, pra mim poder sair. (Cristina, 21 anos, parda, ensino médio completo).

Sobretudo no caso das moças, começar a trabalhar também facilitaria a conquista do mundo da rua. Letícia, por exemplo, sempre gostara muito da rua, mas o controle da mãe abarcava todas as dimensões de sua vida: da ida ao médico à busca por trabalho. Não por acaso Letícia queria encontrar um emprego bem longe de sua casa, a fim de se *destrambelhar pelo mundo*, para usar uma expressão recorrente em sua narrativa. Ela conseguia muitas vezes escapar: pular o muro à noite era uma de suas estratégias de fuga preferidas, numa recusa explícita a um padrão de feminilidade, preconizado por sua mãe, de que o lugar da mulher é em casa, primando pela organização do espaço doméstico. Em sua perspectiva, não se livraria, necessariamente, da pressão da mãe se comesse a ganhar seu próprio dinheiro, mas teria maiores chances de circulação.

Nesse sentido, trabalhar está atrelado à possibilidade de maior liberdade não somente para o consumo de produtos desejados e desejáveis para si, mas também para maiores chances de circulação, inclusive para a experimentação sexual, pois “a sexualidade é um dos domínios que incitam o jovem a criar uma esfera de autonomia individual em relação à família de origem” (Heilborn, 2006, p. 229). Letícia, por exemplo, apontou o início da vida sexual, e a possibilidade de gravidez decorrente disto, como um fator desencadeador de suas preocupações com o trabalho²²⁵. Vale observar, ainda, que sua maior inquietação não era necessariamente engravidar fora de uma união conjugal, mas sim a obtenção de condições para sustentar seu filho: não queria depender do pai da criança ou de seus pais para sustentá-los, ela e o bebê.

E foi justamente a maternidade que desencadeou a preocupação de duas das jovens deste grupo com relação ao trabalho. Andreza e Carolina relataram que foi exatamente a gravidez, por volta dos 17 anos, que lhes trouxe a sensação de que a fase de *curtir a vida*

²²⁵ De fato, segundo Heilborn (2006, p. 239), entre jovens das camadas populares, “[...] há uma relativa aproximação temporal nas experiências de aquisição da primeira atividade remunerada e a primeira relação sexual, esferas importantes que constituem o processo de construção de pessoa e de uma certa autonomização do jovem em relação à família de origem, sem comprometer, contudo, a reciprocidade familiar, fundamental no caso de um evento reprodutivo”.

havia acabado: era o fim da adolescência ou da juventude, em suas perspectivas²²⁶. Ao contrário do que aconteceu com a única mulher do grupo anterior e com outras duas jovens mães deste grupo (Cátia e Isabele), os respectivos namorados *sumiram e não assumiram* as crianças, e até então eram seus pais que sustentavam seus filhos. As quatro jovens, (Carolina Andreza, Isabele e Cátia – estas duas últimas, inclusive, unidas consensualmente aos seus *namorados*), seguiram contando com apoio da família, e apenas uma delas, Cátia, deixou a casa dos pais, embora tenha continuado a receber apoio no cuidado e nas despesas com a criança, assim como as demais. De todo modo, a maternidade acarretava maior pressão para que essas moças buscassem um *trabalho de verdade*.

No geral, a busca por trabalho, para os jovens deste grupo, teve início com a conclusão do ensino fundamental, tendo se intensificado a partir do término do ensino médio. Uma diferença em relação ao grupo anterior, porém, é que aqui os pais apoiaram a conclusão do ensino médio para depois disso incentivarem (e em alguns casos pressionarem) seus filhos para procura ou realização de algum tipo de trabalho. Em alguns casos, quando houve interrupção da vida escolar, ela se deveu muito mais às questões relacionadas à própria escola, como ocorreu com Marcos e Daniel, que *não gostavam mesmo de estudar* e quiseram *dar um tempo* depois do ensino fundamental, só retornando com muita insistência das mães. Fábio parou um semestre porque ingressou em um time de futebol profissional, e Carolina parou de estudar porque teve um filho²²⁷. Entretanto, pouco tempo depois, todos retomaram os estudos até a finalização da escolaridade básica.

Era recorrente em suas falas a perspectiva de que a escola atrapalhava o trabalho e não o inverso. Isso porque muitos deles perderam chances de trabalho quando estudavam, uma vez que não conseguiam conciliar os horários. Também aqui relatam as intensas negociações com os pais que, de modo geral, impediam a saída da escola para dedicação a algum trabalho em que não fosse possível a conciliação. Por seus relatos é possível perceber que eles próprios não gostariam de continuar apenas estudando, desejavam ingressar no mercado de trabalho.

²²⁶ Cabe observar que nenhuma das jovens engravidou antes dos 15 anos, período que, conforme Heilborn, tem suscitado maior preocupação na mídia. A percepção das jovens de que perderam a juventude ou a adolescência relaciona-se a uma representação mais ampla da sociedade, onde “a gravidez ou experiência da parentalidade na juventude passa a ser vista como um acontecimento que perturba o desenvolvimento ideal do jovem nessa etapa da vida” (Heilborn, op. cit., p.228). De toda maneira, a autora constata que a possibilidade de um encurtamento da juventude diferencia-se segundo o gênero e a classe social. Entre jovens das camadas mais favorecidas da população, o nascimento de uma criança não necessariamente significa aproximar-se do estatuto de adulto, como prevalece nas camadas populares.

²²⁷ As outras jovens já haviam finalizado a escolaridade básica quando engravidaram, corroborando análise de Heilborn (Op. cit.) ao problematizar a relação estabelecida entre gravidez na adolescência e abandono dos estudos.

No entanto, as dificuldades em encontrar um trabalho em que fosse possível a conciliação com a vida escolar, a pressão dos pais para que não abandonassem os estudos, bem como a percepção de que o ensino médio seria o mínimo necessário para a conquista de uma ocupação, parecem ter contribuído para que permanecessem na escola.

Rogério: *Eu sempre saía [pra procurar trabalho], mas não dava sorte de encontrar. Já perdi trabalho por causa da escola também [...] Uma amiga dela [da mãe] arrumou para mim de segurança, a escola atrapalhou, tinha que ser à noite, ficar até as 10h, eu estudava, não dava [...] Não dava [para sair da escola] eu até pensei, só que ela [a mãe] não deixou, não, ela sempre quis que eu terminasse. Não deu por causa da escola. Eu tinha que entrar, parece que era das 10h às 10h da noite e aí ela falou: 'Não, deixar a escola não, deixa para lá, tá novo ainda'. Aí eu perdi o serviço. E não foi só esse não, foram outros também por causa da escola que atrapalhou. No mercado também, meu primo arrumou para mim, a escola atrapalhou [...] Por causa do horário e não dava para mudar.*

Carla: *E nesse caso você ficava com a escola?*

Rogério: *Sempre com a escola.*

Carla: *Me fala um pouquinho mais sobre esse dilema entre trabalho e escola. Recupera para mim essa discussão que vocês tinham.*

Rogério: *Ela falava: 'Você vai estudar, se arrumar um pra trabalhar e estudar, vai. Se não arrumar, tem que terminar a escola, primeiro a escola, depois o trabalho'. Ela sempre quis que eu acabasse os estudos. Agora terminei, graças a Deus. E agora que eu terminei, não aparece. (Rogério, 20 anos, preto, ensino médio completo).*

O movimento desses pais, especialmente as mães, e em alguns casos também os irmãos mais velhos, de buscar e, efetivamente, conseguir manter seus filhos/irmãos na escola está intrinsecamente relacionado à valorização que o conhecimento escolar possuía em suas vidas. Em uma das favelas que foi visitada para esta pesquisa, a foto do filho com a beca e o canudo na mão ocupava um lugar central na pequena sala da casa. Se esse aspecto é semelhante ao que foi observado entre os pais do grupo anterior, aqui o esforço para garantir a continuidade da formação deu-se até a finalização da escolaridade básica, ou até o *término dos estudos*. Essa frase, por sua vez, seria impensável entre jovens e pais oriundos de camadas mais privilegiadas da população, para as quais a terminalidade é posta, no mínimo, no ensino superior. Mesmo entre jovens de camadas populares, Tartuce (2007) observou que a percepção de que o ensino médio é hoje “o mínimo denominador comum” – além da expectativa de mobilidade social (não apenas em termos financeiros) por meio do ingresso no ensino superior –, algo que tem levado muitos desses jovens a também projetar o acesso a tal nível de ensino. No caso de alguns dos sujeitos desta tese, essa perspectiva apareceu com força, mas predominou, especialmente neste grupo, uma avaliação bastante realista da

dificuldade de ingressar no ensino superior por falta de condições materiais²²⁸. Também neste grupo, a possibilidade de ingressar na universidade pública foi apontada como improvável, dado que estes jovens consideravam que receberam uma educação básica de baixa qualidade²²⁹. Além disso, não fizeram nenhuma menção à possibilidade de participar de outras vias de acesso à universidade, como o fizeram alguns jovens de grupos seguintes. Nesse sentido, não parece ser por acaso que, entre os jovens agrupados em torno desta narrativa, a busca era pela realização de algum tipo de curso profissionalizante – justamente o que almejavam quando se inscreveram no PBT, como será explicitado mais adiante.

De qualquer maneira, diversamente dos jovens do primeiro grupo, até o momento em que completaram a escolarização média, a formação escolar teve um peso maior em seus percursos, ainda que, ao freqüentarem a escola noturna, já indicassem a presença da esfera do trabalho em suas vidas, fosse pela procura, fosse pela realização de algum tipo de *bico*. Conhecer um pouco mais da família desses jovens e de seu lugar em suas famílias pode oferecer algumas pistas que ajudem a compreender as motivações para tal. Porém, não se trata aqui de fazer prevalecer o peso da instituição familiar na decisão desses pais e dos próprios jovens em se manterem por mais tempo na escola. Isso parece depender de uma complexa inter-relação entre as instituições família, trabalho e escola na vida dos indivíduos, como já assinalado por este estudo, além das próprias transformações no sistema de ensino e no mundo do trabalho.

O primeiro dado a ser destacado sobre as famílias dos jovens diz respeito à naturalidade: à exceção dos pais e mães de Clarice, Cristina, Isabele e Renata, e das mães de Cátia e Paula, todos os demais eram migrantes que chegaram à cidade de São Paulo em busca de trabalho e melhores condições de vida quando ainda jovens. Segundo análise de Batista (2006), a chegada há mais tempo na cidade pode ter alguma influência para que o trabalho tenha adquirido importância um pouco menor nas trajetórias de seus filhos. Como já descrito anteriormente, Batista (2006) compara as trajetórias de migrantes recentes (há menos de 10 anos) e migrantes de mais longo prazo (há mais de 10 anos instalados na cidade), revelando que a melhoria de condições de vida e de ocupação auferidas por estes últimos aponta uma maior probabilidade de seus filhos serem poupados do trabalho, inclusive em relação aos

²²⁸ Segundo Silva (2003, p. 109-110): “Parece razoável supor que o efeito da renda familiar sobre a permanência na escola aumente com o nível de escolaridade atingido, especialmente em contexto como o brasileiro, em que o ensino nos níveis mais elevados é crescentemente atribuído à esfera privada.”

²²⁹ Todos haviam cursado o ensino fundamental e médio em escolas públicas. Particularmente em relação ao ensino médio, todos freqüentaram a escola noturna. À exceção de Adriana, que afirma ter buscado uma escola pública de maior qualidade, um pouco mais distante de seu bairro, todos os demais enfatizaram as dificuldades de ingressar no ensino superior público em função da qualidade dos cursos a que tiveram acesso.

filhos dos não-migrantes. Na perspectiva da autora, os filhos desses migrantes de longo prazo acabam tendo algum ganho em função de certa “seletividade positiva” de seus pais, ainda que não necessariamente tenham mais chances de estudar²³⁰. Diferentemente da situação das famílias dos jovens do primeiro grupo, aqui pareceu evidente uma menor necessidade da participação financeira dos filhos no orçamento doméstico.

Com relação às condições de moradia, cabe observar que a maioria das famílias dos jovens deste grupo não pagava aluguel e habitava ou em áreas de ocupação, ou no terreno de algum parente. Apenas no caso de Renata, que residia em um conjunto habitacional popular, sua mãe arcava com as prestações do apartamento. Em alguma medida, este aspecto também pode ter contribuído para que fossem menos pressionados ao trabalho.

O lugar desses jovens na família também pareceu influenciar nesse sentido. Aqui, eles são os irmãos mais novos, aqueles que muitos dos pais, mães e irmãos ou irmãs mais velhas incentivavam a terminar os estudos, ou seja, concluir o ensino médio. Desse modo, a ordem de nascimento também pode ter contribuído para esse aspecto. Tal como revelado na análise dos resultados obtidos pela investigação do grupo anterior, não são poucos os estudos (Batista, 2006; Heilborn, 1997) que apontam a maior probabilidade do primogênito ou do filho único ter que se dedicar ao trabalho ainda criança ou adolescente. Ora, quando esses jovens nasceram, contavam com a presença de irmãos mais velhos. E alguns deles, mesmo que já não residissem junto a suas famílias de origem, como no caso dos irmãos de Rogério, costumavam apoiá-las, principalmente se pertencessem a famílias monoparentais chefiadas pelas mães. Foram os próprios jovens que indicaram, na entrevista, tanto o desinteresse dos irmãos mais velhos pela escola quanto a necessidade de trabalho precoce como razões de sua dificuldade para continuar os estudos²³¹.

Meu irmão mais velho não terminou os estudos, queria viver na gandaia, então meu pai queria ver um filho dele, por exemplo, eu que sou mais novo, queria ver pelo menos um homem da casa que terminasse, então aí eu terminei. Meus irmãos também me apoiaram... (Erasmão, 23 anos, branco, ensino médio completo).

Eu acho que estudar é mais importante, mas trabalhar precisa também, né? Que nem meus irmãos teve que largar da escola pra poder ir trabalhar. Mas porque tava precisando de dinheiro em casa, aí eles precisaram largar os

²³⁰ Em consonância com estudos no campo da educação, Batista (2006) formula a hipótese de que, nesse caso, a própria instituição escolar pode ter um papel importante.

²³¹ Vale reiterar que não se está aqui querendo dizer que os irmãos desses jovens deixaram os estudos para trabalhar, pois tal como evidenciado na apresentação do primeiro grupo, esse processo parece bem mais complexo. De todo modo, o fato de a maioria dos jovens dessa narrativa ter acentuado que seus irmãos e irmãs não haviam sequer finalizado o ensino fundamental, sinaliza os desafios ainda necessários para elevação da escolaridade da população, a despeito dos significativos avanços nos últimos anos (R. Oliveira, 2007).

estudos e ir. Até que eles falam pra minha mãe. Minha mãe falava de eu ir trabalhar e eles falavam: 'depois, ela precisa terminar a escola'. Aí eu terminei. [...] eles queriam que eu terminasse pra talvez conseguir um emprego melhor do que eles. Pra poder, de repente, cursar uma faculdade. Eles queriam que eu terminasse. Já que eles não terminaram, eles desejavam isso pra mim. E eu terminei. (Isabele, 19 anos, preta, ensino médio completo).

Quando considerada a escolaridade dos pais, notam-se poucas diferenças em relação aos jovens do grupo anterior: a maioria estudou até a 4ª série do ensino fundamental²³². De toda maneira, vale ressaltar que aqui já foram encontrados alguns pais com ensino fundamental e médio completos: no primeiro caso, um pai e três mães e, quanto ao ensino médio, apenas três mães (de Renata, Cátia e Marcos) chegaram a concluí-lo por intermédio do ensino supletivo, sendo que uma delas – a mãe de Marcos – cursou o magistério. Duas considerações precisam ser feitas aqui: primeiramente, a maior escolaridade das mães, em consonância com perspectivas que assinalam o aumento da média de anos de estudo e melhor desempenho educacional entre as mulheres (Hasenbalg, 2003). Além disso, ainda que não se trate de um estudo quantitativo, é preciso observar que a escolaridade mais elevada de alguns desses pais, especialmente dos chefes de família, também pode ter contribuído para que seus filhos permanecessem mais tempo na escola²³³.

A despeito de uma escolaridade ligeiramente mais elevada entre as mães, há um predomínio de ocupações relacionadas ao emprego doméstico e ao trabalho no setor de serviços como auxiliares de limpeza, assim como observado no primeiro grupo. Com exceção da mãe de Renata, que ingressou no mercado de trabalho após seu divórcio e quando os filhos já eram maiores, todas as demais sempre trabalharam para além do espaço doméstico, havendo um importante número de mães chefes de família (oito, no total). No momento da entrevista, cinco delas ainda trabalhavam como domésticas sem registro em carteira, uma estava desempregada, duas aposentadas e três em licença-saúde. Quatro mães dedicavam-se apenas ao trabalho doméstico em suas residências e somente duas mães (de Cátia e Renata) trabalhavam formalmente no serviço público como agentes comunitárias de saúde²³⁴.

²³² Em relação a esse nível de ensino, 14 pais estudaram até a 4ª série (oito pais e seis mães), um pai até a 1ª série, uma mãe até a 3ª e outra até a 5ª. Ainda foram encontrados dois pais e duas mães que nunca freqüentaram a escola. Por fim, cabe considerar que alguns jovens não souberam precisar a escolaridade de seis pais e duas mães.

²³³ Conforme Silva (2003, p. 116), “pais mais educados estariam mais preparados para transmitir aos filhos aquelas disposições socialmente valorizadas e, no nível formal, mais habilitados a apoiar e auxiliar o aprendizado deles”.

²³⁴ Não parece ser por acaso que as únicas mães que possuíam uma relação de trabalho mais formalizada estivessem no setor público. A carreira pública tem se destacado como uma alternativa de inserção profissional feminina, tanto em razão da natureza das funções que a compõem, quanto pela maior objetividade dos critérios

Entre os pais havia uma diversidade um pouco maior de profissões, não predominando apenas aquelas relativas ao setor de construção civil. Nesse sentido, ainda que alguns já tivessem perdido seus empregos, havia pais com um histórico de inserção no emprego formal e em setores cujos rendimentos são tradicionalmente mais elevados, podendo isso ter alguma relação com a maior escolarização de seus filhos (Silva, 2003). Diferentemente dos pais do grupo anterior, aqui havia metalúrgicos, caminhoneiros, porteiros, mecânico de autos e motorista. Quanto às suas ocupações à época da entrevista, três pais estavam formalmente empregados, três desempregados, quatro inativos (dois afastados por doença, sendo um com rendimento e outro não, e dois aposentados). Três eram trabalhadores autônomos (um mecânico de autos e dois pedreiros)²³⁵.

O número de mães com rendimentos superava o número de pais: 13 mães contra nove pais. Considerando esse aspecto, havia oito jovens cuja renda per capita familiar variava de mais de meio a um salário mínimo, quatro com menos de meio, outros quatro com meio salário mínimo per capita e, finalmente, dois jovens cuja renda familiar per capita oscilava entre mais de um a dois salários mínimos. As famílias de Letícia, Cleusa Andreza e Erasmo tinham a menor renda per capita; as famílias de Cátia e Daniel, a maior. Em termos de rendimento, não havia diferenças em relação aos jovens do capítulo anterior.

A análise dos percursos ocupacionais dos pais e das mães desses jovens parece aproximar-se de pesquisas que indicam um aumento da presença feminina no mercado de trabalho (Hasenbalg, 2003; Hirata e Kergoat, 2003; Montali, 2004, 2006), seja na condição de chefes de família, caso de oito mães²³⁶; seja como co-provedoras, caso de cinco mães²³⁷. Especialmente a partir da década de 1990, o perfil majoritário da mulher trabalhadora passou a ser o da mulher mais velha, casada e mãe²³⁸, e não mais o da mulher jovem, solteira e sem filhos, como predominava até o final dos anos 1970 (Bruschini, 2007). Se nas camadas populares o trabalho remunerado de mulheres já era uma realidade, ele se intensificou. Primeiramente, por razões de ordem econômica: como já assinalado, foram os chefes masculinos e os filhos maiores de 18 anos os componentes familiares mais afetados pela

de ingresso, por meio de concurso público (Dieese, 2003), o que parece fundamental, especialmente pelo fato de estas duas mães serem negras.

²³⁵ Cabe comentar que uma mãe e dois pais já eram falecidos e três jovens não souberam informar a profissão/ocupação dos pais na ocasião.

²³⁶ Trata-se das mães de Clarice, Isabele, Renata, Adriana, Cristina, Rogério, Paula e Cleusa.

²³⁷ São as mães de Carolina, Andreza, Pâmela, Miriam e Daniel. Como cônjuges estavam apenas as mães de Letícia, Fábio, Marcos e Erasmo.

²³⁸ Segundo dados da Pnad, no ano de 2005, a taxa de atividade feminina era de 74% entre mulheres de 30 a 39 anos, de 43,1% entre jovens de 15 a 19 anos e de 68,8% entre aquelas de 20 a 24 anos (Bruschini, 2007).

reestruturação produtiva, tendo perdido um importante número de postos de trabalho. Diante disso, o fenômeno mais claro quando se observam os números é o aumento da presença da mulher chefe e cônjuge no mercado de trabalho, em geral sujeita às ocupações informais e mal-remuneradas (Montali, 2004). Além disso, alguns estudos assinalam a importância da modernização e de mudanças culturais²³⁹ observáveis desde a década de 1970 no Brasil, das quais a expansão da escolaridade tem uma parte importante no processo (Bruschini, 2007). Não por acaso, algumas dessas mães retomaram seus estudos e chegaram a concluir o ensino médio em busca de novas perspectivas profissionais e de vida. De todo modo, como ficará ainda mais claro na observação dos percursos das jovens deste estudo, ao lado das mudanças há muitas permanências, sendo a mais central delas a manutenção das responsabilidades das mulheres pelos afazeres domésticos e o cuidado com os filhos e outros familiares (Bruschini, 2007; Hirata e Kergoat, 2003; Maruani, 2003).

Assim, esses mesmos aspectos também podem contribuir para compreender a menor pressão para que os filhos e filhas trabalhassem e permanecessem na escola: as dificuldades que esses jovens tinham de encontrar trabalho que escapasse aos conhecidos *bicos*. Historicamente, chefes de família e filhos tinham acesso a empregos mais protegidos e com salários mais elevados do que as mulheres, além de estarem mais disponíveis para o mercado, dadas as relações de hierarquia, de gênero e atribuições estabelecidas nas relações familiares (Montali, 2004). Ao lado disso, também é preciso considerar a expansão da escolaridade. Ou como afirma Silva (2003, p. 38):

[...] se por um lado as distribuições de recursos e de oportunidades identificadas em cada fase do ciclo de vida individual são determinadas pela situação destes indivíduos nas etapas anteriores, por outro, possuem também determinantes exógenos ao sistema de transmissão, fazendo com que estas distribuições desfrutem de uma certa autonomia intrínseca e implicando a possibilidade de modificação corretiva (até certos limites) dos níveis de desigualdade naquele ponto. Para dar um exemplo, sabemos que a aquisição de capital cultural e de credenciais via educação formal é em larga medida determinada pela situação da família de origem dos estudantes. Mas, para além desta determinação, modificações exógenas ao sistema educativo, eventualmente resultantes de políticas públicas, podem alterar positiva ou negativamente o quadro da distribuição desigual destes recursos

²³⁹ Na hipótese de Montali, a crise também pode impulsionar uma mudança de valores no interior das famílias quanto à inserção de seus membros no mercado de trabalho: “Essa mobilização da mulher para o trabalho, além de evidenciar impactos diferenciados da crise a depender da posição na família também revela mudança na sociedade na aceitação do novo papel da mulher como co-provedora [...] As situações de crise econômica propiciam mudanças na relação família-trabalho e nas relações de poder na família [...] Mas ainda há resistências evidenciadas por estudos em torno desse novo papel [...] Estas resistências têm se explicitado de forma mais clara nas famílias de baixa renda, nas quais, apesar das evidências nas mudanças do padrão de provisão, a autoridade masculina é reivindicada como prerrogativa, gerando conflitos, violência doméstica e alcoolismo masculino” (2006, p. 228).

educacionais, e assim alterar as oportunidades oferecidas nas etapas subsequentes do ciclo de vida dos indivíduos.

Nos últimos anos, observam-se incrementos significativos no número de matrículas, especialmente no ensino médio (Silva, 2003). Ao mesmo tempo, tal como destacado nesta tese, observam-se novas realidades nos ambientes de trabalho, tanto do ponto de vista técnico quanto organizacional, exigindo um trabalhador capaz de realizar múltiplas tarefas, com iniciativa, responsabilidade, criatividade, maior capacidade de decisão e abstração, e maior grau de escolaridade. Mas, dado que uma série de “velhas” realidades persiste, essas qualidades serão utilizadas por um pequeno número de empresas, envolvendo um número restrito de trabalhadores (Ferretti, 1996; Letelier, 1999; Quadros, 1995). De todo modo, a despeito da necessidade ou não de níveis mais elevados de escolaridade para a realização concreta de trabalhos, na medida em que aumenta a escolaridade da população e se reduzem os empregos, não é difícil para os jovens perceberem a necessidade de estudar para melhorar “o lugar na fila” (Hasenbalg, 2003). Era recorrente, em suas falas, a idéia de que *até para lixeiro precisa de 2º grau*.

Aqui vale pontuar uma diferenciação constatada por Gomes (1997) que encontrou jovens de camadas populares questionando a necessidade de maior escolaridade, visto que os empregos acessíveis a eles não exigiriam tantos anos de estudo. Se os jovens aqui apresentados sabiam que a maior escolaridade não lhes garantiria emprego e sequer um emprego de qualidade, sem ela as chances seriam ainda mais reduzidas. E diferentemente dos entrevistados do primeiro grupo, eles conseguiram concluir o ensino médio.

O fato de concluírem esse nível de ensino, no entanto, não significa, necessariamente, uma completa adesão à instituição escolar. Quando falam de suas experiências escolares remetem-se muito mais fortemente às amizades, à lembrança de um ou outro professor mais amigo e menos aos conteúdos aprendidos. A maior ênfase na dimensão de sociabilidade e na relação estabelecida com alguns professores e, em alguns casos, o predomínio de uma relação instrumental com o conhecimento, aproxima esses jovens dos achados de vários outros estudos em torno da experiência escolar juvenil (Corti e Souza, 2003; Dayrell, 2007; Sposito, 2005).

Por fim, é preciso não esquecer o maior número de moças como sujeitos desta tese, em especial neste grupo (13 moças contra cinco rapazes). Em geral, são elas que, mesmo quando mais escolarizadas, estão mais sujeitas ao desemprego e ao acesso a empregos menos protegidos. Se isso é real para as mulheres brancas, é ainda mais intenso no caso das mulheres negras:

Se as mulheres brancas estão bem representadas na PEA, o estão mais ainda entre os empregados, categoria que abriga os assalariados (com ou sem carteira assinada), via de regra nos setores mais organizados da economia, com maior probabilidade de obter salários mais altos e ter representatividade sindical. Nesta categoria, o percentual de brancas atinge quase 63% em 1998, enquanto as negras são pouco mais de 36%. (Bruschini e Lombardi, 2003, p.326).

Ora, se neste grupo predominam as mulheres e, dentre elas, as mulheres negras (nove pretas, três pardas e uma branca), as maiores dificuldades dessas em acessarem o mundo dos empregos também podem ter favorecido sua maior permanência na escola²⁴⁰. Ao lado disso, tanto entre negros quanto entre negras, embora as desigualdades de acesso e permanência na escola continuem significativas e perversas, verifica-se uma pequena redução das vantagens associadas à cor branca quando observadas as diferentes transições no interior do sistema de ensino²⁴¹.

Todos esses fatores considerados conjuntamente contribuem para explicar a maior centralidade da escola nos trajetos desses jovens. Aqui, além de eles terem acentuado a importância dada à escola, observou-se entre seus pais um maior investimento e empenho para que seus filhos chegassem ao final da escolaridade básica – e eles efetivamente chegaram²⁴². Os jovens já questionavam esse pesado investimento, fundamentalmente porque não conseguiam acessar empregos de qualidade, bastando recuperar a fala de Rogério em relação às expectativas de sua mãe: *“Ela sempre quis que eu acabasse os estudos. Agora terminei, graças a Deus. E agora que eu terminei, não aparece...”* Mas eles também não

²⁴⁰ Ainda que não se possa esquecer que as taxas de participação das negras no mercado de trabalho são sempre mais elevadas em relação às brancas. De fato, a inserção produtiva dos negros se caracteriza por ingresso precoce e abandono tardio do mercado de trabalho. De todo modo, a inserção precoce (entre 10 e 15 anos) recai mais fortemente sobre os jovens negros do que em relação aos jovens brancos (Dieese, 2003).

²⁴¹ “Não só jovens brancos desfrutam de maiores vantagens nas transições escolares ao longo de todo o processo, como estas vantagens parecem crescer conforme se faz esta progressão dentro do sistema. No entanto, o exame das tendências temporais desse efeito [efeito cor] indica claramente uma redução destas vantagens associadas à cor branca, ocorrendo uma redução nas três transições estudadas [Transição 1: chances de completar ou não com sucesso a 1ª série; Transição 2: chances de completar ou não com sucesso a 4ª série dado ter completado a 1ª série e Transição 3, chances de completar ou não com sucesso a 8ª série dado que completou a 4ª série]. Assim, pode-se dizer que, se a seletividade racial no sistema escolar brasileiro é significativa e perversa, por outro lado observa-se uma tendência ao mitigamento destas desigualdades nas chances de escolarização”. (Silva, 2003, p. 133).

²⁴² Tal como afirmava a mãe de Renata: *“Ah, eu acho assim, eu penso assim, a partir que eles concluíram o colegial, que é o mais essencial dos estudos, eu acho que a partir daí eles já deveriam pegar e procurar um serviço pra trabalhar, eu penso assim, né, não é assim tá estudando tá trabalhando, não, eu acho que concluí primeiro a escola e depois vai trabalhar [...] Porque eu acho que a escola já é um caminho pro trabalho, eu acho que a escola é assim já é um empurrão pro trabalho, porque sem a escola você não vai conseguir ter um serviço bom, então eu penso assim”*.

desprezavam esse investimento, pois todos os dias viam circular notícias e informações sobre exigências de ensino médio completo mesmo para as mais modestas ocupações.

4.2 Ocupações do passado, ocupações do presente: distâncias em relação ao trabalho de verdade

O momento em que começaram a pensar em trabalhar não era apenas resultado de uma preocupação com o presente – *ganhar um dinheirinho* para comprar as próprias roupas, sapatos, sair para divertir-se com amigos ou, no caso das jovens que já tinham filhos, sustentá-los. Era também a consequência de uma grande mudança: *deixar de ser criança* ou *moleque*, como repetiam vários dos rapazes, e passar a se preocupar com o futuro. Nas palavras de Erasmo:

Assim, por exemplo, dos 15 anos pra frente você já tá homem praticamente ou já tá moço, então você já encara a vida, assim, como uma realidade, você deixa o seu lado infantil de lado, já passa a se tornar homem e mulher, você tem que encarar a realidade, bater de frente com a realidade, entendeu? Aí você já vê que você já tem que ter, o que você quer, você tem que começar a pensar no futuro, você pensa em ter casa, já pensa em ter família, aí você já tem que encarar a realidade e bater de frente, é por aí.
(Erasmo, 23 anos, branco, ensino médio completo).

A busca pelo *trabalho de verdade* aconteceu quando estavam no ensino médio, por volta dos 16 anos, e passou a se acirrar quando finalizaram esse nível de ensino, o que também parece atrelar-se ao momento em que a legislação brasileira permite que os jovens comecem a trabalhar. Nesse período, circularam por muitas ocupações, mas em nenhuma delas conseguiram a formalização da relação de trabalho. Foi referindo-se às ocupações que tiveram que expressaram seu descontentamento com o tipo de trabalho que encontraram, dando pistas para a compreensão do que estavam chamando de um *trabalho de verdade*.

Mesmo que o registro em carteira fosse o elemento mais importante deste trabalho, ele não era o único. Aspectos ligados à relação entre o tipo de trabalho e a escolaridade alcançada, possibilidade de ascensão, regularidade, jornada, local e condições de trabalho também eram importantes. Cada um desses aspectos configurava aquilo que seria o *trabalho de verdade* em suas perspectivas. Assim, o que falaram sobre as ocupações que tiveram no passado ou que ainda tinham no presente ajuda a revelar elementos do *verdadeiro trabalho*.

Entre as jovens, um primeiro aspecto que se revela com bastante força em suas narrativas diz respeito ao trabalho doméstico em suas próprias casas. Foi Andreza quem expressou mais claramente essa questão: “*Trabalhar é trabalhar fora de casa, mesmo que fosse pra realizar a mesma coisa que já faço.*” É fato que todas elas contribuíam ou eram responsáveis, de um modo ou de outro, pelo trabalho doméstico em suas casas, mas não queriam permanecer nessa condição. Trabalhando em suas próprias residências percebiam

dificuldades para circular, conhecer outras pessoas e adquirir novos aprendizados, aspectos que as palavras de Renata resumem bem:

Porque além de eu tá trabalhando, além de eu tá recebendo meu dinheiro, de poder ajudar minha mãe e me ajudar, eu vou tá conhecendo coisas novas, eu vou tá aprendendo coisas novas, eu vou tá conhecendo pessoas novas... Eu vou ter influências melhores, eu posso crescer dentro da empresa, aprender coisas nova dentro da empresa, ou na empresa, ou no que seja, entendeu? Aprender a falar melhor, a se expressar melhor e dentro de casa não. Aqui dentro de casa é sempre a mesma coisa, entendeu? Vai ser praticamente impossível de eu conhecer uma coisa nova ou aprender uma coisa nova aqui dentro que tudo aqui é a mesma coisa é tudo aquilo que eu já sei, que todo mundo sabe. (Renata, 22 anos, preta, ensino médio completo).

Além de um trabalho que não fosse realizado em suas próprias casas, também projetavam um trabalho que não fosse tão perto: nem tão perto que seus pais pudessem controlar seus horários, na perspectiva de Letícia, nem tão longe que tivessem dificuldades em retornar para casa, no caso de Renata. Aqui ainda persistia certo controle dos pais em relação à circulação das moças, mas que também atingia os rapazes, como será visto.

Uma outra ocupação recorrente entre essas jovens, e igualmente distante do que projetavam como *trabalho de verdade*, foi o emprego doméstico²⁴³, algo que também Eliza, do primeiro grupo, havia realizado. Todas elas já haviam realizado algum *bico* como faxineira, mensalista, babá, algumas mais do que outras. Esse tipo de inserção vai ao encontro dos dados relativos ao emprego doméstico naquilo que se relaciona às alternativas ocupacionais mais importantes nas regiões metropolitanas, ocupando predominantemente as mulheres. Na Região Metropolitana de São Paulo essa porcentagem chegava a 95,2% para o ano de 2004 (Dieese/GRPE, 2006). Esta é uma alternativa de trabalho ainda maior para mulheres negras: também nessa região verifica-se a presença de 29,5% de trabalhadoras negras contra 13,1% de não-negras (brancos e amarelos na classificação do Dieese). Ainda que a faixa etária predominante de empregadas domésticas gire em torno dos 25 a 39 anos, esse mesmo estudo indica que o emprego doméstico serve de porta de entrada a muitas jovens para o mercado de trabalho, dado que em todas as regiões investigadas a porcentagem de crianças e adolescentes de 10 a 17 anos oscilava entre 2,7% e 3,9%; e de jovens na faixa etária de 18 a 24 anos chegava a mais de 20% em Salvador e 12,2% em São Paulo.

²⁴³ A Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) classifica como empregados domésticos “os indivíduos que trabalham em casa de família, contratados para realizar serviços domésticos, inclusive jardinagem, segurança, condução de veículo. Tanto podem ser mensalistas, diaristas ou receber só em espécie ou em benefícios” (Dieese/ GRPE, 2006).

À época da entrevista, a única que ainda permanecia nesse tipo de ocupação era Cleusa – exatamente um caso em que se podem perceber as tensões no exercício de um trabalho dessa natureza. Cleusa era uma das jovens para a qual a necessidade de trabalhar era imperativa: sua mãe estava com depressão e seu pai afastado do trabalho por problemas de saúde. Como ela mesma afirmou, não havia nenhuma possibilidade de *ficar escolhendo trabalho*. Desde sua decisão de trabalhar como empregada doméstica, sujeitou-se aos *shows* de sua mãe e de suas tias, que não queriam para ela esse tipo de trabalho:

Então, é, assim, tudo que aparece eu faço, porque não dá pra ficar escolhendo, sabe. Tem gente que fala assim: 'Ah, você é tão novinha, você vai trabalhar de doméstica pra ficar lavando privada pros outros?' Mas se eu não fizer isso, o dinheiro não vai vir na minha mão. O serviço não vai vir até mim. Então, tudo que aparece, eu faço [...] Minha mãe deu show quando eu falei que ia trabalhar de empregada doméstica, ela achava que eu era muito nova, que tinha estudo e ia trabalhar de empregada na casa dos outros. E ela falava: 'O que eu passei eu não quero que você passe'. Mas a necessidade fala mais alto. (Cleusa, 21 anos, parda, ensino médio completo).

Os *shows* da mãe de Cleusa parecem justificar-se pela própria caracterização do setor: predominam as longas e intensas jornadas e a formalização contratual é baixa, ou seja, parte importante das trabalhadoras não tem registro em carteira, pouco mais da metade não contribui para a previdência social e o rendimento médio mensal é 60% inferior ao dos assalariados e autônomos, tratando-se de um trabalho no qual persistem os mais baixos salários na estrutura ocupacional feminina. Além disso, na avaliação da mãe e das tias, Cleusa era *muito nova e muito estudada* para o exercício dessa função. A mãe, que também trabalhara como empregada doméstica, não queria o mesmo destino para a filha, o que parecia bastante compreensível dado o fato de Cleusa já ter completado a escolaridade básica, algo que gerava expectativas de uma melhor inserção. Se Cleusa também concordava com essa perspectiva, sabia que não podia esperar, precisava ajudar seus pais, sem descartar a possibilidade de mudança em um futuro próximo. Uma pequena mudança nas condições materiais de sua família, significando melhoria da condição de saúde de seus pais e retorno ao trabalho de um deles, e ela consideraria a possibilidade de deixar o emprego doméstico.

Mas nem sempre a família questionava o trabalho dessa natureza. No caso de Cátia, por exemplo, sua mãe aceitara que fosse trabalhar como empregada doméstica em seu lugar, desde que não atrapalhasse sua vida escolar. E havia sido a própria Cátia quem pedira para sua mãe ceder seu lugar a ela. A depender do tipo de trabalho que encontravam nesse campo, também tinham mais dificuldades em recusar, como Paula, que, depois de muito tempo procurando trabalho em outros setores, conseguiu indicação para uma vaga na área de limpeza

em uma rede de supermercados. No caso dela, a família parece ter pressionado para que aceitasse, caso contrário pareceria que estava *escolhendo emprego*:

Porque eu não conseguia nada, eu tava olhando ela, mas assim olhar criança você ganha super pouco, a mãe que paga uma criança... assim, no caso, ela é neta da minha madrastra, então assim ela só me dava uma ajuda assim só pra... que ela bem mais nova, então pra não deixar ela ficar na rua, pra ir buscar ela na escola e tinha a preocupação dela vir da escola sozinha. Aí apareceu essa oportunidade de trabalhar de limpeza, então eu falei assim: ah, fazer o quê, vai essa mesmo, não apareceu outra oportunidade até agora. Tipo assim, se você não vai sua família começa a te criticar, então você não quer trabalhar, você tá escolhendo emprego. Então, tipo assim, pra você não receber críticas às vezes você aceita, entendeu? Foi a oportunidade que apareceu, eu falei: ah, eu vou, chegando lá tinha meninas na minha idade também, às vezes porque era mãe também, não sei, tinha filho pra criar, mas tavam lá trabalhando com dignidade assim como qualquer outro emprego. (Paula, 21 anos, preta, ensino médio completo).

Era recorrente a fala de que, como todo trabalho, o emprego doméstico era um trabalho digno, mas sabiam que menos valorizado socialmente. Ainda que Hirata e Kergoat (2003) não se reportem apenas ao emprego (e ao trabalho) doméstico, suas considerações em torno do trabalho masculino e feminino contribuem para melhor compreender a percepção dessas jovens:

Mas por toda a parte e sempre, o ‘valor’ distingue o trabalho masculino do feminino: produção ‘vale’ mais que reprodução, produção masculina vale mais que produção feminina (mesmo quando uma e outra são idênticas). Esse problema do ‘valor’ do trabalho – termo empregado aqui no sentido antropológico e ético, não no sentido econômico – atravessa toda a nossa reflexão: ele induz a uma hierarquia social. Valor e princípio de hierarquia, sob aparências múltiplas, permanecem imutáveis: o trabalho de um homem pesa mais do que o trabalho de uma mulher. E quem diz hierarquia diz relação social. (Hirata e Kergoat, 2003, p.114).

Ainda assim, esse tipo de trabalho parecia mais aceitável para as jovens deste grupo enquanto estavam estudando. Ao mesmo tempo, tal como fica evidente na fala de Renata, o fato de estarem na escola também poderia facilitar a saída desse tipo de ocupação caso avaliassem estar sendo humilhadas. Mesmo Cleusa, que afirmava precisar muito do dinheiro, não tolerava situações de humilhação. Se alguns elementos da condição juvenil poderiam tornar mais fácil o abandono dessa ocupação, este não parece ser simplesmente derivado de um comportamento juvenil, tal como será discutido mais adiante.

Eu fiquei quatro meses na casa dessa senhora, mas ela era do tipo de pessoa que gostava de humilhar, então, não deu certo ficar indo pra lá. Porque tinha que ficar levando o cachorro pra passear, quando eu chegava lá, de manhã, tinha que me trocar e levar o cachorro pra passear, o cachorro defecava, eu tinha que me abaixar pra pegar, colocar numa sacola, tinha que levar pra casa, não podia deixar na rua. Aí, quando eu voltava, tinha

que limpar a casa, lavar roupa, passar, aí, tinha que parar. Ela tinha uma fábrica embaixo.. Aí chegou uma hora que eu não agüentei mais, aí eu saí. (Cleusa, 21 anos, parda, ensino médio completo).

Por mais que esteja ganhando, por mais que eu esteja precisando, não tô precisando tanto pra ficar agüentando humilhação dos outros, né? Aí eu peguei e saí, cheguei nela e falei pra ela assim: não vai dar mais pra trabalhar pra senhora, eu vou procurar um emprego melhor pra mim, porque eu tô estudando, eu quero crescer, né? Eu não quero ficar trabalhando o resto da minha vida assim, e eu acabei saindo. (Renata, 22 anos, preta, ensino médio completo).

A idade (*sou muito nova para esse trabalho*) e a escolaridade faziam com que buscassem trabalhos em outros setores, o que fica mais explícito no caso de Paula. Ela havia trabalhado com registro no setor de limpeza em uma rede de supermercados, mas seu principal problema era nunca ter conseguido um outro tipo de trabalho com registro. Havia sido demitida há um ano e sete meses do supermercado e recusava-se a voltar para a mesma área. Sua mais larga experiência no setor também contribui para compreender as tensões dessas jovens que, com maior escolaridade, não conseguiam outro tipo de trabalho:

[...] quando você vai procurar emprego eles só querem te jogar pra isso, só pra limpeza e eu me considero nova ainda pra tá... não que só velha que tem que limpar chão, mas acho que eu queria procurar uma coisa assim melhor, sei lá. Às vezes você encontra colegas que estudou com você e tá aí num trampo bacana e você limpando chão. Sei lá, não que não seja um emprego digno, porque eu consegui muitas coisas trabalhando de limpeza, mas eu queria seguir outro caminho na minha vida, outra profissão. (Paula, 21 anos, preta, ensino médio completo).

Mesmo tendo clareza dessa menor valorização, fossem as jovens que não estavam procurando trabalho à época da entrevista ou as que estavam procurando sem êxito em sua busca, quanto mais o tempo passava, mais aventavam a possibilidade de voltar a trabalhar no setor de limpeza, o que acontecia principalmente no caso de Paula, que havia conseguido registro na área. Afinal, já haviam concluído o ensino médio há algum tempo e o melhor emprego ainda parecia distante. Assim, no momento em que foram entrevistadas eram elas as que mais cogitavam a possibilidade de aceitar *qualquer trabalho*. E aquilo que nomeavam como qualquer trabalho estava diretamente relacionado à possibilidade de voltar para o emprego doméstico, na condição de mensalista, diarista ou babá. E no caso dessas jovens entra em jogo uma outra variável ao lado da idade e do sexo: sua cor/raça²⁴⁴.

²⁴⁴ Pesquisas que analisam a situação da mulher negra no mercado de trabalho enfatizam que, nas diferentes regiões do país, “mulheres negras detêm as maiores taxas de desemprego e permanecem mais tempo desocupadas. Quando obtêm trabalho, lhes são reservadas ocupações de menor qualidade, status e remunerações”. (Dieese, 2003, p. 3).

Um outro tipo de ocupação pelo qual haviam transitado era a entrega de panfletos, muito comum entre jovens de mais baixa renda, assim como já apreendido por outros estudos. Aqui se observou que tanto as jovens que se declararam brancas, quanto aquelas que podem ser identificadas como negras se ocuparam desta atividade, mas isso não significa ausência de discriminação por cor/raça, além da questão de gênero. Em sua pesquisa, Freitas (1996, apud Ferreira, 1994) desvela as razões que levam as empresas a se interessar pela contratação de adolescentes e jovens para a distribuição de panfletos: a possibilidade de um discreto apelo à sexualidade devido à faixa etária dessas jovens (nem criança, nem mulher); e sua própria capacidade física, pois se trata de um trabalho de intensa exploração. Tal como revelam todas as jovens deste grupo²⁴⁵, era preciso muita disposição e energia para enfrentar os longos dias de sol e de chuva no trabalho pelas ruas. Havia sempre alguém supervisionando o trabalho e até os momentos de pausa eram rigorosamente controlados. Ainda que enfatizassem a possibilidade de se distrair, circular pela cidade e conhecer pessoas novas, foram as péssimas condições de trabalho, a baixa remuneração e as discriminações a que estavam sujeitas que ganharam mais força em suas falas. Adriana, que ficou mais tempo realizando esse tipo de trabalho, dos 14 aos 17 anos, foi a jovem que mais trouxe elementos reveladores da ocupação. Em seu caso, o fato de trabalhar na rua, aliado ao inerente apelo à sexualidade, gerou muitos conflitos com a mãe, mas principalmente com seu namorado²⁴⁶. Além disso, sua narrativa revelou aspectos relativos à questão racial, quando trouxe à tona que nesse tipo de ocupação havia sido preterida ou enviada aos *piores lugares* pelo fato de ser negra (preta).

A gente ia na agência, eu passei por duas agências, a primeira que eu fui foi a Paulista Promoções, a mulher era muito chata, ela era preconceituosa. Tinha senha, você ligava na sexta-feira para ela te dar a senha, para você trabalhar no sábado e domingo, então tinha uma senha que era normal e uma especial. A especial eram meninas altas, meninas de cabelos longos, de olho claro e de pele clara e ganhavam mais, elas ainda, R\$ 5,00 a mais do que as normais. Primeiro ela escolhia elas e por último, só se faltasse muito mesmo, ela escolhia. Teve até uma vez que ela falou para a menina: 'Vem você do cabelo enebadinho'. A menina era morena, estava com creme no cabelo, a menina foi, mas se fosse comigo... Era assim, muitas vezes eles mandavam a gente para os piores lugares. [...] Eu discuti com ela a última vez que eu fui porque era época de verão e tinha trocado o uniforme, o uniforme era só um colete escrito 'Paulista Promoções', vermelho, aí trocou o uniforme, eu estou vendo todo mundo saindo com aquele pano, falei: o que é aquilo? Ele me escolheu, eu falei: o que é isso? 'Uma saia.' Saia? Isso vai

²⁴⁵ Eliza, do primeiro grupo, também havia trabalhado entregando panfletos e teceu considerações semelhantes. No entanto, dado que ficou por um período bastante curto e que a maior parte de suas ocupações concentravam-se no setor de comércio, não enfatizou muito fortemente essa experiência em sua fala, daí ela não ter sido destacada.

²⁴⁶ Além da baixa remuneração e das condições de trabalho ruins, Adriana acabou deixando esse trabalho quando se uniu consensualmente ao seu namorado, pois *“ele tinha muito ciúmes”*.

ficar muito justo. 'Essa é a intenção.' Estava escrito bem na bunda 'Paulista Promoções', era horrível, se via a polpa da bunda, mas fica aquele negócio, se você sentasse, dava para ver tudo, eu falei assim: não tem outro uniforme? Eu não quero trabalhar com esse uniforme, não vou trabalhar com esse uniforme não. Ela falou: 'Então, se você não vai trabalhar com esse uniforme se vira, vai lá falar com a mocinha.' Eu fui lá e falei: mocinha, eu não quero trabalhar com esse uniforme, me manda para outro lugar que aí eu fico com o colete. 'Ah, por que você não quer, você não precisa? Quem precisa tem que topa qualquer coisa.' Eu falei: tudo bem, eu preciso, mas ainda não estou passando fome para isso. 'Ah, menina, você é muito topetuda, ninguém veio aqui reclamar, por que você tem que vir aqui reclamar, por que você está se achando melhor?' Eu falei: eu não me acho melhor, eu acho que eu me respeito e eu não preciso disso para mim trabalhar[...]. (Adriana, 20 anos, preta, ensino médio completo).

Observando os relatos dessas jovens nessas ocupações, fica evidente a negação de um trabalho que seja fonte de humilhação, o que de algum modo as aproxima da figura do indivíduo ético destacada por Dubet (2005): tomam certa distância de suas necessidades mais imediatas e conseguem perceber a dimensão de exploração vivida, contestá-la e, em alguns casos, até deixar essas ocupações. Evidente que a maior ou menor possibilidade de isso ocorrer relacionava-se à situação de suas famílias, mas tal como apareceu na fala de Cleusa, mesmo quando precisavam muito, não era possível tolerar situações humilhantes.

Para além das condições ruins de trabalho, da ausência de proteção e da sutil, ou por vezes explícita, exploração da sexualidade, trabalhar entregando panfleto era algo realizado de maneira esporádica, especialmente nos finais de semana, o que também lhe retirava o estatuto de *trabalho de verdade*. A questão do tempo de trabalho, aliás, era uma forma importante de diferenciar *trabalhos* e *trabalhos de verdade*. Pâmela, por exemplo, ocupou-se durante seis meses da atividade de demonstradora de uniformes escolares. Além do esforço físico de carregar caixas de uniformes para lá e para cá, ela reclamava do fato de não ter um horário determinado de trabalho, mas sim um horário *picado*. Poderia até aceitar um trabalho sem registro em carteira, mas um *trabalho mesmo* deveria ter um horário fixo:

Porque trabalho assim é horário fixo, ter um salário fixo, tem uns que é de segunda a sexta, segunda à sábado, assim tá recebendo um tanto, pra mim trabalho é assim, é assim registrado. Até mesmo se for sem o registro, mas pelo menos você tem aquele compromisso ali, aquela... tem contrato. Mas assim, nem isso assim eu consegui. E era bem perto de casa, o bom é que podia trabalhar com uma calça, saia e camisetinha, algo bem simples. (Pâmela, 21 anos, preta, ensino médio completo).

Poder-se-ia formular a hipótese de que a preocupação dos jovens com o horário fixo também se relaciona ao fato de que, em geral, os empregos de menor jornada são pior

remunerados e mais precários²⁴⁷. Pelo relato de Pâmela, no entanto, só é possível inferir o desejo de que houvesse alguma regularidade em seu cotidiano, com um contrato de trabalho que explicitasse em que dias e horários ela teria de trabalhar, seus horários de entrada e saída, dentre outros itens. Isso porque, nos *bicos* que faziam, a maioria dos jovens era chamada apenas quando havia trabalho, com pouca ou quase nenhuma regularidade.

“*Trabalho, não, só tive serviço picadinho.*” *Picadinhos* também eram os trabalhos aos quais Letícia teve acesso. Nesse caso, o picado referia-se ao fato de nunca ter conseguido ficar mais de três meses em um emprego, embora desejasse. Fora a única jovem deste grupo que conseguira emprego, ainda que informal, no setor de comércio, um deles inclusive no centro da cidade, mas sempre por muito pouco tempo. Um primeiro argumento que utilizou para o fato de não conseguir permanecer nesses trabalhos foi sua *boquinha santa*: acabava sendo demitida de muitos trabalhos por não conseguir ficar calada, deixando de seguir recomendação de sua mãe, para a qual era preciso *agüentar* um pouco mais se quisesse permanecer em algum emprego. Logo, no entanto, corrigiu: “*Mas eu não posso ficar calada diante de uma injustiça.*” E mesmo que sua mãe não necessariamente concordasse com sua decisão de sair, era evidente que o respaldo da família possibilitava sua saída. Letícia também estava sujeita a uma estratégia recorrente dos empregadores: demitir antes de completar três meses, escapando da necessidade do registro em carteira.

No caso dos rapazes, além do trabalho na construção civil, geralmente como servente apoiando algum familiar (o primeiro *bico* de Rogério), eles circularam mais intensamente em ocupações realizadas no mundo da rua: Rogério trabalhava, à época da entrevista, entregando lanches; Daniel começara a trabalhar na garupa de um amigo motoboy e, posteriormente, fizera entregas para uma pequena empresa do bairro; Erasmo fora entregador de panfletos e cobrador de perua; Marcos, office boy; e Fábio, entregador de pizza e, quando entrevistado, atendente na mesma pizzeria. Assim como entre as jovens, essas ocupações nunca foram formalizadas.

Se o emprego com registro em carteira não aparecia, era importante *não ficar parado*, era preciso buscar algum *bico* e escapar das atividades ilícitas, questão mais recorrente na fala dos rapazes. Todos eles tinham clareza da possibilidade de conseguir ganhar a vida por outros meios e pareciam conhecer os caminhos para chegar até eles. Aliás, a importância em transitar

²⁴⁷ Análise dos dados da Pnad (2006) revela que entre os jovens que trabalham e estudam predomina a jornada de até 30 horas, enquanto nas faixas de 18 a 21 anos e de 22 a 24 anos prevalece a jornada de 31 a 44 horas. Atrelada à jornada de 30 horas verificam-se ocupações pior remuneradas, onde nem sempre o trabalhador tem direito ao período de descanso remunerado, indicando a possibilidade de uma exploração mais intensa do trabalho (Ação Educativa/Dieese, 2008).

entre as “tênuas fronteiras do legal e ilegal”, em saber “lidar com os códigos de ambos os lados e também (ou sobretudo) em lidar com as regras que são construídas para sobreviver na adversidade” (Telles e Cabanes, 2006, p. 437) era uma constante em suas falas. Mas são sempre *a juventude, os jovens, os outros* (ainda que não tão distantes) que acabam se envolvendo nesse tipo de atividade, não eles próprios. É uma imagem e a realidade de uma juventude na qual não se sentem incluídos.

É, porque hoje em dia a nossa juventude, por exemplo, hoje em dia, a juventude praticamente tá perdida, você vê moleque de 10, 12 anos tudo no crime, então fica difícil, são poucos os que escapam, então às vezes a pessoa tem um pai e a mãe desempregados em casa e tá lá, 15 anos e não faz nada, então eles têm que encarar a realidade, bater de frente. Bater de frente, assim, ver o que eles precisam, ver o que eles querem ter e ver também que tem que ajudar o pai e mãe, que às vezes o pai e mãe tá desempregado, então ele têm que falar 'pô, meu pai e minha mãe tá desempregado, então eu tenho que dar uma ajuda de alguma forma'. E então eles têm que encarar a realidade do Brasil, infelizmente é crise e eles têm que se virar de alguma forma, fazer uma coisa aqui, uma coisa ali, tem que bater de frente, ver que as coisas já não é mais como eles pensavam. Quando você é criança você só quer saber de brincar, então você já tem que deixar de lado e pensar na realidade, a realidade é dura. (Erasmão, 23 anos, branco, ensino médio completo).

Jovem, assim, depende muito da educação também, tem amigo meu que estudou comigo que tipo tá... tem uns que até já morreu já, vai se envolvendo em droga, nesses bagulhos aí, nesses bagulhos não, desculpa, em drogas, esses negócios assim, aí vai também pela educação dos pais que teve assim. Eu tenho amizade com colega assim que usa, mas eu nunca usei, nem cigarro assim eu não fumo, eu tenho amizade com quem usa, sim, mas pra mim não. Eu acho que fica mais difícil de querer trabalhar pelas amizades, às vezes um não trabalha, o outro quer ir ver um emprego, aí o amigo fala: não, que é isso, não vamos não, olha, experimenta isso daqui, vai te deixar elétrico. Assim, vai mais pelo interesse da pessoa. (Fábio, 22 anos, branco, ensino médio completo).

Uma das queixas comuns das primeiras ocupações que conseguiam era o excesso de esforço físico, sentido por Daniel, que já havia trabalhado como ajudante geral, ou por Marcos, que exercera a função de repositor de mercadorias e já estava com problemas de coluna. Outra queixa se referia às situações de discriminação no encontro com o outro, vividas, por exemplo, por Rogério, que nas entregas de lanche já havia se deparado com pessoas que pareciam ter um misto de *medo* e *nojo* em relação a ele. Os jovens relataram, ainda, a extrema insegurança por não conseguirem ficar mais de seis meses nas ocupações alcançadas. De todo modo, mesmo quando permaneciam mais tempo – como Fábio, que trabalhava em uma pizzeria havia quatro anos –, o trabalho realizado ainda estava longe de ser um *trabalho de verdade*. Além do fato de não ter registro em carteira, ele não valorizava muito suas atuais funções: “*Lá eu mais me divirto do que trabalho, é só assim, atender*

telefone, falar com o pessoal, não chega a ser um trabalho mesmo.” Então, o que seria um trabalho mesmo para ele?

Ah, pegar no pesado, já pensou... sei lá, trabalhar tipo, um exemplo, de ajudante geral, catando aquelas caixonas pesadas deles, subindo escada, descendo. Ou então, tem uma coisa se fosse pra dizer que eu procuro, agora que eu lembrei, tipo ou é telemarketing ou é office boy assim eu gostaria, porque eu conheço assim... não que eu conheço bastante lá o centro, mas conheço um monte de policial lá que eu sei aonde eles ficam, pra mim trabalhar lá no centro, chegar num colega do meu tio lá se me conhecer, por favor, me explica tal rua assim. Eu acho que eu ia me dar bem também como office boy. Office boy, é só ir andar também, andar, ir em banco assim, eu acho que ia ser legal, algo assim. É, seria diferente, mas trabalho mesmo eu acho que vai ser só quando ou entrar na polícia ou no bombeiro, alguma coisa mais pesada assim. Aí eu acho que ia ser um trabalho. Ah, é um trabalho assim... não, tipo que é difícil pra caramba, que quando eu saio assim eu vejo aquele povo que acorda 5h pra ir procurar um serviço, ou então pra ir trabalhar, catando esses trenzão do Itaim, tudo lotado assim, eu acho isso que é o difícil assim, catar assim... Quando eu vou num trem lotado assim eu já vou todo... todo espremido, triste já, fico vendo assim, Ave Maria, não gosto nem de pensar não. (Fábio, 22 anos, branco, ensino médio completo).

Aquilo que ainda alcançaria em um futuro próximo seria o *trabalho mesmo*. O fato de trabalhar em uma pizzeria ao lado de sua casa era quase traduzido como uma diversão. Afinal, não acordava cedo, não pegava o trem lotado, como observava muitos fazerem. Mas sua fala também era marcada por ambigüidades: ao mesmo tempo em que afirmava ser seu trabalho uma diversão, em um dado momento reclamou das tantas horas que ficava trabalhando de madrugada, da dificuldade em fazer seus pais perceberem que estava mesmo trabalhando e não *brincando*. Ao que parece era a expectativa por um outro trabalho, especialmente que lhe oferecesse mais segurança (não por acaso falou muito das tentativas em realizar concurso público), que o levava a não considerar seu trabalho na pizzeria como um *trabalho de verdade*. De todo modo, essa ocupação lhe fornecia algumas pistas em relação àquilo que poderia conseguir: além dos cargos públicos que ofereciam segurança, ser office boy pela possibilidade de circulação na cidade e trabalhar em telemarketing. Mesmo que pareça valorizar pouco suas funções atuais, pensava nelas ao escolher procurar trabalho nessa área; havia cursado telemarketing exatamente para ajudá-lo e cogitava essa possibilidade em um trabalho futuro.

Assim como também identifica Ferreira (2004) entre alguns dos jovens que investigou, esses mais curtos vínculos em um conjunto diversificado de tarefas não eram avaliados apenas em sua negatividade. E isto fica claro tanto entre os rapazes quanto entre as moças. Era um modo de *ganhar um dinheirinho*, não ficar tanto na cola dos pais, conhecer novas pessoas, lugares e também de perceber atividades que mais ou menos lhes interessavam. De todo

modo, também não ignoravam que nas ocupações que realizaram, e que alguns ainda realizam, havia um claro componente de exploração de sua força de trabalho, possivelmente por conta da idade que tinham. Novamente aqui, a tentativa de reflexão crítica em torno de sua experiência se faz presente. Porém, os jovens afirmavam perceber isso melhor à época da entrevista do que no passado, quando eram *pequenos*, em suas palavras, ou seja, mais jovens:

Porque na realidade esse serviço de office boy, depois, quando você é pequeno, você não entende tanto, mas depois quando você pega uma idade legal, você começa a ver as coisas: eles ganhavam por cima de nós e pagavam um salário menor do que um salário mínimo e eles ganhavam o dobro, o triplo em cima de nós. Então, eles ganhavam por cima de nós, se nós for ver nós trabalhava de graça, eu e mais o rapaz trabalhava de graça. Mas por ser pequeno, não ter informação, então o que acontece? Nós aceitava esse tipo de coisa, então... e por ser a primeira vez trabalhando e ainda por você precisar de comprar uma calça, comprar uma coisinha assim, então quer dizer você fica a mercê do que vai acontecer, do que as pessoas que estão ao seu redor tão enganando ou não, a mercê disso. Mas foi legal, porque pelo menos eu tive um pouco de liberdade. De sair de casa, trabalhar, ganhar um dinheirinho por mim mesmo. (Marcos, 23 anos, pardo, ensino médio completo).

Considerando a fala de Marcos, fica evidente sua percepção de certo uso dos atributos juvenis pelos empregadores: o interesse dos jovens pelo trabalho, aliado a sua pouca experiência e falta de informações sobre seus direitos, acabaria facilitando uma maior exploração e os mais baixos salários. Esse “uso” também foi observado entre jovens trabalhadores do setor de telemarketing. Ao responder ao porquê da presença de um grande número de jovens nesse setor, o principal sindicato da categoria relacionou, dentre outros aspectos, o pouco conhecimento que eles teriam sobre seus direitos, ainda que em alguns casos os próprios jovens contestassem essa percepção (Corrochano e Nascimento, 2007). De fato, parece predominar uma representação bastante ambígua em relação ao trabalho dos jovens: ora associam-se a eles alguns estigmas, tais como falta de disciplina e rebeldia (desrespeitam o horário, faltam mais, discutem, conversam mais entre si, deixam a empresa com mais facilidade); ora sua maior escolaridade e adaptação às mudanças são enfatizadas (Corrochano, 2001). Embora faltem estudos mais aprofundados a respeito, em boa parte dos casos parece predominar o que as palavras de Marcos apontam muito bem: algumas empresas acabavam optando por contratar jovens em função da possibilidade de maior exploração da força de trabalho, dado se tratar de empresas com elevados índices de rotatividade e preponderância de baixos salários.

Diante do que foi até aqui exposto, cabe recuperar algumas reflexões em torno dos olhares sobre o trabalho juvenil, que também parecem atingir este grupo de jovens. Afinal, por que seus trabalhos não eram considerados *trabalhos de verdade*? Um primeiro aspecto

que merece ser destacado é a representação social de que o trabalho dos jovens é menos importante para a família, levando-os a ser tratados de maneira bastante diferenciada dos homens adultos, “o que significa na prática menor valor de mercado ao trabalho que realizam” (Madeira, 1986, p.18). Muitas vezes, os jovens são os primeiros a ser “escolhidos” em casos de demissão, dado seu trabalho ser percebido por muitos dos empregadores como menos significativo para a manutenção da unidade familiar, mesmo que nem sempre isso seja verdadeiro (Corrochano, 2001).

Assim como parece ocorrer entre as mulheres, a imagem de uma “força de trabalho secundária” (L. Abramo, 2007) também parece cercar as percepções relativas aos jovens ou que os próprios jovens utilizam quando da decisão de deixar um trabalho: se estão mais disponíveis a trabalhar em algo para *ganhar um dinheirinho*, o fato de precisarem de um *dinheirinho*, mas não terem necessidade de prover suas famílias e filhos, dava-lhes certa liberdade de deixar esses trabalhos, muitas vezes com o consentimento dos próprios pais. Nesse sentido, aqui é necessário recuperar mais uma vez a observação sobre as inter-relações entre a escola, o trabalho e a família: se alguns jovens deste grupo podiam deixar seus *bicos* era porque contavam com apoio de suas famílias para fazê-lo e, se consideravam que até o momento não haviam encontrado o *verdadeiro trabalho*, era porque o nível de escolarização que haviam atingido parecia indicar-lhes a possibilidade de um trabalho melhor.

Quando esses jovens deixavam seus *bicos*, ou até mesmo alguns empregos regulares, ou quando hesitavam em considerá-los um *verdadeiro trabalho*, era na perspectiva de encontrar uma ocupação que lhes oferecesse melhores condições de trabalho e de salário, e que considerassem compatível com seu nível de escolaridade. Ainda assim, quando a família não podia prescindir de seu apoio, como observado no caso de Cleusa, seguiam realizando determinados tipos de atividade que estavam longe do planejado. O estudo de Sansone (2003) também aponta a influência da variável escolaridade sobre a percepção da situação de emprego e desemprego. Em pesquisa comparativa sobre a vivência da desigualdade social e racial entre jovens e adultos negros, o autor revela que os jovens em geral e em especial aqueles com maior nível de escolaridade (normalmente acima do ensino médio) diferenciam mais claramente “emprego de desemprego e biscate de trabalho/emprego”. Para eles, identificar-se como desempregado ou fazendo *bicos* não conduz tanto a um estigma, dado que realizar um biscate é percebido como uma maneira de sobreviver enquanto aguardam o “trabalho certo” – o que neste segundo grupo aparece como o *trabalho de verdade*. Interessante em sua análise é que, diversamente desses jovens, seus pais percebem os biscates ou os *bicos* como “trabalho mesmo”. Aqui nesta tese, essa percepção mais relacionada ao

mundo adulto é observada quando se comparam os jovens do primeiro grupo (“Trabalhando desde cedo”) apresentado aos deste. Entre os jovens da Região Metropolitana de São Paulo interrogados por Guimarães (2005) em recente pesquisa sobre experiências e representações em torno do desemprego, foram encontrados alguns jovens que, a despeito de inseridos em ocupações precárias, não se reconheciam como desempregados e, por vezes, tal como observado entre os jovens deste grupo, ainda não consideravam estar inseridos no mercado de trabalho, uma vez que o *verdadeiro trabalho* ainda estava por vir. Também a pesquisa de Madeira (1986, 2004) relativiza o significado do desemprego juvenil, tendo em vista que parte considerável dos jovens não estaria propriamente sem emprego, mas sim “aguardando” o emprego desejado, o que seria um “comportamento tipicamente juvenil”. Esta discussão será retomada mais adiante, mas por ora cabe indagar para quais jovens e até que momento da juventude seria possível uma análise dessa natureza.

Para os jovens deste capítulo, o fato de não reconhecerem o trabalho que realizavam como o *verdadeiro trabalho* associava-se a um conjunto de fatores: para além do ausente registro em carteira, a dificuldade em realizar um trabalho com uma jornada e rotina estáveis. Como se já percebessem que o registro em carteira está cada vez mais escasso, não necessariamente buscavam obter a formalização da relação de trabalho (embora ela permanecesse desejável), mas escapar ao máximo possível do rodopio por entre “ganchos, tachos e biscates” (Pais, 2001). E essa fuga se acentuou na medida em que avançaram em idade e escolaridade, sendo o marco disso o momento em que finalizaram o ensino médio, momento em que também se intensificam as pressões de suas famílias, a despeito do permanente apoio. Foi justamente a expectativa de que o PBT poderia tornar mais breve seu acesso a melhores ocupações, ou com menos “rodopios”, que motivou a participação desses jovens no programa.

4.3 A participação no Programa Bolsa Trabalho

Foi no momento em que consideravam importante começar a trabalhar e a procurar um *trabalho de verdade* que esses jovens encontraram o Programa Bolsa Trabalho. Segundo os critérios do programa, todos deveriam ter 16 anos ou mais na época da inscrição. Quatro deles tinham 16 anos (Adriana, Cátia, Isabele, Rogério); quatro tinham 17 (Clarice, Miriam, Cristina e Letícia); outros quatro, 18 anos (Andreza, Carolina, Daniel e Pâmela); igualmente quatro tinham 19 anos (Cleusa, Fábio, Paula e Renata); e dois, 20 anos (Marcos e Erasmo). À

exceção de Rogério, que estava cursando a 8ª série, todos haviam alcançado ou finalizado o ensino médio, com implicações no modo como identificaram sua situação no mercado de trabalho ao se inscreverem²⁴⁸: quem havia finalizado esse nível de ensino (Erasmus, Fábio, Marcos, Cleusa, Paula e Miriam) identificou-se como desempregado. Quem ainda cursava o ensino médio ou fundamental (Clarice, Andreza, Adriana, Cristina, Isabele, Pâmela, Renata, Rogério, Daniel e Cátia) identificou-se como estudante. Apenas três jovens identificaram-se de modo diferente: Carolina, que ainda cursava o ensino médio, se identificou como sendo *do lar*; e Cleusa como uma jovem que nunca havia trabalhado. Já Letícia foi a única jovem ainda estudante que se identificou como desempregada.

Mesmo que muitos dos que se declararam estudantes ou desempregados estivessem realizando *bicos*, e que o cadastro permitisse essa possibilidade de preenchimento, não foi assim que se identificaram, o que parece ser resultado do próprio enunciado do PBT: tratava-se de um programa dirigido a estudantes e a jovens desempregados. E, ao menos no início, jovens inseridos em ocupações precárias não eram aceitos²⁴⁹, tornando compreensível o modo como se identificavam, omitindo suas tantas ocupações. Além disso, havia o do fato de não as considerarem como um *trabalho de verdade*, tal como já discutido anteriormente.

A desejada aproximação em relação ao mercado de trabalho poderia acontecer por intermédio de um curso profissionalizante ou da conquista de um emprego. Dado que já haviam alcançado ou finalizado o ensino médio, o olhar para o programa como uma possibilidade de retornar à escola, assim como aparece nas falas do primeiro grupo, não é explicitado; e em boa medida suas expectativas afastavam-se daquelas que tinham os próprios gestores. É preciso lembrar que, a despeito do nome, tratava-se de um programa que visava adiar o ingresso juvenil no mercado de trabalho. Aliás, o nome do programa gerou muitas ambigüidades, o que já fora apontado por outros estudos (Corrochano, 2007; Sposito e Corrochano, 2005)²⁵⁰. Como revelam algumas das falas:

²⁴⁸ Essas informações foram recuperadas a partir do Banco de Dados do Cidadão. Embora o cadastro apresentasse os problemas já discutidos em capítulo anterior, as informações relativas ao momento em que os jovens se encontravam no mercado de trabalho à época do cadastramento pareceram minimamente confiáveis para os propósitos deste item.

²⁴⁹ A distorção ou omissão de informações para efetivar a participação em determinado programa público também foi encontrada por Leão (2006). Em sua pesquisa, por exemplo, os jovens declararam uma escolaridade inferior à 8ª série do ensino fundamental para se adequarem às exigências do programa. Aqui, ao menos em relação à escolaridade, os jovens participantes não tiveram necessidade de distorcer informações, dado que, como já enfatizado, os gestores modificaram os critérios aceitando jovens com até o ensino médio completo.

²⁵⁰ Em entrevistas por mim realizadas com membros da equipe do PBT, educadores e coordenadores, alguns deles chegaram a sugerir que uma das saídas possíveis seria a mudança do nome para “Bolsa Escola”, “Bolsa Cidadania” ou algum tipo de bolsa, menos trabalho, na tentativa de reduzir essas ambigüidades. (Corrochano, 2007).

A princípio a gente pensou que eu ia arrumar um trabalho, porque eu não tenho experiência em nada, a princípio eles iam pagar um X de dinheiro, que era 146 por mês e que eu ia trabalhar por período de seis meses pra ganhar experiência. Aí depois que a gente descobriu o que era, né, ia fazer um curso, não tinha nada de trabalho... (Cristina, 21 anos, parda, ensino médio completo).

Bom, eu achava que seria assim, eu achava que a gente ia fazer o curso só que a gente ia fazer o curso só que eles iam preparar a gente prum... preparação pro primeiro serviço e daí eles iam encaminhar a gente prum serviço, não digo todo mundo, mas pelo menos aquelas pessoas que se dessem melhor no decorrer do curso[...].E o Bolsa Trabalho ele foi uma ajuda assim de... eu acho que ele não... Bolsa Trabalho não é bem um nome muito bem empregado pra ele, ele foi um outro tipo, foi pra você conhecer coisas novas, você aprender outra cultura. (Renata, 22 anos, preta, ensino médio completo).

Logo perceberam que não se tratava de um programa para ajudá-los a se inserir no mundo dos empregos propriamente, mas em alguns casos a renda recebida era utilizada para que saíssem em busca de trabalho. Esse descompasso entre o desejo dos jovens de inserção no mundo do trabalho, especialmente do trabalho com registro em carteira, e as propostas do programa já foi apontado em outras análises (Corrochano, 2007; Leão, 2004) e aparece como relevante também aqui. Com relação a isso, à semelhança da experiência vivida pelos jovens do primeiro grupo, estes faziam um uso estratégico do programa, tal como assinalado por Dias e Guimarães (2005), aproximando-se da figura do indivíduo racional (Dubet, 2005).

De todo modo, é importante observar que a combinação participação no PBT, escola e trabalho foi bem mais restrita quando comparada à do grupo anterior. Aqui, especialmente os jovens que ainda estavam estudando, afirmaram dedicar-se apenas ao curso e à escola. O que pareceu mais forte entre alguns foi o uso da bolsa para pagar algum outro curso, em geral computação. Cleusa, por exemplo, cursava computação pelo programa e pagava pelo mesmo curso em uma escola específica, por considerar o curso do PBT *muito básico*. Em outros casos, e de modo mais intenso entre os que já haviam finalizado o ensino médio, mas não apenas, a renda foi importante para que pudessem melhor se apresentar nas entrevistas de seleção de emprego. Nas palavras de Pâmela:

Assim, eu conseguia comprar roupa, ajudar alguma coisa em casa que tava precisando assim, né? E só foi pra isso, assim que era R\$ 160,00, R\$ 165,00 e então assim eu vou tratar um dente, não consegui tratar, então assim foi pra isso, pra fazer as coisas picadinho. Assim, uma roupa um pouco melhorzinha era pra fazer uma apresentação melhor, assim, pra poder procurar um emprego. (Pâmela, 21 anos, preta, ensino médio completo).

No primeiro grupo investigado pela pesquisa, a maior ênfase estava na possibilidade de retomarem ou continuarem estudando na escola regular, enquanto aqui muitos dos jovens destacam a importância da renda para a realização de cursos profissionalizantes e procura de

trabalho. Além disso, o recurso recebido também contribuía para mudanças nas relações estabelecidas com seus familiares. Ainda que não provocasse grandes alterações nas relações intergeracionais, os jovens, de um modo geral, destacavam sua maior autonomia ou o tratamento diferenciado que alguns pais passaram a lhes oferecer. Foi Fábio que, de uma maneira jocosa, revelou como ganhara certa autoridade em relação ao pai a partir do momento em que começou a receber a renda: *“Todo dia 5 que eu recebia eu brincava: amanhã é dia de trazer café na cama pra mim.”*

Era recorrente a perspectiva de que o dinheiro a receber havia sido o motivador principal para o enfrentamento das longas filas de inscrição. Mas, assim como o que foi considerado a respeito do primeiro grupo, essa renda não era percebida como um direito. Tal como Henrique, da narrativa precedente, Letícia também pontuava: *“Tinha que fazer alguma coisa, nem que fosse contar carneirinho.”* Antes mesmo que o programa lhes exigisse a presença em uma atividade educativa, eles mesmos não vislumbravam a possibilidade de receber uma renda sem nada fazer. Este é mais um dos aspectos convergentes em relação aos jovens do capítulo anterior. A participação nos *cursos* foi rapidamente traduzida como uma forma de retribuição pelo benefício recebido, para o qual a obrigatoriedade de presença em muito contribuiu. Também o fato de aceitarem tão prontamente a atividade educativa como um modo de retribuição pelo benefício recebido parece ter tido uma relação muito forte com sua idade: sendo ainda jovens, alguns inclusive estudando ou recém-saídos do ensino médio, a realização de um curso complementar não lhes era estranha; ao contrário, poderia ser-lhes favorável. Inicialmente, perceberam de modo positivo essa possibilidade, mas o tipo de atividade oferecida, a qualidade das aulas e as condições precárias de sua realização foram contribuindo para modificar a maneira de olhar, ao menos para alguns.

4.4 Diferentes propostas, diferentes percepções

Quando consideradas a renda e a expectativa em relação ao que o curso poderia oferecer – a saber, mais perspectivas de profissionalização –, as falas se aproximam. Nas avaliações a respeito das atividades educativas, porém, notam-se algumas pequenas diferenças. Elas parecem iluminar a variedade de propostas contidas no interior do próprio

programa²⁵¹, mas se relacionam também ao perfil dos jovens, sendo central a diversidade de percepção segundo o sexo.

Primeiramente, em relação às atividades oferecidas pelo programa. Na maioria das vezes eles não tiveram chance de escolha dos cursos, mas em alguns casos foi possível essa opção, como aconteceu com Pâmela e Cleusa. Nessas ocasiões, a preferência era sempre por aqueles que mais se aproximavam do universo das profissões que conheciam²⁵² ou, quando estes estavam ausentes, escolhiam cursos que poderiam ajudá-los a superar alguns obstáculos que avaliavam ter na busca por trabalho, como a timidez. Pâmela e Cleusa, por exemplo, optaram pelo curso de teatro porque percebiam ali uma chance de desinibição que lhes poderia ser bastante útil. Aliás, a contribuição do curso para diminuição da timidez foi um dos aspectos mais citados depois da importância do curso para fazer amigos.

Quanto aos cursos realizados, nos dois primeiros meses todos tiveram *aulas* de cidadania, assim como previsto no programa, e depois seguiram para cursos específicos: teatro (Pâmela, Carolina, Cleusa), computação (Cristina, Erasmo, Fábio), artesanato (Andreza, Rogério), hip-hop (Paula, Renata, Daniel, Marcos) e montagem e desmontagem de instrumentos (Letícia). Já as jovens Clarice, Isabele e Cátia parecem ter encontrado no programa aquilo que muitos esperavam: tiveram uma experiência efetiva de trabalho no posto de saúde de seu bairro, o que em muito contribuiu para uma avaliação um pouco mais positiva que faziam do PBT. Assim, com exceção do caso dessas três jovens, todos os outros participaram de atividades que em muito se aproximavam de atividades desenvolvidas na escola e não por acaso eram assim denominadas: *aulas de cidadania, salas de aulas, professores dos cursos*²⁵³.

Ora as atividades educativas eram avaliadas como muito melhores e mais interessantes que a escola, ora como muito piores. Mas em nenhum caso elas pareciam se encontrar: nem as atividades impactavam o cotidiano escolar, nem o contrário. Na comparação de Letícia:

²⁵¹ No primeiro grupo não foi possível cercar essa diversidade, pois todos os jovens haviam participado de experiências muito semelhantes.

²⁵² Ainda que não tenha acontecido entre jovens aqui investigados, no relato da própria coordenadora do PBT, as vagas dos cursos profissionalizantes mais tradicionais e conhecidos eram as primeiras a acabar. Nas palavras dessa mesma coordenadora, entre um curso de auxiliar de raio X e um curso de fotografia, a maioria dos jovens optava pelo primeiro, dada a percepção de que tal curso poderia favorecer sua inserção no mercado de trabalho.

²⁵³ Essa “adesão tácita a aspectos da lógica escolar” também foi encontrada por Dayrell et al. (2007) ao analisar as atividades educativas no Programa Agente Jovem, da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Para os autores, os jovens percebiam poucas diferenças entre o curso e a própria escola, uma vez que as atividades claramente seguiam uma forma escolar: desde o espaço onde se realizavam as atividades, até o conteúdo e a maneira de transmiti-lo eram semelhantes.

O curso, as amizades, os professores eram gente... os professores que ensinavam era gente fina; os professores, não era aquela coisa ignorante, tipo perguntar uma coisa já saía com dez pedras, eles tinham uma paciência enorme com a gente, muito bom o tempo do intervalo também, que a gente tinha uns quinze minutinhos de intervalo, foi muito bom esse tempinho. [...] eu mesmo, eu não tinha inimigo ali nos cursos, todo mundo gostava de mim, os professores era bem mais dedicados a nós do que na escola. E na escola era uma rotina, eu no curso, eu já prestava atenção no que a professora falava, no que a professora ensinava, na escola não, não tava nem aí, todo dia sentada no mesmo lugar, olhando pra cara das mesmas pessoas e escola é um ano, praticamente um ano, e lá eu fiquei alguns meses e eu prefiro o curso do que a escola. (Letícia, 20 anos, preta, ensino médio completo).

Quando havia avaliações mais positivas, a escola acabava sendo preterida em relação ao curso, menos em função dos conteúdos ali ensinados e muito mais pelo tipo de relação estabelecida com os *professores*. Evidentemente, a renda recebida também tinha um papel importante. À medida que entendiam a necessidade de comparecerem ao curso para receberem a bolsa, acabaram por priorizá-lo, tal como os jovens do grupo anterior. Carolina, por exemplo, ficou grávida enquanto fazia o curso e estudava. Passado o período de resguardo, conseguiu tempo e alguém para cuidar de seu filho para retornar ao curso, mas não à escola. A volta à escola só aconteceu dois anos depois, quando sua mãe aceitou cuidar de seu filho no período noturno. De todo modo, à exceção de Carolina que ficara grávida, pode-se dizer que priorizar o curso em detrimento da escola não significou, para este grupo, deixar de comparecer às aulas (na escola). Todos os que não haviam concluído o ensino médio seguiram participando simultaneamente do PBT e da escola. Apenas vale observar que, nos casos em que as atividades foram avaliadas mais positivamente, esses jovens identificavam-se mais com atividades do programa do que da escola²⁵⁴.

Mas também se notam avaliações mais negativas das atividades oferecidas. Em alguns casos, os *professores* do curso é que acabavam sendo avaliados desfavoravelmente: não respondiam adequadamente às perguntas, ensinavam apenas por obrigação, com o agravante de por vezes acusarem os jovens de estarem ali apenas em função do dinheiro. Pelos diálogos a seguir, também é possível observar que havia muitas trocas de educadores, dadas as dificuldades para lidar com os jovens dos cursos. Em alguns casos os jovens focalizaram a

²⁵⁴ Instigante também notar que muitos dos conteúdos da formação cidadã valorizados poderiam ter sido aprendidos na escola. Para Letícia, a importância desses conteúdos estava na perspectiva de “*ver o mundo lá fora, não ficar só no seu mundinho, perceber que havia pessoas precisando mais do que eu, não ter preconceito das pessoas erradas no mundo...*”. Aliás, essa era uma percepção comum não apenas a Letícia: quase todos esses jovens destacaram a possibilidade que tiveram de conhecer jovens com realidades próximas, mas ao mesmo tempo distantes de seu universo, não somente em termos de orientação sexual. Muitos ressaltaram a chance de conhecer jovens ainda mais pobres, enfrentando maiores necessidades materiais, e outros, analfabetos. Perto dos demais, o olhar que tinham para si era sempre mais positivo, por mais que sua realidade também lhes parecesse precária.

falta de seriedade de educadores e coordenadores dos cursos. Pâmela, por sua vez, expressava sua revolta, principalmente quando relatava o tempo de caminhada até o local do curso, *com sol quente na cabeça*. Como muitos se dirigiam ao curso caminhando, na perspectiva de economizar dinheiro com a condução, era ainda mais frustrante chegar ao local e saber que não haveria atividade.

Se a professora não tivesse faltado, assim, ela também tem lá os problemas dela, mas se ela tivesse realmente cumprido com a gente de ficar de segunda a sexta, assim, acho que a gente ia aprender mais coisas ainda, a gente não ia ver só aquele negocinho assim [...] Aí foi o curso de teatro, que eu gosto de teatro, ia conhecer, ia ser bom pra falar melhor, essas coisas. Mas o ruim assim foi que o pessoal não levava a sério e a gente vai lá empolgada, quando vê o pessoal faz assim de qualquer jeito.... [ao ser questionada sobre quem seria esse “pessoal”]. O pessoal são os professores, o pessoal da coordenação, o pessoal assim. É segunda à sexta, a gente fala assim que chato, mas assim se a gente fosse lá, mas mesmo assim a gente marcava presença, horário, assim é ruim ficar... fazer uma caminhada de meia hora e sair meio-dia assim com sol na cabeça, mas a gente ia. A gente tava pensando, nossa, vamos fazer um curso, vamos conseguir alguma coisa assim, aí quando vê, nada... (Pâmela, 21 anos, preta, ensino médio completo).

Aqueles que tiveram curso de computação fizeram críticas severas: eram cursos muito básicos, precisavam dividir os microcomputadores com vários outros jovens, o tempo era insuficiente. O mesmo tipo de consideração também foi constatado por Leão (2004) em sua análise sobre a implementação do Programa Serviço Civil Voluntário em dois bairros da Região Metropolitana de Belo Horizonte: problemas de organização dos cursos, tais como faltas e atrasos dos instrutores, condições inadequadas para realização dos cursos, materiais didáticos de baixa qualidade, dentre outros problemas – o que o autor nomeou como “pedagogia da precariedade”. Em grande medida esse conceito também pode ser utilizado para sintetizar as críticas que uma parte dos jovens fazia às atividades educativas desenvolvidas no âmbito do PBT. Muito provavelmente pelo tipo de projeto de que participaram e pelas críticas mais intensas ao programa, alguns dos rapazes deste grupo chegaram a reconhecer a possibilidade de receber a bolsa sem necessariamente ter que participar do curso:

É uma pergunta que se eu for responder pra você eu ser egoísta, eu preferia mais a bolsa que o curso, entendeu? É uma coisa assim que você não espera, curso assim pra mim, assim, basicamente, não foi muito importante devido a ter praticado o curso de computação antes, entendeu? E o curso que eles ofereceram era muito, muito básico. E não dava pra pegar muito porque era sempre mais de um aluno por micro. (Erasmus, 23 anos, branco, ensino médio completo).

Eu não veria nenhum problema em receber sem ir no curso. Porque o curso eu achava um pouco interessante, eu também não queria deixar de ganhar o

dinheiro, né, mano. Então eu ia todo dia. Mas se não tivesse o curso, normal, ia me ajudar do mesmo jeito. (Rogério, 20 anos, preto, ensino médio completo).

Ao mesmo tempo, algumas moças e rapazes reconheceram que poderiam fazer um curso sem nada receber, mas não o tipo de curso que lhes foi oferecido. E aqui o que contava não era apenas o conteúdo do curso, mas sua qualidade e condições de realização. A pergunta de Fábio é emblemática desta perspectiva: *“Quem é que vai ficar duas horas no fundo de uma igreja fazendo um cursinho fraco e sem receber nada? Eu não ia.”*

Dentre todos os cursos realizados, as maiores críticas tiveram como alvo o curso de hip-hop, pois este era tomado como o que mais se distanciava dos projetos de profissionalização que os jovens possuíam. Aqueles que tiveram que fazê-lo reconheceram sua importância para que deixassem de agir de maneira preconceituosa em relação ao rap, ao break e ao grafite²⁵⁵, mas certamente era este o curso que mais parecia afastar-se de seus objetivos. Mas que lugar teria o hip-hop no currículo, objeto de preocupação de muitos deles? Além de não contribuir, alguns avaliavam que poderia prejudicá-los dada a estigmatização que o hip-hop sofria na sociedade como um todo, revelando, em alguns casos, que eles próprios ainda tinham certo preconceito. Nesse sentido, importante teria sido o programa conseguir oferecer *qualificação*:

Como eu posso dizer? Tinha que ser um curso assim mais qualificado, um curso de administração, secretariado, acho que ajudaria bem mais pra gente procurar um emprego em cima daquilo, né, daquilo que a gente aprendeu. Agora pra gente procurar um emprego em cima do hip-hop eu acho que é muito difícil, não que seja impossível, mas é meio difícil, eu acho que teria que ser um curso com muito mais tempo, mais ali mesmo, pegar firmão, pra gente procurar emprego em cima daquilo, porque você tem que querer muito, é uma coisa que você tem que correr muito atrás pra você trabalhar em cima do hip-hop. (Paula, 21 anos, preta, ensino médio completo).

Tanto para as moças quanto para os rapazes, algumas positivities eram assinaladas quando o curso oferecia algo que se aproximava um pouco mais do mundo do trabalho. Era o caso dos momentos em que alguns educadores informavam sobre dinâmicas de grupo, elaboração de currículos, formas e estratégias de procura de trabalho. Alguns educadores

²⁵⁵ É interessante pontuar que nenhum dos jovens investigados por esta tese fez referência ao hip-hop como movimento cultural ou social, tampouco como cultura ou estilo juvenil. Em suas falas a menção era sempre ao “curso de hip-hop”, sendo destacadas, especialmente, as aulas de dança. Vale pontuar, no entanto, que uma série de estudos ressalta a importância do hip-hop para a produção de sociabilidades e identidades de jovens pobres e negros (como Dayrell, 2007), ou ainda, para dar significação positiva ao espaço social da periferia por meio de uma atuação político-cultural específica (Nascimento, 2006).

utilizaram-se disso para um diálogo mais efetivo com os jovens²⁵⁶. Outro modo de aproximação eram as propostas de estruturação de cooperativas ao final dos cursos. Aqui, apenas um jovem, Erasmo, destacou ter passado por essa experiência. Muito embora tenha se interessado pela possibilidade de um trabalho sem patrão, a iniciativa não foi adiante: antes mesmo da decisão pelo tipo de negócio a ser montado, muitos jovens já haviam desistido porque encontraram emprego ou não se interessavam. Além disso, sem os recursos necessários, Erasmo considerava muito difícil dar prosseguimento à atividade. Dedecca (2006) chama atenção para problemas em estimular jovens a atividades dessa natureza, ponderando que:

Em geral, a maior possibilidade de trabalho para a população tem sido nas formas de trabalhos autônomos, associados ao empreendedorismo ou associativismo. Só que o jovem, seja por interesse seja por falta de qualificação e de experiência, não está adaptado, não tem aderência a esse tipo de emprego. Na verdade, o jovem necessita de emprego assalariado e a economia tem mostrado grande vulnerabilidade em gerar empregos e atender a essa demanda da população jovem. (Dedecca, 2006, p.2)²⁵⁷.

As jovens que *trabalharam no posto de saúde* (Cátia, Clarice e Isabele), apesar de ressentidas porque não tiveram o sonhado registro em carteira, puderam ao menos responder às suas expectativas de se aproximarem do universo do trabalho ou de um universo de trabalho diferente do que haviam tido até então²⁵⁸. Para Clarice, por exemplo, o PBT foi um *estágio* e a experiência foi muito positiva: ela queria experimentar o que era trabalhar, se conseguiria ou não, se não desanimaria. Uma das expressões de sua necessidade em ingressar nessa nova instituição socializadora era sua dúvida em torno do *acordar cedo para o trabalho*. Conseguiria? Não conseguiria? O que era isso? Percebeu que não gostava muito (*quem gosta?*), mas valorizou essa possibilidade de experimentação. O programa favorecia sua aproximação, passo a passo, do mundo do trabalho mais regular, já que até o momento só havia conseguido ocupações muito esporadicamente. Já Cátia e Isabele valorizaram a possibilidade de descobrir um novo nicho profissional, de adquirir algumas habilidades, de

²⁵⁶ Ainda que os educadores não tenham sido entrevistados para esta pesquisa, alguns outros estudos evidenciaram que, por mais que tivessem consciência de que não se tratava de um “cursinho” preparatório para o mundo do trabalho, sentiam necessidade de lançar mão dessa estratégia para alcançar os jovens: ensinar dinâmicas, orientar a elaboração de currículos, entre outras iniciativas (Corrochano, 2007).

²⁵⁷ Sob outro ponto de vista, Pochmann (2006) considera que os jovens teriam maiores condições em aderir ao cooperativismo pelo fato de ainda não estarem culturalmente formados pelas atividades de mercado tal como o adulto. Sem entrar no mérito desse debate, o que escaparia aos objetivos desta tese, cabe observar que os jovens desta narrativa que tiveram interesse em se envolver na constituição de cooperativas, não tiveram o apoio técnico e financeiro necessários.

²⁵⁸ Cátia já trabalhava na época como empregada doméstica e Clarice e Isabele haviam realizado alguns *bicos* entregando panfletos e cuidando dos sobrinhos.

melhor perceber o tipo de trabalho que mais lhes interessava ou não. No caso de Cátia, especificamente, o entusiasmo foi ainda maior porque desejava muito deixar o trabalho como empregada doméstica para fazer algo diferente.

A avaliação positiva dessas moças em relação à possibilidade que tiveram de um *trabalho de verdade* não significava ignorar os problemas vividos nos lugares onde trabalhavam, no caso, o posto de saúde, especialmente porque uma das tarefas que tinham era conferir trabalhos realizados por funcionários efetivos. De modo geral, acentuavam as dificuldades de relacionamento com esses funcionários, que pareciam pouco ou nada preparados para lidar com os jovens que ali chegavam. Ao lado disso, também se ressentiram da impossibilidade de comprovar o trabalho realizado, já que não foram registradas em carteira.

Assim, a experiência parece ter gerado, ao mesmo tempo, expectativas e frustração: expectativas, na medida em que a experiência vivida permitiu-lhes uma aproximação importante em relação ao mundo do trabalho, especialmente do trabalho no setor público; e frustração por saberem que suas experiências não ajudariam concretamente em sua inserção futura, dado não terem como comprová-las. De todo modo, fica claro que havia uma valorização maior da possibilidade de aprender na prática do que em aulas de cidadania ou de outro curso qualquer. Reforçou-se novamente a busca por atividades que escapassem do formato estritamente escolar e que lhes possibilitasse a aproximação do universo do trabalho.

Um outro aspecto que chama atenção no olhar para o programa é a diferença de percepção entre as moças e os rapazes. Para todos os jovens, o encontro com o programa foi a possibilidade de fazerem amigos, havendo uma forte valorização das relações de sociabilidade. Mas sem dúvida esse aspecto foi mais acentuado no grupo das moças, mesmo que entre elas fossem observadas nuances. O programa foi *maravilhoso, ótimo, muito bom, inesquecível*, para aquelas que expressavam maiores dificuldades de circulação pelo mundo da rua. Em certas ocasiões tinham que fazer isso às escondidas de seus pais. Era este o caso de Letícia, Andreza e Carolina, para as quais o programa foi a chance de saírem de casa. No caso dessas três jovens, os elogios ao PBT foram muito mais intensos. Esse modo de olhar também parece relacionar-se ao próprio lugar em que estavam no momento de suas participações: todas as três tinham suas vidas muito circunscritas ao trabalho doméstico e, no caso de Letícia, a um cotidiano fortemente controlado por sua mãe. O curso havia sido a possibilidade de sair de casa e se *destrambelhar* pelo mundo.

No caso de Andreza, o programa também foi avaliado como *ótimo, não me decepcionou em nada*, já que foi a chance de ela sair de casa para fazer alguma coisa. Inicialmente, teve medo de ir porque não estava acostumada a lidar com pessoas que não conhecia. Foi porque era obrigada a receber o benefício, mas logo gostou de ter *trabalhado em equipe*. Também aprendeu alguma coisa: *Se disser que não aprendi nada, estou mentindo*. Por intermédio do curso deixou de ficar *trancada em casa*. Em seu caso, as dificuldades em sair de casa eram menos pela pressão dos pais e mais pelo fato de ter duas filhas. Cuidava delas e dos sobrinhos, o que não considerava trabalho, como já observado.

A recorrente fala das jovens em torno da importância do programa para circular por outros espaços e interagir com outras pessoas remete a uma necessidade de olhar para as desigualdades entre homens e mulheres, para além da reprodução da vida e do trabalho. Não se trata de enfatizar “modelos polares de sexo”, como já alertou Brito (2004), mas de reconhecer que ainda persistem entre algumas jovens uma maior concentração no universo doméstico, inclusive quando trabalham. Ao que parece, a origem dessas iniquidades sociais pode ser mais bem apreendida “quando se observa aquilo que Arendt chamou de ‘vida ativa’: embora todos os seres humanos laborem e trabalhem, nem todos o fazem de forma articulada com os outros, mas sim isolados/as dos outros.” (Agende, 2006, p. 19). Entre alguns rapazes, como Daniel, enfatizava-se a visão que os pais tinham do curso: era a chance para ele sair um pouco da rua e não de casa. Assim, se um número significativo de pesquisas aponta que muitos dos programas, tal como o PBT, são formulados tendo como objetivo implícito, ou por vezes explícito, ocupar o tempo livre dos jovens, percebendo-os como mais propícios a condutas delinquentes (Dayrell, Leão e Reis, 2007; Leão, 2004), é preciso reconhecer que esta é uma imagem associada sobretudo aos rapazes. E surpreende como eles próprios, em alguns casos²⁵⁹, também assimilam e reproduzem essa percepção:

Foi bom pra mim porque eu também não tinha nada o que fazer, ficava só na rua, ficava por aí sem fazer nada, não tava trabalhando, não trabalhava nada aqui em casa e minha mãe começou a pegar no meu pé pra mim ir também né. Aí eu tava freqüentando todo dia, não ficava mais aqui pelas ruas aqui também, tava freqüentando direto [...] Eu ficava só jogando bola no meio da rua, antigamente tinha uns negócio perigoso aí que os caras ficavam passando direto aí, aí eu ficava só no meio, polícia passando, mas depois eu parei de ficar mais na rua, só ia de lá pra casa, de casa pra lá, às vezes da escola, eu vinha da escola, só almoçava e já ia direto pra lá. (Daniel, 21 anos, branco, ensino médio completo).

²⁵⁹ Como será visto adiante, essa imagem também foi contestada por alguns jovens, especialmente ao reportarem-se à situação de desemprego.

Evidentemente não se pode negar que a realidade vivida por esses jovens é permeada pela violência e pelo tráfico de drogas, bem como por escassas alternativas de acesso aos bens culturais e de lazer – eles e seus pais sabem disso. O que se quer ressaltar aqui é a associação feita por alguns deles entre o tempo livre e a possibilidade de envolvimento com atividades criminosas (Dayrell, Leão e Reis, 2007). De todo modo, como será visto adiante, também havia outros jovens enfatizando o inverso: “*Nem sempre mente vazia é oficina do diabo.*”

Em síntese, quando o PBT chegou à vida desses jovens, eles ainda não estavam tão enredados pelo mundo do trabalho e pelas obrigações familiares, tal como evidenciado entre os jovens do primeiro grupo. Todos já haviam realizado algum tipo de atividade remunerada, mas a centralidade ainda estava posta na vida escolar. Se a intermitência (Madeira, 1986) entre as atividades remuneradas que realizavam e a escola ainda estava presente, era-lhes bem menos problemático abandonar essas atividades caso atrapalhassem a continuidade dos estudos. Para isso, o apoio recebido da família era fundamental. Quando encontraram o PBT, estavam começando a buscar o *trabalho de verdade*, e seu próprio desejo, e também de seus familiares, foi importante nessa busca. A renda auferida no programa também. Fica claro, no entanto, que o recurso recebido permitiu-lhes adiar um pouco mais a busca pelo *trabalho de verdade*, ao menos quando comparados aos jovens do grupo anterior. Além disso, em nenhum momento atrelaram a continuidade dos estudos à sua participação no programa. Afinal, todos concluíram o ensino médio mesmo sem o apoio do PBT.

Ainda que com algumas diferenças em razão da diversidade das atividades oferecidas, e especialmente segundo o sexo, era claro que além da renda esperavam do PBT algo a que o programa, assim como a escola, não respondeu adequadamente: não necessariamente um emprego, mas a possibilidade de experimentar o que seria um trabalho para além daquelas ocupações que estavam ao seu alcance. Mais do que para os jovens do grupo anterior, a renda recebida pôde substituir o trabalho para muitos dos jovens deste grupo, mas não eliminou o desejo de uma aproximação em relação a essa esfera e, fundamentalmente, àquilo que consideravam *trabalho de verdade*. Era este trabalho que nenhum deles, até a época da entrevista, havia alcançado, embora todos já tivessem finalizado o ensino médio.

4.5 Depois do PBT: as dificuldades de encontrar trabalho

Logo depois de narrarem suas experiências no Programa Bolsa Trabalho foi perguntado aos jovens como estavam na época da entrevista, especialmente em relação ao

trabalho. A essa indagação foram muito comuns as respostas: *tamos aí, do mesmo jeito; continuo desempregado(a), só fazendo uns biquinhos; eu tô parado, parado mesmo, não tô procurando trabalho agora.*

E como percebiam as dificuldades em encontrar esse trabalho? Mais do que em qualquer outro grupo, os relatos em torno dessas dificuldades ganharam muita força e por essa razão merecerão um olhar mais atento aqui. Assim, é possível afirmar, tal como faz Jardim (2004) que as falas dos jovens investigados estão permeadas por “figuras e representações dos novos padrões de empregabilidade”²⁶⁰, mas também pela persistência de muitos padrões. Se no primeiro grupo o principal aspecto destacado foi o fato de não terem *terminado os estudos*, aqui, concluíram o ensino médio e não tinham o trabalho desejado. Nesse sentido, outros aspectos ganham força em suas falas, tais como a falta de experiência, a ausência de *cursos fortes* realizados em escolas de renome, a aparência e o local de moradia. Nem todos deram o mesmo peso a esses aspectos, pois, a depender do perfil (ser homem ou mulher, branco ou negro, com mais ou menos tempo de procura), a ênfase recaía em um ou outro fator.

A dificuldade mais recorrente a que se referiam se relaciona à experiência que avaliavam não possuir. E o que estão chamando de falta de experiência? Mesmo com todas as ocupações que tiveram ou que ainda tinham, atribuíam à falta de experiência sua maior dificuldade para encontrar um trabalho, e isso pode relacionar-se ao fato de não considerarem essas ocupações *trabalho de verdade*. Os jovens do capítulo anterior haviam acumulado experiência em determinadas áreas e funções e as utilizavam para procurar trabalho, mesmo na ausência do registro. Aqui, o fato de terem permanecido muito pouco tempo nas ocupações ou de desejarem abandonar determinado ramo de atividade fazia com que excluíssem a referência a essas ocupações nos currículos enviados²⁶¹. Paula, por exemplo, que tivera registro em carteira como auxiliar de limpeza, percebia neste um nicho importante de trabalho, mas como não desejava permanecer no emprego doméstico, sequer mencionava tal experiência. Quanto aos demais, sem registro e sem longas experiências pareciam ter mais dificuldade em visualizar um determinado campo ou área de atuação. As ocupações que buscavam guiavam-se muito mais pelas orientações de amigos, dos próprios pais e de parentes: ocupações nas quais tivessem mais chances de conseguir um emprego formal,

Isso que a empresas colocam que dificulta pra nós, jovens, que não têm uma experiência. Infelizmente, eu não tenho experiência ainda, né? Aí eles pegam

²⁶⁰ Também como ressalta Jardim (2004), o termo empregabilidade está sujeito a vários usos que podem ser encontrados em Cardoso, Caruso e Castro (1997) e também em Freyssinet (1984). Essa discussão será retomada posteriormente.

²⁶¹ Comportamento semelhante também foi encontrado entre jovens investigados por Tartuce (2007).

mais pessoas que têm experiência, é difícil a empresa catar uma pessoa assim sem ter experiência. Essa experiência é assim, por exemplo, vamos ver uma firma aí, de ajudante geral, eles já querem uma pessoa que já tenha trabalhado naquela função, de dois anos pra cima. Aí você chega, você nunca trabalhou, eles não dão oportunidade pra você, eles preferem aquela que já trabalhou, que já sabe como que é o trabalho lá dentro da firma, aí infelizmente a gente fica sem ter oportunidade na área de serviço. (Erasmão, 23 anos, branco, ensino médio completo).

(...) Eu não fazia muita coisa, não tinha como eu colocar que eu trabalhava de doméstica que para eles era a mesma coisa que nada, nem coloquei. Tinha que ter alguma experiência na área de vendas, não sei, acho que foi isso... (Cleusa, 21 anos, parda, ensino médio completo).

Quando a pessoa já tem registro na carteira fica mais fácil, abre mais caminho. Que nem vendedora, você pode ir num shopping, boutique, vai estar lá no registro 'vendedora', não precisa fazer teste nem nada. Se você tem experiência, já sabe o que você vai fazer, você não vai ficar perguntando, não vai ter alguém pra parar pra te ensinar o que você vai fazer, o que você não vai, acho que é isso, porque quando você não sabe, tem que perguntar, você não sabe, quer fazer tudo ao mesmo tempo, acaba não fazendo nada, você quer mostrar serviço, de repente não é assim que faz. (Adriana, 20 anos, preta, ensino médio completo).

Para esses jovens, ter experiência também significava conseguir realizar um determinado trabalho adequadamente, ter competência para fazê-lo sem necessariamente ficar perguntando para um outro, com certeza um adulto mais experiente. Mais do que no grupo anterior, não se trata de não verem reconhecidas as experiências acumuladas, uma vez que não possuem o registro em carteira, mas sim de reclamarem algum tipo de apoio em um determinado momento do ciclo de vida em que, de fato, não lhes seria possível o acúmulo de experiência em função da idade. Além dos adultos, das empresas, dos recrutadores, um outro ator do qual eles reclamam apoio é do próprio Estado. A incorporação da necessidade de apoio do Estado parece ser resultado da participação que tiveram em programas públicos, o PBT e, em alguns outros, tal como o Jovem Cidadão – Meu Primeiro Trabalho. Se no estudo de Tartuce (2007) a referência dos jovens restringia-se ao mercado, aqui, o fato de terem participado de uma iniciativa pública (e alguns até de várias delas), pode ter contribuído para perceberem o papel do Estado nessa questão.

Mas, embora percebessem que o Estado poderia ter um papel na questão do emprego, não haviam mais procurado o poder público, seja porque não conheciam programas que atendessem as suas necessidades, seja pela idade: para Renata, por exemplo, não havia mais programas voltados para os jovens da sua idade, já que ela tinha 23 anos²⁶². Uma outra

²⁶² Mesmo que nos últimos anos os programas dirigidos a jovens estejam ampliando a faixa etária atendida para além dos 18 anos, ainda são predominantes ações voltadas a adolescentes até esta idade (Cf. Sposito, 2007).

hipótese também parece residir no fato de o Estado oferecer muito mais cursos e atividades educativas do que chances de experimentação no mundo do trabalho. Ao menos era o que também enfatizava a jovem Renata:

Eu acho que [está difícil arrumar emprego] é porque eles exigem muita experiência sendo que se eles não dá a oportunidade a gente não vai adquirir nunca. Eu acho que ao invés do governo ficar fazendo esses cursos eles poderiam ficar em sociedade com algumas empresas pra poder dar experiência, sabe, pra poder dar experiência pras pessoas. (Renata, 22 anos, preta, ensino médio completo).

Bastante importante aqui é a percepção, ao menos entre parcela significativa dos jovens deste grupo²⁶³, de que sua atual condição também é resultado de uma crise mais ampla no mundo dos empregos, sem necessariamente culparem a si mesmos pela situação vivida, o que revela uma capacidade de distanciamento e de se construir de uma maneira um pouco mais crítica em relação à questão do desemprego²⁶⁴.

Muitas pessoas desempregadas, sei lá, eles quer pessoas que já tem experiência, que nem minha mãe fala: ‘se é novo demais e não tem experiência não consegue o emprego, se é velho e já passa dos quarenta também não consegue emprego’. É uma situação muito difícil que todo mundo tá passando, porque eu saio pra procurar emprego eu fico de boca aberta, porque eu falo, meu Deus do céu, não é só eu, é muita gente desempregada, muita mesmo. E você vai na Barão de Itapetininga, você... eu achei um pouco caso, porque você tem que colocar o seu currículo dentro de uma caixa, eu acho um pouco caso com as pessoas desempregadas. Então, eu acho que é esse o momento que estamos passando. Eu acho, não sei você, não sei se você tá desempregada, mas é muita gente desempregada, é filas e mais filas pra entregar currículos, eu mesma fiquei uma hora na fila pra subir num prédio aonde é o prédio que tem mais agências, uma hora pra entregar. (Cristina, 21 anos, parda, ensino médio completo).

Ah, não só pra mim, mas pra todos, que o índice de desemprego é muito grande, você sai e vê, meu, é muita gente procurando emprego, então aí é complicado, às vezes você encontra pessoas que têm experiência, então você já fica desanimado porque às vezes você vai numa empresa e ele já coloca lá: ‘Precisando com experiência, tanto tempo...’. Então às vezes você olha

Além disso, tal como já enfatizado, os programas estão muito mais concentrados na oferta de atividades educativas e bem menos na questão do trabalho, uma das preocupações centrais desses jovens.

²⁶³ Como será visto adiante, entre algumas jovens observou-se certa culpabilização por sua atual situação no mercado de trabalho.

²⁶⁴ Seus relatos também remetem às observações de Mills, quando este aponta que talvez a “distinção mais proveitosa usada pela imaginação sociológica seja entre as ‘perturbações pessoais originadas no meio social mais próximo’ e ‘as questões públicas da estrutura social’”. Essa distinção é um instrumento essencial da imaginação sociológica [...]. Nessas condições, consideremos o desemprego. Quando, numa cidade de cem mil habitantes, somente um homem está desempregado, isso é seu problema pessoal [...]. Mas quando numa nação de 50 milhões de empregados, 15 milhões de homens não encontram trabalho, isso é uma questão pública e não podemos esperar sua solução dentro da escala de oportunidades abertas às pessoas individualmente” (Mills, 1975, p.14-15).

na placa e não adianta você ficar na fila, entendeu? Aí é difícil porque são milhões de pessoas desempregadas, então é muita concorrência, muitas pessoas concorrendo às vagas. (Erasmão, 23 anos, branco, ensino médio completo).

A ausência dos cursos que julgavam importantes era outro aspecto assinalado e por um conjunto de razões: pela percepção de que o ensino médio não era suficiente, pelas (novas) exigências do mercado de trabalho, para demonstrar a esse mercado que estavam empenhados em conquistar uma ocupação, pela necessidade que tinham em configurar uma determinada área de atuação e, finalmente, pela possibilidade de acessar uma rede de contatos.

Em relação às exigências do mercado, os cursos considerados mais relevantes eram o de computação, mais responsabilizado pelo bloqueio ou acesso a um emprego de verdade; e telemarketing, este último devido à percepção (muito real) de que se tratava de um setor que empregava muitos jovens²⁶⁵, embora também tenham sido citados cursos de administração e secretariado. Dentre os jovens deste grupo que não haviam passado por nenhum curso de computação (Andreza, Carolina, Marcos, Miriam, Rogério), nem mesmo aqueles oferecidos em escolas e associações comunitárias dos bairros, o fato de não terem domínio frente ao computador ultrapassa até um dos requisitos muito presente entre esses jovens: a indicação. Marcos e Miriam, por exemplo, declaram que perderam vagas para as quais foram indicados em função de não terem conhecimentos em informática. Em alguns casos, a falta da informática era comparada à falta de habilidade de leitura e escrita. Faz-se interessante notar que o destaque para a importância da computação é reveladora da condição social desses jovens, isso porque, em investigações que lidaram com jovens das camadas privilegiadas, saber mexer no computador não é sequer citado como uma competência importante para ingresso no mercado de trabalho, pois parecia já pressuposto (Tartuce, 2007).

O que estavam buscando não era simplesmente qualquer curso de computação, mas um curso de computação realizado em escolas reconhecidas e de renome²⁶⁶. A maioria dos jovens já havia feito alguns cursos (e não apenas de computação) oferecidos pelos programas públicos, em centros comunitários ou em pequenas escolas do bairro, e em vários casos despendiam um recurso significativo de suas famílias para isso. Ao que parece, no entanto,

²⁶⁵ Segundo dados da Pnad (2005), os jovens entre 16 e 24 anos representam 52% do total de operadores de telemarketing. Alargando-se para a faixa dos 15 até 29 anos, chegam a 72,5% (Corrochano e Nascimento, 2007).

²⁶⁶ Essa busca por cursos em melhores escolas pode estar associada à percepção desses jovens de uma diminuição das funções diferenciadoras relativas ao acesso à escola (Sposito, 1993; Tedesco, 1985): se grande parte dos jovens já possui o ensino médio, se conseguem acessar um ou outro cursinho básico de informática, o que poderia diferenciá-los? Poderiam responder: a frequência ao ensino superior; mas dado que avaliavam não ter condições materiais suficientes para frequentá-lo, emerge a necessidade de cursos profissionalizantes em boas escolas.

estes cursos eram percebidos como de menor valor no momento da busca por trabalho. Ao mesmo tempo, estava presente a questão do acesso: principalmente no caso da computação, do que adiantaria fazer o curso sem ter um computador ou exercer um trabalho em que fosse possível praticar?

E eu não sei o que acontece que não me chamam, aí eu não sei se eu joga a culpa toda em cima porque eu não tenho experiência, mas eu também não tenho dinheiro pra fazer um curso pra poder aprender mais, pra poder fazer vários cursos, pra mim ficar sabendo, eu não tenho dinheiro também, porque um curso não é barato, eu vi um curso de auxiliar administrativo por R\$ 80,00 na Microlins, eu não tenho como pagar, se meu pai tivesse trabalhando registrado eu acho que ainda daria, né, mas ele não tá, é bico. Minha mãe não ganha lá aquelas coisas também, o que tem é pra pagar conta, pra comprar comida, então não tem como. (Cristina, 21 anos, parda, ensino médio completo).

Também tem que ter curso, se a gente não tem dinheiro para pagar o curso, sendo que eles pedem curso, eles não querem qualquer curso. Se tiver uma pessoa com curso melhor do que você fez numa escola que tem nome, eles vão pegar ela. (Renata, 22 anos, preta, ensino médio completo).

Essas jovens compreendem qualificação como um curso que efetivamente vá contribuir na realização de algum trabalho específico. Tal como observado por Tartuce (2007), a qualificação é sinônimo de “estudo regular, formal”, e particularmente aqui, de um curso profissionalizante, uma vez que a realização do ensino superior lhes parecia mais distante. Assim, quando considerados os relatos juvenis, o sentido da realização de um curso profissionalizante não se relacionava apenas à formação propriamente, mas à própria inserção no mercado de trabalho²⁶⁷. Ainda que alguns já tivessem um histórico de trabalho, buscavam encontrar algo que lhes permitisse o desempenho de uma atividade mais permanente no tempo, uma profissão.

Essa grande quantidade de cursos freqüentados e o desejo de freqüentar outros parece relacionar-se à própria crise do trabalho assalariado. Em tempos recentes, os processos educativos e formativos atravessam uma ressignificação no campo das concepções e das políticas, estreitando-se a compreensão do educativo, do formativo e da qualificação que muitas vezes acabam reduzindo-se à “empregabilidade” que, por sua vez, em seus diferentes usos também pode significar “o *quantum* de educação básica e de formação técnico-

²⁶⁷ Se entendermos a noção de profissionalização como apresentada por Franzói (2003), ela não se concretiza apenas no processo de formação, completando-se apenas com a inserção dos indivíduos no mercado de trabalho.

profissional que constitua os indivíduos reconhecidos e desejáveis pelo mercado como 'cidadãos produtivos'" (Frigotto, 2007, p. 1138)²⁶⁸.

De fato, tal como já alertavam Cardoso, Caruso e Castro (1997, p.13), imaginar que as chances de empregabilidade de um trabalhador resultem de suas próprias tentativas de constituição de um "capital profissional", negociando a partir dele suas condições de inserção, seria assumir um "individualismo ingênuo". Assim, se a noção de empregabilidade pode ter algum valor, ela não deve reduzir-se às estratégias individuais uma vez que:

as trajetórias ocupacionais desenhadas no curso da vida de um dado sujeito são, certamente, resultado do entrecruzamento das suas próprias estratégias de emprego (construídas na negociação entre as identidades individuais, com toda sua carga biográfica, e os constrangimentos sociais), mas que a estas se combinam as estratégias de preenchimento de postos de trabalho, colocadas em ação pelos empregadores (Cardoso, Caruso e Castro, 1997, p. 13)

Ocorre que nas experiências desses jovens parecia repetir-se cotidianamente a idéia da necessidade de cursos para melhorar (individualmente) suas chances de inserção. Esses cursos transformavam-se em mercadoria, assim como já apontava Sposito (1993) para os anos 1980. Em muitos casos era a própria escola pública que levava informações e abria as portas do estabelecimento para escolas privadas divulgarem seus cursos. Assim, era recorrente a fala de que obtiveram notícias dos cursos por intermédio da própria escola²⁶⁹.

Mas se entre esses jovens observa-se um movimento que toma conta do mercado de trabalho como um todo, qual seja, a necessidade de formação contínua (Tartuce, 2007), diante das dificuldades (suas e de muitos de seus amigos) de ingressar no mercado de trabalho começavam a questionar a utilidade dos cursos. O papel da educação nesse processo, fosse do ensino superior, fosse dos cursos de um modo geral, era mais ambíguo. Valeria a pena gastar dinheiro com o ensino superior ou com cursos se mesmo aqueles que os tinham feito não estavam conseguindo trabalho? E aqui emergem os vários relatos de amigos que, mesmo tendo realizado bons cursos, encontravam-se desempregados. As falas também se estendem

²⁶⁸ "No plano ideológico, desloca-se a responsabilidade social para o plano individual. Já não há políticas de emprego e renda dentro de um projeto de desenvolvimento social, mas indivíduos que devem adquirir competências ou habilidades no campo cognitivo, técnico, de gestão e atitudes para ser tornarem competitivos e empregáveis. Os desempregados devem buscar 'requalificação' e 'reconversão profissional' para se tornarem empregáveis ou criarem o auto-emprego no mercado informal ou na economia de sobrevivência." (Frigotto, 1998, p. 15).

²⁶⁹ Embora a reforma do ensino médio levada a cabo nos anos 1990 previsse que uma parte da grade curricular (25%) respondesse às necessidades de alunos e das famílias em cada comunidade, observa-se que não houve condições técnicas e/ou materiais para atendimento de demandas. No caso dos cursos de informática, por exemplo, além da falta ou da dificuldade de uso dos equipamentos, a ausência de instrutores especializados (Zibas, 2005). No caso deste grupo, fica evidente que, em vez de oferecerem a possibilidade de os alunos aprenderem informática no interior do espaço escolar, algumas escolas se limitavam a facilitar o contato com escolas privadas, segundo relatos de alguns jovens.

ao ensino superior, com ambigüidades muito fortes: quem faz faculdade também está sem trabalho e, ao mesmo tempo, fazer faculdade pode significar conseguir um “lugar melhor na fila do desemprego” (Hasenbalg, 2003). Além disso, a valorização de uma maior escolaridade, especialmente em relação ao ensino superior, também parecia atrelada à possibilidade de evitar situações de humilhação em uma sociedade que valoriza sobremaneira a formação superior. Esses jovens pareciam saber muito bem disso.

Digamos assim, eu sei mexer um pouco no computador, mas eu não sei hardware, que é montagem e configuração de micro, aí eu vou lá, gasto a maior grana com curso, não tenho experiência, nunca trabalhei naquela área, aí eu vou procurar emprego numa empresa de hardware, que trabalha com isso, aí eles vão ‘ah, você tem o curso, mas não tem experiência, então pra gente não serve’, então quer dizer que o meu dinheiro que eu gastei no curso foi em vão... (Daniel, 21 anos, branco, ensino médio completo).

Porque eles pedem muitas coisas: inglês, espanhol, não sei o que lá, umas coisas muito... uns negócios que eu nunca ouvi falar e internet. Eu acho que não consegue arrumar emprego mesmo, só... Tem pessoa que eu conheço que tem faculdade e não consegue arrumar emprego, tem uma ela é prima do noivo, ela tem faculdade e tudo, ela fez faculdade e ela tá trabalhando no banco e ganhando R\$ 300,00, pra você ver. E eu que não tenho nada? Se ela não consegue, imagine eu? É isso. (Miriam, 19 anos, parda, ensino médio completo).

Mas também o problema de não ter curso, não ter faculdade é escutar o patrão te humilhar na frente de todo mundo, escutar pessoas falando, ah aquele cara não tem curso superior, ele é burro. Aí tem que agüentar essas situações. Ou se não você tá trabalhando de camelô e você escuta, ih aquele cara ali não teve estudo, é burro, tá ali camelando. (Erasmio, 23 anos, branco, ensino médio completo).

Mas esses cursos ocupavam também outros lugares nas vidas dos jovens deste grupo. Poderiam informar a um outro (aos recrutadores, aos empresários e aos pais) sobre sua disposição em correr atrás de um trabalho; poderiam ser o lócus para conquista de bons empregos e não apenas porque melhorariam o currículo, mas porque permitiriam conhecer pessoas e espaços diferentes. Os cursos seriam favoráveis, do mesmo modo, à ampliação dos contatos que poderiam levar aos melhores empregos. No currículo, poderiam substituir as experiências profissionais ou ao menos indicaria uma determinada *área* de conhecimento, algo mais específico do que possuir *apenas* o ensino médio. Um currículo sem experiências e sem cursos acabaria contando muito negativamente em sua perspectiva.

Tipo assim, eu trabalhando, arrumando um trabalho, vamos dizer assim, mesmo que seja meia boca, tem como eu fazer cursos, cursos profissionalizantes, curso legal pra ficar mais interagido no mercado de trabalho. Porque hoje em dia, no mundo de hoje, que nem, hoje em dia você aprendeu alguma coisa de informática, mas exemplo, amanhã já é outra coisa já, o mundo vai se globalizando, as coisas vão mudando. Então eu quero tá junto na globalização, então quer dizer eu quero tá informado, ter

o mesmo tipo de informação do mundo de hoje, não aquela coisa atrasada. Pra que eu vou querer uma coisa atrasada e chegar ali, arrumar um emprego, não saber o que tá fazendo? Então eu quero, porque arrumando um emprego meia boca o que acontece? Tem como eu arrumar um emprego melhor, a partir daí fazer uns cursos e, por exemplo, eu conheço você, tô conhecendo você agora, daí num curso tem como eu conhecer outras pessoas, através de outras pessoas eu tendo um curso e elas também tendo conhecimento com outros repartimentos, em empresas, tal, tem como eu chegar perto dessas pessoas e falar ‘olha, eu tô preparado pra tal coisa e tal coisa e lá aonde você trabalha não tá precisando?’. (Marcos, 23 anos, pardo, ensino médio completo).

A pessoa fala assim: ‘ah, pra que curso, pra que faculdade?’. Assim, eu acho bom porque você fez alguma coisa, mesmo que você não consiga nada, mas pelo menos você lutou, foi atrás, né? (Pâmela, 21 anos, preta, ensino médio completo).

Nesse sentido, é preciso notar que por mais que se questione sua importância para encontrar um *trabalho de verdade*, e eles próprios fazem essa crítica, os cursos profissionalizantes – sejam eles bons ou maus, os gratuitos ou os desejados – desempenham um papel importante no processo de aproximação em relação ao mundo do trabalho. Isso permite inferir que esses jovens poderiam estar questionando o próprio conhecimento que lhes é oferecido no ensino médio, uma vez que, tal como já vem sendo intensamente debatido, ao longo da história desse nível de ensino em nosso país ficam evidentes inúmeros conflitos quanto às suas finalidades e conteúdos (Frigotto, 2007; Kuenzer, 2006, 2007; Zibas, 2005).

A intensidade com que esses jovens projetavam ou efetivamente realizavam os tantos “cursos profissionalizantes” parece sinalizar o desejo por um ensino médio que efetivamente se articule à esfera do trabalho. Para além da oferta de formação técnico-profissional, uma escola que não os deixe solitários na busca por caminhos no mundo do trabalho. Pois até o momento da entrevista, esses jovens permaneciam tentando responder, solitariamente, aos desafios da qualificação e da inserção no mundo do trabalho. E a viabilidade de qualquer mudança em termos de sua qualificação profissional só era avaliada como possível caso conseguissem algum trabalho, algo um pouco diverso da experiência de alguns jovens dos grupos seguintes.

A força da necessidade desses cursos para que fossem vistos como *batalhadores* se intensifica à medida que vivenciam situações de discriminação em função de outros mecanismos que percebiam operar no momento da busca por trabalho. Assim, os cursos compõem uma estratégia para melhorar suas condições de inserção e também para superar os estigmas associados ao seu lugar de moradia.

A referência ao local de moradia como problemático na busca por trabalho, por exemplo, aparece de várias formas: quando Erasmo percebe que boa parte das chances de

emprego não se localiza em seu bairro, mas sim no centro da cidade, ao mesmo tempo em que as empresas não querem contratar pessoas de locais mais distantes; pela narrativa de Renata, quando esta revela a dificuldade que tinha em trabalhar em locais distantes em função dos problemas de locomoção, especialmente no período noturno; quando Pâmela se refere ao preconceito em um dos processos seletivos pelos quais passou – em muitas entrevistas ouviu dizer que seu bairro é *pesado*. Eles até tentavam encontrar estratégias para escapar desses preconceitos, indicando o nome de um bairro pouco conhecido, mas em alguns momentos eram quase que obrigados a revelar:

Teve uma mulher lá que eu fui fazer entrevista e ela estava pedindo ponto de referência. Eu falei assim ‘ah, Parque Santo Antônio’. E ela: ‘não, quero um ponto de referência conhecido’. E eu ‘ah, M’Boi Mirim, Piraporinha’. Aí falou um monte de ponto de referência, Barateiro, Piraporinha. Ela assim: ‘não, eu quero um ponto de referência’. Aí depois o pessoal olhava assim pra mim, aí acabei falando ‘ah, Capão Redondo’. Aí ela assim: ‘ah, tá bom, ah você mora no Capão Redondo’, aí colocava assim, é um bairro pesado, né? Daí o pessoal olhava assim ‘ah, é melhor nem trabalhar aqui porque vai ser conflito na certa’. E sempre começava também a falar: ‘ah, mas você vai chegar atrasada, tem horário certo, e sempre ia ficando mais difícil’. (Pâmela, 21 anos, preta, ensino médio completo).

Olha, eu fiz uma ano passado, mas não, nem cheguei a fazer, eu peguei uma cartinha, fui lá, só que pra trabalhar no aeroporto de Guarulhos, atendente, só que chegando lá no local eles queriam pessoas que morassem pelo menos em Cumbica e eu morava aqui no Itaim Paulista. Então eles não pretendiam pegar pessoas do Itaim Paulista, queriam pessoas perto de Cumbica, do aeroporto, porque eles já tinham um ônibus que pegava, da firma mesmo, e levavam você até o local de serviço. Eles dão valor pras pessoas que moram perto e às vezes acabam prejudicando pessoas que moram longe e que também precisam, aí fica chato. Aqui mesmo no Itaim não tem tantas vagas, tem mais no centro, é mais distante, aí não querem quem mora tão longe. (Erasmão, 23 anos, branco, ensino médio completo).

As falas desses jovens remetem a pelo menos duas questões associadas ao local de moradia. Em primeiro lugar, a estigmatização dos bairros de periferia²⁷⁰, de modo geral, e em especial alguns da Zona Sul e da Zona Leste, em função dos elevados índices de violência ou

²⁷⁰ É preciso assinalar que estudos recentes apontam condições cada vez menos homogêneas entre os bairros urbanos, sejam eles localizados nas periferias ou nos centros. Isso se deve, sobretudo, a fenômenos como a “periferização do centro”, melhoria de equipamentos urbanos nas periferias, inserção de membros das classes populares em moradias nas zonas centrais (mesmo que de forma precária, como em cortiços), deslocamento das classes privilegiadas para condomínios de luxo ao redor de áreas periféricas, entre outros aspectos. No entanto, não se pode desconsiderar que as noções de “centro”, como espaço de moradia das classes médias e altas, de melhores condições de vida, e de “periferia”, como sinônimo de espaço da carência, da violência e de dificuldade de acesso à escolarização, ao mercado de trabalho e ao consumo de bens culturais e materiais ainda persistem no imaginário das populações que habitam nesses espaços e orientam suas maneiras de se relacionar com o mundo (Nascimento, 2006). Cabe acrescentar que, embora a produção acadêmica esteja atenta às mudanças que impactaram nesses espaços sociais, as falas desses jovens trazem à tona não somente questões subjetivas que interferem em suas chances de contratação – como a associação do bairro onde moram a situações de violência – mas também um dado bastante objetivo: a distância geográfica em relação à zona central, que tal como já considerado, concentra o maior número de ofertas de emprego.

de precariedade de infra-estrutura. Em segundo lugar, estudos que focalizam o mercado de trabalho na Região Metropolitana de São Paulo sinalizam a centralidade do local de moradia na questão do acesso aos empregos: geralmente, onde estão os desempregados não estão os empregos e vice-versa (Gomes e Armitrano, 2005), tal como já destacado no capítulo 2.

Em estudo realizado por Guimarães e Guimarães (2000), com vistas a analisar o tratamento desigual de brancos e negros no recrutamento da força de trabalho, aparece com força a necessidade de considerar a influência do endereço de residência dos candidatos a um emprego. Pois, por vezes, nas ocupações que estavam investigando, era difícil avaliar o peso da raça em função do local de moradia.

No caso dos jovens aqui estudados, além da interferência do local de moradia, eles eram predominantemente negros. Assim, quanto mais próximo dos jovens que se identificavam como pardos e pretos, mais se tornavam fortes os argumentos em torno de outro mecanismo que também entrava em jogo na busca por um trabalho: a aparência, associada ou não a sua cor/ raça. Desde o clássico estudo de Mills (1976) sobre a emergência da nova classe média (*white collars*) nos anos 1950, o valor atribuído à aparência no acesso aos empregos e na vida profissional tem sido assinalada. Mais recentemente, ao analisar a importância da aparência em diferentes dimensões da vida Amadieu (2005) destaca que particularmente no setor de serviços, onde mais crescem os empregos (em boa medida os empregos mais acessíveis a esses jovens) a apresentação de si ganha centralidade. Carolina parecia perceber muito claramente esse aspecto:

Aí não deu certo. Mas eu também acho que é porque tem muitas coisas assim pra menina bonita pra trabalhar, assim de atendente, recepcionista quer uma pessoa mais... Sei lá, eu acho que pra mim... eu não sei se eu tô sendo muito... se eu tô sendo muito hipócrita em falar isso, mas eu acho assim que eles escolhem as pessoas mais bonitas, mais magrinhas, mais... assim pra ser atendente. Aí eu falei 'seja o que Deus quiser, se um dia ele quiser que eu arrumo um serviço'. Eu procuro, agora eu parei um pouco porque eu tô ajudando meu avô, né, como eu falei pra você que eu ajudo meu avô a cuidar da minha avó, eu e minha mãe, né, não é só eu, porque tem dia que eu vou, tem dia que minha mãe vai, poder ajudar meu avô a cuidar dela né, que a gente não pode assim é ficar parada totalmente só dentro de casa, aí eu ajudo ele lá a cuidar da minha avó. (Carolina, 21 anos, preta, ensino médio completo).

Andreza também revela a relevância da aparência no momento em que o sujeito se apresenta para entrevista: aparência combinada com capacidade de articulação da fala (capacidade de expressão, postura, apresentação). Quando questionada sobre o que considerava ser aparência, ela também faz referência à vestimenta e à maquiagem. Assim, aparência não se limita apenas à beleza física, mesmo que esta seja um aspecto fundamental,

mas também à vestimenta, corte de cabelo, acessórios, gestos; pois, em muitos casos, os recrutadores podem estabelecer relações entre a aparência e a personalidade dos indivíduos. É importante notar que ela sempre se refere às situações vividas por uma ou outra amiga, dado que ela própria nunca havia saído para procurar trabalho. Ainda na questão da aparência, não parece ser por acaso que a jovem Pâmela cita como um dos aspectos principais da sua participação no PBT o fato de ter conseguido dinheiro para tratar melhor seus cabelos e comprar roupas.

Tem que ter boa aparência também, né? Que muita gente olha a aparência, né, e também conversar, saber conversar com as pessoas e, tipo, se for fazer uma entrevista, saber como falar numa entrevista, eu acho que isso é importante, eu não sei também o que eles perguntam quando vai fazer uma entrevista, mas deve ser a aparência e saber falar também quando for entrevistado e tudo assim... (Andreza, 20 anos, preta, ensino médio completo).

Ao lado da aparência, a questão racial. Em muitos casos, se boa aparência não necessariamente significava ser branco, muitas vezes esses aspectos se confundem nas palavras de algumas dessas jovens. Embora mais silenciada, a questão racial não esteve ausente. Dois jovens tocam nela espontaneamente:

Por que eu acho mesmo um absurdo essa coisa de ter que colocar foto no currículo... o que eles estão querendo? Saber se é loirinha, bonitinha... Se não for já nem chama. (Adriana, 20 anos, preta, ensino médio completo).

Eu acho que pra arrumar um emprego... tipo assim, eu acho que não foi nem questão de comunicação, de se expressar, mas eu acho que foi mais por causa da cor mesmo, não foi nem pela aparência, porque eu não sou nem feio e nem bonito também. Então o que acontece? Foi mais por causa da cor mesmo, infelizmente é isso. Eu já vi isso já, tipo assim, pessoa que tinha menos estudo e aquela que tinha mais estudo, por ser negra, então o que acontece? Aquela por ser branca, dos olhos azulzinhos e tudo conseguia, infelizmente, infelizmente, conseguia. (Marcos, 23 anos, pardo, ensino médio completo).

Ao também enfocarem a questão da aparência e da cor/raça como aspectos que lhes dificultam a conquista de uma ocupação, esses jovens não estão atribuindo a si próprios o problema. Todos os diálogos deixam entrever que se trata de apontar para um outro que discrimina, que só contrata *meninas bonitas*, que privilegia os brancos. Nesse sentido, revelam as muitas dificuldades de inserção, que provocam um sofrimento, mas ao mesmo tempo têm a capacidade de ver o outro e não si mesmos como responsáveis.

A questão da aparência e da cor/raça ganha força especialmente se considerado o tipo de trabalho que essas jovens projetavam para si: em geral, no setor de comércio e de serviços, no qual se localiza a maior parte das ocupações para jovens, como já destacado. Nessa mesma direção, cabe observar as muitas citações em torno do desejo pelo trabalho no setor de

telemarketing: se para todos os jovens desse grupo era o tipo de emprego almejado e muitos fizeram até cursos específicos, isso parece não estar relacionado apenas ao fato do setor empregar muitos jovens, mas também de ser um setor que emprega jovens, mulheres e negros²⁷¹. Certamente estariam vendo aí alguma possibilidade real de colocação (Corrochano e Nascimento, 2007).

O sexo como um dos aspectos que também têm um peso na busca por trabalho não apareceu com tanta força nesses depoimentos. Um dos rapazes destacou que sentia mais dificuldades para os rapazes e não para as moças. Isso pode relacionar-se ao tipo de setor em que estava buscando: no seu caso queria trabalhar com telemarketing, embora seus colegas dissessem que era “coisa pra mulher”:

Eu procuro no setor de telemarketing, assim, porque eu gosto de telemarketing..., os cara fala que é feminino, eu fico nervoso pra caramba. Vem tirar sarrinho, velho, fala que é mais pra mulher o telemarketing, né, eu acho que é, mas sei lá, eu tenho a maior facilidade pra conversar assim com as pessoas, por telefone ainda, tudo, aí eu sempre procurei na área de telemarketing, mas se aparecer outra coisa assim, qualquer coisa, eu tô indo. (Fábio, 22 anos, branco, ensino médio completo).

Entre as moças, muito embora ficassem claras as suas dificuldades até em sair para procurar trabalho, principalmente entre as jovens mães por conta da necessidade de cuidar de seus filhos, foi apenas Adriana quem deu destaque a essa questão. Em seu caso, chegava até a omitir que vivia com seu companheiro e que tinha pretensões de ser mãe:

É até engraçado, eu fui fazer uma entrevista numa veterinária. Ele me disse que ele não estava querendo pegar menina entre a minha idade, entre 18 a 23 anos, porque ele tinha tido prejuízo com isso porque ele pegava menina, efetivava, ou senão, ele combinava, depois de 3 meses efetivava, aí a menina engravidava[...]. Tanto que na entrevista, quando você vai fazer entrevista, a primeira coisa que eles perguntam é se você é casada, se pretende ter filhos, se pretende, daqui a quanto tempo. Aí ele falava: ‘você é casada, você tem filho?’, ‘não’, ‘vai ter filho daqui a quanto tempo?’. Você tem que falar que não pretende ter filho nem agora, pra conseguir passar pra a próxima seleção. ‘Vou até operar’, eu chego e falo ‘meu nome é Adriana, sou solteira, não tenho filhos, nem pretendo. É uma dificuldade, eu tenho certeza que é uma dificuldade. (Adriana, 20 anos, preta, ensino médio completo).

As dificuldades apontadas por Adriana pelo fato de ser mulher relacionam-se à persistência de mitos e preconceitos presentes no imaginário empresarial em torno da mão-de-

²⁷¹ Não parece por acaso que boa parte dessas jovens procurava emprego no setor de telemarketing. Conforme Venco (2006), por ser uma atividade realizada à distância e que independe do contato visual, o telemarketing emprega muitas pessoas ligadas a segmentos preteridos nos processos seletivos do mercado de trabalho, como obesos, negros, homossexuais, dentre outros. Entretanto, as aparentes democracia e ausência de preconceito dos empregadores se relacionam com a própria dinâmica do trabalho, tendo em vista que estes profissionais ficam confinados em centrais de atendimento, utilizando-se apenas de suas capacidades de comunicação. Soma-se a isso o efeito perverso de, por tais sujeitos serem constantemente rejeitados em processos de seleção devido aos padrões estéticos e de orientação sexual preestabelecidos, mostrarem mais motivação, disciplina e produtividade em nome da manutenção do emprego e da própria subsistência.

obra feminina. Na perspectiva de L. Abramo (2007), ainda que as empresas aceitem cada vez mais o lugar das mulheres no trabalho, este continua sendo um lugar secundário e secundarizado. O elemento fundamental da secundarização seria a persistência da idéia de que (apesar de todas as transformações dos últimos tempos) o lugar primeiro da mulher permaneceria sendo a esfera doméstica e seu papel essencial a maternidade. Nesse sentido, esse seu lugar teria como consequência uma menor produtividade, eficiência e custos mais elevados em relação aos homens, o que justificaria seus salários mais baixos, o menor investimento das empresas em treinamento e formação de mulheres e sua exclusão de determinados postos de trabalho. Ocorre que em sua pesquisa, esta mesma autora verificou a inexistência de qualquer comprovação empírica relativa a esses possíveis custos da mão-de-obra feminina. No exemplo dado por Adriana, vale observar que, no argumento dos maiores custos em função da maternidade, as empresas parecem esquecer que a licença-maternidade é um custo de responsabilidade do Estado.

Além de todos os fatores apontados pelos jovens para discorrer sobre suas dificuldades para encontrar trabalho, não se pode ignorar o limite da escolaridade por eles alcançada – algo que sequer é percebido em suas justificativas. A falta de estudo como uma das razões centrais para não conseguirem emprego, tal como emerge no grupo anterior, não aparece aqui. Ainda que nenhum deles tenha prosseguido para o ensino superior, pareciam saber que haviam alcançado pelo menos o mínimo em termos de escolaridade para concorrer a uma vaga de emprego. Esbarravam, no entanto, em outros tantos fatores. Se em meados dos anos 1980 Tedesco (1985) já reconhecia que, no momento em que os níveis de escolarização da população se elevam, outros fatores bastante discriminatórios na busca por trabalho ficam explícitos, isso parece acirrar-se mais em tempos de maior expansão dos níveis de escolaridade da população, aliada à crise do trabalho assalariado. Assim como afirmam Guimarães e Guimarães (2000, p. 35):

havendo, como há, um excesso de demanda sobre a oferta de emprego, já era esperado que a seleção de candidatos se tornasse mais rigorosa e discriminatória. Isso significa super-qualificação dos candidatos selecionados e o uso de fatores discriminatórios outros como idade, local de residência, renome da escola que cursa etc. que passam a ser usados com mais frequência que em termos de crescimento do emprego.

Diante de todas as dificuldades que percebem para encontrar um *trabalho de verdade*, não seria estranho que esses jovens argumentassem em torno da importância da bastante conhecida indicação para conseguirem acessar um emprego, principalmente porque os *bicos* que haviam tido até o momento da entrevista foram obtidos por meio desse caminho. Se conseguem indicação para *bicos*, o mesmo não ocorre em relação aos empregos. Os caminhos

de suas redes parecem ser os caminhos dos empregos precários e não os caminhos dos empregos mais protegidos que desejam acessar. Isto também não se constitui em novidade. Tal como já acentuado na narrativa anterior, as redes familiares de “laços fortes” (Granovetter, 1974) nas quais estavam inseridos tornavam difícil escapar das ocupações precárias. De todo modo, vale acentuar que a família era um suporte (Martuccelli, 2002) fundamental em suas vidas, tanto do ponto de vista material, quanto afetivo, como ficará evidente mais adiante. Além disso, a sorte e a ajuda de Deus aparecem como fundamentais em suas narrativas:

Falta de sorte também, que eu sou uma menina azarada viu, Nossa Senhora!
(Carolina, 21 anos, preta, ensino médio completo).

Porque tudo pra mim dá errado, sabe, tudo que eu quero eu não consigo, sei lá, acho que eu nasci do outro lado do mundo, ou do outro lado da lua. Eu nunca tenho o que eu quero, nunca consigo ficar num lugar por um bom tempo. (Letícia, 20 anos, preta, ensino médio completo).

Em muitas dos relatos, a percepção da influência da indicação ou da sorte era acompanhada da história de algum amigo ou parente que conseguira trabalho quase como em um “passe de mágica” (Guimarães, 2005)²⁷². Em geral, esses amigos eram descritos como “*jovens que nem se preocupavam tanto com o trabalho, que eram até relapsos*”, em alguns casos, mas ainda assim conseguiam uma vaga de emprego. Era-lhes difícil compreender como alguns jovens que tinham menos atributos e *força de vontade* do que eles acabavam conseguindo. Uma possível explicação para a força desses aleatórios em suas narrativas pode ser encontrada em La Mendola (2005, p. 75):

Assim, em um contexto que deveria ser de celebração do nexos competência-regras-sucesso aparecem furtivamente modelos de gestão das incertezas relacionados com cosmogonias de tipo mágico-religioso. Por um lado, isso pode ser lido como o fracasso dos sistemas de explicação racional (...) mas, por outro, pode ser interpretado como um sinal da incapacidade de o sistema de explicação racional compreender a dimensão emocional dos agentes envolvidos nas séries arriscadas de ação. Na falta de esquemas interpretativos que envolvam a dimensão emocional na explicação racional, os sujeitos voltam-se para os únicos sistemas simbólicos disponíveis, ainda que socialmente considerados atrasados e carregados de descrédito.

Diante dos tantos relatos em torno das dificuldades, duas situações são observadas: de jovens que haviam efetivamente desistido de procurar trabalho, especialmente por meio de mecanismos mais institucionalizados, tais como agências de emprego e envio de currículos para empresas ou estabelecimentos comerciais, e alguns que ainda persistiam circulando nesta

²⁷² Segundo os resultados de uma pesquisa de opinião junto a jovens brasileiros, os três principais problemas que resolveriam em um “passe de mágica” seriam a violência, a miséria e o emprego, respectivamente, o que para Guimarães é “eloqüente para expressar o sentido da autoridade pública e de isolamento social, expresso na forma contemporânea de individualização” (Guimarães, 2005, p. 161).

busca. Em ambos os casos, porém, a conhecida indicação da família, amigos e conhecidos persistia como um dos instrumentos mais utilizados para a busca por trabalho, a despeito do incremento de outros mecanismos (Guimarães, 2005b).

Primeiramente, em relação ao jovem e às jovens que haviam desistido de procurar, as dificuldades econômicas de alguns deles e de seus pais ocupava um lugar central: nem sempre (eles ou seus pais) tinham dinheiro para procurar. De fato, relatavam o alto custo que poderia ter no orçamento de suas famílias a procura por trabalho: além do transporte, vestimenta, lanche, elaboração de currículo, fotografia, cópias de documentos. Nem sempre tinham recursos disponíveis para tudo isso. Não por acaso é exatamente no período de participação no PBT que a procura por uma vaga havia sido mais intensa em função da renda obtida com a bolsa. Essa perspectiva fica muito clara no relato da jovem Pâmela. Se hoje ela não estava procurando trabalho, quando participou do programa foi diferente:

Assim, eu conseguia assim comprar roupa, ajudar alguma coisa em casa que tava precisando assim, né? Então, foi para isso. E também eu saí muito para procurar nessa época que eu podia comprar uma roupa assim um pouco melhorzinha. Era pra fazer uma apresentação melhor assim, pra poder procurar um emprego, pra não ir com roupa rasgada, calça rasgada, que aí não dá. (Pâmela, 21 anos, preta, ensino médio completo).

De todo modo, se muitos deles relataram vários momentos de desânimo em sair para procurar trabalho, sendo que alguns estavam exatamente neste momento à época da entrevista, parecia tratar-se de uma situação temporária e não definitiva. De maneira geral, foram as jovens mulheres que mais reconheceram períodos dessa desistência, quando se dedicavam exclusivamente a apoiar suas mães nas tarefas domésticas. No presente, elas ainda eram maioria: um único homem, Marcos, reconheceu que estava realmente *paradão*, sem sair para procurar no momento.

E quem eram as jovens que não estavam procurando trabalho à época da entrevista? Cátia, que era mãe de um bebê de dois meses, morando com seu companheiro e com pretensões de voltar a procurar trabalho assim que deixasse de amamentar; Andreza, mãe de duas crianças (de um e três anos), morava com o pai e irmãs e nunca trabalhou para além do trabalho doméstico e nem procurou. Era a única que efetivamente não pretendia sair para buscar trabalho, estava confiando em uma indicação da irmã. Carolina tinha um filho de dois anos, acreditava pouco em suas chances de encontrar trabalho, mas não havia desistido totalmente. No momento em que foi entrevistada, *ganhava um dinheirinho* cuidando de sua avó. Finalmente, Pâmela e Miriam, ambas solteiras e sem filhos. A primeira ajudava a mãe nas tarefas domésticas e dadas as dificuldades anteriores de encontrar trabalho, sua decisão, conjuntamente com a sua família, era que ficaria em casa por um tempo; e Miriam, além do

seu pai estar sem dinheiro para que ela procurasse, optou por concluir o curso de computação que havia iniciado na expectativa de maiores chances em um futuro próximo. Já Marcos fazia um ou outro *bico* como garçom, mas estava efetivamente sem sair para procurar. Dizia-se bastante desanimado com sua atual situação ao mesmo tempo em que fazia muitos planos: *eu voltarei a sair na semana que vem, nem que seja trabalhar num emprego quebra-galho*²⁷³. Assim, até esses jovens que estavam temporariamente sem procurar trabalho, não estavam *totalmente parados*, como eles próprios reconheciam. No caso das mulheres, o cotidiano era predominantemente ocupado por tarefas domésticas, o mesmo não ocorrendo no caso de Marcos, que declarou deixar as tarefas domésticas ao encargo de sua mãe e irmãs.

Além de revelar as tantas atividades que faziam indicando que não estavam *totalmente parados*, para Marcos, também foi preciso reconhecer que estar parado não significava fazer besteira, estigmatização à qual muitos dos jovens, especialmente homens, eram comumente sujeitos. Ou seja, “*nem sempre cabeça vazia é oficina do diabo*”, na perspectiva de Marcos. Observa-se aqui uma ambivalência muito presente na narrativa desses jovens: admitem a existência de uma possibilidade de escolha – nem todos vão para o crime a depender da “força da mente”, mas ao mesmo tempo parecem ignorar as complexas determinações sociais que podem levar os indivíduos à criminalidade, visto que não se trata apenas de uma questão de escolha.

Sim, tô, tô parado, tô parado, esse tipo de coisa. Então o que acontece? Eu me lembrei uma coisa, mente vazia é oficina do Diabo, é o que dizem, né? É e não é: é pra quem tem mente fraca, pra quem não tem mente fraca você pode estar dentro de casa que nem... mas bem que eu poderia estar roubando, matando, fazendo um monte de coisa errada, mas não tô. Então, quer dizer, não tem nada a ver uma coisa com a outra, a mente vazia só atrai coisa ruim se você ficar focado em questão disso, exemplo, eu tô parado, de repente começo a fazer besteira, não é assim pra mim. (Marcos, 23 anos, pardo, ensino médio completo).

Os demais jovens que estavam em busca de trabalho, mesmo quando avaliavam que melhores resultados poderiam ser alcançados por meio de recomendação ou indicação, pareciam sentir-se um pouco mais seguros (além de terem apoio financeiro de seus pais) e à época da entrevista continuavam procurando trabalho para além do local de moradia e das redes familiares de “laços fortes”. Assim, diferentemente dos jovens deste grupo e também daqueles do capítulo anterior, percorriam, ainda que em ritmos diferenciados, agências de

²⁷³ Um ano depois, quando Marcos foi novamente entrevistado, ele havia voltado a procurar. Conseguira um emprego temporário como ajudante geral na Bienal do Livro por um período de três meses, mas à época da segunda entrevista já estava novamente *parado*, em suas palavras. Nesse processo, destacou a importância da sua participação na Igreja Batista. No entanto, mesmo que o vínculo religioso tenha sido fundamental para que ele saísse de casa para procurar trabalho, inclusive operando como suporte, ele prefere reconhecer seu esforço individual, negando que a religião tenha tido algum papel nesse sentido.

emprego e distribuíam seus currículos em estabelecimentos em que consideravam ter alguma chance, em geral no setor de comércio e serviços. Nesse exercício de procura, se deparavam com mais dificuldades e iam percebendo ainda mais claramente as limitações das alternativas e as ambigüidades do “mercado da intermediação”, criticando-as e ao mesmo tempo tentando desenvolver estratégias para enfrentá-las.

A busca por meio de jornal e revista foi o mecanismo menos citado e quando o faziam era para criticar os anúncios do tal *jornal amarelinho*. Os problemas com esse jornal foram mencionados principalmente pelas moças, pois estas encontravam ali muitos anúncios para trabalho em boates, casas noturnas, como damas de companhia. A procura pela internet não foi sequer citada entre esses jovens.

Em geral, dirigiam-se fundamentalmente às agências do centro da cidade e do seu distrito. A constante referência às agências em seus relatos vai ao encontro do crescimento de intermediários no mercado de trabalho: a seleção para o trabalho já não se estrutura unicamente a partir da clássica relação dual entre empregado-empregador, sendo estruturante a presença de outros agentes que se constitui em toda a sua plenitude a partir dos anos 1990 e especialmente na Região Metropolitana de São Paulo²⁷⁴ (Guimarães, 2005b; Santos, 2006). Para além da dimensão de sofrimento inerente ao processo de procura, ir ao centro buscar trabalho também se tornava uma atividade de sociabilidade importante, poucas vezes realizada de modo solitário. Aliás, era algo que já começava na própria elaboração do currículo. Os amigos eram a companhia ideal para passar madrugadas nas filas²⁷⁵, mas muitos também procuravam emprego acompanhados por suas mães. De fato, aqueles que saíam em busca de trabalho tinham um apoio muito forte de suas famílias, especialmente da mãe, que os acompanhava ou financiava.

A busca também se configura como um espaço de socialização importante: era preciso saber dos dias e horários certos, da linguagem, do comportamento, da vestimenta. Vão revelando como aprendem a lidar com todos esses aspectos na própria atividade de procura,

²⁷⁴ Particularmente o município de São Paulo configura-se em um caso relevante para a análise do sistema brasileiro de intermediação dado que “se há uma parte do território nacional em que já se constituiu um mercado de intermediação, completo pela presença de todos os seus agentes, essa parte é a Região Metropolitana de São Paulo e, nela, notadamente o município de São Paulo. Ali ofertantes de trabalho, ofertantes de vagas e intermediadores de todas as origens e calibres estão plenamente constituídos” (Guimarães, 2004, p. 5).

²⁷⁵ Cabe observar que grande parte dos jovens procurava emprego em agências públicas, sendo as mais citadas as agências sindicais, particularmente da Força Sindical, onde a fila era mais freqüente. Seguindo análise de Guimarães (2004) sobre o perfil do demandante de trabalho em agências, o público predominante das agências públicas possui mais baixa renda, tal qual o perfil dos jovens deste estudo.

mas também tiveram muitas dicas nos diferentes *cursinhos* que já haviam realizado, inclusive no PBT. Nas palavras de Adriana:

Assim, eu vou prestando atenção pra saber como que eu converso com uma pessoa, assim, até pra entrevista, aí eu vou assim vendo o jeito das outras pessoas, assim, mesmo participando da entrevista, que tem que eu fui muito bem, mas a pessoa olha assim ‘ah, não vai dar certo não’. (Adriana, 20 anos, preta, ensino médio completo).

De todo o processo, a dinâmica de grupo era considerada a parte em que percebiam concentrar-se o maior número de *truques*, que era preciso aprender a driblar. Em muitas delas até os atributos associados aos jovens eram mobilizado pelos recrutadores: Daniel havia acabado de passar por uma dinâmica onde a psicóloga pediu que eles *zoassem muito*, do mesmo modo ou até pior do que costumavam *zoar* com outros de sua idade. Daniel e outro colega que estavam participando do mesmo processo fizeram o máximo possível de *zoeira*. Ao final, descobriram que seriam selecionados exatamente aqueles que *zoaram* menos. Ele e seu colega ficaram absolutamente indignados, assim como indignados ficavam muitos dos jovens que atravessavam esses processos: percebiam o quanto de arbitrário havia em tudo aquilo. Também foram muito citadas as agências em que se exigia pagar um treinamento ou alguma taxa para que se conseguisse uma vaga. Nesses casos, mostravam indignação ainda maior:

Eles colocam às vezes na entrevista, eles põe o pessoal da própria empresa mesmo pra dificultar a entrevista pra atrapalhar, pra tirar a sua atenção, pra ver se você também está, às vezes você, na dinâmica, não tem se você em turma, então eles implantam alguém lá para te escutar, se você for vender alguma coisa eles não compram, você tem que ficar, vai abaixando o preço, vai mudando, vai falando, vai colocando, vendendo shampoo pra careca, essas coisas, sapato sem sola, as coisas que eles dão que você olha assim e fala: ‘meu Deus, me ajude porque não tem nada ambiente’. Nervosismo, muito nervosismo, muita esperança de passar. Então, na hora da dinâmica você tem que esquecer tudo porque você tem que se mostrar uma pessoa bem comunicativa, alegre, sem fronteiras, porque se você ficar acanhada, gaguejar, se não souber se expressar eles não chamam mesmo. Acaba não chamando. (Adriana, 20 anos, preta, ensino médio completo).

Pagar o treinamento pelas apostilas que eles iam dar. Eu falei pra ela ‘eu não tenho condições de pagar, eu tô desempregada, eu tô procurando emprego porque eu quero trabalhar, eu não tenho condições de pagar’. Eu falei ‘por ser uma vaga eu acho que deveria de ser de graça’. Ela falou: ‘mas aqui somos uma agência’. Eu não sei se é isso, que as agências a gente tem que pagar, eu nunca vi isso. Eu não sei, eu acho que ajuda sim... eu não sei se eu não tô entregando nos lugar certo, mas eu tô entregando um tudo quanto é canto, agora eu não sei porque que eles não ligam, eu não sei, eu preciso descobrir, eu não sei. (Cristina, 21 anos, parda, ensino médio completo).

Quanto mais participavam, mais revelavam aprender desses truques, desenvolvendo estratégias na perspectiva do indivíduo racional e certo distanciamento crítico em relação ao processo, na lógica do indivíduo ético (Dubet, 2005). Era evidente que a experiência da procura também lhes oferecia um alento: primeiramente porque sentiam que estavam *correndo atrás*, tornando o peso da falta de trabalho um pouco menor, mas também porque percebiam que não estavam totalmente sozinhos: não apenas seus amigos, mas muitas outras pessoas também estavam buscando trabalho. Ao mesmo tempo, tinham uma noção mais precisa das dificuldades e arbitrariedades envolvidas no processo, tal como fica evidente no estudo de Santos (2006):

Processo este que, derivado da ampliação do quadro de características úteis ao trabalho ...)[...] é comum os intermediadores (...) defenderem a avaliação do indivíduo por inteiro, em todos os seus aspectos. Ferramentas são montadas com essa finalidade; os processos seletivos se armam com cada vez mais objetos oriundos da psicologia, como as ‘dinâmicas’, as entrevistas em profundidade, os testes psicológicos etc, e os conhecedores dessas técnicas são mobilizados para alcançar cada recôndito esconderijo da subjetividade. (Santos, 2006, p. 134).

Soma-se a isso o fato de que, particularmente na cidade de São Paulo, a intermediação ter se constituído em um negócio, muitas vezes exercido “em benefício dos interesses econômicos dos vários agentes intermediadores em detrimento dos demandantes de trabalho” (Guimarães, 2005b, p.6). Ainda que apenas o fato de ser chamado para uma entrevista produzisse certo alento para alguns, o fato de nenhum deles até o momento da entrevista ter conseguido um *trabalho de verdade* por meio desses mecanismos mais institucionalizados também os levava novamente a importantes questionamentos. Na fila, se encontravam com jovens muito mais escolarizados e que estavam sem trabalho: se mesmo estes estavam sem trabalho, reforçava-se a hipótese do peso da *sorte*, de uma mãozinha divina e da indicação para que conseguissem uma vaga.

4.6 Percepções sobre o desemprego e a busca pelo trabalho possível

Valeria a pena continuar procurando trabalho? Ao que parece, sim. Estar em busca de trabalho possibilitava aos jovens que procuravam não se sentirem *pessoalmente* desempregados. Sobretudo para os rapazes deste grupo, havia um reconhecimento de que estavam desempregados, mas não eram desempregados *por natureza*. Segundo Erasmo, desempregado é aquele que não procura, que se entregou ao desemprego e que não corre atrás nem mesmo de algum *bico* para fazer. O fato de poder contar com apoio dos pais e estar

sempre procurando ou fazendo algum *bico*, agindo e não ficando parado, era o que fazia Erasmo não se considerar desempregado *por natureza*. À semelhança do grupo 1, a idéia de ação em contraposição ao ficar parado também parecia essencial aqui. Mas, além disso, a idade aparece como um outro aspecto importante para não se considerarem desempregados. Para Daniel, por exemplo, desemprego não era coisa de jovem. A crença em suas perspectivas de encontrar trabalho no futuro acabava por tirá-lo dessa condição. Todas as falas dos rapazes levam à compreensão de que se afirmar como desempregados era algo visto de maneira negativa.

Desempregado assim, sem emprego, porque graças a Deus nunca faltou nada na minha casa, entendeu? Eu me considero desempregado assim por não ter emprego, mas assim, pessoalmente, assim, não. Desempregado, assim, que eu quero dizer assim, é tipo assim, eu não me entreguei ao desemprego, eu sempre tô procurando. Eu sempre tô procurando e também sempre tô procurando alguma coisa pra fazer, sempre tô procurando pelo menos um bico pra fazer, sempre tô correndo atrás de alguma coisa, por isso que eu não me considero um desempregado assim por natureza. (Erasmo, 23 anos, branco, ensino médio completo).

Temporariamente, só eu estou sem trabalhar, mas assim desempregado, hoje assim, não. (...). É o lance que nem você falou: jovem, ainda tenho muito que o aprender, posso mostrar meu potencial, que não sei o que, essas coisas assim tipo pra mim eu tô jovem pra caramba, tenho muito que aprender, muito que mostrar, entendeu? Por isso que eu não me sinto desempregado agora, quem sabe assim quando eu tiver lá com uns 45, 50 anos, aí sim eu posso falar 'não, hoje eu tô desempregado', alguma coisa assim, mas enquanto eu tiver com disposição, saúde, eu vou tá batalhando pra conseguir. (Daniel, 21 anos, branco, ensino médio completo).

A dificuldade em se nomearem como desempregados, no entanto, não significava sentirem-se menos pressionados a encontrar um *trabalho de verdade*, algo muito forte entre os rapazes. Por mais que suas famílias seguissem apoiando-os, eles, mais do que as moças, sentiam-se mais pressionados a encontrar um *trabalho de verdade*. É possível levantar a hipótese de que essa dificuldade em reconhecer-se como desempregado está relacionada à pelo menos dois aspectos: primeiramente, aos lugares do homem e da mulher em nossa sociedade. Se a idéia do homem como provedor ainda está presente, parece pertinente que eles se sintam mais constrangidos a se identificarem como desempregados.

Em segundo lugar, recuperando a fala de Marcos, o estigma a que estavam mais fortemente sujeitos: de se envolverem com a violência, de usarem drogas, de serem aliciados pelo tráfico. Também Daniel relatou as inúmeras brigas que tivera com sua mãe que o acusava freqüentemente, influenciada pelas informações que recebia de vizinhos, de estar fazendo uso de drogas. Como afirma Sposito (2005, p. 107-108):

Assim, ao não se considerar as relações entre os sexos como portadoras de sentidos e práticas diversas que tornam invisíveis o universo feminino cotidiano, mais restrito à esfera privada com menor ‘circulação’ nos espaços públicos e, portanto, ‘menos ameaçador’ à ordem pública, o tratamento do desemprego juvenil tem sido carregado de imagens e estereótipos masculinos [e poderíamos acrescentar, ligados à cor/raça negra].

Entre as moças, era perceptível a menor dificuldade em se identificarem como desempregadas, o que talvez possa estar relacionado ao próprio lugar da mulher no ambiente doméstico. Adriana chega até a reconhecer que desemprego parecia estar virando uma profissão. Nesse caso, remetia-se às fichas e formulários que preenchia em suas circulações: enquanto estudava poderia preencher estudante, agora era desempregada. Dado o tempo que continuava afirmando-se como desempregada e que buscava trabalho, já estaria quase se tornando uma “profissional da procura” (Guimarães, 2005b). O termo “profissional da procura” parece bastante pertinente para o caso de Adriana, já que dentre todos os jovens era ela a que mais restringia sua busca de trabalho ao mercado, ou seja, basicamente em agências públicas e privadas de emprego em detrimento da busca por meio de redes pessoais.

A menor pressão sobre as moças para que tivessem um trabalho remunerado parecia levá-las a se sentir menos incomodadas em nomearem-se como desempregadas, diversamente do que ocorria entre os rapazes ou, de acordo com Torns (2003, p. 250), “o desemprego feminino apresenta características próprias que não afetam o conjunto dos homens, e que estão na origem do que é denominado tolerância social”. Além disso, segundo as análises de Maruani (2000, 2002) no caso das mulheres, o fato de serem associadas ao trabalho doméstico e mais questionadas quanto à legitimidade de terem um emprego, faz com que seja muito mais fácil diluir as diferenças entre estar desempregada por desalento ou temporariamente indisponível para o mercado e ser uma dona de casa. Nesse sentido, parecia menos problemático para as jovens serem submetidas a um julgamento moral por estarem sem emprego. Entretanto, na medida em que não está focado na questão juvenil, mas sim na situação das mulheres, escapa ao estudo de Maruani o peso que a falta de trabalho remunerado tem entre os rapazes, uma vez que, ao menos em países como o Brasil, há uma forte associação entre desemprego juvenil (masculino) e violência. Um exemplo muito claro do modo como a falta de um trabalho remunerado atinge diversamente moças e rapazes emergiu na história de Renata. Ela tinha um irmão, apenas um ano mais jovem que, assim como ela, não arrumava trabalho. Mas tanto sua fala, quanto a de sua mãe²⁷⁶, revelam uma maior preocupação com o rapaz:

²⁷⁶ Isabel, mãe de Renata: “No meu tempo não tinha isso daí, eu nunca ouvi falar, olha, eu escutei falar em drogas, maconha, cocaína, crack, agora depois que eu tenho meus filhos, eu não sabia, eu falei, mas que diacho

Fico pensando, mano, sempre a mesma coisa , que eu consiga algo que me dê ânimo sabe , que me dê mais força de vontade , que me dê força pra não desistir , que me dê , bastante saúde pra minha mãe, pro meu pai , pro meus irmão, que Deus evite as coisa ruim , que a gente conhece gente que presta , gente que não presta , do meu irmão nunca se desesperar , e acabar entrando na vida do crime , entrando numa coisa que sabe que é errado, por mais que ele não esteja conseguindo arranjar trabalho, a gente sempre pensa assim, que esse mundo não é vida pra ninguém, não é salvação pra ninguém...(...) A vida do meu irmão tá mais ou menos igual a minha, só que eu tenho uma maneira de pensar , eu não sei qual a maneira dele de pensar , por mais que ele seja meu irmão , a gente conversa , mas eu não sei o que passa na cabeça dele entendeu , então peço a Deus que ele sempre ajude, que ele nunca pense nada de errado, até hoje nunca pensou , mas que nunca pense. (Renata, 22 anos, preta, ensino médio completo).

Evidente que assinalar a maior pressão sofrida pelos rapazes não significa desprezar o peso que o desemprego também tem entre as jovens. Várias delas afirmaram com veemência o desejo de não depender de um homem, do cônjuge, o que para algumas parecia ainda pior do que a dependência em relação aos pais. Assim, o fato de reconhecerem-se mais facilmente como desempregadas também parecia associado ao forte desejo de adentrarem o mercado de trabalho. Letícia, por exemplo, almejava comprar ou mandar construir sua casa, e não o seu namorado ou marido, diversamente de sua mãe.

Ah, eu quero ter um emprego que eu seja registrada, eu tendo um emprego que dê pra mim abrir uma conta no banco, pra mim guardar o meu dinheirinho pra quando eu poder eu fazer a minha casinha, ou comprar o meu terreninho, ou comprar a minha casa já feita. Sabe, eu não quero contar com ninguém, com mãe, nem pai, nem irmão, nem namorado, nem nada, eu quero ter as minhas coisas com o meu dinheiro, com o meu suor, pagar as pessoas pra fazer a minha casa. Não penso em namorar ou casar com um cara sério, ou um cara que tenha dinheiro pra me dar uma casa pronta ou pra me botar na casa dos pais dele, ou pra me botar na casa que ele fez. Não, eu quero ter a minha casa, com o meu dinheiro, com o meu esforço [...]. Já minha mãe não, ela pensa em eu casar logo e deixar ela em paz... (Letícia, 20 anos, preta, ensino médio completo).

A vivência do tempo de desemprego também era diversa para moças e rapazes. Para elas, a vida sem emprego era repleta de muito trabalho. Não por acaso, ao ser questionada se ainda se considerava jovem, Cristina afirmou sentir-se muito mais uma “dona de casa sem marido” do que propriamente uma jovem. Também Renata já se considerava adulta dadas as responsabilidades que tinha em sua casa. De todo modo, ainda que não pretendessem

isso daí, eu não conheço, eu desconhecia, eu não via, não se via, não sabia, nem nada. Então eu acho assim que eles deveriam ter oportunidade de emprego pra eles não tá fazendo assim tipo assim bagunça né, fazendo esse tipo de coisa como fumar droga, porque uma pessoa que fica o dia inteiro ali num estacionamento sem fazer nada, uma cabeça vazia é oficina do diabo como dizia minha mãe e é mesmo, vai fazer coisa que não presta. Tem um filho meu que se eu não corresse atrás eu não tava vendo boa coisa, eu vou ser bem sincera pra você, e não estava vendo boa coisa, que ele tava jogando num estacionamento aí...”

permanecer dedicadas apenas às tarefas domésticas, cabe observar que o fato de algumas delas sentirem-se responsáveis por sua casa não era avaliado de maneira negativa. Se não conseguiam adquirir independência financeira, os cuidados com a casa aumentavam as chances de uma vida mais autônoma²⁷⁷. Não por acaso Renata falava de maneira orgulhosa que sua mãe não sabia quase nada do que dizia respeito à casa: era ela, Renata, quem sabia o que e quando comprar, controlava os hábitos dos familiares visando economia doméstica, dentre outras coisas.

Todas essas moças e rapazes contavam com suportes materiais provisórios de suas famílias, mas já consideravam que o tempo para esse apoio havia se encerrado. Havia marcos bem claros para o encerramento dessa etapa: a idade de 18 anos, em geral combinada com a conclusão do ensino médio. O mais angustiante para eles era a dificuldade em completarem a autonomização de seu status (Hasenbalg, 2003), não conseguir sair de casa para morar sozinho ou não conseguir ajudar os pais, retribuindo o apoio que receberam. Como todos já tinham mais de 18 anos e haviam *terminado a escola*, se encontravam em um período muito difícil de suas vidas: sem estudo, sem trabalho, na dependência de suas famílias. Por certo que todos tinham seus *bicos*, conseguiam um dinheirinho aqui e ali, mas não era possível ir além. Quando mais jovens, no período sem os *bicos* ou sem qualquer tipo de trabalho, a preocupação existia, mas não era tão grande. Agora, como bem expressam as falas a seguir, já passava da hora de ajudar e não depender dos pais. Evidentemente, isso era mais forte entre os que já tinham filhos.

Quando você é novo é bom, é legal ter tempo livre, jogar bola, ficar na rua, mas quando você já está velho não é bom não, você tem que trabalhar. (...) Estou velho já, 20 anos nas costas, estou velhão já pra depender da minha mãe, não vale a pena não ficar só dependendo dela, tenho que ajudar ela agora. (...) Quando chegar nos 17 anos, 18 anos já é bom começar a pensar, já tá ficando meio madurinho, já. (Rogério, 20 anos, preto, ensino médio completo).

Eu, pra falar a verdade, eu penso nisso faz muito tempo, desde os 14, 15 anos eu já pensava nisso, porque hoje em dia... eu sempre pensei, sempre gostaria de ser independente, ter minhas próprias coisas e também agora eu já não tô mais na idade de ficar dependendo da minha mãe, dependo por causa das condições que tá, hoje em dia o trabalho tá muito difícil, né, mas vontade de trabalhar eu sempre tive, eu sempre gostei de procurar ocupar meu tempo com alguma coisa, trabalhar, ter minhas próprias coisas, não importa do que que seja, pode ser de babá, de casa de família, de qualquer coisa, eu não tenho esse negócio de, ah eu quero trabalhar só se for desse

²⁷⁷ Tal como já apontado nesta tese, a análise de Singly (2000) remete a uma dissociação entre independência econômica e autonomia, especialmente em um momento em que se torna difícil a independência econômica por meio de um atividade assalariada ou profissional.

jeito, não, por mim eu trabalho de qualquer coisa. (Renata, 22 anos, preta, ensino médio completo).

A família ainda era o suporte mais fundamental para esses jovens e não apenas financeiramente. Era muito importante o apoio emocional que encontravam em suas casas, principalmente nos momentos de maior desânimo. Mesmo a mãe de Carolina, que a pressionava muito para trabalhar dado que ela já tinha um filho, tentava apoiá-la: se ainda não havia conseguido uma vaga, muito provavelmente é porque não havia chegado a hora, era preciso não desanimar²⁷⁸.

Além de não conseguirem apoiar seus familiares, havia a dificuldade de concretização de seus projetos para o futuro. Tanto seus planos de continuidade de formação, quanto de residirem sozinhos ou constituírem família, estavam fortemente atrelados à conquista de um lugar no mundo do trabalho. A maior prova de sua grande preocupação com o futuro e a importância do emprego nesse processo estava na inquietação que expressavam com o fato de nunca terem tido a oportunidade de um registro em carteira. O tempo para a conquista de um registro estava passando e muitos já se sentiam *velhos* para isso, temendo a dificuldade na conquista de seus direitos, tal como a aposentadoria. Também sabiam que as condições de trabalho nos empregos que conseguiam eram ruins, a carteira assinada seria o mínimo de proteção que poderiam ter: certeza de que receberiam na data prevista, condições de trabalho mínimas, proteção caso sofressem algum tipo de acidente, seguro-desemprego. Tal como já revelara Jardim (2004), tratava-se da centralidade da seguridade para o futuro, mas também para o presente.

É alguma coisa que seja registrada, assim, que tipo... ah, não sei, porque se a gente arrumar um trabalho que não seja registrado, quanto tempo a gente tá perdendo na carteira? E daí quando a gente tiver, digamos, com mais idade e não tiver em condições de trabalhar? Esse tempo que a gente não ficou registrado foi um tempo perdido, entendeu? Por isso que a gente tá focando assim mais um trabalho registrado. (Daniel, 21 anos, branco, ensino médio completo).

Eu acho que dificulta muito a idade, eu já tenho 21 anos e eu não tenho experiência nenhuma, já vou fazer 21, eu falei pra minha mãe ‘mas se eu não arrumar um emprego... eu nunca paguei o INSS que eles falam, eu falei então eu não vou me aposentar’. Porque eu tenho 21 anos e nunca trabalhei, se eu arrumar um emprego eu tenho que ficar dos 21 até os 40, eu tenho que ficar até dar o tempo de carteira, de se aposentar, porque vamos supor que eu fique numa firma até 40 anos, eu fico vinte anos numa firma, se eu sair dali eu não arrumo mais, porque as pessoas têm preconceito, porque tá

²⁷⁸ “Não é sorte, é esperar. Tem a hora certa, a hora que aparecer um serviço que der, vai trabalhar. E ela já tem o filho dela também, já tem que ser um pouco independente, né. Porque todo mundo dentro de casa, todo mundo junto não é legal, né. Cada um ter sua independência. E estamos aí na luta.” (Francisca, mãe de Carolina, fez esse comentário interrompendo uma fala da filha que se referia à falta de sorte).

velho não vai agüentar trabalhar. Tá novo porque não tem experiência, não sabe trabalhar, não sabe fazer o serviço. (Cristina, 21 anos, parda, ensino médio completo).

[Com a carteira assinada] eu vou ter meus benefícios, minhas coisas também, né? Se um dia eu ficar muito tempo trabalhando e depois for demitida, eu vou ter o seguro desemprego, essas coisas assim e porque é mais seguro. Agora o que adianta eu, que nem esse trabalho aí de vender sabonete, eu vou trabalhar vendendo sabonete líquido na rua, sou atropelada, não tá ninguém nem aí pra mim, ninguém sabe nem aonde eu moro, não sabe nada da minha vida e aí? Eles não vão estar nem aí pra mim. Então uma coisa segura também, um lugar seguro. (Miriam, 19 anos, parda, ensino médio completo).

A independência econômica não necessariamente significa ausência de autonomia, tal como observa Singly (2000), mas ao mesmo tempo, como também observa este mesmo autor, um longo período em uma situação de dependência econômica também pode comprometer a própria autonomia, especialmente quando se trata de depender da família. O longo período sem um trabalho e um rendimento mais regular já parecia estar comprometendo a autonomia desses jovens. Nesse sentido, não parece ser por acaso que, se o registro demora a chegar, começam a aventar a possibilidade de um trabalho qualquer no presente: *qualquer coisa que vier é lucro* (Daniel); *não tô escolhendo emprego* (Marcos), *qualquer coisa para começar* (Clarice); *hoje em dia não dá para ficar escolhendo emprego, não* (Miriam), para ficar apenas em algumas das frases mais comuns que proferiam. Se alguns autores revelam que a intensa rotatividade de jovens por diferentes ocupações parece um fenômeno associado à idade (Madeira, 2004), que tende a diminuir com o passar dos anos; isso não parece ocorrer entre os jovens investigados neste capítulo, pois todos, mais próximos dos 20 anos, nem haviam conseguido um ingresso mais regular no mercado. Nesse sentido, mesmo se concordássemos que no período da juventude há uma maior rotatividade do emprego ao desemprego ou para a inatividade, também é preciso atentar para:

a existência de um grupo de jovens que apresentam uma dinâmica diferenciada – passam longos espaços de tempo sem emprego, intercalados por breves períodos com empregos que consideram insatisfatórios (e a maioria efetivamente é). Pode-se encontrar jovens com estas características em todos os estratos socioeconômicos, mas eles estão amplamente concentrados em grupos que acumulam múltiplas desvantagens, como baixo nível educacional, minorias étnicas, jovens que moram em lugares distantes dos centros de trabalho (...) Ou seja, existe um ‘núcleo duro’ de jovens que acumulam fragilidades sociais e que efetivamente têm dificuldade de entrar e permanecer no mundo do trabalho. Há fortes indícios de que, entre estes jovens, os problemas da empregabilidade tendem a não desaparecer com o tempo. (Madeira, 2004, p. 8).

Os jovens deste capítulo parecem fazer parte desse grupo, para o qual as dificuldades para ingresso e permanência no mercado de trabalho formal irão se prolongar até a vida

adulta. Seu maior drama, diversamente dos jovens do grupo anterior, é terem concluído os estudos e não conseguirem acessar esse emprego, permanecendo dependentes de suas famílias. Nesse processo, se a perspectiva de encontrar um emprego formal ainda existe, ela vai tornando-se cada vez mais distante²⁷⁹.

Um ano depois alguns desses jovens foram reencontrados: Renata continuava sem um trabalho mais regular, só havia realizado alguns *bicos* e já projetava, inclusive, voltar ao emprego doméstico. Cristina havia ocupado o lugar de sua mãe como auxiliar de limpeza em um hospital da região. Estava muito feliz por ter alcançado o registro em carteira, ao mesmo tempo em que se ressentia do tipo de trabalho realizado. Cabe observar, no entanto, que o fato de ter ao menos conseguido este emprego fazia com que estivesse um pouco mais otimista, planejando realizar um curso. Adriana começara a fazer um curso de estética. Embora fosse algo desejado por ela há algum tempo, ainda tinha dúvidas em relação às suas possibilidades de trabalho com esse tipo de curso e até mesmo se seria capaz de desenvolver-se bem. Mostrava-se um pouco angustiada porque, dado que era sua mãe quem pagava o curso, sentia-se pressionada a fazê-lo, mesmo sem ter certeza de ser isso mesmo que desejava. Por essa razão, afirmava ser fundamental ter um trabalho, para que ela mesma pagasse seus cursos e pudesse decidir mais autonomamente seus caminhos. Mais uma vez aqui, a análise de Singly (2000) parece ter bastante significado: um tempo prolongado de dependência financeira pode comprometer a autonomia dos sujeitos. Daniel também continuava sem trabalho e era ainda mais forte em seu relato a perspectiva de estar em busca de *qualquer* coisa. Daqueles que haviam desistido de procurar trabalho, alguns voltaram, mas a conquista de uma ocupação deu-se por indicação de um amigo, como no caso de Marcos. Dado que se tratou de um emprego temporário, já estava novamente sem trabalho, mas agora mais decidido a procurar. Carolina estava participando do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego dos Jovens, mas já temia o que poderia acontecer após o término da bolsa. Finalmente, Pâmela estava cuidando de uma senhora e *ganhando um dinheirinho*, e não havia voltado a procurar outro tipo de trabalho.

Ao que parece, ao menos para os jovens que alcançamos na segunda entrevista, a perspectiva de aceitar *qualquer trabalho* se torna ainda mais forte em seus relatos. Mesmo

²⁷⁹ As palavras da mãe de Renata condensam muito bem este aspecto: “*Que nem quando eu era menina, né, aí a gente perguntava, a minha mãe perguntava, quando você crescer o eu que você quer ser? Ah que quero ser professor, o outro, ah eu quero ser médico... Não se usava falar isso? Então...Eles não tiveram essa oportunidade, o sonho deles ficou muito..., não existe sonho, é um sonho que não se realiza, nunca se realiza. Adianta ele falar assim..., eu falar filho [referindo-se ao filho mais velho] o que você quer ser ? Ah mãe, eu quero ser um professor, eu quero ser um médico... Como se ele é um copeiro hoje ? Não tem condições...*” .

que seus percursos evidenciem que nem sempre aceitam, de fato, *qualquer trabalho*, é isso que parece predominar – uma clara redução de expectativas diante do sonho por um *trabalho de verdade* que não se concretiza. Por detrás do reconhecimento de que fariam *qualquer trabalho* sinalizam de modo muito forte os limites de suas capacidades de escolha. Evidente que gostariam de um trabalho que lhes desse segurança, satisfação e prazer, mas as limitações para isso são claras. Seus relatos ajudam a questionar o alargamento das possibilidades de escolha nas sociedades complexas, tal como assinalado por Melucci (2004). Assim, faz-se fundamental considerar que as ancoragens limitam muito a capacidade de escolhas e de decisões mais autônomas dos atores.

Quadro 2 – Perfil dos jovens do grupo 2 (Do sonho com o *trabalho de verdade* à busca pelo trabalho possível)

NOME	IDADE	COR/ RAÇA	POSIÇÃO NA FAMÍLIA	ESCOLARIDADE	RENDA FAMILIAR PER CAPITA	SITUAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO	CURSO REALIZADO NO PBT	ANO/ DURAÇÃO
Adriana	20	preta	cônjuge morando namorado na casa da mãe	ensino médio completo	de ½ a 1 SM	desempregada; procurava emprego	cidadania	2001 (seis meses)
Andreza	20	preta	filha (com dois filhos morando com pai e irmãs)	ensino médio completo	menos de ½ SM	não procurava emprego	cidadania e artesanato	2003 (seis meses)
Cátia	19	preta	cônjuge (com filho)	ensino médio completo	de 1 a 2 SM	não procurava emprego (bebê de dois meses)	cidadania e trabalho de auxiliar em posto de saúde	2002 (12 meses)
Carolina	21	preta	filha (com filho)	ensino médio completo	de ½ a 1 SM	desempregada; não procurava emprego	cidadania e teatro	2002 (nove meses)
Clarice	19	branca	filha	ensino médio completo	de ½ a 1 SM	desempregada; procurava emprego	cidadania e trabalho de auxiliar em posto de saúde	2003 (seis meses)
Cleusa	21	parda	filha (contribui)	ensino médio completo	menos de ½ SM	faxineira, procurava emprego	cidadania	2002 (seis meses)
Cristina	21	parda	filha	ensino médio completo	½ SM	desempregada; procurava emprego	cidadania e computação	2001 (seis meses)
Daniel	21	branco	filho	ensino médio completo	de 1 a 2 SM	procurava emprego	cidadania e hip-hop	2002 (nove meses)

Erasmus	23	branco	filho	ensino médio completo	menos de ½ SM	procurava emprego	cidadania e computação	2002 (seis meses)
Fábio	22	branco	filho	ensino médio completo	de ½ a 1 SM	atendente em pizzeria; sem registro, procurava emprego	cidadania e computação	2002 (seis meses)
Isabele	19	preta	filha (mora com namorado, filho, mãe e irmãos)	ensino médio completo	de ½ a 1 SM	desempregada, procurava emprego	cidadania e trabalho de auxiliar em posto de saúde do bairro	2002 (seis meses)
Letícia	20	preta	filha	ensino médio completo	menos de ½ SM	desempregada, procurava emprego	Cidadania e montagem e desmontagem de instrumentos	2002 (seis meses)
Marcos	23	pardo	filho	ensino médio completo	½ SM	desempregado, não procurava emprego	cidadania e hip-hop	2002 (oito meses)
Miriam	19	parda	filha	ensino médio completo	de ½ a 1 SM	desempregada, não procurava emprego	cidadania	2002 (um mês)
Paula	21	preta	filha	ensino médio completo	de ½ a 1 SM	desempregada, procurava emprego	cidadania e hip-hop	2003 (seis meses)
Pâmela	21	preta	filha	ensino médio completo	½ SM	desempregada, não procurava emprego	Cidadania e teatro	2002 (nove meses)
Renata	22	preta	filha	ensino médio completo	½ SM	desempregada, procurava emprego	cidadania e hip-hop	2002 (nove meses)
Rogério	20	preto	filho	ensino médio completo	de ½ a 1 SM	entregador de lanches, sem registro	cidadania e reciclagem	2001 (seis meses)

CAPÍTULO 5

GRUPO 3: EM BUSCA DE MELHORES EMPREGOS

Se uma primeira experiência com registro em carteira ou *um trabalho fixo* era o desejo dos jovens anteriormente apresentados, aqui Anita, Elaine, Ivete, João, Juliana e Rafaela já haviam alcançado, ao menos em algum momento de seus trajetos, a realização dessa expectativa. A única exceção era Robson, que nunca havia conseguido um emprego com registro em carteira. Entretanto, ele havia chegado ao ensino superior, como Rafaela. Ambos têm um perfil variante no grupo, mas suas falas os aproximam dos demais.

Estes são os jovens para os quais a chegada ao emprego com registro, ou a um emprego mais estável, nem de longe representava um ponto final em seus percursos profissionais. Chama atenção aqui o desejo de partir (ainda que não imediatamente) em direção a outras experiências de trabalho que lhes permitissem não apenas melhores salários e condições de trabalho, mas também a possibilidade de alcançar seus projetos de formação e realização profissional. Robson, por exemplo, ainda não tinha um trabalho estável, mas cursava turismo e já projetava ingressar em outra faculdade.

Para eles, a questão era *não se acomodar, crescer, correr atrás*; palavras e expressões muitas vezes repetidas. São jovens trabalhadores que se consideram transitando em direção a melhores oportunidades de vida e de emprego (um emprego *na área* e/ou um emprego de que *gostem*). O fato de já terem conseguido ao menos uma experiência profissional estável ou estarem no ensino superior parece contribuir para uma boa percepção de si e um maior otimismo em relação às suas perspectivas futuras, mesmo no caso daqueles que estavam desempregados no momento da entrevista, como Juliana. E se já haviam alcançado aquilo que os jovens do capítulo anterior nomearam como *trabalho de verdade* pelo menos uma vez, parecia menos problemático considerarem que viveram momentos de desemprego em algum ponto de seus percursos, à exceção de Robson.

Hoje eu estou bem mais tranquilo, efetivado, funcionário público tem uma certa estabilidade, já tenho um ano de trabalho, a situação profissional eu acredito que esteja em ascensão, eu estou estável no meu trabalho hoje, estou buscando novas oportunidades, talvez outros concursos mais interessantes... Agora no meio do ano, com certeza, vai surgir pra mim novas oportunidades. Eu penso em fazer pelos menos uns dois concursos públicos agora do governo que vai surgir aí, eu acho que é pra agente de telecomunicações. E é a questão de nunca se acomodar... (João, 20 anos, branco, ensino médio completo).

Hoje eu estou bem. Estou trabalhando numa lojinha aqui perto de casa, pouco depois daquela banca de jornal que fica perto da padaria[...]Eu pretendo ficar lá pelo menos um ano porque eu já tenho registro na minha carteira, tenho experiência, mas são experiências esporádicas mesmo... vamos ver se consigo dar um ano na minha carteira porque se eu chegar a procurar um outro emprego tem mais tempo, tem mais credibilidade, ficar três meses só, nem é bom. (Anita, 19 anos, parda, ensino médio completo).

Eu estou bem mas não é assim, você conseguiu um emprego, você tá feita na vida? Não, você tem que ir atrás de mais coisas pra você subir, não pra você mostrar pra alguém, ah eu posso, não é isso, mas pra você se sentir feliz consigo mesma. [...] mas eu quero um outro emprego agora, porque lá ganha muito pouco, então não dá prá fazer nenhum curso, nenhuma faculdade, a faculdade se eu for pagar é a metade de uma faculdade, ainda dependendo do que for, então não tem como. (Elaine, 19 anos, branca, ensino médio completo).

Eu estou desempregada, mas eu acho que vou achar um emprego rapidinho porque eu tenho experiência e hoje em dia está crescendo essa área de operadora de caixa, está crescendo cada vez mais. Então eu acho que quando eu receber o meu seguro-desemprego, vou correr atrás e rapidinho eu acho. (Juliana, 19 anos, parda, ensino médio completo).

Eu gosto muito do que eu faço porque, tipo, quando tem serviço é aquela correria, aquela agitação, a semana passa num estalar de dedos muito rápido, mas é muito gostoso porque a gente está aqui é um clima familiar aqui dentro, como se tivesse duas famílias. Eu trabalhava em uma padaria, tinha registro e tudo, mas não estava agüentando mais. Aqui é tipo um serviço que te dá satisfação, não tem uma pegação de pé... Então, estou experimentando uma coisa nova, diferente do que eu tive até agora e estou gostando. Quero crescer aqui. (Ivete, 19 anos, preta, ensino médio completo).

Ah, hoje eu estou em busca de novas oportunidades de emprego, de estágio. Eu estou concluindo a faculdade de turismo e eu quero... eu estou em busca de estágio. Esse é o meu propósito pra esse ano: um estágio ou um emprego dentro da área que eu pretendo atuar, que é turismo. Então, essa é a perspectiva. (Robson, 22 anos, branco, ensino superior incompleto).

Eu estou bem, estou trabalhando como inspetora, mas eu não sei se eu vou continuar, porque assim, se sair concurso no final do ano, se eu vou pegar meu diploma, vou prestar concurso [...]. Quando você quer algo mais, quando você pensa em fazer faculdade, algo mais complementar, você tem que começar a correr atrás, tem que alcançar os seus objetivos. (Rafaela, 23 anos, preta, ensino superior incompleto).

Estes sete jovens, sendo cinco mulheres (Anita, Elaine, Ivete, Juliana, Rafaela) e dois homens (João e Robson), tinham idades variando entre 19 e 23 anos, moravam com suas famílias de origem e não tinham filhos. Quanto à cor/raça, três deles declararam-se brancos (João, Robson e Elaine); duas jovens, pardas (Anita e Juliana); e duas, pretas (Ivete e Rafaela). Em relação à escolaridade, todos haviam completado o ensino médio. Além disso, Robson cursava Turismo (terceiro ano) e Rafaela, Pedagogia (também no terceiro ano). À

época da entrevista, a situação de trabalho desses jovens era um pouco diversa, a despeito de a maioria já ter alcançado o registro em carteira em algum momento de seus percursos.

Elaine trabalhava há sete meses como operadora de telemarketing; João era concursado e trabalhava há um ano como auxiliar administrativo no maior hospital público da região onde morava; Rafaela tinha um emprego formal como inspetora de uma escola pública; e Anita havia conseguido trabalho como balconista em uma loja do bairro. Juliana e Ivete haviam trabalhado por mais de um ano com registro em carteira, mas já não estavam no mesmo lugar: Juliana havia perdido recentemente seu emprego como operadora de caixa, mas ainda não saía para procurar um novo trabalho porque estava esperando receber o seguro-desemprego, e Ivete havia pedido demissão para montar um negócio junto com suas irmãs. Robson, o único sem experiência profissional registrada em carteira, trabalhava como educador em uma associação do bairro e procurava emprego ou estágio em sua área. Merece destaque o fato de que alguns dos jovens declararam envolvimento com a religião evangélica (João, Elaine e Robson, freqüentadores da Igreja Universal do Reino de Deus), uma vez que, em alguns momentos, este pertencimento influenciava seus olhares para o trabalho e a falta de trabalho.

5.1 As primeiras ocupações, a vida escolar e a importância dos cursos

Os jovens aqui analisados não consideram que começaram a trabalhar *cedo*, ainda que três deles – João, Robson e Ivete – tivessem começado por volta dos 13 anos a *ajudar* alguém da família para *ganhar algum dinheirinho* em retribuição. João e Robson começaram *ajudando* o pai no negócio da família: o primeiro em um pequeno comércio e o segundo em uma oficina mecânica. Ivete *cuidava* de seus sobrinhos para que seu irmão e suas irmãs pudessem trabalhar. Era como *ajuda* e não como trabalho que descreviam essas primeiras ocupações.

Ah eu com meus 12, 13 anos eu ajudava meu pai que tinha um comércio... Eu não encaro muito como trabalho, que aos doze anos assim, sei lá, eu ajudava coisa simples, coisas básicas lá, tal. O meu pai nunca me privou de eu fazer assim, viver uma infância tranqüila, lá, tal, brincando, eu mesmo que nunca gostei, já joguei bola, tal, em determinado lugares, sempre gostei de futebol, mas nunca fui aquela criança de tá na rua, jogado assim com um monte de amigos. Eu tive bastante colegas, que amigos são poucos, e então eu não comecei a trabalhar cedo, não. Eu acho que foi importante, pra mim foi muito válido, isso ajudou a amadurecer, a crescer, aprendi bastante com tudo. (João, 20 anos, branco, ensino médio completo).

Eu tinha 13 para 14 anos, eu já comecei a cuidar dos meus sobrinhos. Então, de certa forma eu ajudava, era uma troca, eu ajudava e eles me ajudavam também. Aí eu comecei a querer comprar as minhas coisas, a comprar roupa, comprar que nem eu comecei a comprar coisas para dentro de casa, a minha cama, o meu som, sabe essas coisas de jovem, todo mundo tem eu também quero, então eu nunca gostei de ficar dependendo. (Ivete, 19 anos, preta, ensino médio completo).

Novamente, neste grupo de jovens, observa-se a reiteração das diferenças segundo o sexo: os meninos mais circunscritos ao espaço da rua e as meninas ao espaço doméstico. No caso de Rafaela, por exemplo, eram seus irmãos que saíam para *ajudar* o pai que trabalhava como vendedor ambulante enquanto ela permanecia em casa *ajudando* a mãe nas tarefas domésticas. Assim, as demais jovens também contribuía nas tarefas domésticas, mas observa-se que, diferentemente do capítulo anterior, tratava-se de uma contribuição efetiva, dado que, à exceção das mães de Anita e Ivete, as demais não trabalhavam para além do espaço doméstico.

Nos casos de João e Robson, suas atribuições ao lado dos pais foram se modificando com o tempo: inicialmente eram só uma *ajuda* nos finais de semana, mas aos poucos passaram a ocupar também os outros dias da semana. De todo modo, essas atividades ainda eram percebidas como *ajuda*, mesmo que nem sempre o fossem. Para Robson, ocupar-se era importante para que não ficasse o tempo todo na rua: sua fala coloca ênfase no trabalho como uma ocupação, caso contrário o jovem poderia envolver-se com *coisas erradas*. Ele mesmo reconheceu que não gostava de trabalhar, preferia a rua, mas considerou que foi importante, especialmente em um momento em que começou a andar muito com alguns amigos *não muito legais*. Novamente, à semelhança dos jovens anteriormente apresentados, seu trânsito no universo das atividades ilícitas é evidente, mas nem sempre isto significa *se perder*. Robson chegou a aproximar-se do universo das drogas, porém, em suas palavras, *conseguiu sair a tempo*. Nesse processo, a presença de seu pai (por vezes até uma *surrinha*), da religião evangélica, e o desejo de não terminar como muitos de seus amigos de infância²⁸⁰ foram fatores que impediram que se envolvesse diretamente. Ao falar sobre outros jovens de sua época, Robson deixa entrever que está se referindo à sua própria experiência:

Acho que várias coisas me tiraram. Acho que primeiro vem da instrução. A instrução do pai. O pai ensina, dá uma surrinha em você, bate um pouquinho [risos], aí você vai aprendendo... Também por temor a Deus, porque Deus não se agrada disso e a gente... eu fui criado, assim, num lar evangélico. Meu pai e minha mãe são evangélicos e eles sempre ensinavam

²⁸⁰ Tal como observam Telles e Cabanes (2006), entre muitos dos jovens que entrevistaram, falar dos amigos era, dentre outros aspectos, fazer a contabilidade dos mortos.

isso pra gente. Então, você tem também esse temor de Deus, assim, Deus não se agrada dessas coisas. Também tem o fim que tem esse lado. O fim também que é crítico, que você, você... ou você morre, ou você tá sendo ameaçado de ser morto. Você vai vendo as pessoas e você cria um negócio na sua cabeça, as pessoas, os jovens de hoje em dia, que assim, que vê esses ladrão, esses traficantes como ídolo, entendeu? Ainda mais, assim, na população carente, quando vê um ladrão, assim, um traficante: 'Nossa, o tal aí! ó, o tal aí!'. Aí você vai se espelhar naquilo, então, você quer ser algo também, então, você começa a andar diferente, você começa a andar armado também, entendeu? Você cria dentro de você que aquilo ali é que vai te fazer feliz, mas aí, depois é que você vê que aquilo ali é diferente. Você vê que sempre tem aqui os traficantes que morrem e aqui mesmo nessa rua já morreu um, já morreu vários, então você vê que o fim é crítico, ele é triste. Aí você pensa: não, eu não quero ter esse fim. Eu quero ter um fim de paz. Eu quero ter um fim de amor. Eu quero ser feliz, mas não desse jeito. Desse jeito não dá pra você ser feliz. (Robson, 22 anos, branco, ensino superior incompleto).

O trabalho ou a *ajuda* realizada ainda antes dos 16 anos era valorizado por estes dois jovens e não em função da necessidade material, aliás, esse aspecto sequer é citado em suas narrativas. O trabalho ainda na adolescência é estimado por sua função socializadora e do ponto de vista simbólico. No caso de Ivete, esse aspecto emerge com mais força, o que parece relacionar-se à própria origem de sua família, como será visto adiante. Para ela, começar a trabalhar aos 16 anos é uma *lei que existe lá fora*, de modo que ajudar dentro de casa para conseguir *algum dinheirinho* ou *ajudar* algum parente ou vizinho é algo perfeitamente plausível, que contribui para dar valor ao dinheiro e ter responsabilidade. Para ela, valorizar o trabalho é um aprendizado que não acontece de repente, é como *caminhar* – não por acaso ela associa o não saber trabalhar ao não saber andar: “*Uma certa hora da vida você perde seus pais, vai fazer o que da vida? Você vai morrer num canto, porque você não sabe andar, não consegue fazer nada sozinha.*”

Anita, Juliana e Rafaela declararam que começaram a trabalhar aos 16 anos e Elaine aos 18. As primeiras ocupações dessas jovens ultrapassaram as fronteiras do bairro e da família: o primeiro emprego de Anita foi como vendedora em uma loja de um grande shopping da cidade; o de Juliana, em uma unidade do McDonald's; o de Rafaela, em uma cooperativa de panificação; e o de Elaine, em uma loja de artigos evangélicos no centro da cidade. Ainda que tenham começado a trabalhar em uma idade próxima daquela dos jovens do capítulo anterior, cabe observar uma diferença: nenhuma delas havia se ocupado do emprego doméstico ou da entrega de panfletos, primeiros *trabalhinhos* das moças apresentadas anteriormente. Quanto aos dois rapazes, suas primeiras ocupações também se distanciavam das exercidas por aqueles anteriormente descritos: ambos trabalhavam em negócios da família. Nesse sentido, se no capítulo 4 não se observou interrupção do ensino médio a

despeito das atividades remuneradas realizadas, aqui, as famílias pareciam inclusive oferecer um pouco mais de condições para os filhos seguirem estudando sem necessidade de dedicação ao trabalho. Nesse sentido, é fundamental compreender, neste ponto, o perfil de suas famílias, o que também ajuda a estabelecer conexões entre as esferas do trabalho e da escola nas vidas dos jovens.

Todos os pais dos jovens aqui abordados eram migrantes e, à exceção da mãe de Ivete, haviam chegado a São Paulo bastante jovens, na perspectiva de encontrar melhores condições de trabalho e de vida. Assim, seguindo observação referente aos demais grupos de jovens, a probabilidade de adiamento do ingresso de seus filhos na esfera do trabalho pode ser associada ao maior número de anos da migração. No caso da família de Ivete, embora seus pais tenham migrado mais tardiamente, quando aqui chegaram contaram com forte apoio de suas duas filhas e de seu filho mais velho. Todos já tinham casa e empregos regulares na cidade.

A escolaridade dos pais não era elevada, contudo observaram-se aqui duas tendências. Primeiramente, a presença de alguns pais e mães que nunca freqüentaram a escola (o caso das mães de Rafaela e Ivete, e do pai de Juliana), de outros que poderiam até ser considerados analfabetos funcionais, dado que sequer finalizaram a 4ª série (como os pais de Anita e de Ivete) e outros que estudaram até a 4ª série do ensino fundamental (as mães de Elaine, João e Robson, além do pai deste último). Uma segunda tendência foi a de pais com ensino fundamental completo (como o pai de Rafaela) e aqueles que conseguiram finalizar o ensino médio (como as mães de Anita e Juliana e os pais de João e Elaine).

Em relação à primeira tendência observada, dos pais que não freqüentaram a escola ou estudaram muito pouco, o relato da mãe de Ivete²⁸¹ é o mais emblemático na perspectiva de evidenciar o desejo que seus filhos fossem para a escola, já que, no caso dela, *“ou eu estudava ou meus irmãos passavam fome, então eu escolhi ajudar meu pai ao invés de ver meus irmãos passando fome”*. Os irmãos mais velhos de Ivete estudaram até a 4ª série e, para a jovem, esses anos de estudo eram muito pouco ou quase nada (*“minhas irmãs não tiveram como estudar, estudou até a 4ª série”*). Já para a mãe de Ivete esses anos de estudo alcançados eram motivo de orgulho, especialmente diante das dificuldades que teve para que seus filhos mais velhos freqüentassem a escola.

Todos meus filhos estudaram, eu sofri demais pra pôr esses meninos pra estudarem [...] Porque, de primeiro, lá tudo era difícil, assim, roupa,

²⁸¹ No dia que Ivete foi entrevistada, também conseguimos conversar com sua mãe, Dona Marina. As entrevistas foram dadas separadamente.

calçado, era tão difícil, eu desmanchava roupa minha pra fazer pra eles, pra eles poderem ir para a escola. De noite que eu ia lavar, pôr pra secar no canto do fogão pra no outro dia ir pra a escola de novo, mas graças a Deus todos eles aprenderam, com a maior dificuldade. Primeiro Deus ajudando, depois eu me esforçando, fazia todo o serviço da casa, ajudava o pai a fazer todo o serviço por fora, pra não tomar muito o tempo deles pra eles estudarem, era difícil, longe para caramba também, coitadinhos os bichinhos chegavam em casa mais vermelhos que essa colcha de tanto andar. Era pó puro. Andava, na época eles andavam era ladeira pra descer e ladeira pra subir, todo o dia, mas eu não deixava eles faltarem um dia. 'Ah, mãe, a gente tem que ajudar a senhora...'. Vocês não têm que me ajudar nada, vai ter muito tempo pra vocês me ajudarem! Estudaram, enquanto pôde, eu deixei estudar. (Marina, mãe de Ivete).

Assim, se para a mãe de Ivete parecia evidente que a escolaridade valorizada não era tão longa, tal como já havia alertado Gomes (1987), a vinda da jovem para São Paulo ainda criança e a mudança nas condições de vida da família foram fundamentais para que esta finalizasse o ensino médio. Em seu caso, a ordem de nascimento também foi fundamental²⁸². Ela tinha consciência das dificuldades anteriores de sua família, como demonstra este trecho de sua fala em que ressalta as dificuldades até de possuírem roupas e calçados para ir à escola:

[...] Era uma vida muito difícil porque pra sustentar a família às vezes não tinha dinheiro, ia descalço pra escola, tudo a mesma coisa que a gente vê na televisão de interior, de lá do sertão, era a mesma coisa. Então era muito difícil sustentar casa, escola, roupa pra todo mundo. Algumas delas, elas contam pra mim como foi a vida até hoje que algumas delas pararam de estudar porque já não tinham mais roupa pra ir para a escola, era um par de roupas, chegava em casa, tava sujo, minha mãe tinha que lavar, colocar atrás do fogão de lenha pra secar pra ir pra a escola no outro dia, então elas falaram 'não vou mais para a escola', ficavam com vergonha. De certa forma, foi erro delas também, meu pai não tinha condições, mas se elas quisessem, se esforçassem mais um pouco, mas não deu. Elas ficavam com vergonha de ir para a escola com a mesma roupa todo o dia, todo o dia, não quis. Aí pararam de estudar. Uma delas teve que parar de trabalhar, a minha irmã mais velha, pra ajudar meu pai na roça, a plantar, a colher, e aí ficou. (Ivete, 19 anos, preta, ensino médio completo).

É instigante perceber que mesmo evidenciando todas as inúmeras dificuldades das irmãs para que prosseguissem nos estudos, Ivete ainda atribuída uma parte da responsabilidade à falta de vontade das próprias irmãs, reforçando sua argumentação em torno dos esforços que ela havia feito para terminar os estudos. Ivete não queria seguir o mesmo caminho das irmãs, principalmente porque percebia que com o nível de escolaridade que alcançaram sempre estiveram mais sujeitas ao emprego doméstico: “*Sempre pensei em terminar os estudos, fazer curso, arrumar um trabalho porque o emprego que elas sempre trabalharam foi em casa de família, faxina, esses negócios, sabe, baixíssimo mesmo.*”

²⁸² À exceção do caso de Ivete, a ordem de nascimento desses jovens não parece ter influenciado tanto em seus percursos, dado que todos os outros eram mais velhos e não mais jovens que seus irmãos.

Quanto aos pais que completaram o ensino fundamental e o ensino médio, todos haviam retornado à escola depois de adultos. O retorno relacionou-se às exigências do próprio mercado de trabalho, mas não apenas. Principalmente no caso da mãe de Juliana, que nunca havia trabalhado para além do espaço doméstico, voltar à escola foi importante para realizar outras atividades que não somente as tarefas do lar. Também tinha expectativas de conseguir um emprego e percebera que as exigências mínimas referiam-se ao ensino médio completo.

Fiz até o terceiro, terminei, a gente tem vontade de fazer uma faculdade, as coisas aqui no Brasil é tão difícil é tanta, sei lá, é tanta burocracia, você quer fazer, vai em algum lugar: 'Aí tem um papel.. aí isso aqui não serve, aí vai ali...', você anda tanto e no fim é uma coisa tão simples, eles põe tanta burocracia por uma coisa que você vai, depois você vai juntar tudo e ver que é uma coisa tão simples e eles põe um monte de dificuldade. (Isaura, mãe de Anita).

Nesse sentido, as dificuldades concretas desses pais em ingressar ou conseguir permanecer no mercado de trabalho sem terem completado a escolaridade média reforçavam ainda mais o desejo de que seus filhos estudassem. O ideal seria primeiramente completar o ensino médio e, em alguns casos, como nas famílias de João e de Anita, chegar até a faculdade:

Não, meu pai falou mais sempre focou aquilo: 'faz a sua faculdade aí, não esquentar nem a cabeça com trabalho'; minha mãe também assim: 'faz seus estudos aí, seus cursos aí, não fica impressionado com esse negócio de dinheiro não'. Mas eu falei: não, eu quero trabalhar e quero estudar e só vou fazer a faculdade se eu tiver certeza mesmo daquilo que eu quero. É claro que eles dão a opinião deles, me aconselham, mas, tipo, as coisas partem de mim, eu que decido, eu que faço a minha vida, como desde os 16 anos eu falei: não, eu sou independente aqui, eu vou seguir os meus rumos. (João, 20 anos, branco, ensino médio completo).

Quando eu pensava em trabalhar, quando eu tinha 15 anos, eu falava de conseguir assim, mas aí eu não fui atrás porque meu pai falou: 'Não, estuda primeiro, porque assim, dependendo do emprego que você consegue você não consegue segurar os dois, trabalhar e estudar, então pode atrapalhar um pouco o estudo'. Ele pensava assim. Ele sabia que também não adiantava muito procurar sem ter terminado. (Elaine, 19 anos, branca, ensino médio completo).

Eu queria muito que a Anita fizesse faculdade porque eu acho que ela fazendo uma faculdade o mercado de trabalho vai abrir mais, sabia? E realmente melhora bastante, você pega o jornal você vê, é estágio pra, é vaga de estágio para quem tá cursando tal ano da faculdade né? Aí tem lá as opções administração, dentista, médico, mais outras áreas que eu não conheço, tem lá um monte de coisas, então eu acho que é mais oportunidade pra quem terminou ou tá cursando. O mercado de trabalho tá muito competitivo... O mercado de trabalho tá muito competitivo, sabe? Se você tem uma faculdade, tem outro lá na frente que tem pós-graduação, tem duas faculdades, tem mais não sei o quê, então eles não vão dar preferência pra você, vão dar pra ele e assim, vai fulano vai passando fulano, você tem que

ter perseverança, tem que ser persistente, sabe? Tem que ter bastante qualidade, provar que você sabe, mesmo que aquele tenha duas ou três faculdades, você tem uma? Você tem que falar pra você 'eu sou melhor, eu vou conseguir', mesmo que você não consiga, mas pro seu eu, pra sua auto-estima. (Isaura, mãe de Anita).

A situação de trabalho dessas famílias parecia um pouco melhor em relação às famílias dos jovens dos capítulos anteriores, se não pelo setor de ocupação, ao menos em termos de acesso a empregos mais protegidos. Ao longo dos relatos era possível ter alguns indícios disso: as mães de Elaine, de João, de Rafaela e de Robson, por exemplo, nunca haviam trabalhado fora do espaço doméstico²⁸³; o pai de Elaine, embora estivesse afastado por problemas de saúde, trabalhou durante muito tempo como segurança em uma grande empresa, tendo registro em carteira; o pai de João já havia trabalhado como metalúrgico em uma grande montadora *na época do Lula*, teve um pequeno comércio e se tornou conselheiro tutelar.

A mãe de Juliana começara a trabalhar quando esta era adolescente, na perspectiva de *distrair-se* e contribuir no rendimento da família e, atualmente, era registrada como auxiliar de limpeza de um hipermercado. A mãe de Anita trabalhava e trabalhou a maior parte do tempo registrada como auxiliar de limpeza em conhecidos hotéis da região onde moravam. Por conta própria trabalhavam os pais de Anita, Juliana, Rafaela e Robson. Os dois primeiros como pedreiros, o pai de Robson como mecânico de autos e o de Rafaela como vendedor ambulante. Finalmente, os pais de Ivete trabalharam como agricultores até migrarem para São Paulo. Aqui chegando, a mãe conseguiu um emprego formal como auxiliar de limpeza e seu pai como segurança. À época da entrevista, sua mãe estava desempregada e seu pai havia se aposentado e retornado para Minas Gerais, depois do divórcio.

Em termos de renda per capita, a família de Ivete era a que tinha o menor rendimento, cerca de meio salário mínimo, sendo que moravam juntas ela e sua mãe e era Ivete quem arcava com as despesas da casa²⁸⁴. Nos demais casos, todos ainda moravam com ambos os genitores e a renda familiar per capita aproximava-se da média dos demais jovens deste estudo (de meio a um salário mínimo), à exceção de João e Rafaela, cujas famílias estavam incluídas no grupo com maior rendimento per capita (de um até dois salários mínimos). Outro aspecto importante a considerar é que nenhuma dessas famílias pagava aluguel, e a família de

²⁸³ Nesses casos, os próprios jovens afirmavam que as mães não precisaram trabalhar fora de casa porque o salário dos pais era considerado suficiente para sustentar a casa. Ainda assim, seguindo mudanças nos padrões culturais (Montali, 2004, 2006), tal como já evidenciado, a mãe de Juliana, por exemplo, decidiu ingressar no mercado de trabalho quando as filhas já estavam maiores e não apenas em função de necessidade material.

²⁸⁴ Seguindo tendência mais geral, os rendimentos em famílias com chefias femininas e sem a presença do cônjuge tendem a ser menores (Montali, 2006).

Juliana obtinha, inclusive, parte de seus rendimentos dos quartos que alugava em seu quintal. Por fim, apenas Anita residia em uma área de ocupação.

Todos esses aspectos revelam que essas famílias tinham condições muito próximas às das famílias dos jovens do capítulo anterior, para permitir a escolarização dos filhos, por vezes até melhores. Nesse sentido, durante a maior parte do tempo em que os jovens estudaram, seus pais não os pressionaram para que buscassem trabalho na expectativa de que tivessem mais chances no mercado de trabalho e na vida, de um modo geral. Pelo menos até finalizarem o ensino fundamental não deveriam preocupar-se com o trabalho. Isso começou a se modificar quando alcançaram o ensino médio, um momento em que alguns pais e os próprios jovens começaram a falar da necessidade ou do desejo de trabalhar – embora este aspecto pareça estar muito relacionado a alguns acontecimentos familiares. Nesses casos, as inter-relações entre as esferas do trabalho, da escola e da família ficavam mais evidentes. Anita é um exemplo bastante claro disso. Quando estava no segundo ano do ensino médio, tanto seu pai quanto sua mãe estavam desempregados e ela, apesar de ter a expectativa de começar a trabalhar depois de finalizado o ensino médio e de realizar um *curso forte*, resolveu sair em busca de trabalho em função de ter sido, de certo modo, pressionada a isso por sua mãe. Aliás, é sua mãe quem descobre a vaga em uma loja do shopping center e acompanha Anita em todo o processo. Ela ainda estava recebendo a renda do Programa Bolsa Trabalho, mas, pelo valor e pela data marcada para terminar a bolsa, começou a buscar um emprego.

A questão do trabalho começou passar pela minha cabeça quando a minha mãe começou a comentar ‘precisa trabalhar um dia’, fazer uma certa pressão: ‘Vamos trabalhar’. Eu tinha interesse em trabalhar, só que eu queria fazer um curso, um curso mais forte para poder entrar no mercado de trabalho. Mas como na época a minha mãe estava desempregada, o meu pai também, eu falei: preciso ajudar de alguma forma, meus irmãos são mais novos do que eu; na época bem mais novos, eu falei: tenho que ajudar. Aí entrei. Entreguei o currículo com a cara e com a coragem. Eu falei: vou tentar. (Anita, 19 anos, parda, ensino médio completo).

Assim, como no já referido caleidoscópio, mesmo que os planos de Anita previssem que começasse a trabalhar depois de finalizado o ensino médio, o desemprego dos pais fez com que ela procurasse seu primeiro emprego antes da conclusão dessa etapa. No caso de Juliana, a busca por trabalho foi acelerada pela própria participação no PBT. Ela não havia trabalhado até os 16 anos, quando participou do programa. O fato de ter recebido a renda por um determinado período despertou-lhe a vontade de sair em busca de trabalho para deixar de pedir dinheiro aos pais. Havia gostado muito da sensação de independência que a renda recebida lhe oferecia. Já Rafaela, mesmo com as objeções de seu pai, decidiu dedicar-se ao trabalho em uma cooperativa de panificação depois de ter concluído um curso pelo Senac. Em

outros casos, como o de Elaine, embora desejasse trabalhar, resolveu seguir os conselhos do pai de primeiro finalizar o ensino médio, ficando evidente que sua família não precisava tanto de seu auxílio nas despesas da casa.

Portanto, além de João, Robson e Ivete, cujas primeiras ocupações foram *apoiando* algum membro da família, quem começou a trabalhar antes de finalizar o ensino médio foram Anita, Juliana e Rafaela. A única que espera a finalização do ensino médio é Elaine. De todo modo, tal como no grupo anterior, aqueles que trabalharam não interromperam sua ida à escola. Além disso, o que é bastante marcante nos percursos desses jovens é a quantidade de cursos realizados antes mesmo de ingressarem no PBT. Mais do que combinar escola e trabalho, aqui prevalecia a combinação cursos e escola. Boa parte dos cursos era gratuita, já que estes eram oferecidos em associações de bairro, mas alguns jovens, como Anita, Rafaela e Robson, buscaram cursos pagos em escolas de certo renome: a primeira fez um curso de inglês numa conhecida escola privada e os outros dois passaram por cursos técnicos de turismo e de confeitaria no Senac. Computação era um curso que todos, de alguma maneira e sem exceção, haviam feito quando ainda estavam no ensino médio.

A força que esses cursos tinham em suas narrativas pode ser percebida no relato de Anita. Ela estava no primeiro ano do ensino médio quando começou a procurar com mais intensidade cursos, que passaram a ser vistos como fundamentais porque, do seu ponto de vista, sua idade e os tantos anos de escolaridade representariam *nada* em seu currículo. *Hoje em dia é de praxe* ter cursos, como ela declara:

Porque eu achava que tinha mais chance no mercado de trabalho, eu não vou chegar pra fazer uma entrevista de cara lisa. Eu vou chegar pra fazer uma entrevista e nunca fiz nada? Quem é que dá oportunidade pra quem nunca fez nada? Pelo menos se esforçou pra ter algum conhecimento. Não? Nunca fez nada, entendeu? Quem é que vai dar uma oportunidade pra quem nunca fez nada ou pelo menos se esforçou pra ter algum conhecimento, entender alguma coisa e poder colocar no meu currículo. Já pensou colocar no meu currículo em uma loja só o nome, a idade o que cursei, na escola e só? (Anita, 19 anos, parda, ensino médio completo).

Eu fiz telemarketing, administração de empresas, contabilidade; informática eu tenho três cursos: internet, esqueci qual mais... mas tudo, resumindo, acho que são 11 cursos mais ou menos. Eu queria trabalhar, assim, em escritório, mas não tinha certeza... Então eu fui fazendo esses cursos (...) Pode ser que não tenha me ajudado muito, mas nessa entrevista que eu fui fazer para a lanchonete, eu coloquei e imaginei eles vão dar preferência pra quem tem experiência e eu não tinha, aí tinha lá na ficha lá: 'observação', aí eu peguei e coloquei na observação que eu havia feito esses cursos, todos eles. Aí eu coloquei um monte de cursos que eu tinha feito, eu acho que foi isso que fez a mulher se interessar por mim, pelo meu currículo, porque eu coloquei lá que eu havia terminado. Tava eu e uma outra menina, ela tava preenchendo e me perguntando: 'o que eu coloco aqui, o que eu coloco

ali?’, eu falava pra ela e preenchia a minha, ela tinha experiência, o currículo dela estava super bom, ela tinha experiência de um ano e pouco numa lanchonete, não sei aonde, eu não tinha, coloquei que eu só tinha cuidado da minha sobrinha e tudo mais, aí eu coloquei os cursos. Quando eu cheguei em casa a mulher me ligou. Aí no outro emprego, da padaria, também eu coloquei. Então lá eu ficava mais no computador, digitando uns negócios, acho que foi isso que fez o rapaz se interessar por mim porque na outra semana eu já comecei. (Ivete, 19 anos, preta, ensino médio completo).

Com os cursos, essas jovens não estavam apenas em busca de certificados para aumentar suas chances de conseguir um emprego; os próprios cursos poderiam compensar sua falta de experiência. Além disso, havia também uma clara preocupação em descobrir “o que queriam ser”, algo que não pareciam ver respondido em sua experiência escolar, tornando evidente a distância dessa esfera em relação ao mundo do trabalho, tal como acentuado no capítulo anterior. Sem acesso ao trabalho e sem nenhuma instituição que pudesse responder às suas dúvidas e inquietações em relação ao futuro profissional, acabavam por atribuir um papel central aos cursos e talvez isso possa explicar a força que estes tinham em seus discursos, para além da já bastante discutida questão da empregabilidade. Nesse sentido, quando ingressaram no PBT tinham muitas expectativas em conseguir mais um curso *qualificado*, como será visto. Mas, dado que em seus currículos já contavam com um conjunto significativo de cursos, tinham maior expectativa de ingressar no mercado de trabalho.

Em síntese, anteriormente ao ingresso no PBT, parte desses jovens já tinha passado por algumas ocupações para *ganhar um dinheirinho* (João, Robson, Ivete e Rafaela). O que os diferenciava dos jovens do grupo anteriormente descrito era o tipo de ocupação: nenhum deles havia trabalhado no setor doméstico, entregando panfletos ou na construção civil. Outra parte ainda não havia realizado nenhuma atividade remunerada. Mais do que o trabalho, era forte em seus percursos a combinação ensino médio e cursos: inglês, computação, auxiliar de escritório, telemarketing, turismo, confeitaria. Assim, também não estranharam encontrar no PBT mais um curso. No entanto, certamente por já terem realizado vários deles, mesmo sem apoio do poder público, a esperança era de uma atividade que efetivamente contribuísse para sua inserção no mercado de trabalho.

5.2 Participando do PBT

Quando participaram do PBT, uma parte desses jovens tinha entre 18 e 20 anos e havia finalizado o ensino médio (Elaine, Robson, Rafaela); outra parte estava cursando o segundo ano desse nível de ensino e tinha entre 16 e 17 anos (Anita, Ivete, João e Juliana). Nenhum

deles havia tido experiências no mercado formal de trabalho, embora alguns, como já destacado, tivessem realizado algumas atividades para *ganhar um dinheirinho*. Nenhum deles havia recebido a bolsa por mais de seis meses e os cursos que realizavam não eram muito diversos daqueles observados no capítulo 4. Primeiramente, cursaram o módulo básico de cidadania e, à exceção de João e Ivete²⁸⁵, participaram dos módulos específicos: reciclagem (Anita); arbitragem de futebol (Robson) e hip-hop (Elaine, Juliana e Rafaela).

Os usos da renda proveniente do programa não diferiam muito dos informados pelos demais jovens deste estudo: eram ao mesmo tempo uma forma de apoiar a família – especialmente entre aqueles cujos pais estavam desempregados à época, o caso de Anita e Elaine – e um meio para comprar coisas para si, o caso dos demais, cujas famílias não dependiam de sua renda. Também se verificou entre esses jovens o dever da contrapartida sob a forma de cursos. No caso de Ivete, que recebeu a bolsa por seis meses, mas participou de um curso que durou apenas um, o estranhamento foi maior ainda. De todo modo, entre jovens que avaliaram de maneira mais negativa as atividades oferecidas, a preferência era receber uma renda para fazer um curso que efetivamente desejassem:

Não, eu gostaria também que fosse assim, porque aí eu pegava o meu dinheiro e fazia um curso para mim, entendeu? Eu pagava o meu curso. Eu achava assim, eu assim eu pensei, eu até falei pras meninas, falei se fosse pra vir pra cá sem eu gostar, então era melhor eles darem o dinheiro e a gente fazer um curso. Apesar que é assim, eles fazem isso pra gente receber, pra gente ter que ir lá pra receber, até porque eles colocaram muita pressão, se faltar perde. (Elaine, 19 anos, branca, ensino médio completo).

Outros, como João, enfatizaram a importância da renda para procurar trabalho sem tanta preocupação com o curso. Ele é um dos jovens deste capítulo que fez o uso mais estratégico do programa (Dias e Guimarães, 2007). Em seu caso também fica evidente o descompasso entre o desejo e a necessidade desses jovens de encontrar um trabalho e os objetivos do PBT, que não aceitava quem trabalhasse com registro em carteira. Mas nada o impedia de utilizar os recursos da bolsa para seguir procurando por um trabalho desse tipo de maneira intensa. Além disso, ao afirmar que *nunca ficou parado*, parece claro que continuara a fazer seus *bicos*. Em relação ao curso, era certo que seus planos se afastavam daquilo que encontrou: queria um curso técnico ou um curso que o preparasse para o vestibular. E, em sua percepção, a renda deveria ser útil para tentar encontrá-lo.

Naquele momento específico que eu comecei a participar foi importante porque deu um determinado apoio e uma certa garantia pra tá procurando ,

²⁸⁵ A João foi oferecido apenas curso de computação. Já Ivete participou do programa no ano de 2001, quando ainda não havia separação entre módulos, sendo que ela frequentou o curso de computação por apenas um mês, embora tenha recebido a bolsa por um semestre.

a gente podia tá lá terminando o colegial e eu acho que pro jovem, assim, principalmente o homem, assim, é mais difícil arrumar emprego, tem que ter 18 anos, quando tem 18 anos tem que ter experiência, quando tem experiência aí tem que ter um curso, enfim aí vai uma coisa puxando a outra. Aí deu um suporte legal pra eu estar fazendo algum curso, tendo a oportunidade de procurar um emprego, serviu como lição sim, ajudou bastante e foi legal poder participar (...) Eu tava procurando, procurando trabalho, procurei durante um ano e meio até achar o registrado, claro que eu não tava parado (...) a exigência do Programa era não ser um jovem assim que esteja trabalhando com registro em carteira, pessoa que esteja correndo atrás pra procurar emprego, entrando no mercado de trabalho pra, sei lá, de repente querer fazer algum curso específico, algum curso técnico, mas não tem condições. Aí ajudou nesse fato, porque também você desempregado pra ter condições de procurar emprego, pra fazer algum curso. (João, 20 anos, branco, ensino médio completo).

Quando consideradas as atividades educativas oferecidas, aspectos já assinalados, como a possibilidade de encontrar pessoas e fazer novos amigos, também foram aqui enfatizados, tanto pelas moças, quanto pelos rapazes, mas com intensidade um pouco menor do que a verificada no segundo grupo de jovens. Nenhuma das moças avaliou que o curso fora *ótimo, maravilhoso, que não tinha do que reclamar*, tal como observado por algumas moças desse outro grupo. Exceção deve ser feita ao caso de Juliana: ainda estava no ensino médio quando participou do PBT e avaliava gostar muito mais do programa do que da escola. Para ela, o fato de o curso não ter avaliação a fazia sentir-se mais livre para expor suas idéias e opiniões. Também no seu caso ocorrera exatamente o inverso do predominante entre algumas das jovens: o programa foi valorizado por seus pais não pela perspectiva de ela sair de casa, mas de sair da rua. De fato, perto das outras moças, Juliana foi a que declarou ter menos responsabilidades domésticas e, quando não trabalhava fora de casa, passava boa parte do seu tempo conversando com os amigos na rua. Mesmo não sendo o curso esperado, seus pais gostaram por ela deixar um pouco esse hábito.

Ah, meus pais gostaram. Eles gostaram, eles falaram assim que pelo menos eu não ia ficar na rua. Que eu gostava muito de ficar na rua sem fazer nada. Aí meu pai falou assim: 'Ah, é bom assim você não vai ficar na rua, você vai aprender coisa nova'. Eles pensaram que era curso de computação, telemarketing. Mas não, foi hip-hop, só que eles me incentivaram bastante pra eu ir fazer o curso, pra não perder a minha vaga, não ficar tanto na rua. Eles gostaram do curso. (Juliana, 19 anos, parda, ensino médio completo).

De todo modo, entre estes jovens, a referência aos limites do programa apareciam logo depois de enunciarem os aspectos mais positivos de sua participação:

O que gostei foi a integração do grupo, das pessoas. Foi interessante pra tá conhecendo novas pessoas. E, assim, do curso só foi isso mesmo, a integração do grupo, porque muitas vezes, igual eu falei do curso, porque eu tive no curso de cidadania, que não fazia quase nada. Eu queria fazer alguma coisa, acontece que a motivação os outros também não tinha. Não tinha também motivação dos próprios instrutores também, eles não

motivavam as pessoas também. Deixavam ao Deus dará, entendeu? Deixava a pessoa lá fazer. Se quiser faz, se não quiser não faz. Aí só ia lá mesmo pra marcar presença. (Robson, 22 anos, branco, ensino superior incompleto).

Eu aprendi novas coisas, fiz novos amigos. Apesar que o programa poderia ter sido um pouco mais forte. Eu achei uma coisa muito fraquinha assim... Eu acho que no final melhorou mais, porque no começo a gente tinha algumas lições de cidadania com professores da CUT, acho que isso durou três meses. Só que era assim, tinha dia que a professora não ia, faltava, tinha dia que a gente ficava sem fazer nada, então não era uma coisa que a gente conseguiu aproveitar 100%.[...] Os alunos meio que dominavam a sala: ah, hoje eu vou fazer isso, ah, hoje não vou fazer nada. Acho que a intenção da prefeitura foi boa, foi de ajudar os jovens. Só que é como eu te disse, acho que faltou aquela estrutura, porque os locais também eram cedidos, por exemplo, a escola onde a gente ficou da última vez... Até tinha o padre que implicava, que o pessoal fazia bagunça, que era local religioso não podia e o pessoal badernava, Então era meio complicado. (Anita, 19 anos, parda, ensino médio completo).

Em termos gerais, as maiores críticas ao programa relacionavam-se à falta de preparo dos educadores, ora em relação ao pouco conhecimento dos conteúdos ministrados, ora em relação às dificuldades em controlar *os alunos que dominavam a sala*, ou ambos. Do mesmo modo que nos dois primeiros grupos de jovens, as atividades socioeducativas também pareciam assumir predominantemente um formato escolar. Assim, não sem razão esses jovens se transformavam em alunos, nas palavras de Anita. Também aqui, *os bagunceiros* eram sempre os outros. O excesso de faltas dos educadores e as condições precárias dos locais onde os cursos eram realizados também foram enfatizados.

De todos os relatos, chamou atenção a fala de Robson, que na época de nossa ultima entrevista fazia um *bico* como educador numa associação comunitária do bairro. Sua perspectiva era bastante crítica, uma vez que ele declarava ter aprendido no PBT exatamente o que não fazer com sua turma:

Eu vi que o Bolsa Trabalho tinha aqueles curso e eu sou uma pessoa assim que gosto muito de observar, eu observo muito e eu via as atitudes das pessoas, dos instrutores, que ministravam aqueles cursos e via que a atitude deles não era assim algo condizente para o curso. Acho que não trazia motivação pras pessoas. E aqueles pontos negativo, eu pensava: aquilo ali eu não vou fazer, porque se eu fizer aquilo, aquelas pessoas vão ficar desse jeito, vão ficar, assim, desmotivadas pra fazer. Aí, então, eu peguei e aproveitei esses pontos negativos pra tá fazendo assim, algo diferente, né? (Robson, 22 anos, branco, ensino superior incompleto).

Especificamente em relação ao curso oferecido, mais uma vez o de hip-hop fora o mais criticado. Novamente aqui, a despeito de alguns, como Juliana, considerarem sua importância, dada a possibilidade de conhecer um novo estilo, havia a dificuldade de perceber em que aquilo ajudaria, tal como questiona Rafaela: “*Mas eu vou dançar no mercado de*

trabalho?”. No caso dela, havia um agravante: tinham informado que ela poderia escolher o curso desejado. Como muitos dos jovens, ela escolheu informática. Entretanto, logo foi notificada que só haveria possibilidade de fazer hip-hop. Para ela, a oferta desse curso era resultado de uma estigmatização da periferia: como se nesse local os jovens só quisessem hip-hop e não um *curso qualificado*.

A segunda parte eu critico em tudo, porque eu acho que eles jogaram um programa assim: ‘Ah, vamos fazer o Bolsa Trabalho, como é pra periferia, a segunda parte vamos jogar hip-hop, essas coisas, é o que tem na periferia, não um curso de qualificação’. Foi o que eu tava pensando, quando eles falaram: ‘Não, vamos ter um curso de qualificação’. Foi falado pra gente que seria curso de qualificação pro trabalho e não teve esse curso de qualificação, porque eu acho que um curso onde você tem hip-hop, que é só música, onde eles contrataram professores desqualificados, não eram profissionais qualificados, eram professores que chegavam, falavam palavrão na sala, não tinham um pinga de paciência, não tinham um pinga de metodologia, não tinham nada e você chegava lá não aprendia nada, você chegava, o professor ensinava o básico: ‘Ah, vamos dançar, vamos fazer isso, vamos fazer aquilo’. Mas o que eu vou aprender com dançar no mercado de trabalho? (Rafaela, 23 anos, preta, superior incompleto).

Para que serviria um curso de hip-hop no currículo, perguntavam-se as jovens Juliana e Elaine. Mesmo reconhecendo que aprenderam a respeitar o estilo e o movimento, tinham clareza do forte preconceito presente na sociedade, especialmente nas empresas. Ao que parece, o hip-hop no currículo também ajudaria a reforçar ainda mais o local de moradia desses jovens, outro elemento dificultador de acesso aos empregos, como anteriormente destacado.

Ah, porque hoje em dia o que rola é isso, para você conseguir um emprego. Eles não querem saber se você colocar num currículo um curso de hip-hop. Você acha que eles vão querer? Eles não vão querer. Vão querer pegar uma pessoa que tem um curso de inglês, tem curso de informática, telemarketing. Aí sim tem uma atividade a mais no currículo. Agora, colocar hip-hop eles não vão querer nunca. Porque eles pensam que você é, vai ser um marginal dentro da empresa. Vai ensinar marginalidade dentro da empresa. Eu acho que é isso. (Juliana, 19 anos, parda, ensino médio completo).

Ah era um curso mais profissionalizante. Porque o que eu aprendi foi sobre hip-hop e eu não danço, então eu queria que fosse uma coisa que fosse pro caminho do profissional, então que fosse um curso de computação, por mais que eu já tivesse feito, mas que eu pudesse me aperfeiçoar mais. Ou um curso, como que eu posso falar, outras coisas, como... qualquer curso, mas que seja dentro do caminho de profissional, mas não que seja hip-hop, porque eu não gostei mesmo dessa parte. (Elaine, 19 anos, branca, ensino médio completo).

No caso de Robson e Anita, ambos freqüentaram outros cursos específicos: o primeiro de arbitragem de futebol e Anita de reciclagem. Não fizeram tantas críticas ao conteúdo desses cursos, mostraram interesse em aprender algo diferente. O próprio Robson havia

escolhido arbitragem de futebol tanto por avaliar as possibilidades de *ganhar dinheiro* exercendo essa ocupação, quanto pela possibilidade de conhecimento.

Se você pensar assim ‘ah, ser árbitro de futebol...’. Ganha igual o instrutor falou, ganha... ele era juiz mesmo, arbitro de jogo grande, andava pelo Brasil inteiro, ele falou que ganha muito dinheiro, mas acontece que ele falou que é muito difícil de entrar. Aí você fica meio assim, aí você fica ... é bom você aprender aquilo pra você, tudo que você aprende é útil pra você, embora você não exercendo aquela função, mas o seu conhecimento é... algo assim primordial de ter conhecimento, é algo interessante. (Robson, 22 anos, branco, ensino superior incompleto).

Para eles, esses cursos foram mais positivos que os cursos de cidadania, dada a maior possibilidade de desenvolvimento de atividades práticas. Mas também chamam atenção para questões que se tornaram recorrentes nas falas da maior parte dos jovens entrevistados: a qualidade do curso, a ausência de professores e a falta de apoio para continuidade das atividades:

Aí eu peguei e escolhi esse daí de curiosidade, saber as chances de trabalho com isso, conhecer mais. A princípio foi legal. O professor tava vindo e tava ensinando muito bem, mas acontece que depois ele sumiu, desapareceu e não veio mais. Aí também ficou desmotivado dessa parte. Aí a gente não ia mais em curso nenhum. Mas isso foi o que eu não gostei, foi isso. (Robson, 22 anos, branco, ensino superior incompleto).

Poder-se-ia levantar a hipótese de que a perspectiva mais crítica desses jovens em relação ao PBT pode estar relacionada, para além das atividades que lhes foram oferecidas, aos percursos que tiveram quando saíram do programa, ainda que, tal como enfatizava Rafaela, o programa não teve nada a ver com sua trajetória posterior. Enquanto parte considerável dos jovens do capítulo anterior enfatizava estar *na mesma* ou até em situação pior do que quando participou do programa, os entrevistados deste grupo se mostravam muito mais otimistas em relação às suas vidas. Quanto ao trabalho, todos haviam conseguido um emprego formal; em termos de escolaridade haviam finalizado o ensino médio, Robson e Rafaela haviam ingressado no ensino superior. Robson também fazia um *bico* na posição de educador comunitário. Assim, quando entrevistados, já haviam passado por experiências mais positivas, o que pode ter contribuído para que fizessem críticas mais incisivas.

Por fim, cabe observar que duas jovens – Anita e Ivete – também participaram, depois do PBT, do Programa Jovem Cidadão – Meu Primeiro Trabalho²⁸⁶. Ambas apontaram os limites dessas experiências:

²⁸⁶ Instituído pelo Decreto Estadual nº 44.860/2000, o Programa Jovem Cidadão – Meu Primeiro Trabalho objetivava oferecer, por um período de seis meses, estágios na iniciativa privada e em ONGs com apoio de subsídios do Estado. Os subsídios relacionavam-se à contribuição do governo com R\$ 65,00, valor equivalente à metade da bolsa do estágio, e à desobrigação do empresário em relação à carga tributária trabalhista. O público era constituído por jovens que frequentavam o ensino médio nas escolas públicas da Região Metropolitana de

[...] E qual era o objetivo da empresa, o objetivo da empresa era você entrar, trabalhar, ficar os seis meses de projeto lá depois eles mandavam embora. Minha amiga teve sorte porque ela entrou estudando e conseguiu ficar fixa lá, né? Eu cansei de ficar trabalhando pra ganhar nada. Eu ganhei uma experiência, mas teve muitas vezes que cansou porque eu não conseguia comprar nada pra mim, não consegui ajudar em casa. Falei: poxa, trabalhar pra não, digamos assim, não ter lucro nenhum, vou procurar outra coisa. Por isso que eu saí de lá. (Anita, 19 anos, parda, ensino médio completo).

Cheguei lá, tem uma parte dos empregos lá que as pessoas vão e procuram se tem alguma coisa na área. Eu tinha 17 anos, aí ela pegou e falou pra mim que tinha o Programa Jovem Cidadão, aí ela falou que davam um selinho, colocavam na carteira, carimbava tudo, eu falei: tudo bem. E eu me cadastrei. Aí nesse dia que eu fui procurar, ela perguntou se eu tinha o cadastro, eu falei que tinha, ela falou que tinha essa vaga que não exigia experiência nem nada, eu falei: melhor, porque não tinha nenhum registro, não tinha nenhuma experiência de trabalhar fora, só em casa mesmo cuidando das minhas sobrinhas, isso não era nada praticamente. Ela perguntou e eu falei: estou sim [...] Tipo assim, o patrão pegava muito no pé, ele era muito chato, que tinha que sair para fazer entrega, às vezes a entrega era longe, a gente fazia a pé, eles não queriam saber, tem que ser rápido e acabou. Não tinha nenhuma paciência com a gente, não dava, daí eu não fiquei nem um mês, me desesperei para procurar outro emprego... (Ivete, 19 anos, preta, ensino médio completo).

Houve certa valorização por conseguirem um trabalho sem que lhes fosse exigida a experiência, e a partir dele puderam ter acesso a outros empregos, como aconteceu com Ivete, que conseguiu contato com outro empregador a partir da participação em um programa público. Apesar disso, eles não encontraram condições de trabalho e salários que lhes parecessem adequados. De fato, análise realizada por Madeira (2004) em torno do Programa Jovem Cidadão – Meu Primeiro Trabalho revelou, dentre outros aspectos, que quase inexistia um acompanhamento do tipo de trabalho a ser realizado pelos jovens. Aquilo que deveria ser um estágio na perspectiva de aprendizagem acabava tornando-se um trabalho, trazendo à tona as ambigüidades inerentes ao próprio programa.

As jovens Anita e Ivete logo perceberam: além da sobrecarga de trabalho e acúmulo de funções, consideravam o valor recebido em suas ocupações muito baixo. De todo modo, vale observar que elas não se desligaram do PBT apenas porque estavam “experimentando” tais ocupações, como parece sugerir o estudo de Madeira (2004), mas por motivos fortemente relacionados às precárias condições de trabalho e baixos salários. Além disso, também ressaltaram algo que fora enfatizado por Madeira (2004): havia uma extrema heterogeneidade

São Paulo, mas o programa procurava privilegiar jovens com maioridade, sem experiência anterior no mercado de trabalho formal, com filhos, pertencentes a famílias com chefe com menor instrução. O programa visava responder àquilo que se considerava ser uma das principais causas do desemprego juvenil – a falta de experiência –, objetivo que, segundo a análise de Madeira (2004), seria também o seu principal equívoco.

entre as empresas que participaram do programa – desde aquelas que buscavam no estágio uma forma de contratação liberada de encargos sociais, sem preocupação com o aspecto educativo da atividade, e outras que se moviam pelo interesse de participação em programa com fins sociais. Na avaliação de Anita e Ivete, suas contratações estavam mais próximas da primeira alternativa.

5.3 Os trânsitos pelo mercado de trabalho, depois do PBT

Logo depois de sua participação no PBT, com 17 anos e finalizando o ensino médio, Juliana conseguiu um estágio no McDonald's, mas ficou apenas dois dias nele; Anita trabalhou um mês como vendedora temporária em uma loja no shopping; Ivete ficou dez dias em uma lanchonete; Elaine trabalhou por nove dias em uma loja de artigos evangélicos. Apenas João havia conseguido permanecer dez meses em seu primeiro emprego como office boy. Rafaela conseguira emprego como inspetora de alunos e ali continuava até a época da entrevista e Robson ainda procurava estágio, mas *através da faculdade* encontrou “*algo assim diferente, que eu nunca pensava em fazer algum dia, que é dar aula*”. Mas como conseguiram e o que falavam dessas primeiras ocupações?

Diversamente do segundo grupo de jovens, o modo como conseguiram suas primeiras ocupações estava menos pautado pelas “redes de laços fortes” (Granovetter, 1974). Não apenas o ensino médio, mas os tantos cursos que haviam feito pareciam ter contribuído para saírem em busca de trabalho em agências de emprego, estabelecimentos comerciais em shoppings centers, dentre outros mecanismos mais institucionalizados. É certo que nesse primeiro momento alguns foram acompanhados por seus pais, como Anita²⁸⁷, mas chama atenção o fato de terem conseguido oportunidades de trabalho para além das imediações do bairro e sem a indicação de parentes e amigos mais próximos.

Ainda que as ocupações que tiveram logo depois que saíram do PBT distanciavam-se das redes de familiares, vale observar que alguns ficaram poucos dias nelas. E isso não

²⁸⁷ O que indicaria a presença das redes de laços fortes na busca por trabalho para orientação e apoio. Isaura, mãe de Anita, estava sempre aconselhando a filha: “*Eu dou umas dicas pra ela: ‘Não fica olhando pro pé, não fica roendo a unha, vai com uma roupinha bonitinha, arruma o cabelo, não gagueja, procura ficar calma, não faz gesto, mímica com a mão, porque eles observam bastante.’ Então, eu dou bastante dica pra ela, eu acho que algumas ela até segue e foi daí que eu percebi que ela era insegura e ela sempre tá me perguntando, ela não faz uma coisa sem consultar eu e o pai dela, porque ela acha assim: ‘Se eu fizer sozinha e eu errar, minha mãe vai falar assim: por que você não falou comigo? Ou meu pai vai falar assim: por que você não me consultou?’.* Então eu falei pra ela: ‘Olha, Anita, faz aquilo que você acha que tá certo’. Aí ela fala: ‘Mas, mãe, eu consigo sem eu perguntar pra você, eu tenho que consultar você e meu pai pra ver o que vocês acham daquilo que eu vou fazer.’ Então eu sinto que ela é insegura nesse ponto”.

parecia relacionar-se a um “comportamento juvenil” de experimentação, mas sim à busca pelo distanciamento de ocupações nas quais se consideravam explorados e humilhados. Juliana, por exemplo, ficou apenas dois dias no estágio que conseguiu no McDonald’s e Elaine nove dias em uma loja de artigos evangélicos. São essas jovens que também revelaram o quanto esse momento de ingresso no universo do trabalho foi difícil e o quanto não encontraram o apoio necessário para dirimir suas dúvidas, inseguranças, medos. Pelo contrário. Elaine, quando conseguiu seu primeiro trabalho, além de estar longe de casa pela primeira vez, em um ambiente diferente, com tarefas a realizar, não encontrara um adulto, seu chefe, disposto ao diálogo. Assim, não hesitou em participar de outro processo seletivo apenas nove dias depois de ter começado a trabalhar.

No McDonald’s eu consegui um estágio, eu estudava. Mas era muito corrido, muita exploração, nossa! Ninguém merece trabalhar ali dentro, o pessoal que eu trabalhei lá, a maioria é ignorante. Não sabiam ajudar os outros, não queriam explicar as coisas. Nossa, foi horrível. Aí eu saí. Com dois dias saí de lá. Não agüentei. Aí meu pai falou que eu não precisava disso, ficar me humilhando aí eu peguei saí de lá. (Juliana, 19 anos, parda, ensino médio completo).

Ah, sei lá, eu não sei se é porque era primeiro emprego, então quando você fica longe de casa, aí era aquela coisa assim, aí eu pensava assim: aí não é isso que eu quero, eu não gostei de lá, entendeu? Era legal as pessoas também, mas o próprio lugar mesmo, o meu chefe mesmo eu já não gostei. Ele não tinha diálogo, ele fazia as coisas assim, mas não era falando com você, conversando como eu estou conversando com você, era uma coisa tipo assim: ‘ah, você isso, isso, então isso, isso’. Não era aquela coisa explicada e olhando pra você mesmo e explicando. (Elaine, 19 anos, branca, ensino médio completo).

Eu comecei a trabalhar, eu arrumei um emprego numa loja, eu trabalhava só final de ano, extra de Natal. Foi a minha primeira experiência profissional. Eu não gostei muito não [risos]. Mas tudo bem [risos]. Porque pra trabalhar em loja em final de ano você tem que ter disposição, é loucura, loucura, é loucura trabalhar final de ano. Ainda mais eu, minha primeira experiência. Foi numa loja de médio porte no shopping. É, foi bom, pensava que seria melhor. Foi bom, mas eu pensava que ia ser melhor. Só que acho que tinha muita concorrência de trabalho. Sinceramente eu não tive vontade de ficar lá, trabalhar num lugar assim tão, com pessoas assim difíceis de conviver, toda hora um querendo puxar o tapete do outro, eu acho que também não tinha vivência, experiência de vida para poder encarar porque eu era inocente, não tinha certa experiência de vida também. Ah, tem que começar de baixo, procurar uma coisa que eu vá aprendendo também. (Anita, 19 anos, parda, ensino médio completo).

Os poucos dias que permaneceram em algumas dessas ocupações revelam sua indisposição para aceitar qualquer tipo de trabalho – e aqui o apoio dado pelos pais para que não permanecessem, mesmo quando se tratava de empregos mais protegidos, é significativo. Mas também esse apoio parecia depender da condição material da família. A mãe de Anita,

por exemplo, estava em uma *grande torcida* para que a filha permanecesse no emprego de vendedora de uma loja situada em um grande shopping. Anita, no entanto, ponderava sobre essa perspectiva, dado ainda se considerar jovem ou, em suas palavras, *não ser nenhuma velhota*.

Minha mãe queria muito que eu ficasse, ela falava: ‘fica lá, fica lá...’. Eu dizia: calma mãe, se eu ficar, fiquei, se não ficar também não estou preocupada. Eu não sou nenhuma velhota que... Sei que sei que a gente está precisando, mas também não vou me matar porque lá o trabalho era muito puxado. Eu ficava na parte de provador, aí depois que eu almoçava ficava na parte de lingerie. Só que era muito corrido. As supervisoras só viviam mandando trabalhar: ‘vá fazer isso, vá fazer tal coisa’. Eu falava: bom dia é bom, né? E eu parecia um robô já. Porque trabalhava das 10 da manhã às 10 da noite. Acho que foi só na última semana que eu trabalhei no horário normal que era das 9 até as 7. (Anita, 19 anos, parda, ensino médio completo).

Sua fala revela aspectos importantes do trabalho no setor de comércio, constituído principalmente por mulheres e jovens, inclusive como oportunidade de primeiro emprego (Sindicato, 2007)²⁸⁸. Mesmo não conseguindo efetivar-se na loja, tendo ficado apenas trinta dias como temporária, Anita não avaliou tal episódio de modo muito negativo. Para além do fato de considerar *o trabalho em loja uma loucura*, parecia evidente que uma menor preocupação com o que acontecera se relacionava à reinserção de sua mãe no mercado de trabalho. Assim, ela decidiu *dar um tempo para descansar um pouco, tirar umas férias, fazer um curso*. Aliás, estas eram expressões correntemente utilizadas por ela para falar de suas situações de emprego. Mas pareceu que ela só as utilizava com mais tranquilidade quando seu pai ou sua mãe estavam empregados. A pressão – dela mesma e de seus pais – para que buscasse trabalho diminuía muito nesses momentos²⁸⁹. Nesse sentido, vemos novamente aqui

²⁸⁸ Dos 431 mil comerciários que residem e trabalham no município de São Paulo, 52,8% são do sexo feminino, de cor branca ou amarela (55%) e formada por jovens: 37% têm entre 17 e 24 anos de idade e 18,7% têm entre 25 e 29 anos. Pesquisa de caráter quantitativo e qualitativo realizada pelo Dieese (Sindicato, 2007) junto a comerciários do município de São Paulo revelou que boa parte dos trabalhadores julga o ritmo de trabalho como de intensidade média e alta. Além disso, esses trabalhadores reclamavam da necessidade de executar tarefas para as quais não foram contratados, o que também aparecerá mais adiante na avaliação de outras jovens deste grupo. (Sindicato, 2007).

²⁸⁹ Embora Anita pareça atribuir mais força à pressão de sua mãe para sair em busca de um emprego quando todos estavam desempregados em sua casa, na entrevista realizada com sua mãe, esta acentuou que a iniciativa partiu da própria jovem: “Ela viu que teve uma época aqui que tava todo mundo desempregado, aí ela falou: ‘Ai, mãe, vou ter que arrumar um emprego pra poder ajudar você e meu pai’. Inclusive na escola, na escola ela tinha uma amiguinha que ela sempre conversava com ela, aí ela até às vezes chegava a chorar e falar pras menina assim: ‘Ai, eu preciso arrumar um emprego na minha casa, porque tá minha mãe meu pai desempregado, eu tenho que fazer alguma coisa’. Ela sentia necessidade de trabalhar pra poder ajudar, porque às vezes você quer comer uma bolacha, não tem, quer comer uma fruta, não tem, as vezes quer comer um pedaço de bolo, um pedaço de torta, uma pizza, não tem, porque eu sou bem sincera, tem tem, não tem não tem, não tem que ficar cobrindo ‘ah, não tem, eu vou arrumar’, não, não tem não tem, a gente não tem”. (Isaura, mãe de Anita).

operar a tríade: quando as condições financeiras da família tornam-se um pouco mais favoráveis, esses jovens autorizam-se e ao mesmo tempo são autorizados a deixar trabalhos avaliados como ruins.

Cabe observar que, ao lado da melhoria das condições materiais, também parece contar a perspectiva de que, no caso dos filhos, e especialmente das filhas, a prioridade deveria ser o estudo. Nesse sentido, é importante relembrar aquilo que já fora observado para os demais jovens, a partir dos estudos de Montali (2004, 2006): principalmente a partir da década de 1990 houve uma redução dos postos de trabalho assalariados regulamentados para alguns componentes da família, tais como chefe e filhos. Isso explicaria em parte o aumento da presença de mulheres mais velhas e mães no mercado. Além das mudanças observadas na organização da atividade econômica, encontram-se também os valores e padrões que regem as relações familiares: particularmente no caso de Anita, o fato de ela ser jovem implicava que ela e a família priorizassem o estudo, assim como, sendo mulher, sua presença era reivindicada para o apoio às tarefas domésticas²⁹⁰.

Nesse sentido, os poucos dias em que essas jovens ficaram nas primeiras ocupações que conseguiram obter sem a influência das redes familiares não se relacionam apenas a um típico comportamento juvenil. Além dos baixos salários, também levaram em consideração a carga de trabalho, a jornada, a relação com outro, com eles próprios, com o patrão, com os colegas de trabalho, muito provavelmente mais velhos e mais experientes. Levaram muito em consideração, do mesmo modo, a situação de trabalho de sua família no momento.

Em relação ao salário e às condições de trabalho, cabe ressaltar que, mesmo quando essas ocupações eram derivadas de programas públicos dirigidos especificamente aos jovens, observou-se o peso das condições de trabalho ruins. Juliana, que não conseguiu ficar dois dias no McDonald's, estava ali para um programa de aprendizagem; e as outras duas, Ivete e Anita, haviam conseguido, respectivamente, sua primeira e segunda vagas de trabalho por intermédio de um programa público, como já observado, e também avaliaram de modo negativo a experiência.

Diferentemente das moças, João ficou dez meses em seu primeiro emprego como office boy, reconhecendo que ganhara experiência nesse processo, muito embora não tenha

²⁹⁰ Como assinala Isaura, mãe de Anita: “Eu acho que é bom e ruim quando a Anita está sem trabalho. É bom por quê? Porque ela limpa a casa, ela lava a roupa, ela faz comida, a casa tá sempre arrumadinha, tá tudo legal. É ruim por quê? É uma renda a menos que vai entrar, é uma conta a mais que a gente vai ter que pagar, uma conta a mais o que eu digo, por exemplo, a conta de telefone era a Anita que pagava, mas quando ela tá desempregada vai sobrar pra mim pagar entendeu? Mas eu gosto quando ela tá em casa, eu gosto. É uma filha que não me dá trabalho sabe? Nunca me deu, nenhum”.

conseguido registro em carteira. Dado que permaneceu mais tempo nele, pôde falar um pouco mais dos aprendizados e problemas que teve, muitos dos quais relacionados à sua idade e local de moradia. No caso de João, ter trabalhado como office boy permitiu-lhe circular pela cidade, conhecendo outras realidades e condições de vida. Dado ter trabalhado para uma empresa que cobria eventos, também conheceu muitos artistas, jornalistas. Mesmo que possa estar exagerando um pouco em seu relato, o fato é que por meio desse emprego foi lançado “em um mundo inimaginável por seus pais” (Telles e Cabanes, 2006).

Para ele, a experiência foi muito gratificante: era *morador da periferia*, como ele mesmo se denominava²⁹¹, e estava tendo acesso a esse outro universo. Ao mesmo tempo, como jovem e morador da periferia, também sentia as tantas discriminações, especialmente no encontro com alguns desses outros. Tal como afirma Ferreira (2004, p. 301), o estudo das práticas dos sujeitos revela a necessidade de apontar não apenas a concentração econômica e espacial dos indivíduos, mas os seus percursos pela cidade. Nesses percursos é que ficariam explicitadas as disputas pelo espaço e pela riqueza, “nas quais a concentração e a segregação social são elaboradas, negociadas e revisadas”. Ou seja, no caso de João, ele claramente não se limitou a se concentrar em seu local de moradia, particularmente em relação ao trabalho. E é nessa circulação pela cidade e no encontro com o outro que ele vê despontarem as discriminações.

Porque como lá cobria esses eventos, a gente só fazia mesmo os bairros elevados da burguesia, convivia com a burguesia e fazia o Morumbi, o Jardim Europa, Cidade Jardim, Bela Vista. Aí o pessoal, como é a cidade hoje de violência, o pessoal já é meio desconfiado assim, principalmente o pessoal da burguesia, tem status, tem essa coisa aí de morar em mansão, de ser visado, aí muitos querem discriminar, querem passar por cima de você, porque você não passa de um garoto, de um jovem, uma pessoa que tá começando agora, sem instrução, tal, é claro que é respeito, né? Mas tem que respeitar pra ser respeitado, a partir do momento que me respeita também com certeza eu vou respeitar os outros. Mas não assim tipo diretamente, pra mim nunca foi aquela coisa direta, escancarada, gente percebe assim os primeiros detalhes, igual da pessoa olhar com o olho baixo assim pra você, olhar com o nariz empinado, tal, mas dentre os sujos a gente sempre acha os limpos, igual essa repórter, essa jornalista do Estado de S. Paulo que te falei. Igual o pessoal tinha medo às vezes de atender a gente lá, como lá tinha câmeras lá e tal, a gente tocava a campainha, o pessoal: ‘Não que não sei o quê, é da parte de quem?’, tal... Aí tinha que explicar, tinha que conversar, não, mas precisa assinar aqui, se você não vier assinar, tal, você pode ser o presidente, eu não entrego aqui não. (João, 20 anos, branco, ensino médio completo).

²⁹¹ Vale lembrar aquilo que acentua Nascimento (2006) em relação à persistência das noções de “centro” e “periferia” no imaginário das populações que habitam esses espaços, orientando suas formas de pensar e se relacionar com o mundo.

É o aprender a lidar com essas discriminações, a resistir a elas, a não baixar a cabeça, a não se sentir inferiorizado que João chamou de *ganhar experiência*, o que também aparece associado à maturidade. Nesse processo, o jovem percebeu que precisa sair em busca de *algo melhor*, com registro em carteira, mas também com possibilidades de crescimento profissional, algo que realmente *dê futuro*. Voltarei a isso mais tarde, mas o desejo de sempre buscar outras experiências estava muito fortemente relacionado à preocupação com o futuro para esses jovens.

Ah, você vê as coisas que vão dar futuro pra você, se a coisa vai dar futuro ou não, quando o negócio você vê que só tá sendo aquilo lá, você não tá crescendo, você não tá sendo valorizado do modo que você quer, você vai partindo pra coisas novas, algo mais interessante pra você. Eu já tava fazendo concurso, prestando concurso público, já tava esperando coisas boas pra mim e fui. Até surgir a oportunidade do registro em carteira, do concurso na prefeitura eu fui trabalhando diretamente em outros lugares, outras empresas, sempre mais nessa área de administração mesmo, informática assim, tal. (João, 20 anos, branco, ensino médio completo).

Robson e Rafaela foram os únicos que ingressaram no ensino superior, ambos na rede privada, depois da participação no PBT. Isso não representava pouca coisa em seus percursos, considerando que apenas 10% da população entre 18 e 24 anos encontra-se nesse nível de ensino (Carvalho e Tafner, 2006). A possibilidade do ingresso desses jovens esteve associada ao Programa Escola da Família. Rafaela também conseguiu seu primeiro emprego com registro em carteira como inspetora de alunos na escola, sendo inclusive por essa razão que optou pelo curso de Pedagogia. As críticas que esta jovem fazia ao PBT eram tão fortes que ela enfatizava o fato de o programa *não ter nada a ver com isso*, pois ela havia garantido seu trabalho por intermédio de um processo seletivo onde realizou provas e entrevistas na escola onde iria trabalhar. Antes disso, procurou bastante e havia recusado algumas propostas, sempre considerando o que seu pai lhe dizia: *“Hoje você não precisa sair pra trabalhar, apesar da gente morar na periferia, da gente ser pobre, mas vocês não têm precisão disso, pelo menos no atual momento não. Se você der conta, quiser estudar e trabalhar, tudo bem, mas é pra você.”* (Lourival, pai da Rafaela).

Rafaela enfatizava que todas as vezes em que trabalhou foi porque realmente desejava e não por imposição de seus pais, dado que as condições materiais de sua família permitiam essa opção. Novamente aqui vemos operar a tríade, tal como se observa nas palavras de Robson a seguir. Conseguiu ingressar na faculdade de Turismo, mas até a época da entrevista ele não havia conseguido emprego em sua *área*. Além da bolsa que conseguira por intermédio do Programa Escola da Família, era-lhe fundamental o apoio que recebia dos pais nesse processo, além dos *bicos* que fazia como educador social em uma entidade do bairro, vaga

conquistada com apoio de sua mãe. Mesmo que não tivesse o sonhado registro em carteira e apenas uma *ajuda de custo*, estava satisfeito com essa ocupação: jamais havia pensado na possibilidade de lecionar, algo que lhe foi permitido pelo fato de já ter alcançado o ensino superior.

Primeiramente eu conto com a ajuda dos meus pais, eles tão sempre me ajudando... Durante a semana também... tem uma associação que fica perto de casa, que sempre tem cursos lá gratuitos, fornecidos pela Antesp, não sei se você conhece, é uma associação. Lá tem cursos básicos, então, muitas vezes... eu estou sendo instrutor lá, então, de vez em quando, o pessoal me convida pra estar dando aula lá. Isso foi muito legal, porque através da faculdade eu já consegui algo assim diferente que eu nunca pensava em fazer algum dia, que é dar aula. Nunca pensei nisso e foi muito legal, porque eu tenho gostado muito e tenho aprendido muito com as pessoas e também tenho ensinado. Algumas coisas que eu tenho aprendido na faculdade eu tenho passado pras pessoas. Então, isso é uma troca de valores muito grande. Então, com isso, eu me sinto, eu sinto que eu estou subindo um degrau pra chegar nas minhas perspectivas de vida, nos meus objetivos. (Robson, 22 anos, branco, ensino superior incompleto).

Vale observar que, à exceção de Robson, os outros jovens deste capítulo nomeiam mais tranquilamente como *primeiro emprego* as ocupações que tiveram antes do emprego com registro em carteira, mesmo que tais ocupações tenham durado dois ou nove dias, como aconteceu com Juliana e Ivete, respectivamente. Isso pode relacionar-se ao fato de já terem alcançado empregos mais protegidos à época da entrevista. Além disso, diversamente dos jovens do capítulo anterior, mesmo que curtos, seus primeiros vínculos ultrapassaram as redes familiares.

Embora, inicialmente, alguns deles tivessem trabalhado nos circuitos de negócios da família, como João e de Robson, ou apoiando algum familiar, como Ivete, antes mesmo de finalizar o ensino médio eles já haviam conseguido ocupação em outros espaços. Ivete, por exemplo, inscreveu-se no Programa Jovem Cidadão-Meu Primeiro Trabalho. Não gostou da experiência, mas foi exatamente no percurso que fazia de sua casa até o trabalho que reencontrou uma antiga vizinha que a indicou para um emprego melhor, em termos de salário e proteção. Anita passou a ganhar mais desenvoltura para buscar emprego em shoppings – seu *local de trabalho preferido*. Mesmo Robson, que ainda não conseguira *trabalho na área*, ampliou sua rede de contatos a partir do ingresso no ensino superior. Poder-se-ia, assim, formular a hipótese de que o fato de a maior parte dos jovens deste grupo ter se afastado mais precocemente dos *bicos* intermediados pela família – em serviços domésticos, pequenas empresas ou estabelecimentos comerciais do bairro, construção civil e outros – pode ter favorecido sua conquista mais rápida de ocupações protegidas ou, ao menos, a possibilidade de incorporação de novas idéias, valores e uma crença maior na própria capacidade de

concretizar seus projetos. Por outro lado, a família continuou funcionando como um suporte – assegurando ora condições materiais, ora apoio afetivo.

Mas as circulações desses jovens pelo mundo do trabalho não pararam nessas primeiras experiências. Depois do trabalho no Programa Jovem Cidadão, Anita conseguiu outro emprego temporário no shopping (onde também não conseguiu ser efetivada), para depois conseguir emprego em uma pequena loja do bairro. Ivete e Juliana conseguiram emprego como operadoras de caixa, mas ambas não estavam no mesmo lugar à época da entrevista – a primeira havia deixado o emprego no qual ficara por quase dois anos para montar um negócio e a segunda havia sido demitida depois de um ano. Elaine encontrou trabalho como operadora de telemarketing, onde ainda permanecia quando entrevistada para este estudo, apesar de já fazer planos de sair. João passou em um concurso público. Apenas Rafaela continuava, até o momento da entrevista, trabalhando como inspetora, aguardando sua formatura para prestar concurso público. E Robson seguia procurando um trabalho na área para qual estava se formando (turismo).

As circulações desses jovens pelo mercado de trabalho, oscilando momentos de atividade e inatividade, emprego e desemprego, remetem às características dos mercados urbanos, particularmente dos grandes mercados metropolitanos, onde são intensas as transformações verificadas nos padrões de transições ocupacionais. Comparando a Região Metropolitana de São Paulo no período 1994-2001 às regiões metropolitanas de Paris entre 1995 e 1998 e Tóquio entre 1994 e 2001, Guimarães assinala duas características principais e específicas da região paulista:

Em primeiro lugar, num tipo de mobilidade no mercado de trabalho marcada pelo que vimos denominando como 'desemprego recorrente', para diferenciá-lo do fenômeno de 'desemprego de longa duração' que se manifesta com clareza nas duas outras regiões metropolitanas [...] Em segundo lugar [...] o modelo de transição no mercado de trabalho contempla, ali, tanto a mobilidade que se faz entre a situação de emprego e desemprego (ou seja, a mobilidade que ocorre nos limites internos ao mercado de trabalho, tal como analiticamente costumamos entendê-lo), como a mobilidade entre situações de atividade e inatividade (ou seja, a mobilidade que ocorre para além dos limites do mercado de trabalho, pelo trânsito entre ocupação ou desemprego, e inatividade). (Guimarães, 2004, p.2).

Ainda segundo a autora, um padrão dessa natureza seria esperado apenas no período da juventude, quando se ingressa em uma ocupação, ou ao final, com o afastamento do trabalho após uma longa trajetória. Ocorre que esse padrão passa a marcar os percursos de um conjunto cada vez maior da população, e não apenas daqueles que vivem em condições mais vulneráveis. Ao mesmo tempo, ele se manifesta de maneira mais intensa entre alguns grupos: de mulheres, de negros (Guimarães, 2004) e também de jovens (Guimarães, 2006b).

Mesmo que este não seja um estudo representativo do universo de jovens do município de São Paulo, fazer essa observação parece bastante significativo, pois nos movimentos desses jovens pelo mercado não é possível negar que se observa claramente o peso da fase de vida nas entradas e saídas das ocupações, sendo que este peso pode ser maior ou menor a depender da situação de trabalho de outros membros da família e das próprias condições de trabalho e salário. Além disso, no caso dos jovens aqui observados também ficam evidentes que muitos nem conseguem ficar tempo suficiente para experimentação de uma ocupação, dado o fato de serem demitidos antes disso; outros, como Robson, sequer conseguiram ingressar no mercado de trabalho, segundo seu próprio ponto de vista. Diante dessas reflexões, é necessário acentuar os aspectos mais ou menos valorizados por esses jovens em seus trânsitos pelo mercado de trabalho.

Comparando diferentes ocupações pelas quais haviam passado, a relação estabelecida com a chefia e também com os colegas parecia importante para que sentissem desejo de permanecer nos trabalhos, o que apareceu mais fortemente para Anita e Juliana. No caso de Anita, nem foi a ocupação em que permaneceu mais tempo que teve destaque, mas aquela em que gostaria muito de ter sido efetivada, que a levou, inclusive, a deixar um curso de computação que seu pai estava pagando. Anita havia conseguido uma vaga disputada com muitos candidatos que já tinham ensino superior: *“Eu disse que tinha experiência, mas nem esperava que fosse me chamar com tanta gente que fazia faculdade.”*

Ter conseguido a vaga fez com que ela se sentisse valorizada, permitindo-lhe entrar em um espaço de trabalho onde, além de contar com um gerente *legal*, disposto a ensiná-la, podia conviver com *jovens que faziam faculdade*, o que ajudou a romper o preconceito que tinha sobre eles. Além disso, com os jovens colegas também teve possibilidade de obter informações sobre o ensino superior, algo que ainda hesitava em realizar. Porém, Anita não conseguiu a sonhada efetivação nesse emprego. De todo modo, sentiu-se vitoriosa por ver seu trabalho reconhecido pelo gerente, que certa vez lhe disse que ela havia sido sua melhor funcionária. Sentiu-se vitoriosa *“porque eu não tinha faculdade, o pessoal todo tinha faculdade”*. À época da entrevista, Anita estava empregada em uma pequena loja do bairro, mas sentia falta do emprego anterior em função das amizades que havia feito: *“Eu sinto falta do outro emprego pela amizade que fiz com o pessoal, nunca tinha me dado bem com gente da minha idade. Eu ligo para o pessoal, eles ligam para mim, né, a gente ainda tem contato.”*

A possibilidade de fazer amigos e *zoeira* depois do trabalho também era algo muito valorizado por Juliana. Seu relato deixa isso claro e, ao mesmo tempo, revela a angústia de

viver experiências tão instáveis: já sabendo que haveria demissão, ela e os amigos fizeram uma festa de despedida!

O que me segurou acho que foi a amizade. Porque eu prezo muito a amizade, sabe, nossa, eu prezo demais amizade; pra mim, mais importante que dinheiro, qualquer coisa, acho que é uma bela amizade que prevalece, que você tem... Deixa ver uma cena legal que teve na loja, só foi uma, uma não são várias, mas uma que mais marcou foi que a gente fez uma excursão para o sítio, que era final de ano a gente fez, a gente já sabia que ia ter bastante gente mandado embora mas não sabia quem ia ser, a gente fez tipo uma despedida, todo mundo junto, a gente fez, a gente brindou pelo último ano que a gente ia passar junto. (Juliana, 19 anos, parda, ensino médio completo).

Para além dos amigos de trabalho, a possibilidade de se relacionar com os clientes era algo que aparecia, simultaneamente, como positivo e negativo. Vale lembrar que todas as ocupações em que conseguiram o registro, e permaneceram mais tempo, concentravam-se no setor de comércio e serviços. Se parte desse trabalho face a face exigia certa dose de paciência e disposição para atender os clientes, também possibilitava o encontro com outros personagens da cidade com os quais, em alguns casos, como o de Ivete, podiam até deixar seu currículo – muito embora nenhum jovem tenha obtido sucesso em conseguir outro trabalho a partir dessa estratégia. Para as moças também ficava evidente o esforço para escapar de situações de assédio: era preciso deixar explícito que estavam ali para trabalhar.

A questão da distância do trabalho em relação ao local de moradia também parecia algo ambíguo. Se, por um lado, aquelas que conseguiram encontrar emprego no “centro” valorizavam a possibilidade de circulação e, principalmente no caso de Elaine, de trabalhar em um grande edifício da região central da cidade, por outro, a distância de sua casa, aliada ao baixo salário, já a fazia pensar em uma outra ocupação. Anita, por sua vez, estava adorando o trabalho atual por ser próximo de sua casa, mas declarava sentir muita falta da movimentação do shopping center, onde pretendia voltar a trabalhar depois de ficar um pouco mais de tempo no emprego atual. O fascínio de Anita pelo shopping relaciona-se a um contexto mais amplo de multiplicação desses espaços nos últimos anos, por diferentes regiões, tornando-se importantes referências nas cidades:

[...] é por lá que circulam os jovens das periferias pobres das cidades [...] Quando as escalas de distância e proximidade permitem, sobretudo nas periferias que se estendem por trás da ‘cidade global’ (a periferia sul da cidade) [exatamente onde residia Anita], esses jovens não se intimidam com os brilhos faiscantes dos centros de consumo e lazer da classe média enriquecida [...] É por lá mesmo que circulam, em bandos, com grupos de amigos ou até mesmo com suas famílias. (Telles, 2006, p.92).

O tempo de trabalho foi um outro aspecto destacado por Elaine, Juliana e João: nos três casos, trabalhar seis horas diárias ou trabalhar em turnos que permitiam alguns finais de

semana de folga (caso de João) era bastante valorizado. João tinha uma banda de rock e precisava de tempo para ensaiar; Juliana queria mais tempo para ficar com seus amigos; e Elaine tinha planos de continuar sua formação. Especificamente no caso de Elaine, que trabalhava no setor de telemarketing, cabe assinalar que se trata de um setor que não só emprega muitos jovens e mulheres como também atrai muitos deles em função do tempo de trabalho: para as mulheres, esta é uma oportunidade de conciliar trabalho profissional e trabalho doméstico (Venco, 2006)²⁹²; para os jovens, tem-se a aparente possibilidade de ter mais tempo para o estudo ou para acumular outras atividades (Corrochano e Nascimento, 2007). No entanto, os baixos salários do setor acabam levando muitos jovens a ter mais de um emprego caso desejem pagar a faculdade. Assim, não por acaso a jovem Elaine, que havia sete meses ficara encantada com a possibilidade de trabalhar no centro da cidade, em um grande edifício, já pensava em sair, sobretudo em função do baixo salário recebido, o que a impedia de prosseguir com seus projetos de formação:

Eu acho muito bonito, eu acho chique... Aí eu falava assim, antes mesmo eu falava que eu queria trabalhar em prédio. Eu tinha vontade antes mesmo de fazer faculdade de secretariado, mas como assim eu não tenho condições, até agora mesmo eu não tive condições de fazer. Mas assim eu não tenho mais vontade de fazer secretariado, porque você tem que além de fazer a faculdade você tem que fazer também cursos de línguas, tem que fazer muitas coisas, então, assim, é claro que aos poucos que você vai fazendo... Mas aí eu entrei lá, tudo, eu gostei de ficar lá, mas eu quero um outro emprego agora, porque lá ganha pouco. Então não dá pra mim fazer nenhum curso, nenhuma faculdade, a faculdade se eu for pagar é a metade de uma faculdade, ainda dependendo do que for, então não tem como. (Elaine, 19 anos, branca, ensino médio completo).

Para além do salário, Elaine também revelou que depois de conhecer o setor de telemarketing e o trabalho que era ali realizado percebeu que realmente não era aquilo que queria: “*Eu tentei uma coisa, uma coisa que eu queria, mas não é aquilo que eu quero mesmo, agora é que eu vejo, né, que eu conheço, não é isso que eu quero ficar.*” Especificamente no caso deste setor, a rotatividade é uma de suas principais características e não somente porque ali se empregam muitos jovens. As condições de trabalho e os baixos salários têm um peso muito forte nesse sentido. O trabalho no setor, principalmente na posição em que trabalhava Elaine, no telemarketing ativo, é constituído de muita pressão para

²⁹² Analisando a participação das mulheres no setor de telemarketing, Venco (2006) pontuou que este se configura como um espaço feminino, corroborando a tese de que às mulheres são relegadas ocupações que lhes permitam conciliar trabalho produtivo e afazeres domésticos e familiares. Outro aspecto que a pesquisadora destaca quanto ao perfil dos operadores diz respeito à condição socioeconômica. De um modo geral, os operadores são membros das classes populares, cujos pais estão ligados às profissões de baixa especialização e tiveram pouco acesso à educação formal ou ampla, semelhante ao perfil dos jovens desta tese. Do ponto de vista dos contratantes, profissionais ligados às classes de maior rendimento não teriam predisposição a se submeter às situações de pressão para o cumprimento de metas.

o cumprimento de metas e de constantes ações de assédio moral sobre operadores e supervisores (Venco, 2006).

A despeito dos limites apontados e das declarações de que em um futuro próximo pretendiam deixar as ocupações em que estavam, era claro o desejo desses jovens de permanecer pelo menos por um pouco mais de tempo para que ganhassem *maior credibilidade*, nas palavras de Anita. De maneira geral, como encontraram trabalhos que consideravam razoavelmente plausíveis em suas perspectivas, queriam permanecer um pouco mais de tempo, pela perspectiva de se sentirem mais seguros. Ou, no caso de João, que como funcionário público não tinha problemas em relação à estabilidade, pelo desejo de conhecer melhor sua área de trabalho. João aproveitava o trabalho no hospital para também entrar em contato com outros profissionais e profissões: estava em um momento chave de sua vida, o de decidir que carreira gostaria de seguir na universidade.

Ocorre que quando encontravam um tipo de trabalho mais aceitável, mais protegido, com registro em carteira e benefícios, nem sempre conseguiam permanecer o tempo suficiente para sua própria experimentação, como Juliana e Anita, que já haviam sido demitidas de trabalhos em que desejavam permanecer por mais tempo. Se apenas Juliana estava desempregada, Anita estava torcendo para ficar pelo menos um ano em seu emprego, já que nunca conseguira ficar por mais de seis meses em nenhum outro²⁹³. Elaine e João pareciam mais convencidos da necessidade de circularem por outras ocupações, ainda assim só deixariam seus atuais empregos quando conseguissem algo melhor.

Apenas Ivete parece ter ficado tempo suficiente para decidir pedir demissão de seu trabalho com registro: havia permanecido por um ano e oito meses como caixa em uma padaria, mas sentia-se cansada desse trabalho – muitas horas, muito trabalho, pouco salário. Além de ficar no caixa, tinha que fazer a faxina da padaria, servir clientes, dentre outras coisas. Com o tempo o patrão ficou muito *implicante*, exigindo perfeição em tudo. Ivete também sentia falta de tempo para ficar com a família, com os amigos, para cumprir suas tarefas na igreja do bairro onde era catequista²⁹⁴. Nesse período também não conseguiu realizar nenhum curso, o que para ela era outro sinal da sobrecarga de trabalho. Na padaria o que mais lhe agradava era o contato com os clientes, que era também uma oportunidade para enviar currículos para várias empresas por intermédio deles. Mas concluiu que estava mesmo

²⁹³ Em conversa com Anita um ano depois, esta declarou estar novamente *desempregada*. Conseguiu ficar apenas oito meses na lojinha do bairro e estava muito decepcionada. Queria ter permanecido pelo menos um ano.

²⁹⁴ À época da entrevista Ivete não era mais catequista e já não freqüentava a igreja como anteriormente.

sem sorte nesse momento, embora fosse possível evidenciar razões para a dificuldade de encontrar emprego que ultrapassavam em muito a mera falta de sorte.

Já sem perspectivas de encontrar outro emprego, Ivete aceitou o convite de uma de suas irmãs para montar uma pequena empresa de acabamento gráfico. Suas outras duas irmãs mais velhas já tinham feito o mesmo percurso e estavam conseguindo gerir bem o negócio. Esse fato estimulou Ivete, aliado à possibilidade de se livrar da pressão do patrão. Ela e a irmã revezavam-se no gerenciamento do negócio e, quando recebiam um pedido, chegavam a oferecer trabalho para aproximadamente 60 pessoas do bairro, a depender da demanda, trabalhando quase sem parar. Afirmou que, logo quando souberam da novidade, várias pessoas do local a procuraram na expectativa de preencher uma ficha, perguntando sobre as exigências, mas para elas só interessava mesmo saber o nome e o telefone do candidato. Chamavam as pessoas quando havia trabalho, sem valer-se de critérios de seleção bastante usuais, como a exigência de escolaridade, experiência e idade. *Para quê?*, perguntava-se Ivete, e justificava: *“Basta apenas ter força de vontade pra aprender, porque que nem aqui, quase ninguém trabalhava nessa área quando a minha irmã abriu a primeira firma, então a maioria do pessoal daqui já trabalhou, todo mundo agora já sabe, já tem experiência, então pra gente foi mais fácil do que pras minhas irmãs, nem precisa se preocupar”*. Para ela, o trabalho em sua pequena empresa era muito cansativo, mas muito melhor do que o realizado anteriormente:

Hoje eu gosto muito do que eu faço porque, tipo, quando tem serviço é aquela correria, aquela agitação, a semana passa num estalar de dedos, muito rápido, mas é muito gostoso porque a gente está aqui... é um clima familiar aqui dentro, como se tivesse duas famílias. Aqui dentro a gente brinca, a gente conversa, tudo muito sério, na hora do serviço, na hora das ligações, a gente está tudo conversando, eu chego para eles, eu transmito o recado, porque a gente tem data certa pra chegar o serviço e também data certa pra entregar, tem que ser tudo muito rápido, então eu dou o recado, falo: gente, vamos correr um pouquinho porque tem muita urgência, tem que fazer isso nesse intervalo quando a gente já corre tá a maior correria, o serviço já tá acabando, a gente começa a contar piada, a conversar, fica aquele clima tipo família mesmo. Todo mundo é amigo aqui dentro [...] É tipo um serviço que te dá satisfação, não tem ninguém... Claro tem uma pegação de pé dos clientes, cobrando, em geral uma pessoa que você nunca nem viu na vida, porque é minha irmã que passa os contatos, mas ao mesmo tempo você sente prazer em fazer isso, é muito bom porque... é um serviço que é muito cansativo, mas é bom, o clima é bom. Não tem aquela pegação como tinha na padaria. Também graças a Deus tem mais tempo agora para eu fazer as coisinhas que eu gosto, pra ficar com minha família, namorado, pra preparar as aulas do catecismo. (Ivete, 19 anos, preta, ensino médio completo).

O caso de Ivete é instigante para a reflexão em torno das imbricações entre o mercado de trabalho formal e informal (Telles, 2006b), embora este não seja um tema central do

presente estudo: suas irmãs haviam começado o negócio por sugestão do próprio gerente da empresa onde trabalhavam e da qual foram demitidas. Ao montarem o negócio na garagem de suas casas passaram a fornecer peças para essa mesma empresa e para outras maiores. Para isso, contratavam temporariamente muitos jovens e até mesmo crianças do próprio bairro, a depender do ritmo de produção, o que era sempre difícil de prever. Dado depender fortemente da demanda, quando conseguiam uma encomenda não tinham horários para começar e para terminar seu dia de trabalho e, ao mesmo tempo, poderiam ficar meses sem receber um pedido. Esses aspectos limitavam as perspectivas de Ivete de dar continuidade à sua formação, algo anteriormente desejado por ela. Nesse sentido, seu caso é significativo para evidenciar que, se a informalidade segue crescendo, trata-se de uma mudança não apenas quantitativa, mas também qualitativa, na qual os riscos inerentes ao mercado são em boa medida transferidos para as “oficinas de fundo de quintal” (Telles, 2006b). Assim, era evidente que o trabalho que exercia no momento da entrevista era tão ou mais precário do que o anterior, mas a possibilidade de não ter um patrão era algo bastante valorizado²⁹⁵. E mesmo para Juliana, que havia elogiado seu trabalho anterior, o sentimento de injustiça pelo fato de ter sido demitida sem uma causa justa também a levava a projetar um negócio próprio no futuro.

Nesse sentido, fosse pela busca de continuidade da formação, fosse pela expectativa em torno de um negócio próprio, todos esses jovens, mesmo tendo alcançado o emprego com registro, não projetavam permanecer no mesmo lugar: era preciso movimentar-se. A questão, no entanto, era que o cenário de intensa instabilidade limitava sobremaneira seus movimentos, especialmente porque, muito embora não fossem provedores de suas famílias, o trabalho, fundamentalmente com registro em carteira, era uma conquista importante em seus trajetos. Não era tão simples abandoná-lo. As palavras de Anita deixam entrever diferenças desses jovens em relação a outros. No trabalho de que mais gostou, como atendente em um parquinho de diversões no shopping, via muitos jovens entrar e largar o trabalho rapidamente – o que não desejava para si:

O pessoal não ficava muito tempo lá porque o pessoal era formado, queria ganhar salário melhor, tinha formação melhor. O pessoal que foi achando melhor emprego foi saindo. E eu fiquei me agarrando à oportunidade porque gostei de lá, gostava do pessoal, gostava do shopping, de atender. Infelizmente não consegui ficar. (Anita, 19 anos, parda, ensino médio completo).

²⁹⁵ De todo modo, é preciso certa cautela aqui: quando Ivete foi entrevistada pela primeira vez, ela havia montado o negócio apenas quatro meses antes, o que ainda tornava difícil uma avaliação mais precisa. Quando foi novamente entrevistada, um ano depois, já estava buscando um emprego com registro, dada a intensa dificuldade de previsibilidade de seu negócio próprio.

É muito presente entre esses jovens a intensa mobilidade, mas também o desejo de ascensão. Enquanto jovens, estão em busca de mais experimentação e movimento, mesmo quando alcançam o sonhado emprego com registro. No entanto, alguns nem conseguem permanecer o tempo suficiente que lhes permita projetar melhores alternativas – caso de Anita e Juliana. Outros, como Robson, sequer conseguiram a tão sonhada vaga no mercado. De todo modo, estão mais abertos a projetar, por mais que esses projetos sejam limitados por um cenário que dificulte experimentações.

5.4 Percepções e experiências em torno do desemprego e da procura por trabalho

À época da entrevista, os únicos jovens que se encontravam sem um lugar no mercado de trabalho eram Robson e Juliana. Mas enquanto o primeiro se recusava a considerar-se desempregado, como será discutido a seguir, Juliana não hesitava em se nomear como tal. Perdera seu emprego havia três meses e aguardava pelo seguro-desemprego. O fato de declarar-se prontamente como desempregada parece relacionado ao próprio fato de já ter vivido uma experiência de emprego formal. De fato, considerando o desemprego como uma construção social, reconhecer-se em tal condição estaria atrelado às experiências de emprego mais duradouras, como apontam Demazière, Guimarães e Sugita (2006) em sua pesquisa sobre diferentes experiências de desemprego em grandes metrópoles.

Ainda que reclamasse do cotidiano monótono e rotineiro que passara a ter desde quando perdera o emprego, Juliana não parecia tão apressada: queria um emprego, mas ainda não havia saído para distribuir currículos ou visitar uma agência. No intervalo desses três meses, havia conseguido um trabalho temporário por intermédio de seu primo. Parecia mesmo não querer sair em busca de um outro emprego com registro no momento: preferia receber o seguro-desemprego primeiro. Na medida em que sair para buscar trabalho envolve dispêndio de dinheiro, tal como já assinalado no capítulo anterior, sua dificuldade em sair para procurar trabalho parecia associada à questão financeira: enquanto não recebesse o seguro não tinha recursos para sair à procura.

Além disso, mesmo que tivesse conseguido muitos de seus empregos por intermédio de agências, parecia acreditar muito mais na indicação do que no currículo para conseguir um bom trabalho. No caso de Juliana também se observa a importância da família: com o apoio dos pais, ela também poderia adiar um pouco mais sua busca. De fato, para as outras jovens aqui entrevistadas, os períodos de desemprego não eram vividos de maneira tão aflitiva, mas,

como já assinalado, isso dependia em larga medida da condição dos outros membros da família. Com isso não se quer afirmar que essas jovens só buscavam trabalho em função da necessidade material de suas famílias. Assim como prevalece entre boa parte dos jovens deste estudo, o trabalho era valorizado pela possibilidade de maior independência em relação às famílias, sociabilidade e circulação pela cidade. Mas ficava evidente em suas narrativas que quando algum componente da família tinha trabalho ou algum rendimento, os períodos sem ocupação não eram tão dramáticos. Novamente é Anita quem mais explicita essa perspectiva:

Eu trabalhava das 10 às 10, 11 horas. Muitas vezes comia lanche, nem tempo de comer direito dava. Fui virando zumbi. Então, dei graças a Deus quando eu saí. Peguei meu dinheiro ajudei minha mãe em casa, falei assim: vou arranjar outra coisa, mas por enquanto vou descansar um pouco porque para quem nunca trabalhou, um trabalho assim já puxado, foi cansativo. Fiquei com os amigos, fiquei em casa, descansei. Meio que umas férias. Fiquei só estudando, também não fiquei preocupada em arrumar outro trabalho, eu falei, deixa eu descansar um pouco... Aí eu fiquei mais tranqüila porque meu pai tinha arrumado um trabalho, um trabalho não fixo, mas ele estava ganhando alguma coisa, a profissão dele não ganha tão mal, assim, ele trabalha de pedreiro, ele estava fazendo uns biquinhos então dava para sobreviver. Eu falei: vou descansar um pouco, mas estava com aquele pensamento de procurar outra coisa mais tarde, só um tempo do corpo descansar um pouco para poder encarar de novo. (Anita, 19 anos, parda, ensino médio completo).

Assim, a maior ou menor tranqüilidade variava muito, a depender da situação da família. A própria Anita corria mais ou menos atrás de trabalho de acordo com a situação de seus pais no mercado de trabalho, também bastante instável; Elaine hesitava em sair do seu emprego como operadora de telemarketing porque seu pai estava atravessando um período de dificuldades, afastado do trabalho por problemas de saúde; Ivete relata sua preocupação em permanecer no trabalho desde que seus pais se divorciaram e ela assumiu as despesas da casa. Pelas narrativas, a perspectiva de poder *descansar* um pouco em momentos de desemprego, além de associada ao momento vivido pela família, também parecia atrelar-se à idade: aqui também quanto mais passavam os anos, mais sentiam necessidade de encurtar esse período.

De maneira semelhante ao relatado nos demais capítulos, os rapazes eram os que mais titubeavam em falar de seus momentos de desemprego. No caso de João, por exemplo, a hesitação era um pouco menor na medida em que à época da entrevista estava em um emprego que lhe oferecia maior estabilidade. Ainda assim:

Eu tava procurando, procurando trabalho, procurei durante um ano e meio até achar o registrado, claro que eu não tava parado (...) Não, eu nunca passei assim, sei lá, eu passei intervalos assim desempregado, passei intervalos assim, questão de um mês, aí eu arrumava alguma coisa, ficava mais um mês, ou três semanas, tal, mas nunca passei longa data assim, tal. Então não sei, não vivi muito essa coisa de desemprego. (João, 20 anos, branco, ensino médio completo).

Para este jovem, o fato de ter ficado tão pouco tempo em períodos de desemprego devia-se ao seu próprio papel nesse processo. Para João, muitos jovens, ou seja, os *outros jovens*, acomodavam-se ao esperar por uma vaga por meio de indicação ou ao ficar em casa aguardando resposta para um currículo, algo que ele havia percebido não funcionar: mais do que isso, era preciso *correr muito atrás*.

Não, hoje o problema do jovem é o seguinte, ou eles esperam a indicação de algum amigo, de algum parente, do pai deles indicar eles pra algum amigo, principalmente pro primeiro emprego, ou eles mandam currículo e ficam aguardando aquilo. Eu também, em determinados momentos, eu conversava com o meu pai: não pai, pede pra algum amigo seu assim me indicar, ou dar oportunidade pra mim e tal... Esperando os outros... o problema dos jovens é esperar pelos outros. Eu também, eu só vi que a coisa começou a mudar pra mim quando aquilo partiu de mim: não, não vou esperar pelos outros não, vou arregaçar as mangas e correr atrás, senão não vou conseguir meu espaço. Eu, principalmente, que sempre fui uma pessoa independente, nunca gostei de pedir dinheiro pros meus pais, nunca gostei de pedir dinheiro emprestado pra ninguém, nem para amigo, tal, gostei sempre de ter o meu espaço, de ter o meu lugar, as minhas coisas. E aí eu comecei a ver que pra mudar a minha situação tinha que partir de mim, não esperar dos outros e não esperar de simples oportunidades, um currículo que você manda, uma ficha que você preenche em algum lugar, ser uma coisa constante, você sempre tá batendo nas portas, mesmo se você levar três nabos você parte pro quarto, quinto, que uma hora você vai ouvir um sim, mesmo que seja dez vezes, você volta muitas vezes desanimado pra casa, mas o que você tem que ver é que se você for se acomodar as coisas vão ser... você vai viver uma vida difícil, as coisas vão ser mais difíceis pra você. Aí eu comecei a correr atrás, a partir de mim mesmo. (João, 20 anos, branco, ensino médio completo).

Mais do que se apresentar decentemente para uma vaga, com *roupa social*, *gelzinho no cabelo*, também percebia como fundamental *impressionar* a pessoa por meio da fala, da ênfase nas *vantagens* que o candidato poderia oferecer para a empresa, dentre outras. Por terem circulado bastante em busca de trabalho, João e os demais jovens aqui analisados também revelam maior domínio das estratégias das dinâmicas: rapidamente percebiam que nem sempre poderiam fazer as opções desejadas nesses processos ou em uma entrevista. Nesse sentido, armavam-se das melhores estratégias, como relata Anita, que ao ser questionada, em dinâmicas, sobre o animal que gostaria de ser, revelava sempre o desejo de ser uma águia, muito embora preferisse uma tartaruga. “*Mas quem vai dar emprego pra quem se identifica com uma tartaruga?*”, indagava-se. Assim, o próprio processo de busca vai sendo percebido como um aprendizado importante dos mecanismos utilizados nas seleções de emprego, o que também ajudava a configurá-los no campo das suas experiências.

Para João, difícil não era encontrar um emprego, mas sim algo que realmente valesse a pena, em que fosse possível retorno do ponto de vista salarial e também profissional. De certo

modo, tanto ele, quanto os demais jovens deste grupo não apenas movimentavam-se pela lógica do indivíduo racional (Dubet, 2005) buscando as melhores estratégias para conseguir uma ocupação, mas também se preocupavam em tentar encontrar um trabalho que lhes trouxesse um pouco mais de satisfação. Além disso, um bom emprego, para ele, deveria permitir continuar realizando outras atividades que tomavam conta de sua vida: à época da entrevista, continuar com sua banda. Por essa razão já havia recusado muitos empregos, sobretudo em função dos horários de trabalho. De todo modo, mesmo com um emprego que lhe parecia bastante favorável e com a sonhada estabilidade do setor público, não deixava de *correr atrás*: de outros concursos, de melhores empregos. Só assim não se sentia parado, ao mesmo tempo em que se percebia valorizado ao ser chamado para outras vagas e concursos. Mesmo não aceitando em muitos casos, gostava da possibilidade de conquistar outros caminhos.

É bom para saber que tipo eu estou na ativa, passei num concurso, estou valorizado ainda, tem pessoas que querem me contratar, mesmo que eu saia de lá eu já tenho uma oportunidade me esperando, fazer por onde as coisas acontecerem, ter mais caminhos pra seguir, não somente um. (João, 20 anos, branco, ensino médio completo).

Também a percepção dessa necessidade de *correr atrás* parecia derivar de sua experiência religiosa. Analisando os trânsitos religiosos na Região Metropolitana de São Paulo, Almeida (2004) discute a eficácia de algumas das religiões entre os segmentos menos favorecidos da população. João freqüentava a Igreja Universal do Reino de Deus, pertencente ao agrupamento dos evangélicos pentecostais. Conforme pontua Almeida (2004, p. 21), “as redes evangélicas trabalham em favor da valorização da pessoa e das relações pessoais, gerando um aumento de auto-estima e impulso empreendedor, além de ajuda mútua com o estabelecimento de laços de confiança e fidelidade”. Era esta valorização do empreendedor, do indivíduo que precisa *correr atrás* que aparecia bastante forte em sua narrativa:

Não que eu seja, assim, tipo uma pessoa assim totalmente religiosa, mas os meus pais freqüentam a Igreja Universal e eu sempre vou lá nas reuniões, tudo, tal, tenho a religião evangélica como o meu foco (...) pelo fato assim de não ter uma pessoa ali pra estar dando um sermão assim: ‘não é assim, assim, assado, você te que proceder assim, vamos se confessar, agora você fala os seus pecado’. Pô, pra que eu vou falar os meus pecados pra um cara que é igual a eu, que é sangue e carne assim, que, pô, mesmo que seja padre tá sujeito ao pecado, ou pai de santo que seja, se Deus tá vivo aí, se gente pode conversar com Deus? Aí eu fui me identificando mais com a religião evangélica, tal e enfim, aí lá na igreja mesmo batem forte na tecla da possibilidade, tal, de uma certa forma é interessante, eu aprendi muito assim pra despertar em mim essa coisa da gente... se você quiser ser alguém você tem que dar as caras pra bater, correr atrás, tal, lutar, que assim, você vai ter a vitória lá. E é assim, que você não vai conseguir um carro zero, uma casa assim do dia pra noite não só que porque você tem Deus não, se você

não fazer por onde, não correr atrás, não fazer isso acontecer, sua vida vai ser assim, assim, assado, vai ficar chorando no ombro aqui. Aí eu aprendi bastante com essa questão da religião, tal, eu aprendi bastante e eu usei assim, eu defino um pouco até da minha personalidade por isso. (João, 20 anos, branco, ensino médio completo).

Em sua corrida estratégica, João atribuía um forte peso às saídas individuais. Se, por um lado, tentava estabelecer algum controle sobre a sua trajetória, por outro, ignorava o papel dos condicionantes estruturais. Sabe-se que nem ele, nem os demais jovens conseguiriam uma vaga apenas pelo fato de *correrem atrás*. De todo modo, seu depoimento reproduz uma lógica muito forte na sociedade atual e especialmente na igreja que costumava frequentar, como ele mesmo reconhece.

No caso de Robson, a despeito de ter realizado curso técnico em turismo e estar cursando o terceiro ano desse mesmo curso no ensino superior, ainda não havia conseguido emprego *na área* e estava atualmente *na procura*. Por estar procurando, não se considerava desempregado:

Ah, hoje eu estou em busca de novas oportunidades de emprego, de estágio. Eu estou concluindo a faculdade de turismo e eu estou em busca de estágio. Esse é o meu propósito pra esse ano: um estágio ou um emprego dentro da área que eu pretendo atuar, que é turismo. Então, essa é a perspectiva [...] Não, não me considero assim, desempregado. Eu estou na procura, posso dizer que estou na procura, estou buscando alguma coisa mais na minha área. (Robson, 22 anos, branco, ensino superior incompleto).

Enquanto não conseguia um trabalho na área, contava com apoio de seus pais e trabalhava como educador em uma entidade do bairro. Há quase dois anos buscando uma vaga relacionada ao curso que estava fazendo, Robson destacava que sua principal dificuldade concentrava-se no fato de não falar uma outra língua, o que parecia cada vez mais fundamental na área de turismo. Além disso, à semelhança dos jovens dos capítulos anteriores, também apontava a discriminação em relação ao seu local de moradia.

O que tá dificultando é uma coisa assim geral. Porque você tem que ter um outro curso, uma outra língua, você não pode falar uma língua só. Você tem que falar duas línguas ou mais, porque o mercado de trabalho hoje em dia tá muito exigente, tá cada vez mais exigente. O que tá atrapalhando é isso: o curso que eu preciso ter ele, só que no momento eu não estou tendo condições pra estar pagando, igual o curso de inglês; e também que muitas vezes você tem que morar próximo do lugar. Acho que eles discriminam, acho que tem uma discriminação muito grande. Zona Leste, né! A Zona Leste o pessoal fala que é muito longe e já tem essa coisa também... deixa eu ver... que mais? É isso mesmo. É só isso. Essas duas coisas. (Robson, 22 anos, branco, ensino superior incompleto).

Um outro aspecto que fica evidente nas entrelinhas da narrativa de Robson relacionava-se ao próprio horário de trabalho: como participava do Programa Escola da Família, por meio do qual teve acesso à bolsa para o ensino superior, exigiam que ele

trabalhasse todos os finais de semana. Ora, muitas vezes as vagas que apareciam demandavam trabalho nesse período. Mas se no caso dele os problemas eram a língua, os horários e o local de moradia, ao abordar a situação dos jovens de maneira geral também apontava para a falta de oportunidades para quem não tem experiência. À semelhança dos jovens do capítulo anterior, ressentia-se de um mercado de trabalho que não contratava aqueles que, como ele, ainda não haviam acumulado experiência na área. Com isso, ainda permanecia sem o registro em carteira, o que avaliava como muito *desonroso*, principalmente considerando sua idade no momento em que fora entrevistado.

Muito embora avalie que o peso de não encontrar trabalho seja menor para o jovem, especialmente para jovens como ele, que não tinham que sustentar sua família – ao contrário, contavam com seu apoio –, Robson sentia muito a falta de um *trabalho fixo*, de um salário com o qual pudesse contar todos os meses sem ter que recorrer aos seus pais. Por mais que tivesse uma bolsa integral, para pagamento da faculdade e para muitos outros gastos (livros, xerox, transporte, alimentação etc.), tinha apoio do pai, o que já lhe parecia constrangedor, mesmo que seu pai não exercesse uma pressão muito forte. Assim, se não se considerava desempregado por estar *na procura*, isso nem de longe significava não se ressentir da falta de trabalho.

Chama atenção no percurso de Robson que o fato de já ter ingressado no ensino superior tenha, aparentemente, influenciado mudanças em suas estratégias: ele procurava trabalho principalmente no Centro Integrado Escola Empresa (CIEE) e pela internet, que conseguia acessar na faculdade. Mas ainda que se utilizasse de outras estratégias, seu longo período de procura também acabava levando-o a avaliar que a indicação, o *boca a boca*, parecia ser o método mais eficaz. De todo modo, como fica evidente na fala a seguir, trata-se de indicações advindas de outras redes, dos amigos da faculdade. Robson não havia perdido a expectativa de encontrar algo em sua área, mas, diante da demora em conseguir, já cogitava a possibilidade de também trabalhar em outras:

Eu ia começar a trabalhar no Pão de Açúcar, através de um amigo lá da faculdade também. Ele levou meu currículo lá, eu fiz uma entrevista. Eu passei na entrevista, mas acontece que ele falou que tava reformando, que tava melhorando o lugar que vai trabalhar. Então, támo esperando chamar. Mas eu sempre estou à procura, sempre, mesmo sem ser nada de turismo, mas eu estou sempre à procura. Eu quero trabalhar nas outras áreas também, entendeu? Eu gosto de trabalho com o público. Eu gosto de trabalho muito com o público, eu acho que eu nasci pra conversar com as pessoas. Eu gosto de conversar com as pessoas, então, eu vejo assim, que é uma área de interesse da minha parte seria trabalhar com o público, não importa qual seja o mercado também, né? Eu gosto de trabalhar com o

público, eu quero trabalhar com o público. (Robson, 22 anos, branco, ensino superior incompleto).

De todo modo, não era qualquer trabalho que aceitaria: se não fosse na área de turismo, considerava a possibilidade de ter alguma ocupação na qual lidasse com o público, o que identificava como uma das competências que havia adquirido por meio do curso. Além disso, dizia que avaliaria muito bem o salário e os benefícios, que considerava como *regalias* (academia, desconto em cursos, convênio médico, dentre outros).

No caso de Juliana, que não havia alcançado o ensino superior, sua experiência de um ano no mercado de trabalho formal parecia oferecer-lhe mais confiança. Quando entrevistada, ela reconheceu que não estava fácil encontrar emprego. Mas considerou que não teria tantas dificuldades, pois

eu tenho experiência e hoje em dia está crescendo essa área de operadora de caixa, está crescendo cada vez mais. Então eu acho que quando eu receber o meu seguro-desemprego, vou correr atrás e rapidinho eu acho. Se eu não achar, já tô com pensamento de ir embora pro interior de Pernambuco, onde nasci. (Juliana, 19 anos, parda, ensino médio completo).

No caso dela, a área não estava relacionada ao curso superior, mas ao registro que tinha na carteira como operadora de caixa. Atentar para sua fala também contribui para compreender as razões pelas quais os jovens antes apresentados consideravam tão importante o registro, por menores que fossem suas expectativas de um dia obtê-lo: além dos benefícios, o registro poderia funcionar como um mapa orientador de seus percursos no mercado de trabalho.

Diferentemente dos jovens dos capítulos anteriores, estes consideravam que já estavam um passo adiante em direção às conquistas que almejavam alcançar, e suas experiências de trabalho contribuíam largamente para essa percepção. Exceção pode ser feita ao caso de Robson, mas o fato de ter ingressado no ensino superior, de ter conseguido uma ocupação como educador, ainda que considerada *bico*, parecia deixá-lo um pouco mais otimista. Muitas vezes, os jovens deste grupo referiam-se aos jovens de hoje como aqueles que *não querem saber de nada, querem ficar jogando bola na rua, não levavam a vida muito a sério*. Nesse sentido, é muito forte a ambigüidade: ao mesmo tempo em que reconheciam dificuldades do mundo atual e os problemas vividos por tantos jovens, não atribuíam a si mesmos essas dificuldades.

Suas experiências concretas de terem conseguido emprego sem cursos específicos também os levavam a relativizar o papel dos cursos. Elaine nunca havia feito curso de telemarketing e conseguira uma vaga; do mesmo modo Anita não tinha cursado o ensino superior e conseguira driblar concorrentes com esse nível de ensino; e João havia sido

aprovado em um concurso público concorrido. Mas novamente, aqui observa-se certa ambigüidade: muitos deles afirmaram que se sentiram encorajados a sair para buscar trabalho por meio de mecanismos mais institucionalizados em função dos cursos realizados. Além disso, mesmo que possam relativizar o papel da formação, não descartam a possibilidade de ampliá-la e continuam atribuindo a ela um papel-chave na possibilidade de ascensão profissional. Isso também se relaciona à percepção de uma necessidade de formação contínua presente no mercado de trabalho. Se *antigamente* todos deveriam ter curso de computação, hoje esta exigência já nem estaria sendo considerada, por ser muito básica: na medida em que todos já haviam corrido atrás desse curso, o mesmo mercado começava a exigir ainda mais: inglês, espanhol, ensino superior.

Porque a escola é tudo praticamente, é tudo, assim, se você não tiver terminado a escola, se você chegar num emprego: 'Ué, essa não tem o terceiro ano, não tem o segundo grau completo, por quê? Por alguma coisa é'. E eles não querem saber da vida da pessoa, eles querem saber que você fez aquele, a escola toda, todos os anos que tem na escola. Porque se você não tiver... você tendo já é difícil. (Elaine, 19 anos, branca, ensino médio completo).

Juntamente com os cursos, aparece a importância de ser um funcionário *globalizado*. Esta expressão, utilizada por Anita e também por João, significava para eles a capacidade de responder a outra exigência do mercado: ser um funcionário apto a realizar, ao mesmo tempo, diferentes tarefas.

Além de ter uma pessoa globalizada, que acumule várias funções, pra o que eles precisarem, tal, seja oito horas da noite, seja de madrugada, tal: não, tamos aí... [uma pessoa globalizada] que ao mesmo tempo que saiba mexer no computador saiba, sei lá, operar outra máquina assim, outra máquina mais de ponta assim, operar redes assim que abrange vários computadores, que saiba um pouquinho de tudo, saiba um pouquinho de tudo, não precisa saber de inglês, mas tem alguma coisa básica, saiba pelo menos no que tá mexendo, o que tá entendendo assim mais ou menos, saiba um pouco de tudo, ser globalizado. Eu acho que, pô, a pessoa pode ser um advogado, ter se formado em Direito, mas se surgir uma brecha num concurso público pra ele trabalhar de auxiliar de alguma coisa, tal, de promotor em algum outro lugar, não, assim, eu sou criminalista, mas a outra área tá sendo interessante eu vou lá também. Globalizado, várias coisas, acumular vários conhecimentos e fazer com que isso seja interessante pra empresa. (João, 20 anos, branco, ensino médio completo).

O aprendizado desses novos mundos do trabalho vinha menos de suas próprias experiências – já que nos trabalhos que experimentaram não lhes eram feitas tantas exigências – e mais dos discursos contidos em diferentes espaços de socialização. No caso de João, das palestras que acompanhava na Igreja Universal do Reino de Deus; no caso de Anita, dos cursos, incluindo aí o próprio PBT, e dos programas televisivos que acompanhava, incorporando o discurso da flexibilidade profissional e da polivalência que acompanha os

movimentos de qualidade e produtividade e da reestruturação produtiva emergentes no cenário brasileiro dos anos 1990.

Quanto aos seus planos, com exceção de Ivete, as narrativas dos jovens deixam entrever que o emprego em que se encontravam, ou que esperavam conseguir (casos de Juliana e Robson), nem de longe representava um ponto final em seus percursos profissionais. Ao mesmo tempo, também não escondiam dúvidas sobre seus caminhos. Um novo e melhor emprego para conseguir bons salários e condições de trabalho que lhes permitissem alçar outros vôos? Este era o plano de Elaine, por exemplo. Com as ressalvas dos casos de Robson e Rafaela, o ensino superior era ao mesmo tempo apresentado como uma possibilidade para esses vôos, mas também uma interrogação. Assim, outro aspecto que permite agrupar aqui esses jovens era a dúvida em relação ao que fazer nesse nível de ensino, mesmo quando suas experiências de emprego já tivessem apontado alguns possíveis caminhos. E, na dúvida, melhor adiar os planos de ingressar nele, diversamente do que fizeram os jovens que serão apresentados no próximo capítulo.

É evidente também que a dificuldade em arcar com gastos desse nível de ensino aparecia em primeiro lugar, mas suas dúvidas extrapolavam as condições materiais. Decidir-se pelo ensino superior era decidir-se por uma profissão, por um determinado caminho, o que ainda parecia difícil até mesmo para João:

Pra coisa acontecer, eu falei: ó eu vou ter que mover os pauzinhos assim, sei lá, correr atrás do prejuízo aí. Aí tive que, sei lá, procurar cursos, sempre fui meio indeciso com questão à faculdade, até hoje eu não fiz faculdade por causa da minha indecisão, eu acho que faculdade é uma coisa... pô, você traçou aquilo durante quatro anos, vai determinar, pô, uma profissão pra você seguir pro resto da vida, eu sempre fui indeciso, mudei até em várias áreas e muitas coisas que eu quero fazer, eu não decidi ainda. Não queria dedicar quatro anos pra fazer uma coisa que, de repente, eu não fosse usar no futuro. [...] Eu ainda estou um pouquinho na dúvida, mas se eu for fazer no Mackenzie eu vou fazer faculdade de Direito, agora, se eu for em outra faculdade, eu estou vendo pelo menos mais duas boas faculdades, sei lá, que tem a ver com fisioterapia ou psicologia, vou fazer esses três, aí eu vou..., até lá, até agora no meio do ano, já tá chegando, eu vou ver se eu me decido numa dessas coisas e no concurso. Entrei no hospital assim bom, porque antes eu nem pensava assim em fazer alguma coisa relacionada à área da saúde, alguma coisa de curso superior pra isso, hoje eu até faria, se tivesse condições assim de encarar uma Fuvest aí, ou uma Unesp, então eu até daria as caras lá pra fazer medicina, mas eu não tenho essa preparação, talvez no futuro eu tenha, mas hoje não. (João, 20 anos, branco, ensino médio completo).

Elaine, por exemplo, pensava em cursar faculdade de Enfermagem. No entanto, fosse pelo valor da faculdade, fosse pela dúvida se realmente era aquilo que desejava, planejava primeiramente realizar um curso, para depois seguir em direção ao ensino superior.

Porque eu acho assim que é uma coisa que eu sei que eu vou... se eu tentar eu assim, tem coisas assim também de enfermagem que pode ser que eu não me dê bem, assim desses negócios de sangue, tem gente que não agüenta esses negócios, mas pra ver se dá pra mim mesmo eu tenho que fazer o curso. Então por isso que eu queria entrar, tentar, entendeu? Se não for aí eu tento outra coisa. [...] Porque faculdade é difícil, a gente também tem que já saber o que a gente quer, não adianta a gente chegar lá, fazer e não for aquilo que você também quer. Aí você tem que saber... você acha que tem que ir com uma coisa mais ou menos certa do que você quer fazer. (Elaine, 19 anos, branca, ensino médio completo).

[...] não me encontrei ainda, não sei o que eu gosto de fazer ainda. Sei que parte burocrática e professora não dá certo. Matemática então, sem chance. Então estou tentando me encontrar ainda, saber o que vou fazer. Vejo gente que já se encontrou: eu quero ser advogada, eu quero ser dentista... aí que inveja! Eu não sei o que eu quero ser. Eu queria ser bióloga porque eu gosto de animais. Tem uma diferença entre gostar, lidar com animais no dia-a-dia, uma cobra, por exemplo, eu morro de medo, examinar cobra. Não ia dar certo. Um animal de porte maior, acho que não dá certo. Entre gostar e a prática é diferente. [...] Está me desanimando isso, tenho medo... Fui deixando isso para trás. Foi a única coisa que eu pensei, mais nada... A minha mãe queria que eu fosse modelo. Ela fez até um book. Eu não gosto muito não, gostei da idéia no começo, mas depois desisti (...) Eu tenho um amigo que fica me falando 'por que você não faz isso, faz aquilo?'. Eu fico pensando o que eu vou fazer: poxa vou fazer uma coisa, vai que de repente não dá certo eu não gosto, não me dou bem. Aí eu vou saindo, depois de ter investido um dinheiro já, investir numa carreira, sair, depois vou para outra coisa. Não estou conseguindo me encontrar numa carreira. Então é melhor ficar no meu canto. De repente surge, dá um estalo e eu falo: é isso. (Anita, 19 anos, parda, ensino médio completo).

Assim, o ensino superior figurava como uma pergunta, que nem a família, nem a escola conseguiam ajudar a responder. Ao explicitarem suas dúvidas em relação ao ensino superior e às carreiras a seguir deixaram mais claras suas críticas à instituição escolar, tanto na perspectiva de não preparar adequadamente para enfrentar um vestibular – aspecto mais destacado por João –, quanto por discutir pouco as questões relativas ao trabalho e às profissões:

Poucas pessoas na minha sala pensavam em vestibular, vou te falar sinceramente. Tanto que na minha sala prestaram vestibular três pessoas. De 45 alunos, três prestando vestibular, é quase nada. Assim, os professores falavam no começo do ano pra gente que a gente tinha que procurar profissão, procurar coisa melhor, mas no dia-a-dia isso era meio esquecido. Escola pública, professor, não sei, pelo menos os meus professores tinham algumas coisas que não estavam nem aí, não se preocupavam, passava o conteúdo, explicava uma vez, aprendeu, aprendeu. Não estava nem aí, e o pessoal também não estavam interessados. Acho que o pessoal não tem noção. Acho que tem noção depois que a gente sai da escola, que o mundo é diferente depois que sai da escola. Um mundo real. Porque na escola eu me sentia mais segura: estou na escola, quando terminar vou fazer alguma coisa... o pessoal tinha meio essa mentalidade: 'depois que eu terminar eu vou', sempre para depois. Na minha sala era assim, todo mundo sossegado,

prestar vestibular, não fazer nada, a última vez que o professor veio: ‘o que você vai ser?’, ‘operadora de caixa’. Aí ele ficou meio triste, falou: ‘você não pensam alto, pensar em médico, advogado, uma boa profissão’. Aí ficou tudo calado. Ele falou, gente, vamos levantar esse astral para melhorar. (Anita, 19 anos, parda, ensino médio completo).

E a despeito do lugar que ocupavam ou já haviam ocupado no mercado de trabalho, ainda se consideravam muito jovens. Mesmo Anita, que chegou a considerar que o fato de trabalhar a tornava mais responsável e, portanto, mais próxima do mundo adulto, percebia-se muito diferente das mulheres que trabalhavam com ela: enquanto elas conversavam sobre marido e filhos, ela sentia-se completamente deslocada e com saudades do seu último emprego, onde podia conviver com colegas de trabalho mais jovens.

Que nem eu vejo no meu dia-a-dia de trabalho hoje, é tão diferente do outro trabalho lá do começo do mês. Que lá a gente falava sempre em namorado, que a gente falava sobre festa. O que as minhas colegas de trabalho falam agora: a minha filha está doente, meu marido foi trabalhar, tenho que fazer a marmita dele. É sobre a casa que elas falam. Então, eu fico até meia deslocada, não tenho nem o que falar com elas porque eu não tenho tantas responsabilidades quanto elas têm, então é meio diferente daquele outro que tinha o pessoal da minha idade, que a gente conversava outras coisas. Ali é mais focado no trabalho e na família. Eu fico meio assim. Fico com saudade do outro trabalho. (Anita, 19 anos, parda, ensino médio completo).

Eu me sinto muito jovem e não só por causa da idade, mas porque eu ainda tenho muita... assim não posso falar que eu tenho muita vida ainda pra frente porque eu não sei o dia de amanhã, eu não sei, então já tem vez que eu me preocupo assim, meu Deus o que é que eu faço? Vai passar ano e mais ano e eu não vou ter feito nada, eu só vou ficar em telemarketing? Eu não quero isso pra mim. Mas eu não sei muito bem... (Elaine, 19 anos, branca, ensino médio completo).

Aqui, considerarem-se jovens não estava relacionado apenas à idade ou a certo “espírito juvenil”. Se o fato de não terem filhos, nem serem provedores de suas famílias em muito contribuía para não considerarem que já haviam ingressado no mundo adulto, as expectativas em termos educacionais e profissionais os aproximavam ainda mais da condição juvenil, tal como aparece na fala de João: “Ainda tenho muito pra fazer.”

Um ano depois (2006), no reencontro com João, ele estava cursando faculdade de Educação Física. E explicou por que optara por esse curso:

Na verdade eu tava focado primeiro em Direito [...] não que eu tivesse descartado o Direito, mas acho que no mento atual, pra mim o mais interessante, o mais viável seria Educação Física, hoje como eu trabalho mais de quatro anos assim, nessa parte de burocracia administrativa, mexendo com papeladas, computador, aquela burocracia, aquela coisa de atendimento a clientes, eu tentei tipo, mudar um pouco, dá um giro de 360 graus, Educação Física é uma coisa que eu sempre quis fazer também, apesar do Direito, mas que eu olhava com olhares diferentes porque o Direito tem mais possibilidades de seguir uma carreira, tem mais opções pra você escolher, tem salários melhores. Educação Física você pode

conquistar no decorrer do tempo, mas é uma coisa um pouco mais difícil no começo, que você tem que trabalhar mais, buscar chances, oportunidades, você não tem às vezes o mesmo reconhecimento, mas pra mim, eu não olhei o aspecto não somente de dinheiro, mas eu olhei também voltado pra saúde, o que ia me fazer bem, que eu gosto que é esportes, estar em ambientes diferentes, isso pesou bastante também na minha escolha. (João, 20 anos, branco, ensino médio completo).

Além do curso de Educação Física, João continuava em seu trabalho no hospital, onde era concursado, embora seguisse desejando fazer outros concursos. Anita havia perdido seu emprego na loja do bairro e ressentia-se muito disso pois não havia conseguido ficar nem um ano. Também sem trabalho estava Ivete. Seu negócio não deu certo e ela estava novamente procurando uma ocupação no mercado de trabalho. Por fim, Juliana havia se tornado mãe. Parecia preocupada em relação às suas chances de trabalho em função da maternidade e ao possível preconceito dos empregadores, mas valorizava o fato de ao menos saber em que *área* procurar, pois já havia tido experiência como operadora de caixa.

Resumidamente, os jovens do grupo aqui analisado pareciam ter um pouco mais de chances de escolha e de experimentação (Melucci, 2001; Pais, 2001), mas estas possibilidades variavam muito fortemente a depender da condição material de suas famílias: uma pequena alteração nessa esfera acabava por produzir mudanças na relação que os jovens estabeleciam com as demais, o que implica considerar os constrangimentos estruturais aos quais estavam sujeitos. Mas o que também se observa é que, mesmo quando a condição material de suas famílias dificultava suas possibilidades de experimentação, eles apostavam com mais força em melhores perspectivas no futuro. Poderíamos levantar a hipótese de que neste agrupamento de jovens, além da família, a própria crença em melhores perspectivas futuras poderia operar como suporte em suas vidas (Martuccelli, 2002). Ocorre que parte importante do processo de construção desse futuro era percebida como uma tarefa individualizada, o que também poderia levá-los a se sentir fortemente responsáveis por seu próprio fracasso (Dubet, 2002).

Quadro 3 – Perfil dos jovens do grupo 3 (Em busca de melhores empregos)

NOME	IDADE	COR / RAÇA	ESCOLARIDADE	POSIÇÃO NA FAMÍLIA	RENDA FAMILIAR PER CAPITA	SITUAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO	CURSO REALIZADO NO PBT	ANO / DURAÇÃO
Anita	19	parda	ensino médio completo	filha (contribui)	de ½ a 1 SM	balconista, em fase de experiência	cidadania e reciclagem	2001 (seis meses)
Elaine	19	branca	ensino médio completo	filha	de ½ a 1 SM	operadora de telemarketing, com registro, procurava emprego	cidadania e hip-hop	2003 (seis meses)
Ivete	19	preta	ensino médio completo	filha (contribui)	½ SM	trabalhadora por conta própria	cidadania e computação	2001 (seis meses)
João	20	branca	ensino médio completo	filho	de ½ a 1 SM	assistente administrativo, concursado	cidadania e computação	2002 (seis meses)
Juliana	19	parda	ensino médio completo	filha	de ½ a 1 SM	desempregada, aguardando seguro desemprego	cidadania e hip-hop	2003 (seis meses)
Rafaela	23	parda	ensino superior incompleto (3º ano de Pedagogia)	filha	de ½ a 1 SM	inspetora de alunos, com registro	cidadania e hip-hop	2003 (seis meses)
Robson	22	branco	ensino superior incompleto (3º ano de Turismo)	filho	de ½ a 1 SM	procurava emprego	cidadania e arbitragem	2002 (seis meses)

CAPÍTULO 6

GRUPO 4: PARA ALÉM DO TRABALHO, EM BUSCA DE NOVAS POSSIBILIDADES

Diferentemente dos demais entrevistados, os quatro jovens aqui analisados tinham falas muito diversas em relação ao mercado de trabalho. Alessandro, Cleiton, Leandro e Silvia não haviam conseguido uma experiência de trabalho formal, mas não parecia ser este o centro de suas preocupações à época da entrevista. Três deles haviam concluído o ensino médio e, muito embora não tivessem alcançado o ensino superior, já projetavam trabalhar em uma área correspondente ao curso que almejavam realizar. Leandro era o único que tinha perfil variante: não havia finalizado o ensino médio, mas em seu discurso era enfático na idéia de que ingressaria na faculdade. Havia ficado dois anos sem estudar, mas agora combinava a frequência ao segundo ano do ensino médio com o curso técnico de auxiliar de enfermagem. Assim, nas entrelinhas das falas de todos esses jovens, o que apareceu recorrentemente foi o intenso desejo de escolha de melhores alternativas de trabalho e de formação.

[...] porque é assim, hoje eu quero uma coisa melhor pra mim, então eu não vou bater numa pizzaria falando que eu quero trabalho em tal coisa, eu quero algo melhor, aí com isso eu vou ter que pesquisar a área que eu quero, se é isso ou não, depois dessa pesquisa vem o conhecimento, faço a pesquisa aí tenho o conhecimento, aí vou à procura do conhecimento adequado para estar entrando naquela área. (Alessandro, 22 anos, preto, ensino médio completo).

Eu sou pobre, porém tenho opções. Já que tenho a opção de estudar, então vou optar por estudar, melhor do que eu sair daqui, procurar um serviço e parar com a escola. E aí depois que eu terminar esse curso eu vou conseguir um emprego rápido e já vou direto para a faculdade, vou correr atrás de bolsa, alguma coisa, mas eu pretendo fazer faculdade. (Leandro, 19 anos, preto, ensino médio incompleto).

Ah eu penso agora no momento de faculdade, aí depois que eu tiver feito a faculdade eu pretendo trabalhar na área que eu me formei e tá fazendo... ou então tá até trabalhando em dois lugares diferentes, duas coisas diferentes e tá fazendo outra faculdade também. (Silvia, 19 anos, preta, ensino médio completo).

Porque eu tô no começo ainda na área que eu trabalho e essa área precisa ter faculdade. Eu não tenho ainda faculdade e já tô trabalhando na área, então eu tô feliz, o ano que vem eu espero fazer faculdade e trabalhar nessa área. (Cleiton, 20 anos, preto, ensino médio completo).

Três desses jovens, que a partir de agora poderão ser nomeados como “jovens da cooperativa”²⁹⁶, também tinham uma narrativa muito particular em relação ao mercado de trabalho. Enquanto boa parte dos outros jovens estudados procurava por um trabalho *fixo*, que significava, além de trabalho e jornada regulares, a possibilidade de um registro em carteira e direitos trabalhistas assegurados, aqui, de modo diverso, era exatamente a busca por contornar esse mercado o que mais fortemente aglutinava as falas de Alessandro, Cleiton e Silvia:

Aí a cooperativa mudou tudo, né? Não é somente a carteira assinada pra dar o seu RG de trabalho, o seu RG de trabalho não é só carteira assinada e sim o seu conhecimento e a coisa que você tá desenvolvendo. Eu sou totalmente diferente, do pensar da minha mãe, que minha mãe pensa carteira assinada e ponto final, eu penso vírgulas e aí depois carteira assinada. (Alessandro, 22 anos, preto, ensino médio completo).

Hoje, eu não me vejo assim trabalhando numa lojinha de shopping, vendendo roupa. Assim, com as informações que eu tenho, tudo, eu acho que eu consegui ter uma coisa bem melhor também, não é assim qualquer trabalho... hoje eu acho que eu não aceitaria ter. (Silvia, 19 anos, preta, ensino médio completo).

O que eu não quero é alguns tipos de trabalho mais exploradores, que fique focado em uma coisa só, pra mim tá fora de cogitação [...] a cooperativa abriu uma visão pra esse lado, tipo, do sistema que a gente vive, da forma de trabalho, como que tá... então, eu acho que eu tô com a mente bem aberta pra isso. (Cleiton, 20 anos, preto, ensino médio completo).

Os três têm em comum uma experiência bastante singular, logo após sua saída do Programa Bolsa Trabalho: a participação em um projeto de cooperativa de geoprocessamento de dados. Idealizado pelo Instituto Idéias²⁹⁷ em parceria com uma ONG do Jardim São Luís, tratava-se de um projeto que tinha como objetivos oferecer aos jovens do local formação técnica e política. Tal instituto já integrava o grupo de entidades responsáveis pelo processo de implementação do PBT em diferentes regiões do município, na perspectiva de agregar mais jovens à sua experiência. Porém, uma vez terminada a formação no âmbito do PBT, a entidade convidava os jovens a participar de um processo seletivo para ingressarem na cooperativa.

Tanto para os jovens da cooperativa como para Leandro, o *trabalho de verdade* ou o trabalho com *registro em carteira*, buscado pelos jovens analisados nos demais capítulos deste estudo, era algo mais problematizado do que propriamente desejado. Nesse sentido, se, nos outros grupos, a relação com o trabalho e a ausência de trabalho apresenta-se inter-relacionada às esferas da família e da escola, aqui, verifica-se a entrada de um quarto

²⁹⁶ Em alguns casos, a narrativa desses jovens é tão semelhante que optamos por considerá-los conjuntamente para evitar a repetição do nome dos três.

²⁹⁷ Optou-se por não explicitar o instituto e a ONG. Nesse sentido, os nomes são fictícios.

elemento na tríade: a participação em uma experiência de projeto mais duradoura, que parece ter marcado mais fortemente o modo como começaram a perceber e a se relacionar com as esferas do trabalho e da escola. No caso de Leandro, o quarto elemento não foi exatamente um projeto social, mas a intensa relação estabelecida com um grupo de amigos do bairro.

Esses quatro jovens (uma moça e três rapazes) também já haviam ultrapassado a idade de 18 anos, como os demais jovens desta tese: Silvia e Leandro eram os mais jovens, com 19 anos, Cleiton tinha 20 anos e Alessandro, 22. Em termos de cor/raça, os quatro se identificaram como pretos²⁹⁸. À exceção de Leandro, que se encaminhava para a conclusão do ensino médio, os demais haviam finalizado a escolaridade básica. Moravam todos com suas famílias e não estavam procurando trabalho à época da entrevista. Contavam, como Leandro, com pequenos amparos monetários da família, ou, como Alessandro, Cleiton e Silvia, com bolsa que recebiam pela participação no projeto de cooperativa no bairro.

6.1 As primeiras experiências de trabalho

As trajetórias de todos os jovens desse grupo indicavam de maneira bastante forte que eles, bem como suas famílias, haviam priorizado *os estudos* em detrimento do ingresso no mercado de trabalho, de modo semelhante ao observado nos dois capítulos anteriores. Nada mais ilustrativo desse aspecto do que a própria fala de Alessandro ao referir-se às experiências de seus irmãos mais velhos: enquanto estes eram daquelas *crianças que já trabalhavam*, ele ainda não havia tido nenhum trabalho *mais sério*, apenas alguns *bicos*, que por várias vezes não apareceram em sua fala como trabalhos, mas incluídos no campo do lazer (no caso do seu primeiro trabalho, em um fliperama) ou do apoio à família (quando *ajudou* o pai que era pedreiro). Cleiton teve mais experiências que Alessandro e não chegou a nomear seus primeiros trabalhos como *bicos*, mas de algum modo pareceu revelar que ainda não se tratava *do trabalho sério*: era um *empreguinho*.

Do mesmo modo, Leandro começou a *ajudar* sua mãe na confecção de bolsas. Já Silvia nunca havia realizado sequer algum *bico*, reconhecendo que nunca foi atrás. Queria, mas não *corria atrás*, não enviava currículo, não saía para procurar, *enrolava, tinha preguiça*, em suas próprias palavras. Seus pais também não a pressionavam tanto. “*Vez ou outra minha*

²⁹⁸ É preciso pontuar que Alessandro, Leandro e Silvia preferiam o termo “negro” e recorreram a ele no momento em que foi solicitada a auto-identificação. No entanto, como não se tem o objetivo, neste estudo, de se problematizar a preferência, os usos políticos ou os significados dos termos e categorias que circunscrevem uma identidade racial / étnica, optou-se por manter “preto”, visando à padronização segundo os critérios do IBGE, tal como destacado anteriormente.

mãe falava para eu ver alguma coisa.” Para Silvia, a mãe *não pegava muito no pé* em função da sua pouca idade e da falta de experiência. Além disso, ela teve um percurso bastante diverso das jovens dos demais grupos: ela foi a única que declarou abertamente que não apoiava muito sua mãe nas tarefas domésticas²⁹⁹.

Seguindo o que já fora indicado, também os primeiros trabalhos ou *bicos* desses jovens foram realizados nas proximidades das suas residências e obtidos por intermédio da indicação de algum parente ou amigo. Assumiam tarefas ali onde residiam como forma de *ganhar um trocadinho, um dinheirinho*, para *experimentarem* o que era trabalhar e conseguirem alguma independência em relação às famílias. Também eram enfáticos em afirmar suas diferenças em relação a outros jovens de seus bairros – reconheciam a existência de jovens que precisam sair para trabalhar e ajudar suas famílias, mas não era esse o caso deles: não tinham necessidade de trabalhar para contribuir ou se responsabilizar por adquirir renda familiar. Se os pais não exerceram forte pressão, a busca pelos primeiros trabalhos pareceu bastante mobilizada pela experiência dos colegas: além do desejo pela aquisição de bens do universo juvenil, da busca por certa independência da família, o exemplo dos colegas acabou por *dar aquela vontade*. E muitas vezes são esses mesmos colegas os responsáveis pelas primeiras indicações, inclusive reconhecendo que, especialmente para esses primeiros trabalhos, o que mais funcionava era mesmo ser indicado por alguém.

Seguindo a análise dos capítulos anteriores, parece significativo conhecer um pouco mais das famílias desses jovens na perspectiva de compreender como se relacionavam com as esferas do trabalho e da escola. Todos os genitores dos jovens deste grupo eram migrantes que chegaram à cidade de São Paulo ainda jovens e, tal como predomina nesta tese, em busca de melhores condições de trabalho e de vida: os pais de Alessandro e Cleiton vieram de áreas rurais do Nordeste, os pais de Leandro eram do Espírito Santo e os pais de Silvia, de uma pequena cidade de Minas Gerais. À semelhança do que se observou entre os jovens dos capítulos 4 e 5, o predomínio de migrantes de mais longo prazo também pode ter contribuído para favorecer o adiamento do ingresso de seus filhos no mundo do trabalho. Soma-se a isso o fato de todos, à exceção de Silvia, serem mais jovens que seus irmãos: não por acaso, tal como observado no capítulo 4, contam as histórias de seus irmãos que começaram a trabalhar *mais cedo*. Nas palavras de Leandro:

²⁹⁹ Também a mãe reconhecia que Silvia não a ajudava nos afazeres da casa: “*Não eu não pego muito no pé não, pra fazer serviço de casa, acho que até é um erro meu, todo mundo fala que é errado, mas... Eu não sei, eu acho que a pessoa tem que se interessar por ela própria: ‘Ah, minha mãe não fez, eu vou fazer’, eu acho que é assim... Elas me ajudam dentro do que elas mesmas querem fazer, eu não fico falando: vai menina, varrer ou vai limpar o fogão [risos] Eu me canso mais, mas eu mesma procuro fazer*”. (Expedita, mãe de Silvia).

No caso, quando minha mãe veio pra cá, ela começou do zero, do zero mesmo, ela alugou uma casa e daí saiu procurando serviço. Aí daí já conseguiu, já se estabeleceu, aí cresceu um pouco mais, aí no caso meu irmão cuidava de mim e das minhas três irmãs, daí sei lá, pra mim ele não teve infância, nem ele nem minha irmã mais velha, porque no caso eu não lembro que doença que eu tinha quando eu era pequeno, mas eu lembro que sempre minha irmã me levava no médico, no caso o pessoal sempre dizia que ela parecia minha mãe, no caso ela ficava mais tempo comigo que a minha mãe, minha mãe sempre trabalhando. Aí no caso, meu irmão já começou logo a trabalhar, minha irmã ficava comigo, então pra mim eles não tiveram infância. Já comigo foi diferente, já não tinha irmão pequeno para olhar, minha mãe estava um pouco melhor, não tinha tanto que trabalhar. Eu sou o caçulinha... (Leandro, 19 anos, preto, ensino médio incompleto).

Considerando a escolaridade, todos os pais estudaram apenas até a 4ª série do ensino fundamental, enquanto entre as mães a situação era um pouco diversa: as mães de Alessandro e Leandro também haviam estudado apenas até esse nível de ensino, enquanto as mães de Cleiton e Silvia haviam concluído o ensino médio depois de adultas. No caso destas últimas, era evidente a influência que sua escolaridade mais elevada tinha na relação e no apoio dado aos filhos para que estudassem. Não que isso inexistisse entre os demais jovens deste grupo, mas no caso delas, são os próprios jovens que enfatizam esse aspecto. Nas palavras de Cleiton: *“O fato da minha mãe ter estudado mais sempre fez com que ela me desse muito apoio para continuar.”*

Em relação ao trabalho, os pais de Cleiton e Silvia trabalhavam há muitos anos com registro em carteira: o pai dele, como frentista, e o pai dela, como vendedor. Já o pai de Alessandro trabalhava autonomamente como pedreiro, enquanto Leandro não soube responder nem a profissão, nem a ocupação de seu pai, dado que seus pais haviam se separado quando ele ainda era criança. À época da entrevista, todos eles permaneciam inseridos nas mesmas ocupações. Quanto às mães, no caso de Cleiton e Silvia, elas não haviam se dedicado ao trabalho remunerado até a adolescência de seus filhos, mas, na ocasião em que os jovens foram entrevistados, elas se dedicavam ao emprego doméstico como faxineiras. A mãe de Silvia também fazia um *bico* como manicure para *“contribuir um pouco mais no orçamento doméstico”*. No caso das mães de Alessandro e de Leandro, ambas sempre trabalharam de modo remunerado: a primeira, como empregada doméstica, e a segunda, como costureira. Quando os jovens foram entrevistados, a mãe de Alessandro estava afastada por motivo de doença, enquanto a mãe de Leandro ainda trabalhava. Estes dois eram também os únicos dos quatro que moravam apenas com a mãe e os irmãos. Os demais ainda viviam com ambos os genitores.

Em termos de rendimento familiar, a situação não se diferenciava em relação aos jovens das demais narrativas. As famílias de Leandro e Alessandro tinham rendimentos de menos de meio salário mínimo per capita, os menores encontrados entre os jovens desta tese. Quanto aos familiares de Silvia, a renda concentrava-se entre meio a um salário mínimo per capita e, no caso de Cleiton, cuja família tinha rendimento um pouco mais elevado, girava em torno de mais de um até dois salários mínimos per capita. Em relação aos gastos com moradia, Leandro e Cleiton moravam em áreas de ocupação e suas famílias não tinham despesas com aluguel e contas de água e luz. Já Alessandro morava em um conjunto habitacional popular e sua mãe ainda arcava com as prestações do apartamento, enquanto Silvia morava com seus pais em uma casa alugada, o que significava mais gastos para a família.

Dos quatro jovens, foi apenas Alessandro quem revelou uma postura mais ambígua de sua família em relação ao estudo e ao trabalho: enquanto seu pai o tranquilizava quanto à necessidade de trabalhar, inclusive projetando que ele ingressasse no ensino superior³⁰⁰, sua mãe o pressionava, trazendo à tona o exemplo de seus irmãos mais velhos *que começaram a trabalhar cedo*³⁰¹. A pressão de sua mãe aumentou ainda mais quando ela se divorciou do pai de Alessandro. Este, no entanto, afirmava-se resistente: *“Eu não vou arrumar qualquer trabalho só porque ela quer que eu arrume.”* É expressiva aqui a diferença em relação ao que foi apresentado no capítulo 3. Lembremos que o divórcio da mãe de Evaldo e a morte do pai de Henrique foram fundamentais para que estes jovens priorizassem o trabalho. Ocorre que lá, diferentemente daqui, não havia irmãos mais velhos com quem pudessem contar. No caso de Alessandro, o fato de ter dois irmãos mais velhos que trabalhavam e apoiavam nas despesas da casa parecia deixá-lo mais tranquilo, embora não necessariamente menos pressionado pela mãe.

³⁰⁰ Nas palavras de Alessandro: *“Por isso que meu pai sempre deu mais importância pro estudo, né, você estuda, tal, depois você trabalha, depois com o dinheiro do seu trabalho e com o seu esforço você fazer uma faculdade, por isso que eu não tive todo esse peso, né, isso quando eu era novo [...] mas assim, eu fiz alguns bicos, né, trabalhei no fliperama, ajudava meu pai porque ele era pedreiro, né. Mas ele falou: ‘Eu não quero isso daí pra você, você tem estudo, não sei o que, vai se formar pra ser pedreiro? Que coisa é essa?’ Porque ele até hoje, né, quando ele passa dificuldade no trabalho, às vezes ele se machuca, quando ele se machuca ele fala: ‘Nossa, como pode, meu filho estudando lá, eu quero uma vida boa pra ele, sendo que eu não tive estudo’”.*

³⁰¹ Nas palavras da mãe de Alessandro: *“Eu sempre falava com o Alessandro: ‘Pô, precisa arrumar um serviço, seu irmão começou a trabalhar com 12 anos, pra poder ajudar dentro de casa, o sustento meu e dele, era que cobria a casa, tudo começou a trabalhar cedo, só você que teve essa moleza. Eu falava pra ele: ‘Só você que tá tendo essa moleza, com essa idade não se preocupa de trabalhar’. E ele dizia: ‘Ah, mãe, mas eu vou fazer o quê? Que sai e não acha’. Eu falei: ‘Mas você nunca sai, Alessandro, como é que não acha? [...] Você nunca sai, pra dizer, mãe, me dá um dinheiro pra ir em tal lugar, pra ver se eu consigo. Não, você não se preocupa, como que vai achar serviço?’. Hoje em dia é difícil a pessoa sai pra procurar, não acha. Agora e quem não procura? Não tem como”.* (Márcia, mãe do Alessandro).

Com relação aos demais jovens, ao menos enquanto estavam estudando, não eram pressionados a trabalhar. A possibilidade de abandono da escola sequer era cogitada por eles. Poderiam parar de trabalhar, mas não de estudar. Vale observar que isso também estava relacionado à maneira como seus pais percebem sua escolarização e, ao mesmo tempo, a uma situação de trabalho ou de rendimento um pouco mais estabilizada de suas famílias. Tinham condições materiais semelhantes às dos outros jovens, mas a regularidade de um salário mensal parecia contribuir para uma pressão ainda menor para o trabalho, ao menos até a finalização do ensino médio.

Quando eu tava estudando não tinha cobrança, né? Eu sabia que realmente iria vir depois de terminar de estudar, né? Aí sim teria que conseguir arrumar um emprego, mas quando eu terminei em 2002, em 2003 eu fui chamada pro Bolsa Trabalho e como eu recebi a bolsa, né, como tem a bolsa, dá prá ir segurando, depois vê se arruma outro emprego, alguma coisa... Aí eu já entrei na cooperativa e aí também tinha a bolsa de R\$ 80,00 tudo bem, mas aí já tem que ir procurando outras coisas, né? Aí a partir do momento que ia me envolvendo mais, fazendo mais coisas, passando mais tempo e só com R\$ 80,00 aí sim começou a vir muito mais cobrança... A cobrança só não foi maior porque que não ficava só parada em casa, na verdade eu não fiquei parada em casa, eu fui fazendo essas coisas todas aí. (Silvia, 19 anos, preta, ensino médio completo).

Não, pra mim era aquela questão, poderia parar de trabalhar, mas não de estudar. Porque eu considerava o estudo mais importante, porque meu pai, se fosse outra situação pra mim, tudo bem, que é uma questão que às vezes eu sinto que algumas pessoas é colocado, que pessoas em casa não têm como se sustentar, então o filho tem que ajudar, pelo menos essa parte assim, meu pai nunca... Em casa ele nunca me cobrou de estar trazendo renda pra casa... Às vezes ele me cobra assim, pra mim trabalhar, pra gerar renda pra inclusive pra pagar as minhas contas, porque se eu trabalho, eu vou pagar as minhas contas, inclusive meu pai vai ter menos despesa, porque não vai ter despesa comigo, porque eu vou estar me mantendo (...). Tem pessoas que, eu acho até legal, ajudar o pai, pagar uma conta, se tem seu salário pega e ajuda em casa, dá R\$ 100,00 pro pai, mas meu pai nunca cobrou isso de mim. Agora só cobra porque eu tô usando Speedy, né, Speedy vem na conta telefônica, então, isso ele tem que pagar e ele cobra muito, ele tem razão. Por isso que eu falo que era mais fácil eu parar de trabalhar porque se eu parasse de trabalhar naquele momento tudo bem, ele estaria suprindo, então pra mim continuaria estudando, estudaria e depois arrumaria outro trabalho. Agora se eu paro de estudar poderia ter naquele momento aquele trabalho, mas depois de certo momento poderia ser demitido da mesma forma do trabalho, sair de alguma outra forma e não conseguir arrumar outro trabalho por causa da escolaridade. (Cleiton, 20 anos, preto, ensino médio completo).

Para além do apoio de suas famílias e da necessidade de estudar, visando alcançar melhores chances no mercado de trabalho, foi mais intensa a ênfase dada por esses jovens à importância em permanecer na escola pela possibilidade de aprendizado e de *tornarem-se*

cidadãos. Poder-se-ia supor que esse forte desejo de investimento na formação significasse uma relação mais integrada em relação à escola. Não era o que parecia, ao menos por suas falas. Todos reconheceram que seguiam cursando o ensino médio, mas foi exatamente nesse momento que a relação com a escola *desandou*. Não levavam muito a sério os estudos. Avaliaram a postura que tiveram com certo arrependimento – faria falta algum dia – mas ao mesmo tempo não se culpavam por isso: “*O ensino era bastante falho.*” De fato, mais do que outros, esses jovens mostravam-se bastante críticos em relação ao ensino que tiveram na escola. Não que essas críticas inexistissem nos demais grupos, tal como se observou, mas a possibilidade que tiveram de acessar experiências mais significativas do ponto de vista educativo parecia contribuir para críticas mais severas. Na hipótese de Sposito (2005, p.113), “a mais longa escolarização levaria à construção de um juízo mais completo dos benefícios e limites da ação escolar para além dos conteúdos de ensino propriamente ditos”. Para além da escolarização, também se poderia formular a hipótese de que algumas experiências educativas, tais como as de que participaram, podem ter produzido mudanças importantes no modo como esses jovens olham para a escola e outras dimensões da vida, incluindo o trabalho. Cabe ressaltar, no entanto, que não está se falando aqui de quaisquer experiências educativas ou da miríade de projetos e cursos oferecidos aos jovens nos últimos anos. O fato de participarem de uma experiência que lhes possibilitou maiores chances de circulação, ampliação dos repertórios e de contatos, acesso a informações, habilidades na área de geoprocessamento e em outras áreas, experiências de trabalho, também pode ter impactado suas vidas de uma maneira significativa.

Além do mercado de trabalho? Acho que o que me mantinha na escola era conhecimento, é normal. Todo cidadão ele vai pra escola, ele tem que se formar na escola, adquirir conhecimentos, se bem que alguns conhecimentos às vezes você até questiona o porquê do professor estar passando isso se não vou usar... Inclusive eu tenho algumas divergências com isso e também da forma que é passado as coisas, didática, metodologia na escola, uma série de coisas... Porque acham assim, porque teve uma evolução muito grande, mas acham que isso não se pode mexer então, a forma de dar aula é escrever coisa na lousa, dar uma explicaçãozinha depois, acabou, é a aula. Pra mim não é assim. Agora não tenho essa visão mais por causa da cooperativa, eu fui na escola da minha namorada esses tempos aí, semana retrasada, e até queria brigar com o professor que só ficava passando lição na lousa...(Cleiton, 20 anos, preto, ensino médio completo).

Um pouco destoante dos demais, Leandro ainda seguia cursando o supletivo do ensino médio. Ele efetivamente havia deixado a escola, mas de certo modo suas palavras reforçam as críticas dos demais jovens à instituição: ele não havia abandonado em função da necessidade de trabalhar ou por alguma outra razão extrínseca à própria escola. Sua mãe nunca o

pressionara para trabalhar, mas sim para estudar. Ele saiu da escola ao ingressar na 7ª série porque na época não considerava o estudo importante, além de avaliar a qualidade do ensino que recebia como *muito ruim*.

Em primeiro lugar foi o período, estudar de manhã, eu não pensava que era tão ruim, aí depois veio as aulas, nossos professores eram muito ruins, pra você ter mais ou menos uma idéia, minha professora de inglês, ela passava lição na lousa aí depois ela mesmo tinha que procurar que parte ela parou e ela não sabia o que tava escrito na lousa... Daí eu comecei a faltar, faltava um dia, outro, aí depois comecei a faltar uma semana, depois um mês. Assim na sexta série eu fechei o ano com quinhentas faltas, somando no total, engraçado, era pra ter reprovado né, mas não, eu passei, minha sorte foi as notas... Mas depois que eu fui prá 7ª eu acabei saindo, não dava, era muito ruim. (Leandro, 19 anos, preto, ensino médio incompleto).

Se inicialmente a mãe de Leandro não queria que o jovem deixasse a escola e fez muita pressão para que este retornasse, sua insistente recusa fez com que ela deixasse de pressioná-lo para voltar à escola e começasse a estimulá-lo a encontrar um trabalho. Das vezes em que saiu para procurar trabalho, Leandro achou que estava difícil porque “*era muito novo*”, tinha 16 anos e sequer havia completado o ensino fundamental. O primeiro trabalho que conseguiu foi aos 17 anos numa pequena fábrica próxima à sua casa. Trabalhava com corte e modelagem de bolsas, mas logo saiu porque se considerava muito devagar para acompanhar o ritmo do trabalho. Depois ajudou a mãe algumas vezes em pequenos trabalhos de costura. Foi exatamente neste período que foi chamado para o Programa Bolsa Trabalho, retomando os estudos, ainda que seguisse apoiando sua mãe.

No caso dos jovens Alessandro e Silvia, foi quando começaram a se sentir mais pressionados a buscar um trabalho que participaram do PBT. Cleiton já trabalhava, tendo sido o único jovem desta tese que deixou o emprego para participar do programa, como será visto adiante. Se estes três jovens já tinham grandes expectativas em relação à sua formação e à busca por melhores trabalhos, as experiências que encontraram a partir de sua participação no PBT reforçaram essa perspectiva e também desencadearam novas tensões com seus familiares.

6.2 Encontrando o Programa Bolsa Trabalho

Tal como já enfatizado, à medida que os jovens estudados nesta tese avançaram na escolaridade média (ou, no caso de Leandro, depois que deixou a escola), foi se tornando cada vez mais forte a necessidade de um emprego, preferencialmente com registro em carteira.

Silvia tinha 17 anos e cursava o 3º ano do ensino médio, enquanto Alessandro e Cleiton, respectivamente com 20 e 18 anos, já haviam finalizado esse nível de ensino. Leandro tinha 16 anos e havia parado de estudar na 7ª série. Como parece ter predominado, todos cursaram o primeiro módulo de cidadania para em seguida dirigirem-se a cursos específicos: no caso de Alessandro, Cleiton e Silvia, computação; no caso de Leandro, o curso de mediação de leitura. Para os jovens da cooperativa, a participação no Bolsa Trabalho era “*a esperança do primeiro emprego que só ficou na esperança*”, nas palavras de Alessandro. ou, ao menos, de acesso a um curso que lhes permitisse alcançar esse emprego. Um pouco diferente era a história de Cleiton: embora também afirmasse ter a expectativa de realização de um curso que pudesse lhe garantir um emprego, sua opção pelo programa deu-se mais em função da possibilidade de deixar uma ocupação precária e ter mais tempo para se dedicar aos estudos de música e língua, especialmente:

Pergunta difícil, né? O que significou o Bolsa Trabalho para mim... É complicado... Eu tinha uma grande expectativa do Bolsa Trabalho, pelo nome Bolsa Trabalho, tinha uma expectativa de ser encaminhado pelo menos para um emprego, alguma coisa assim desse nível tal e aí não foi muito isso que aconteceu. Eu trabalhava na época, né? Trabalhava com meu irmão numa empresa, tal, e não ganhava bem, ganhava um salário e meio, na época e aí eu falei assim, vou ganhar uma bolsa assim, mas vou ficar em casa, vou ter tempo de estudar, vou ter tempo de... Eu gosto de música, estudo até hoje música, inclusive dou aula numa escola de música lá no Taboão e aí eu pensei vou ter tempo prá estudar, vou investir um pouco mais em mim e aí eu falei vou sair do trabalho, vou sair do trabalho e fiquei... Bolsa Trabalho, ia receber essa bolsa, o foco era a bolsa, era três vezes por semana, a bolsa compensava tudo... compensava tudo. (Cleiton, 20 anos, preto, ensino médio completo).

Para Leandro, as expectativas em relação a um emprego ou a um curso de qualificação profissional eram um pouco menores. Foi a mãe quem fez sua inscrição no PBT sem que o jovem soubesse. Quando foi chamado achou legal porque seria *uma nova experiência* na sua vida, uma oportunidade de aprender. Também queria conhecer novas pessoas e fazer amizades, pois não se considerava muito *popular*. Assim como os jovens do capítulo 3 que haviam deixado a escola, a participação no PBT fez com que novamente se matriculasse nela, mas acabou por privilegiar o curso do programa de que gostava muito mais, em detrimento de sua formação escolar, ou seja, mais uma vez Leandro abandonou a escola. Dava parte da bolsa para a mãe e considerou que, assim, ia “*ganhando um pouco mais de liberdade*”, porque já ajudava em casa. Gastava o restante com coisas para si, comprando tênis, roupas e até um skate.

Leandro só voltaria a estudar quase três anos depois de sua participação no PBT, atribuindo esse retorno ao apoio da irmã e ao grupo de amigos que tinha no bairro: como boa

parte deles já estava na faculdade, isso o inspirou a voltar aos estudos. Com a irmã e os amigos foi descobrindo que poderia trabalhar com enfermagem por alguns atributos que considerava ter: era calmo, paciente. Além disso, pelo PBT teve possibilidade de trabalhar voluntariamente como mediador de leitura em uma casa de repouso. Gostou da experiência e acreditou ser possível trabalhar na área de enfermagem. Valorizava muito a possibilidade que estava tendo no momento e sabia que essa não era a regra para a maioria dos outros jovens: sua irmã havia se oferecido para pagar o curso de auxiliar de enfermagem enquanto ele terminava o ensino médio, por isso acreditava que já poderia começar a trabalhar na área tão logo ingressasse no ensino superior.

À exceção de Leandro, que participou de um curso de mediação de leitura e o avaliou muito positivamente, os demais jovens deste grupo fizeram críticas ao programa e as palavras de Cleiton já deixam entrever parte delas: “A *bolsa compensava tudo*.” Mesmo que não tivessem a oportunidade de acessar o mundo do trabalho efetivamente, esses jovens até estavam dispostos a um curso de *qualificação*, assim como os demais, mas o que encontraram deixou muito a desejar: falta de estrutura, professores mal preparados – o mesmo que já fora enfatizado pelos outros jovens estudados. Participar foi importante pelas amizades, para *não ficar parado* – já que muitos estavam em busca de trabalho – e pela renda recebida. Também nesta narrativa o lugar em que estavam na época da entrevista, participando de um projeto de cooperativa, parece ter contribuído para acirrar ainda mais suas críticas. Os jovens da cooperativa, por exemplo, relataram ter seguido os cursos menos por considerá-los importantes e atraentes, e mais para não perderem a bolsa. Reconhecem, entretanto, que o programa foi uma ponte importante para levá-los até a experiência em que foram encontrados quando entrevistados: o projeto da Cooplurb, a cooperativa de geoprocessamento de dados. Foi a partir de sua participação no PBT que receberam o convite para integrar a experiência.

Assim, a experiência no projeto da cooperativa, como um elemento adicional na tríade anteriormente apresentada, provocou mudanças significativas na maneira desses jovens significarem e se relacionarem com o trabalho, a ausência de trabalho, sua família e a própria educação. Por meio dessa experiência, além dos diferentes cursos realizados, especialmente no campo da informática, esses jovens tiveram reforçada sua perspectiva de seguirem em direção ao ensino superior e passaram a problematizar mais fortemente o *trabalho com carteira assinada*.

Até mesmo o modo como relatavam seu desejo pelo trabalho quando mais jovens se modificou. Se a perspectiva de começar a trabalhar para ter seu próprio dinheiro era semelhante à dos demais jovens deste estudo, algo nas palavras de Cleiton marcava uma

diferença relevante: ao se referir a seu desejo pelo trabalho quando mais jovem, reconheceu que se tratava da influência do *sistema* (que pode ser entendido pelo sistema capitalista), levando-o a criticar sua postura e na sequência a postura dos demais jovens. Na mesma direção caminhavam as perspectivas de Alessandro e Silvia: no passado pensavam no trabalho fundamentalmente pela via do consumo, deixando entrever mudanças nessa maneira de pensar no momento em que foram entrevistados:

Não sei... naquele momento [risos] Não lembro, mas uma época eu queria trabalhar porque eu tinha vontade de comprar videogame, comprar um Playstation, era o meu sonho, um jogo muito louco [...]. Engraçado, né, você vê como funciona: era a questão da influência também, a influência do sistema... Você fica: videogame, videogame, videogame, só pensava em videogame e queria trabalhar para isso, para consumir videogame. Aí era mais isso, aí arrumei meu primeiro trabalho, pra mim se eu ganhasse R\$ 300 eu ficava pensando: putz, eu faria isso, faria aquilo, na verdade não era R\$ 300 era um pouco menos o salário mínimo na época, acho que era R\$ 200. (Cleiton, 20 anos, preto, ensino médio completo).

Cleiton já não se enxergava “*trabalhando de peãozão ou em um empreguinho num supermercado... imagina, antes eu queria trabalhar como empacotador, hein?*”. Sua ironia parecia relacionada ao fato de que à época da entrevista sua perspectiva em relação ao trabalho era bastante diferente. De certo modo, essa mesma perspectiva estava presente na narrativa de Silvia e Alessandro: já não se enxergavam trabalhando em ocupações que quando mais jovens até chegaram a pensar para si: balconistas, operadores de telemarketing, vendedores. Assim como para Alessandro e Silvia, a formação obtida no projeto da cooperativa, para além da escola regular, teve um papel central nessa mudança de perspectiva.

Vale aqui uma ressalva importante: embora chamada de cooperativa, a experiência da Cooplurb da qual participavam não era uma cooperativa constituída legalmente, no momento da pesquisa³⁰². Além do fato de não ser legalizada, situação encontrada entre muitas das

³⁰² A Cooperativa de Logística Urbana (Cooplurb) era um projeto do Instituto Idéias (organização não governamental), em convênio com uma outra ONG, no Jardim São Luís. Segundo informações levantadas para esta pesquisa, a divulgação através da mídia e de parceiros (como o Centro de Estudos da Metrópole e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - Pnud) enfatiza o uso de tecnologias de informação e comunicação, em especial o geoprocessamento, como forma de estimular a participação dos jovens nos movimentos sociais e políticos. O coordenador do Instituto Idéias e principal mentor da Cooplurb era um ex-líder sindical apresentado no site da entidade como “técnico metalúrgico, autodidata em geoprocessamento e tecnologias da informação”. De acordo também com as informações fornecidas por esta ONG, o projeto da Cooplurb tem origem em 2001, com jovens de 15 a 18 anos oriundos do Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano (Governo Federal/PMSP), na perspectiva de alternativas de auto-sustentação com domínio das informações da UPP 254 (norte do distrito do Jardim São Luís), tendo três objetivos distintos: distribuir à população informações de forma universal e gratuita, fomentando condições, cada vez mais amplas, para a realização dos desejos de mudança na prática do exercício da cidadania e da democracia; trocar informações de interesse dos poderes públicos na perspectiva de objetivar as políticas públicas de acordo com os interesses da população e por fim negociar informações mercadológicas com empresas, comércio e serviços. O termo UPP significa Unidade de Planejamento Participativo, concepção de zoneamento territorial baseado na

experiências dessa natureza, não se configurava como cooperativa porque, quando formulada enquanto projeto por uma ONG em parceria com uma associação local, o principal objetivo não era a geração de trabalho e renda e sim uma possibilidade de formação técnica e política. A perspectiva era de que no futuro o projeto pudesse se transformar, de fato, em uma cooperativa. De todo modo, desde o início era denominada cooperativa por se inspirar em alguns princípios norteadores desse tipo de organização, no contexto de avanço de ações de fomento à chamada economia solidária no Brasil³⁰³: 1) a maximização do lucro não seria o motor das atividades; 2) o poder deveria ser compartilhado por todos os trabalhadores; 3) os processos de decisão deviam ser democráticos; 4) a posse dos meios de produção devia ser do coletivo de trabalhadores (Nakano, 2004). A mesma autora, em seu estudo sobre experiências em empresas solidárias na região do Grande ABC, conclui que:

[...] no encontro de adultos da geração do novo sindicalismo e de jovens da geração das oscilações evidenciam-se as diferenças entre eles. [...] jovens são mais escolarizados e tiveram acesso a alguns bens materiais e culturais, diferentemente de seus pais, como também participam de grupos marcadamente expressivos e voltados para o convívio. [...] Ao transitarem da família, da igreja, da escola e dos grupos juvenis para a empresa, carregam consigo elementos da convivência que, especialmente, sua geração valoriza. A confiança, a amizade, a solidariedade passam a compor as relações existentes nas empresas, integrando-as, estruturalmente. (Nakano, 2004, p.232).

Assim, o objetivo do projeto da cooperativa era, em última instância, permitir que jovens de mais baixa renda conhecessem esse modo de organização do trabalho e tivessem acesso às tecnologias de informação e comunicação, especialmente de geoprocessamento de dados e ao ensino superior. O objetivo do trabalho de geoprocessamento de dados era bastante ousado: possibilitar aos jovens o conhecimento dos problemas do lugar onde estavam localizados, conscientizar a população desses problemas, convidando-os a ações comunitárias e a geração de renda que permitisse o ingresso e permanência desses mesmos jovens na universidade. Mas havia um limite etário para que o jovem encerrasse sua participação na

Pesquisa Origem-Destino do Metrô de São Paulo de 1997 e defendido pelo Instituto Idéias para uma nova territorialização da cidade.

³⁰³ O economista Paul Singer tem sido o nome de destaque no estímulo à economia solidária no país. De acordo com ele, “a economia solidária é uma *criação em processo contínuo* de trabalhadores em luta contra o capitalismo. [...] O que ela condena no capitalismo é antes de tudo a ditadura do capital na empresa, o poder ilimitado que o direito de propriedade proporciona aos meios de produção”. (Singer, 2000a: 13-14, grifos do autor). Cattani (2003:13-14) destaca o seu “impacto direto sobre a redução das desigualdades”, os “ideais de solidariedade” e a necessidade de “um novo quadro de valores” no bojo de seu desenvolvimento enquanto projeto alternativo ao “caráter predatório do capitalismo”. Também é importante mencionar, nesse contexto, a formação de uma rede de incubadoras de cooperativas no interior de universidades (Cattani, 2003; Singer, 2000b), aspecto que parece influenciar também a configuração do Instituto Idéias, acima mencionado, e o apoio ao projeto da Cooplurb.

cooperativa: 25 anos. Esperava-se que aos 25 anos este jovem já estivesse com o ensino superior completo e com formação suficiente para ingressar de um modo diferenciado no mundo do trabalho.

Inicialmente, Cleiton, Alessandro e Silvia se envolveram intensamente com o projeto. Por intermédio dele tiveram a chance do aprofundamento de seus conhecimentos em informática, de acesso a conteúdos específicos na área de geoprocessamento, produção de sites, realização de pesquisa empírica e análise de dados. Eles efetivamente aprendiam conteúdos que não se restringiam apenas a habilidades gerais, que muitas vezes, por seu caráter tão geral (como os “cursos de cidadania”), adquirem pouco significado na vida dos jovens.

A participação nessa experiência acirrou não apenas o desejo pelo ingresso no ensino superior e a visão de sua importância, como também foi revelando as condições concretas para enfrentá-lo, tanto do ponto de vista da formação quanto dos recursos: por intermédio dessa experiência Silvia acessou um curso de redação na USP, por exemplo. Da experiência dos amigos da cooperativa os jovens também começaram a perceber a possibilidade de ingressar na universidade mesmo sem a posse de recursos suficientes: alguns dos membros da cooperativa conseguiram bolsas pela própria universidade e outros seguiram *empurrando*. Era o que projetavam fazer. Uma vez na universidade, não seria o caso de buscar um trabalho fixo?

Poderíamos pensar, tal como ficou evidente entre alguns dos jovens estudados, que o ingresso ou a perspectiva de ingresso na universidade marcaria a necessidade de buscar um *trabalho fixo* mesmo em escalas mais baixas de salário e prestígio, com o intuito de garantir a permanência na universidade, mas não. Cleiton até cogitava essa possibilidade, mas preferia esperar um pouco mais – “*seis meses, talvez?*” – para decidir se iria ou não integrar-se ao “*tal mercado de trabalho*”³⁰⁴.

No entanto, à medida que o tempo passava, começaram a despontar tensões com os coordenadores do projeto da cooperativa e com seus familiares, principalmente no caso dos rapazes Alessandro e Cleiton. Ao mesmo tempo em que não queriam procurar emprego no *mercado de trabalho*, estavam sendo pressionados por suas famílias a fazê-lo. De todo modo, não era apenas a pressão de suas famílias. Para os dois também havia o desejo de que o projeto da cooperativa se transformasse em mais do que um espaço de formação. Nas palavras de Cleiton: “*Era preciso fazer a cooperativa virar.*” *Virar* significava, mais precisamente,

³⁰⁴ Era sempre com muita ironia que Cleiton referia-se ao mercado de trabalho. Também foi um dos poucos jovens que lançou mão dessa expressão por várias vezes ao longo da entrevista.

gerar renda, fazer menos atividades de formação, principalmente de formação política, e pensar concretamente na geração de renda para seus integrantes. Era no meio dessa tensão que se encontravam quando foram entrevistados.

6.3 Ampliando as chances de escolha

À época da entrevista, nenhum dos jovens desta narrativa estava em busca de trabalho. Leandro contava com apoio de sua irmã, já casada e trabalhando como enfermeira, para manter-se no supletivo do ensino médio e cursar enfermagem em uma escola privada. Pode-se dizer que sua irmã era um suporte bastante real em sua vida: muito além do apoio material, ela discutira com ele os cursos que poderia fazer, aquilo que mais gostaria, e ajudou na busca por uma escola. Assim como ela, seu grupo de amigos, uma turma que curti rock e skate, também era fundamental. Ele os conheceu em um festival de rock da região e, desde então, vinha sendo influenciado por eles. Nesse sentido, sua fala remete ao que foi pontuado por Dayrell (2007), quando reflete sobre a turma de amigos como uma “referência na trajetória da juventude”:

[...] super legal essa galera... engraçado, roqueiro tem uma cara assim de mau, que usa droga, engraçado todo mundo curtia rock, mas ninguém gostava de droga, todo mundo sério e brincalhão ao mesmo tempo, muito legal. Aí tinha um colega nosso lá que ele fazia fisioterapia, só que aí ele não tava conseguindo pagar, ele mudou pra educação física, tá nisso até hoje, tá no segundo semestre de educação física, é legal. Assim, conversando com ele, aí que eu fui saber uma pouco mais sobre política e religião, assim essas coisas do gênero. Isso que eu achei muito legal do pessoal de lá. E essa galera, realmente eles me mudaram um pouco assim, todo mundo responsável, cada um tinha as suas obrigações. Engraçado, eles que me inspiraram um pouco a fazer a faculdade, que no caso é de enfermagem, eles e minha irmã, que pra mim é tudo pra mim, minha irmã. Aí no caso eu pensei, como ainda falta, eu vou terminar [o ensino médio] esse ano, se Deus quiser, aí eu vou me adiantando, comecei a fazer um curso de auxiliar de enfermagem. (Leandro, 19 anos, preto, ensino médio incompleto).

Em troca do apoio dado por sua irmã em várias tarefas – “uma mão lava a outra” –, pagava contas, fazia compras, lavava louça, dentre outras atividades. Uma vez que estava *agarrando a chance* de estudar, não pensava em procurar trabalho e também não se considerava desempregado. Esperaria o momento de procurar trabalho em sua área. Os jovens da cooperativa também pretendiam encontrar um trabalho na *área*, mesmo que ainda não tivessem alcançado o ensino superior e ainda não tivessem muita clareza do curso a

realizar³⁰⁵. Mais do que Leandro, Alessandro, Cleiton e Silvia eram muito reticentes em relação à possibilidade de desempenhar algum outro tipo de trabalho. Certamente pela experiência na cooperativa, questionavam-se em relação ao trabalho assalariado, particularmente àquelas ocupações que estariam mais disponíveis aos jovens. Nenhum deles estava procurando trabalho para além das atividades que realizavam na experiência da cooperativa, que muitas vezes eram mais percebidas como parte de um processo de formação.

Os jovens da cooperativa recusavam-se – ou declaravam recusar-se –, naquele momento, a assumir uma relação de trabalho na qual haveria necessidade de se submeter a um padrão e/ou a um determinado tipo de trabalho considerado rotineiro, com poucas perspectivas de aprendizado e de mudanças reduzidas. Se para outros jovens a recusa de um trabalho considerado *explorador* era pautada por experiências concretas em empregos diversos, entre os jovens da cooperativa, apenas Cleiton havia tido alguma experiência no mercado de trabalho. Mesmo que nem todos eles concordassem que o tal mercado se assemelhava a algum tipo de *monstro*, tal como aparecia na visão de algumas lideranças da cooperativa da qual participavam, era muito instigante notar a fala de Cleiton: ele afirmava que poderia *abrir uma exceção* e procurar um trabalho nesse mercado. Não tinha tanto medo dele, assim. De todo modo, a experiência havia lhe propiciado um olhar mais crítico para o mundo dos empregos, tendo ampliado, sobretudo, a visão do que poderia ser considerado trabalho.

Era evidente nas falas desses jovens a lógica do indivíduo ético, da tomada de um distanciamento crítico em relação às opções de trabalho que percebiam ter a sua volta. (Dubet, 2005). O trabalho também poderia ter um componente de diversão, aproximando-se da perspectiva de Pais (2001, p.18), quando este assinala a possibilidade de desenvolvimento de novas concepções de trabalho e de lazer e, no caso de muitos “cibernautas”, de um novo rumo, o da “compatibilidade do trabalho com o lúdico”.

O trabalho é uma forma de se manter e que você busca a melhor forma possível pra isso: tem a forma cooperativa, tem a forma tradicional, assalariada... Eu antes não pensava tão a fundo assim, superexploração, sabia que tinha assim, nossa, esse trabalho é sacanagem, empacotador, pelo amor de Deus! Eu não tinha essa visão global do capitalismo, da exploração, até hoje não tenho um estudo assim sobre isso, às vezes a gente precisa ler livros pra entender melhor, pra ter mais embasamento teórico, uma série de coisas... (Cleiton, 20 anos, preto, ensino médio completo).

Então, eu procuro, o máximo pra mim do trabalho, não pela carteira assinada e sim pelo conhecimento que eu tô desenvolvendo, não adianta nada ter carteira assinada e não saber nada [...] Assim, pra minha mãe qualquer um tá bom, pra mim eu não vejo isso, principalmente hoje.

³⁰⁵ O que muda quando foram encontrados um ano depois, como será visto.

Trabalhar para mim é diversão hoje, na cooperativa é diversão. Porque esses dias nós tava... tinha que entregar segunda-feira o trabalho, né, tava com o prazo apertadíssimo né, pra estourar, aí nisso foi o que eu falei pra você lá, né, fui jogar bola de manhã no domingo, aí de lá eu já venho pra cá trabalhar, cheguei à uma e meia, aí fui trabalhando, trabalhando até a meia-noite. (Alessandro, 22 anos, preto, ensino médio completo).

Ainda que Alessandro tomasse seu trabalho como *diversão*, parecia evidente que nem sempre os jovens da cooperativa realizavam suas atividades em condições adequadas: prazos apertados, muitas horas de trabalho, dificuldade em prever quando receberiam algum tipo de trabalho para realizar e pagamentos atrasados. De todo modo, a despeito de tudo isso, avaliavam sua situação como muito melhor do que a dos amigos que se submetiam a trabalhos nos quais estavam sujeitos a muita humilhação e exploração. Nessa perspectiva, por vezes consideravam-se privilegiados:

Pelas coisas que eu sei, que eu tô aprendendo, assim, no dia-a-dia que eu tô passando. E os jovens, hoje, assim, muitas vezes não têm oportunidade, ou então eles não vêem essa oportunidade aparecer, geralmente ficam dentro de casa, ou então na rua, não faz alguma coisa de produtivo, eu acabo fazendo algo... (Silvia, 19 anos, preta, ensino médio completo).

Então eu tenho alguns amigos que trabalham em pizzeria à noite, não sei o que, já me chamaram pra trabalhar com eles, mas eu falei: 'Não, isso daí não é pra mim.' Já dei conselhos pra eles 'não leva isso daí pra sua vida, que isso daí não presta, não sei o que, receber R\$ 10 por dia, melhor receber um dinheiro por mês, sendo uma coisa que você goste, uma coisa que não tenha perigo'. Aí nisso o trabalho que eu tenho hoje já fala tudo, que não é um trabalho de patrão e empregado [...]. Aí nisso eu não vou chegar lá fora, os outros vão falar de trabalho pra mim e eu vou ficar quieto, eu dou um conselho ou falo o que eu tô fazendo, eu não falo que eu sou diferente deles assim, a forma de trabalho e sim na forma de pensar do trabalho. [...] É, aí eles estão na mesma agora, aí agora eles fizeram dezessete [anos] e estão procurando emprego e tal, o que vir tá bom pra eles, um trabalha num lava-rápido agora, outro numa pizzeria o outro tá procurando trabalho... O outro tá procurando trabalho no McDonald's, eu já falei o que é McDonald's pra ele, não é certo isso daí, trabalhar lá, mas é uma forma de trabalho né, cada um tem uma forma, né? (Alessandro, 22 anos, preto, ensino médio completo).

Ainda que aconselhando seus amigos a tentar outras formas de trabalho, os integrantes deste grupo também reconheciam que por vezes os empregos que conseguiam eram o único meio de ganharem *algum dinheirinho* todo mês, dado o cenário de intenso desemprego. Nesse sentido, tinham uma atitude respeitosa para com suas *opções*. Para eles próprios essa busca por uma ruptura e pela mudança de olhar para o mercado de trabalho não se realiza sem conflitos com suas famílias, consigo mesmo e com suas escolhas: “*Será que já não estaria terminando a faculdade se não tivesse me metido nessa história?*”, questionava-se Cleiton.

Neste capítulo, e particularmente no caso dos jovens da cooperativa, os conflitos em relação às expectativas familiares aparecem com mais intensidade. Suas famílias expressavam forte preocupação em ver os filhos envolvidos com a cooperativa: “*Isso daí não é trabalho.*” Tinham a expectativa de que os filhos fossem em busca de um emprego no mercado de trabalho formal, onde tivessem um salário e registro em carteira. Se os três eram questionados por suas famílias, os rapazes o eram muito mais intensamente. No caso de Silvia, sua mãe ficou incomodada no início, mas aos poucos passou a aceitar a perspectiva da filha de buscar algo de que gostasse, que lhe desse prazer, valorizando os cursos que realizava.

Ah, hoje, assim, melhorou bastante porque eu tô recebendo pelo menos a bolsa, mas antes de ficar vindo todo dia pra cá, assim de ficar gastando sola de sapato, roupa, aí depois chegar em casa não ter dinheiro, não recebe nada, de ficar ainda vindo a pé de casa pra cá, aí tipo ela pensa que eu tô sendo explorada até [...] Não é que ela [a mãe] pense que seja um trabalho, a minha mãe até hoje não considera aqui como um trabalho, ela não fala, quando eu venho pra cá, ‘ah então você já vai pra lá, ou já vai pro seu curso?’, mas nunca fala em trabalho. Aí então nisso acho que de vir pra cá, se não tá recebendo assim um salário não é trabalho, trabalho é se tá recebendo mesmo um dinheiro. Eu já não ligo muito, não. Assim eu sei que eu tô fazendo algo que tem futuro e que eu gosto, então eu tenho mais que acreditar e seguir aquilo que eu quero mesmo. Agora ela tá entendendo um pouco mais isso... (Silvia, 19 anos, preta, ensino médio completo).

Quanto aos rapazes, e principalmente no caso de Alessandro, a pressão de sua mãe era muito maior. Novamente aqui, as condições materiais da família pareciam importantes: a mãe de Alessandro sustentava a casa apenas com o dinheiro proveniente da pensão de um de seus ex-maridos, seu filho mais velho (e que a ajudava financeiramente) casara e sua filha mais velha havia perdido o emprego. O pai de Alessandro, divorciado de sua mãe, não contribuía para o orçamento doméstico. Além das despesas da casa, a mãe do jovem também tinha que arcar com a prestação do apartamento onde moravam. Ela parecia inconformada com o sossego de Alessandro³⁰⁶.

³⁰⁶ “O Alessandro é muito sossegado sabe... Pra ele tanto faz ter como não ter, ele não esquenta a cabeça com nada, às vezes eu dou conselho pra ele, falo: ‘Alessandro, meu filho, você já tá com 23 anos nas costas, precisa se preocupar um pouco, ir trabalhar, ter sua carteira registrada, né?’. Porque hoje em dia a gente não é nada, não tendo um recurso de uma carteira registrada qualquer coisa, pronto, quando chegar certa idade como é que vai fazer? Aí ele fala: ‘Ah, mãe não esquenta a cabeça, mãe’. Aí tem um tal homem que é da cooperativa, né, conheceram eles lá na cooperativa, ele pega serviço dá pra eles fazer, mas pra gente ver algum troquinho, olha, é duro, sabe... Precisa tá em cima, xingando: ‘Eu preciso pagar aquela conta, Alessandro, como é que eu vou fazer?’. E ele: ‘Calma mãe, não é assim’. Eu falo: ‘Meu filho você não é dono de casa, você não esquenta a cabeça, mas a gente que é mãe, a gente esquenta a cabeça quando falta alguma coisa, um alimento pro filho, ou senão pagar uma conta, a gente esquenta a cabeça, você não esquenta, você é novo, não tem família, não tem como esquentar’. Aí ele fala: ‘Ah, mãe tenha paciência, não é assim’. Eu falei: ‘Meu filho, eu quero que você saia pra trabalhar, tenha uma coisa registrada, mas não ficar trabalhando dentro de casa e nessa cooperativa e não ter nada, isso não é futuro pra você’. Porque estudo ele tem, graças a Deus ele estudou, tem o estudo, eu queria uma coisa melhor pra ele...”. (Márcia, mãe de Alessandro).

A situação da família de Alessandro era realmente mais difícil do ponto de vista financeiro, mas Alessandro tentava resistir ao máximo em abrir mão de seus projetos na cooperativa e de formação. E as palavras de sua mãe eram ambíguas: ao mesmo tempo em que desejava que ele saísse em busca de trabalho com registro e efetivamente contribuísse no orçamento doméstico, também afirmava que ele *não era dono de casa*, o que de certo modo diminuía suas responsabilidades. Ao mesmo tempo, além do registro, o que parecia desejar era algo melhor para o filho, já que ele era o único da casa que conseguira estudar, significando, tal como observado em narrativas anteriores, a conclusão do ensino médio. Se, por um lado, a mãe de Alessandro parecia ter razão em considerar que, dadas as condições materiais de sua família, ele estava muito tranquilo, por outro, ao atribuir a responsabilidade ao *sossego* do rapaz, ela ignorava que as dificuldades para que o filho conseguisse uma vaga relacionavam-se a determinações sociais mais amplas. A pressão da mãe o levou a refletir – reflexão esta que ficou ainda mais aguçada por conta de um jogo de computador no qual, virtualmente, precisaria manter uma casa: se era difícil no jogo, imagine na vida real, concluía.

É porque minha mãe fala das dificuldades que ela tava tendo em casa, ela falou: 'Quando você tiver sua casa, você vai pagar suas contas, você vai saber as dificuldades que você vai ter.', Aí nisso fez eu parar, refletir, pensar, eu falei quando eu tiver minha casa como é que vai ser? Aí nisso lançou um joguinho de computador que você faz sua casa, que você paga a conta de água, paga conta de luz, você constrói a sua família, tem um relacionamento, você se preocupa com a casa, tem que limpar, tem que cuidar, custa dinheiro e isso me fez pensar mais ainda, como é difícil, é difícil pra jogar, imagine na vida real, então! (Alessandro, 22 anos, preto, ensino médio completo).

Mas as tensões não estavam colocadas apenas na relação com a família. À medida que o tempo passava e a cooperativa não gerava os rendimentos necessários para que pudessem ter uma maior independência, principalmente os rapazes começavam a se questionar quanto à viabilidade de se manterem no projeto, sobretudo nos momentos em que comparavam suas situações às de outros colegas.

Emprego, emprego, emprego... Pra mim é assim, é meio que assim... é como uma escada. Eu pensava em algo pra alcançar algo, tipo uma ponte, né? Eu pensava assim, eu trabalharia em um supermercado de sol a sol sim, mas para quê? Pra conseguir dinheiro pra fazer faculdade pra arrumar emprego melhor. Tinha consciência que ia fazer faculdade, tinha perspectiva de fazer faculdade já... Por isso que eu me excludo da maioria porque a maioria não tem perspectiva mesmo... eu sei como que é a realidade, sei disso, entendeu? De você perguntar pra uns amigos, e aí: o que você vai fazer? 'Vou fazer nada, que faculdade que nada.' Acontece muito. Mas eu tinha sempre esse pensamento de fazer faculdade, tal, não sei o que, tal... E aí se eu arrumasse um emprego e tal, mesmo que trabalhasse direto pra mim era isso, tal... Mas aí, hoje em dia, agora assim, que eu quero fazer faculdade... O problema é

que sou muito ansioso às vezes, sei lá, ansiedade, de você ver as coisas acontecendo... Você vê... um colega arrumou um emprego legal, fez faculdade, outro comprou uma moto. E eu estou na cooperativa... cooperativa... cooperativa... e o negócio não anda... [risos]. É que todo mundo tem um sonho individual também, né? É um sonho antigo, nosso trabalho também já é o social também, nosso trabalho se mantém e com isso, também ajuda toda a população, nosso trabalho é super legal, mas também quero ver a coisa como indivíduo. Como falei, jovem quer ver, quer dinheiro agora... também o pessoal tem a maior pressão em casa... (Cleiton, 20 anos, preto, ensino médio completo).

De certo modo, havia entre os três jovens da cooperativa a percepção de que um dia poderiam vir a ter que enfrentar esse mercado, e alguns elementos pareciam contribuir para isso: o próprio fato de que só poderiam participar da cooperativa até os 25 anos; a dificuldade da cooperativa em efetivamente gerar renda; e a forte tensão, evidenciada especialmente por Cleiton e Alessandro, entre a perspectiva de geração de renda do empreendimento e a formação política intrínseca ao projeto. Mais do que gerar recursos, parte importante das lideranças da cooperativa estava mais preocupada – na perspectiva dos dois jovens – em fazer discussão política. Por vezes eram *convocados* para a discussão de algum assunto de caráter mais político quando estavam exatamente no meio de um trabalho. Aqui vale retomar que alguns jovens aprenderam a mexer com ferramentas de geoprocessamento e que a cooperativa havia conseguido contrato com algumas empresas e entidades. Eram os jovens que realizavam o trabalho, mas nem todos. Uma parte ocupava-se dos assuntos administrativos e políticos da cooperativa. Ocorre que a grande reclamação de Cleiton e Alessandro girava em torno da sobrecarga de trabalho apenas em torno de alguns. Soma-se a isso o fato de que, na perspectiva de integrá-los à discussão, esses outros componentes convidavam os jovens a participar. Mas se eles participassem das discussões, quem faria o trabalho a ser entregue para os parceiros? Sem entrar no mérito do complexo debate em torno da divisão do trabalho em experiências que procuram se aproximar do formato de cooperativa, havia ali uma clara tensão.

Outro aspecto gerador de muitos conflitos com esses jovens dizia respeito à obrigatoriedade de participação em reuniões, novamente para discutir política, nos finais de semana, o que foi ficando cada vez mais difícil na perspectiva deles: Cleiton tinha compromissos na igreja (era evangélico)³⁰⁷ e Alessandro no futebol. Porém aqui é importante uma ressalva: se fosse necessário trabalhar e *virar* noites para entregar um determinado trabalho, pareciam estar disponíveis e muitas vezes fizeram isso, mas não queriam *perder*

³⁰⁷ No caso de Cleiton, a religião era um suporte importante e não desejava abandonar sua participação nessa esfera, para dedicar-se apenas à cooperativa.

tempo com discussões de ordem política em detrimento do trabalho, em suas perspectivas. O que parece estar implícito aí é o fato de não desejarem uma adesão incondicional ao projeto da cooperativa. Queriam participar, mas com possibilidade de espaço para a continuidade de realização de seus projetos e necessidades individuais para além do âmbito da cooperativa.

Assim, a dificuldade da cooperativa em responder às necessidades de recursos e, fundamentalmente, as exigências que eram feitas aos seus componentes para além da realização do trabalho necessário já geravam dúvidas em Alessandro e Cleiton. Estavam avaliando se continuariam ali, muito embora seus planos de formação permanecessem. No caso de Silvia, as tensões eram bem menores. Ela sentia-se mais integrada ao projeto da cooperativa. Aliás, a participação neste projeto havia lhe possibilitado chances de circulação por outros espaços da cidade, a realização de viagens para outros estados acompanhando a equipe, a aquisição de um computador, a participação em um curso de redação da USP, dentre outros aspectos muito valorizados por ela.

A despeito de algumas crises e tensões, outro aspecto que fez com que os jovens fossem reunidos neste grupo era o grande otimismo em relação às suas perspectivas: particularmente no caso dos jovens da cooperativa, com a formação que detinham, se fosse necessário, não teriam dificuldades para encontrar um trabalho. As dificuldades eram dos amigos: os amigos que não podiam ou não poderiam escolher o trabalho, eles sim. Mais confiantes, mesmo com todas as dificuldades, apostavam que conseguiriam trabalho depois, quando e se saíssem para procurar. Essa procura já seria nas áreas de seus interesses. Conseguiram definir uma área de atuação, o que tornaria a procura mais fácil e menos aleatória: *não vão atrás de qualquer coisa*. Também chama atenção na fala de Cleiton o fato de parecer não atribuir à experiência da cooperativa suas maiores chances, mas sim, ao seu esforço individual de *correr atrás*, à semelhança do que afirmava João do grupo analisado no capítulo 5:

Você pode arrumar emprego, mas não é emprego que você pode escolher assim, que você tem uma opção de escolha... O emprego, o primeiro emprego que surgir você pega. É uma coisa horrível, você vai pra rua, você nem sabe qual direção que você vai, que área que você vai trabalhar: eu quero emprego, eu quero emprego! E aí você vai lá... Algumas vezes fui na Força Sindical...[risos] Nossa, meu, que sono... de manhã... Saía de casa quatro e meia da manhã, pegava senha, ficava lá... vaga pra tal... Experiência, pede muita experiência... experiência da pessoa sem nunca ter tido o primeiro emprego... Não tem como, coisa meio ilógica, não tem como. Como vai ter experiência? E aí acho que não ganhei experiência. Esse negócio de experiência, tinha vezes que não batia muito o perfil.... um saco... é difícil, mas eu tenho certeza que conseguiria arrumar emprego... se fosse, conseguiria sem muitos problemas. Falar que: ah, se não fosse a cooperativa eu seria um pobre coitado....como te falei, nada disso, sempre

tive consciência que sou eu que faço, que tenho que correr atrás. Eu ia atrás, ia me dedicar, tenho conhecimentos, ia buscar, essa coisa... de buscar, de saber, de saber mais ou menos o que procurar... (Cleiton, 20 anos, preto, ensino médio completo).

Diversamente de Cleiton, Silvia pareceu reconhecer o peso da experiência na cooperativa para o seu futuro, valorizando, como já indicado, a formação recebida. A experiência da cooperativa estava lhe possibilitando principalmente uma preparação para o mercado de trabalho, era uma passagem para que alcançasse a profissão almejada. Mesmo sabendo que a experiência tinha data para terminar, Silvia sentia-se privilegiada em relação aos outros jovens: enquanto os outros não estavam fazendo cursos, ficavam *sem fazer nada*, a cooperativa estava lhe permitindo ter contato com pessoas, fazer cursos e atuar como educadora, de modo que essas experiências poderiam fazer parte do seu currículo. Aprender a mexer no computador, produzir sites, acessar a internet, conviver e conversar com pessoas todos os dias, são aprendizados que Silvia destacou e que considerou que iriam ajudá-la no futuro. De todo modo, sua seta estava fortemente direcionada para o futuro: era no futuro que veria recompensados os esforços que vinha fazendo no momento.

Ah, acho que é bom, que serve de experiência, tipo assim, pro futuro até tudo que eu estou aprendendo hoje eu vou poder usar assim em outros trabalhos. E mesmo assim, sem tá tendo dinheiro hoje eu tô tendo coisas na minha formação, que é assim, bom para mim do mesmo jeito, não é só dinheiro.[...] Assim se eu... ah, tipo de eu ter, por exemplo, quando não tiver mais aqui um dia, por exemplo, de eu estar procurando emprego eu vou ter experiências, assim sei mexer em micros, fiz curso de contabilidade, agora vou começar a ser educadora, então vou ter esse contato com pessoas. Ah todas essas coisas que eu tô fazendo hoje aqui então eu posso tá pondo no currículo até. Até porque assim, a minha diferença, hoje, que eu vejo nos jovens é que os jovens hoje, assim, na maioria, eles não fazem curso, não fazem nada, então hoje eu tô fazendo, tô assim... sou privilegiada até assim de ter essa diferença dos jovens atuais. (Silvia, 19 anos, preta, ensino médio completo).

Os jovens aqui apresentados também consideravam que, em uma entrevista de emprego, já não se comportariam segundo as regras dos tantos cursinhos que pretendem ensinar como se comportar no mercado de trabalho. Embora Cleiton tivesse feito muitos deles, à época da entrevista avaliava-os como uma forma de *exploração da ignorância do povo*, demarcando a incapacidade do Estado em atuar sobre essa dimensão:

Desde quando tinha uns 14 anos aí eu fiz esses cursos, esses cursos ensinavam como se portar numa entrevista, como se vestir, as pegadinhas, as dinâmicas... Inclusive têm bastantes cursos aí pra ganhar dinheiro do povo também, né? É a exploração da ignorância do povo... é ignorante, então a gente pega, porque toda forma de ignorância é forma de lucro pra eles... Cursinho é uma forma de lucro. Aí você vê a incapacidade do Estado sobre isso, então gerou um outro mercado, a falta de informação sempre tá

gerando outros mercados, isso é ruim pra caramba... (Cleiton, 20 anos, preto, ensino médio completo).

Diversamente do que afirmavam os jovens do capítulo anterior, não tentariam se comportar segundo o desejo do empregador, mas sim de acordo com sua própria maneira de ser, com objetividade, sinceridade e expondo suas próprias idéias, sem ficar sendo *aquele robozinho*, como eles dizem: “*Não tem como medir um ser humano assim, acho que isso é uma forma massacrante.*” O relato de Cleiton é emblemático do desejo desses jovens de não atuarem apenas em função de uma lógica instrumental, mas de conseguirem imprimir alguma direção em seus próprios destinos, na perspectiva de dialogar com o indivíduo ético que possuem, para além de uma lógica do indivíduo racional ou da integração social (Dubet, 2005). Essa mesma perspectiva também estava em Leandro, quando este reconhecia:

Eu sou pobre, porém tenho opções. Já que tenho a opção de estudar, então vou optar por estudar, melhor do que eu sair daqui, procurar um serviço e parar com a escola. E aí depois que eu terminar esse curso eu vou conseguir um emprego rápido e já vou direto para a faculdade, vou correr atrás de bolsa, alguma coisa, mas eu pretendo fazer faculdade [...] depois acabei passando o tempo, falei ah não vou procurar emprego vai, vou me dedicar mesmo, estudar, correr atrás do que eu quero, aproveitar enquanto eu tenho essa oportunidade né, não é todo dia que você tem essa escolha, que você pode escolher do que você quer trabalhar? Aí eu fiz isso então. (Leandro, 19 anos, ensino médio incompleto).

De fato, esses jovens estavam esforçando-se intensamente para imprimir alguma direção em seus destinos, para efetivamente terem chances de escolha. Diante disso, nenhum deles se considerava desempregado; em nenhum momento de suas vidas, até o momento da entrevista, haviam se sentido desse modo. Nas palavras de Alessandro, sua vida *era muito boa* para se considerar como tal. Silvia considerou que nunca se sentira desempregada porque sempre *correu atrás* de cursos para fazer, de outras experiências. Desemprego era algo que, em sua casa, apenas sua mãe havia vivenciado. Associa desemprego à responsabilidade com o orçamento doméstico e, no caso dos jovens, a ficar parado em casa, sem fazer nada, ou mais especificamente, sem sequer fazer um curso. No caso de Cleiton, ele hesitou, mas não conseguiu terminar a palavra desempregado em sua fala. Ao mesmo tempo, também não se considerava empregado na cooperativa como parecia ser o caso de Alessandro e até mesmo de Silvia. Para ele, faltava às pessoas da cooperativa levar o trabalho um pouco mais a sério, imprimir algum ritmo, disciplina e regularidade ao trabalho. Sua análise era bastante significativa: a cooperativa precisava se decidir entre atuar como projeto social ou como empresa.

Ah, minha vida é boa demais pra palavra desempregado, mas assim, quando minha mãe falava ‘vai trabalhar, vagabundo’, eu não levo uma forma de estar desempregado no momento, mas de não informado do que tá

acontecendo, a minha mãe, ela de estar informada, porque eu tô trabalhando, apesar de às vezes fico parado um tempo, até vi um trabalho pra fazer, mas eu nunca me senti desempregado não, falar a verdade assim, porque assim você começa a se sentir desempregado a partir do momento que você tá trabalhando e precisa do dinheiro, aí você é despedido e tem contas pra pagar, aí sim você vai se sentir desempregado, aí você vai procurar uma forma de arrumar emprego rapidamente pra pagar suas contas e essas contas pra pagar eu não tô tendo no começo... Tô tendo em casa, em forma de ajuda pra minha mãe e a conta de telefone, mas, assim, com o trabalho que eu faço, assim, por enquanto eu não me sinto desempregado, então eu nunca me senti também... Eu não quero enxergar por enquanto essa coisa de desemprego, de procurar emprego porque eu tô trabalhando, gosto do que eu faço, eu não quero me ver, por enquanto, procurando emprego, mais pra frente quem sabe... (Alessandro, 22 anos, preto, ensino médio completo).

Eu, praticamente, eu não fiquei parada, assim, quando eu parei de estudar começou o Bolsa Trabalho, aí quando terminou o Bolsa Trabalho eu comecei a vir pra cá, então assim eu não tive esse tempo de ficar parada em casa pra falar assim: eu tô desempregada. (Silvia, 19 anos, preta, ensino médio completo).

É eu sou jovem desemp... Melhor, desempregado não, estou empregado na cooperativa. Mas... Não, eu não me sinto empregado na cooperativa. Acho que falta aquela coisa de ser mais parecida com trabalho mesmo, de pensar um pouco no mercado. Se queremos tirar alguma renda dali precisamos ter alguma disciplina, algum horário fixo, algumas regras. Eu penso assim, que tem que trabalhar duro. Quer montar banco de dados? Cadê o banco de dados? Cadê as percorridas? Não dá prá ficar brigando com isso. Quando eu falo, o pessoal logo coloca tudo como se fosse culpa do sistema, como se eu tivesse defendendo o sistema de mercado de trabalho capitalista, mas eu não penso assim. Se queremos fazer alguma coisa que dê algum dinheiro precisamos de um mínimo de disciplina. A cooperativa precisa se decidir entre ficar como projeto social ou como empresa, penso assim. É difícil gerar renda e ter objetivos sociais ao mesmo tempo. Questão do mercado... Preferia então que a gente fosse trabalhar com a comunidade, que fosse fazer projetos, que desse bolsa pra faculdade e tal... Seria uma alternativa melhor do que ficar assim, nem uma coisa, nem outra. (Cleiton, 20 anos, preto, ensino médio completo).

Para esses jovens, no entanto, a despeito das críticas, a possibilidade de continuar um pouco mais no projeto da cooperativa atrelava-se ao fato de ainda não terem uma família para sustentar, ou seja, em função de não serem provedores, em suas avaliações. Segundo Cleiton, um fato predominante “*é a situação que a pessoa tá vivendo... mas se eu tiver num aperto, tiver com família, quando o cara tem que sustentar filho, o cara já não vive pra ele mais, não tem muito como ficar escolhendo*”. Com isso ainda atribuía-se a possibilidade de escolha.

Assim, a condição material e a própria posição que tinham em suas famílias, ao lado de sua escolaridade e da participação no projeto da cooperativa (ou no grupo de amigos, no caso de Leandro), permitiam a esses jovens adiar um pouco mais o ingresso no mercado de

trabalho e dedicar mais tempo à formação, com planos de cursar o ensino superior. E os projetos de formação não paravam na conclusão da faculdade. Queriam ir além: cursos de aperfeiçoamento, pós-graduação, outra faculdade. Se os planos de formação estavam mais claros e próximos, outros planos relativos a casamento e vida familiar ainda estavam distantes. Tanto para Silvia quanto para os rapazes, essa seria uma tarefa apenas para quando estivessem com *tudo estruturado* e os caminhos mais bem definidos. Nesse sentido, as intensas experiências vividas faziam com que seus projetos fossem bem além da constituição de uma família.

Quando reencontrados, um ano depois (2006), foram observadas algumas mudanças em seus percursos. Alessandro havia saído da cooperativa para trabalhar em um bingo. As dificuldades materiais de sua família e a intensa pressão da mãe o levaram a este emprego, onde permaneceu por apenas um mês. Além de distante de sua casa, era muito difícil a realização daquele tipo de trabalho, muito diferente do que projetava para si. Não voltou à cooperativa, pois considerava que as lideranças estavam muito mais preocupadas com a formação política de seus membros do que com a geração de renda. Assim, estava trabalhando em casa, prestando serviços para uma das empresas que conseguiu contatar a partir da experiência da cooperativa. Era algo bastante precário, com jornada e salário muito irregulares, mas ele estava apostando nessa perspectiva de *prestador de serviços*. A questão era *driblar* as pressões de sua mãe. Cleiton e Silvia continuavam na cooperativa e ambos haviam ingressado no ensino superior, o primeiro cursando gerenciamento da informação em uma faculdade privada da região, e Silvia o curso de ciências sociais na PUC, o que deixou ela e sua mãe muito orgulhosas: *não era em uma faculdade qualquer*. Estava começando a trabalhar como educadora de jovens em um projeto na ONG de que participava, mas tinha muitas dúvidas e por vezes sentia-se solitária na resolução de problemas que apareciam na *sua sala de aula*.

Seus relatos tanto na primeira quanto na segunda entrevista deixaram entrever o significativo dilema entre a abertura de horizontes a partir das experiências que haviam vivenciado e o estreitamento de oportunidades para sua realização. Tal dilema já causava muitas tensões em seus percursos. Muito embora parte delas pudesse ser minimizada por seu lado estrategista (Dubet, 2005) de uma busca contínua de ferramentas instrumentais em função de seus interesses e necessidades, não é possível ignorar a possibilidade de perdas nessa busca de realização de si e de seus projetos diante de chances tão restritas de efetivá-los.

Quadro 4 – Perfil dos jovens do grupo 4: Para além do trabalho, em busca de novas possibilidades

NOME	IDADE	COR / RAÇA	ESCOLARIDADE	POSIÇÃO NA FAMÍLIA	RENDA FAMILIAR PER CAPITA	SITUAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO	CURSO REALIZADO NO PBT	ANO / DURAÇÃO
Alessandro	22	preto	ensino médio completo	Filho	menos de ½ SM	trabalhava na cooperativa, não procurava emprego	cidadania e computação; posteriormente geoprocessamento de dados	2003 (seis meses)
Cleiton	20	preto	ensino médio completo	Filho	de 1 a 2 SM	trabalhava na cooperativa, não procurava emprego	cidadania e computação; posteriormente geoprocessamento de dados	2003 (seis meses)
Leandro	19	preto	cursando 2º ano ensino médio e técnico em enfermagem	Filho	menos de ½ SM	estudante, não procurava emprego	cidadania e agente de leitura	2003 (oito meses)
Silvia	19	preta	ensino médio completo	Filha	de ½ a 1 SM	trabalhava na cooperativa, não procurava emprego	cidadania e computação; posteriormente geoprocessamento de dados	2003 (seis meses)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os jovens, principais sujeitos deste estudo, contribuem para reafirmar que, no Brasil, o trabalho também faz a juventude. Ao mesmo tempo, e por esse motivo, sinalizam a multiplicidade dos modos de viver e dos modos de significar a ausência de trabalho. E vão além, muito além, dos números e taxas de desemprego, da forma como são percebidos pelo programa público do qual participaram, da forma como são (ou não são) entendidos pelo conjunto das ações públicas e das iniciativas não governamentais destinadas aos jovens de baixa renda no país.

Para tornar mais clara essa consideração, é preciso retomar, ainda que de maneira breve, as narrativas juvenis aqui organizadas em torno de quatro grupos: Trabalhando *desde cedo* (1); Do sonho com o *trabalho de verdade* à busca pelo trabalho possível (2); Em busca de melhores empregos (3); Para além do trabalho, em busca de novas opções (4). Embora os jovens de todos esses grupos estivessem muito próximos em termos de renda e condições de vida, foi possível observar uma miríade de sentidos atribuídos ao trabalho e à sua ausência, e em particular ao que costumeiramente se denomina *desemprego*.

Por detrás de uma similitude de posições estruturais, “esconde-se uma grande diversidade de estados sociais” (Martuccelli, 2004, p. 303). Aqui, essa diversidade pode ser percebida a partir das inter-relações entre diferentes esferas: do trabalho, da escola, da família. Mas, para alguns dos jovens ouvidos para esta tese, também se mostra significativa a presença do grupo de amigos e a participação em uma experiência de formação pessoal e de trabalho de mais longa duração.

O primeiro grupo – *Trabalhando desde cedo* – é constituído por jovens cujas experiências de trabalho *desde muito cedo*, em sua própria expressão, formavam o eixo estruturante de suas narrativas. Alguns já eram casados e com filhos, outros seguiam solteiros, todos estavam há muito tempo trabalhando e não mais freqüentavam a escola. À exceção de um deles, que havia interrompido os estudos ainda na 4ª série do ensino fundamental, os demais não lograram concluir o ensino médio. É por meio das intrincadas relações que definiam seus lugares nas respectivas famílias; de eventos marcantes em seus percursos, como a chegada de um filho ou a morte do pai; e de suas relações com a escola, que se torna possível interpretar, e compreender, as razões para a interrupção de seus estudos – razões que vão para muito além da necessidade que tinham de trabalhar.

É quando já estão fortemente enredados pela esfera do trabalho que o Programa Bolsa Trabalho surge em suas vidas. A proposta inicial dos gestores, de que a remuneração obtida na forma de “bolsa” poderia afastá-los de seus precários trabalhos, esteve muito distante de suas realidades. Estes jovens eram e continuavam a ser aqueles que mais se aproximavam do público “típico” buscado (ou imaginado) por esse programa, e por muitas outras ações públicas destinadas aos jovens de baixa renda. Ao mesmo tempo, eram esses os jovens que mais se afastavam da lógica prevista, das supostas “regras do jogo”. Mesmo participando do programa, continuaram trabalhando e formando uma nova inter-relação do programa com as esferas do trabalho e da escola. As prementes necessidades de trabalho para prover ou apoiar suas famílias fizeram com que em pouco tempo voltassem a privilegiar o trabalho. Pois eram eles, efetivamente, o suporte afetivo e material de suas famílias (Martuccelli, 2002).

Para os jovens desse grupo, os tempos de desemprego eram cercados por muito trabalho. Todos, e mais intensamente os rapazes, não consideravam que algum dia tivessem vivido o desemprego, já que nunca ficaram *parados*. É forte, em suas narrativas, a recorrência à *viração* cotidiana, também encontrada na vida de muitos adultos. Até mesmo Henrique, sem nenhum tipo de trabalho remunerado ou *bico* à época da entrevista, não se considerava desempregado: estava *na procura*. A ênfase que dava ao fato de estar em movimento, procurando, agindo, poderia levar a considerar que, mais do que o encontro efetivo, a procura oferecia um alento e até mesmo um suporte significativo.

Aqui se percebeu pouco espaço para que esses jovens pudessem tomar distância das injunções do dia-a-dia, de modo a se construírem como sujeitos em uma ação contínua sobre si mesmos, confrontando-se de maneira crítica e autônoma em relação à sociedade. Estando eles fortemente enredados pelas necessidades da vida, destaca-se como central a necessidade de criar estratégias para ingressar e permanecer no mundo do trabalho. E, se vez ou outra apontavam as injustiças de algum patrão ou o fato de se sentirem explorados, eram ainda sinalizações muito frágeis. As necessidades de inserção social, de responder às demandas do grupo e as ações desenvolvidas para atender a essas necessidades os aproximavam da figura do indivíduo com fortes demandas de integração e do indivíduo portador de uma certa racionalidade estratégica: no primeiro caso, da integração, procuravam se conformar às exigências da vida em sociedade; no segundo, buscavam ferramentas instrumentais em função de seus interesses e necessidades, em uma sociedade que pode ser considerada como um conjunto de mercados ou quase mercados (Dubet, 2005).

No segundo grupo encontra-se a maior parte dos jovens que são sujeitos desta tese, jovens que passam do *sonho com o trabalho de verdade* à *busca pelo trabalho possível*. À

época da entrevista, todos haviam finalizado o ensino médio, mas não haviam conseguido um *trabalho de verdade*, um lugar no universo do mundo assalariado com uma inserção considerada regular e regulamentada. Mesmo que grande parte deles já tivesse exercido diferentes tipos de trabalho remunerado, especialmente no emprego doméstico e na entrega de panfletos (caso das moças) ou na construção civil e como office boy (caso dos rapazes), era recorrente em suas falas a declaração de que *nunca haviam trabalhado, de verdade*. O verdadeiro ingresso no mundo do trabalho aconteceria quando encontrassem um emprego assalariado e com registro em carteira, mas não apenas. O trabalho de verdade deveria significar jornada, salário regulares e condições de trabalho adequadas. Além disso, deveria permitir um tempo para si e para as outras dimensões da vida. Pois dado que moravam em locais muito distantes daqueles onde se encontravam as vagas, era sempre muito difícil encontrar aquelas que não ocupariam toda a sua vida apenas com trabalho. E perambulavam de *bico* em *bico*, não apenas para experimentar diferentes trabalhos, mas porque tentavam escapar de condições aviltantes e de salários muito baixos. Ao falar das experiências nesses diferentes *bicos*, remetiam a situações de exploração, humilhação e assédio sexual (significativo no caso das moças), esboçando uma crítica em relação aos modos de inserção que lhes eram oferecidos, apontando para uma possibilidade de tomar distância dessas injunções e abrindo-se para a possibilidade de uma dimensão ética de sua experiência individual.

Quando finalizaram o ensino médio, o grau de escolaridade alcançado lhes dava a perspectiva de que encontrariam *o trabalho de verdade*; aliás, isso seria o mínimo, depois de tantos anos de estudos. À medida que o tempo passava, as inúmeras dificuldades encontradas nessa busca tornavam-se cada vez mais visíveis e, pouco a pouco, se reduziam as expectativas. Seria preciso algo além do ensino médio? O ensino superior, talvez, mas eram escassas as condições para que frequentassem esse nível de ensino. Restava então projetar a realização de cursos profissionalizantes, o que, para além da já conhecida e debatida “empregabilidade”, era percebido como maneira de escapar aos estigmas a que estavam sujeitos.

Na procura pelo *trabalho de verdade*, aproximaram-se das práticas de natureza instrumental e racional. Sua participação no PBT é então pautada pela lógica inerente a essa figura: seu objetivo imediato é um curso profissionalizante ou um emprego. Uma vez que não conseguiram nem um, nem o outro, procuraram extrair do programa aquilo que os levasse a facilitar sua busca por trabalho, como o próprio dinheiro ou, quiçá, a diminuição da timidez.

Para todos aqueles que buscavam trabalho, a procura também possibilitava não se sentirem *pessoalmente desempregados*. Sobretudo para os rapazes desse grupo havia o reconhecimento de que estavam desempregados, mas não eram *desempregados por natureza*. O desempregado seria o seu oposto, aquele que não procura, que se entregou ao desemprego e que não corre atrás nem mesmo de algum *bico*. Contar com o apoio dos pais, estar sempre procurando ou fazendo um *bico*, agir e não ficar parado: bastava isso para que muitos não se considerassem desempregados “por natureza”.

Diversamente do grupo anterior, a idade aparece aqui como outro aspecto importante para que estes jovens não se considerassem desempregados. Afinal, *desemprego não é coisa de jovem*, exatamente o oposto dos números e estatísticas. A crença de que encontrariam algum trabalho no futuro (por reduzida que fosse), acabava por tirá-los dessa condição, o que todavia não significa ausência de preocupação em procurar e conseguir um trabalho.

As falas dos rapazes indicam que a identidade enquanto desempregados era vista de maneira negativa, o que parece associado ao estigma a que estavam mais fortemente sujeitos: de se envolverem com a violência, de usarem drogas, de serem aliciados pelo tráfico. Entre as moças era perceptível a menor dificuldade em se identificarem como desempregadas. Por um lado, emerge o desejo e a disponibilidade que tinham de ingressar no mercado de trabalho e ter direito ao *seu emprego*, de outro, evidencia-se o menor estigma que sofriam quando comparadas aos rapazes.

Diante das dificuldades para encontrar o *trabalho de verdade*, passaram a projetar o alcance de *qualquer trabalho*, mesmo no setor informal, mesmo longe do campo dos sonhos e das condições idealizadas. Parte desses jovens, à época da primeira entrevista, já havia desistido de buscar trabalho; outros apenas saíam com alguma indicação mais segura, revelando o peso das redes familiares em suas buscas. Mesmo a declaração de que estariam aceitando qualquer trabalho era marcada por ambigüidades: muitas propostas eram recusadas, e a continuidade do apoio dos pais era relevante aqui. Ao fim e ao cabo, sinalizaram o rebaixamento das expectativas e os inúmeros bloqueios para escolhas e decisões mais autônomas.

Nesse processo, a família constitui-se como suporte fundamental, tanto do ponto de vista material quanto afetivo. Ainda que conflitos existissem, a família permanece como eixo de sustentação importante. Todavia, à medida que cresciam as dificuldades de ultrapassar os limites da família e da esfera privada, para circular por outros espaços e redes sociais, esses jovens tornavam-se também mais vulneráveis e propensos a não escapar do circuito de trabalhos precários que marcava o trajeto de seus pais e parentes mais próximos.

O terceiro grupo – *em busca de melhores empregos*, também era constituído por jovens que haviam finalizado o ensino médio, sendo que dois deles já havia chegado ao ensino superior por ocasião da primeira entrevista. Com exceção de um único jovem, todos haviam alcançado um trabalho com registro em carteira, ao menos em algum momento de seus trajetos. Esse não era visto porém como o ponto final ou como o ápice de seus percursos profissionais. Chama atenção aqui o desejo de partir (ainda que não imediatamente) em direção a outras experiências de trabalho, que lhes permitissem não apenas ter melhores salários e condições de trabalho, mas também a possibilidade de alcançar seus projetos de formação e realização profissional.

Para eles, a questão era *não se acomodar, crescer, correr atrás*: palavras e expressões muitas vezes repetidas. Aqui mais claramente se observa a tensão entre as demandas de inserção social, as estratégias instrumentais e o trabalho crítico de si mesmo. Estes jovens procuravam integrar-se socialmente *correndo atrás*, buscando as estratégias mais adequadas em função de seus interesses e, ao mesmo tempo, tentavam um distanciamento crítico em relação aos seus empregos. O fato de terem alcançado um emprego com registro formal não os impedia de apontar os problemas vividos e de tecer críticas às suas condições de trabalho e de salário. De todo modo, percebiam-se como jovens trabalhadores transitando em direção a melhores oportunidades de vida e de emprego (um emprego *na área* e/ou um emprego de que *gostem*).

O fato de já terem conseguido ao menos uma experiência profissional um pouco ou muito mais estável ou estarem no ensino superior pareceu contribuir para uma boa percepção de si e o maior otimismo em relação às suas perspectivas futuras, mesmo no caso daqueles que estavam desempregados no momento da entrevista. Ao que parece, era isso também que parecia levá-los a uma crítica mais incisiva do programa. E se já haviam alcançado aquilo que os jovens do segundo grupo nomearam como *trabalho de verdade*, ao menos uma vez, parecia então menos problemático considerarem que haviam vivido momentos de desemprego em algum ponto de seus percursos.

Quando comparados aos jovens dos demais grupos, estes indicam ter maiores chances de escolha. Mas essas possibilidades também variavam fortemente, dada a condição material de suas famílias: uma pequena alteração nessa esfera acabava por produzir mudanças na relação dos jovens com as demais esferas, o que implicava considerar os constrangimentos estruturais aos quais estavam sujeitos. Mas o que também se observa é que mesmo quando a condição material de suas famílias dificultava suas possibilidades de experimentação, eles apostavam com mais força nas melhores perspectivas no futuro. A esperança de que ainda

poderiam *realizar coisas* e projetar um melhor futuro despontava como suporte em suas vidas, para além daquele encontrado na família. Ocorre que parte importante da construção desse futuro era percebida como uma tarefa fortemente individualizada, o que também poderia levá-los a se sentir responsáveis por seu próprio fracasso (Dubet, 2002).

Por fim, o quarto grupo – *para além do trabalho, em busca de novas possibilidades* – é composto de jovens fortemente orientados por um busca de distanciamento das demandas mais imediatas, construindo uma experiência que permite o alargamento de sua reflexividade e capacidade crítica, aproximando-os da figura do indivíduo ético caracterizada por Dubet (2005). À exceção de um deles, que ainda cursava o ensino médio, todos também haviam finalizado esse patamar e nenhum deles havia conseguido uma experiência de trabalho formal: esse não era, contudo, o centro de suas preocupações à época da entrevista. Suas expectativas estavam fortemente direcionadas à busca por um trabalho na área correspondente ao curso que almejavam realizar, um trabalho *profissional*.

Para além dessa condição, o que é muito recorrente em suas falas e contribui para aproximá-los é a forte problematização que expressam em relação ao trabalho assalariado. Se nos demais grupos a relação dos jovens com o trabalho e a ausência de trabalho apresentou-se inter-relacionada às esferas da família e da escola, aqui, verifica-se a entrada de um quarto elemento: a participação de três jovens desse grupo em experiência de cooperativa. Enquanto experiência de formação pessoal e profissional mais duradoura, marcou fortemente o modo como passaram a perceber e se relacionar com as esferas do trabalho e da escola. Também a intensa relação estabelecida com um grupo de amigos do bairro se agrega ao cenário para um dos jovens desse grupo.

Mesmo que, como foi observado, não mostrassem adesão irrestrita e incondicional à experiência da cooperativa ou ao grupo de amigos, a mudança de olhar a partir dessas experiências foi bastante significativa. De fato, esses jovens estavam se esforçando intensamente para imprimir alguma direção a seus destinos. Diante disso, nenhum deles se considerava desempregado e, em nenhum momento de suas vidas, sentiram-se assim. Especialmente em relação aos jovens da cooperativa, eram muitas as tensões vividas no interior de suas famílias, sendo mais fortes ainda para os rapazes do que para a única moça desse grupo, em função de suas escolhas.

Ao mesmo tempo, a família também representava para eles um suporte central, especialmente no caso do jovem que ainda não havia terminado o ensino médio e recebeu o suporte da irmã para que seguisse na escola, realizando curso profissionalizante de enfermagem. Mas também aqui, como no grupo anterior, as expectativas depositadas no

futuro pareciam também operar como um suporte. A diferença, no caso desses jovens, está nas esperanças consolidadas na idéia do ensino superior, no desejo de dar continuidade à escolaridade como suporte de extrema relevância.

De fato, um ano depois da primeira entrevista, dois jovens desse grupo haviam ingressado no ensino superior, imprimindo um olhar ainda mais otimista em relação ao seu futuro e, inclusive, diminuindo as tensões no âmbito familiar. Por mais que já questionassem as chances que teriam em de fato conseguir um *trabalho na área*, era evidente que além do apoio encontrado na família, as expectativas depositadas no futuro faziam com que suportassem melhor os constrangimentos e as limitações do percurso.

Vivendo em um contexto de mutação e fragilização das instituições tradicionais no processo de socialização, um aspecto comum sinalizado pelos jovens dos quatro grupos relaciona-se à necessidade e ao desejo da maior presença de outras instituições em suas vidas, para além do grupo familiar, na perspectiva de tornar menos dramáticos e solitários os seus percursos em direção à vida adulta. Não necessariamente instituições como “grandes orquestras, com um deus escrevendo a partitura ou um chefe sendo intérprete” (Dubet, 2005, p.403), mas de mediações institucionais que contribuíssem para que não permanecessem tão solitários ou restritos ao âmbito do privado, o que também poderia levá-los a se sentir mais responsáveis por seus fracassos.

Diversamente de muitos jovens interrogados por outras pesquisas, chama atenção o modo como esses jovens consideram que o *governo* deveria apoiá-los, especialmente quando se trata do trabalho (embora não apenas). Nessa perspectiva, as ações públicas deveriam se constituir como suportes, algo que não eram e não foram enquanto participaram desse programa específico.

Os descompassos em relação às ações públicas mais comumente destinadas aos jovens não são desprezíveis, não são triviais. Mesmo entre aqueles que avaliaram de modo mais positivo a sua participação, era explícita a necessidade de ações que os apoiassem não apenas no presente, mas também no futuro, e especialmente no campo do trabalho, dado o cenário ainda restrito desse universo. O período mais recente mostra um contexto de maior crescimento da atividade econômica e das oportunidades de empregos e ocupações, decerto ainda insuficientes, mas que podem ser indicativos de relevantes mudanças socioeconômicas em curso.

Mas se o contexto presente não é mais informado unicamente pela crise aguda dos anos 1990, ele é ainda seu herdeiro. A transformação da sociedade brasileira segue e prossegue como processo, sendo evidente que isto também depende de políticas estruturantes.

Nesse trajeto, evidencia-se não apenas que permanece sendo necessário e crucial compreender mais profundamente o lugar e o significado do trabalho e da falta de trabalho entre os jovens de baixa renda. Indo além, argumenta-se que a esfera do trabalho permanece no centro da atenção dos jovens que são os sujeitos de nossa pesquisa, e que ações relacionadas à sua qualificação, seu ingresso e permanência nos mercados de trabalho permanecem como uma equação relevante.

Se as saídas para essas questões talvez pareçam recorrentes, difíceis, delicadas e frágeis, cabe por fim lembrar do girassol de Clarice Lispector:

“Esperança é como o girassol
que à toa se vira em direção ao sol.
Mas não é à toa:
virar-se para o sol é um ato de realização de fé”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAD, M. Las políticas de juventud desde la perspectiva de la relación entre convivencia, ciudadanía y nueva condición juvenil. **Última Década**, Viña del Mar, n.16, 2002.

ABÍLIO, L. **Dos traços da desigualdade ao desenho da gestão**: trajetórias de vida e programas sociais na periferia de São Paulo. 2005. 86 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

ABRAMO, H. **Cenas juvenis**: punks e darks no espetáculo urbano. São Paulo: Scritta, 1994.

_____. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n.5-6 (n. esp. Juventude e Contemporaneidade), p.25-36, 1997.

ABRAMO, H.; BRANCO, P. P. M. (Org.). **Retratos da juventude brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

ABRAMO, L. W. **A inserção da mulher no mercado de trabalho: uma força de trabalho secundária?** 2007. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

AÇÃO EDUCATIVA. **Avaliação dos resultados da implementação do Programa Bolsa Trabalho**. São Paulo: Ação Educativa, 2004.

_____; DIEESE - DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Percursos juvenis, entre a escola e o mundo do trabalho**. São Paulo, 2008. (Relatório de projeto).

ADORNO, S. et al. O adolescente e as mudanças na criminalidade urbana. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.13, n.4, 1999.

AGENDE – AÇÕES EM GÊNERO, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO. **O programa Bolsa Família e o enfrentamento das desigualdades de gênero**. Brasília: AGENDE, 2006. (Relatório de pesquisa).

ALMEIDA, R. Religião na metrópole paulista. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.19, n.56, p.15-27, out. 2004.

AMADIEU, J-F. **Le poids des apparences**: beauté, amour et gloire. Paris: Odile Jacob, 2005.

ARAÚJO, M. C. A. **Territorialidade, juventudes e suas interfaces com o poder público local**. 2007. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

ARIAS, A. R. Avaliando a situação ocupacional e dos rendimentos do trabalho dos jovens entre 15 e 24 anos de idade na presente década. In: BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. Comissão Nacional de População e Desenvolvimento. **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**. Brasília: CNPD, 1998.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1978.

ATTIAS-DONFUT, C. Jeunesse et conjugaison des temps. **Sociologie et Sociétés**, Montréal, v.28, n.1, p.13-22, 1996.

BAJOIT, G.; FRANSSEN, A. **Les jeunes dans la compétition et la mutation culturelle**. Louvain: UCL/FOPES, avr. 1993. (Rapport de recherche au Fonds de la recherche fondamentale collective). 340 p.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2004.

BATISTA, N. N. F.. **Trabalho infantil e migração no Estado de São Paulo**. 2006. 104 p. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

BELLUZZO, L.; VICTORINO, R. C. A juventude nos caminhos da ação pública. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.18, n.4, p. 8-19, 2004.

BERGER, P., BERGER, B. Socialização: como ser um membro da sociedade. In: FORACCHI, M.; MARTINS, J. S. (Org.). **Sociologia e sociedade**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977.

BOURDIEU, P. Compreender. In: _____ (Coord.). 5ª ed. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 693-732. _____, Sociologia. São Paulo: Ática, 1994. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, n.39, org. Renato Ortiz, sup. Florestan Fernandes).

BRANDÃO, Z. **Pesquisa em educação**. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2002.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006**. Brasília: IBGE, 2007.

_____. _____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004**. Brasília: IBGE, 2005.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**. Brasília: CNPD, 1998. 772 p.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Radar Social**. Brasília: IPEA, 2005.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais**. Brasília: MTE, 1999.

_____. _____. **Relação Anual de Informações Sociais**. Brasília: MTE, 2000.

BRESCIANI, L. P. Reestruturação industrial e negociação coletiva: o sindicalismo brasileiro vai à luta? In: MARTINS, H.; RAMALHO, J. R. (Org.). **Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho**. São Paulo: Hucitec, 1994.

BRITO, R. S. **Significados de gênero do fracasso escolar**. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

BRUNER, J. **Acts of Meaning**. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

BRUSCHINI, C. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v.37, n.132, p.537-572, set./dez.2007.

_____; LOMBARDI, M. R. Mulheres e homens no mercado de trabalho brasileiro. In: MARUANI, M.; HIRATA, H. (Org.). **As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho**. São Paulo: Senac, 2003. p. 323-354.

CACCIAMALI, M. C.; BRAGA, T. A armadilha social destinada aos jovens. In: CHAHAD, J. R. Z.; CACCIAMALI, M. C. **Mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo: LTr, 2003. p. 469-499.

CAMACHO, L. Projeto Agente Jovem: ação, programa ou política pública de juventude. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 27., Caxambu, 2004. (mimeo).

CAMARANO, A. A. (Org.). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição**. Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

CAMPOS, A. G. **Pobreza e direitos na cidade de São Paulo: a experiência da Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade**. 2004. 405 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

_____. et al. **Atlas da exclusão social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003.

CARADEC, V.; MARTUCELLI, D. (Org.). **Matériaux pour une sociologie de l'individu: perspectives et débats**. Villeneuve d'Ascq: Presses Universitaires du Septentrion, 2004.

CARDOSO, A. M.; CARUSO, L. A.; CASTRO, N. A. Trajetórias ocupacionais, desemprego e empregabilidade. Há algo de novo na agenda dos estudos sociais do trabalho no Brasil? **Contemporaneidade e Educação**, Rio de Janeiro, v.2, n.1, p. 7-23, mai. 1997.

CARDOSO, A. M. et al. Os deserdados da indústria: reestruturação produtiva e trajetórias intersetoriais de trabalhadores demitidos na indústria automobilística brasileira. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGIA DO TRABALHO, 3., Buenos Aires, 2000. (Versão revista; mimeo).

CARDOSO, J. C. Fontes de recuperação do emprego formal no Brasil e as condições para sua sustentabilidade temporal. In: ENCONTRO NACIONAL ABET, 10., Salvador, 2007. (mimeo).

CARVALHO, M.; TAFNER, P. Ensino superior brasileiro: a evasão dos alunos e a relação entre formação e profissão. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 30., Caxambu, 2006. (mimeo).

CARVALHO, M. P. Sucesso e fracasso escolar: uma questão de gênero. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.29, n.1, p.185-193, jan./jun. 2003.

_____. Quem são os meninos que fracassam na escola? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v.34, n.121, p.11-40, jan./abr. 2004.

CASAL, J. Modos emergentes de la transición a la vida adulta en el umbral del siglo XXI. In: CONGRESSO INTERNACIONAL 'GROWING UP BETWEEN CENTRE AND PERIPHERY', 1996, Lisboa. **Jovens em mudança - Atas**. Lisboa: mai. 1996.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. Les jeunes ont-ils un rapport spécifique au travail en France? In: ROULLEAU-BERGER, L.; GAUTHIER, M. (Org.). **Les jeunes et l'emploi**. Paris: Editions de l'Aube, 2001.

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M. Por um novo paradigma do fazer políticas: políticas de/para/com juventudes. **Revista Brasileira de Estudos da População**, São Paulo, v. 21, mar. 2003. (n. esp. Juventudes).

CATTANI, A. D. Sindicatos - Sindicalismo. In: CATTANI, A. D. (Org.). **Trabalho e tecnologia: dicionário crítico**. Porto Alegre: Ed. Universidade, 1997. p. 225-31.

CEDEC – CENTRO DE ESTUDOS DE CULTURA CONTEMPORÂNEA. **Por uma etnografia participativa: desafios dos programas redistributivos na periferia paulistana**. São Paulo: Cedec, 2003. (Relatório final de projeto).

CERVINI, R.; BURGER, F. O menino trabalhador no Brasil urbano dos anos 80. In: **O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1991. p. 17-46.

CHARETTE, L. François Dubet: “La société n’a pas tenu la promesse faite aux jeunes”. **LE MONDE. 20 minutes**, ed. 27 mar. 2006. Disponível em: <www.lemonde.fr>. Acesso em: 27 mar. 2006.

COMIN, A. **Mudanças na estrutura ocupacional do mercado de trabalho em São Paulo**. 2003. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

_____; AMITRANO, C. Economia e emprego : a trajetória recente da Região Metropolitana de São Paulo. **Novos Estudos**, São Paulo, n.66, p. 53-76, jul. 2003.

COMMISSION EUROPÉENNE et al. **G.A.P.** – Guide d’accompagnement de la personne et de qualification des territoires. Paris: [s.n.], [ca. 2005].

CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE. **Política Nacional de Juventude**. São Paulo: CNJ/FES, 2006.

CORREA, M. Reestruturação produtiva e industrial. In: CATTANI, A. D. (Org.). **Trabalho e tecnologia: dicionário crítico**. Porto Alegre: Ed. Universidade, 1997. p. 202-4.

CORROCHANO, M. C. Transferência de renda e atividades educativas: encontros e desencontros em torno de uma iniciativa pública destinada a jovens no município de São Paulo. In: SPOSITO, M. P. (Coord.). **Espaços públicos e tempos juvenis: um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras**. São Paulo: Global, 2007. p. 159-195.

_____. **Jovens olhares sobre o trabalho: um estudo dos jovens operários e operárias de São Bernardo do Campo**. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

_____; GOUVÊA, J. L. A dança das cadeiras: os jovens e o mundo do trabalho no Brasil contemporâneo. In: TOKMAN, V.; CORROCHANO, M. C.; GOUVÊA, J. L. **Desemprego juvenil no Cone Sul: uma análise da década**. São Paulo: Friedrich Ebert, 2003.

_____; NAKANO, M. Jovens, mundo do trabalho e escola. In: SPOSITO, M. P. (Coord.). **Juventude e escolarização (1980-1998)**. Brasília: MEC/INEP/COMPED, 2002. p. 79-136. (Estado do Conhecimento, n. 7).

_____; NASCIMENTO, E. P. **Jovens, sindicato e trabalho no setor do telemarketing**. São Paulo: Ação Educativa, 2007. 121 p. (Relatório técnico da Pesquisa Juventude e Integração Sul-Americana).

CORTI, A. P.; SOUZA, R. **Diálogos com o mundo juvenil**. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

DAUSTER, T. Uma infância de curta duração: trabalho e escola. **Cadernos de Pesquisa - Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, n.82, 1992.

DAYRELL, J. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.28, n.100, p. 1105-1128, out. 2007.

_____. **A música entra em cena**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

_____.; LEÃO, G. ; BATISTA, J. Juventude, pobreza e ações educativas no Brasil. In: SPOSITO, M. P. (Coord.). **Espaços públicos e tempos juvenis**: um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras. São Paulo: Global, 2007. p.47-82.

DÉCHAUX, J-H. Sur le concept de configuration. **Cahiers Intern. de Sociologie**, Paris, v.99, p.293-313, 1995.

DEDECCA, C. S. Anos 90: estabilidade com desigualdade. In: PRONI, M. W.; HENRIQUE, W. (Org.). **Trabalho, mercado e sociedade**. Campinas: Ed. Unesp, 2003. p.71-106.

_____. Cláudio Dedecca fala sobre saídas para o desemprego juvenil. **Boletim Juventude na Cena**, São Paulo, n.2, 01 nov. 2006. (Qual o lugar ocupado pelos jovens no mundo do trabalho?). Disponível em: <http://nsae.acaoeducativa.org.br/portal/index.php?option=com_content&task=view&id=642>. Acesso: em 01 dez. 2006. (Entrevista com o autor).

DEGENNE, A. et al. Les relations sociales au couer du marche du travail. Paris, **Sociétés Contemporaines**, n.5, p. 75-97, 1991.

DEMAZIÈRE, D. **Sociologie du chômage**. Paris: La Découverte, 1995a.

_____. **Le chômage de longue durée**. Paris: Presses Universitaires, 1995b.

_____. Introdução: uma abordagem sociológica sobre a categoria desemprego. In: GUIMARÃES, N. A.; HIRATA, H. S. (Org.). **Desemprego**: trajetórias, identidades, mobilizações. São Paulo: Senac, 2006 (Série Trabalho e Sociedade).

DEMAZIÈRE, D.; DUBAR, C. **Analyser les entretiens biographiques**: l'exemple des récits d'insertion. Paris: Nathan, 1997a.

_____.; _____. Récits d'insertion et mondes socio-professionnels: analyses d'entretiens de jeunes peu diplômés et sortis de l'école en 1986. **Travail et Emploi**, Paris, n. 69, 1997b.

_____.; _____. Trajetórias profissionais e formas identitárias. In: GUIMARÃES, N. A.; HIRATA, H. S. (Org.). **Desemprego**: trajetórias, identidades, mobilizações. São Paulo: Senac, 2006 (Série Trabalho e Sociedade). p. 165-188.

DEMAZIÈRE, D.; GUIMARÃES, N.; SUGITA, K. Unemployment as biographical experience. In: KASE, K.; SUGITA, K. (Org.). **Unemployment as social construction**. Trajectories and biographies in a comparative perspective: Japan, France and Brazil. Tokyo: University of Tokyo, 2006. (ISS Research Series).

DIAS, L. C.; GUIMARÃES, M. T. Estratégias de sobrevivência de jovens pobres urbanos usuários de programas educativos. In: SPOSITO, M. P. (Coord.). **Espaços públicos e tempos juvenis**: um estudo

de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras. São Paulo: Global, 2007. p.109-133.

DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Mercado de trabalho na Região Metropolitana de São Paulo em 2007**. São Paulo, DIEESE, [2008]. (Nota à imprensa).

_____. **Mercado de trabalho e rendimento no Brasil em 2006**. São Paulo, DIEESE, 2007. (Nota Técnica n. 50).

_____. **Mercado de trabalho metropolitano**. São Paulo, DIEESE, dez. 2007a. (Divulgação n. 11).

_____. **Percursos juvenis, entre a escola e o mundo do trabalho**. São Paulo, nov. 2007b. (Relatório n.2, Tabulações especiais a partir dos microdados da PNAD 2006).

_____. **A ocupação dos jovens nos mercados de trabalho metropolitanos**. São Paulo, DIEESE, 2006. (Estudos e Pesquisas, n. 24).

_____. **Juventude: diversidades e desafios no mercado de trabalho metropolitano**. São Paulo, DIEESE, 2005. (Estudos e Pesquisas, n. 11).

_____. **A mulher negra no mercado de trabalho metropolitano**. São Paulo, DIEESE, 2005(a). (Estudos e Pesquisas, n. 14).

_____. **Elementos para compreender a controvérsia sobre as taxas de desemprego no Brasil**. Disponível em: <www.dieese.org.br/ped/pedxpme.html>. Acesso em: 02 mai. 2004.

_____. **Identificação das mudanças ocorridas com os beneficiários dos programas sociais da Prefeitura do Município de São Paulo desenvolvidas pela Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade (SDTS)**. São Paulo: DIEESE, 2003. (Relatório final de projeto).

_____. **A situação do trabalho no Brasil**. São Paulo: DIEESE, 2001. 354 p.

DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS; PROGRAMA DE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL PARA A IGUALDADE DE GÊNERO E RAÇA, ERRADICAÇÃO DA POBREZA E GERAÇÃO DE EMPREGO (GRPE). **O emprego doméstico: uma ocupação tipicamente feminina**. Brasília: OIT – Secretaria Internacional do Trabalho, 2006. (Cadernos GRPE, n.3)

DRAIBE, S. A política social no período FHC e o sistema de proteção social. **Tempo Social**, São Paulo, v.15, n.2, p. 63-102, nov. 2003.

DUBAR, C. La construction sociale de l'insertion professionnel en France. In: ROULLEAU-BERGER, L.; GAUTHIER, M. (Org.). **Les jeunes et l'emploi**. Paris: Editions de l'Aube, 2001.

_____. El trabajo y las identidades profesionales y personales. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, Los Polvorines, v.7, n.13, p.5-16, 2001a.

_____. Reflexions sociologiques sur la notion d'insertion. In : CHARLOT, B. ; GLASSMAN, D. (Ed.). **Les jeunes, l'insertion, l'emploi**. Paris: PUF, 1998.

_____. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. Porto: Porto Editora, 1997; São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DUBET, F. Pour une conception dialogique de l'individu. **EspacesTemps.net**, Textuel. Disponível em: <<http://espacestemps.net/document1438.html>>. Acesso em: 21 jun. 2005. 18 p.

_____. La jeunesse est une épreuve. In: DUBET, F.; GALLAND, O.; DESCHAVANNE, E. (Dir.). **Comprendre les jeunes**. Paris: PUF, 2004.

_____. **Le déclin de l'institution**. Paris: Seuil, 2002.

_____. Entrée dans la vie et socialisation en France. In: ROULLEAU-BERGER, L.; GAUTHIER, M. (Org.). **Les jeunes et l'emploi**. Paris: Editions de l'Aube, 2001a.

_____. Une 'réduction' de la rationalité de l'acteur. **Revue Française de Sociologie**, Paris, v.42, n.3, p.407-436, 2001b.

_____. As desigualdades multiplicadas. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 17, p.5-19, 2001c.

_____. Des jeunes et des sociologies: les cas français. **Sociologie et Sociétés**, Montréal, v.28, n.1, p.23-35, 1996.

_____. **Sociologie de l'expérience**. Paris: Seuil, 1994.

_____. Après l'évolutionnisme, ya-t-il une sociologie du changement ? **Connexions**, Toulouse, n.45, p.16-35, 1985.

DUPAS, G. O futuro do trabalho. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 17 nov. 2007, Caderno A, p.2.

ELIAS, N. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

_____. **La société des individus**. Paris: Fayard, 1991.

FERREIRA, M. I. C. **Trajetórias urbanas de moradores de uma favela de um distrito de elite da capital paulista**. 2004. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

_____. **Redes sociais, jovens e mercado de trabalho na Região Metropolitana de São Paulo**. São Paulo, CEM, 2005. (Relatório de Pesquisa de Bolsa de Pós-doutoramento no País, proc. Fapesp 04/10220-9).

FERREIRA, H.; ARAÚJO, H. E. Transições negadas: homicídios entre os jovens brasileiros. In: CAMARANO, A. A. (Org.). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição**. Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

FERRETTI, C.; SILVA JUNIOR, J. R. **Questões atuais de formação profissional no Brasil**. São Paulo, 1996. (mimeo).

_____; _____. Educação profissional numa sociedade sem empregos. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, v. 13, n. 1, p. 111-141, 2000.

FONSECA, A. M. M. **Família e política de renda mínima**. São Paulo: Cortez, 2001.

FORACCHI, M. **A juventude na sociedade moderna**. São Paulo: Pioneira, 1972.

FRANÇA, C. L. et al. (Org.). **Aspectos econômicos de experiências de desenvolvimento local**. São Paulo: Polis, 2002.

FRANZÓI, N. **Da profissão como profissão de fé ao “mercado em constante mutação”**: trajetórias e profissionalização dos alunos do Plano Estadual de Qualificação do Rio Grande do Sul (PEQ-RS). 2003. 250 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

FREYSSINET, J. **Le chômage**. Paris: La Découverte, 1984.

FRIGOTTO, G. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.28, n.100, p.1129-1152, out. 2007.

_____. Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento. In: _____ (Org.). **Educação e crise do trabalho**. Petrópolis: Vozes, 1998.

GALLAND, O. Adolescence, post adolescence, jeunesse: retour sur quelques interpretations. **Revue Française de Sociologie**, Paris, v. 42, n. 4, p. 611-40, 2001.

_____. **Sociologie de la jeunesse**. Paris: Armand-Colin, 1997.

_____. L'entrée dans la vie adulte em France. **Sociologie et Sociétés**, Montréal, v. 28, n. 1, p.37-46, 1996.

_____; LOUIS, M. V. Chômage et action collective. **Sociologie du Travail**, Issy les Moulineaux, n. 2, 1981.

_____; _____. **Les jeunes chômeurs**. Paris : Université Paris IX-Dauphine, Centre de Recherches Travail et Société, 1978.

GEERTZ, C. **A Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIDDENS, A. **Mundo em descontrole**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GITAHY, L.; BRESCIANI, L. P. **Reestruturação produtiva e trabalho na indústria automobilística brasileira**. Campinas: DPCT-IG-Unicamp, 1998. (Textos para discussão, n. 24).

GOKALP, C. Quand vien l'age des choix. **Travaux et Documents**, Paris, Cahier n.95, 1981.

GOMES, J. V. **Família, escola, trabalho**: construindo desigualdades e identidades subalternas. 1996. 149 p. Tese (Livre Docência em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

_____. **Socialização**: um estudo com famílias de migrantes em bairro periférico de São Paulo. 1987. 258 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

GOMES, N. L. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.29, n.1, p.167-182, jan./jun. 2003.

GOMES, O. Jovens urbanos pobres: anotações sobre escolaridade e emprego. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n.5-6 (n. esp. Juventude e Contemporaneidade), p.25-36, 1997.

GOMES, S.; AMITRANO, C. Local de moradia na metrópole e vulnerabilidade ao (emprego e) desemprego. In: MARQUES, E.; TORRES, H. (Org.). **São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais**. São Paulo: Senac, 2004.

GORZ, A. **Metamorfosis del trabajo**. Madrid: Sistema, 1991.

GRANOVETTER, M. S. **Getting a job**. Cambridge: HUP, 1974.

GUIMARÃES, A. S. Como trabalhar com “raça” em sociologia. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.29, n.1, p.93-107, jan./jun. 2003.

GUIMARÃES, N. A. Unemployment and occupational transition: trajectories and perspectives. In: KASE, K.; SUGITA, K. (Org.). **Unemployment as social construction**. Trajectories and biographies in a comparative perspective: Japan, France and Brazil. Tokyo: University of Tokyo, 2006a. (ISS Research Series).

_____. Trajetórias inseguras, autonomização incerta: os jovens e o trabalho sob intensas transições ocupacionais. In: CAMARANO, A. A. (Org.). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição**. Rio de Janeiro: IPEA, 2006b. p. 171-197.

_____. Desemprego: experiências e reflexões a partir do caso de São Paulo. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL “CHÔMAGE ET MOBILITÉ PROFESSIONNELLE. CHANGEMENTS INSTITUTIONNELS ET TRAJECTOIRES BIOGRAPHIQUES. COMPARATION INTERNATIONALE BRÉSIL, FRANCE, JAPON”, Paris, 2005.

_____. Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil? In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Org.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005a. p. 149-174.

_____. Os “territórios do desemprego”: clusters de intermediadores e estruturação social do mercado de trabalho. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 29., Caxambu, 2005b. (mimeo).

_____. **Caminhos cruzados: estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadores**. São Paulo: Editora 34, 2004.

_____. **O sistema de intermediação de empregos: um outro olhar sobre o mercado de trabalho em São Paulo**. São Paulo: Cebrap, 2004a.

_____. Por uma sociologia do desemprego: contextos sociais, construções normativas e experiências subjetivas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 50, 2002.

GUIMARÃES, N. A.; CONSONI, F. L. **Comércio a varejo e desigualdades por atacado: o caso dos super e hipermercados do ABC paulista**. São Paulo: Cebrap, 2003.

GUIMARÃES, N. A.; GUIMARÃES, A. S. **Documento de trabalho n.3: avaliação final do pré-teste do experimento**. São Paulo, ago. 2000. (Relatório Projeto Ford/USP, Tratamento desigual de brancos e negros na procura de empregos na Região Metropolitana de São Paulo).

GUIMARÃES, N. A.; HIRATA, H. S. (Org.). **Desemprego: trajetórias, identidades, mobilizações**. São Paulo: Senac, 2006 (Série Trabalho e Sociedade).

GUIMARÃES, N. A. et al. Desemprego – mercados, instituições e percepções: Brasil e Japão numa perspectiva comparada. **Tempo Social**, São Paulo, v.16, n. 2, p. 257-87, 2004.

GUIMARÃES, N. A.; SILVA, P. H.; FARBELOW, M. V. Transições ocupacionais, recorrência do desemprego e desigualdades de sexo e cor: São Paulo numa perspectiva comparada. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8., Coimbra, 2004. (Comunicação ao Grupo de Discussão 50, Precarização e marginalidade em mercados urbanos de trabalho, mimeo).

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HASENBALG, C. A distribuição de recursos familiares. In: _____; SILVA, N. V. **Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003a. p.55-84.

_____. A transição da escola ao mercado de trabalho. In: _____; SILVA, N. V. **Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003b. p.147-172.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1996.

HEILBORN, M. L. O traçado da vida: gênero e idade em dois bairros populares do Rio de Janeiro. In: MADEIRA, F. R. (Org.). **Quem mandou nascer mulher?** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; UNICEF, 1997. p.295-341.

_____ et al. **O aprendizado da sexualidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

_____ et al. Aproximações socioantropológicas sobre a gravidez na adolescência. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v.8, n.17, p.13-45, jun. 2002.

HIRATA, H. Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, Cidade do México, v.4, n. 7, p.5-28, 1998.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. A divisão sexual do trabalho revisitada. In: MARUANI, M.; HIRATA, H. (Org.). **As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho**. São Paulo: Senac, 2003. p.111-124.

_____; _____. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v.37, n.132, p.595-609, set./dez. 2007.

IANNI, O. **Sociologia da juventude**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

ILO. INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **Global Employment Trends**. Genebra: ILO, 2006.

JARDIM, F. **Entre o desemprego e a invenção: experiências de desemprego em São Paulo**. 2004. 285 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

JEAN, R. **As políticas públicas de trabalho e renda para jovens na França**. s.n., [ca. 2006].

KASE, K.; SUGITA, K. (Org.). **Unemployment as social construction**. Trajectories and biographies in a comparative perspective: Japan, France and Brazil. Tokyo: University of Tokyo, 2006. (ISS Research Series).

KOWARICK, L.; CAMPANARIO, M. São Paulo, metrópole do subdesenvolvimento industrializado: do milagre à crise econômica. In: KOWARICK, L. (Org.). **As lutas sociais e a cidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

KUENZER, A. Z. Da dualidade assumida à dualidade negada. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.28, n.100 (Esp.), p.1153-1178, out. 2007.

_____. A educação profissional nos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de inclusão. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, p. 877-910, 2006.

_____. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: Saviani, D.; Sanfelice, J. L.; Lombardi, J. C. (Org.). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 77-96.

LA MENDOLA, S. O sentido do risco. **Tempo Social**, São Paulo, v.17, n.2, p.59-91, nov. 2005.

LADA, E. **Quand les marges deviennent centre**: mise au travail, jeunesses populaires et rapports sociaux (de sexe) dans le secteur public et associatif. 2005. Thèse (Doctorat en Sociologie) – U.F.R. de Sciences Sociales et Humaines, Université de Versailles, Saint-Quentin-en-Yvelines, 2005.

LAGREE, J. C. **Age, jeunesse et politiques publiques**. Paris: ULISS, 1999. (mimeo).

_____. **L'allongement de la jeunesse en question**. Paris: ULISS, 1998. (mimeo).

_____. Youth in Europe: cultural patterns and transition. **Berkeley Journal of Sociology, Berkeley**, n. 1, p. 67-101, 1997.

_____. De la sociologie de la jeunesse à la sociologie des generations. **Les Sciences de l'Éducation**, Caen, n. 3-4, p.19-27, 1992.

LAZARSFELD, P. et al. **Les chômeurs de Marienthal**. Paris: Les Editions de Minuit, 1981.

LE MOUEL, J. Les chômage des jeunes: des vécus très différents. **Sociologie du Travail**, Issy les Moulineaux, n.2, 1981.

LEÃO, G. M. P. Experiências da desigualdade: os sentidos da escolarização elaborados por jovens pobres. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 31-48, jan.-abr. 2006.

_____. A gestão da pobreza juvenil: uma análise de um programa federal de inclusão social para jovens pobres. Caxambu. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 26., Caxambu, 2004. (mimeo).

LEDROUT, R. **La sociologie du chômage**. Paris: PUF, 1966.

LEITE, E. Juventude e trabalho: criando chances, construindo cidadania. In: FREITAS, M. V.; PAPA, F. C. (Org.). **Políticas públicas**: juventude em pauta. São Paulo: Cortez/Ação Educativa/Fundação Friedrich Ebert, 2003. p. 145-164.

LETÉLIER G., M. E. Escolaridade e inserção no mercado de trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.107, p.133-148, jul. 1999.

LEVI, J; SCHMITT, C. (Org.). **História dos jovens**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. (A Época Contemporânea, v.2).

LONCLE-MAURICEAU, P. La jeunesse. In: VULBEAU, A. **La jeunesse comme ressource**. Paris: ERES, 2001.

MADEIRA, F. R. A improvisação na concepção de programas sociais: muitas convicções, poucas constatações – o caso do primeiro emprego. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.18, n.2, p. 78-94, abr.-jun. 2004.

_____. Recado dos jovens: mais qualificação. In: BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**. Brasília: CNPD, 1998.

_____. A trajetória das meninas dos setores populares: escola, trabalho ou... reclusão. In: MADEIRA, F. R. (Org.). **Quem mandou nascer mulher?** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; UNICEF, 1997. p.295-341.

_____. Pobreza, escola e trabalho. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.7, n.1, p.70-83, jan./mar. 1993.

_____. Os jovens e as mudanças estruturais na década de 70: questionando pressupostos e sugerindo pistas. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 58, p. 15-48, ago. 1986.

MADEIRA, F. R.; BERCOVICH, A. M. A “onda jovem” e seu impacto na população economicamente ativa de São Paulo. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, v.1, n.8, p.1-28, 1992.

MAGNANI, J. G. C. Os circuitos dos jovens urbanos. **Tempo Social**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 173-206, nov. 2005.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARGULIS, M. (Ed.). **La juventud es más que una palabra**: ensayo sobre cultura y juventud. Buenos Aires: Biblos, 1996.

MARQUES, C. M. **A cidadania como metáfora**. 1999. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

MARQUES, E.; TORRES, H. (Org.). **São Paulo**: segregação, pobreza e desigualdades sociais. São Paulo: Senac, 2004.

MARRY, C. Les jeunes et l’emploi: force e faiblesse des liens forts. In: COUTROT, L.; DUBAR, C. **Cheminements professionnels et mobilités sociales**. Paris: Iresco, 1992.

MARTINS, H. H. T. S. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.2, p.289-300, mai/ago 2004.

_____. O processo de reestruturação produtiva e o jovem trabalhador. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 31., Caxambu, 1998. (mimeo).

_____. O jovem no mercado de trabalho. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n.5-6 (n. esp. Juventude e Contemporaneidade), p.25-36, 1997.

MARTINS, J. S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

_____. Que fazer para gerar empregos no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.17, n.49, p.304-308, 2003.

MARTUCCELLI, D. **Grammaires de l'individu**. Paris: Gallimard, 2002.

_____. **Dominations ordinaires**. Paris: Balland, 2001

_____. Figuras y dilemas de la juventud en la modernidad. **Movimento**, Niterói, n. 1, p. 29-51, 2000.

_____. **Sociologies de la modernité**. Paris: Gallimard, 1999.

_____. Pour une sociologie de l'individu. In: CARADEC, V.; MARTUCCELLI, D. (Org.). **Matériaux pour une sociologie de l'individu**: perspectives et débats. Villeneuve d'Ascq : Presses Universitaires du Septentrion, 2004.

MARUANI, M. **Les mécomptes du chômage**. Paris: Bayard, 2002 .

_____. **Travail et emploi des femmes**. Paris: La Découverte, 2000.

MARUANI, M.; HIRATA, H. (Org.). **As novas fronteiras da desigualdade**: homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: Senac, 2003.

MARUANI, M.; REYNAUD, E. **Sociologie de l'emploi**. Paris: La Découverte, 1993. (Collection Repères, n. 132).

MATTOSO, J.; BALTAR, P. **Transformações estruturais e emprego nos anos 90**. Campinas: Unicamp-IE, 1996. (Cadernos do CESIT, n. 21).

MELUCCI, A. **O jogo do eu: a mudança de si em uma sociedade global**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2004.

_____. **A invenção do presente**. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **Vivencia y convivencia**. Madrid: Trotta, 2001a.

_____. Juventude, tempo e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n.5-6 (n. esp. Juventude e Contemporaneidade), p.5-14, 1997.

_____.; FABBRINI, A. **L'età dell'oro, adolescenti tra sogno ed esperienza**. Milano: Feltrinelli, 1992.

MESQUITA, M. **O desemprego dos jovens e as políticas públicas no Brasil pós-1990**. Campinas: IFCH, 2006.

MILLS, C. W. **A nova classe média**. 2a ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

_____. **A imaginação sociológica**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

MONTALI, L. Provedoras e co-provedoras: mulheres-cônjuge e mulheres-chefe de família sob a precarização do trabalho e o desemprego. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., Caxambu, set. 2006. (mimeo).

_____. Rearranjos familiares de inserção, precarização do trabalho e empobrecimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., Caxambu, set. 2004. **Eventos Abep**. Disponível em:

<http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_137.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2007.

MORAES, C. S. O ensino técnico, a formação profissional e o mundo do trabalho: algumas questões de método. In: ZIBAS, D.; AGUIAR, M.; BUENO, M. (Org.). **O ensino médio e a reforma da educação básica**. Brasília: Plano, 2002. p.201-224.

MORETTO, A. et al. Os descaminhos das políticas de emprego no Brasil. In: PRONI, M. W.; HENRIQUE, W. (Org.). **Trabalho, mercado e sociedade**. Campinas: Ed. Unesp, 2003. p. 231-278.

MOURA, R.. **Formação para o trabalho de jovens em São Paulo e Berlim: os processos de encenação social, as pessoas e as organizações sociais no espaço das cidades no século XXI**. 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

NAKANO, M. **Jovens no encontro de gerações: democracia e laços solidários no mundo do trabalho**. 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

_____. **Jovens: vida associativa e subjetividade - um estudo dos jovens do Jardim Oratório**. 1995. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

NASCIMENTO, E. P. **Literatura marginal: os escritores da periferia entram em cena**. 2006. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

NICHOLSON, L. Interpretando o gênero. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.8, n.2, p.9-41, 2000.

NOGUEIRA, C. Contribuições do construcionismo social a uma nova psicologia do gênero. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.112, p.137-153, mar. 2001.

OIT - ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (Org.). **Desemprego juvenil no Brasil: em busca de opções à luz de algumas experiências internacionais**. Brasília: OIT, 1999.

_____. **Trabalho decente e juventude – América Latina**. Lima, set. 2007. Disponível em: <www.oit.org.br>. Acesso em: 04 set. 2007.

_____. **Trabalho doméstico e igualdade de gênero e raça no Brasil**. Brasília: OIT, [ca. 2005].

OLIVEIRA, E. R. B. **Sexualidade, maternidade e gênero: experiências de socialização de mulheres jovens de estratos populares**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

PAIS, J. M. **Ganchos, tachos e biscates: jovens, trabalho e futuro**. Porto: Âmbar, 2001.

_____. **Culturas Juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1993.

_____. et al. **Traços e riscos de vida**. Porto: Âmbar, 2000.

_____. et al. Jovens europeus: retrato da diversidade. **Tempo Social**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 109-140, 2005.

PAOLI, M. C.; TELLES, V. S. Direitos sociais: conflito e negociação no Brasil contemporâneo. In: ALVAREZ, S. et al. (Org.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2000.

PERALVA, A. O jovem como modelo cultural. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n.5-6 (n. esp. Juventude e Contemporaneidade), p.25-36, 1997.

PERROT, M. A juventude operária. In: LEVI, J; SCHMITT, C. (Org.). **História dos jovens**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. (A Época Contemporânea, v.2).

PIMENTA, M. M. **“Ser jovem” e “ser adulto”**: identidades, representações e trajetórias. 2007. 455 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

PIOLA, S.; PEREIRA, R. Gasto social federal e gasto com jovens de 15 a 24 anos. In: BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**. Brasília: CNPD, 1998. p. 713-730.

POCHMANN, M. **A batalha pelo primeiro emprego**. São Paulo: Publisher, 2000.

_____. Emprego e desemprego juvenil no Brasil: as transformações nos anos 90. In: OIT - ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (Org.). **Desemprego juvenil no Brasil**: em busca de opções à luz de algumas experiências internacionais. Brasília: OIT, 1999.

_____. As políticas de geração de emprego e renda: experiências internacionais recentes. In: OLIVEIRA, M. A. (Org.). **Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil**. Campinas: Unicamp-IE, 1998. p. 109-124.

_____. **Políticas do trabalho e de garantia de renda no capitalismo em mudança**. São Paulo: LTr, 1995.

_____. Márcio Pochmann fala sobre saídas para o desemprego juvenil. **Boletim Juventude na Cena**, São Paulo, n.2, 01 nov. 2006. (Qual o lugar ocupado pelos jovens no mundo do trabalho?) Disponível em: <http://nsae.acaoeducativa.org.br/portal/index.php?option=com_content&task=view&id=643>. Acesso em: 01 dez. 2006. (Entrevista com o autor).

POCHMANN, M. (Org.). **Outra cidade é possível**: alternativas de inclusão social em São Paulo. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Desenvolvimento, trabalho e solidariedade**: novos caminhos para a inclusão social. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Cortez, 2002.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Sumário de dados**: município de São Paulo. São Paulo: PMSP, 2004.

_____. Lei 13.163, de 2001. Regulamentada pelo Decreto 40.845, de 2001. **Portal do Trabalho**. Disponível em: <www.leismunicipais.com.br>. Acesso em: 21 set. 2007.

_____. SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E SOLIDARIEDADE –SDTS. **Relatório de resultados**: supervisão e avaliação aos cursos do programa Formação Cidadã, Capacitação Ocupacional e Aprendizagem em atividades de utilidade coletiva, São Paulo: PMSP-SDTS, 2003. (Relatório de resultados).

_____. _____. **Projeto Formação cidadã, capacitação ocupacional e aprendizagem em atividades de utilidade coletiva:** diretrizes para o módulo específico. São Paulo: PMSP-SDTS, 2002.

_____. _____. **Bolsa Trabalho:** Manual do Beneficiário. São Paulo: PMSP-SDTS, 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL; CENTRO DE ESTUDOS DA METRÓPOLE – CEM. **Mapa da vulnerabilidade social da população da cidade de São Paulo.** São Paulo: Cebrap/SESC/SAS-PMSP, 2004. (v.1, Município; v.2, Zonas Norte, Oeste e Centro; v.3, Zona Sul; v.4, Zona Leste).

PROGRAMA DE GOVERNO. Diretrizes de Programa de Governo da Coligação Muda São Paulo. São Paulo, Partido dos Trabalhadores, 2000. (mimeo).

PUNCH, S. Household division of labour: generation, gender, age, birth order and sibling composition. **Work, Employment and Society**, Strathclyde, v. 15, n. 4, p.803-823, 2001.

QUADROS, W. **Evolução da ocupação e desocupação por faixas etárias em São Paulo na década de noventa.** Campinas: Fundação Economia de Campinas, 2002. (Relatório Parcial Maio).

_____. **O desemprego juvenil no Brasil dos anos noventa.** Campinas: Unicamp-IE, 2001. (Cadernos do CESIT, n. 31).

QUADROS CARVALHO, R. Capacitação tecnológica limitada e uso do trabalho na indústria brasileira. In: SEADE. **Brasil em artigos.** São Paulo: Fundação Seade, 1995.

RAMALHO, J. R. Trabalho e sindicato: posições em debate na Sociologia hoje. **Dados Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.43, n.4, 2000.

ROBERT, P. **Le nouveau Petit Robert:** dictionnaire alphabétique et analogique de la langue française. Paris: Dictionnaires Le Robert, 2002.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil:** afinal do que se trata? Rio de Janeiro: FGV, 2005.

RODRIGUES, I. J.; MARTINS, H. H. T. S. Perfil socioeconômico de jovens metalúrgicos. In: RODRIGUES, I. J.; RAMALHO, J. R. (Org.). **Trabalho e sindicato em antigos e novos territórios produtivos.** São Paulo, Annablume, 2007. p. 223-266. (Col. Trabalho e Contemporaneidade).

ROUSSELET, J. **L'allergie du travail.** Paris: Seuil, 1974.

RUA, M. G. As políticas públicas e a juventude nos anos 90. In: BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas.** Brasília: CNPD, 1998. p.731-752.

SALAI, R. et al. **L'invention du chômage:** histoire et transformations d'une catégorie en France des années 1890 aux années 1980. Paris: PUF, 1986.

SANCHIS, E. **Da escola ao desemprego.** Rio de Janeiro: Agir, 1997.

SANSONE, L. Jovens e oportunidades: as mudanças na década de 1990 – variações por cor e classe. In: _____. SILVA, N. V. **Origens e destinos:** desigualdades sociais ao longo da vida. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003. p.245-280.

SANTOS, M. A. **Qualificação e flexibilidade moral na intermediação do trabalho**. 2006. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

SARTI, C. O jovem na família: o outro necessário. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (Org.). **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres na periferia de São Paulo**. 1994. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

SCHEHR, S. Processus de singularisation et formes de socialisation de la jeunesse. **Lien Social et Politiques**, Montréal, n. 43, p. 49-58, 2000.

_____. **La vie quotidienne des jeunes chômeurs**. Paris: PUF, 1999.

SCHNAPPER, D. **L'épreuve du chômage**. Paris: Gallimard, 1981.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p.71-100, jul./dez. 1995. (n. esp., Gênero e Educação).

SEADE - Fundação Sistema Estadual de Analise de Dados. **Região Metropolitana de São Paulo**. São Paulo: SEADE/SERT, 2007.

SETTON, M. G. J. Família, escola e mídia: um campo com novas configurações. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.28, n.1, p.107-116, jan./jun. 2002.

SILVA, N. V. Expansão escolar e estratificação educacional no Brasil. In: HASENBALG, C.; SILVA, N. V. **Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003. p.105-146.

SINDICATO DOS COMERCIÁRIOS DE SÃO PAULO. **Perfil dos comerciários do município de São Paulo**. São Paulo: DIEESE, 2007.

SINGER, P. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P.; SOUZA, A. (Org.). **A economia solidária no Brasil**. São Paulo, Contexto, 2000a.

SINGER, P. Incubadoras universitárias de cooperativas: um relato a partir da experiência da USP. In: SINGER, P.; SOUZA, A. (Org.). **A economia solidária no Brasil**. São Paulo, Contexto, 2000b.

SINGLY, F. Penser autrement la jeunesse. **Lien Social et Politiques**, Montréal, n. 43, p. 9-21, 2000.

SOLA, L. Juventude, comunidade política e sociedade civil. In: BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**. Brasília: CNPD, 1998. p. 753-768.

SPOSITO, M. P. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Org.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 87-127.

_____. **Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas**. São Paulo: Ação Educativa, 2003.

_____. Uma perspectiva não escolar no estudo sociológico da escola. **Revista da USP**, São Paulo: v. 57, p. 210-226, 2003.

_____. **Juventude, escolarização e poder local** (Projeto Temático). São Paulo, s.n., 2002. (mimeo).

_____. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. **Tempo Social**, São Paulo, v.5, n.1-2, p.161-178, nov. 1994.

_____. **A ilusão fecunda: a luta por educação nos movimentos populares**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993.

SPOSITO, M. P. (Coord.). **Espaços públicos e tempos juvenis: um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras**. São Paulo: Global, 2007.

_____. **Juventude e escolarização (1980-1998)**. Brasília: MEC/INEP/COMPED, 2001. (Estado do Conhecimento, n.7).

SPOSITO, M. P.; CARRANO, P. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 24, set./dez. 2003, p.16-39.

SPOSITO, M. P.; CORROCHANO, M. C. A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil. **Tempo Social**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 141-172, nov. 2005.

SPOSITO, M. P.; GALVÃO, I. A experiência e as percepções de jovens na vida escolar na encruzilhada das aprendizagens. **Perspectiva**, Florianópolis, v.22, n.2, p.345-380, 2004.

STETTINGER, V. L'analyse sociologique des supports: le cas des individus vivant dans la precarité. In: CARADEC, V.; MARTUCELLI, D. (Org.). **Matériaux pour une sociologie de l'individu: perspectives et débats**. Villeneuve d'Ascq: Presses Universitaires du Septentrion, 2004.

SUGITA, K. Emprego atípico e desemprego na sociedade japonesa. In: GUIMARÃES, N. A.; HIRATA, H. S. (Org.). **Desemprego: trajetórias, identidades, mobilizações**. São Paulo: Senac, 2006 (Série Trabalho e Sociedade). p. 221-270.

TAFNER, P. (Ed.). **Brasil, o estado de uma nação: mercado de trabalho, emprego e informalidade**. Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

TARTUCE, G. L. **Tensões e intenções na transição escola-trabalho: um estudo das vivências e percepções de jovens sobre os processos de qualificação profissional e (re)inserção no mercado de trabalho na cidade de São Paulo**. 2007. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

TAYLOR, C. Reponse to Bhabha. In: M. GIBNEY (Ed.). **Globalizing rights: the Oxford Amnesty Lectures 1999**. Oxford: Oxford University Press, 2003. p. 184-187

TEDESCO, J. C. Reproductivismo educativo y sectores populares en América Latina. In: MADEIRA, F. R.; MELLO, G. (Ed.). **Educação na América Latina: os modelos teóricos e a realidade social**. São Paulo: Cortez, 1985

TEDRUS, M. P. **Jovens: trabalho nas ruas e experiências de sociabilidade**. 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

TELLES, V. S. **Pobreza e cidadania**. São Paulo: Ed. 34, 2001.

_____. Práticas urbanas: nas fronteiras incertas do informal, do ilegal e do ilícito. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 31., Caxambu, 2007. (mimeo).

_____. Debates: a cidade como questão. In: TELLES, V. S.; CABANES, R. (Org.). **Nas tramas da cidade**: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Humanitas, 2006a.

_____. Nas franjas da 'cidade global': tudo certo, tudo em ordem? In: TELLES, V. S.; CABANES, R. (Org.). **Nas tramas da cidade**: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Humanitas, 2006b.

_____. Trajetórias urbanas: fios de uma descrição da cidade. In: TELLES, V. S.; CABANES, R. (Org.). **Nas tramas da cidade**: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Humanitas, 2006c.

_____. No fio da navalha: entre carências e direitos – notas a propósito dos programas de renda mínima no Brasil. In: CACCIA BAVA, S. (Org.). **Programas de renda mínima no Brasil**: impactos e potencialidades. São Paulo: Polis, 1998. p.1-24.

_____. A experiência da insegurança: trabalho e família nas classes trabalhadoras urbanas em São Paulo. **Tempo Social**, São Paulo, v.4, n.1-2, p.53-93, 1994.

_____. **A cidadania inexistente**. 1992. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

TELLES, V. S.; CABANES, R. (Org.). **Nas tramas da cidade**: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Humanitas, 2006.

TELLES, V. S.; PAOLI, M. C. Derechos sociales: conflictos y negociaciones en el Brasil contemporáneo. In: Escobar, A.; Alvarez, S. E.; Dagnino, E. (Org.). **Política cultural y cultura política**. Una nueva mirada sobre los movimientos sociales latinoamericanos. Bogotá: Taurus, 2001. p. 87-118.

TOPALOV, C. **Naissance du chômeur**: 1880-1910. Paris: Albin Michel, 1994.

TORRES, H. G. Segregação residencial e políticas públicas: São Paulo na década de 1990. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 54, 2004.

TORNS, T. Desemprego e tolerância social à exclusão: o caso da Espanha. In: MARUANI, M.; HIRATA, H. (Org.). **As novas fronteiras da desigualdade**: homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: Senac, 2003. p. 247-258.

TREVISAN, L. Jovens, mentiras e desemprego. In: DOWBOR, L. et al. (Org.). **Desafios do trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2004.

VAN DE VELDE, C. **Devenir adulte**: sociologie comparée de la jeunesse en Europe. 2004. Thèse (Doctorat de Sociologie) – Institute d'Études Politiques de Paris, Paris, 2004.

VENCO, S. **Tempos moderníssimos nas engrenagens do telemarketing**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

_____. **Telemarketing nos bancos**: o emprego que desemprega. 1999. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

VINCENT, G.; LAHIRE, B.; THIN, D. Sobre a história e teoria da forma escolar. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 33, p. 7-47, jun. 2001.

VÓVIO, C. L.; CORTI, A. P. **Jovens na alfabetização**. Brasília: Ministério da Educação, 2007.

WALZER, M. **Sphères de justice**. Paris: Seuil, 1997.

ZIBAS, D. M. L. Refundar o ensino médio? **Educação e Sociedade**, Campinas, v.26, n.92, p.1067-1086, out. 2005 (Especial).

Sítios e Portais consultados

nsae.acaoeducativa.org.br/portal/

www.acaoeducativa.org

www.dieese.org.br

www.escoladafamilia.sp.gov.br

www.ibge.gov.br

www.ilo.org

www.juventude.gov.br

www.lemonde.fr

www.nevusp.org.br

www.oitbrasil.org.br

www.radiobras.gov.br

www.seade.sp.gov.br

APÊNDICES

APÊNDICE A - Comparação entre os perfis dos jovens contemplados, entrevistados por telefone e entrevistados pessoalmente

Considerando o total de 53.023 jovens contemplados, a amostra aleatória de 417 egressos representa 0,79% dos contemplados com um nível de confiança de 95% e erro amostral calculado de 4,8%. Em relação aos egressos entrevistados pessoalmente, procuramos contemplar sobretudo diferenças de sexo, escolaridade e raça no interior dos distritos escolhidos para análise.

Para discriminar os três momentos, consideraremos nos gráficos e tabelas: **CONTEMP** (contemplados pelo PBT); **1ª ENTREV** (identificando egressos entrevistados por telefone) e **2ª ENTREV** (identificando egressos oriundos da pesquisa telefônica e entrevistados pessoalmente por membros da equipe do programa). Na tabela a seguir, se observamos apenas o comportamento da variável sexo e cor/raça. Veremos que o sexo feminino predomina em todas as situações. No entanto, a porcentagem de moças entrevistadas por telefone aumenta em 11 pontos percentuais quando comparamos com o total de contemplados. Pessoalmente também entrevistamos um maior número de moças (25 em contraposição a 12 rapazes). Esta ligeira elevação pode significar uma maior disponibilidade das moças para conceder entrevistas. Considerando a cor/raça, não observamos diferenças significativas entre os contemplados e entrevistados por telefone, mas dentre os entrevistados pessoalmente por nós, a maioria das meninas havia sido identificada como parda.

Tabela 1 – Cor/raça declarada segundo sexo e momento da pesquisa

RAÇA DECLARADA		CONTEMP	1ª ENTREV	2ª ENTREV	CONTEMP	1ª ENTREV	2ª ENTREV
Feminino	Branca	12962	138	6	24%	33%	16%
	Parda	12179	105	15	23%	25%	41%
	Preta	3084	25	3	6%	6%	8%
	Amarel	46	0	0	0%	0%	0%
	Indige	16	0	0	0%	0%	0%
	Nao in	1413	12	1	3%	3%	3%
	Total	29700	280	25	56%	67%	68%
Masculino	Branca	9131	60	4	17%	14%	11%
	Parda	10240	56	5	19%	13%	14%
	Preta	2750	16	3	5%	4%	8%
	Amarel	26	0	0	0%	0%	0%
	Indige	9	0	0	0%	0%	0%
	Nao in	1167	5	0	2%	1%	0%
	Total	23323	137	12	44%	33%	32%

Em termos de escolaridade, as diferenças mostraram-se um pouco mais significativas. Embora prevaleça para todos os casos o tempo de estudo entre 9 e 11 anos, entre os egressos entrevistados por telefone há uma presença maior desse grupo. De qualquer modo, não estão ausentes jovens com até 4 anos de estudo e com 5 a 8 anos. Entre os que foram entrevistados por nós, também foram contemplados jovens com mais baixa escolaridade como vemos a seguir (Gráfico 2).

Em relação ao estado civil e situação conjugal, as frequências são muito semelhantes: nos três grupos predominam jovens solteiros, tanto moças, quanto rapazes, o mesmo valendo para a situação conjugal (Gráficos 3 e 4).

No quesito renda familiar, as diferenças seguem padrão semelhante das outras variáveis, tendo pico em todos os grupos na faixa entre 1 e 2 salários mínimos.

Tanto entre os entrevistados por telefone, quanto entre os entrevistados pessoalmente há uma porcentagem um pouco mais elevada de jovens que se identificavam no momento da inscrição como estudantes em relação aos contemplados, mas também foram abordados jovens em outras posições, sobretudo desempregados.

Tabela 2 – Contemplados, entrevistados pelo telefone e entrevistados pessoalmente segundo sexo e ocupação

POSIÇÃO NO TRABALHO		CONTEMP	1ª ENTREV	2ª ENTREV	CONTEMP	1ª ENTREV	2ª ENTREV
Feminino							
	SEM INFO	1878	19	1	4%	5%	3%
	Assalariado com carteira assinada	139	3	0	0%	1%	0%
	Assalariado sem carteira assinada	416	4	0	1%	1%	0%
	Funcionario publico celetista	10	0	0	0%	0%	0%
	Funcionario publico estatutario	4	0	0	0%	0%	0%
	Produtor rural	0	0	0	0%	0%	0%
	Bico/Ambulante/Autônomo	1332	11	0	3%	3%	0%
	Aposentado/Pensionista	10	0	0	0%	0%	0%
	Do lar	970	10	2	2%	2%	5%
	Estudante	14277	141	14	27%	34%	38%
	Desempregado	9008	78	6	17%	19%	16%
	Nunca trabalhou	1656	14	2	3%	3%	5%
	Total	29700	280	25	56%	67%	68%
Masculino							
	SEM INFO	1475	10	1	3%	2%	3%
	Assalariado com carteira assinada	112	1	0	0%	0%	0%
	Assalariado sem carteira assinada	261	2	1	0%	0%	3%
	Funcionario publico celetista	4	0	0	0%	0%	0%
	Funcionario publico estatutario	2	0	0	0%	0%	0%
	Produtor rural	2	0	0	0%	0%	0%
	Bico/Ambulante/Autônomo	1558	6	0	3%	1%	0%
	Aposentado/Pensionista	2	0	0	0%	0%	0%
	Do lar	102	0	0	0%	0%	0%
	Estudante	11475	65	6	22%	16%	16%
	Desempregado	7185	47	3	14%	11%	8%
	Nunca trabalhou	1145	6	1	2%	1%	3%
	Total	23323	137	12	44%	33%	32%

Como a variável tempo de permanência no programa também nos parecia importante, uma vez que seria muito diferente entrevistar um jovem que ficou 6 meses de outro que ficou 12 meses, buscamos informações sobre o número de parcelas recebidas predominante em cada um dos grupos para perceber se havia ou não discrepâncias. Notamos que a grande maioria dos contemplados permaneceu no programa ou pelo menos recebeu a bolsa por um período de 3 a 6 meses. Uma vez que o tempo mínimo de permanência no programa era de 6 meses, deve haver uma maior concentração nesse período. A porcentagem daqueles que ficaram apenas até 3 meses gira em torno de 12,3% entre as mulheres contempladas e 10,6% entre os homens contemplados, o que pode significar que as mulheres desistem mais do PBT em relação aos homens, mas ao mesmo tempo também permanecem por um número maior de meses, conforme tabela a seguir. Comparando os contemplados, entrevistados por telefone e entrevistados pessoalmente, não conseguimos entrevistar pessoalmente jovens que permaneceram acima de 9 meses no programa dadas as baixíssimas porcentagens desses entre os contemplados.

Tabela 3 - Contemplados, entrevistados pelo telefone e entrevistados pessoalmente segundo sexo e quantidade de parcelas recebidas

NÚMERO DE PARCELAS RECEBIDAS		CONTEMPL	1ª ENTREV	2ª ENTREV	CONTEMPL	1ª ENTREV	2ª ENTREV
Feminino	Até 3	6504	0	0	12,27%	0,00%	0,00%
	De 3 a 6	14207	171	14	26,79%	41,01%	37,84%
	De 7 a 9	3767	69	10	7,10%	16,55%	27,03%
	De 10 a 15	390	8	0	0,74%	1,92%	0,00%
	Acima de 15	98	0	0	0,18%	0,00%	0,00%
	SEM INFO	4734	32	1	8,93%	7,67%	2,70%
	TOTAL	29700	280	25	56,01%	67,15%	67,57%
Masculino	Até 3	5605	0	0	10,57%	0,00%	0,00%
	De 3 a 6	11247	96	9	21,21%	23,02%	24,32%
	De 7 a 9	2693	23	3	5,08%	5,52%	8,11%
	De 10 a 15	261	1	0	0,49%	0,24%	0,00%
	Acima de 15	74	0	0	0,14%	0,00%	0,00%
	SEM INFO	3443	17	0	6,49%	4,08%	0,00%
	TOTAL	23323	137	12	43,99%	32,85%	32,43%

Como não encontramos discrepâncias entre a amostra dos egressos entrevistados por telefone e dos jovens contemplados, pareceu-nos razoável partir desta para realização das entrevistas de caráter qualitativo.

APÊNDICE B – Condições de habitação (jovens inscritos e contemplados)

(Fonte: PMSP, Banco de Dados do Cidadão. Elaboração própria, 2006)

Tabela 1: Contemplados e não contemplados segundo tipo do domicílio

	NÚMEROS ABSOLUTOS		% de contemplados por tipo de domicílio	% na coluna	
	CONTEMPLADOS	INSCRITOS		CONTEMPLADOS	INSCRITOS
Particular	36380	49074	74%	68,60%	67,90%
Coletivo	13810	17300	80%	26,00%	23,90%
Sem informação	2496	4842	52%	4,70%	6,70%
Casa	242	862	28%	0,50%	1,20%
Transitória	89	230	39%	0,20%	0,30%
Albergue	6	7	86%	0,00%	0,00%
Morador de rua					
Total	53023	72315	73%	100%	100%

Tabela 2: Contemplados e não contemplados segundo tipo de ocupação

	NÚMEROS ABSOLUTOS		% contemplados por tipo de ocupação	% na coluna	
	CONTEMPLADOS	INSCRITOS		CONTEMPLADOS	INSCRITOS
Própria	29190	38255	76%	55,10%	52,90%
Alugada	7166	11025	65%	13,50%	15,20%
Cedida	9741	13000	75%	18,40%	18,00%
Ocupada	5710	6916	83%	10,80%	9,60%
Sem informação	1216	3119	39%	2,30%	4,30%
TOTAL	53023	72315	73%	100%	100%

Tabela 3: Contemplados e não contemplados segundo tipo de construção

	NÚMEROS ABSOLUTOS		% contemplados por tipo de construção	% na coluna	
	CONTEMPLADOS	INSCRITOS		CONTEMPLADOS	INSCRITOS
Alvenaria	49506	66173	75%	93,40%	91,50%
Madeira	1421	1859	76%	2,70%	2,60%
Mista	516	618	83%	1,00%	0,90%
Outras	373	459	81%	0,70%	0,60%
Sem informação	1207	3206	38%	2,30%	4,40%
TOTAL	53023	72315	73%	100%	100%

Tabela 4: Contemplados e inscritos segundo tipo de abastecimento de água

	NÚMEROS ABSOLUTOS		%	% na coluna	
	CONTEMPLADOS	INSCRITOS		CONTEMPLADOS	INSCRITOS
Rede pública	47513	63958	74%	89,61%	88,44%
Cedida	2734	3358	81%	5,16%	4,64%
Não informado	1372	3404	40%	2,59%	4,71%
Poço	1167	1298	90%	2,20%	1,79%
Nascente	132	175	75%	0,25%	0,24%
Carro pipa	105	122	86%	0,20%	0,17%
Total	53023	72315	73%	100%	100%

Tabela 5: Contemplados e Inscritos segundo tipo de escoamento sanitário

	NÚMEROS ABSOLUTOS		%	% na coluna	
	CONTEMPLADOS	INSCRITOS		CONTEMPLADOS	INSCRITOS
Rede pública	42648	58384	73%	80,43%	80,74%
Fossa própria	4763	5471	87%	8,98%	7,57%
Céu aberto	4156	4972	84%	7,84%	6,88%
Sem informação	1432	3404	42%	2,70%	4,71%
Não possui	24	84	29%	0,05%	0,12%
Total	53023	72315	73%	100%	100%

Tabela 6: Contemplados e Inscritos segundo tipo de iluminação

	NÚMEROS ABSOLUTOS		%	% na coluna	
	CONTEMPLADOS	INSCRITOS		CONTEMPLADOS	INSCRITOS
Rede elétrica pública	46115	62238	74%	86,97%	86,07%
Ligação elétrica puxada/gato	5417	6524	83%	10,22%	9,02%
Sem informação	1275	3267	39%	2,40%	4,52%
Não possui	199	262	76%	0,38%	0,36%
Querosene/gás	17	24	71%	0,03%	0,03%
Total	53023	72315	73%	100%	100%

Tabela 7: Contemplados e Inscritos segundo tipo de destinação do lixo

	NÚMEROS ABSOLUTOS		%	% NA COLUNA	
	CONTEMPLADOS	INSCRITOS		CONTEMPLADOS	INSCRITOS
Coleta regular	49370	65598	75%	93,11%	90,71%
Coleta eventual	1762	2626	67%	3,32%	3,63%
Sem informação	1224	3184	38%	2,31%	4,40%
Jogado	482	643	75%	0,91%	0,89%
Queimado	163	226	72%	0,31%	0,31%
Enterrado	22	38	58%	0,04%	0,05%
Total	53023	72315	73%	100,00%	100,00%

Tabela 8: Contemplados e Inscritos segundo possibilidade de enchente no domicílio

	NÚMEROS ABSOLUTOS		%	% na coluna	
	CONTEMPLADOS	INSCRITOS		CONTEMPLADOS	INSCRITOS
Não	44549	60434	74%	84,02%	83,57%
Sim	7195	9050	80%	13,57%	12,51%
Sem informação	1279	2831	45%	2,41%	3,91%
Total	53023	72315	73%	100,00%	100,00%

APÊNDICE C – Contemplados e não contemplados segundo distrito de moradia

(Fonte: PMSP, Banco de Dados do Cidadão. Elaboração própria, 2006)

	DISTRITO	CONTEMPLADOS	INSCRITOS	% contemplados em cada distrito	% contemplados	% inscritos
36	Itaim Paulista (3147)	2367	3147	75,2%	4,47%	4,35%
76	Sapopemba (2946)	2436	2947	82,7%	4,60%	4,08%
31	Guaianazes (2698)	1934	2698	71,7%	3,65%	3,73%
30	Grajau (2432)	2401	2432	98,7%	4,53%	3,36%
46	Jardim São Luis (2284)	1591	2286	69,6%	3,00%	3,16%
23	Cidade Dutra (2090)	2035	2091	97,3%	3,84%	2,89%
84	Vila Curuçá (2088)	1894	2088	90,7%	3,57%	2,89%
25	Cidade Tiradentes (2051)	1880	2051	91,7%	3,55%	2,84%
63	Pirituba (2045)	189	2045	9,2%	0,36%	2,83%
44	Jardim Helena (1898)	1195	1899	62,9%	2,25%	2,63%
43	Jardim Angela (1848)	1704	1848	92,2%	3,21%	2,56%
87	Vila Jacuí (1843)	1215	1844	65,9%	2,29%	2,55%
17	Campo Limpo (1731)	1531	1731	88,4%	2,89%	2,39%
13	Cachoeirinha (1639)	1485	1639	90,6%	2,80%	2,27%
75	São Rafael (1618)	1146	1618	70,8%	2,16%	2,24%
42	Jaraguá (1595)	1142	1597	71,5%	2,15%	2,21%
28	Ermelino Matarazzo (1582)	1432	1582	90,5%	2,70%	2,19%
19	Capão Redondo (1570)	1377	1570	87,7%	2,60%	2,17%
81	Tremembe (1497)	37	1497	2,5%	0,07%	2,07%
37	Itaquera (1485)	1340	1485	90,2%	2,53%	2,05%
58	Pedreira (1468)	1421	1468	96,8%	2,68%	2,03%
11	Brasilândia (1449)	1344	1449	92,8%	2,54%	2,00%
73	São Mateus (1364)	1187	1364	87,0%	2,24%	1,89%
55	Parelheiros (1283)	1226	1283	95,6%	2,31%	1,77%
22	Cidade Ademar (1272)	1109	1273	87,1%	2,09%	1,76%
96	Lajeado (1270)	1200	1272	94,3%	2,26%	1,76%
18	Cangaíba (1262)	600	1262	47,5%	1,13%	1,75%
74	São Miguel (1228)	1180	1228	96,1%	2,23%	1,70%
47	Jose Bonifácio (1173)	882	1173	75,2%	1,66%	1,62%
38	Jabaquara (1020)	801	1020	78,5%	1,51%	1,41%
59	Penha (988)	605	988	61,2%	1,14%	1,37%
29	Freguesia do O (901)	385	901	42,7%	0,73%	1,25%
68	Sacomã (816)	520	816	63,7%	0,98%	1,13%
67	Rio Pequeno (734)	693	734	94,4%	1,31%	1,02%
33	Iguatemi (726)	509	726	70,1%	0,96%	1,00%
21	Casa Verde (715)	321	715	44,9%	0,61%	0,99%
24	Cidade Líder (705)	651	705	92,3%	1,23%	0,97%
65	Raposo Tavares (693)	690	693	99,6%	1,30%	0,96%
39	Jaçana (660)	540	660	81,8%	1,02%	0,91%
12	Butanta (639)	400	639	62,6%	0,75%	0,88%
5	Artur Alvim (630)	356	630	56,5%	0,67%	0,87%
61	Perus (605)	494	605	81,7%	0,93%	0,84%
92	Vila Medeiros (566)	218	566	38,5%	0,41%	0,78%
91	Vila Matilde (510)	312	511	61,1%	0,59%	0,71%
57	Parque do Carmo (500)	500	501	99,8%	0,94%	0,69%

4	Aricanduva (500)	186	500	37,2%	0,35%	0,69%
54	Morumbi (493)	161	493	32,7%	0,30%	0,68%
85	Vila Formosa (489)	9	489	1,8%	0,02%	0,68%
89	Vila Maria (489)	352	489	72,0%	0,66%	0,68%
20	Carrão (472)	144	472	30,5%	0,27%	0,65%
83	Vila Andrade (456)	359	456	78,7%	0,68%	0,63%
64	Ponte Rasa (402)	216	402	53,7%	0,41%	0,56%
16	Campo Grande (395)	122	395	30,9%	0,23%	0,55%
34	Ipiranga (365)	131	365	35,9%	0,25%	0,50%
27	Cursino (348)	45	348	12,9%	0,08%	0,48%
7	Bela Vista (329)	222	329	67,5%	0,42%	0,45%
82	Tucuruvi (313)	90	313	28,8%	0,17%	0,43%
41	Jaguareé (277)	276	277	99,6%	0,52%	0,38%
50	Limão (274)	77	274	28,1%	0,15%	0,38%
3	Anhanguera (265)	230	265	86,8%	0,43%	0,37%
51	Mandaqui (252)	62	252	24,6%	0,12%	0,35%
94	Vila Sonia (219)	122	219	55,7%	0,23%	0,30%
70	Santana (213)	176	213	82,6%	0,33%	0,29%
52	Marsilac (181)	152	181	84,0%	0,29%	0,25%
95	São Domingos (165)	58	165	35,2%	0,11%	0,23%
93	Vila Prudente (158)	137	158	86,7%	0,26%	0,22%
72	São Lucas (149)	82	149	55,0%	0,15%	0,21%
1	Água Rasa (143)	75	143	52,4%	0,14%	0,20%
78	Se (138)	134	138	97,1%	0,25%	0,19%
86	Vila Guilherme (136)	42	136	30,9%	0,08%	0,19%
71	Santo Amaro (133)	84	133	63,2%	0,16%	0,18%
15	Campo Belo (116)	14	116	12,1%	0,03%	0,16%
62	Pinheiros (90)	87	90	96,7%	0,16%	0,12%
90	Vila Mariana (90)	47	90	52,2%	0,09%	0,12%
48	Lapa (84)	52	84	61,9%	0,10%	0,12%
10	Brás (82)	73	82	89,0%	0,14%	0,11%
9	Bom Retiro (75)	69	75	92,0%	0,13%	0,10%
69	Santa Cecília (70)	38	70	54,3%	0,07%	0,10%
77	Saude (68)	40	68	58,8%	0,08%	0,09%
8	Belem (65)	44	65	67,7%	0,08%	0,09%
40	Jaguara (61)	51	61	83,6%	0,10%	0,08%
6	Barra Funda (57)	54	57	94,7%	0,10%	0,08%
49	Liberdade (57)	34	57	59,6%	0,06%	0,08%
53	Mooça (55)	13	55	23,6%	0,02%	0,08%
56	Pari (54)	45	54	83,3%	0,08%	0,07%
35	Itaim Bibi (52)	43	52	82,7%	0,08%	0,07%
14	Cambuci (39)	8	39	20,5%	0,02%	0,05%
66	Republica (35)	6	35	17,1%	0,01%	0,05%
88	Vila Leopoldina (30)	23	30	76,7%	0,04%	0,04%
79	Socorro (27)	20	27	74,1%	0,04%	0,04%
80	Tatuapé (27)	13	27	48,1%	0,02%	0,04%
26	Consolação (25)	16	25	64,0%	0,03%	0,03%
60	Perdizes (20)	11	20	55,0%	0,02%	0,03%
2	Alto de Pinheiros (3)	2	3	66,7%	0,00%	0,00%
32	Moema (2)	1	2	50,0%	0,00%	0,00%
45	Jardim Paulista (0)	0	0	0,0%	0,00%	0,00%
Total	Total (72302)	53009	72315	73,3%	100,00%	100,00%

APÊNDICE D – Principais projetos por distrito

(Fonte: PMSP, Banco de Dados do Cidadão. Elaboração própria, 2006)

Brasilândia	recreação, conservação de foto, leitura, artesanato
Campo Limpo	hip hop, informática, teatro, brinquedeiro, recreação, agente ambiental, pesquisa
Capão Redondo	hip hop, agente de notícias, agente de notícias, arte
Cidade Ademar	agente de saúde, teatro, informática, recreação, agente de trânsito
Cidade Dutra	agente de saúde, teatro, leitura, agente ambiental, agente de trânsito
Cidade Tiradentes	agente de saúde, recreação, cidade, cartão SUS
Ermelino Matarazzo	agente de saúde, informática, telemarketing, teatro, raio X, horta, palhaço, agente ambiental, novas mídias, brinquedeiro
Grajaú	agente de saúde, agente ambiental, arbitragem de futebol
Guaianazes	agente de saúde, teatro, agente de leitura, fotografia, agente de notícias, agente de trânsito, confecção
Itaim	agente de saúde, informática, teatro, cartão SUS, agente ambiental, novas mídias, agente de trânsito,
Itaquera	informática, corte e costura, cesta de chocolate, telemarketing, teatro, samba, recreação, mídia, brinquedeiro, agente de trânsito
Jaraguá	teatro, arte, agente de saúde, xadrez, CET, brinquedoteca
Jardim Ângela	agente de saúde, agente ambiental, hip hop
Jardim Santa Helena	agente de saúde, artesanato, teatro, horta, cartão SUS, arbitragem de futebol
Jardim São Luís	agente de saúde, teatro, agente de leitura, agente de comunicação, hip hop, recreação, conservação de foto, arbitragem de futebol
José Bonifácio	agente de saúde, teatro, agente de leitura, novas mídias, brinquedeiro
Lajeado	agente de saúde, agente de leitura
Pedreira	agente de saúde, hip hop, teatro, agente de recreação
São Mateus	agente de saúde, informática, agente de recreação, cartão SUS, agente de trânsito, agente ambiental, paisagismo
São Miguel	agente de saúde, artesanato, coleta seletiva, teatro, recreação, horta, novas mídias, agente de trânsito, brinquedeiro
São Rafael	agente de saúde, teatro, recreação, paisagismo, agente ambiental,
Sapopemba	grafite, agente de saúde, agente de trânsito, teatro, palhaço, arbitragem de futebol, conservação de foto, vídeo, agente ambiental
Vila Curuçá	agente de saúde, teatro, agente de leitura, agente ambiental, hip hop
Vila Jacuí	agente de saúde, artesanato, teatro, recreação, horta, , brinquedeiro, novas mídias

APÊNDICE E – Roteiro das entrevistas com os jovens

APÊNDICE F – Síntese das entrevistas com os jovens

GRUPO 1 – TRABALHANDO DESDE CEDO

Eliza
(22/02/2005)

Com 23 anos, preta, Eliza concedeu a entrevista no EGJ do Jardim Campos, em um dos seus dias de folga do trabalho na padaria. Ela era bastante extrovertida e falou muito, principalmente dos problemas com sua mãe, sogra, marido. Disse que não conheceu seu pai e sempre morou com sua mãe, migrante da Bahia e empregada doméstica, mesmo já estando unida consensualmente e com um filho de 5 anos. Dez pessoas moram em sua casa, mas não soube precisar a renda total, embora contribua com o orçamento familiar. Parou de estudar na 8ª série, não participa de nenhum grupo, mas adora ficar na rua com as amigas quando a mãe e o marido não estão próximos.

Começou dizendo que gostou muito do PBT, sobretudo da segunda parte, um curso de reciclagem (ainda que quisesse computação). Para ela, o curso de cidadania, dado na primeira parte do programa, “era só ler e escrever”, mas avalia que aprendeu um pouco sobre o direito dos jovens. Mesmo em relação ao segundo curso afirma que tiveram poucas chances de atividades de caráter prático e ela mesma ensinou muitas coisas aos professores. Ao final, queriam que ela continuasse porque tinha muita habilidade, mas “não dava, tinha que trabalhar, tinha filho para criar”. Nem ela, nem o irmão, que também participou do programa, sabiam muito bem o que seria o PBT quando fizeram a inscrição. Pensaram que fosse trabalho, só depois foram avisados que seria um curso. Gostou muito pelas brincadeiras e por ter lhe ajudado a perder a timidez.

Eliza começou a trabalhar aos 14 anos como garçone. Foi sua mãe quem conseguiu para ela esse primeiro trabalho. Ela não queria muito. Mas conforme foi trabalhando, “você pega seu primeiro dinheiro, aí você começa a ver que é uma coisa muito boa”. Também acredita que o trabalho contribuiu para seu amadurecimento, mas a deixou sem muito tempo “para curtir a vida”. Quando a lanchonete em que estava fechou, encontrou trabalho em um lava-rápido, onde ficou por cinco anos: “o patrão gostou do meu serviço”. Nesse período participou do PBT combinando trabalho, escola e curso. Com o cansaço, acabou abandonando a escola. Do lava-rápido só saiu quando engravidou do namorado, em razão dos produtos muito fortes que passaram a incomodá-la no período de gestação. Depois da gravidez, trabalhou um tempo com sua mãe em uma “casa de família” como babá, mas por pouco tempo, já que “não tinha a menor paciência com crianças”. Logo sua mãe lhe arranja outro trabalho no supermercado de um ex-patrão. Quando este fechou o supermercado para abrir uma padaria, ela não quis continuar porque era muito distante e foi trabalhar entregando papéis no farol. acabou “enrolando” e não voltou a estudar, mesmo tendo mais tempo. Em seguida foi chamada novamente pelo ex-patrão para uma outra padaria e dessa vez aceitou porque era mais próxima. Está neste trabalho até hoje, ganhando R\$ 10,00 por dia e sem registro em carteira. Titubeou para dizer se gostaria de estar um outro trabalho até que, estimulada, afirmou que seria uma coisa boa ter registro em carteira “porque pesa na velhice”. Além disso, se quisesse mudar de emprego teria que comprovar experiência, só possível com a carteira, em sua opinião. Comentou que, durante um tempo, antes de conseguir o trabalho no farol, tinha desistido de procurar: “não adiantava, só ficava gastando dinheiro à toa”. Ela e o namorado chegaram a ficar sem trabalho ao mesmo tempo, o que a deixou muito deprimida e fez com que o namorado voltasse a morar na casa de seus pais. No momento da entrevista, já com trabalho, os dois estão novamente morando juntos na casa dos pais de Eliza.

Para ela, a escola sempre ficou em segundo plano. A pressão maior de sua mãe sempre foi pelo trabalho. Hoje, sua mãe, irmã e marido estão estudando em função das exigências do mercado e ela tem que cuidar do filho. Espera alguém terminar para que possa voltar para a escola. Sempre abriu mão de muitos cursos por conta do trabalho e o PBT conseguiu atraí-la por conta da possibilidade de “serviço” e da bolsa. Eliza conta que sua maior cortiça sempre foi o trabalho ou “cabular” aula, já que sua mãe era muito rígida e não a deixava sair de casa – agora é o marido quem não deixa. Ainda sente-se jovem porque, embora não consiga curtir muito a vida, acredita que poderia, tem vontade: “ficaria acordada até de madrugada sem problemas...”. Mas atualmente seus planos são cuidar do filho e oferecer uma vida melhor para ele. Estão “trabalhando” nele agora, ela e marido.

Evaldo
(05/03/2005)

Identificando-se como preto, Evaldo tem 20 anos e mora no Itaim Paulista (Zona Leste) com seu padrasto, mãe e quatro irmãos, sendo apenas uma mulher, a mais jovem. Nascido na Bahia, na cidade de Salvador, Evaldo veio para São Paulo em 1994, já adolescente. A renda total de sua família gira em torno de R\$ 1.800,00 a R\$ 2.000,00 e o jovem contribui financeiramente para o pagamento das despesas da casa. Concluiu a 8ª série e não está mais estudando. Sua mãe, hoje dona de casa, sempre trabalhara como faxineira e estudou até a 4ª série. Seu padrasto concluiu a 7ª série e trabalhava na cidade de Santos como armador de ferragens na construção civil. Participa de um time de futebol de várzea no bairro onde mora sua avô e declara-se católico.

Evaldo participou do PBT em 2003. Estava cursando a 7ª série quando foi com sua mãe inscrever-se no programa na expectativa de fazer um curso de computação ou algum outro profissionalizante. Queria aprender “um pouquinho de tudo que tivesse relação com as profissões”. Tinha acabado de perder o trabalho em um lava-rápido e, por essa razão, pôde dedicar-se mais ao curso e à escola, o que só foi possível em função da bolsa recebida. No sexto mês de bolsa foi chamado para um trabalho com registro em carteira, abandonando a ambos.

Embora não tenha conseguido realizar um curso profissionalizante, valorizou o programa porque conheceu pessoas e aprendeu muitas coisas: a respeitar as pessoas, a ouvir a opinião dos outros e a deixar de lado um pouco as ruas, uma vez que o curso era aos sábados e domingos pela manhã. Do PBT também gostou do curso de artesanato, porque aprendera a transformar papel em algo que pudesse ser utilizado em casa. O que considerou muito ruim foi a descontinuidade. Evaldo tinha recebido há poucos dias uma carta da Prefeitura informando sobre cursos profissionalizantes na Cidade Tiradentes. Acreditava que eram continuidade do PBT e ressaltou o enorme intervalo de tempo que a Prefeitura levou para um novo contato, afirmando: “se fosse depender disso aí tava perdido...”. Avaliando o programa, acredita que este deveria proporcionar mais renda e tempo para que realmente fosse possível aos jovens apenas estudar e não ter que dividir o tempo do curso com o trabalho. Mas não concorda com a idéia de uma renda sem curso, pois poderia ficar dependendo daquilo sem aprender nada para “caminhar sozinho”.

Enquanto estava no curso, continuou procurando trabalho, mesmo que tivesse desistido do lava-rápido. Levou currículos no Brás, no centro da cidade e no Belenzinho até o dia em que foi chamado para trabalhar como auxiliar de expedição numa loja de tecidos. Se inicialmente afirmara ter encaminhado CV, em seguida observou que o gerente da loja era amigo do seu avô, por quem ficou sabendo do trabalho, enfatizando que deveria ter havido “uma mãozinha do avô nisso, não era só currículo”. Assim, como não tinha completado a escolaridade básica, reconhecia ter conseguido o trabalho em função da indicação.

A razão primeira apontada para ter abandonado a escola foi o trabalho, ao mesmo tempo em que deixa escapar as exigências da própria escola: “eu tentei continuar a escola ainda, mas só que não dava, tinha muita lição pra casa, assim, e eu não tenho tempo pra fazer”. Sua mãe reclamou muito de sua saída no início, tinha a expectativa de oferecer aos filhos a oportunidade de estudar que não teve. Agora era Evaldo quem estava tentando garantir a possibilidade de seus irmãos mais novos completarem a escolaridade. E ainda desejava concluir os estudos na expectativa de adquirir uma profissão e vida melhor, embora concretamente essa possibilidade lhe parecesse distante. Questionado sobre se gostaria de apenas estudar, afirma que sim, pelo menos até o fim da escolaridade básica, mesmo considerando que para os estudos não havia limites. Sentia muita falta da possibilidade de aprender coisas novas e dos amigos da escola, e sonhava com um trabalho onde pudesse aprender e trabalhar ao mesmo tempo, algo como o trabalho de um professor. Gostava do trabalho atual por considerar ser tranquilo, “sem ninguém que ficasse no seu pé, dizendo o que tem e o que não tem para fazer o dia todo”. A única coisa que mudaria era o salário, por considerar que recebia muito pouco. Com o dinheiro que recebia ele pagava algumas contas em casa e comprava roupas, tênis e outras coisas para si próprio. Sente que hoje tem menos responsabilidades porque os irmãos já cresceram e a mãe cuida da casa, tendo saído do mercado de trabalho.

Mas esse não era seu primeiro trabalho. Começou a trabalhar com 8 anos numa plantação da família na Bahia, sempre tentando conciliar trabalho e estudo. Avaliou a chegada em São Paulo como muito difícil, seus pais saíam para trabalhar e ele ficava em casa cuidando dos irmãos, porque a mãe e

a tia responsabilizavam-se pela arrumação da casa e da comida. Ainda assim, considerava chato cuidar dos irmãos, um trabalho de muita responsabilidade para um adolescente de 13 anos. Nesse período decidiu procurar trabalho em São Paulo para liberar-se das tarefas em casa e não ficar dependendo dos pais. Sua mãe o apoiou porque se tratava de um trabalho de meio período em um lava-rápido, já que se preocupava muito em ver o filho estudando. Evaldo conta que conseguiu esse “bico” por meio de um colega do bairro, tendo ficado ali por um ano. Saiu porque o dono do lava-rápido se mudou, mas logo conseguiu um outro emprego numa fábrica de painéis no bairro, também por meio de um amigo. Ficou um ano e oito meses nesse trabalho, foi um dos que mais gostou porque era próximo de sua casa, podia acordar mais tarde e trabalhava meio período. Acabou sendo demitido no momento de uma crise porque era um dos mais jovens da empresa. Foi quando começou a trabalhar com pintura, ofício que tinha aprendido com seus tios, que o indicaram para trabalhar na mesma empresa onde estavam. De todos os trabalhos que teve, este era o de que menos gostava e acabou saindo logo.

Os períodos em que ficou sem trabalho foram muito ruins pelo fato de ficar sem dinheiro para comprar suas próprias coisas, mas não costumava procurar muito. Além do PBT, chegou a fazer curso de computação, não tendo ficado por muito tempo porque avaliou que sem computador em casa seria perda de tempo. Tinha sido incentivado a fazer por uma propaganda na escola. Achava legal o computador porque poderia ter um serviço melhor, onde trabalhasse mais “com a mente”. Mas não considerou que o curso tenha influenciado a encontrar emprego atual porque se assim o fosse estaria em outra área, além do fato de não ter aprendido nada.

Quanto à escola, considera que esta o influenciou bastante, pois foi lá que aprendeu tudo o que sabe hoje. Em termos de projetos, pretende construir uma casa e família. Antes disso deseja comprar uma moto, o que lhe permitiria deslocar-se na cidade com mais facilidade. Em relação ao trabalho, só pensa na perspectiva de um trabalho melhor se tiver a chance de estudar um pouco mais. E trabalho melhor no caso de Evaldo significa um salário melhor. Tinha planos de voltar a estudar no segundo semestre do mesmo ano. Afirma nunca ter ficado desempregado, mas sobre os curtos períodos em que esteve sem trabalho pondera: “eu não tenho família, eu não tenho filho, nem mulher, nem nada, eu não tenho responsabilidade maior assim, né, e mesmo assim já é complicado, eu acho complicado, porque eu sempre tenho dinheiro, assim, pra poder sair, sei lá, fazer o que eu gosto, comprar o que eu quero assim. Essas outras pessoas que tem filho, tem mulher, paga aluguel, ou água, luz, eu sei que é bem pior, né”. Considera mais fácil para o jovem encontrar trabalho, principalmente no caso dele, pois conhece muitas pessoas que trabalham em grandes empresas em diferentes regiões da cidade, podendo recorrer a elas nos momentos em que precisar de indicações. Em geral, acreditava mais naquilo que chama de “conhecimento das pessoas”, afinal foi assim que conseguira todos seus empregos.

Evaldo se definia como “rueiro”, o que justificava para ele o fato de não escutar os outros e não respeitar opiniões, sobretudo as dos mais velhos. Na medida em que desenvolvia sua explicação ficava claro que deixar de ficar na rua também significou deixar de andar “com outras pessoas que eu acho que não convém andar”. Aos poucos revela o que também contribuiu para aceitar fazer o curso e “deixar” as ruas: um dos seus amigos tinha sido assassinado por envolvimento com o tráfico. Achava normal aquela convivência, mas percebeu que era melhor interrompê-la, pois acabaria por ter “idéias” ou pagar por algo que não fez apenas por estar junto.

Não hesita em considerar-se jovem porque não tem muitas responsabilidades. Deixará de sê-lo apenas por volta dos 30 anos, quando, em sua perspectiva, terá que pensar melhor, “refletir mesmo”, pois é a idade com que pretende casar e constituir uma família. No momento ainda sentia que precisava curtir a vida e o casamento seria um empecilho para isso. Já sentia essa dificuldade em seu namoro: alega que a namorada não gostava muito de sair de casa e ele acabava tendo que fazê-lo sozinho, provocando crises de ciúmes. Questionado sobre o que gostaria de mudar em sua vida, afirma que sairia apenas do bairro onde mora para que pudesse conhecer pessoas diferentes, ainda que já circulasse bastante pela cidade.

Henrique
(04/03/2005)

Preto, 22 anos, Henrique mora na Vila Curuçá (Zona Leste). Nascido em São Paulo, é filho de mãe migrante de São Lourenço e pai baiano. Seu pai faleceu em função da bebida, era pedreiro e pintor. Sua mãe, aposentada, trabalhou como ajudante geral em loja e não completou a escolaridade básica. Como filho mais velho, começou a trabalhar mais seriamente depois da morte de seu pai e até hoje colabora com o orçamento doméstico. Estava em busca de trabalho e não se considerava desempregado porque estava “procurando”. É integrante de um grupo de samba, tendo participado de concursos e fazendo shows regularmente em bares da cidade, inclusive ganhando alguma renda. Além disso, também cortava cabelo de moradores do bairro, sem cobrar por isso.

Henrique foi o único jovem que destacou a importância do PBT em fazer com que jovens retornassem à escola, “porque, em geral, o pessoal não gosta de estudar, então era uma forma, assim, de não dizer não”. O que lhe chamou atenção inicialmente foi a possibilidade de participar de um curso e obter mais um certificado para seu currículo. Henrique sempre se interessou em fazer vários cursos para tornar-se profissional em diversas áreas e escapar do desemprego. Ainda que não fosse o curso esperado (sua expectativa era por curso de computação, telemarketing, digitação e até garçom), gostou da experiência. Por três meses fez o curso de cidadania, afirmando ter gostado dos professores, dos amigos, das discussões em sala de aula: “muito melhores do que as realizadas na escola”.

Estava na 7ª série quando ingressou no PBT, em 2003, e desde então já parou e voltou a estudar várias vezes, sem ter conseguido completar o ensino médio. Parou no segundo ano. Enquanto fez o curso não procurou trabalho, considerava muito cedo para começar a trabalhar com registro, estava esperando terminar o curso e a escola e era estimulado por seu tio para isso. Mas logo que encerrou o programa, voltou a procurar trabalho e teve cada vez mais dificuldade em conciliá-lo com a escola. Sobre mudanças provocadas em sua vida, destaca o fato de ter perdido um pouco de sua timidez e ter passado a acreditar mais em si mesmo. Cita como exemplo a redação: “depois de lá, eu consegui fazer um monte, que eu, nossa, eu odiava fazer redação, aí depois deles não, redação é assim e tal, é assim, você não pode escrever assim também uma coisa atrás das outra”. O único aspecto negativo que ressaltou foi o curto tempo de curso – “apenas três meses” –, embora tenha recebido a bolsa por seis. A idéia de receber uma bolsa sem realizar curso ou atividade não lhe parecia correta. Ao mesmo tempo, quando fala de um amigo que recebeu sem fazer o curso, chega a mencionar que não sabe se ele teve “sorte” por ter recebido o auxílio sem ter feito nada.

Começou a trabalhar aos 13 anos, ajudando o pai no serviço de pedreiro. Mesmo não tendo se recusado, ainda preferia brincar nessa idade e ficava “enlouquecido” com as pipas que via enquanto ajudava o pai a construir casas. Foi apenas aos 17 anos, com a morte de seu pai, que sua loucura passou a ser o trabalho, ou melhor, o dinheiro advindo do trabalho. Além disso, um trabalho registrado poderia lhe dar mais segurança. Henrique cita um exemplo muito relacionado com certa angústia que estava vivendo atualmente: não tinha trabalho “fixo” e tinha feito uma dívida para comprar um guarda-roupa novo para sua casa. Aos 18 anos começou a sentir o “peso”, a diferença em relação à infância, a partir daí realizou vários tipos de trabalho, como vendedor ambulante, passando de casa em casa para venda de livros, filtro, touca de cabelo, filtro, vaso; e repositor de mercadorias em supermercado. Depois de um curso de marcenaria oferecido pela APAE tentou montar sua própria marcenaria, um dos ofícios de seu pai, mas não conseguiu por falta de recursos e equipamentos. Nesse período já tinha abandonado a escola porque não conseguia conciliar. Quando cursou o PBT deixou de trabalhar para dedicar-se ao curso e à escola: “estava empolgado”. Ao voltar para o trabalho, com o fim do PBT, novamente deixou a escola. Indicado por um amigo do grupo de samba em que toca até hoje conseguiu um emprego como garçom no período noturno e era “impossível” estudar. Ficou por oito meses nesse trabalho em um bar onde tinha que atender sem camisa, apenas de gravata borboleta. Para ele, não importava. Interessava-lhe o trabalho. Com a prisão do dono do bar, Henrique voltou a trabalhar temporariamente com pintura em diferentes construtoras por indicação do amigo do pai.

No momento da entrevista, assim descreveu sua situação de trabalho: estava desanimado porque já havia entregado vários currículos, fez entrevistas, mas não era chamado. Estava esperando a resposta de uma grande rede de supermercados, com muita certeza de que conseguiria, pois estava convicto de que o gerente tinha gostado dele, especialmente de sua experiência concreta em supermercados. Ele considerava que seria um trabalho muito bom porque o horário e o salário eram

bem razoáveis. Embora não pagassem condução, não era muito longe de sua casa e poderia terminar a escola, pegar o certificado e aí “já era”, estaria “tranquilo”.

Além do PBT Henrique já tinha feito muitos outros cursos: administração, computação, marcenaria, digitação. Para todos, destaca: “tenho o certificado de tudo”. Foi estimulado pela mãe a fazê-los para adquirir mais “habilidade” e “conhecimento”. Achou todos “muito legais”, ajudando-o a ter “esperança”. Para ele, o trabalho era “um orgulho”. Como ainda não tinha conseguido terminar o ensino médio, afirmou que talvez não tivesse mais tempo para um “serviço certo”. Sua expectativa era tornar-se médico ou fazer algum curso superior. Ao mesmo tempo em que duvidava dessa possibilidade, citava exemplos de amigos que estão conseguindo pagar a faculdade com o salário. Sua esperança era conseguir um trabalho e terminar o ensino médio para seguir com seus projetos.

Participava de um grupo de samba, o Plenitude, há muito tempo, o que considerava ser algo do “sangue”, já que seu avô, pai e tios tocavam e também tinham um grupo nos anos 1970. Ainda que já estivesse ganhando alguns “trocados” com o samba, todos os recursos eram destinados para gravação de um CD da banda em um estúdio profissional.

Não queria se mudar do bairro, mas não deixou de citar os inúmeros problemas de violência, os assassinatos de amigos e a angústia de não poder circular tranquilamente pelas ruas: “é muito ladrão, muito nóia...”. Mas era ali que tinha construído amizades, já tinha se “acostumado”. Era super conhecido porque, além do grupo de samba, também cortava o cabelo “da galera”. Não era algo que fazia como trabalho, mas apenas quando estava inspirado.

Roberto
(18/02/2006)

A entrevista com Roberto aconteceu na casa da sua mãe e não foi muito tranquila. Havia ruídos, várias pessoas falando por perto e o som da televisão ligada ao fundo. Por vezes alguém complementava as informações que o jovem estava me dando ou me contava uma história pessoal. Além disso, Roberto fala pouco, tem dificuldades de lembrar-se de datas e precisar informações. Suas frases eram curtas e em alguns momentos era preciso perguntar mais de uma vez para que ele complementasse as respostas.

Com 22 anos, Roberto tem um filho de cinco anos e é unido consensualmente. É o chefe da família e sua renda pessoal é de R\$ 400,00, mas a renda familiar varia conforme os “bicos” que a mulher faz como faxineira e manicure, além de cuidar da casa e do filho. O casal é evangélico e frequenta os cultos da Igreja Universal do Reino de Deus. Moram em casa própria, no mesmo terreno onde há a casa dos pais de Roberto e de um irmão casado.

Quando participou do PBT tinha 16 anos e estava fazendo “um bico aqui, um bico ali” como vendedor ambulante. Vendia sorvete, refrigerante, sucos e água no centro da cidade. Tinha parado de estudar pela segunda vez. Não se lembra do curso que fez, apenas diz que “era tipo um ditado” e que “preparava pro mercado de trabalho”. Ficou alegre quando foi chamado porque as vendas não estavam muito boas e a bolsa seria “muito bem-vinda”, já que sua atual mulher estava grávida na época. Gostava do pessoal que participava do curso e do recurso que recebia, que ajudava a complementar sua renda e a “comprar as coisas que faltavam”.

Depois que encerrou sua participação no programa foi trabalhar como camelô junto com seu pai. Ao mesmo tempo procurava trabalho em depósito de material de construção, em mercado e em obras. Quando o seu pai começou a trabalhar como pedreiro passou a ajudá-lo. Sentia vontade de ter o próprio dinheiro, comprar coisas para si. Com a finalização da obra em que estava trabalhando ficou uns três meses à procura de trabalho e não conseguiu. Até que seu pai propôs emprestar-lhe R\$ 20,00 para investir em comércio ambulante próprio e Roberto aceitou, aos 17 anos. Ficou nesse trabalho por uns quatro anos, achava a rotina um pouco corrida, mas só ficava nervoso quando não vendia muito bem. Algumas vezes sentia vergonha ao encontrar algum conhecido, achava que podia ser “zoad”. Mas logo erguia a cabeça e continuava trabalhando, pensando consigo mesmo: “não ia ficar desempregado porque a pessoa tá rindo do meu serviço”.

Deixou de ser camelô para procurar um trabalho registrado, já pensando em ter “aposentadoria garantida”. Trabalhou em um depósito de material de construção e agora está como ajudante geral em uma oficina mecânica, ambos por indicação de colegas. Faz um pouco de tudo: café para os funcionários e clientes, limpa os banheiros, lava o chão. Roberto só não gosta do salário e de alguns colegas que ficam “pegando no seu pé”. Como só ele tem rendimentos fixos em sua casa, só pensa em sair deste trabalho quando tiver outro em vista. Precisa pagar as contas e as prestações que fez para adquirir roupas, um aparelho celular e uma cafeteira.

Conta que nunca gostou de ir para a escola. Quando criança chorava toda vez que tinha que ir estudar e apanhava da mãe porque cabulava as aulas. Achava chato ficar quatro horas na escola, preferia ficar em casa “descansando”, pois brincava muito e se sentia cansado. Parou de frequentar as aulas com 11 anos, também porque já havia repetido “umas três vezes ou quatro vezes”. Nesse período ficou cuidando da casa enquanto a mãe e as irmãs trabalhavam: limpava, lavava roupa, fazia comida. Voltou a estudar aos 16 anos, no supletivo noturno, achando que teria mais chance ao procurar um serviço. Parou de novo porque começou a ajudar o pai no trabalho como camelô e também por estar “cansado de repetir”, não conseguia sair da 4ª série. Avalia que parte da responsabilidade por esse insucesso escolar era da professora, que não tinha muita paciência para lhe explicar as matérias. Também creditava sua dificuldade ao fato de não ter feito pré-escola, pois acha que as crianças que passam por esta escolarização “aprendem mais”.

Roberto se considera jovem por conta da idade que tem e ainda quer voltar a estudar. Acha que com estudo pode ter um emprego melhor e “ser mais inteligente”. Também se apóia na fé para elaborar seus planos: “tô pedindo pra Deus um bom emprego pra mim, pra ganhar mais, um pra minha mulher, saúde, mais saúde pra nós, uma casa maior...”. Além das suas orações, também “luta”, como diz, para conseguir o que deseja. Diz que se ficar de braços cruzados ou deitado na cama seus pedidos não vão cair do céu.

Wander
(20/03/2005)

Wander tem 20 anos e é pardo. Diz que não conhece seu pai, mas conta que sua mãe é paulistana, trabalha como auxiliar de limpeza numa maternidade e estudou até a 5ª série. O jovem mora no mesmo quintal dos avós, em um “puxadinho” com a companheira e o filho de dois anos. Wander é o chefe da família, já que sua mulher, que está terminando o ensino médio, não trabalha. A entrevista aconteceu na sala da casa de seus avós, em um domingo pela manhã, único dia e horário em que poderia me receber. A casa não era uma área de ocupação, mas ficava em um bairro simples do Itaim Paulista (Zona Leste). Estava na casa dos avós porque não suportava o padrasto e, para não brigar, saiu da casa da mãe. Mas ainda considera que a mãe é a melhor pessoa para falar dele. Quando cheguei, no horário combinado, estava dormindo. Eu tinha ligado anteriormente para perguntar se ele estava em casa, mas uma de suas primas, que mora no mesmo quintal, insistia em dizer que ele ainda não tinha chegado. Na dúvida e na expectativa de que ele ainda poderia chegar, preferi conferir pessoalmente. Seu avô insistiu em acordá-lo: “se combinou com você, tem que te receber”. Após 30 minutos de espera, Wander me buscou no portão.

Ele é um dos jovens que afirma ter permanecido no PBT em função da bolsa. Participou do programa em 2002 e fez o curso de cidadania. Embora reconhecendo ter aprendido algumas coisas no curso, sobretudo como se comportar em uma entrevista de trabalho, termina avaliando que era muito mais uma diversão. Estava cursando a 8ª série do ensino fundamental, cumpria medida socioeducativa em função de “uns problemas com a justiça” e ficava “marretando no centro da cidade de vez em quando”. Não “tinha fé” de que o curso realmente aconteceria, mas quando foi chamado “foi numa época até que a gente tava sem fazer nada, desocupada, aí a gente fez o curso”. Para ele, o curso não foi muito sério. Relata que os monitores logo “pegaram amizade” com o pessoal, contavam que já tinham realizado curso semelhante só que como alunos e daí em diante “pronto, não tinha mais como dar bronca”. Depois disso, Wander, que no início esperava que fosse conseguir um emprego, “como a propaganda dizia”, logo pensou: “ah, isso aqui não vai, não”.

Gostou dos eventos, das gincanas realizadas, das pessoas. O programa também distraiu sua mente, pois ele estava num momento em que não estava “nem aí para nada, o que viesse era lucro” e achou bom o que veio. Com a bolsa, não se preocupava tanto com o trabalho, além do fato de não ter muito tempo, uma vez que tinha que permanecer na escola, cumprir medida socioeducativa e participar do curso. Para ele, o curso era uma forma de disciplinar os jovens: “eles mostram para você como é que tem que ser no trabalho, tem que ir todo dia, não pode faltar, senão não recebe salário”. Salário nesse caso era a bolsa. Considerou o tempo do programa insuficiente, reclamando da falta de continuidade. Além disso, achou que deveriam ter oferecido um trabalho de verdade ou reunir um grupo de jovens para abrir uma fábrica.

Ao ser questionado sobre sua situação atual de trabalho, ele responde: “tipo assim só onde eu estou mesmo, não tem outro plano tipo assim de falar não, não tem outro emprego aí que eu estou esperando, não. Não tem, é só o trabalho de marreteiro, mesmo lá na 25 [de Março]. Atualmente a renda que eu ganho é só de lá mesmo”. Wander conseguiu esse trabalho com apoio de um amigo “playboy” que tinha loja “na cidade e no bairro”. Ao conhecer o primo desse amigo que trabalhava numa fábrica, primeiro arriscou enviar o currículo por intermédio dele, mas logo este primo foi demitido. Com a demissão, um mês depois, convidou Wander para marretar na cidade, vendendo as meias da loja do “playboy”. Trabalhando como camelô, seu grande problema é escapar da ação dos policiais, especialmente porque quando se trata de um jovem eles batem muito mais, “fala que agüenta pancada”. Fora isso, dizia “não ter do que reclamar”.

O jovem estudou até a 8ª série e não tem planos de retornar para a escola. A saída da escola aconteceu aos poucos, depois de sua participação no PBT, em função da dificuldade em cumprir os horários: “eu terminei a oitava e aí comecei a estudar no Dulce, lá em baixo no 28, que aqui na escola que eu estava não tinha nem primeiro, nem terceiro, né. Estou lá, estudando, mas aí começou a complicar o horário, né? Tipo aqui na escola era bom que eu tinha já uma regalia, que eu era conhecido há bastantes anos, estava aí fazia tempo, então sempre abriam o portão pra mim entrar quando eu chegava atrasado, já lá no Dulce não teve boi. Aí eu fui parando, fui parando, fui parando, não tinha como provar que eu estava trabalhando, que é um trampo que não tem como você provar pra ninguém que você trabalha. Aí eu falei ‘ah, quer saber...’, aí eu parei de estudar”.

Ao procurar outros tipos de trabalho Wander sempre se deparava com duas respostas: ou justificavam a não admissão porque ele não tinha completado os estudos ou, quando estava estudando, porque ainda estava freqüentando a escola. Agora considerava que já estava “passando da idade” e sabia que se fosse procurar perguntariam: “mas você terminou os estudos?”. Para ele, há sempre desculpas diferentes. Chegou a buscar um trabalho mais “lucrativo”, significando um salário maior. Já não tinha sonho de uma profissão: “essa história de querer ser não sei o quê pra mim não tem isso, não”. Mas não pretendia deixar seu trabalho de camelô por algo onde tivesse muito trabalho e pouco dinheiro. Mesmo quando teve opção de registro em carteira considerou não compensar em razão dos baixos salários. Era impossível pagar todas as suas contas. Neste momento calcula tudo o que gastava com a criança, a mulher, o transporte e reafirma: “geralmente eles querem pagar uns R\$ 200,00, R\$ 300,00. Você vê, pra mim não dá, não”.

Wander começou a trabalhar aos 11 anos como cobrador de perua, onde ficou até os 16 anos. Queria ajudar sua mãe que tinha se separado do pai. Com o nascimento de seu filho sua preocupação ficou ainda maior, precisava trabalhar para sustentar a si, ao filho e a sua companheira que ainda estava estudando. Até o momento que não tinha filho trabalhava três dias da semana para conseguir dinheiro para ajudar sua mãe e outros três dias para ter recursos para comprar suas coisas, roupas e gastar com baladas. Depois do filho, tudo mudou. As despesas aumentaram, dificultando os gastos com ele próprio. Para ele é difícil explicar o porquê da dificuldade em encontrar trabalho: “acho que até a administração do governo mesmo não está sendo combatente pra isso”. Especificamente em seu caso, considera que o maior problema está em não ter finalizado os estudos. De um ano para cá desistiu de procurar trabalho, preferindo continuar como camelô.

Seus planos giravam em torno de finalizar a reforma da sua casa e mais adiante comprar um carro ou uma moto. Ao mesmo tempo em que tinha acabado de afirmar não conseguir outro trabalho em razão da escolaridade, reitera que não pensava em voltar para a escola. Um dos seus argumentos para isso era a dificuldade mesmo entre os que tinham terminado a escolaridade básica em conseguir trabalho. A falta de experiência também aparece como mais um dos seus argumentos. Além disso, quando pensava na perspectiva de um emprego, ponderava o fato de ter que trabalhar com alguém dando ordens. Em seu trabalho atual a grande vantagem era que ninguém dizia como fazer ou dava “chamada”. De qualquer modo, considerava que as pessoas trabalhavam mesmo apenas em função da necessidade de dinheiro. Chegou a mencionar a possibilidade de ganhar dinheiro de outras formas, mas ele tentava evitar essa saída porque poderia se “quebrar”. Ou seja, “morrer, ser preso”. Não achava que sua vida estava boa, mas parecia melhor do modo como estava seguindo hoje.

Não considera que esteja desempregado: “desemprego é uma palavra chata, né, porque todo mundo precisa trabalhar pra se manter e tudo, né, a pessoa desempregada é ruim demais. (...) Eu não estou desempregado, só não é garantido, não tenho garantia de nada, é igual eu falo, é um bico, né”. Mas Wander acreditava que um dia teria um registro em carteira, pois “ninguém morre sem isso aí”. Ao ser perguntado se esse dia estava perto ou longe, respondeu: “está por aí, uma hora acha, né? Pra mim vai ser uma fatalidade, do nada eu vou passar, vou conferir”.

No entanto, Wander não estava mais disposto a procurar trabalho “com registro”. Lembra do período em que saía direto atrás de emprego e avalia que a procura custa muito caro. Além disso, não tinha muitas coisas para colocar no currículo. Em alguns casos, quando procurava, chegava a contar o que considera “uma ou outra mentirinha”: dizer que tinha experiência como vendedor. De fato, considerava que seu trabalho como camelô lhe dava competência para a área de vendas, mas não tinha como comprovar, o que sempre era um problema no momento do preenchimento de fichas. Sentia que tinha um potencial que acabava não servindo para nada porque “ninguém dá oportunidade pra desempenhar, né?”.

Já não tinha muitos sonhos: “pra mim não tem esse negócio de o que vier a gente tá em tudo. E a média, muita gente falando ‘eu tenho o sonho de ser tal, não sei o quê’, pra mim não. Eu não tenho essa história de sonho. Só quero alcançar os objetivos que tenho em mente, que é como eu falei: um carro, uma moto, mais futuramente ainda comprar minha própria casa e ter uma vida estável, boa”.

GRUPO 2: DO SONHO COM O TRABALHO DE VERDADE À BUSCA PELO VERDADEIRO TRABALHO

Adriana
(03/05/2005)

Paulistana, 20 anos, Adriana se identifica como preta, embora na certidão esteja registrada como parda, segundo sua própria afirmação. Filha de migrantes nordestinos que vieram para São Paulo quando jovens, mora atualmente com a mãe, o marido e um irmão no Jardim Quarto Centenário, Zona Sul de São Paulo. Sua mãe estudou até a 8ª série e seu pai até a 4ª série. Sua irmã e irmão mais velhos estudaram até a 8ª série e tiveram que parar para trabalhar. Apenas ela e o irmão mais novo haviam completado o ensino médio. A mãe sempre foi auxiliar de limpeza, mas tinha feito curso de auxiliar de enfermagem. Conseguiu emprego em hospital para cuidar da limpeza de pessoas falecidas, mas atualmente estava na “caixa” (afastada) em razão da tendinite. O pai estudou até a 4ª série, era pedreiro, bebia muito e acabou falecendo por cirrose depois de separar-se da mãe.

A jovem não apresentou obstáculos para a realização da entrevista. Consegui marcar rapidamente e ela mesma preferiu que eu fosse até sua casa. A circulação de pessoas era intensa na cozinha, mas ficamos em um cantinho da sala e não tivemos muitas interrupções. Durante a entrevista percebi os olhos de Adriana marejarem por diversas vezes. Ela não parecia estar enfrentando dificuldades financeiras porque seu companheiro estava trabalhando, o que a incomodava era trabalhar somente como dona de casa. Isto lhe parecia insuportável, do mesmo modo que era insuportável ser explorada em um trabalho. Afirmava que não iria trabalhar em um lugar onde não fosse respeitada, mas também não queria pagar para trabalhar. Ela só me falou da religião ao final, era evangélica, porém não ficou muito claro se era uma frequentadora assídua.

Adriana participou do PBT em 2001, quando estava no primeiro ano do ensino médio. Achou o programa bastante desorganizado, misturando jovens e velhos, pessoas que sabiam e não sabiam escrever. Fez o curso de cidadania e afirmou ter aprendido mais sobre dinâmicas, mas nada de concreto. Embora não gostasse, não podia faltar porque acabaria perdendo a bolsa. Muitas de suas amigas avaliavam ser melhor ficar em casa a ir a um curso tão desorganizado, sobretudo porque eram mães e tinham que deixar os filhos aos cuidados de terceiros. Para Adriana, a maior contribuição do curso foi tê-la permitido compreender o universo das dinâmicas nos processos de seleção de emprego. Ainda assim, considerava que estava muito difícil encontrar trabalho atualmente, principalmente um bom trabalho. Isto porque já tinha sido chamada para várias dinâmicas e entrevistas, mas em boa parte dos casos avaliava ser “uma furada”. O salário e as condições de trabalho não compensavam para fazê-la sair de sua casa, pois não queria sujeitar-se a qualquer vaga: “aí não dá porque, hoje em dia, como está todo mundo desempregado, o pessoal não reivindica muita coisa, então acaba que se tem uma vaga você não quer ver o melhor dos outros, você quer o bem para você. Então acaba passando humilhação pra trabalhar, então eu acho que não é legal”.

Sobre a relação idade e trabalho, a grande questão para ela era a falta de experiência. Sua carteira profissional estava branca até hoje. Esta era sua grande reclamação em relação ao PBT. Achava que participando do programa teria alguma facilidade nesse processo, o que não aconteceu. “Foi uma perda de tempo”, disse. Para ela, o governo deveria pensar melhor a questão do trabalho para jovens. Em seu caso, quando estudava sempre ouvia de lojistas que não podia ser contratada por não ter disponibilidade de horário; e hoje, que tem disponibilidade, sempre esbarra na exigência de experiência e registro em carteira, o que considerava sua maior dificuldade para encontrar trabalho.

A entrevistada não se conformava porque começou a trabalhar aos 11 anos. Seus pais sempre lhe deram tudo que desejava, mas ensinaram que se ela quisesse “algo a mais” teria que trabalhar. Além disso, Adriana sabia que seus pais não estariam para sempre com ela. “Doida por uma calça stretch”, foi em busca de trabalho para conseguir realizar seus sonhos de consumo e durante sua trajetória passou por várias experiências de humilhação e condições precárias. Trabalhou no farol entregando panfleto dos 11 aos 17, pelos quatro cantos da cidade. Mesmo nessa atividade identificou muitas questões. Adriana foi a primeira jovem que destacou claramente a questão racial, por exemplo. Contou que, para conseguir trabalhar no final de semana, era preciso pegar uma senha que se dividia em normal e especial. As “especiais” eram reservadas para as meninas altas, de cabelos longos e pele

clara que, em geral, eram levadas para os lugares habitados pelos mais ricos. O restante das senhas era para as meninas consideradas “normais” ou, se os empregadores não tivessem saída, escolhiam uma das normais para a senha especial. Nesse caso, a chamada era extremamente preconceituosa: “ah, então vem você menina do cabelo enebadinho...”. A jovem conta também as inúmeras discussões em função dos uniformes. Por vezes queriam que ela fosse para a rua com saias muito curtas. Além deste trabalho no farol, cuidava dos sobrinhos desde os 12 anos para que sua irmã pudesse trabalhar.

Adriana optou por esses trabalhos porque afirmou que todos os outros exigiam maiores de 18 anos que não estivessem estudando. Outra possibilidade seria trabalhar em casa de família, mas ela não queria. No trabalho no farol conheceu seu atual marido, motoqueiro do Sedex. Foi ele, muito ciumento, quem pediu para ela sair e procurar algo melhor. Adriana topou e disse que não tinha tomado essa atitude até então porque havia perdido seu pai aos 15 anos e não queria ficar parada. Ao falar de seu pai lembra-se de todas as coisas que ele a ensinou, inclusive de não deixar-se chantagear. Foi nesse momento que citou uma outra experiência de trabalho, logo quando saiu do farol, no Centro de Solidariedade da Força Sindical. Ela havia conseguido um trabalho temporário ali fazendo campanha para um candidato a vereador e afirmou ter sido muito assediada. Se tivesse se deixado levar, teria emprego até hoje. Ainda assim avaliou que o trabalho no sindicato foi legal porque “a grana era boa” e o trabalho não era difícil, apenas visitar pessoas e falar sobre um candidato. Também trabalhou no evento promovido no Primeiro de Maio e conseguiu fazer alguns cursos, mas deixou de ser chamada, o que para ela era resultado da sua recusa ao assédio.

Depois conseguiu um bico por intermédio de um amigo para limpar um apartamento “enorme”, mas discutiu com a dona por sentir-se humilhada e nunca mais foi chamada. Arranjou outro bico como vendedora em uma feira, de novo por meio de amiga. Adriana usava muito a expressão “saber de boca”. É que ela e as amigas tinham um acordo para uma dizer para a outra quando viam alguma oportunidade ou tentavam “encaixar” o amigo depois que estivessem trabalhando. Embora em alguns momentos de seu discurso criticasse a indicação, na prática tinha sido apenas dessa forma que conseguira trabalho, além de sempre estar levando amigas quando conseguia algum.

Em geral, Adriana entrega mais currículos no final do ano. Conta que já chegou a entregar 58 numa mesma semana em empresas da Avenida Paulista e só foi chamada para três entrevistas. Estava cansada de ficar apenas esperando. Com o desemprego elevado, sua hipótese era que havia pessoas mais qualificadas. A distância também era um problema percebido. Mesmo afirmando morar em um lugar com opções de transporte, já tinha visto muita gente perder emprego por essa razão. Adriana viveu períodos em que desanimou de procurar trabalho, até porque sai muito caro: dinheiro para condução, para fazer cópias dos currículos. Nos períodos de desânimo fica arrumando a casa, compra jornal vez ou outra para ver se aparece alguma oportunidade. Quando vislumbra algo, tenta conseguir dinheiro e uma amiga para ir junto para ter mais apoio. A procura de trabalho era sempre realizada com amigos, para não desanimar. Vão em “comitiva”, brincando, conversando no ônibus e conseguem percorrer mais lugares.

Sobre a escola, a primeira coisa que lembra era que tirava boas notas em Matemática e Física, sem ter muita paciência com outras disciplinas. Reconheceu-se como boa aluna e gostava muito das amizades. Tem vontade de fazer um curso técnico de esteticista, mas precisa antes de um trabalho para conseguir pagar o curso. Já a faculdade parecia algo distante: “é difícil você manter uma faculdade sem estar trabalhando. Eu tenho vontade de fazer, eu sinto falta dos estudos, eu pego meus livros, eu não deixo de estudar, mas é uma coisa que é meio distante, você tem que estar realmente trabalhando para manter, tem faculdade que é gratuita, mas também tem os livros para você comprar, apostila, você vai tirar dinheiro da onde?”.

Adriana não pensa em ter filho tão cedo, não apenas porque tinha perdido um pouco da paciência com crianças por ter cuidado dos sobrinhos, como também porque gostaria de fazer uma poupança para dar ao seu filho uma boa qualificação. Novamente aqui o tema do trabalho e da qualificação emerge, já que a boa qualificação significava “um curso bem estruturado, não é uma coisa meia boca”. Seus planos de ter filhos estavam mais adiante, depois de estudar e alcançar seus objetivos, como o trabalho com estética por conta própria. Não se sentia mais tão jovem porque estava há dois anos casada, sendo responsável por todas as tarefas da casa. Além disso, achava que mesmo solteira não estaria fazendo coisas que um jovem faz, tal como sair com amigos para se divertir. Tinha medo de sair à noite. Contou ter ficado traumatizada depois de ter sido pisoteada em uma confusão ocorrida numa quermesse por conta de um tiroteio. Depois dali, sua juventude começou a acabar.

Andreza
(19/04/2005)

Ao longo de toda a entrevista, realizada em sua casa, Andreza permaneceu de olhos baixos e falou muito pouco. Com 20 anos, é solteira e mãe de duas crianças, uma de três e outra de um ano. Mora com as filhas, pai e irmãs em um bairro do distrito São Luís (Zona Sul), numa casa próxima à favela. Filha de baiano e mãe mineira, Andreza nasceu em São Paulo e se identifica como preta. Sua mãe, falecida há um ano, estudou até a 4ª série e trabalhava como doméstica. Seu pai estudou até a 1ª série e é pedreiro. De vez em quando a jovem frequenta os cultos da Assembléia de Deus, identificando-se como evangélica, religião que retomou sobretudo após a morte da mãe.

Quando se inscreveu no programa tinha 17 anos e estava no segundo ano do ensino médio. Interessou-se quando uma colega disse que tinha o benefício da bolsa. A possibilidade de fazer um curso não lhe entusiasmava, era muito tímida e temia o contato com pessoas estranhas. Mas começou a frequentar o curso, em 2002, e acabou gostando, pois também não queria ficar só em casa cuidando dos sobrinhos e se encarregando dos afazeres domésticos. Lembra-se que fez um curso de cidadania, mas não se recorda por quanto tempo e qual a entidade responsável. No geral, sua avaliação é muito positiva: aprendeu a se comunicar com as pessoas, trabalhou em equipe, fez amizades e o dinheiro da bolsa ajudava nas despesas da casa. Por ela, tudo foi bom, “não tinha que mudar nada”. Mas acaba contando que seus colegas não tinham a mesma opinião: consideravam “errado” ter que frequentar o curso para ter direito à bolsa, principalmente porque conheciam casos de jovens que não eram assíduos e recebiam do mesmo jeito. Já Andreza não se importou de ter que fazer o curso, até gostou. Só se sentiu decepcionada porque não recebeu diploma.

A participação no PBT foi a chance de “sair de dentro de casa”, além da importância da bolsa. Não procurou trabalho durante o programa. Recebia o Renda Mínima também, por causa de uma das filhas, e aproveitava para “fazer dívidas” e comprar coisas para si própria. Depois que sua participação no PBT acabou, considera que sua situação ficou “um pouco ruim”. Tinha terminado o ensino médio e voltou a ficar somente em casa, cuidando das crianças. Embora pense muito em trabalhar, não sai para procurar porque se sente desanimada, acha que está muito difícil encontrar uma oportunidade: “eu penso muito em trabalhar, penso muito, só que eu não vou nem procurar porque eu falo que não eu não vou achar, nem vou procurar porque já me dá um desânimo”. A concorrência é grande e ela nunca trabalhou fora de casa, não tem experiência. Além disso, é tímida e por vezes não consegue nem perguntar sobre a existência de vagas. Tinha esperança de que uma de suas irmãs que trabalha como babá em um condomínio da região conseguisse uma vaga para ela, mas não sairia para procurar.

Desde adolescente Andreza cuidava das crianças de suas irmãs mais velhas: as irmãs trabalhavam fora e ela ficava em casa. Mas considera que nunca trabalhou, pois cuidar de casa e de sobrinhos não é trabalho: trabalhar é sair de casa. Desemprego é uma palavra que ouve muito na televisão. Em seu caso acha que não está desempregada porque acredita que sua situação deve-se à sua falta de procura. Se alguém a perguntasse ela até poderia dizer que estava desempregada, “uma vez que não fazia nada no momento”. Afirma nem saber descrever sua situação de trabalho, deixou de procurar há algum tempo e não pretende voltar por enquanto.

Enquanto seu pai estiver trabalhando ela acredita conseguir se manter, mas preocupa-se com o futuro das suas filhas. Até engravidar pela primeira vez, aos 16 anos, diz que não pensava em trabalho. Ficou “chocada” quando soube da gravidez, pensou em abortar, mas decidiu prosseguir porque “não é a criança que pede pra vir ao mundo”. As duas filhas são de um ex-namorado, compositor de pagode, “um traste que não dá um vintém” para o sustento das crianças. Os pais também não pressionavam para que ela procurasse trabalho, “era de menor” e queriam que ela “terminasse os estudos”. Agora Andreza pensa “em subir na vida”, quer fazer curso de computação, “porque hoje precisa”, ou telemarketing, “para se comunicar com as pessoas”. Como estudou, não quer acabar trabalhando como faxineira. Pensa em algo como secretária.

Achava cansativo ficar o dia todo em casa, já sonhara ser professora, mas desistiu avaliando que os alunos maltratam muito os professores. Atualmente sonhava ser pediatra porque gostava de crianças. Mas esses eram sonhos muito distantes. Além de cuidar dos sobrinhos, cuidava das próprias filhas e não tinha planos de realizar faculdade. Se pudesse mudar algo em sua vida, sairia do bairro onde mora e deixaria de ser preguiçosa e tímida.

Cátia
(15/03/2005)

Cátia foi até a Casa dos Meninos logo na primeira vez em que marcamos e não colocou empecilhos para a realização da entrevista. Parecia relativamente feliz com sua situação, mãe recentemente, estava terminando de construir sua casa, veio para a conversa muito bem vestida, de brinco e colar. Afirmou ter sido uma chance de sair um pouco de casa. A sala onde realizamos a entrevista estava muito quente e isso atrapalhou um pouco a entrevista. Quando o calor se tornava insuportável abríamos a porta, mas havia o barulho das crianças. Ela não falou muito, mostrou-se bastante tímida. Nesse caso, bem como em outros, eu procurava fazer algumas indagações, buscando encontrar uma questão que lhe possibilitasse falar mais de si. Não foi tão simples.

Preta, 19 anos, paulistana, Cátia é filha de pai migrante e mãe paulistana, separados desde os seus 7 anos. Mora com o companheiro, o bebê de 2 meses e a mãe no Jardim Thomas, localizado na Zona Sul. A renda mensal da família varia entre R\$ 520,00 e R\$ 1.040,00, mas Cátia está desempregada e se sustenta com o apoio do marido. A mãe, agente comunitária, está licenciada por motivos médicos e recebe o Renda Mínima.

Quando Cátia fez a inscrição e foi chamada para o PBT, em 2002, trabalhava como empregada doméstica durante o dia e cursava o primeiro ano do ensino médio. Sua expectativa era ganhar “um dinheirinho” a mais e realizar um trabalho diferente. No início ficou um pouco decepcionada com o curso de cidadania, embora, como outros jovens, destaque as dinâmicas e as brincadeiras. Mas era muito distante de sua casa, em geral tinha que ir a pé, a professora faltava muito e os alunos não podiam faltar porque senão perderiam a bolsa. Além disso, esperava mais. Após os três primeiros meses de curso, foi-lhe permitida a possibilidade de escolha entre algumas áreas de atuação. Como se interessava pela área de saúde, pela sua própria história familiar (além da mãe agente comunitária, a avó era enfermeira), optou por trabalhar no posto de saúde próximo à sua casa, o que por si só já era mais vantajoso. Nos quatro primeiros meses considerou o trabalho muito burocrático (conferia fichas preenchidas pelas agentes comunitárias) e encontrou resistências entre as próprias agentes por estar “checando” o trabalho delas. Com a renovação da bolsa ficou outros três meses trabalhando como auxiliar administrativo, ainda no posto de saúde, o que considerou muito melhor: “ah, eu já gosto de trabalhar na área de saúde, né? Daí da segunda vez eu ficava atendendo o público, passava as fichas para o computador, fazia o cadastro das pessoas, era mais legal”.

Durante a participação no PBT a jornada de Cátia era longa: trabalhava pela manhã como empregada doméstica, à tarde no posto de saúde e à noite estudava. Mas dizia não reclamar porque teve mais dinheiro para comprar suas próprias coisas, sem pedir para a mãe, além de estar fazendo algo diferente. Explicando sua situação no posto, Cátia tinha clareza de que ocupava a vaga de uma outra pessoa que poderia estar ganhando mais: “mas eu gostava mesmo assim”, afirma. Talvez, se tivessem lhe oferecido um curso na área de saúde, teria preferido, mas é muito reticente em suas críticas. A participação no programa foi para ela uma experiência diferente de trabalho e isso já lhe era satisfatório. Ao mesmo tempo, quando conta sobre o que havia em seu currículo, cita a experiência com atendimento ao público, realizada no posto, e aí confessa que era muito chato porque as pessoas em geral eram muito mal educadas. Também reclama que, embora fizesse tudo o que as outras pessoas faziam, havia sempre um alerta da coordenação de que aquilo que estavam fazendo não era nem estágio, nem trabalho e questiona: “o que era então? Eu fazia tudo o que um funcionário normal também fazia!”.

Ao sair do PBT tentou encontrar outro trabalho. Como não conseguia, continuou “trabalhando em casa de família”, onde estava desde os 15 anos, o que aponta como seu primeiro trabalho. Como sua mãe tinha conseguido um “trabalho fixo”, decidiu deixar o trabalho doméstico. Cátia pediu para ficar em seu lugar e a mãe não ofereceu resistência: “queria muito trabalhar para ganhar meu dinheirinho, comprar as minhas coisas, eu sempre gostei de comprar assim, se minha mãe não pudesse comprar eu não ia pedir também, mas aí se eu tivesse meu dinheiro era melhor”. Antes disso, aos 10 anos, Cátia tinha experimentado vender chocolates que fazia com uma máquina que havia ganhado, mas era “mais diversão, gastava todo o dinheiro com doces mesmo”.

Em casa também já trabalhava desde criança dividindo as tarefas com os irmãos: ela cozinhava, o irmão lavava a louça, a irmã menor ajudava a varrer. Como a mãe trabalhava, “pois tinha se separado do pai”, ficavam sob os cuidados da avó, que morava no mesmo quintal. A autorização

para o trabalho foi dada porque se tratava de algo que não atrapalharia a escola, como relata: “minha mãe sempre foi rigorosa com a escola, a gente podia até trabalhar, mas se fosse atrapalhar a escola ela não ia deixar, não, não deixaria (...) Queria ver as notas... Se não visse a gente estudar logo dizia que ia cortar a rua, que não ia deixar brincar”.

Além de ter concluído o ensino médio, Cátia já tinha feito curso de computação porque “hoje em dia, quem não faz computação é a mesma coisa de não estudar, né?”. Já havia procurado vários outros empregos. No começo “morria de vergonha” de procurar em loja, conta. Criando coragem, soube que estavam admitindo na C&A e entregou seu currículo, tendo passado na prova escrita e reprovado na dinâmica. Mas a hipótese de Cátia era de ter sido reprovada porque tinha muita gente, além de pessoas com curso universitário. Já tinha deixado o CV em muitas lojas, porém, para ela, outra razão para não conseguir era sua pouca experiência. O trabalho como doméstica não entrava no currículo: “para eles é a mesma coisa que nada”. Ao falar, de modo geral, sobre a dificuldade em encontrar empregos, cita em primeiro lugar a capacitação e a importância em realizar mais cursos. Ao mesmo tempo, remete para a falta de oportunidades para quem não tem experiência. Cátia “queria um trabalho fixo para ficar para sempre, um trabalho onde ganhasse bem e tivesse estabilidade”. Assim, o serviço público lhe parecia mais garantido. Já tinha prestado concurso para auxiliar administrativo no posto de saúde e, embora tenha trabalhado lá pelo PBT, não passou na prova.

A jovem pretende fazer um curso de auxiliar de Enfermagem e depois faculdade de Enfermagem porque é o que gosta. Ao ser questionada se gostaria de trabalhar em algo que gosta ou que dá dinheiro, afirma: “eu quero trabalhar no que eu gosto. Mas só que como é difícil para entrar nessa área, assim, da saúde, tem que estudar primeiro, né, pagar e estudar, então eu quero trabalhar numa coisa que dê dinheiro e depois eu pago o curso e vou para o que eu gosto, vou investir no que eu gosto”. Essa possibilidade de trabalhar e ganhar dinheiro lhe parece remota, de modo que avalia que poderá, inclusive, continuar em casa de família porque pode dar mais dinheiro. Mas também sente certo temor de envelhecer sem conseguir outra coisa: “daqui a pouco nem casa de família vai me querer”.

Em sua opinião, às vésperas de fazer 20 anos, sente-se velha: “daqui a pouco eu estou com 20, 21, 22... aí falam: ‘qual a sua experiência?’, nenhuma (...) Eu me sinto mal com isso, por isso eu quero entrar no serviço público porque não exige idade, eles não fazem questão...”. Cátia já passou períodos em que desistiu de procurar outro trabalho além do doméstico. “Desanimou”, tendo começado a ajudar sua mãe em casa com o trabalho de costura. Logo depois, decidiu casar, engravidou e estava muito feliz com a situação: desde pequena sonhava em casar e ter filhos aos 20 anos. Hoje mora no mesmo quintal da mãe, mas não deseja ficar por muito tempo ali porque quer ter sua própria casa e mais liberdade. Quando o bebê crescer mais um pouco pretende deixá-lo com sua mãe para cursar Enfermagem. Atualmente, faz curso de evangelização espírita aos sábados. Também espera voltar a trabalhar, preferencialmente meio período e com folga aos domingos. Ao final da entrevista, ela agradeceu muito a possibilidade, seja de falar de si, seja de sair um pouco de casa.

Carolina
(23/03/2005)

A entrevista com Carolina foi realizada na casa dela, pois tem um filho, na época ainda bebê, e não podia agendar um encontro em outro local por não ter com quem deixá-lo. Houve algumas interrupções, ora pelo choro do bebê, ora feitas pela mãe dela, que chegou a interferir até mesmo em algumas respostas. A mãe, baiana, não completou o ensino fundamental e sempre trabalhara como empregada doméstica ou auxiliar de limpeza, mas estava desempregada em função de uma doença no fígado. Não soube dizer a naturalidade de seu pai, embora o conhecesse e ainda conversasse com ele até hoje, tampouco informou sua profissão.

Preta, 21 anos, Carolina é solteira e tem um filho. Mora com padrasto, mãe, dois irmãos – um de 18 e um de 12 anos –, uma irmã adotiva de 11 anos e uma irmã de 2 anos em um pequeno barraco numa favela da região do M'Boi Mirim (Zona Sul). Essa foi a casa em condições mais precárias que visitei. Embora possuísse todos os eletrodomésticos, era bastante pequena e desorganizada, certamente por conta das crianças que circulavam o tempo todo por lá. Ela e sua mãe possuíam filhos com aproximadamente dois anos.

A jovem estava grávida quando participou do PBT, em 2002. Tomou conhecimento do programa pela televisão e foi estimulada pelos vizinhos a se inscrever. Ao ser selecionada se sentiu muito feliz porque via ali uma oportunidade de ajudar nas despesas da casa e comprar o enxoval do bebê. Afora isso, tinha expectativa de que receberia a bolsa para trabalhar, mas considerou o fato de ter que fazer cursos uma possibilidade melhor do que a esperada. Não tinha perspectiva de frequentar, no entanto, um “curso profissionalizante”, sequer sabia o tipo de atividade que iria encontrar, apenas desejava que fosse algo relacionado à informática porque considera “interessante mexer no computador”.

Para ela, a experiência no programa foi ótima, sobretudo por conta do recurso recebido, mas destacou também as amizades, os educadores, os temas debatidos, inclusive sobre “os adolescentes que não conseguiam arrumar trabalho”. Se tivesse que mudar alguma coisa, incorporaria curso de informática e evitaria a troca de professores ao longo do caminho, o que acabou acontecendo na turma dela. Sobre suas experiências no PBT, Carolina relata que gostou do curso de teatro que fez. Além disso, sem o apoio do pai de seu filho e de sua família, a possibilidade de encontrar suporte nos amigos do curso durante a gravidez foi uma das coisas mais importantes para ela. Não por acaso o tema da gravidez se tornou um dos eixos centrais da entrevista. Carolina falou, compulsivamente, em tom de desabafo, sobre a briga com mãe, a vontade de se matar, as humilhações diante da vizinhança, o apoio do pai, o desprezo do pai do filho, as tentativas de aborto, o apoio das amigas da escola para não fazê-lo. Com o avanço da gestação, interrompeu o curso e a escola onde frequentava o segundo ano do ensino médio. Voltou para o curso depois de seu período de licença, mas foi alocada em um local distante da sua casa.

Quando começou o curso não trabalhava fora de casa, cuidava dos irmãos e fazia todas as tarefas domésticas, pois sua mãe, padrasto e irmão trabalhavam fora. Também ia para o colégio à noite. Depois que o bebê nasceu teve dificuldades em voltar a estudar. cursou o supletivo quando sua mãe decidiu cuidar de seu filho e conseguiu terminar o ensino médio. Hoje, afirma não estar conseguindo trabalho, apenas bicos: “bom, trabalho nenhum, eu não tô conseguindo mesmo trabalho, porque é muito difícil ter a carteira assinada, né, é muito difícil a gente arrumar sem curso nem nada, que eu nunca fiz um curso, a não ser o do Bolsa Trabalho mesmo, agora curso, assim, de informática, eu não fiz, aí tá muito difícil. Agora eu faço uns biquinhos, eu ajudo meu avô a cuidar da minha avó, que minha avó teve derrame, cinco derrames, aí eu vou pra casa dele ajudar ele a cuidar da minha avó, dar banho, ajudar ele a trocar, tudo, aí ele me dá um dinheirinho”.

Para ela, esta situação tem sido muito difícil, especialmente porque sua mãe também está desempregada e apenas seu padrasto e irmão estão trabalhando. No caso deste último, foi possível perceber em sua fala que ele não contribui com o orçamento familiar. Ao descrever sua condição, Carolina também aponta as razões pelas quais considera não estar conseguindo trabalho ou ao menos inserir-se em programas públicos destinados a jovens: “eu queria ajudar, né, eu queria ajudar, aí não tem como, eu vou atrás de serviço, mas não tem. Porque mesmo assim não tem muito, porque perguntam: ‘você já trabalhou em algum lugar?’, não, nunca trabalhei. ‘Você já tem curso de alguma coisa?’, não, não tenho. Aí ele fala: ‘ah, depois eu te ligo’. Nunca liga, toda vez que vai atrás de

serviço é assim, eles pergunta tudo, só porque não fez curso nenhum, não tem carteira assinada, não tem nada, aí eles descartam né”.

Carolina também se inscreveu em outros programas, como o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego dos Jovens e o Jovem Cidadão. Quanto a este último, ela afirma que numa das vezes fez uma entrevista para atendente de auto-escola, mas considera não ter sido escolhida em função de sua aparência física, pois acredita que para certas funções são selecionadas as mais bonitas e magras. Por vezes, nas suas percepções, “arrumar um serviço” acaba por ficar relegado à vontade divina ou à sorte das candidatas. Atualmente Carolina está ajudando a avô a cuidar da avó doente e considera esta atividade “o melhor que conseguiu”. Parecia bastante desanimada com a perspectiva de arrumar um emprego fixo, mas sonhava em encontrá-lo e conseguir um “dinheirinho” a mais para ajudar sua mãe e tornar-se mais independente, construindo sua própria casa.

Como está ajudando seu avô, afirma ter parado de procurar trabalho atualmente. Sua mãe, que passava na sala no momento da entrevista, comentou: “ela é jovem e precisa trabalhar, porque eu estou com um cisto no fígado, aí eu preciso operar”. Ao mesmo tempo, ao falar de seu outro filho que trabalha, alega que ele ajuda pouco dentro de casa, pois quer sempre comprar “coisas de marca”, diferentemente de Carolina. E ela tende a concordar com a atitude do filho: “eu criei eles desse jeito, sem roupa de marca sem nada, agora depois que eles cresceram eu falei ‘se vocês trabalhar, começar a trabalhar, aí o dinheiro é de vocês, vocês tem a liberdade de comprar aquilo que vocês querem, ou nem tanto, mas aquilo que vocês vêem que dá pra comprar pode comprar’. E agora ele trabalha pra comprar o sapato dele, a roupa dele, só gosta de shopping, essas coisas... Eu deixo, né, também porque eu nunca tive..., não tinha condições de dar mesmo, então agora eu deixo, então ele compra as coisas dele...”.

Carolina começou a pensar em trabalhar quando teve seu filho e sua mãe perdeu o emprego. Até então pensava apenas em “curtir sua vida”. Hoje prefere ajudar sua família a “ficar por aí”. A volta para a escola no ano passado lhe deu alguma possibilidade de distração, mas, atualmente, longe da escola, sem trabalho fixo ou qualquer outro curso/ projeto e sem namorado, restava-lhe a casa e as crianças para cuidar. Também estava cuidando do filho da vizinha, o que deixou de fazer quando o marido desta ficou desempregado.

Clarice
(19/03/2005)

Clarice, 19 anos, branca, mora no bairro Camargo Velho, região do Itaim Paulista, Zona Leste de São Paulo com a mãe e irmão em casa da própria família. No mesmo quintal moram mais 10 pessoas, entre sobrinhos, irmãos e cunhados. Sua mãe cuida de uma senhora, mas em geral trabalhou como doméstica e não completou o ensino fundamental. Seu pai, que também não completou o ensino fundamental, era caminhoneiro, mas está fazendo bico de soldador porque teve seu caminhão roubado. Considera-se desempregada, sustentando-se com recursos do pai e da mãe. A renda de sua família gira entre R\$ 260,00 e R\$ 520,00.

É uma das jovens que afirma ter efetivamente trabalhado no PBT, apontando o programa como sua primeira experiência profissional e incluindo-a até mesmo em seu currículo. Além disso, lembra-se do curso de cidadania. Estava cursando o terceiro ano do ensino médio no período noturno e ajudava sua mãe a cuidar da casa quando, por ela estimulada, que também fez inscrição para o Começar de Novo, decidiu inscrever-se no PBT. Está entre as jovens que participaram do projeto em parceria com a Secretaria de Saúde/ CEPEDOC e de dois a três dias por semana realizava o cadastramento das pessoas em um posto de saúde próximo à sua casa. Lembra-se de muitas coisas do trabalho que realizou, tais como o contato com as pessoas do bairro, os colegas e também da dificuldade de entrosamento com os funcionários do posto. Do curso, recorda-se que tinha algo relacionado à cidadania, à sociedade, bem como das dinâmicas e músicas. Como várias outras jovens, guarda todas as atividades e textos em uma pasta como uma lembrança.

Mais um curso para o currículo, era essa a expectativa de Clarice com o PBT. Embora confesse que a bolsa foi fundamental para que permanecesse, sobretudo no início, quando não gostava muito das pessoas e das atividades por conta da sua timidez. Ter conhecido pessoas diferentes e aprendido a trabalhar no posto de saúde foram os aspectos mais valorizados por ela, que nunca tinha procurado trabalho e também não o fez ao longo do curso. Quando questionada sobre isso, remete a um combinado feito com sua mãe: “porque a idéia era que a gente terminasse primeiro o estudo e depois fosse atrás de trabalho”. Também justificou dizendo que se considerava desligada e queria mesmo era ficar na vida boa, uma vez que seu pai poderia comprar o que desejava. Revela que hoje sua vida estava muito diferente. Seu pai teve o caminhão roubado e ficou desempregado. Mesmo fazendo “bicos”, já não podia oferecer a Clarice tudo que ela desejava, obrigando-a a procurar trabalho para comprar suas próprias coisas.

Para ela, sua situação atual estava difícil, pois procurava e não encontrava trabalho. Mesmo se considerando desempregada, nem sempre utiliza essa palavra para falar de si. Começou a procurar trabalho de maneira mais sistemática quando terminou os estudos. Sempre junto de amigas ou primas, levava currículo em lojas, supermercados, no centro da cidade, mas declarava esbarrar na falta de experiência. Este critério a deixa confusa, pois: “quando a gente é menor de idade eles não pegam porque é menor e quando é de maior não pegam porque não tem experiência, aí eu já não entendo, não sei o que eles querem”. Desejaria trabalhar com algo semelhante ao desenvolvido no posto de saúde: como recepcionista, por exemplo. Registro em carteira e salário fixo também são outras expectativas. Já tinha feito inscrição no Programa Jovem Cidadão, mas quando foi chamada não aceitou pelo fato de não ser registrada e ganhar apenas por comissão, assim considerou que acabaria pagando para trabalhar. Trabalho para Clarice é “pegar responsabilidade, ir atrás de algo para você mesmo e não depender de ninguém”. O seu desejo era trabalhar em outro bairro, o que também dificultava a sua procura, pois só pode sair quando tem dinheiro para a condução.

Quando saiu do PBT a primeira coisa que fez não foi procurar trabalho, mas um curso de informática, porque acreditava que outra razão da sua dificuldade em encontrar trabalho era não saber mexer no computador. Na semana em que conversou comigo tinha conhecido uma pessoa no ponto de ônibus e, ao dizer que estava desempregada, ele acenou com a possibilidade de um trabalho na imobiliária onde estava. Porém, a primeira pergunta foi sobre seu conhecimento de informática. Ela disse que já conhecia e estava agora aguardando um retorno. Para ela, que ficou desempregada quando saiu do PBT, a experiência no programa foi o trabalho mais regular que teve, com um contrato de 6 meses. Do fato de ficar desempregada, ao mesmo tempo em que avalia que o melhor é poder ficar em casa, considera que isso também a incomoda, já que o trabalho para ela é uma possibilidade de distração, de conhecer pessoas novas. Clarice diz que ficar o dia todo em sua casa é muito estressante,

sobretudo porque toma conta de todos os seus sobrinhos enquanto seus irmãos trabalham. Hoje, se não precisasse trabalhar, montaria algo para si própria para ganhar dinheiro e se distrair, algo como um laboratório de fotografia.

Em relação à escola, Clarice era a única em sua família que completara a escolaridade básica. Todos seus outros três irmãos mais velhos não o fizeram. A irmã porque preferiu casar-se; quanto aos rapazes, desconhece a razão. Para ela, terminar os estudos seria a possibilidade de ter um diploma, o histórico escolar e cursar faculdade de fotografia. Assim, ainda pretendia encontrar um trabalho para pagar a faculdade e fazer o que realmente gostava. Primeiro, por questões financeiras, pretendia fazer um curso profissionalizante na área de fotografia, depois a faculdade. Mas Clarice já havia feito outros cursos profissionalizantes – o curso “três em um”: turismo, administração e telemarketing. Recebeu um telefonema afirmando que ganhara uma bolsa, que os cursos ajudariam e interessou-se por uma campanha telefônica que afirmava ser possível conseguir emprego com esses cursos. Não gostou muito, mas como já tinha pago pelo certificado achou melhor permanecer, além de ter recebido o incentivo da mãe.

Sua relação com a escola sempre foi boa, em sua opinião. Mas não se lembra do que era legal ou não, apenas destaca disciplinas que gostava mais, tais como Física e Química, sem associá-las ao professor. Também não reconhece apoio familiar para se dedicar aos estudos ou procurar trabalho, diz que a maior preocupação da mãe é com o envolvimento dos filhos com más companhias ou drogas: “minha mãe não falava nada, se já surgisse um emprego, assim, minha mãe não liga, assim, pra gente trabalhar, essas coisas assim, não. E quando eu falo que ela pega no pé é pra gente não se envolver com coisas erradas, essas coisas assim, agora área de serviço, estudo, ela não liga (...) Tipo se envolver com pessoas que mexe com drogas, essas coisas”.

Cleusa
(16/03/2005)

Cleusa tem 21 anos e se identifica como parda. Solteira, mora na Vila Curuçá, Zona Leste, com os pais e um irmão. Nasceu em São Paulo, mas sua mãe é natural da Bahia e seu pai de Pernambuco. A mãe trabalha como empregada doméstica, o pai está afastado por motivo de doença. A renda familiar é de aproximadamente R\$ 450,00 e Cleusa contribui financeiramente para o pagamento das despesas. Já terminou o ensino médio e não está realizando nenhum curso atualmente. Não participa de nenhum grupo e declara-se católica.

A jovem já começou a entrevista criticando o PBT. Considerava que não tinha aprendido nada. A primeira professora precisou sair no meio do curso por mudanças no horário da faculdade, entrando uma outra bastante “severa” que chegava a expulsar jovens da sala. Pensou que fosse um curso melhor, algo mais “aproveitativo”. Não foi nada interessante em sua opinião, a não ser pela bolsa, que ela usava para investir em um curso de computação. Queixou-se de não ter aprendido nada e, principalmente, da falta de respeito entre os próprios alunos e entre alunos e professores. Quando ingressou no PBT tinha terminado o terceiro ano do ensino médio e estava começando um curso de computação, que continuou ao longo do programa. Procurava trabalho.

Ainda hoje afirma não ter conseguido nada fixo, apenas trabalho temporário. Estava trabalhando em casa, para seu sogro, recebendo uma boa quantia, mas a firma acabou falindo. Continua procurando e fazendo cursos, mas muito decepcionada com o que encontra: “já mandei um monte de currículo, fiz um curso de recepcionista e porteira, mas o meu dinheiro foi jogado no lixo porque eu li no jornal e aí dizia que eram 12 horas de curso, aí eu fui, paguei os R\$ 90,00, cheguei lá e não foi nem 4 horas de curso. Aí o rapaz simplesmente me deu o comprovante, me mandou embora pra casa. Aí me deu alguns telefones pra eu estar marcando entrevista, eu vou e chegou lá eles mal olharam na minha cara, falaram que não tinha nada pra mim e me mandaram embora”. Chegou a ser chamada para trabalhar em um “lugar horrível”, cujo dono não quis informar seu salário. Faria isso apenas após um mês de observação do seu trabalho. Ela recusou. Assim como esta proposta já tinha recebido várias outras, mas se recusava a permanecer. Hoje seu maior apoio era o namorado, que arrumou um serviço melhor. Sua situação está difícil, uma vez que seu pai está doente, recebendo pelo INSS, e a mãe em depressão em função do envolvimento de seu irmão de criação com drogas. Embora a mãe trabalhe e receba Renda Mínima, seus rendimentos acabam sendo gastos com remédios.

Cleusa afirma trabalhar dentro de casa desde criança, pois sua mãe sempre trabalhou fora. Mas além do trabalho doméstico, ao longo desses anos já tinha passado por vários trabalhos sem conseguir efetuar muitas escolhas: “eu comecei a trabalhar nesse que era pro meu sogro, ele tem uma loja de embalagens de produtos alimentícios, então, eu fazia as embalagens, né, eu fazia em casa. Aí depois eu parei. Aí eu olhava criança. Quando aparece, eu faço faxina, porque a gente tem que pegar tudo que aparece. Então, quando aparece sempre eu faço faxina. Quando tem uma criança pra olhar, eu olho, né. Minha tia ficou um mês no hospital com o neném dela que operou, eu cuidei da casa. Eu cuidava da minha casa, cuidava da casa dela. Então é assim, tudo que aparece eu faço, porque não dá pra ficar escolhendo, sabe? Tem gente que fala assim ‘ah, você é tão novinha, você vai trabalhar de doméstica pra ficar lavando privada pros outros?’. Mas se eu não fizer isso, o dinheiro não vai vir na minha mão, o serviço não vai vir até mim. Então, tudo que aparece, eu faço”.

Com relação à escola, sempre fazia de tudo para não faltar ou deixar de entregar trabalhos. Não teria começado trabalhar aos 16 anos se não tivesse necessidade, afirma até que seu pai não queria, achava que ela era muito nova. Sua mãe também não, sobretudo quando Cleusa decidiu trabalhar como empregada doméstica “com todo o estudo que tinha”. Mas a necessidade falou mais alto. A partir do momento em que precisou trabalhar, considera que foi “acordando para a vida”. Mas, para ela, o momento ideal teria sido aos 18 anos, pois nesse momento aumentou sua necessidade de consumir, namorar, ter roupas de marca. Hoje, em busca de trabalho, era responsável por todas as atividades domésticas de sua casa e uma vez por semana saía para entregar currículos em agências ou lojas. Em sua opinião, suas dificuldades estão fortemente relacionadas à falta de experiência com registro em carteira e de alguém que possa lhe indicar para alguma vaga. Exemplifica com o namorado, que havia acabado de conseguir um trabalho dessa maneira. Tinha planos de fazer magistério, porque gostava muito de crianças, ou de atuar como enfermeira. Sua mãe a incentiva, pois não desejava ver a filha trilhando o mesmo caminho dela, como empregada doméstica.

Cristina
(03/05/2005)

A condição de realização da entrevista com Cristina foi ótima: não tive dificuldades de marcar um encontro e ela se mostrou feliz em conversar e me receber. A jovem começou afirmando ser tímida, dizendo que talvez não conseguisse falar muito, mas foi uma das entrevistadas que mais falou e de uma forma bastante espontânea. Ao final, agradeceu a entrevista, disse que se distraiu bastante e que eu poderia voltar quando quisesse. Parda, 21 anos, solteira, Cristina mora na Cidade Dutra (Zona Leste) com os pais e duas irmãs. Seus pais são paulistanos e ambos não concluíram o ensino fundamental. A mãe trabalha como auxiliar de limpeza, com registro em carteira, e o pai faz bicos. A renda de sua família está entre R\$ 260,00 a R\$ 520,00, mas a jovem não contribui com o orçamento.

A trajetória de Cristina no mercado de trabalho começou aos 15 anos, como babá. Cuidava de uma criança para a sua vizinha. Depois trabalhou entregando panfleto no farol por um ano e meio. Hoje ficava dentro de casa e cuidava do negócio de sua mãe (vendia produtos de limpeza e doces no quintal), mas o que desejava mesmo era ter um “emprego”. Depois de ter concluído o ensino médio, já tinha feito dois cursos na casa de cultura do bairro: telemarketing e auxiliar de farmácia. Queria fazer outro, mas não tinha mais dinheiro. Para fazer cursos “limpava” a casa da tia, mas como esta engravidou e deixou de trabalhar, Cristina perdeu a possibilidade. Em sua opinião, era incorreto poder trabalhar apenas aos 16 anos e pontuou: “ficar fazendo o que em casa até essa idade?”. Para ela, a idade mínima para o trabalho deveria ser 14 anos. Sua preocupação era com os jovens que ficavam na rua “sem fazer nada” e que poderiam “começar a fazer coisas erradas para ter roupa de marca e tudo mais”. Relatou o caso de amigos que morreram em função do tráfico de drogas e de um primo que já estava começando a se envolver com isso. Na escolha dos seus caminhos, aponta a importância da mãe que nunca a impôs que Cristina procurasse emprego, mas sempre lhe falou da diferença entre o caminho do trabalho e do caminho da “coisa fácil”.

Atualmente, cuidava das duas irmãs menores e sentia-se uma verdadeira dona de casa: “só faltava o marido”. Cristina chorava a falta de trabalho, mas não deixava de buscar alternativas: está fazendo cachecol e sanduíche natural para sua prima vender. Declarou sentir-se inútil, mas não culpada, lamentando sua situação: “eu me sentia, eu me sinto ainda uma inútil, vamos assim dizer, porque eu não faço nada, entendeu? Mas aí eu volto atrás, eu falo ‘mas a culpa não é minha’, porque eu saio pra procurar e eu entrego currículo, entendeu? E eu não sei o que acontece que não me chama”.

Mesmo saindo para procurar trabalho em agências no centro da cidade sempre que conseguia dinheiro para condução, mandando e-mails ou indo diretamente entregar currículos nas empresas, não estava conseguindo. “Faltava indicação”. Cristina também chega a argumentar que não tem muita sorte e que estava sem muita fé. Depois de uma semana procurando sem resultados, na outra já não quer mais procurar, ainda que reconheça que é preciso ser persistente. Nesse sentido, embora relatasse os vários episódios de busca, não parecia estar procurando trabalho sistematicamente. Reclamava das agências onde buscava emprego, sobretudo daquelas em que precisava pagar. Nesse momento, se identifica como desempregada: “eu não tenho condições de pagar, eu estou desempregada, eu tô procurando emprego porque eu quero trabalhar”. Cristina também remete o problema de não conseguir trabalho à falta de experiência e, principalmente, à idade: se está novo, não tem experiência; se está velho é porque está velho. Assim, tinha medo de envelhecer e se preocupava com sua aposentadoria: “eu acho que dificulta muito a idade, eu já tenho 21 anos e eu não tenho experiência nenhuma, (...) eu nunca paguei o INSS que eles falam, eu falei ‘então eu não vou me aposentar’. Porque eu tenho 21 anos e nunca trabalhei, se eu arrumar um emprego eu tenho que ficar dos 21 até os 40, eu tenho que ficar até dar o tempo de carteira, de se aposentar”.

A possibilidade de ter projetos pessoais aparece em sua fala atrelada ao trabalho “fixo”. E os projetos vão desde o curso em uma faculdade até uma dívida para comprar um aparelho de som: “quero arrumar uma coisa fixa, né, que me garanta, que garanta o meu dinheiro todo mês, que eu possa fazer uma dívida, que eu possa, vamos dizer, comprar o som que eu quero (...) eu queria arrumar um emprego pra isso, pra arrumar meu quarto, pra comprar um som, pra mim escutar minhas musicas, assistir TV...”. Além disso, quer trabalhar para conhecer pessoas, sair do seu “mundinho”. A faculdade seria a chance de encontrar um trabalho que realmente lhe desse mais satisfação: queria cursar Turismo. Podia sonhar, mas apenas por meio de um emprego conseguiria concretizar seu sonho, em sua percepção.

Daniel
(09/04/2005)

Daniel tem 21 anos e é branco. Filho mais novo de um casal migrantes do interior paulista, nasceu em São Paulo, é solteiro e mora com seus pais no Jardim São Luis (Zona Sul), mas já morou por um ano com uma das irmãs em Sorocaba. Tem quatro irmãs, todas casadas atualmente, duas delas morando no mesmo quintal. Sentia-se muito pressionado por ser o único filho homem. Achava que suas irmãs acabavam responsabilizando-o muito pelo cuidado com os pais. Já completou o ensino médio e não está realizando nenhum curso atualmente. Sua mãe não estudou e seu pai estudou até a 4ª série. O pai é aposentado e a mãe cuida dos afazeres domésticos. A renda média de sua família varia em torno de R\$ 520,00 e R\$ 1.040,00 e Daniel não colabora financeiramente.

Quando Daniel se inscreveu no PBT pensou que faria um curso e depois seria encaminhado para o trabalho. Na época estava procurando emprego e fez a inscrição na escola onde estudava. Quando começou o curso achava que “não vingaria nada” e participava por causa do dinheiro, mas acabou achando muito legal em função das amizades e da simpatia pelos professores. Ainda tinha boa parte de seu dinheiro guardado em casa para uma possível emergência. Quando saiu do programa procurou trabalho e encontrou, mas já tinha sido demitido. Afirmou que sua situação atual era “regular, boa e ruim ao mesmo tempo. Boa, porque há pessoas que o estão incentivando e ruim porque não está conseguindo nada”. Ajudava sua mãe nas tarefas domésticas e à noite saía com os amigos para dar uma volta. Ao contar sobre a procura de trabalho, reclamava da exigência de experiência: “digamos que eu nunca tive experiência com telemarketing, mas se não me derem uma oportunidade como que eu vou ter experiência pra chegar e colocar no meu currículo que eu já tive a experiência disso, disso e disso, se eles não querem me dar oportunidade? Então, acho que eu nunca vou trabalhar, porque eu não tenho experiência nisso, nisso e naquilo, não tem como trabalhar desse jeito só pedindo experiência, experiência (...) Tem muitas pessoas que fazem curso, tal, gastam dinheiro, mas como não têm experiência não vai conseguir trabalhar por causa disso. Então digamos que o dinheiro foi gasto em vão”.

Estava há quatro meses procurando trabalho. Saía todas as manhãs com amigos para isso. Eles procuravam muito no centro da cidade, em agências próximas, na internet. Chegaram a dormir, inclusive, na fila do Centro de Solidariedade da Força Sindical. Na última vez em que fizeram isto foi uma festa: compraram vinho, lanche, levaram baralho para jogar e efetivamente não dormiram. Daniel dizia não estar em condições de muitas escolhas: “o que vier é lucro”. Talvez desejasse permanecer na mesma área em que já tinha trabalhado, como ajudante geral. Embora tenha sido um trabalho “muito sacrificante”, poderia ser fonte de renda para pagar um curso e trabalhar numa área melhor. O melhor para ele talvez fosse mexer em computador, algo que gostava muito. Também acreditava que seus amigos pensavam a mesma coisa que ele: “no momento a gente não está com nada assim em mente pra poder trabalhar com aquilo, o que aparecer está bom pra gente pagar os cursos”. Evidentemente, Daniel destaca que seria melhor “se o salário não fosse tão baixo e se tivesse registro em carteira”: “alguma coisa que seja registrada, assim, que tipo... ah, não sei, porque se a gente arrumar um trabalho que não seja registrado, quanto tempo a gente vai estar perdendo na carteira já quando a gente tiver, digamos, com mais idade e não tiver em condições de trabalhar? Esse tempo que a gente não ficou registrado foi um tempo perdido, entendeu?”.

Reiterava que a maior dificuldade para encontrar esse trabalho era “a tal da experiência”. Mesmo seus amigos com cursos em boas escolas não estavam conseguindo trabalho por essa razão. Quase todos estavam fazendo bicos, sempre conseguidos por intermédio de outros amigos. O bico era muito diferente do trabalho para Daniel: “digamos, um trabalho assim que você seja bem sucedido já é, digamos, uma realização na sua vida já, digamos assim. E bico, sei lá, você está fazendo só por fazer, só porque você precisa de dinheiro pra alguma coisa que você... sei lá, uma conta, alguma coisa que você tá devendo e não é aquela coisa certa que você não sabe se vai conseguir ou não”.

Quando questionado sobre quando começou a pensar em trabalhar, Daniel revelou que “fez sua infância sozinho”, seus pais o levavam apenas na igreja ou em casa de parente. Aprendeu na rua como se defender, como sair das drogas, como se proteger em relação ao sexo, toda sua “malandragem”. Sempre ficou mais na rua do que em casa. A história de trabalhar aconteceu muito de repente para ele. Foi visitar a irmã em Sorocaba e um amigo de seu sobrinho o convidou para fazer entregas de marmite. Tinha 14 anos e aceitou trabalhar porque queria morar em Sorocaba sem

depende do envio de dinheiro de sua mãe. Ajudaria sua irmã, pois estava morando na casa dela e usaria o restante dos recursos para si próprio. Ou seja, queria ter seu próprio dinheiro e assumir suas responsabilidades. Ao longo dos quatro meses em que ficou em Sorocaba abandonou a escola. Como estava em período de férias, perdeu dois meses de aula. Na época não estava muito preocupado com a escola. Hoje avalia que foi uma decepção porque não conseguiu ficar o tempo que desejava trabalhando, o amigo foi demitido e ele também. Ao mesmo tempo começou a frequentar a escolinha da loja de móveis Artefato, também em Sorocaba, mas não conseguiu ser contratado ao final do curso, ao contrário do sobrinho. Não lembrava de quase nada do curso, por isso nunca procurou trabalho na área de marcenaria. Como não conseguia encontrar mais trabalho em Sorocaba, voltou para São Paulo e começou a entregar currículos. Foi chamado para trabalhar em uma fábrica de ração de pássaros no bairro onde mora como ajudante geral. Mas com corte de pessoal, foi demitido.

Daniel chegou a afirmar que não conseguia lembrar-se muito bem do que tinha acontecido em sua vida. Desabafou que se sentia confuso desde quando sua mãe ficou doente e suas irmãs, já casadas, chegaram a dizer que se algo acontecesse com ela, ele seria responsável. Ficou com isso na cabeça durante muito tempo e apenas com apoio dos amigos conseguiu “desencanar um pouco”. As irmãs o acusaram porque ele costumava brigar muito com a mãe, sobretudo por causa de um dos sobrinhos que ficava em sua casa e “era um capetinha”. Nesse período, Daniel teve ainda mais vontade de sair de casa, arrumar um trabalho, comprar seu carro e morar sozinho. Hoje afirmava estar diferente. Avaliou que seus pais já fizeram muito por ele e que era chegada a hora de apoiá-los também. De modo emocionado, afirmou que não gostaria de ver os pais enterrados no cemitério do Jardim São Luis, conhecido por ser o local onde se enterra os criminosos e mortos por homicídio da região.

Para se divertir, Daniel costumava ficar na praça do bairro, tocando e conversando com amigos. Gostava muito de rock. Em geral, conversavam sobre música, a vida, relacionamentos, mulheres etc. Do grupo também participavam algumas meninas. É também um espaço onde conversavam sobre trabalho. Todos sabiam mais ou menos o que um ou outro fazia, ou que tipo de experiência tinham, e trocavam informações. Além desse grupo, há quatro meses Daniel também tinha se tornado vocalista de uma banda de rock ainda sem nome. Ao ser questionado sobre a possibilidade da banda permitir auferir renda, Daniel afirmou que por ora não, mas sua expectativa seria fazer faculdade de música. Então, primeiramente pretende fazer um curso para montar e desmontar computador e conseguir um trabalho a partir disso, e daí pagar a faculdade. Trabalhar com o computador seria o primeiro passo para fazer aquilo que deseja. Seu sonho era ser um grande maestro. Quando estava no PBT comprou seu primeiro violão. Aprendeu a tocar na raça, sozinho. Tinha feito aula de canto por um mês numa associação do bairro. Desistiu porque considerou o curso muito teórico. Além disso, já fez curso de computação por seis meses que sua mãe pensou que fosse de graça e ao final teve que pagar. Daniel também passou a frequentar uma associação do local para usar o computador. Toda semana, quase todos os dias, estava por lá.

Levou a escola “numa boa”, mas achava insuportáveis as regras criadas, como por exemplo, não poder ir de bermuda. Gostava mesmo de “encher o saco” dos professores, zoar, bagunçar com os amigos para o tempo passar mais rápido. Era da turma do fundão. Em relação ao mercado de trabalho, considera que a escola não ajudou muito: “porque, sinceramente, a gente aprende muita coisa na escola, é verdade, mas e aí, você não vai lembrar aquilo tudo pro resto da sua vida, com certeza não, tem coisas que você lembra, outras coisas não. Então, o que vai me ajudar? Eu vou chegar num trabalho, fazer uma entrevista, o cara vai perguntar quanto que é dois mais dois pra mim? Eu acho que não, pode até ser que faça uma entrevista por escrito e caia essas coisas assim, tipo de matérias assim, Matemática, Português, que é o básico que eles fazem. Assim, não sei, pode até ser que aconteça, mas não sei se pode acontecer”.

Daniel também não estava pensando em casamento, era algo que estava escondido em um “cantinho”, a não ser que acontecesse de aparecer uma paixão muito forte. Ainda se sentia jovem por achar que tinha muito que curtir, conhecer, fazer. Além disso, tinha muita disposição para enfrentar os problemas, não abaixava a cabeça. Estava sem trabalhar temporariamente, mas não se considerava desempregado: “é o lance que nem eu falei, sou muito jovem, ainda tenho muito que aprender, posso mostrar meu potencial (...) Eu tô jovem pra caramba, tenho muito que aprender, muito que mostrar, entendeu? Por isso que eu não me sinto desempregado agora, quem sabe assim quando eu tiver lá com uns 45, 50 anos, aí sim eu posso falar ‘não, hoje eu tô desempregado’, alguma coisa assim. Mas enquanto eu tiver com disposição, saúde, eu vou estar batalhando pra mim conseguir”.

Erasmu
(15/03/2005)

Solteiro, 23 anos, branco, Erasmu mora no Itaim Paulista (Zona Leste) com os pais, duas irmãs e seus respectivos maridos, além dos sobrinhos. Seu pai, baiano, é motorista de ônibus aposentado e estudou até a 8ª série. A mãe, baiana, não estudou e é dona de casa. A renda de sua família gira em torno de R\$ 520,00 e R\$ 1.040,00. O jovem já concluiu o ensino médio e não está realizando nenhum curso atualmente. Declara-se católico não praticante.

Erasmu considerou boa sua participação no PBT ao longo de 6 meses. Lembra-se das aulas de cidadania e computação, que contribuíram para que ele melhorasse sua comunicação com as pessoas, já que sempre foi muito tímido, e aprendesse o básico de informática. Sua preocupação, no entanto, era esquecer o que havia aprendido, pois não tinha computador em casa e não tinha acesso a um equipamento em que pudesse praticar. Relata que, ao final do programa alguns bolsistas tentaram montar uma cooperativa, o que não funcionou porque muitos abandonaram o curso e não havia recursos suficientes, uma vez que todos estavam desempregados. Erasmu afirmou que tinha até ficado animado com a idéia de montar uma cooperativa, sua turma estava pensando em uma barraca de pastel. O melhor da experiência parecia ser o trabalho por conta própria, fazer o próprio horário e salário. Mas logo as pessoas começaram a desistir, na visão de Erasmu, por serem muito pessimistas, não acreditarem em seu potencial, acharem que seria muito simples. A percepção de que não era algo simples, aliado a falta de financiamento, levou muitos, inclusive ele próprio, a desanimar, mesmo sentindo-se apoiado, ao menos moralmente, por seus pais.

Valoriza muito o fato de o PBT ter lhe proporcionado conhecer muita gente diferente, de outros bairros, e dos “rolos” que teve. Quando se inscreveu no programa, Erasmu “estava desempregado e tinha acabado de terminar os estudos”. Pensou que seria preciso trabalhar para a prefeitura como ajudante, motorista, algo assim, mas quando chegou viu que era apenas curso. Embora ele e seus amigos tenham se espantado inicialmente, reconhece: “todo mundo ficou contente, tinha gente que não tem condições de ter um curso de computação e foi e fez, né”. Para ele, o curso era muito diferente da escola pelo fato de conhecerem pessoas de outros bairros, saber da vida deles, trocar experiências, conhecer melhor os outros bairros, enquanto na escola era sempre “a mesma coisa, as mesmas pessoas”. Ao citar os assuntos que conversavam sobre os bairros, o tema mais recorrente é o da violência: discutiam que tipo de criminalidade era mais presente em um ou outro bairro, se tráfico, estupro, assassinato. Mas também sobre as meninas, os bares, os lugares para se divertir.

Utilizava a bolsa para comprar coisas para si e para sair, ajudando sua mãe de vez em quando, pois seu pai, “muito durão”, não aceitava dinheiro de filho. Para ele, o tempo do PBT foi muito curto. Além de ter perdido a bolsa, enfatiza sobretudo a perda dos colegas, pois a maioria morava em locais distantes, dificultando o encontro. Mesmo depois de ter elogiado o programa, afirma que não poderia ser “hipócrita”: preferia a bolsa ao curso, acentuando que o curso não foi muito importante. Neste momento, revela já ter “praticado o curso de computação antes”. No início da entrevista, afirmou que nunca tinha feito nenhum curso. Ao mesmo tempo, não queria ficar só recebendo o dinheiro, pois sem o curso não teria conhecido outras pessoas e aprendido algumas coisas novas, uma vez que, estando desempregado, ficava o dia todo em casa sem fazer nada.

Chegou a procurar trabalho de maneira um pouco mais intensa durante o programa, pois tinha os recursos da bolsa. Desde que saiu do PBT, em dezembro de 2002, permanecia desempregado, fazendo um “biquinho aqui, outro ali”, como diz. O bico que durou mais tempo foi o de ajudante de cobrador de lotação com seu cunhado, durante 6 meses. Teve que sair para dar seu lugar ao filho do dono da lotação que ficou desempregado. Considera sua situação muito ruim, principalmente porque algumas vezes não tem como ir a festas, comprar o que deseja ou ajudar nas despesas de casa. Hoje, segue procurando trabalho em agências e no Centro de Solidariedade, mas alega que, em geral, as vagas que aparecem não compensam: não pagam a condução e o salário é muito baixo, ou na grande maioria das vezes é chamado para trabalhar como vendedor ambulante, o que para ele “é furada”.

Sua maior dificuldade, em sua opinião, está no fato de não possuir experiência, mas também cita o local de moradia e os altos índices de desemprego, acirrando a concorrência. Hoje procura trabalho, sobretudo como ajudante geral, mas gostaria mais de conseguir uma vaga como motorista de ônibus. Revela que seus planos ainda estão confusos e por vezes muda de idéia ao lembrar-se dos perigos da profissão de motorista, por exemplo. Também já havia prestado vários concursos públicos.

Reconhece que não é apenas a falta de qualificação, ou de cursos, que dificulta encontrar emprego, exemplificando com o caso de vários amigos com diploma do ensino superior e desempregados. Quando questionado sobre o fator idade, se é mais fácil ou mais difícil para os jovens, ele afirma que está difícil tanto para os mais jovens, quanto para os mais velhos. Ao mesmo tempo, entre os mais jovens, destaca o fato das empresas darem preferência para aqueles que já teriam filho para sustentar, o que dificultava. Para ele, a exigência de idade, sobretudo quando cita os mais jovens, é complicada, pois aos 15 anos o indivíduo já tem condições de assumir um trabalho: “por exemplo, dos 15 anos pra frente você já tá homem praticamente ou já tá moço, então você já encara a vida assim como uma realidade, você deixa o seu lado infantil de lado, já passa a se tornar homem e mulher, você tem que encarar a realidade, bater de frente com a realidade, entendeu? Aí você já vê que você já tem que ter o que você quer, você pensa no futuro, você pensa em ter casa, já pensa em ter família, aí você já tem que encarar a realidade e bater de frente, aí é por aí”.

Bater de frente com a realidade é perceber a necessidade de apoiar em casa e procurar trabalho para isso. Poucos conseguem, pois na opinião dele a juventude está praticamente perdida: os rapazes cada vez mais se interessando pelo crime. Erasmo afirma ter começado a “bater de frente” com a realidade aos 16 anos, quando começou a desejar tênis de marca, tudo do bom e do melhor e para isso teria que trabalhar. Começou fazendo bicos, por indicação de um colega, entregando folhetos no mercado de segunda a sábado. Antes disso nunca tinha pensado em trabalhar, seu sonho era tornar-se jogador de futebol, até fazia testes em clubes com apoio do pai. Tinha treinado em várias escolas, mas afirma nunca ter conseguido porque não tinha um empresário, de modo que parou de “gastar tempo com isso” aos 14 anos. Ficou apenas na escola, seu pai sempre incentivava a continuar os estudos e apenas depois a procurar trabalho. Isto porque seu irmão mais velho tinha parado de estudar na 7ª série e o pai desejava ver pelo menos “um homem da casa estudado”. Assim, Erasmo afirma ter “ficado parado por dois anos”. “Sobrou para ele”, como afirma: “porque são dois homens na casa e três mulheres, então só um que era eu, sobrou pra mim, então eu terminei pra fazer a vontade do meu pai, mas eu também não sou muito fã de estudo não”.

Depois que saiu da escola sentiu o peso de não ter estudado adequadamente determinados assuntos, sobretudo quando tinha que prestar algum concurso e não se recordava mais o que aprendeu, tendo que estudar sozinho. Até hoje acha que o que valeu a pena na escola foram as amizades, a bagunça, a merenda, a educação física – praticar esporte era bem legal. Quando questionado sobre se na escola discutia-se trabalho, afirma que não, pois vivia uma vida “brincalhona, fora da realidade, era mais futebol, mulher, nada de serviço não”. Apenas no final do ensino médio começou a sair em turma para procurar trabalho, o que dava mais disposição, o tempo passava muito rápido e depois “saíam para olhar vitrine”. Foi um dos primeiros rapazes a citar o período do exército. Acabou sendo dispensado por excesso de contingente, mas gostaria de ter conseguido porque poderia ser uma oportunidade de emprego: “ah, porque tipo assim a partir do momento que você entra pro exército você já é um soldado, então ali dentro você aprende bastante coisa e é um emprego que você já tem”.

Erasmo estava namorando “sério, muito sério até” há quatro anos e pretendia casar-se. Mas não poderia tomar essa decisão enquanto não encontrasse um emprego. Considerava-se desempregado atualmente porque não tinha emprego, mas ao mesmo tempo afirma que pessoalmente, não era desempregado, já que: “desempregado assim, que eu quero dizer assim pra você é tipo assim eu não me entreguei ao desemprego, eu sempre tô procurando”. Pessoalmente, acredita que uma forma de resolver a situação seria se sujeitar a toda sorte de humilhação. De qualquer modo, sua trajetória não parece revelar alguém que se sujeita a qualquer tipo de situação, embora seu discurso possa levar-nos a compreender o inverso. Tinha dispensado vários empregos que considerava ruins, seja do ponto de vista do salário, seja pelas condições de trabalho. Ainda se sentia jovem, porque joga bola, vai às festas, brinca e tem um espírito alegre.

Fábio
(05/03/2005)

Marcar entrevista com Fábio não foi difícil. Tão logo apresentei as possibilidades de lugares para conversarmos, ele escolheu aquele que ficava mais próximo do seu local de trabalho, uma pizzaria. Com aparência bastante jovem, gel no cabelo, calça jeans e camiseta, celular, óculos de sol, sua fala era repleta de gírias. Ficou um pouco tímido na entrevista, por vezes olhava para baixo, não se soltou muito e até o final precisei fazer muitas perguntas tentando encontrar um tema que lhe fizesse falar mais livremente. Os assuntos mais abordados foram o futebol e o namoro. Fábio esteve muito próximo de tornar-se jogador profissional e até hoje joga, mas afirma ter “perdido sua chance”.

Branco, 22 anos, Fábio mora com os pais e a irmã no Itaim Paulista (Zona Leste). Todos em sua casa trabalham, mas o jovem não ajuda financeiramente sua família. Fábio contou que, quando sua mãe lhe falou do PBT, ele estava trabalhando numa pizzaria como atendente de telefone e não queria inscrever-se no programa, pois em sua perspectiva teria que trabalhar em dois lugares. Sua mãe insistiu e ele fez a inscrição, conseguindo conciliar o trabalho e o curso, mas confessa sua “preguiça”: “é bom trabalhar mas nem tanto, né?”. Já tinha completado o ensino médio e queria “tranquilidade”. Sempre dava a maior parte da bolsa para a mãe, tanto porque esta não conseguiu ser aprovada para receber pelo Renda Mínima, quanto pelo fato de que tinha sido pela “correria dela” que tinha conseguido o PBT.

Ao participar do programa, em 2002, ficou contente com a idéia de um curso. Não queria trabalhar mais. Todo tempo me chamava atenção dizendo: “não é que eu seja preguiçoso, veja bem, mas é que... sabe como é...”. Fez o curso de cidadania e de computação. O primeiro contribuiu para que ele ficasse mais solto e entendesse melhor seu bairro. Gostava de fazer peças de teatro e considerava os professores muito legais. O outro, de computação, foi muito básico e não ajudou em quase nada. Conheceu muitas pessoas, ainda tem contato com algumas e vê a professora no bairro de vez em quando. Avaliou muito positivamente o curso de cidadania, para ele foi quase uma brincadeira. Era muito diferente da escola porque, mesmo que não quisesse levar a sério, não seria prejudicado. Na escola isto seria impossível. Também afirmava que sua perspectiva era de fazer um curso profissionalizante, mas de qualquer modo considerou o curso necessário também porque “tinha que fazer alguma coisa pra receber os R\$ 146,00, né? Vai ficar recebendo pra não fazer nada? Aí eu acho que ia virar uma confusão, ninguém ia se esforçar pra nada”.

Fábio continua trabalhando na pizzaria na mesma função há quase quatro anos. Conseguiu esse trabalho numa “brincadeira”. Quando terminou o ensino médio foi chamado por um amigo. No começo não estava muito animado porque teria que trabalhar sexta e sábado à noite, “dias oficiais de balada”. Mas acabou ficando e ainda hoje trabalha das 18h00 às 1h30 da manhã, aproveitando para voltar para casa apenas ao nascer do sol. Quando acorda, ajuda sua mãe a cuidar de seu primo, se necessário, ou sai para jogar futebol. Vez ou outra também trabalha numa fábrica de bolsas no bairro de um colega dele. Talvez Fábio também fosse trabalhar definitivamente lá, inclusive com registro, uma vez que seu amigo estava ampliando o negócio. Perguntado sobre a pizzaria, disse que só sairia se encontrasse alguém “de confiança” para substituí-lo. Não queria prejudicar os patrões atuais que têm “a maior confiança” nele.

Sua primeira experiência de trabalho foi aos 16 anos, ajudando seus tios na oficina mecânica que possuíam. Afirmou não ter levado esse trabalho muito a sério, “era muito molecão”. Nesse período, a grande aposta de Fábio era o futebol. Ficou um ano e sete meses na Portuguesa, quando foi reprovado na 7ª série por excesso de faltas em razão da intensidade dos treinos. Seu pai também o levou para treinar no CERET (Centro Esportivo e Recreativo do Trabalhador), quando recebeu uma proposta para jogar em um time do Paraná. Ele começara a trabalhar na pizzaria, mas deixou o trabalho para viajar por dez dias. Estava apostando na construção de uma carreira como jogador. No Paraná sentiu-se muito mal, pois só podia sair para conhecer a cidade quando o time ganhava o jogo. Voltou desanimado. O time não o chamou de volta e ele desistiu de ser jogador, voltando ao seu trabalho na pizzaria.

Hoje está procurando outro trabalho ou quer mudar de horário na pizzaria porque deseja se divertir um pouco mais. Fez um curso de telemarketing por dez meses pela Força Sindical e oito meses de computação numa escola vizinha à pizzaria, onde conseguiu um desconto. De alguma maneira, os dois estavam relacionados ao seu trabalho na pizzaria: computação para digitar mais rapidamente os

pedidos e telemarketing para aprimorar seu trabalho ao telefone. Estava encaminhando currículo para encontrar algum trabalho que pudesse ser combinado ao da pizzaria, desde que não fosse “na hora da balada”. Tem procurado em algumas agências do centro da cidade, sobretudo na área de telemarketing, pois já tem experiência e gosta de falar com pessoas ao telefone, mesmo que alguns amigos discriminem esse tipo de trabalho como trabalho de mulher. De qualquer modo, só sairia da pizzaria para um trabalho onde recebesse um salário maior.

Para ele, está difícil conseguir retorno dos currículos enviados porque falta experiência, ou seja, faltam “os dois anos de carteira”. A proposta que faz para solucionar a questão seria de um período de treinamento no interior da empresa com salário reduzido: “o que todos os meus amigos lá falam, assim, é que é pela falta de experiência, né? Eles falam que tem que ter experiência. Tem lugar que a gente vai procurar que eles estão pedindo dois anos na carteira de registro, aí fica difícil pra arrumar, né? Eu acho assim, eles tinham que dar... tipo, vai numa empresa, o salário, um exemplo, é de R\$ 600,00, assim. Daí eles dariam um treinamento de um mês pra você, mas não pagariam os seiscentos pra ver, aí tipo, só depende de você pra ficar, tipo... entendeu?”.

Inspirado na experiência de sua irmã, acha que para mulher é mais fácil encontrar trabalho. Afirma que no primeiro dia em que ela saiu para procurar conseguiu. Depois se lembra da indicação de sua tia. Ele mesmo estava tentando fazer com que um amigo do tio o colocasse no Mc Donald’s. Se não conseguisse, tentaria tornar-se policial militar, ou melhor, já estava tentando, muito embora seu pai, mãe e namorada fossem contrários por considerarem muito perigoso. Fábio já tinha prestado concurso e estava esperando se seria ou não chamado. Tinha ficado para a segunda chamada. Além de considerar que ser policial estava “no sangue”, já que dois de seus tios também eram, tratava-se de algo que parecia depender apenas dele. Ao mesmo tempo, com trabalho garantido, poderia pensar em fazer faculdade de Direito. Sempre desejou estar envolvido com questões de polícia, mas não gostaria de trabalhar como policial no próprio bairro, pois conhecia “os bons e os maus”. Não teria coragem de tomar qualquer atitude contra nenhum desses tipos, evidentemente contra “os maus”.

Quando questionado sobre o que preferiria, se estudar ou trabalhar, caso pudesse escolher, Fábio responde: “eu prefiro os dois. Dá pra escolher os dois? Apesar de eu não estudar mais agora, só se eu for fazer uma faculdade, mas eu acho que sem o estudo você não vai ter um trabalho, né? Acho que o estudo é o mais importante... Ah, eu acho que é difícil a pessoa pegar, assim, um cara que não tem estudo nenhum pra trabalhar, assim, é difícil”. Fábio reconhece que tem um trabalho mesmo sem faculdade, mas trata-se um trabalho sem registro, quase uma diversão. Trabalho, para ele, apenas quando entrar na polícia ou no corpo de bombeiros, ou algo mais pesado.

Ao ser questionado sobre o que seria um trabalho mais pesado afirma ser algo que exigia sacrifícios, tais como acordar cedo, pegar o trem lotado. Em sua perspectiva, ele estava distante disso e não parecia desejar essa trajetória para si próprio. Para Fábio, o trabalho significa a possibilidade “dar um pouco de descanso pro seu pai e sua mãe”. Queria que os dois parassem de trabalhar e que ele e sua irmã assumissem a casa. Além disso, considerava que sem trabalhar jamais poderia construir uma família, namorar, casar, ter filhos.

Estava namorando, ou melhor, “ficando” com uma menina, mas não queria assumir nada sério. Não estava procurando trabalho para casar-se logo, ainda queria “curtir” muito. Casamento era algo que pensaria por volta dos 30 anos. Não participava de nenhum grupo, embora tivesse muita vontade de participar do grupo de jovens da igreja, apenas para curtir os passeios.

Isabele
(21/02/2005)

Isabele tem 19 anos e se identifica como preta. É a filha mais nova de uma família de paulistanos. Seus irmãos, mais velhos, começaram a trabalhar aos 15 anos para ajudar em casa, tendo abandonado os estudos. Sua mãe fez supletivo até a 8ª série e sempre trabalhou como auxiliar de limpeza. Hoje estava afastada pelo INSS. A jovem não conheceu seu pai. Unida consensualmente, tem um filho de pouco mais de um ano e mora na casa da mãe, no mesmo quintal de seus irmãos, na Vila Curuçá (Zona Leste). Desempregada e à procura de trabalho, Isabele não contribui com o orçamento doméstico.

Como vários outros jovens, Isabele afirma que gostou do PBT por ter aprendido coisas novas. Integrou o programa em 2002, tendo participado de um curso de cidadania e do Projeto Contra a Dengue em um posto de saúde próximo à sua casa. Tinha 16 anos, entregava panfleto no farol nos finais de semana e estava no segundo ano do ensino médio. Aprendeu e ensinou sobre a dengue em escolas públicas do bairro, mas reclama por não ter recebido nenhum documento que comprovasse sua “experiência”. No começo, o trabalho no posto foi difícil porque não tinha orientação sobre qual trabalho desenvolver. Sua expectativa era de conseguir um emprego que fosse registrado em carteira. Quando viu que não era isso, “se conformou”. Do curso, gostava das dinâmicas e do teatro que faziam vez ou outra para explicar sobre a dengue. Não considerou trabalho o que fez, pois “só ficou no posto mesmo”. Continuou a pensar no emprego enquanto estava no PBT. Quando acabou, engravidou e teve que ficar em casa cuidando do filho que nasceu prematuramente. Embora pensasse no emprego, não podia sair porque precisava cuidar da criança. Atualmente, com a mãe afastada do trabalho, está com mais chances de procurar, pois ela pode cuidar de seu filho. Seu namorado mora com ela e está trabalhando, mas Isabele considera que também precisa trabalhar para ajudar nas despesas.

Concluiu o ensino médio e, quando perguntada sobre a faculdade, diz pensar em fazer Informática ou Medicina Veterinária porque gosta dessas áreas. Por enquanto só pensa em estudar para concurso público. O último que fez foi para o INSS: “era legal porque era só meio período, dava pra ficar com meu filho, além de ser um bom emprego”. Passou, mas sua colocação não foi muito boa: “não vão me chamar nunca”. Nos últimos meses tem vivido a angústia de entregar currículos sem ser chamada. Agora só entrega quando sabe que realmente há vaga para não perder tempo. Quando questionada sobre sua primeira experiência de trabalho, diz nunca ter trabalhado. A história se modifica quando a pergunta é sobre alguma atividade para ganhar dinheiro: “ah, eu fazia um biquinho no Correio. Eu colocava selo nas cartas, mas só quando chamava”. Tinha 17 anos e conseguiu essa atividade por intermédio de sua tia. Depois disso, entregou panfleto no farol com uma prima. Sua mãe começou a falar em trabalho quando ela tinha 15 anos. Dizia: “você já está grande, está na hora de trabalhar”. Isabele afirma que também queria: “trabalhar, guardar um dinheirinho no banco pra poder fazer a faculdade e juntar um dinheirinho (...) E também comprar as coisas que eu precisasse: roupa, sapato”. Seus irmãos sempre trabalham em loja e têm registro em carteira, mas tiveram que deixar o estudo, por isso procuraram preservar Isabele. Embora a mãe também desejasse que ela completasse os estudos, sempre foi mais favorável a uma divisão entre trabalho e estudo, o que Isabele não conseguia fazer porque sempre “caía de manhã na escola”. Nunca conciliou trabalho e estudo, a não ser quando entregava panfletos. Assim, para ela, nunca teve seu primeiro emprego, colocando o PBT como a experiência mais constante que teve.

Para Isabele, a maior dificuldade em conseguir um trabalho está no fato de seu currículo estar “um pouco vazio”: “o meu currículo mesmo não tem nada. Só tem a escolaridade e o curso mesmo que eu comecei a fazer, que é o de informática, (...) que eu não tenho empresa nenhuma pra colocar. Eu vou colocar projeto da dengue no meu currículo? Não dá, né. Você acha que dá pra colocar isso?”. Está buscando algo relacionado a vendas, escritório, telemarketing. Logo alerta que não quer faxina. A maior exigência e dificuldade tem sido a experiência. Além disso, não tem ninguém que possa encaixá-la em um emprego. Hoje está fazendo um curso de informática “porque a maioria das empresas pede”. Para o futuro, seus planos são “poder trabalhar, guardar um dinheirinho no banco, construir minha casa e também guardar um dinheiro pra poder fazer a minha faculdade”. Ao ser questionada se entraria novamente no PBT, afirma que não, pois deseja algo mais sério: “porque hoje eu quero uma coisa mais séria pra mim. Eu quero um emprego fixo pra mim. Eu quero um registro na minha carteira”.

Letícia
(10/03/2005)

Letícia é solteira, tem 20 anos e se identifica como preta, ou melhor, “roxa de preta”. Mora Vila Nova Itaim (Zona Leste) com a madrastra, que chamava de mãe, além do pai e irmão. Sua mãe biológica morreu quando era pequena. Nasceu em São Paulo, mas é filha de mãe mineira e pai baiano. Afirma que ninguém está trabalhando em sua casa, apenas fazendo alguns bicos. Pai e madrastra participaram do Começar de Novo, sendo que a madrastra estudou até a 3ª série e trabalhava como doméstica e o pai, que sequer estudou, era pedreiro.

Seu irmão também fez inscrição para o PBT, mas não pôde participar porque estava trabalhando. A expectativa de Letícia em relação ao PBT era de que fosse um emprego, mas toda vez que ouve falar em um curso para quem não está trabalhando “sai em desespero” para se inscrever. Porém, não conseguiu ser chamada para nenhum outro. Ao ser questionada sobre que tipo de trabalho gostaria de ter, afirma: “ah, não sei, qualquer lugar, tipo no mercado, numa fábrica, um lugar que seja registrado, que eu possa ter o meu cantinho, as minhas coisinhas, porque até hoje eu nunca trabalhei, tenho 20 nas costas e nunca trabalhei registrado, foi sempre assim picadinho, serviço picadinho, picadinho e tamos aí sem fazer nada da vida”.

Quando participou do PBT, em 2002, estava no segundo ano do ensino médio no período noturno e também arrumava a casa e cuidava de seu sobrinho. Não via a hora de ir para o curso ou para a escola porque o negócio de Letícia “sempre foi a rua, odeio ficar em casa”. A única coisa que não gostou do curso foi ter se sentido enganada, pois um dos educadores afirmou que haveria possibilidade de um emprego. Fez curso de cidadania e de montagem de instrumentos. Gostou muito de ter aprendido coisas sobre o mundo, a pobreza, o respeito às pessoas e dos amigos que fez, além de ter aprendido a tocar instrumentos. Para ela, o curso era muito melhor do que a escola porque não havia rotina e os professores mostravam-se muito mais dedicados. Com a bolsa ajudava sua mãe, comprava coisas para si e quando sobrava algum dinheiro procurava trabalho “lá no Braizão”. Não encontrou nada ao longo do curso e também achava que não daria tempo para trabalhar. Até hoje “não conseguiu nada”. Nada aqui significando nenhum trabalho com registro em carteira. Considerava impossível receber a bolsa sem fazer nada, o curso era muito importante para tirar as pessoas desocupadas da rua ou de casa. Ela mesma se considerava uma desocupada, pois: “não fazia nada da vida, só estudava à noite, quando eu não tava fazendo o curso eu ficava em casa o dia inteiro, dava sete horas eu ia pra escola, era de casa pra escola, da escola pra casa”.

Achava que sua vida não tinha se modificado, continuava igual. Diz que aprendeu um pouco mais sobre a vida no PBT, mas já nem sabia mais como montar ou desmontar um instrumento. No entanto, falou dos certificados com entusiasmo e revelou que os guarda “numa pasta embaixo do colchão, que é pra não amassar”, até que tenha a sua própria casa e possa pendurá-los na parede. Letícia falava do curso de maneira muito emocionada e o cuidado com o certificado parecia diretamente relacionado à importância que a experiência teve em sua vida, por mais que não tivesse sido exatamente o que queria. Quando saiu, afirmou ter chorado muito, pois não teria mais “para onde ir, não veria mais os amigos, não faria mais bagunça”. Um tempo depois de terminado o curso, Letícia voltou a procurar emprego, “se destrambelhava no mundo atrás de serviço”, evidentemente no Brás, seu lugar preferido. Letícia considerava que só no Brás teria mais chances de encontrar emprego, porque grande parte de suas amigas trabalha por lá.

Conseguiu um trabalho temporário em uma loja lá mesmo por intermédio da prima, apenas durante as festas de final de ano, logo foi demitida. No ano seguinte começou a trabalhar em uma lanchonete próxima à sua casa, mas como o movimento não estava bom foi novamente demitida. Ao dizer sobre sua situação, se entendia estar desempregada, ela afirma: “é, eu acho viu. Porque eu não tenho dinheiro pra nada, se eu quiser dinheiro eu tenho que pedir pra minha mãe que mal tem, pro meu pai ou pro meu irmão. Nossa Senhora, aí eu ficou vendo as meninas com tal roupa na rua, eu estou naquela fase, eu vi aquela coisa e eu quero. E eu fico olhando as meninas, as meninas falam que estão trabalhando, que estão fazendo faculdade e aí o meu astral já abaixa. Porque eu também, pra ser sincera, eu não tenho um pinga de vontade de fazer faculdade, não tenho, eu tendo um emprego fixo, sendo registrada, já está ótimo, abrindo minha conta no meu banco já tá ótimo, ótimo, ótimo, ótimo. Não quero faculdade, não quero nada, só quero ter o meu cantinho, a minha casinha, ser feliz”.

“Desde que se conhece por gente”, Letícia teve vontade de trabalhar para ter suas próprias coisas, ser independente dos pais. Dizia que aos 14 anos já queria ter começado, pensou que fosse fácil. Hoje, ainda “sonha” com o serviço fixo, registrado. Mas sente que “acordou para a vida” apenas aos 17 anos, pois começou a perceber que “o mundo não era um mar de rosas”. Além de querer trabalhar, Letícia sempre gostara de ficar na rua com as amigas, de sair sem destino e a mãe sempre lhe prendera muito. Quando a mãe lhe deu uma “brecha”, aos 17 anos, ela “fez coisa errada”, ou seja, teve sua primeira relação sexual. A partir disso, “acordou para a vida”, chegando à conclusão de que precisaria mesmo de um emprego, pois, se tivesse um filho, algo que sempre sonhara, precisaria de dinheiro para sustentá-lo. A pressão de sua mãe para o trabalho sempre foi muito intensa e Letícia não esconde o fato das duas não se darem bem. Somente com o irmão ela parece se entender um pouco melhor. Mesmo quando está trabalhando, Letícia tinha que continuar fazendo o trabalho doméstico, o que não acontecia com seu irmão que não faz nada em casa mesmo quando está desempregado. Letícia não podia sair porque para sua mãe, “rua é lugar de vagabundo, não há nada para aprender lá”. Ainda com todas as brigas com a mãe, Letícia considerava-se responsável por ajudá-la, “porque ela criou a gente, educou, mostrou o que é o mundo pra nós, sabe, aquela coisa de mãe, de pequenininho até grande. Então eu acho que eu e meu irmão devemos essa obrigação pra ela, nem tanto né, mas até um bom tempo a gente deve essa obrigação pra ela”. Foi apenas nesse momento que Letícia revelou que a pessoa que chamava o tempo todo de mãe era sua madrastra, casada com seu pai desde quando sua mãe biológica morrera. Ela e o irmão eram ainda muito pequenos e a madrastra ajudou a criá-los. De certa maneira, sentia certa cobrança dela por isso, o que aumentava sua sensação de obrigação. Mas, de qualquer modo, estaria livre disso depois do casamento, quando saísse de casa, pois teria que cuidar de suas próprias coisas.

Foram vários os trabalhos de Letícia: um mês e meio como atendente de padaria no bairro, indicada por uma amiga; quatro meses como vendedora em uma loja no Brás; um mês em outra loja no Brás no período de festas de final de ano; e, por fim, quatro meses em uma lanchonete próxima à sua casa. Com exceção do trabalho temporário no final de ano, Letícia tinha sido demitida de todos os outros, pois, ao contrário do que sua mãe desejava, não gostava de “engolir sapo”. Seu sonho sempre foi ser atriz ou modelo, mas considerou não ter tido sorte. Fez teatro quando era pequena, porém não conseguiu levar adiante. Nunca teve dinheiro para fazer um book. Queria enviar sua fita de formatura para o programa do Netinho, mas sua mãe não deixou. Estava tentando fazer escondido. Ao mesmo tempo afirma que hoje trabalharia em qualquer coisa, principalmente se tivesse registro, algo que nunca tivera e, para ela, era sinônimo de não ter trabalhado: “não ter registro? É a mesma coisa de não trabalhar, porque eu tendo registro na carteira, tipo assim, eu posso fazer alguma coisa com que eu me aposente, sabe, coisa que eu não quero cedo, mas tá beleza. E tipo, eu acho que um registro na carteira é muito importante, porque tem gente aí com menos de 20 anos que tem registro, por que outros têm 20 anos e não tem registro na carteira?”. Para ela, a dificuldade em conseguir trabalho estava relacionada à falta de registro em carteira, aos cursos que não fez, principalmente de informática, e à falta de sorte. Por esses motivos considerava que nunca conseguiu emprego numa fábrica ou em um supermercado grande, onde observava maiores chances de um bom emprego.

Em relação à escola, Letícia afirma ter gostado muito, sobretudo quando saía mais cedo e podia encontrar-se com o namorado. Namorava escondido porque sabia que sua família jamais aceitaria seu namoro: o rapaz estava envolvido com drogas, tendo sido inclusive preso. Letícia afirma ter lutado muito para ele abandonar a “vida errada”, no entanto, ela já tinha se interessado por outra pessoa. No momento da entrevista tentava manter dois relacionamentos. Em termos de planos para o futuro, pretendia encontrar alguém que realmente gostasse dela, comprar uma casa – a idéia de morar de aluguel a deixava desesperada – e ter um filho. Para tudo isso, achar um serviço era importante.

Quando questionada sobre se era jovem ainda, afirmou que já se sentia no momento de acordar para a vida, embora se considerasse muito “moleca”. Instigante é que não diz de um tempo de juventude que já acabou, mas de um tempo de infância: “meu tempo de sair, de se divertir, de beijar muito, beijar muitas bocas num dia só, se bem que eu não fazia isso, o máximo que eu já fiz é beijar duas num dia só, mas acho que meu tempinho de infância mesmo já passou. Agora tá na hora de eu acordar viver minha vida, ter meu emprego, sabe, chacoalhar um pouquinho o Fábio pra ele ter um serviço bom, porque hoje em dia ele não pode ter um serviço bom por causa do nome dele que é sujo na polícia. E aí mesmo que eu não fique com o Fábio eu quero ter a minha casinha, minha vida, viver em paz, sem minha mãe e meu pai, ficar na minha”.

Marcos
(17/06/2006)

Com 22 anos, Marcos se declara pardo. Paulistano, é filho de baiano e paranaense. Mora com seus pais no Conjunto Habitacional Pró-Morar no Jardim São Luís (Zona Sul) e é solteiro. Apenas seu pai está trabalhando, o jovem não contribui financeiramente e a renda de sua família gira em torno de R\$ 500,00 a R\$ 1.000,00. Já completou o ensino médio e não está estudando atualmente. Sua mãe completou o Magistério e seu pai, que é porteiro, estudou até a 4ª série. Declara-se evangélico, participando de um grupo de jovens da igreja Assembléia de Deus. Não quis que eu realizasse a entrevista em sua casa porque afirmou ter um pai muito “ignorante”, que bebia muito e até poderia me agredir.

Marcos conta que fez o curso de cidadania, em 2002, por 8 meses. O PBT foi lembrado no momento em que Marcos falou um pouco mais de sua experiência anterior de ficar parado, já que, uma vez “parado”, melhor aproveitar o dinheiro que o programa oferecia: “eu tava interessado só no dinheiro. Então, quer dizer, a pessoa não tem que mentir, tem que falar a verdade, eu tava interessado só no dinheiro no começo, porque eu tava parado, muitas das vezes eu queria uma coisa e meu pai não me dava, então esse dinheiro caiu do céu, eu falo assim, caiu do céu, porque já dava pra mim comprar um tênis, comprar uma camisa, uma calça, entendeu?”. Ao mesmo tempo em que valoriza a importância do recurso, faz críticas ao programa, que considera “um agradinho pro povo”: “então por isso que eu falo pra você, muitas coisa é ilusão, é ilusão, que nem foi esse Bolsa aí, foi ilusão, isso aí tudo pra tapear, jogar pras pessoas uma coisa quer eles não deveriam fazer, porque tipo assim eles jogando com..., tipo assim tivesse..., com o eu posso falar pra você ? Tivesse dando um agradinho, um presentinho pra cada pessoa, então ele jogou esse valor aí, esse valorzinho: ‘ah, vamos enganar esses trouxas’. Porque político, ele é muito astuto com essas coisas”.

Também já tinha participado do Programa Jovem Cidadão – Meu Primeiro Trabalho, e logo se explica: “sou pobre, mas não miserável, minha casa tem canalização. Nunca enganei ninguém pra participar desses programas”. A questão do local de moradia, sua relação com a escola e, sobretudo, com o trabalho são os aspectos mais destacados de sua entrevista. Quando pequeno morou no “centro da cidade, no Paraíso”, pois seu pai era zelador de um prédio. Os mundos eram muito diferentes, reconhecia. Se continuasse por lá teria mais oportunidades, uma vez que as chances de conhecer alguém com melhores condições de vida e trabalho para indicá-lo para uma vaga seriam bem maiores. A escola também seria melhor. Não seria rico, mas a vida seria melhor.

Sua história de trabalho vem profundamente atrelada à história de sua família e de seu desejo de comprar coisas para si próprio, mas no caso de Marcos o comportamento do seu pai também influenciou muito sua busca. Ao longo de toda a entrevista reclama da ausência do pai, do desperdício de dinheiro com bebida e da violência. Nunca conseguiu dele recursos para comprar o que queria para si ou para realizar um curso, que considerava importante para encontrar trabalho. Já tinha inclusive saído de casa em função de brigas com o pai. Quanto à mãe, elogiava sua presença e incentivo para continuar os estudos.

Marcos conta que começou a trabalhar como office-boy aos 15 anos, sem registro em carteira porque “era de menor”. Hoje declarava perceber o quanto tinha sido explorado: trabalhava muito por um salário muito baixo e sem nenhuma garantia. Quando a empresa faliu, ele e o colega que o indicou ficaram desempregados. Espontaneamente Marcos reconheceu sua condição de desempregado. Depois teve muitos bicos: empacotador, guardador de carro, “coisa rápida, ficava dois meses e saía”. Em 2004 lembra-se que conseguiu, em um só ano, dois empregos registrados: como abastecedor de máquinas e depois em um frigorífico, onde ficou apenas um dia porque o trabalho era muito pesado e ele tem problemas “nas costas”. Ao ser questionado sobre como conseguiu esses empregos, não hesita em destacar a importância da indicação, principalmente no seu caso. Para ele, a indicação era fundamental em função do preconceito em relação a sua cor: “eu acho que pra mim arrumar um emprego, tipo assim, eu acho que não foi nem questão de comunicação, de se expressar, mas eu acho que foi mais por causa da cor mesmo, não foi nem pela aparência, porque eu não sou nem feio e nem bonito também. Então o que acontece? Foi mais por causa da cor mesmo, infelizmente é isso. Eu já vi isso já, tipo assim, pessoa que tinha menos estudo e aquela que tinha mais estudo, por ser negra, então o que acontece? Aquela por ser branca, dos olhos azulinhos e tudo conseguia, infelizmente, infelizmente conseguia”.

Hoje está “paradão”, como ele mesmo diz. Continua nos biquinhos, mas não é isso que quer para si. A “coisa grande” para ele é ter uma família, trabalhar, ganhar o suficiente. E aí assume de modo bastante forte o papel de provedor: ganhar o suficiente é ter condições de sustentar uma família, de atender aos desejos de seu filho e de sua “futura esposa”. Marcos também deseja estar junto “na globalização”. Tem consciência de que os conteúdos dos cursos e dos trabalhos se alteram, “o mundo vai se globalizando”, “as coisas vão mudando” e ele não quer ficar para trás. A saída é fazer cursos, conhecer pessoas e a partir daí, ou “das pessoas do curso”, conseguir um emprego melhor e sair do emprego “meia boca”.

Diferencia o que chama de emprego “meia boca”, “emprego ponte” e “emprego bom”: “é simples, o emprego bom, que eu vejo, é um emprego que eu já tô olhando pro meu futuro, eu já tô olhando que através desse emprego bom eu sei que eu vou crescer lá dentro, eu sei que através desse emprego eu vou conseguir ter meu patrimônio, ter minha casa. Pra você ter uma família, no meu modo de ver, você precisa... pra você catar, tirar a menina da família, você primeiro tem que ter uma base, então você tendo uma base tem como você ter uma família. Então, quer dizer, eu, através desse emprego, que eu vejo que é um emprego bom, você pode vir construir uma coisa boa pra você. Esse emprego aí meia boca só vai servir de uma ponte pra mim poder conseguir o meu objetivo, que é crescer na vida, que é conseguir as coisas através do eu talento, né. Então quer dizer, esse serviço meia boca só vai servir de ajuda, o que eu vou ganhar, que eu vou ganhar X, não sei quanto eu vou ganhar, que vai dar pra mim fazer o curso que eu quero, que aí através desse curso eu vou poder arrumar o emprego que eu quero”.

Ao ser questionado sobre o que estava fazendo nesse momento para alcançar o “emprego bom”, Marcos dá sentido ao que realmente quer dizer com “parado”. Não estava saindo para procurar trabalho há seis meses, há semanas estava trancado em casa assistindo televisão, não estava sequer indo à igreja, não encontrava os amigos e só havia saído no dia da entrevista “pra não dar mancada” comigo. Por não sair de casa também não conseguia encontrar “uma pessoa, uma mulher idônea”. Declara que ainda persiste atualmente em função da “fé em Deus”, mesmo passando por tantos problemas não fica triste, fica alegre pelo fato de ser cristão, mas não deixa de reclamar da falta de namorada. Ao mesmo tempo também reclama da falta de apoio do pai: nunca pagou um curso, nunca investiu nos filhos. Sem sair de casa, também não tinha nenhuma amizade para ajudá-lo a encontrar trabalho. Nos últimos tempos a mãe era sua maior companhia.

Para Marcos, mais do que experiência, hoje em dia, o que conta é ter cursos e indicação. Um vem atrelado ao outro. Apenas indicação sem curso pode não funcionar, como já não funcionou com ele várias vezes, e curso sem indicação também não. Não quer ter uma mansão, quer viver de seus próprios recursos e de seu suor, sem depender de ninguém. Ao mesmo tempo em que pensa na constituição de uma família incomoda-se com o fato de sua casa ainda não ter sido terminada, dele e seus irmãos não terem um quarto cada um e ele pouco poder fazer para terminar. Novamente é seu pai o grande responsável: gasta muito dinheiro fora de casa e está sempre planejando voltar para a Bahia, não finalizando a reforma da casa. Já Marcos não quer sair de São Paulo, tem alguma expectativa de realizar cursos, ainda não declinou da idéia de conseguir um trabalho.

O jovem também pensa em arrumar um “servicinho quebra galho”. Embora tivesse afirmado não querer “qualquer coisa”, quando aponta seu desejo de realizar algum curso, ou até uma faculdade, diz que toparia qualquer trabalho, ao contrário do que observa ocorrer entre outros jovens. E claro, o curso precisa ser pago, expressando certa recusa aos inúmeros cursos gratuitos que encontra em seu bairro: “porque é o seguinte, tudo que é de graça você não tem interesse, acho que não tem interesse, não aprende. Agora quando é uma coisa que sai do seu dinheiro, do seu suor, você dá mais valor, você aprende mesmo. Então que nem esses cursinhos de informática, eles não dão o que precisa numa empresa legal, eles dão o básico, mas tem serviço que não quer o básico, quer mais, tem serviço que quer mais, quer que você manja de power point, internet, excel, isso que é o bom, né. Então quer dizer, eu preciso conseguir primeiro um emprego, achar um emprego, não importa do que seja, porque eu não tenho vergonha não, até mesmo se fosse arrumar um emprego de lixeiro eu ia atrás, sossegado, porque é o seguinte, é um serviço como qualquer outro, é digno, você não tá matando, não tá roubando”.

Miriam
(21/04/2005)

Foi difícil encontrar a casa de Miriam. A jovem mora em um dos muitos morros do Jardim Ângela (Zona Sul), numa rua pouco conhecida, com casas simples e algum comércio. Foi preciso descer uma escada comprida para chegar até sua casa, construída num quintal grande junto a várias outras casas que são alugadas pela família. Sua sala era bem ampla, uma das maiores visitadas até então, o mesmo valendo para a cozinha. Já o banheiro era muito pequeno e separado da sala apenas por uma cortina, o que foi bastante constrangedor para a pesquisadora. Fui recebida por ela e seus pais. Foi a única vez em que o pai permaneceu na sala e não a mãe. Era um feriado, ele estava de folga e participou do começo do diálogo. Apenas ao final, quando o horário do almoço se aproximava, a mãe dirigiu-se à sala. Sua mãe acabou ajudando na resposta de algumas questões e tanto ela quanto o pai reiteraram a dificuldade de Miriam em conseguir emprego. Miriam estava um pouco tímida no início, mas logo ficou mais à vontade. Vestia calça jeans e camiseta e parecia ter se arrumado para me receber. Isso ficou claro quando explicou das exigências para procurar um emprego: ir bem arrumada, no mínimo de calça jeans – o que nem sempre era possível. De fato, parecia ter se preparado para uma entrevista de emprego, uma vez que a conversa era sobre trabalho. Ao final, a mãe sugeriu que, assim como sua filha estava me ajudando, eu também poderia ajudá-la de algum modo se soubesse de uma vaga de trabalho, já que era mais um contato. Expliquei que a pesquisa não tinha esse objetivo, mas, evidentemente, se soubesse de algo, avisaria Miriam.

Com 19 anos, Miriam identificou-se como parda. Nasceu em São Paulo, mas é filha de migrantes mineiros. Mora com os pais e dois irmãos, um mais jovem e outro mais velho. Não soube responder a renda de sua família, mas comentou que não contribui financeiramente para o orçamento. Tanto sua mãe quanto seu pai estudaram até a 4ª série, sendo sua mãe faxineira e seu pai porteiro. O irmão mais velho parou de estudar na 8ª série, estava sem emprego e com depressão profunda. Miriam completou o ensino médio e estava fazendo um curso de computação. Não participava de nenhum grupo e tinha simpatia por uma igreja evangélica, embora não fosse freqüentadora assídua.

Conta que se inscreveu no PBT em 2002, depois de ver uma propaganda na televisão e de ouvir relatos de amigas que haviam participado. Sua expectativa era de receber alguma capacitação que ensinasse como se comportar em entrevistas de emprego. O que encontrou foram aulas de teatro e muitas conversas com os colegas. Disse que a bolsa não era o mais importante, queria aprender alguma coisa. Mas foi o não recebimento do dinheiro o que mais lhe deixou indignada: freqüentou os encontros apenas por duas semanas porque teve seu cartão clonado e não teve acesso a nenhuma das parcelas a que tinha direito. Por isso considera que, pelo menos para ela, o PBT “foi perda de tempo, uma enganação”: acordava às cinco da manhã para chegar ao curso, que era distante da sua casa, gastou dinheiro do próprio bolso para pagar condução, não recebeu a bolsa e não aprendeu nada.

Comenta que tinha vontade de trabalhar desde os 13 anos para comprar suas próprias coisas e ajudar sua mãe. Mas foi aos 16 anos que procurou o Poupatempo, tirou a carteira de trabalho e começou a freqüentar as filas do sindicato em busca de uma vaga. Já tinha ido a muitos lugares “e nada”. Tinha sido chamada para uma vaga no McDonald’s, mas se recusou a ir porque sabia, pela experiência de colegas, que seria humilhada e receberia um salário baixo. Quando um colega de seu pai estava prestes a arrumar-lhe trabalho em um escritório, perdeu a vaga por não ter curso de computação. Era o que fazia no momento. Contou que, se as primas que tinham “faculdade e tudo” não estavam conseguindo trabalho, para ela seria ainda mais difícil. Já estava cansada de procurar e relatou casos em que se sentiu enganada: a promotora de vendas que se transformava em vendedora nas ruas, garçonne de casa noturna, dentre outras. Hoje já conhecia os lugares mais “seguros” para procurar – shoppings, Poupatempo, sindicato –, mas não estava procurando: faltava-lhe dinheiro para condução e preferia terminar o curso de computação para voltar a procurar.

O pai estava pagando o curso na expectativa de que Miriam conseguisse um trabalho. Era um curso próximo de casa, básico, porque um curso mais “completo” seria muito mais caro. Desejava um trabalho com “carteira assinada” para que tivesse benefícios, seguro desemprego. Um trabalho sem garantias não valia a pena em sua opinião. Também não queria trabalhar de domingo a domingo, realidade de muitos de seus colegas. Sua vida estava muito “enjoativa” porque já não tinham nem ao menos a escola para se distrair. Passava os dias em casa, “arrumando, assistindo TV e ouvindo som”.

Pâmela
(23/03/2005)

Filha de uma mineira e um baiano que vieram para São Paulo quando jovens, Pâmela é paulistana e evangélica. Tem 21 anos e se identifica como preta. Sua mãe é costureira e seu pai pedreiro. Nenhum dos dois completou o ensino fundamental. Solteira, mora com os pais no Parque Santo Antônio (Zona Sul). A renda familiar variava entre R\$ 300,00 e R\$ 400,00, mas Pâmela não ajuda financeiramente a família. Concluiu o ensino médio e não estava fazendo nenhum curso.

Pâmela gostou de ter participado do PBT, em 2002, pela chance de conhecer pessoas, mas reclamou muito, principalmente das faltas do professor. Associava esta experiência à experiência escolar. Lembrava-se do curso de cidadania: “ficava fazendo trabalhinho, falando dos bairros, dos direitos”. Achou importante discutir a possibilidade de mudar o próprio bairro, embora não tenha levado adiante nenhum projeto. Acabou conhecendo outros espaços da comunidade, citando inclusive uma cooperativa onde conseguiu um curso de computação gratuito mais tarde. Conta que também começou um curso de teatro pelo PBT, mas achou tudo muito desorganizado e descoordenado. Preferia um curso “sério”, “profissionalizante”, que pudesse colocar no currículo, mesmo sem a bolsa.

A jovem parecia muito preocupada com o fato de não possuir nada que comprovasse suas experiências de trabalho ou sua qualificação, o que poderia ser obtido com registro em carteira ou com certificados de cursos. Fez muitos bicos, mas na hora de procurar emprego sempre se debatia com a necessidade de comprovação do que tinha feito. Ainda que afirmasse nunca ter trabalhado – pois trabalho era ter horário e salário fixos, algo estável mesmo que sem registro –, fez vários bicos. Aos 11 anos começou a trabalhar fazendo entregas para a mãe, costureira; aos 13 anos cuidou de um primo menor; aos 15 trabalhou como animadora de festas infantis e aos 18 anos como demonstradora de uniformes em escolas públicas para uma confecção na qual sua mãe costurava. Todos os “bicos” foram conseguidos por intermédio de parentes. Ao falar de sua situação atual de trabalho descrevia a situação de sua família: “minha mãe trabalha, eu fico assim, quando minha mãe trabalha em costura ela não pode ficar parando pra fazer as coisas dentro de casa, aí eu fico assim, limpo a casa, arrumo tudo, faço a comida e fico assim dando uma organizada. Minha irmã trabalha, meu pai também e minha irmã, aí como assim tá difícil pra mim, aí eu fico só cuidando da casa”.

Gostava de ficar em casa porque podia deixar “tudo organizado”, sentia-se melhor do que estando em um trabalho onde ganhe pouco ou tenha que desenvolver um trabalho muito pesado, o que já tinha feito e acabou tendo sua coluna prejudicada. Ela também continuava apoiando a mãe no trabalho da costura, anotando pedidos, lidando com mulheres “barraqueiras” que não queriam pagar a conta ou não gostavam do trabalho etc. Outro trabalho que realizava era o bordado, que por vezes entregava para algumas pessoas venderem na rua: “é uma forma de não ficar totalmente parada”. Embora nunca tenha conseguido trabalho, valoriza o fato de ter ao menos sido chamada para várias entrevistas: “trabalho mesmo nenhum. Assim, o bom é que tem muita gente que não consegue fazer uma entrevista, pelo menos eu consegui pelos menos umas 20, né, foi meio assim, mas foi bom assim, aí dá um pouco de esperança pra gente”.

Chamou atenção para as inúmeras vezes em que buscou trabalho, as várias entrevistas pelas quais passou sem obter sucesso. Para ela, isso estava muito fortemente relacionado à sua falta de experiência e sua aparência: achava-se gorda. Além disso, reforça muito a questão das roupas e do fato de não ter bons cursos. Mesmo tendo feito alguns cursos rápidos de computação, portaria (um dia) e telemarketing (três dias), todos em função das ofertas de emprego que acompanhava nas páginas amarelas, não os considerava bons o suficiente. Gostaria de encontrar trabalho nas áreas de administração, enfermagem ou medicina, ao mesmo tempo em que lhe parecia suficiente ao menos um emprego ou um trabalho para apoiar a mãe, fazer faculdade e seguir com seus planos: “eu tenho esperança que eu vou conseguir um emprego e dali desse emprego, assim, eu vou conseguir administrar o dinheiro pra comprar assim, não comprar tudo, mas assim eu consigo comprar uma calça... fazer uma administração”. No momento da entrevista, no entanto, Pâmela não estava tão empenhada na busca desse trabalho, uma vez que já tinha muito trabalho para fazer em sua própria casa e que todos os outros membros da família estavam trabalhando. Ela não falou muito em desemprego ou em considerar-se desempregada e por vezes afirmou “gostar do trabalho de casa”.

Paula
(16/03/2006)

Preta, 21 anos, Paula é solteira e mora com o pai e a madrasta em São Miguel Paulista (Zona Leste). Saiu da casa da mãe porque brigou com o padrasto. Sua mãe, paulistana, é aposentada, tendo trabalhado como auxiliar de lavanderia de um hospital e cursado até a 4ª série. O pai, natural da Bahia, não estudou e estava afastado do trabalho na construção civil. A jovem concluiu o ensino médio e não estava realizando nenhum curso atualmente.

Para Paula, “trabalho é a busca de novos horizontes, novos conhecimentos, assim, é uma coisa que é preciso pra você ter o seu dinheiro assim mesmo, por exemplo, pra você poder comprar as coisas que você precisa mesmo porque tudo hoje em dia você precisa de um dinheiro, entendeu?”. Atualmente, sentia-se mal em estar desempregada há muito tempo e não desejava esta situação para ninguém, pois a considerava muito triste. Sua avó, servente de uma escola pública, foi quem ficou sabendo do PBT e logo avisou Paula. Quando se inscreveu estava no terceiro ano do ensino médio e desempregada, sendo atraída pela bolsa e pela chance de aprender alguma coisa. Só foi chamada dois anos depois, em 2003. Para ela, foi no momento certo, pois estava novamente desempregada e tinha completado a escolaridade básica.

Gostou muito da experiência, avaliando ter sido uma das melhores oportunidades da sua vida. O que achou mais interessante foi ter aprendido sobre a cultura hip hop, até então desconhecida por ela e muito discriminada socialmente. Hoje adora rap e guarda boas recordações do seu professor, a quem atribui uma das razões para ter gostado muito do curso. Mas não deixa de mencionar o fato de muitas pessoas não terem se interessado pelo hip hop e sugere que o PBT poderia ter pensado melhor na profissionalização dos jovens. Embora avalie que a bolsa era o aspecto central do programa, considera que o curso era importante, pois: “eu acho que precisava, porque acho que, tipo assim, é uma oportunidade até da pessoa... às vezes, assim, você tá na rua às vezes sem fazer nada, você tá lá dentro do curso aprendendo alguma coisa, entendeu?”. Mesmo criticando a falta de um direcionamento para o campo profissional, avalia que o curso foi muito melhor que a escola, já que nunca gostou muito de estudar, embora sinta falta da “zoeira” que fazia com os amigos. Depois que saiu do curso considera que sua vida não mudou muito, citando o fato de estar desempregada até hoje, apenas fazendo bico, inclusive como faxineira em casa de família. Para ela, a situação está bem difícil, pois está desempregada há um ano e seis meses, sem namorado e insatisfeita por morar na casa do pai e da madrasta.

Procurando trabalho sobretudo quando tem dinheiro, costuma ir ao Centro de Solidariedade, “apesar das pessoas não botarem muita fé lá porque vai muita gente”. Tem vontade de ir a firmas também, ainda que não tenha o endereço de nenhuma e avalie que em muitos casos acaba sendo perda de tempo porque quase não há vagas. Pondera que, atualmente, para conseguir um emprego, é preciso ter conhecimento, o que neste caso significa experiência. Seu pai a pressiona muito porque avalia que ela “é estudada” e deveria conseguir um emprego. Para ele, Paula deveria trabalhar como vendedora, mas ela diz que mesmo nesse tipo de trabalho a experiência é necessária. A experiência de trabalho que teve foi como auxiliar de limpeza e por isso sente-se aprisionada. Na medida em que em sua carteira o único registro é nessa função sempre querem que ela faça isso, mas sua perspectiva é seguir outro caminho, outra profissão: “é tipo assim, quando você vai procurar emprego eles só querem te jogar pra isso, só pra limpeza, e eu me considero nova ainda pra estar... não que só velha que tem que limpar chão, mas, assim, eu acho que eu queria procurar uma coisa melhor, sei lá. Às vezes você encontra colegas que estudou com você e tá aí num trampo bacana e você limpando chão. Sei lá, não que não seja um emprego digno, porque eu consegui muitas coisas trabalhando de limpeza, mas eu queria seguir outro caminho na minha vida, outra profissão”.

Não se considera “inteligente” para fazer faculdade e por isso não pensa muito alto em termos de projeto de trabalho: um emprego como ajudante geral numa fábrica, o que já tinha feito quando mais jovem, ou um trabalho onde pudesse mexer no computador. Além da falta de dinheiro, sofria com a pressão da família, principalmente da madrasta, para que tivesse um trabalho. Relata que vez ou outra até alegavam que não estava trabalhando porque não queria. Conseguiu seu primeiro trabalho por intermédio de seu padrasto aos 15 anos numa empresa no Tatuapé como ajudante geral, tendo permanecido por apenas dois meses. Considera que não teve habilidade suficiente – era preciso muita agilidade e rapidez para fazer os fios – e acabou sendo demitida. Depois disso, por intermédio da

sobrinha do padrasto, trabalhou por um mês como operadora de telemarketing para uma entidade filantrópica, mas acabou saindo porque não recebeu o salário. Também trabalhou como babá, e recepcionista em salão de cabeleireiros, ambos obtidos por intermédio do amigo do padrasto. Neste último ficou por 8 meses e só saiu porque o salão faliu. Seu maior tempo de trabalho foi como auxiliar de limpeza em um supermercado, emprego conseguido com o auxílio de uma prima. Um ano e quatro meses depois, foi demitida em função de uma discussão com o supervisor.

Embora no início não desejasse trabalhar como auxiliar de limpeza, acabou aceitando porque lhe parecia melhor do que ficar “olhando criança”, mas também pela pressão familiar: “aí apareceu essa oportunidade de trabalhar de limpeza, então eu falei assim ‘ah, fazer o quê, vai essa mesmo, não apareceu outra oportunidade até agora, né’. Tipo assim, se você não vai sua família começa a te criticar, então você não quer trabalhar, você tá escolhendo emprego. Então, tipo assim, pra você não receber críticas às vezes você aceita, entendeu? Foi a oportunidade que apareceu, eu falei ‘ah, eu vou’, chegando lá tinha meninas na minha idade também, às vezes porque era mãe também, não sei, tinha filho pra criar, mas tavam lá trabalhando com dignidade assim como qualquer outro emprego”.

Paula era uma das jovens para as quais a pressão pelo trabalho se impôs desde muito cedo. Se tivesse tido opção começaria a trabalhar mais tarde, por volta dos 18 anos: “a idade de correr atrás”. Logo aborda a dificuldade em conseguir trabalho hoje em dia, relacionado-a a exigência de escolaridade e qualificação: “ah, sei lá, tudo tem que ter qualificação, né, hoje em dias eles tão exigindo muita coisa, às vezes era uma coisinha que nem (...) tipo assim, igual quando você tá procurando emprego e eles exigem um monte de coisa e às vezes o salário é mixo, entendeu? Pra que tanta coisa pra ganhar um salário assim, sabe, um salário mínimo, pra que exigir tanta qualificação da pessoa?”. A qualificação nesse caso não é apenas ter escola, mas ter cursos, como de computação. Nesse sentido, Paula gostaria de fazer mais cursos, embora hoje não tenha condições.

Em termos de cursos, sua trajetória era bem diversificada. Seguindo ofertas das associações de bairro, já tinha feito curso de cabeleireira por seis meses, e panificação pelo Programa Capacitação Solidária, onde ficou quase dois anos, chegando inclusive a participar de uma experiência de cooperativa de onde saiu porque seu padrasto a pressionou avaliando que cooperativa não dava futuro. Também pagou um curso de informática quando estava trabalhando no supermercado. De todos, considera que o que mais contribuiu para “ganhar uns trocados” foi o de cabeleireira, pois até hoje fazia uns “bicos” com isso.

Em relação à escola, considera que esta contribuiu para que aprendesse a ler e a percebe como o “alicerce da vida”, mas avalia que “não deu valor para os estudos, hoje daria bem mais”. Por essa razão, não se sente “qualificada” para fazer faculdade. Hoje não se considera mais jovem, mas uma “tiazinha”: “tô com 21 anos, não sou mais aquela menina de 15 anos que tudo levava na brincadeira, sabe, a gente tem que ver que se a gente fizer aquilo e a gente tem que saber que se tiver errado a gente vai pagar pelo que a gente fez, e quando a gente era mais nova muitas vezes, assim, o pai que pagava pelo que a gente fez, entendeu? E hoje em dia a gente vê que tá com 21 anos, tem que trabalhar, tem que criar responsabilidade”.

Faz parte dos seus planos encontrar um emprego, mas Paula tenta ao máximo afastar-se da área da limpeza. Sonhava poder ajudar mais seus pais, sobretudo sua mãe, e construir uma casa em um terreno da família. Outro sonho que tem e considera “besta” é colocar aparelho nos dentes porque os considera muito feios. Além disso, quer ser menos estourada e ter um pouco mais de sorte no campo amoroso. Ao final da entrevista revela que atualmente estava numa cooperativa, trabalho que conseguiu pelo Centro de Solidariedade, mas que é absolutamente imprevisível: só ligam quando precisam e só pagam quando é chamada para trabalhar. Paula estava pensando em se desligar desse trabalho, pois estava gastando mais pulsos de telefone para saber se teria ou não emprego do que conseguindo salário. No momento estava em busca de uma outra cooperativa e, embora saiba que também não será registrada, ao menos terá um trabalho mais regular.

Renata
(19/04/2005)

Conseguir uma entrevista com Renata não foi tarefa fácil. Ela não compareceu na primeira vez, alegando ter saído em busca de trabalho, e não quis conceder nova entrevista. Duas semanas depois, liguei para ela enfatizando a importância da sua participação e ela aceitou. Também participou de um diálogo em grupo com outros jovens do Jardim São Luís, para o qual ofereci lanche e auxílio transporte. Nesse caso não criou maiores empecilhos e compareceu. Ela reconheceu que se eu não tivesse feito isso certamente não viria. Comparou minha estratégia àquela da prefeitura para fazer com que os jovens fizessem os cursos, qual seja, oferecer algo em troca da presença. No meu caso, um simples lanche e R\$5,00 de auxílio para a chegada no local. Na conversa em grupo expliquei novamente os objetivos da pesquisa e dialogamos em torno das percepções sobre o PBT. Ao final, perguntei quem gostaria de realizar uma entrevista individual. Renata reafirmou seu desejo. No dia marcado, um domingo à tarde, me disse ao telefone que não poderíamos conversar porque havia muita gente em sua casa, o que nos atrapalharia. Marcamos para o dia seguinte e, quando novamente lhe telefonei para confirmar, ela disse que não poderia, pois estava indo para casa de uma amiga elaborar seu currículo. Marcamos então para a outra semana, quando então foi possível realizar a entrevista.

Renata mora em um apartamento da Cohab, atrás do cemitério do Jardim São Luís (Zona Sul). Quando cheguei à sua casa, encontrei, além dela, dois rapazes mexendo em um telefone celular. Ela não os apresentou e não ficou claro quem eram. Perguntou se eles poderiam permanecer ali durante a entrevista e eu respondi que dependia dela, se estava confortável em conversar na presença deles etc. Ela disse que sim. Para mim essa situação foi bastante desconfortável. Alguns minutos mais tarde, ela solicitou que eles se dirigissem à cozinha para fazer um suco de limão. De qualquer modo, a entrevista só transcorreu mais tranquilamente quando os dois rapazes foram embora.

Preta, 22 anos, paulistana, Renata é solteira e mora com a mãe e dois irmãos. Seu pai é baiano, estudou até a 4ª série e está desempregado, tendo trabalhado em indústrias. A mãe, paulistana, concluiu o ensino médio e atua como agente comunitária de saúde. Renata não participa de grupos e não possui religião fixa. Chegou a permanecer 9 meses no PBT, entre 2002 e 2003, fazendo curso de cidadania e hip hop. Mais do que trabalhar, queria ocupar seu tempo. É essa a expressão que mais utiliza para assinalar a importância do PBT, sua busca por outros programas sociais, sua participação anterior no Programa Jovem Cidadão e Camping, e sua busca atual por trabalho. Diferente de outras jovens, embora tivesse dois irmãos e uma mãe trabalhando em período integral, sequer menciona os afazeres domésticos. Reclama de não ter nada o que fazer o dia todo. Conta que seus pais sempre a incentivaram, bem como a seus irmãos, a finalizar os estudos, mas estavam decepcionados dadas as dificuldades de seus filhos em encontrar um emprego correspondente aos anos de formação.

Renata queria que o PBT tivesse oferecido chances de trabalho ao menos para os mais “bem sucedidos” e esperava ser preparada para o mercado com algum curso específico, “qualificado”. Para ela, a bolsa era o chamariz. Foi pelo interesse em arrumar um emprego, depois pelo dinheiro, depois porque gostou. Sentia falta de algo para “ocupar sua mente” e se “distrair”, faria qualquer outro curso. Diz que queria trabalhar para ser independente e ter o que fazer. Também desejava sair definitivamente de casa. Já tinha feito isto uma vez quando brigou com a mãe por causa de um namorado, mas teve que retornar: “a volta é muito pior”.

Havia completado o ensino médio e estava procurando trabalho. Diz que trabalharia não importando o que fosse. Relatou que começou a pensar em trabalho com 14 anos, afirmando ter feito bicos como garçone e babá, embora no questionário autopreenchido tenha respondido que nunca trabalhou. A questão é que todas as ocupações que tivera até o momento não eram vistas como trabalho porque não foram registradas em carteira. Ao contar dos vários “bicos” que realizou foi evidenciando como deixara todos em função de situações de humilhação, má remuneração, distância em relação à sua casa. Além da experiência, também acredita que encontrar emprego seja uma questão de sorte ou de recomendação de alguém. Reconhece-se como desempregada quando fala do seu esforço para encontrar trabalho: “eu tô desempregada, só que não é por falta de força de vontade. Pode ter certeza que não é, porque como eu falei pra você, eu não escolho, eu trabalho do que for”. Embora declare não “escolher” trabalho, parece evidente que faz escolhas. Além disso, na entrevista com sua mãe, esta declarou achar que Renata não estava correndo muito atrás, acordava bem tarde e por vezes “fazia corpo mole”. Faculdade estava nos planos de Renata, mas era algo para um futuro distante.

Rogério
(23/05/2005)

Com 20 anos e identificado como preto, Rogério é migrante baiano. Solteiro, mora com a mãe e o primo numa casa cedida pelo tio. Sua mãe estudou até a 1ª série do ensino fundamental e trabalhou até os 51 anos como doméstica, hoje vende lingerie e cosméticos para a vizinhança. Não soube dizer a renda familiar, mas declarou que sua renda pessoal é de R\$ 400,00 e que não contribui com as despesas da casa. O jovem terminou o ensino médio e não está fazendo nenhum curso ou participando de grupo. Afirma não possuir religião, apenas de vez em quando vai aos cultos da Igreja Universal acompanhando sua mãe. Conta que sua atividade de lazer predileta é o futebol aos domingos.

A entrevista ocorreu em sua casa, numa rua bastante tranqüila de um bairro modesto da Cidade Dutra (Zona Leste), na presença da mãe e do primo. Tais como nos outros casos, a casa era uma das mais simples da rua, um quarto e cozinha, e o eletrodoméstico que mais se destacava era o forno microondas. A mãe estava fazendo almoço e ora ou outra pedia licença para sair porque era chamada por mulheres que desejavam comprar lingerie longe dos olhos dos maridos. Para ela, parecia uma ofensa deixar-me sozinha com Rogério e logo retornava se desculpando novamente. Algumas vezes ajudou a lembrar de alguma informação. Já Rogério permaneceu de olhos baixos, quase não me olhava durante a entrevista, o que era bastante impressionante. Falou pouco, tive que fazer muitas perguntas, mas ao final disse ter gostado da entrevista. De qualquer modo, parecia muito preocupado com o jogo de futebol que teria na sequência. Quando terminamos, deixou-me a sós com sua mãe e foi falar com os amigos sobre o jogo: talvez não tivesse partida porque ameaçava chover. A mãe fez questão que eu almoçasse, o que fiz, aproveitando para ouvir sobre sua vida e de Rogério. Boa parte do tempo agradecia por ter filhos muito bons, sem envolvimento com drogas e crime, relatando casos da vizinhança. Me contou que chegou a São Paulo sozinha com Rogério, para trabalhar como caseira em um templo muçulmano no Cambuci, por indicação da irmã. Seus outros dois filhos já estavam por aqui. Jamais se casou novamente e hoje tinha como companhia o filho de uma sobrinha, de 4 anos, criado por ela desde os dois meses, além de Rogério. Seus outros dois filhos, já casados, também contribuía para a renda familiar.

Foi a mãe de Rogério quem insistiu muito para que ele participasse do PBT, ele não queria. Depois, Rogério mesmo reconheceu que o programa o ajudou muito. Estava desempregado na época e pôde contribuir em casa, além de ter feito amizades e aprendido algumas coisas legais, tal como reciclagem de papel e de garrafas PET. Mas sua resposta não deixa dúvidas em relação a maior centralidade do recurso: “além de achar mais ou menos um pouco interessante, eu também não queria deixar de ganhar o dinheiro, aí eu ia todo o dia”. Ia para o curso motivado pela bolsa, mas acharia “normal” se recebesse o recurso sem ter que participar de alguma atividade. Pensava que o PBT lhe possibilitaria cursar de informática, mas encontrou um “curso mais falado mesmo”, algo que considerou muito simples. Fez curso de cidadania e reciclagem em 2001. Mas de bom disse que havia apenas o dinheiro, que já estava lhe fazendo falta. Sobre o curso propriamente, avalia que: “foi legal, mas o curso não foi mesmo bom. Eram muitas brincadeiras, não era um curso que realmente ajudava as pessoas”. Rogério quis desistir várias vezes por causa disso. Não gostava do PBT nem para ocupar o tempo, preferia ficar em casa ajudando sua mãe.

Estava no primeiro ano do ensino médio no período noturno quando participou do programa e durante o dia ficava “batendo perna e batendo bola” ou ajudando sua mãe em casa. De vez em quando saía para procurar trabalho, mas geralmente não conseguia pela dificuldade em conciliar com a escola. Quando terminou o ensino médio pensou: “agora vai dar. Não deu”. Estava há dois meses trabalhando em uma lanchonete próxima a um shopping, fazendo entregas a pé ou de bicicleta, e estava “dando para quebrar um galho, melhor que ficar parado”. Este era o trabalho “mais fixo que teve até hoje”, em sua opinião. Um amigo lhe “deu um toque”. Gostava do pessoal do trabalho, mas já estava de olho em algo melhor, com registro em carteira, pois: “quando eu precisar, ficar mais velho, é bom você ter uma coisa na carteira. Se você precisa de outro trabalho... é melhor quando eu sair uma experiência, não tenho nada na carteira, em branco, não comprova nada, é ruim isso aí, é bom ter alguma coisa na carteira. Eu estou procurando, eu estou lá, mas estou de olho em outros que registram. Meu irmão está vendo se me arruma um serviço de cobrador na empresa de ônibus que ele trabalha de motorista, eu tô aguardando”.

Desde os 16 anos Rogério estava sempre “trampando”, fazendo uns bicos aqui e ali: de ajudante de pedreiro, olhando carro, para tudo que fosse chamado. Começou a trabalhar para comprar suas próprias coisas: um boné, um tênis, uma calça. Antes disso só queria rua e futebol, sua “fase boa pra caramba”. Mas logo avisa, “nunca fiz nada errado não, tenho cabeça boa”. Até hoje Rogério gosta muito de ficar na rua, mas sua mãe tem muito medo. Ele confessou ser um pouco “teimoso”, pois considerava que não adiantava ter medo, poderia acontecer qualquer coisa em qualquer lugar.

Sua mãe começou a falar de trabalho só quando ele fez 18 anos, antes disso Rogério relata que tinha até perdido alguns trabalhos porque sua mãe não deixava em razão da escola. Nas palavras de Rogério: “perdi um monte de trabalho, a escola atrapalhou”. Sua mãe sempre o aconselhou a estudar e a aceitar apenas os trabalhos que pudessem ser conciliados com os estudos. Depois que concluiu o ensino médio ficou com a expectativa de conseguir um trabalho, mas ainda não teve o sucesso esperado. Caso conseguisse um emprego registrado, poderia pensar numa faculdade. Sonhava ser advogado. Mas teve muitos momentos em que pensou em desistir de estudar, uma vez que percebia os vários amigos terminando o estudo sem conseguir trabalho. No entanto, logo percebeu que seria importante, pois até mesmo para “lixeiro” estavam exigindo escolaridade: “eles querem que você estude, mas é só falar por falar, escola não adianta de nada não. Eu pensava assim, mas adianta sim, porque hoje para você ser lixeiro tem que ter parece que é o 2º colegial ou o 3º, eu fico parando para ver que adianta sim. Com escola já está ruim, imagine sem, aí eu parti para cima e terminei”.

Rogério era muito bagunceiro na escola, da famosa turma do “fundão”. Junto dos amigos conversava, jogava baralho, ria da cara dos professores, não os deixava ensinar. Apenas quando percebiam que era preciso parar, “davam um tempo”. Mas achava que no fundo os professores gostavam deles: “a gente animava a sala”. Os professores legais eram aqueles que tinham paciência para ensinar, respeitavam os alunos e procuravam resolver os problemas em sala de aula. Os chatos “mandavam logo a gente para a diretoria”. Os amigos da escola eram os mesmos amigos do bairro e até hoje se encontravam para se divertir. Mesmo assim sentia muita falta do espaço da escola, pois “era legal pra caramba, era como se fosse uma família”. Ao longo de sua trajetória escolar só tinha sido reprovado na 2ª série por medo de ir à escola.

O jovem ainda queria fazer um curso de informática porque diziam que era mais fácil para encontrar trabalho. Pensando melhor, completa: “pode não ser tão bom para o serviço, mas é bom pra colocar no currículo”. Ele e sua mãe tinham vários exemplos de pessoas da família que estudaram e não conseguiam trabalho: a prima que cursou enfermagem e estava desempregada, o filho que “não achou emprego, coitado, trabalha de motorista de ônibus”. Mas de algum modo a escola ajudava a “ficar mais esperto”. Já tinha ficado “meses e meses sem nada para fazer. Demorava, mas aparecia”. Disse que não costumava sair para procurar trabalho, sempre esperava alguém chamá-lo para algo. Em geral, ficava só em casa ajudando a mãe, mas achava muito ruim ficar parado.

Quando questionado se não seria bom ter mais tempo para jogar bola, respondeu que era bom quando era “moleque”, agora já estava “velhão, 20 anos nas costas”. Para ele, era preciso começar a pensar em trabalho por volta dos 18, 19 anos: “quando você é molecão você não está nem aí pras coisas, você quer saber só de zoar e já era. Você começa a pensar, começa a ficar mais maduro, você vê que as coisas não são assim, só zoeira. Uma hora você precisa de uma coisa, você não tem, você começa a parar pra pensar ‘está na hora que começar a agir’”. Rogério começou a ver muitas coisas que foram lhe ajudando a deixar de ser “moleque”: um amigo que não encontra trabalho e porque não tinha tal coisa começou a roubar, o outro que não está nem aí, só depende da mãe e fica bebendo, outro que começa a usar drogas. A “vida” foi levando Rogério a perceber que não daria para deixar sua mãe sozinha com toda a responsabilidade da casa, estava na hora de apoiá-la e o meio para isso seria o trabalho, em seu caso.

GRUPO 3: EM BUSCA DE MELHORES EMPREGOS

Anita
(16/05/2005)

Não foi complicado conseguir uma entrevista com Anita. Já ao telefone ela sentia-se muito lisonjeada por ter sido escolhida para tal feito. Quando cheguei à sua casa, ela me esperava ansiosa e afirmou estar emocionada. Estava sozinha, o que contribuiu muito para a realização da entrevista com tranquilidade. Apenas ao final seu irmão mais novo chegou do futebol, mas pegou algo na geladeira e literalmente desapareceu. Com 19 anos, parda, Anita nasceu em João Pessoa e veio para São Paulo com sua mãe e padrasto aos dois anos. Desde então mora numa área invadida na região do Campo Limpo (Zona Sul) com a mãe, padrasto e dois irmãos mais jovens, dos quais reclama por não se responsabilizarem pela casa. Com renda familiar variando entre R\$ 520,00 e R\$ 1.040,00 e contribuindo para o orçamento doméstico, Anita afirma que todos estavam trabalhando em sua casa, com exceção de seus irmãos mais novos. Sua mãe, arrumadeira em um flat da região, havia completado o ensino médio. Seu pai, pedreiro, cursou até a 3ª série do ensino fundamental.

A jovem contou que participou do PBT em 2001, lembrando-se das aulas de cidadania e artesanato. Sua expectativa e de sua mãe, que foi quem lhe avisou sobre o programa, era de que os cursos oferecidos fossem algo mais “estruturado”, isto é, cursos de computação e telemarketing voltado para jovens e que contribuíssem para o ingresso no mercado de trabalho. Embora avalie como “legal” o PBT, considera que poderia ter sido “mais forte”, uma vez que ela já sabia muitas das coisas ensinadas, a professora faltava muito, não era graduada ainda e não conseguia controlar a sala de aula, ou seja, os alunos faziam o que queriam e a professora parecia não ter uma programação definida. Anita também relatou que fez o curso de cidadania numa sala que tinha jovens e adultos, o que não avaliava como ruim, ainda que considerasse excessivo o número de alunos na sala (entre 30 e 40).

Chegou a mencionar que houve uma avaliação no decorrer do curso de cidadania onde os alunos manifestaram suas insatisfações e foram-lhes prometidas mudanças. Depois de três meses de aulas, eles foram encaminhados para outro lugar e começaram a cursar artesanato. Anita considerou que houve melhoras porque se tratava de algo menos teórico. Mas observou que muitas pessoas deixaram de participar do PBT, seja porque não estavam gostando, seja porque tinham encontrado emprego. A jovem ainda participou de uma feira de artesanato numa praça do bairro vendendo cestas com arranjo que aprenderam a produzir, mas considerou que não tiveram muito sucesso porque “era um local meio carente pra vender artesanato, o pessoal não se interessa”. Segundo Anita, seria muito difícil gerar renda a partir disso naquela região. Também se sentiu despreparada para implementar um projeto de tal natureza. Quando uma de suas amigas desistiu, ela aproveitou para deixar a iniciativa.

Na época em que participou do PBT estava “apenas” estudando, cursava o primeiro ano do ensino médio no período noturno e era responsável pelas tarefas domésticas em sua casa. Teria participado do programa mesmo sem a bolsa, afirma com convicção, pois considera que fazer um curso seria a chance de aprender alguma coisa, conhecer novas pessoas. O contrário seria inadmissível: “uma injustiça receber para não fazer nada”. Depois do PBT cursou telemarketing por seis meses e fez um intensivo de espanhol oferecido por uma associação do bairro em parceria com a CUT. Embora este último tenha sido de apenas um mês, enfatizou que tinha recebido certificado, feito formatura e vestido roupa de “gala”, o que não tinha acontecido nem quando “terminou a escola”. Ao comparar todos esses cursos, revelou ter gostado do PBT pelas amizades e por ter aprendido a fazer algo manualmente, e do telemarketing porque perdeu a timidez e aprendeu com mais profundidade.

Para ela, o curso poderia substituir sua falta de experiência. Mas não se tratava de pensar que conseguiria um emprego por realizar cursos, apenas considerava que, uma vez que estava difícil encontrar emprego sem experiência, era melhor fazer alguma coisa: “quem é que vai dar uma oportunidade para quem nunca fez nada? Pelo menos fazendo curso você mostra que se esforçou para ter algum conhecimento, entender alguma coisa. Daí eu posso colocar no meu currículo, pelo menos. Já pensou colocar o meu currículo em uma loja só com o nome, a idade e até que série eu fiz?”. Além disso, avaliava que o mercado de trabalho estava exigindo cada vez mais profissionais capazes de exercer várias funções, assim, “quanto mais você puder aprender, melhor”.

Um pouco antes de Anita sair do PBT tinha conseguido um trabalho temporário numa grande loja de roupas em um shopping, sua primeira experiência profissional. Ela reconhece que não estava

com muita disposição para o trabalho, mas, como seu pai e sua mãe ficaram desempregados, ela se sentiu pressionada. Tinha expectativa de trabalhar somente depois que fizesse um “curso forte”, entretanto não teve chance de escolha, passou a entregar currículos e “seguir com a cara e a coragem”. Tinha 17 anos, era a mais velha da casa, “sobrou pra ela ajudar”. Por outro lado, também manifestava o desejo de trabalhar para além da necessidade de ajudar sua família naquele momento: “eu tinha vontade também de ter uma experiência profissional, de ter meu dinheirinho, porque é triste você com 17 anos: ‘mãe dá um real para eu comprar bala?’”. Tudo que eu ia pedir tinha que dar explicação. Então é complicado”. “De repente” a chamaram numa loja, passou na entrevista e trabalhou por um mês. Não gostou porque trabalhava demais e havia muita concorrência entre funcionários temporários e efetivos em função do medo destes últimos de perderem o posto de trabalho. Resolveu sair e se sentiu mais tranquila porque o pai já tinha conseguido outro trabalho, o que aliviava um pouco a pressão sobre ela. Porém, seu descanso durou 15 dias. Uma amiga da escola falou sobre a possibilidade de trabalhar em um parque de diversões por meio do programa Jovem Cidadão. Novamente com a mãe, fez a inscrição e conseguiu, mas já no início foi alertada de que o salário seria muito baixo e ela teria que fazer de tudo: limpar o espaço, brincar com as crianças, vender festas infantis, chaveiro, brinquedos. Ficou nesse trabalho/programa por cinco meses (um a menos que o previsto em contrato) e declarou ter percebido o real objetivo da empresa: contratava o funcionário por intermédio do programa, pagava um salário super baixo e depois de seis meses o demitia.

Anita começou a distribuir currículos logo que deixou esse trabalho e foi percebendo o quanto estava difícil encontrar uma oportunidade. Só conseguiu com o auxílio de uma tia que a indicou para a vaga de atendente em um salão de beleza, mas não quis ficar. Passou mais um tempo em casa até que seu pai decidiu pagar um curso de computação para ela, mas sequer a consultou a respeito. Ela não gostou da escola, nem do método. Desistiu do curso mesmo sob protesto do pai e começou a trabalhar, “por acaso”, em outro parquinho de diversões localizado em um shopping. Neste trabalho, embora tenha ficado apenas um mês, gostou muito do gerente porque considerava que ele estava sempre disposto a ajudar os funcionários; e dos amigos que fez. Dois meses depois, outro emprego “bateu em sua porta”. Era o trabalho onde estava há dois meses, em uma lojinha de produtos de R\$ 1,99 próxima a sua casa. Ficou sabendo por intermédio de uma vizinha que também trabalhava lá. Considerava estar aprendendo muitas coisas, o patrão já tinha pedido para ela ficar no caixa, o que era importante, pois poderia acrescentar essa experiência em seu currículo.

Nos intervalos em que fica sem trabalho, Anita não se preocupa muito. Segue com seus cursos e envia currículos esporadicamente. Mas sempre fica sabendo de alguma oportunidade por intermédio de amigos ou parentes. Ao falar sobre os processos de seleção que já havia atravessado, revela conhecer as estratégias para conseguir sair-se bem: se pedem para você ser um animal, melhor que seja algum animal ágil, forte. Ela sempre dizia ser uma águia, embora nunca tenha pensado a respeito e gostasse mesmo de tartaruga: “mas quem te contrata se você disser que quer ser uma tartaruga?”. Vender sabonete usado? É só dizer que foi utilizado por alguém famoso, contava ela com entusiasmo. Como sempre conseguia passar pela etapa das dinâmicas, julga estar no caminho certo.

Ao ser questionada se entendia ser jovem, disse sentir-se jovem com mentalidade de adulta. O trabalho era o que fazia sentir-se adulta, mas também percebia-se jovem porque não tinha filhos e marido. Em relação aos seus planos, pretendia ficar na loja em que estava trabalhando por pelo menos mais um ano, porque até então tinha conseguido experiências muito esporádicas na carteira e desejava um tempo maior para ter mais credibilidade. Trabalhar no shopping como balconista ou tornar-se professora de inglês eram algumas das experiências profissionais que desejava ter. No entanto, declarava não ter se encontrado ainda, pois não sabia exatamente o que gostaria de fazer, estava “tentando encontrar”. Terminou o ensino médio e não estava fazendo nenhum curso atualmente.

Conta que na escola conhecia poucas pessoas que pensavam na profissão que gostariam de ter. Dos 45 alunos em sua sala, apenas três prestaram vestibular. Avaliava que enquanto estava na escola, nem ela nem os seus colegas tinham noção do mundo. Compreendiam o quão diferente era o mundo depois que saíam. Anita sentia-se muito mais segura ao longo do período escolar. Também percebia que seus colegas não tinham sonhos profissionais muito altos, tais como ser médico ou advogado, como estimulavam alguns professores. Chegou a relatar o dia em que um professor ficou muito decepcionado quando ouviu de uma de suas colegas que ela queria ser operadora de caixa. A perspectiva de um curso superior estava distante para ela e também para seus colegas. E a “saída da escola” levava ainda para mais longe essa possibilidade.

Elaine
(05/03/2005)

Fiz a entrevista em sua casa, uma das melhores que visitei, com dois automóveis na garagem. Foi uma das únicas casas visitadas que possuía garagem, era muito espaçosa e confortável, e localizava-se numa rua tranqüila. Branca, 19 anos, Elaine trabalha como operadora de telemarketing, com registro em carteira. Solteira, sempre morou com os pais no Itaim Paulista (Zona Leste) e assim como eles é evangélica, participando inclusive do grupo de jovens da igreja. Seu pai, migrante da Bahia, trabalha como segurança para uma empresa privada. Veio para São Paulo aos 18 anos e teve dificuldades de completar os estudos na roça, tendo terminado o ensino médio quando adulto. Sua mãe é dona de casa e cursou até a 5ª série. Tem outras duas irmãs, uma mais jovem, estudante, e uma mais velha que se identificava como desempregada.

Ao inscrever-se no PBT, não esperava conseguir exatamente um emprego, mas um curso “de verdade”, algo profissionalizante. Ficou muito decepcionada quando soube que teria que “estudar” hip hop: “ah, queria um curso profissionalizante, né? Porque o que eu aprendi foi sobre hip hop e eu não danço, então eu queria que fosse alguma coisa pro caminho profissional, um curso de computação. Por mais que eu já tivesse feito computação pelo menos teria chance de me aprofundar mais. Ou um curso... como eu posso falar? Outras coisas, qualquer curso, mas que fosse dentro do caminho profissional”. Para ela, bom mesmo foi ter conhecido pessoas e recebido a bolsa, “o dinheiro” que ela estava precisando, embora tenha reclamado que boa parte do recurso ficava no caminho, já que o local do curso era distante de sua casa. Melhor teria sido receber o dinheiro para fazer o curso que desejasse, ligado à “profissionalização”, em seu caso Administração, Secretariado ou até mesmo algo diferente de cursos mais tradicionais, porém “útil”. Também cita curso de inglês, algo que percebe ser muito solicitado pelo mercado de trabalho. No entanto, aponta que isso parecia impossível, pois eram obrigados a participar dos cursos oferecidos para não perderem a bolsa.

Tinha 17 anos, ensino médio completo e procurava trabalho quando foi chamada para o PBT, em 2003. Avaliava ser muito difícil conseguir um emprego antes dos 18 anos. Mesmo ao longo de sua participação no programa, Elaine continuou procurando trabalho: “não é porque estou fazendo curso que vou ficar parada”. Quando saiu, intensificou a busca e, entregando currículo para colegas que trabalhavam na área de telemarketing, acabou sendo chamada para trabalhar neste setor. Comentou até que um dos seus sonhos era entrar no prédio onde passou a trabalhar: “eu gosto de lá, até porque eu tinha a maior vontade de entrar lá, que, assim, o prédio é bem grande, de vidro, né? Eu falava ‘meu Deus, eu quero trabalhar num lugar assim’. Eu acho bonito, acho chique”.

Mesmo com a indicação das amigas passou por dinâmica, teste de digitação e entrevista até ser chamada para a vaga. Ficou feliz por ter conseguido seu primeiro emprego com registro em carteira, mas já havia percebido que não era isso que desejava. Destaca que o baixo salário dificulta continuar buscando seus sonhos profissionais (fazer cursos, faculdade). Também o próprio trabalho era muito cansativo: “telemarketing não é... assim, cansa muito a pessoa, é uma coisa que não vai pra frente por mais que as pessoas falem lá, porque eles falam assim: ‘porque se você entrou operador e se você estiver fazendo faculdade, ou tiver já cursando a faculdade, você pode fazer a pró-escala’. A pró-escala é uma escala que eles fazem, eles dão uma oportunidade pros operadores pra serem supervisores de lá. Mas eu não quero continuar lá, entendeu? Não tenho, eu quero outras coisas”. Elaine sonhava cursar Enfermagem, dizia possuir afinidade com a área, mas não pretendia começar uma faculdade, tanto porque gostaria de saber se era mesmo esta a área que gostaria de seguir, como por querer encontrar um emprego com um salário um pouco maior que lhe permitisse pagar o curso com mais facilidade.

Elaine comentou que desde os 15 anos sentia vontade de trabalhar. Mesmo quando ainda era “estudante” desejava algo para conseguir experiência, comprar suas próprias coisas e ajudar seus pais. Mas seus próprios pais a alertavam para a dificuldade de encontrar emprego em sua idade e aconselhavam-na a prosseguir com os estudos. Para ela, mesmo que somente a escola não garantisse emprego, sem a conclusão da educação básica seria muito mais difícil: “porque a escola é tudo praticamente, é tudo. Assim, se você não tiver terminado a escola, se você chegar num emprego, eles perguntam ‘ué, essa não tem o terceiro, não tem o segundo, por que será?’ (...) Porque eles não querem saber da vida da pessoa, eles querem saber se você fez a escola, todos os anos que tem na escola. Porque se você não tiver... já tendo é difícil, né?”. Quando terminou o ensino médio passou a buscar

emprego mais sistematicamente, sempre junto a outras colegas. Assim, a busca por trabalho também acabava se transformando em um momento de lazer. Entregava currículo em shoppings centers, no Poupatempo, em lojas do bairro, em agências do centro da cidade. Mas quando chegavam às lojas, a estratégia era sempre entrar sozinha porque “falavam que não é bom procurar emprego em grupo”.

O primeiro trabalho que conseguiu foi numa loja de artigos evangélicos próximo ao centro da cidade. Embora não tenha destacado, essa pareceu ser uma estratégia utilizada por ela e pelas colegas na busca de trabalho: evangélicas, aproveitavam para olhar as lojas especializadas e entregar currículos, podendo ter mais chance em função da religião. Ainda que feliz por ter conseguido o trabalho, percebeu que não era bem aquilo que desejava. Elaine lembra da dificuldade de ficar longe de casa o dia todo realizando algo que não estava gostando, principalmente por causa de seu chefe que não explicava o trabalho corretamente ou, quando explicava, não olhava diretamente em seus olhos. Sentia-se muito mal e por várias vezes chorou com as amigas. Acabou saindo desse trabalho, pois foi chamada para a vaga de telemarketing.

Para ela, a dificuldade em encontrar um bom trabalho estava ligada à sua idade e à falta de experiência. Ao falar de um modo geral, citou também os poucos empregos existentes no país. Deste modo, conseguir trabalho parecia depender muito da força de vontade, que poderia advir do apoio da família e dos cursos realizados. Seu pai havia pago um curso de informática, o que ela considerou decisivo no momento de conseguir emprego. Mas hoje avalia que informática nem é mais tão fundamental, uma vez que um grande número de pessoas já possuía o curso. Sua percepção era de que as pessoas deveriam ter sempre mais, e isto estava diretamente relacionado aos cursos. Atualmente, o grande desafio era a faculdade. Elaine reconheceu a importância de fazer cursos, mas, de maneira paradoxal, ao prosseguir falando de seu trabalho, avaliou que estes não eram tão necessários para o exercício das tarefas, “era mais pro currículo”: “Eu acho que o que importa é você ter uma boa lábia, não pra enganar os clientes, até porque eu ligo é pra estabelecimento, não é pra casa das pessoas, então você tem que ter uma boa conversa, saber falar e também ter agilidade no computador. É claro que no começo você tem treinamento antes de você ir pra linha, aí você também tem escuta, você fica ouvindo o que os operadores já fazem (...) Eu acho assim que não precisa então de a gente ter um curso mesmo, pode ser que eles queiram que esteja lá no currículo, que você tenha feito, mas pra você ter mais, assim, já conhecimento na informática, no computador. Acho que é só ter um pouco de habilidade no computador, aos poucos que você vai pegar”. Também destacou a capacidade de expressão, o que pareceu ter sido importante para conseguir a vaga, especialmente para passar na etapa das dinâmicas em grupo. Neste último caso, ressaltou a importância do Programa Bolsa Trabalho, que a ajudou a perder um pouco da timidez, sobretudo no curso de cidadania.

Ao mesmo tempo em que trabalhava com telemarketing, Elaine continuava prestando vários concursos públicos, pois “é emprego garantido, você não vai ter medo de ser mandado embora amanhã. Então você vai ter aquele salário mesmo, claro, com seu esforço também, porque eles vão mandar embora se você fizer alguma coisa muito errada lá dentro”. No entanto, não prestava para “qualquer coisa” como queria sua tia. Sempre tentava escolher uma área que gostasse mais. Percebendo o trabalho como fundamental para conseguir recursos para sustento, constituição de uma família, fazer cursos e, inclusive, conseguir um emprego melhor, a jovem considerava ainda estar em busca do que realmente desejava fazer. Sabia que a partir de agora seu pai não poderia mais ajudá-la, principalmente porque estava na caixa em função de uma doença profissional.

Também estava bastante envolvida com a religião, desde criança era evangélica e sempre procurou conciliar suas outras atividades com aquelas relacionadas à igreja que freqüentava. Evitava o excesso de horas extras para que pudesse continuar indo aos cultos e sentia falta de mais tempo para se dedicar às atividades desenvolvidas na igreja, especialmente as relacionadas à música, uma das coisas que mais gostava de fazer. De qualquer maneira, não pretendia mudar da empresa em que estava há sete meses para conseguir mais tempo para se dedicar à religião ou ficar desempregada. No final da entrevista, afirmou “até gostar de lá”, mas a questão era o salário baixo, que não lhe permitia alçar novos vãos. Já estava enviando currículo para outros lugares.

Ivete
(27/04/2005)

Com 20 anos, Ivete se identifica como preta. Nascida em Minas Gerais, veio para São Paulo aos três anos, com seus pais e quatro irmãos mais velhos, um homem e três mulheres. Sua mãe, analfabeta, sempre trabalhou como faxineira e estava tentando se aposentar. Seu pai trabalhava como segurança, tendo cursado até a 2ª série. Hoje seus pais estão separados. Nenhum de seus irmãos ou irmãs completou o ensino fundamental. Ainda assim, duas irmãs ingressaram no setor gráfico, onde adquiriram experiência, e decidiram montar uma empresa de acabamento, o que inspirou tanto Ivete quanto outra de suas irmãs. A entrevista foi realizada em seu local de trabalho, a “firma” de acabamento gráfico que abriu em sociedade com uma irmã: trata-se de uma garagem no começo de uma favela com espaço para dois automóveis. Não havia máquinas ou quaisquer equipamentos mais sofisticados. Os materiais eram cola, barbante, fita crepe e outras fitas adesivas.

Solteira, mas com “planos de casamento”, Ivete mora apenas com sua mãe no Jardim Ângela (Zona Sul). Ela é responsável pelo sustento da casa e mesmo sendo sócia de uma pequena empresa sua renda não é elevada, varia entre R\$ 260,00 e R\$ 520,00. Além de ter concluído o ensino médio, afirmou ter 11 certificados de cursos realizados, sendo o PBT um deles. Desde muito jovem sonhava trabalhar em um escritório, admirava as roupas, o tipo de trabalho realizado, “achava bonito”. Por essa razão, além de continuar a escola formal, procurou vários cursos complementares: informática, administração, contabilidade, telemarketing, entre outros. Para ela, esses cursos contribuiriam para alcançar o sonho de trabalhar em um escritório. De fato, existe uma “grande indústria” de cursos profissionalizantes de curta duração onde mora. Boa parte deles entra em contato direto com o jovem ou com a escola oferecendo descontos, bolsas e por vezes até promessas de trabalho.

Participou do PBT em 2001, quando ainda estava no segundo ano do ensino médio e continuou fazendo seus trabalhos temporários. Sua expectativa em relação ao programa era de conseguir um emprego ou de fazer algum tipo de trabalho comunitário para ganhar experiência. De todo modo, quando começou a participar, achou “super interessante” e “organizado”. Fez somente o curso de informática, por um mês, mas continuou recebendo a bolsa durante seis meses. Nesse período ficou na expectativa de ter outras atividades para cumprir, porque achava estranho receber o recurso sem fazer nada em troca.

Ivete considera que começou a procurar trabalho quando finalizou seus estudos. Observando a difícil experiência de vida de seus pais e irmãos mais velhos, de muito trabalho, necessidade e pouco estudo, decidiu seguir outro caminho e considera ter tido o apoio necessário para isso. No entanto, embora sua prioridade fosse a escola, trabalhou muito, desde a adolescência. Sua primeira experiência foi cuidando dos sobrinhos, mas não a considerava um trabalho: “era mais uma troca, eu cuidava das filhas do meu irmão pra ele trabalhar, que ele era separado na época e ele me dava um salário, uma ajuda de custo apenas”. Além disso, em alguns finais de semana ou no período de férias, trabalhava como temporária na empresa gráfica onde também trabalhavam suas duas irmãs. Achava este último trabalho extremamente cansativo, sobretudo por ser no período noturno. Não era o que queria.

Com a escolaridade básica completa partiu em busca de seu primeiro emprego. Até então havia priorizado a escola, o que considerava fundamental. Na medida em que considerou estar “ficando velha”, sentiu que era hora de trabalhar “mais seriamente”. Com o trabalho desejava independência, comprar coisas que todo jovem deseja. Mas em alguns momentos lembra-se da sua diferença em relação a outros jovens do seu bairro: não queria trabalhar apenas para comprar coisas, queria construir condições para apoiar seus pais e não abandoná-los na velhice.

O primeiro lugar para onde se dirigiu em busca de trabalho foi o Poupatempo, onde soube do Programa Jovem Cidadão. Foi informada que por esse programa não era necessário possuir experiência. Logo foi chamada para trabalhar numa lanchonete, localizada em um bairro nobre da Zona Sul, fazendo entregas. Acredita que, além do fato do programa não exigir experiência, foi favorecida pelos vários cursos realizados. Mas ficou pouco tempo nesse trabalho, onde não tinha registro, apenas um “carimbo” na carteira. Uma colega do bairro, ao encontrá-la no ônibus todos os dias e “ver seu esforço”, a alertou para uma outra possibilidade de emprego – desta vez em uma padaria, com registro e salário maior. Prontamente, Ivete desistiu da lanchonete e começou a trabalhar na padaria onde ficou por um ano e oito meses. Mas sentia-se cansada nesse trabalho: muitas horas, muito trabalho, pouco salário. Além de ficar no caixa tinha que fazer a faxina da padaria, servir

clientes, dentre outras coisas. Com o tempo o patrão ficou muito “implicante”, cobrando perfeição em tudo. Ivete também sentia falta de tempo para ficar com a família, com os amigos, para cumprir suas tarefas na igreja do bairro onde era catequista. Nesse período também não conseguiu realizar nenhum curso, o que para ela era outro sinal da sobrecarga de trabalho. Na padaria o que mais lhe agradava era o contato com as pessoas, ao mesmo tempo em que também se aproveitava disso para enviar currículos para várias empresas por intermédio dos clientes. Mas concluiu que estava mesmo sem sorte nesse momento, embora ao longo da entrevista tenha listado muitas outras razões para a dificuldade em encontrar emprego que ultrapassavam em muito a sua falta de sorte.

Já cansada do trabalho na padaria e sem perspectivas de encontrar um outro, aceitou o convite de uma de suas irmãs para montar uma pequena empresa de acabamento gráfico. Suas duas irmãs mais velhas já tinham feito o mesmo percurso e estavam conseguindo gerir bem o negócio. Esse fato estimulou Ivete, aliado à possibilidade de livrar-se da pressão do patrão. Hoje, ela e a irmã revezam-se no gerenciamento do negócio e, quando recebem um pedido grande, chegam a oferecer trabalho para aproximadamente 60 pessoas do bairro e trabalham quase sem parar. Afirmou que logo quando souberam da novidade várias pessoas do local apareceram na expectativa de preencher uma ficha, perguntavam das exigências, mas para elas só interessava mesmo saber o nome e o telefone. Chamam as pessoas quando há trabalho, sem critérios de escolaridade, experiência ou idade. “Para quê?”, pergunta-se Ivete. “Basta apenas ter força de vontade pra aprender, porque que nem aqui, quase ninguém trabalhava nessa área quando a minha irmã abriu a primeira firma, então a maioria do pessoal daqui já trabalhou, todo mundo agora já sabe, já tem experiência, então pra gente foi mais fácil do que pras minhas irmãs, nem precisa se preocupar”.

Avalia que o trabalho em sua firma é muito cansativo, além de causar alguns aborrecimentos quando percebe que as pessoas estão olhando-a como patroa, o que não se considera. Mas vê sua atividade atual como muito melhor do que a realizada anteriormente: “hoje eu gosto muito do que eu faço porque, tipo, quando tem serviço é aquela correria, aquela agitação, a semana passa num estalar de dedos, muito rápido, mas é muito gostoso porque a gente está aqui... é um clima familiar aqui dentro, como se tivesse duas famílias. Aqui dentro a gente brinca, a gente conversa, tudo muito sério, na hora do serviço, na hora das ligações, a gente está tudo conversando, eu chego para eles, eu transmito o recado, porque a gente tem data certa pra chegar o serviço e também data certa pra entregar, tem que ser tudo muito rápido”.

Para ela, trabalhar é central, dignifica e não tem idade certa para começar. A escola tem que estar em primeiro plano, o que não impede a realização de alguns trabalhos desde cedo. Como exemplo, fala da possibilidade das meninas ajudarem suas mães em casa e dos meninos apoiarem a realização de algum tipo de trabalho no bairro, na rua, ajudando em construções, carregando compras para senhoras etc. Ainda que se sinta responsável, “quase adulta”, em função das pressões que tem para resolver na firma, em casa e na igreja, avalia ser fundamental o contato com jovens e a realização de atividades ligadas ao universo juvenil para sentir-se mais livre e não cair em depressão. Era assim que percebia a juventude, um tempo livre de tantas pressões, com maiores possibilidades de diversão e de alegria. Um tempo que acredita ter vivido pouco porque sempre se sentiu muito responsável, conviveu muito mais com adultos e sempre levou a vida muito a sério.

Seus planos concentravam-se em conseguir fazer com que a “firma” desse certo e não estava pensando em voltar a estudar. Se antes o tempo era curto, agora muito mais. Embora o caráter da correria fosse outro, “muito melhor agora”. Fazer faculdade de Psicologia era um sonho quando trabalhava na padaria, mas agora já não tinha mais tanta certeza. Quando sentisse mais segurança no negócio pensaria em um curso profissionalizante ou até mesmo em uma faculdade relacionada a seu pequeno empreendimento.

João
(25/04/2005)

Com 21 anos, branco ou “branquelo”, como ele mesmo se descreve, João é filho de migrantes nordestinos. Nasceu em São Paulo e sempre morou no Parque Santo Antônio, na Zona Sul. Sua mãe estudou até o ensino fundamental incompleto e trabalhava como faxineira. Seu, pai, com ensino fundamental completo, era conselheiro tutelar. Em uma primeira conversa telefônica, João mostrou-se empolgado com a pesquisa. Disse que tinha todo interesse em contribuir, mas que teria problemas de tempo. João trabalha no hospital de Campo Limpo como atendente e por isso seus horários não seguiam um padrão. Nunca sabia exatamente quando teria folga, embora tivesse ao menos uma vez por semana. Além disso, tinha uma banda de rock e aproveitava as folgas para ensaiar. Disse que me ligaria quando pudesse dar entrevista. Passadas duas semanas de silêncio, tentei novamente, chamando-o para participar de uma conversa com um grupo maior. Ele topou, mas no dia não veio. Quando liguei, ele me disse que teve que cobrir a falta de um amigo. Marcamos novamente, ele preferiu me encontrar na Casa dos Meninos e dessa vez compareceu.

Na entrevista estava de bermuda e camiseta, bastante à vontade, mas mostrou-se preocupado com a voz. Tinha abusado no dia anterior com bebida gelada e como era vocal de uma banda teria problemas se ficasse rouco. Paramos duas vezes para beber água. Num desses intervalos ele me disse que tinha vindo em função da minha insistência. Ao final, mostrou o folheto da campanha do seu pai, candidato a conselheiro tutelar, e disse que se eu conhecesse alguém para indicar poderia ser legal. Também falou ser melhor conversar com seu pai antes da eleição, mas quando eu liguei para tentar marcar disse que seu pai estava muito ocupado com a campanha, que o melhor seria depois. Não me pareceu muito empolgado para uma nova conversa, sobretudo porque achava difícil encontrar tempo em meio ao trabalho, shows e ensaios da banda, mas não recusou um novo encontro.

João relatou que participou do PBT em 2002. Foi uma tia quem avisou das inscrições e o jovem se sentiu atraído pela propaganda do programa, que passava ser “uma coisa muito boa”. Gostou da idéia do PBT dar oportunidade para jovens que “trabalhassem sem registro” ou que estivessem procurando emprego e imaginou que seria oferecido algum tipo de capacitação. Além disso, achava importante ter o dinheiro da bolsa, que no seu caso ajudava nas despesas da casa e na busca de um trabalho: tirava cópia do currículo, investia na sua aparência e no transporte. Durante o curso saía de duas a três vezes por semana para procurar um emprego. Na sua turma havia jovens do PBT e adultos do Renda Mínima e João considerou a mescla interessante pela troca de experiências e pelos “toques” recebidos de como se comportar nas dinâmicas e empresas. Para ele, o programa foi importante porque os jovens tinham a oportunidade de fazer cursos e a bolsa era um suporte para a procura de trabalho. Não soube explicar o funcionamento PBT, mas chegou a dizer que era um pouco desorganizado, atribuindo tal fato à suposição de que fazia parte de uma das primeiras turmas e que, portanto, os cursos ainda estavam sendo estruturados. Disse que a idéia inicial era que cursassem informática, mas os encontros serviam mais para que os jovens fizessem dinâmicas e conversassem sobre assuntos gerais. Recebeu o recurso por seis meses, mas só freqüentou os encontros durante um mês porque “depois virou bagunça”: o professor logo saiu, muitos jovens desistiram e o curso não tinha um foco.

Sobre suas percepções e experiências de trabalho, contou que os pais sempre o estimularam a permanecer na escola e realizar outros cursos desde muito jovem. Aos 10 anos já estava matriculado em um curso de datilografia. Ao mesmo tempo também trabalhava ajudando o pai. Com 16 anos começou a trabalhar como office-boy, mas sempre seguia em busca de um trabalho que lhe oferecesse mais segurança: “que tivesse uma carteira registrada, carteira de trabalho, que você tem mais segurança de que vai receber determinado mês”. Mesmo afirmando não ter problemas de relacionamento com seus pais, João avalia que eles não se preocuparam muito com o futuro: a mãe só se dedicou a casa, não conseguiu crescer profissionalmente e o pai perdera muitos recursos no caminho. Considera que hoje poderia ser um jovem de “classe média alta”. Diz que o pai o aconselha a não guardar dinheiro, enquanto ele prefere economizar. Ele quer ter segurança, ter suporte. Acha que os pais sempre o estimularam muito mais a seguir os estudos do que a trabalhar. Mas João pensa diferente: “eu quero trabalhar, eu quero estudar, né, e só vou fazer faculdade quando tiver certeza mesmo daquilo que eu quero. Eles (os pais) dão palpite, mas desde os 16 anos eu decido sobre minha vida”.

Considera que sempre correu muito atrás das coisas para mostrar que poderia fazer a diferença em um emprego. Afinal, morar no bairro em que morava já tornava muito difícil conseguir um trabalho, por isso sempre que era recusado, não satisfeito com a resposta recebida, tentava mostrar que poderia ser importante para a empresa. Tinha encontrado trabalho em uma locadora de imóveis quando foi aprovado no concurso público. Para ele, mais eficiente do que esperar por alguma indicação para conseguir um emprego era mesmo “arregaçar as mangas” e seguir entregando currículos, preenchendo ficha até ser chamado a ocupar uma vaga.

Aos 16 anos começou a perceber que a vida não era tão tranqüila quanto na infância, caiu na real e começou a procurar alternativas. Não explicita se para isso teve algum tipo de pressão dos pais, em seu relato tudo parecia depender de sua própria maneira de lidar com a vida e de um processo de amadurecimento. E dizia: “eu fazia de tudo, eu sei que tem um milhão de pessoas desempregadas, mas eu fazia de tudo para dizer pra empresa que tinha uma pessoa disposta a oferecer coisas boas”. Procurava emprego no sindicato, agências, jornal, internet, CIEE. E não era qualquer trabalho que aceitava. Para ele, difícil não era arrumar emprego, mas arrumar algo de fato bom. Além disso, como tinha uma banda de rock, era preciso encontrar um trabalho em que conseguisse continuar ensaiando e fazendo shows. Pelo jornal conseguiu um trabalho como office-boy numa produtora de eventos, onde ficou por dez meses. Além do salário, o emprego também lhe permitiu conhecer muita gente, inclusive artistas famosos. A experiência adquirida e a maturidade foram fundamentais para João nesse trabalho, mas também as situações de preconceito (por ser jovem da periferia) e o excesso de trabalho. Quando saiu porque percebeu que não tinha “muito futuro” permanecer ali, passou por inúmeros trabalhos temporários até que aparecesse algo em que realmente valesse a pena permanecer. As atividades temporárias conseguia batendo em portas: “porta de loja, porta de empresa, mandando currículo via site, fazendo ficha. Mesmo que a empresa não estivesse pegando eu insistia em preencher argumentando que eu seria legal para a empresa”.

Para João, as empresas querem funcionários dispostos a aprender, dedicados e com iniciativa, além de desejarem uma “pessoa globalizada”. Uma pessoa globalizada? Diante da pergunta, ele define: “que ao mesmo tempo saiba mexer no computador; saiba, sei lá, operar outra máquina assim, outra máquina mais de ponta assim, operar redes assim que abrange vários computadores, que saiba um pouquinho de tudo, né, saiba um pouquinho de tudo, não precisa saber inglês, mas tem alguma coisa básica, saiba pelo menos no que tá mexendo, o que tá entendendo assim mais ou menos, saiba um pouco de tudo, ser globalizado (...) Globalizado, né, várias coisas, acumular vários conhecimentos e fazer com que isso seja interessante pra empresa”. Por ser essa pessoa, João sente-se diferente de seus amigos que com a mesma idade permanecem sem nenhum registro em carteira, dependendo dos pais, jogando bola na rua. Ele já tinha conseguido seu espaço e boa parte das coisas que desejava para si, todas relacionadas a bens materiais: poupança, bom carro, um celular, uma máquina fotográfica digital. Mora com os pais por “prezar a relação com a família”, mas já se considerava bastante independente. Orgulhava-se inclusive de já ter emprestado dinheiro para o pai.

Questionado se tinha atravessado algum período de desemprego, responde: “não, nunca, eu sempre... não, eu nunca passei assim, sei lá, eu passei intervalos assim desempregado, passei intervalos assim, questão de um mês, aí eu arrumava alguma coisa, ficava mais um mês ou três semanas, tal, mas nunca passei longa data assim”. Mas João continua até hoje correndo atrás de trabalho, mesmo com seu emprego garantido na prefeitura: “é questão de nunca se acomodar”. Presta concursos, envia currículos, não quer passar o restante da vida no mesmo emprego. E também aponta a expectativa de encontrar algo em que, além de ganhar um bom salário, lhe permita conseguir o que chama de uma “boa posição”: fazer aquilo que gosta, aprimorar-se ainda mais, sem esperar “milagre cair do céu”. Viver de música era um sonho, mas lhe parecia pouco real. Já quando o assunto foi a constituição de uma família, João justificou: só iria pensar nisso depois dos 30 anos, quando tivesse conquistado espaço profissional e curtido bem sua juventude.

Juliana
(29/04/2005)

Juliana faltou várias vezes aos encontros agendados, embora morasse a poucos metros da Casa dos Meninos, onde eu estava realizando algumas entrevistas: um dia acordou tarde e perdeu a hora, outro dia foi em busca de trabalho, no outro teve que sair com a mãe. Consegui realizar a entrevista quando cheguei a sua casa sem marcar horário, ao cair da tarde. Ela me recebeu e conversamos tranquilamente em sua cozinha, sem interferências de sua mãe que estava em um dia de folga limpando a casa. Sua casa era relativamente grande, não ficava localizada em favela, mas parecia haver outros moradores em seu quintal, provavelmente pagando aluguel para seu pai, uma vez que eles moravam em casa própria. Ela disse que estava tranqüila naquele momento porque tinha acabado de sair de um trabalho temporário em um hipermercado. Assim, justificou suas ausências anteriores pelo fato de estar trabalhando muito e de não conseguir acordar cedo, ainda que tivesse marcado a entrevista para o período da manhã.

Identificando-se como parda, Juliana tem 19 anos. Pernambucana, veio para São Paulo quando era bebê, junto com os pais. Solteira, mora com os pais e a irmã em Campo Limpo (Zona Sul). Apenas ela estava desempregada em sua casa no momento de entrevista: a mãe era auxiliar de limpeza em um hipermercado, o pai pedreiro e a irmã, de 15 anos, estudante. A renda de sua família girava em torno de R\$ 520,00 e R\$ 1.040,00 e a jovem declarou não contribuir financeiramente com o orçamento doméstico. Seu pai não havia estudado e sua mãe estudara até a 3ª série. A jovem finalizara o ensino médio e não fazia nenhum curso atualmente.

Juliana cursava o último ano do ensino médio quando se inscreveu e foi chamada para o PBT, em 2003. Não procurava trabalho porque “estava estudando e não queria atrapalhar os estudos”. Sua expectativa com o programa era de realizar um curso profissionalizante – telemarketing ou informática –, mas encontrou dois cursos que sequer imaginava existir, nas suas palavras: um curso para “ajudar a comunidade, fazer trabalhos solidários e um outro curso de hip hop”. No começo sua resistência e a de seu grupo foram enormes, muitos jovens desistiram ou permaneceram apenas em função da bolsa. Ela decidiu ficar, pois “não teria muito que fazer em casa e, claro, pela bolsa”. Com o tempo, começou a compreender e gostar muito dos dois cursos por lhe apresentarem um universo desconhecido, desde compreender melhor seu bairro e descobrir um grande número de pessoas vivendo em péssimas condições até compreender que o hip hop não tinha nenhuma relação com a violência ou com a marginalidade, o que imaginava anteriormente. Destaca o dia em que conheceu grupos de hip hop de Diadema, pois a ONG responsável pelo curso era de lá, mas não conheceu nenhum grupo do próprio bairro e não se envolveu com o rap depois do curso. A maior contribuição do PBT para ela foi de tê-la ajudado a perder muito de sua timidez, o que também ajudou nas suas buscas por trabalho, posteriormente.

Para ela, o PBT era muito diferente da escola, valorizando a maior liberdade de expressão no primeiro: “nada a ver com a escola, porque na escola tinha regras. E lá não tinha regras, você podia fazer, se expressar do jeito que você quisesse, entendeu? Podia dar sua opinião, o que está errado, o que está certo. E na escola a gente não pode fazer isso porque a gente leva zero, a gente vai para a diretoria e tudo. E lá não tinha isso, não tinha regra, você podia se expor do jeito que você quisesse, contanto que você respeitasse os outros”. Ainda com relação à escola, Juliana também afirma que não gostava muito de estudar, os professores eram muito “ignorantes”, sem paciência para ensinar e ela só passava colando. Hoje, afirma estar arrependida, julgando terem sido 12 anos perdidos, pois se tivesse aproveitado melhor a escola, talvez estivesse fazendo faculdade.

Mesmo quando descobriram que o curso não tinha caráter profissionalizante, seus pais gostaram da proposta, porque ao menos sua filha sairia da “rua”. Juliana explica o que era ficar na rua: adorava passar as tardes conversando com as amigas, olhando o movimento, o que avaliava ser muito melhor do que ficar em casa assistindo TV. Mas seus pais se preocupavam, sobretudo por considerarem a rua “perigosa”. Embora gostando do curso, Juliana continuou considerando que um programa dirigido a jovens deveria oferecer cursos profissionalizantes porque “é o que o mercado solicita” – sobretudo computação e telemarketing – algo que “ajudasse realmente as pessoas”. Assim, um curso de hip hop, na visão dela, não ajudaria em nada o currículo: “eles não querem saber se você colocar num currículo um curso de hip hop. Você acha que eles vão querer? Eles não vão querer. Vão querer pegar uma pessoa que tem um curso de inglês, tem curso de informática, telemarketing, aí sim

tem uma atividade a mais no currículo. Agora, colocar hip hop? Eles não vão querer nunca, vão pensar que você vai roubar a empresa, que você estará ensinando marginalidade na empresa”.

Terminado o curso, Juliana percebeu o quanto era importante ter seu próprio dinheiro, significando para ela certa independência em relação aos pais. Já tinha terminado o ensino médio e decidiu procurar trabalho. Inscreveu-se em um programa de estágio na rede McDonald's e foi chamada, mas só conseguiu trabalhar dois dias: no primeiro dia foi chamada de burra pela supervisora ao fazer uma pergunta e chegou em casa “revoltada”. Conversando com seu pai chegaram à conclusão de que ela não precisava daquela humilhação e decidiram que ela sairia. Em seguida, sua mãe, que trabalhava como auxiliar de limpeza em um hipermercado, conseguiu para ela um trabalho temporário como operadora de caixa. Depois disso, Juliana afirma que ficou mais fácil, pois ganhou experiência. Terminado o contrato, dirigiu-se a uma agência de empregos conseguindo uma vaga numa grande loja de material de escritório, também como operadora de caixa, desta vez sem indicação. Permaneceu por lá durante um ano quando foi demitida em função de um “corte geral” que atingiu os funcionários mais novos de casa: “dariam menos custos, eu acho”. Gostava muito do seu emprego, tinha registro em carteira e trabalhava apenas seis horas por dia, algo muito valorizado por ela. Além disso, acredita que o que a segurou lá foram as amizades.

Ficou “revoltada” com sua demissão, pois não havia nenhum motivo aparente, apenas “corte de pessoal”. Estava há três meses em casa e desde então conseguiu apenas um outro trabalho temporário em um supermercado por intermédio de seu primo. Ainda não tinha recebido o seguro desemprego, mas, quando estivesse com ele em mãos, sairia para procurar trabalho e, caso não encontrasse, revelou o desejo de voltar para Pernambuco. E a razão não seria apenas o emprego, mas a violência da cidade. De todo modo, acha que não terá dificuldades em conseguir trabalho porque sempre teve muita sorte. E sorte para ela está relacionada à fé em Deus.

Embora os pais a estivessem ajudando em função do desemprego, ela considerava sua situação muito ruim, uma vez que ficava o dia todo em casa “sem fazer nada”. Pretende continuar procurando trabalho como operadora de caixa, gosta muito em função do contato com o público, mas também aspirava fazer um curso de cabeleireira porque gostava. Mais adiante pretende cursar Jornalismo. O curso de cabeleireira parecia ser a maior aposta, pois havia uma relação direta com a possibilidade de escapar do risco de desemprego: “eu não vou me mandar embora”. Ao mesmo tempo, Juliana afirma estar “procurando qualquer coisa, o que vier, estou entrando, não dá para ficar escolhendo emprego”. Afirma inclusive não estar muito preocupada com registro em carteira, diferentemente de seus pais. Não estava muito preocupada com o futuro, apenas com o presente.

Participava de um grupo de jovens de uma igreja católica, do qual tinha saído faz pouco tempo por conta do trabalho, mas pretendia voltar. Começou a frequentar o grupo obrigada pela mãe e depois passou a gostar. Ainda sentia-se jovem, só deixará de sê-lo quando tivesse um filho, “uma responsabilidade muito grande”. Também associava ser jovem ao fato de conviver muito com “crianças de 16 anos, de 13, eu convivo com gente assim. Então me sinto muito jovem ainda, muito jovem. A gente brinca, a gente dança, liga o som aqui e a gente dança, a gente sai”. Juliana considerava-se muito “protegida” pela família, os pais sempre resolviam a situação quando ela não conseguia, sobretudo relacionada à dinheiro, e só se sentiria totalmente independente quando morasse sozinha.

Rafaela
(30/04/2005)

A entrevista foi realizada na escola onde Rafaela trabalhava nos finais de semana, por conta da bolsa para a faculdade. Não foi muito tranquila porque a todo momento éramos interrompidas por sua coordenadora que lhe solicitava retorno ao trabalho. Rafaela fazia sinais para eu não ligar e continuava falando. A entrevista durou mais de uma hora. Ao final, questionou-me novamente sobre a pesquisa, mostrando-se interessada em dar continuidade ao diálogo. A jovem tem 23 anos e se identifica como preta. Paulistana, seus pais são migrantes do interior de São Paulo. Não soube informar a renda de sua família, mas sua renda pessoal concentra-se entre R\$ 520,00 e R\$ 1.040,00 e ela não contribui com o orçamento doméstico. Tanto seu pai quanto sua mãe trabalhavam, o pai como camelô e a mãe como dona de casa. Ambos não tinham estudado muito: seu pai completou o ensino fundamental e sua mãe não estudou. “Por isso eles investem tanto em mim”, afirmava. Católica, participa do grupo de jovens da igreja.

Rafaela contou que começou a se preocupar em trabalhar aos 15 anos, embora seus pais só aceitassem vê-la num trabalho que a permitisse continuar na escola. Também nunca precisou ajudar financeiramente aos seus pais. Matriculou-se em um curso de confeitaria oferecido por uma ONG do bairro porque desejava aprender alguma, gostava da idéia da confeitaria, algo que tinha começado a aprender com a mãe. Um ano de curso depois tentou junto aos colegas montar uma cooperativa. Não deu certo em função dos inúmeros problemas para legalização. Mas considera que seu primeiro trabalho foi como confeitaria nessa cooperativa. No início destaca a desconfiança dos mais velhos: “acham que jovem não quer saber de nada”. Embora muito jovens, ela e uma amiga com quem fez o curso foram até o final e só saíram quando perceberam que realmente a história da cooperativa acabaria. Ficou um tempo trabalhando em casa até que começou a entregar currículos. Tinha muita dificuldade pela falta de experiência comprovada e pelos horários da escola. Foi quando encontrou o PBT (2003). Considerando-se desempregada na época, acha que o programa ajudou pela renda e pelo curso de cidadania, mas sentia-se muito revoltada por ter que cursar hip hop: “acham que na periferia só queremos saber de hip hop, que qualquer coisa dá”. Desejava cursar informática, administração, contabilidade, inglês ou algo ligado à “qualificação profissional”.

Acabou saindo antes do tempo porque desejava mesmo era receber alguma qualificação para o trabalho, achava que o que estava aprendendo “não tinha nada a ver”. Além disso, sentia-se enganada pelas informações que havia recebido no ato da sua inscrição no programa: “o pessoal falou assim, é Bolsa Trabalho, ou você vai estar trabalhando, primeiro você vai estar sendo qualificado, você vai fazer o curso, depois você vai... eles vão estar mandando o cadastro de vocês pra alguma empresa, pra algumas empresas, onde você vai estar sendo chamado pro trabalho, seriam trabalhos assim, são meio períodos em empresas, essas coisas, não foi o que aconteceu”. Para ela, a falha do PBT foi não estar estruturado como um programa voltado para a qualificação dos jovens, mas achava que tinha tudo para dar certo se aliasse a bolsa (um incentivo para os jovens comparecerem) à oferta de cursos que pudessem ser incluídos no currículo. Também considera que deveriam existir parcerias com empresas para o encaminhamento dos bolsistas para as vagas de trabalho.

Depois que parou de frequentar o curso do PBT soube, por indicação de uma amiga, de uma vaga para trabalhar como inspetora de uma escola pública. Enfrentou provas, entrevistas, elaborou um projeto e conseguiu ficar com a vaga, onde estava até hoje. Para ela, o trabalho “é tudo, é uma maravilha”. Já o desemprego é “uma situação bem complicada, você começa a depender dos outros”. Considera que o mercado está cada vez mais exigente e que é preciso se qualificar: cursar informática e “começar pelo menos com o inglês”. Fazer cursos ligados à administração e de espanhol também podem ajudar. Quanto à idade ideal para procurar trabalho, avalia que é a partir dos 17 anos, época em que a pessoa está “bem amadurecida”.

Rafaela completou o ensino médio e começou a fazer faculdade de Turismo e Hotelaria quando ainda estava envolvida com a confeitaria, mas logo desistiu. Como começara a trabalhar em uma escola, considerou melhor cursar Pedagogia. Quando terminasse o curso pretendia prestar concurso público e assumir aulas na mesma escola em que era inspetora. Também tinha planos de cursar pós-graduação. Pretendia casar e ter filhos, mais isso estava guardado para um futuro indefinido.

Robson
(23/02/2005)

Com 22 anos, branco, Robson é solteiro e mora com os pais e dois irmãos na Vila Curuçá, Zona Leste. Nasceu em São Paulo e seus pais são migrantes do Piauí. A renda aproximada de sua família é de R\$ 500,00, mas o jovem não contribui financeiramente. Seu pai tem uma pequena oficina mecânica e a mãe é dona de casa. O jovem é evangélico, como os pais, e participa do grupo de música da igreja tocando violão. Relatou que curso e bolsa foram os aspectos que o levaram a inscrever-se no PBT. Já tinha concluído o ensino médio na época e estava “sem emprego”, “sem curso”, “sem nada”. O PBT era a chance de não ficar parado, não necessariamente encontrar trabalho, mas fazer curso, o que mais gosta. Da sua participação no programa em 2002 valoriza apenas as amizades, pois, tanto no curso de cidadania quanto no de arbitragem, não considera ter aprendido muitas coisas. Mesmo sabendo das dificuldades em fazer dinheiro a partir de um curso de arbitragem, Robson permaneceu por gostar de aprender, mas avalia que os cursos oferecidos pelo PBT não foram satisfatórios para ele nem nesse sentido. Era tudo muito desorganizado e os instrutores extremamente inseguros.

Robson conta que desde os 12 ajudava o pai na oficina mecânica da família e o avô em loja de autopeças. Como gostava muito de ficar na rua, seu pai o estimulava a ajudá-lo no trabalho, assim como fez com seus outros irmãos. Embora o pai lhe desse alguns trocados para se divertir, ele afirma que nunca gostou de trabalhar e justifica: “que adolescente gosta de trabalhar? Não gosta, eu queria mais é brincar, né, ficar na rua...”. Com 18 anos Robson começou a olhar a vida de modo diferente, com outra “mentalidade”. A partir dessa idade já pensava em ter suas próprias coisas – carro, moto, outros bens. Considera que se não fosse religioso ou não tivesse o apoio e instrução dos pais nessa fase poderia ter optado por conseguir tudo de maneira fácil. Robson confessa que estava se envolvendo com “coisas erradas”, mas saiu “rapidão” ao deparar-se com a possibilidade de ser assassinado.

Já tinha trabalhado como office-boy com uma tia e na xerox de um tio. Não teve registro, mas achou melhor porque era por pouco tempo. Desde que terminou o ensino médio e ingressou no Programa Profissão do Senac passou a se interessar em fazer algo diferente em relação ao seu pai. Cursou técnico em turismo e seguiu na procura por um estágio. Foi procurando que soube, por uma amiga, do Programa Escola da Família e pôde iniciar a faculdade de turismo, pois ganharia uma bolsa e, em contrapartida, desenvolveria um trabalho comunitário. Assim, nos fins de semana ensina violão para crianças e adolescentes numa escola, afirmando estar aprendendo muito com isso, sobretudo sobre a importância de dar atenção para crianças e adolescentes “carentes”. Ao mesmo tempo sente-se muito sobrecarregado e buscava motivação para ir até o fim só para terminar a faculdade.

O jovem ainda não havia trabalhado na área de turismo, mas continuava na procura. Utiliza a internet e os contatos da faculdade para buscar trabalho, afirmando que procurar em agências ou nas empresas não funciona, pois quem recebe acaba rasgando o currículo temendo a concorrência. Por esta razão só dirigia-se à empresa quando sabia que teria chance de conversar diretamente com quem estava contratando ou quando tinha um amigo “de verdade” para encaminhar o CV. Atualmente esperava uma resposta de trabalho do grupo Pão de Açúcar, que ficou sabendo por um amigo. As dificuldades que apontava para conseguir um trabalho/ estágio são diferentes das dos outros jovens: curso de línguas, no mínimo inglês, uma vez que “o mercado está muito exigente”; e morar próximo do trabalho, pois sente-se discriminado por morar na Zona Leste. Experiência é algo que ele lembra quando conta dos momentos em que desistiu de procurar trabalho: “chega uma hora que cansa. Todo mundo fala ‘tem que ter experiência’, mas como vai ter experiência se não tem oportunidade?”.

Sua atual perspectiva era encontrar um trabalho ou um estágio na área de turismo, fazendo vez ou outra um bico como educador social numa associação do bairro. Por vezes a falta de trabalho o deixava “agoniado”, principalmente porque tinha que pedir dinheiro para os pais: “tô com 22 anos, não tenho mais idade para isso, não”. Sobre a idade certa de começar a procurar trabalho ironiza: “hoje em dia tem que começar a procurar com 16, porque é só com 18 que vai conseguir”. Seus projetos eram terminar a faculdade de turismo, encontrar emprego na área e também cursar Engenharia Mecânica. Não foi diretamente para este curso porque não sabia que a faculdade onde estuda o oferecia, tampouco que o Projeto Escola da Família abrangia outras faculdades. Agora pretendia ir até o fim para depois tornar-se engenheiro, profissão pela qual sentia possuir vocação. Considera que deixará de ser jovem quando se casar, pois não poderá fazer muitas coisas, tais como baladas.

GRUPO 4: PARA ALÉM DO TRABALHO, EM BUSCA DE NOVAS POSSIBILIDADES

Alessandro
(28/04/2005)

Óculos de sol na testa, camiseta e calça absolutamente despojadas, Alessandro parecia tranquilo para a entrevista. Depois de duas horas, tivemos que interromper a conversa porque ele tinha uma reunião na cooperativa de geoprocessamento de dados onde trabalha e ficamos de retomar na outra semana. Durante a entrevista os inconvenientes foram as várias interrupções, pois ocupamos a sala dos educadores dos projetos da Casa dos Meninos e havia barulho nos momentos de intervalo das crianças e dos jovens. Uma semana depois, liguei para continuarmos a entrevista. Ele disse que não podia porque a “véia” (sua mãe) tinha arrumado um emprego para ele em um bingo na cidade de Osasco. Ele estava fazendo os testes para ingressar. Não tinha desistido da cooperativa, mas teria que mudar seu ritmo. Pediu para conversarmos depois. Ligo em duas semanas, ele já estava livre para conversar: “não deu certo o trabalho, depois te conto”. Ficamos de conversar em algumas semanas, quando ele já tivesse “retornado” para a cooperativa.

Eu já havia encontrado Alessandro em muitos momentos na Casa dos Meninos, em geral aos sábados, depois da aula de inglês, quando tomava lanche. Ele e Clayton, outro cooperado, estudavam juntos. Procurei almoçar propositadamente nesse mesmo horário de saída para conversar um pouco com eles. Em geral, os assuntos giravam em torno das meninas do curso, ou melhor, as professoras voluntárias. Eram vários os comentários: desde que elas eram bonitas até o emprego que possuíam. Nesse último caso, comentavam que tinham ótimos empregos e que talvez pudessem lhes arrumar um. Segundos depois, corrigiam: “sai fora, não queremos esmola de ninguém”.

Alessandro tem 22 anos, se identifica como preto e é filho de pais hoje separados, o que aparece com força em alguns momentos de sua entrevista. Sua mãe é empregada doméstica e o pai pedreiro, e ambos não completaram o ensino fundamental. O jovem falou muito de seus irmãos: dos mais velhos que começaram a trabalhar muito cedo e não finalizaram os estudos, dos mais novos que tinha que cuidar, das irmãs já casadas e livres da pressão por trabalho. Sua mãe tecia inúmeras comparações entre ele e seus irmãos e o acusava de “estar fazendo corpo mole”.

No caso de Alessandro a família também sempre privilegiou os estudos, sobretudo em relação a ele próprio. Como nenhum de seus irmãos mais velhos havia completado o ensino médio, seu pai sempre o estimulou a estudar: “meu pai sempre dizia: ‘você estuda, depois você trabalha, depois com o dinheiro do seu trabalho e com o seu esforço você vai fazer uma faculdade’, por isso eu não tive todo esse peso, né, quando eu era novo, mas, assim, eu fiz alguns bicos, trabalhei no fliperama, ajudava meu pai porque ele era pedreiro. Mas meu pai mesmo falava: ‘isso aí eu não quero para você, você tem estudo e tudo mais, vai se formar para ser pedreiro? Que coisa é essa ficar trabalhando de pedreiro? Não dá...’”. Os pais desejavam um trabalho melhor para Alessandro, mas não hesitam em sugerir, diante das dificuldades do filho em conseguir um trabalho, que ele aceitasse qualquer coisa. No entanto, a preocupação em encontrar trabalho, seja para independência pessoal, seja para apoio à família, não era central para o jovem. Não por acaso o conflito com os pais apareceu de modo intenso em suas falas. O entrevistado declarou que ainda não havia chegado o momento exato de trabalhar ou, ao menos, não de se submeter a um trabalho que considera pouco satisfatório: muito trabalho, salário baixo e sem satisfação. Deu “graças a Deus”, por exemplo, de não ter conseguido emprego em nenhuma empresa.

Alessandro relatou que quando se inscreveu no Programa Bolsa Trabalho, em 2002, estava “na esperança do primeiro emprego”, porém seu discurso atual transformara-se significativamente. Avaliando sua participação no programa, considerou que foi um momento para ganhar a bolsa, fazer novas amizades e perder parte da timidez, o que se aproxima em muito da percepção dos demais jovens. Neste caso, o PBT era muito mais a expectativa de um emprego e de “sair da rua”. Alessandro também já tinha participado do Projeto Jovem Empreendedor implementado pelo SEBRAE em parceria com o governo do Estado de São Paulo.

Ao falar de suas experiências de trabalho, só se lembra de alguns bicos muito esporádicos. A experiência mais comentada é do seu trabalho-diversão no fliperama, quando foi chamado por um amigo para começar a trabalhar. O trabalho com o pai era “ajuda na família”, não trabalho. Por um ano

“ajudou” o pai em seu trabalho como pedreiro, mas o pai sempre o estimulou a não prosseguir naquele caminho, a investir mais na escola. Tendo finalizado o ensino médio, a idéia de um trabalho numa empresa, com a possibilidade de ser humilhado, era cada vez mais remota para ele. Nunca tinha saído para procurar trabalho e já se considerava “velho” para fazê-lo. Ao explicar o porquê, para além da idade aliada à falta de experiência, admitia não conseguir “receber ordens”. Ao mesmo tempo em que afirmava esperar não ter que ser empregado de alguém, parece acreditar ser inevitável, embora ainda não se visse nessa situação.

Se nunca tinha procurado trabalho sistematicamente, também continuava sem fazê-lo, mas até admitia que poderia pensar em alguma coisa se um colega o chamasse, mas com um olhar “crítico”: “hoje eu quero uma coisa melhor para mim, então eu não vou bater numa pizzaria falando que eu quero trabalho em tal coisa, eu quero algo melhor, aí com isso eu vou ter que pesquisar a área que eu quero, se é isso ou não, depois dessa pesquisa vem o conhecimento, faço a pesquisa aí tenho o conhecimento, aí vou à procura do conhecimento adequado para estar entrando naquela área”. Poderia até ter carteira assinada, principalmente para mostrar aos seus pais, para os quais o que valia mesmo era a carteira.

Especificamente no caso de Alessandro, parte da sua percepção sobre trabalho estava fortemente associada à experiência na cooperativa. O entrevistado relatou que o convite para ingressar no projeto o fez se sentir desafiado a descobrir um outro modo de trabalhar. Para ele, a experiência na cooperativa configura-se de modo um pouco mais claro como uma experiência de trabalho e em nenhum momento considerava-se em situação de desemprego. Já para os seus pais, o tempo na cooperativa não era percebido como trabalho e as pressões para a busca de um “verdadeiro trabalho” eram crescentes. Por inúmeras vezes destacou a pressão em sua casa: “a questão da idade seria a pressão em casa, né? Que não vê pela idade, você pode ter dinheiro em casa que você não vai ter pressão, se a idade vir você pode ter 50 anos, mas se você estiver bem de saúde, se tiver trabalhando e com dinheiro você não vai ser cobrado, mas, caso falte alguma coisa ali, você vai ser cobrado”.

Alessandro menciona o exemplo de seus irmãos. Dois irmãos mais velhos que haviam começado a trabalhar desde adolescentes e eram sempre lembrados por sua mãe toda vez em que esta lhe cobrava a procura por um trabalho “sério”. As discussões, sobretudo com a mãe, foram se tornando cada vez mais intensas, pois ela insistia com o filho para procurar um trabalho fixo, com salário garantido e com possibilidades de ajudar nas contas de casa, o que fazia com que Alessandro se sentisse pouco compreendido por sua família por ter optado pela busca de “algo melhor para a sua vida”.

O entrevistado chegou a dizer que choraria muito se tivesse que sair da cooperativa e, quando questionado sobre o porquê, respondeu: “porque o que eu aprendi aqui dentro eu não ia aprender fora, assim, porque se eu tivesse um emprego eu não ia saber da cooperativa, não ia saber dessa política como uma forma de ser explorado, eu não ia saber... Eu não conseguiria ver a humilhação que pode ser o trabalho, tipo se você trabalha de garçom e o cliente joga, quebra alguma coisa, e você além de servir tem que ir lá com o paninho limpar. Eu vejo esse lado assim, a cooperativa me ajudou a ver isso. Se eu arrumar emprego eu vou bater boca, porque ficar quieto eu não vou, não”. Sobre sua situação de trabalho atual, inicialmente considera estar trabalhando e ao mesmo tempo se “divertindo”. O trabalho na cooperativa não era tão rotineiro, podia fazer seu próprio tempo. Para ilustrar a diversão, relatou o episódio do último domingo em que tinha trabalhado até bem tarde, mas sem a pressão de um “chefe”, em um clima de muita amizade com um dos responsáveis pelo trabalho que deveria entregar.

O jovem tinha como ideal “perseguir” algo que gostasse de fato. Estar feliz e ter dinheiro aparece para ele como coisas dissociáveis. E o seu sonho era cursar Educação Física, começar como professor até tornar-se dono da sua própria academia. Logo explicou: desde criança queria ser jogador de futebol. Como não conseguiu, queria seguir dedicando-se ao esporte. Poderia continuar na cooperativa, mas Educação Física seria algo que faria exclusivamente para ele.

Cleiton
(23/02/2006)

Já tinha conversado com Cleiton várias vezes antes do momento da entrevista, o que facilitou bastante o desenrolar da nossa conversa. Ele foi um dos primeiros jovens que conheci na Casa dos Meninos e que, junto ao coordenador do Instituto Lidas, me explicou o projeto da cooperativa. Certa vez lhe dei carona até um curso de percussão que fazia perto de minha casa. No caminho, quis saber como eu tinha feito minhas escolhas. Apontou suas dúvidas na escolha do curso que deveria fazer e suas apostas na música, muitas vezes pouco compreendidas por seus pais.

Pardo, 20 anos, Cleiton nasceu na Bahia e veio para São Paulo aos três anos com sua mãe e seu pai, também baianos. Terminou o ensino médio e faz vários cursos ligados à música. Sua mãe é diarista e fez supletivo, tendo completado o ensino médio. Não mencionou a profissão do pai, mas disse que ele era “menos estudado”. Tem um irmão mais velho cursando Educação Física e envolvido em vários trabalhos temporários.

Cleiton afirma ter ingressado no PBT, em 2003, com a expectativa de ser encaminhado para um emprego, apesar de ter sido o único jovem a deixar o emprego para ingressar no programa afirmando que teria mais tempo para estudar, para investir em si mesmo. Além de frequentar a escola, estudava música e queria dedicar-se a ela. A bolsa compensaria o baixo salário recebido trabalhando numa empresa como ajudante geral – o “faz tudo” – e sem registro em carteira. Para ele, este emprego era apenas uma “passagem”, queria mesmo continuar investindo em si próprio para conseguir algo melhor e o PBT representava essa possibilidade. No limite, teria mais tempo para dedicar-se a si mesmo e às coisas que gostava, tais como a música e a sua formação.

Sua opinião sobre a importância do curso atrelado à bolsa também se diferenciava dos demais jovens entrevistados: “desde aquela época eu sabia que tinha que ter curso, lógico que tinha que ter, mas em primeiro lugar você tem assim, tem o indivíduo, ele pode gastar o dinheiro que você der para ele, se ele é viciado em cigarro, ele pode comprar cigarro; se ele é viciado em droga, ele vai comprar droga. Então essa é a intenção de dar o dinheiro? Para ele fazer o que quiser com o dinheiro? Não seria canalizar para algum interesse, um interesse que beneficie ele, seria educação, cultura, saúde, alguma coisa assim, e como você vai fazer isso? Tem que ter alguma coisa que influencie ele a fazer isso. De certa maneira, essa coisa de você colocar dias, ter um curso, ter uma coisa, assim, para você ensinar, para a mente dele mudar”. O problema para ele é que o curso do PBT acabou parecendo “enchêção de lingüiça, muita rotina, muita teoria e o jovem quer ver a coisa acontecer, o curso tinha muita conversa e pouca ação”. Pelos recursos gastos e pelo número de jovens envolvidos, considera que algo “escapou” ao programa e que este poderia ter “dado bons frutos”. Afirma ter compreendido a proposta e a avalia como boa, mas em seu caso já tinha noções de cidadania e sabia que aquilo não lhe permitiria “fazer alguma coisa acontecer”. O que significava, em seu caso, possibilitar uma melhor perspectiva de emprego. Algumas coisas legais apontadas na sua avaliação foram as oficinas de fotografia e de produção de texto. Os jovens chegaram a pensar em fazer um jornal do bairro, o que acabou não acontecendo por falta de estrutura e investimento da prefeitura, em sua opinião.

Percebendo o que chama de “enrolação”, Cleiton decidiu ficar no PBT apenas enquanto não conseguisse encontrar emprego. Seis meses depois, sem emprego, resolveu participar de um processo de seleção para ingressar na cooperativa onde está hoje, a Cooperlurb. O projeto dessa cooperativa era do Instituto Lidas que, juntamente com a Casa dos Meninos, uma ONG do Jardim São Luís, estabeleceu parceria com o PBT: eles seriam responsáveis pelo curso e o PBT pagaria as bolsas. Tratava-se de dar continuidade a um projeto de formação de cooperativa de geoprocessamento de dados junto aos jovens da região. Como se tratava de trabalhar com computação, mesmo sem saber ao certo o que seria, inscreveu-se e foi aceito. Acredita ter conseguido porque fez bem o seu “marketing pessoal”.

Cleiton relatou que começou a pensar em trabalho aos 12 anos, mas afirma nunca ter sido muito pressionado pela família. Pensar sobre trabalho o levou a um curso de computação, outro de telemarketing e um curso de inglês. Ao ser questionado sobre o porquê dos cursos, afirma: “trabalho, quanto mais souber melhor, é questão de saber para você mesmo, aí depois você se vira melhor”. Sua afirmação sobre “saber para você mesmo” revela uma percepção não ingênua do mercado de trabalho. Reconhece que todos os seus empregos foram obtidos por indicação: o primeiro como ajudante geral numa pequena empresa do bairro, onde ficou por quase um ano, foi recomendado por um colega da

igreja; e o segundo, também como ajudante geral, fazendo entregas, obtido por intermédio de seu irmão. Foi esse o trabalho que abandonou para ingressar no PBT: “eu não gostava muito do meu trabalho, não era pra mim, não ia ficar o resto da vida porque eu não gosto, pra mim era só um emprego, estava ganhando o meu dinheiro, mas eu sempre estava investindo, estava fazendo curso de inglês na época, continuava fazendo música, pra mim não sobrava nada de salário, eu não sei por que, mas eu sempre queria fazer curso, fazer curso é bom, mas tem que definir uma linha que tem que seguir (...) E aí pra mim esse trabalho não servia, eu pensei que ganharia mais ficando em casa, podendo estudar, me dedicando a outras coisas. Em parte o Bolsa Trabalho está nisso pra mim, investir mais em mim, um tempo vago; apesar de que não funciona tão bem assim, tive tempo vago, mas não tinha assim disciplina, uma certa orientação”.

Ainda que sempre tenha gostado de fazer muitos cursos, já começava a perceber que seria preciso “algum direcionamento”, e foi disso que sentiu falta quando teve mais tempo livre para estudar ao cursar o PBT. Cleiton alega ter estudado pouco e, de maneira sincera, afirma que, embora desejasse ter o mesmo empenho para outras atividades, sempre conseguiu dedicar mais tempo para estudar música. Se no momento em que se inscreveu no PBT pensava muito em um estágio profissionalizante e em capacitação, reconhece que hoje isso mudou um pouco, muito embora, ao fazer essa consideração, destaca que no plano pessoal continua o mesmo. Cleiton é evangélico e sempre enfrentou certa pressão das pessoas nos grupos em que frequentou, pois a grande maioria de seus colegas percebia a religião apenas como válvula de escape, o que para ele era muito diferente.

Sobre a experiência da cooperativa, o jovem pontuou várias questões que considera enfrentar atualmente: o “excesso” de discussão política que acaba desconsiderando o que as pessoas efetivamente desejam, os conflitos entre as escolhas individuais e coletivas, a questão da liderança que para ele deveria existir e para a maioria das pessoas seria como transformar um dos cooperados em “patrão”. Por fim, critica a visão interna de que o mercado de trabalho assalariado é o “demônio” e a cooperativa “a salvação”, inclusive esclarecendo que se encontrasse um bom trabalho, que lhe desse satisfação e registro em carteira, não hesitaria em sair da cooperativa. Também acredita na perspectiva de que trabalhar assalariadamente não significa entregar-se ao “capitalismo”. Muitas vezes é uma forma das pessoas alcançarem o que desejam. Por essas percepções, afirma ter tido bons debates no interior da cooperativa.

Avalia que seus pais nunca o pressionaram para trabalhar. Sua maior crítica dirigia-se à postura de seu pai que sempre buscou oferecer o básico aos filhos, mas apenas o básico. Nunca se preocupou em levá-los ao cinema, teatro etc. Nesse sentido, a maior pressão de seu pai era para o abandono da música, sua verdadeira paixão. Boa parte dos seus recursos sempre foi direcionada para isso. Toca contrabaixo na igreja, ainda faz aulas e também leciona. Ao ser questionado sobre a música enquanto alternativa de geração de renda, apontou: “sou muito difícil, eu dou uma aula, assim, vez ou outra, mas minha questão principal não é a renda, é fazer bem, é tocar bem. Se acontecer de conseguir renda, melhor, mas não era isso o central”.

No momento, preferia continuar pagando seus cursos de música a ingressar em uma faculdade sem saber ao certo o que gostaria de ser e duvidando muito da qualidade dos cursos oferecidos, sobretudo em faculdades privadas onde teria mais chances de ingressar. Nesse aspecto tinha muitos embates com os pais. Não estava procurando trabalho por considerar a cooperativa um emprego, mas não descartava a possibilidade de deixá-la caso “aparecesse” uma melhor alternativa.

Leandro
(09/02/2006)

Leandro tem 19 anos e se identifica como preto. Mora com a mãe, uma irmã e uma prima e tem pouco contato com o pai. Tem três irmãos biológicos e uma irmã de criação (sua prima), todos com ensino médio completo. Sua mãe, migrante do Espírito Santo, estudou até a 8ª série. Foi a mãe quem fez sua inscrição no PBT sem que o jovem soubesse. Quando foi chamado achou legal porque seria “uma nova experiência” na sua vida, uma oportunidade de aprender. Também queria conhecer novas pessoas e fazer amizades, pois não se considerava muito “popular”. Tinha 16 anos e estava na 7ª série. Fez o curso de mediador de leitura e conta que descobriu que levava jeito com criança, além de ter “aprendido a estudar”, já que o curso era numa biblioteca. Ficou dez meses no programa e chegou a atuar como voluntário numa casa de repouso para idosos, algo que gostou bastante. Dava parte da bolsa para a mãe e assim considera que foi “ganhando um pouco mais de liberdade” porque já ajudava em casa. Gastava o restante com coisas para si, comprando tênis, roupas e até um skate.

Durante sua participação no programa abandonou a escola. Na época não considerava o estudo importante. Costuma valorizar o momento e o momento mais importante que estava vivendo era o curso, gostava muito dos colegas. Já estava com vontade de parar há algum tempo, não se dava bem com os professores, estudava no período da tarde (que detestava) e vivia faltando. Desistiu da escola sob protestos da mãe, que ameaçou deixá-lo de castigo, sem televisão e sem ir para a rua. Chegou a ficar dois anos sem estudar. Voltou para a escola por vontade própria, quando o “semancol” falou mais alto. Considerava-se um bom aluno, desses que não gostam de escrever, mas prestam atenção na aula e se destacam. Depois que retomou os estudos passou a ter dificuldade para aprender, “só no tranco mesmo”, mas encontrou amigos “responsáveis” que o inspiravam a fazer faculdade.

Os amigos da escola faziam parte de uma turma que curte rock e skate. Depois que Leandro os conheceu, viu que a maior parte trabalhava e começou a pensar mais seriamente em trabalho. Novamente, foi o “semancol” que falou mais alto: “cair na realidade, por exemplo, você está em casa passando dificuldade, pô, vai tomar um semancol, se manca, vai fazer alguma coisa, procurar alguma coisa pra fazer, se você tá precisando por que vai ficar ali parado? Toma um semancol e vai fazer, acho que é essa a minha idéia”. Das vezes que saiu para procurar trabalho achou que estava difícil porque “era muito novo”, tinha 16 anos, e sequer havia completado o ensino fundamental. O primeiro trabalho que conseguiu foi aos 17 anos numa pequena fábrica próxima à sua casa. Trabalhava com corte e modelagem de bolsas, mas logo saiu porque se considerava muito devagar para acompanhar o ritmo do trabalho. Depois ajudou a mãe algumas vezes em pequenos trabalhos de costura.

No momento não trabalha e não está à procura. Prefere se dedicar ao curso de auxiliar de enfermagem que uma de suas irmãs está pagando e ao término do ensino médio (está no segundo ano). Diz que é pobre, mas ainda tem opção, e sua opção é estudar. Sempre se vira para conseguir dinheiro, não pede para a mãe. Faz pequenos serviços para os irmãos, paga contas, vai ao banco, faz faxina, “se vira”, e ganha uma grana em troca. Quando precisa de dinheiro e não tem nenhuma atividade para barganhar recorre à irmã mais velha, a quem é bastante apegado. Acha que sua situação é boa e ruim ao mesmo tempo: boa porque pode se dedicar aos estudos e ruim porque depende dos irmãos e por vezes “fica em casa parado”. Acha que as relações na sua casa vão mudar depois que estiver trabalhando: “vai ter mais voz ativa”. Diz que em sua casa não é muito criticado por não trabalhar, mas percebe, na maior parte das casas que frequenta, que aquele que não trabalha recebe um tratamento diferente, pode ser visto como “vagabundo”.

Algumas vezes acompanha os amigos que estão procurando trabalho e avalia que a situação está difícil. Em parte acha que isso se deve às pessoas que ficam muito tempo escolhendo emprego. Mas também culpa o governo que cobra impostos altos das empresas, levando-as à falência. Não procura trabalho agora para não atrapalhar os seus estudos, mas é bastante otimista: “depois que eu terminar esse curso eu vou conseguir um emprego rápido e já vou direto pra faculdade, vou correr atrás de bolsa, alguma coisa, mas eu pretendo fazer faculdade”. Não quer namorar, por enquanto prefere “ficar sem ter aquela responsabilidade, ter que visitar todo dia”. Também acha que uma namorada atrapalharia sua concentração na escola. Filhos quer ter somente quando estiver estabelecido: com sua própria casa, carro e sem dívidas.

Silvia
(15/03/2005)

Preta, 20 anos e com ensino médio completo. Filha de migrantes mineiros, Silvia veio para São Paulo ainda bebê. Solteira, mora em Campo Limpo (Zona Sul) com o pai, que trabalha numa empresa de materiais hidráulicos, a mãe, que é empregada doméstica, e a irmã de 15 anos. A entrevista com ela foi dividida em dois momentos, pois na primeira vez Silvia precisou sair antes para uma reunião na cooperativa. Na segunda vez, como já tínhamos nos falado, ela parecia bastante tranquila, embora muito mais reticente e tímida do que os meninos da mesma cooperativa.

Silvia relatou que se interessou pelo PBT em função da bolsa e por imaginar que teria alguma chance de trabalho. Participou do programa em 2003, época em que estava terminando o ensino médio e procurava alguma chance de emprego, mesmo não sendo pressionada pela família para trabalhar porque não era “de maior”. Desejava apenas começar por algum lugar, ganhar um pouco de experiência. Achou a idéia do PBT muito boa, mas avalia de maneira negativa sua implementação: os educadores faltavam muito, não havia material adequado e eram poucas as atividades práticas. A bolsa era a razão principal para os jovens permanecerem, o que ela percebia como um problema porque poderia criar certa dependência. Não gostaria de participar do PBT novamente se fosse nos mesmos moldes, pois não queria continuar recebendo “esmola” do Estado. Seria preciso um programa onde as pessoas pudessem construir algo para elas e também para sua comunidade. Assim, a maior vantagem em ter participado do PBT, além da bolsa, foi ter conhecido a cooperativa de geoprocessamento de dados onde está hoje. “Sem nada para fazer” quando acabou o programa, resolveu aceitar a proposta de integrar o grupo de jovens que participava dessa experiência. Desde então, já fez vários cursos por intermédio da cooperativa: informática básica, web design, contabilidade, editoração eletrônica. Também atua como conselheira fiscal e preparava-se para ser educadora de uma nova turma.

Hoje, para permanecer na cooperativa, recebe um auxílio de R\$ 80,00, que ajuda na condução, mas afirma que permaneceria mesmo sem isso. Explica que a cooperativa ainda não possibilita a auto-sustentação de seus membros, mas acredita que será possível um dia. Insiste em permanecer na experiência por considerá-la fundamental para sua formação, uma maneira de se preparar melhor para o mercado de trabalho, mas também por seus objetivos de fazer com que a população local acredite na possibilidade de mudança do bairro sem esperar apenas ações do poder público. De certo modo, a experiência parece ter contribuído para modificar sua própria visão de trabalho. Se antes pensava em arrumar um emprego qualquer como vendedora, balconista ou algo semelhante, hoje acredita que poderá conseguir algo melhor. Seu modo de pensar o trabalho distingue-se dos demais jovens: “o que a gente tá aprendendo hoje vai servir, assim, pra gente tá tendo uma coisa melhor”. Mas não é sem pressão da família que Silvia permanece na experiência. Cita, sobretudo a mãe, que considera a cooperativa algo “pior que a escravidão”, uma vez que trabalha, gasta dinheiro de condução e não ganha nada com isso. Embora tenha sido pior no início, a pressão permanece. “Deixando a pressão da mãe para lá”, Silvia não está preocupada em procurar emprego atualmente. Além de ter consciência da dificuldade em encontrar trabalho, insiste no fato de já não se ver “trabalhando em lojinha, sendo escravizada por um salário muito baixo”. Espera que sua preocupação nunca seja apenas o dinheiro, pois: “trabalho é fazer algo que eu gosto de estar fazendo, num lugar que eu gosto de estar e que eu possa estar tendo uma serventia não só pra mim, mas pra outras pessoas também”.

A experiência da cooperativa está lhe possibilitando principalmente uma preparação para o mercado de trabalho, é uma passagem para que alcance a profissão almejada. E o destaque dado à passagem relaciona-se ao fato de que aos 25 anos todos os integrantes da cooperativa devem deixá-la. Mesmo sabendo que a experiência tem data para terminar, Silvia sentia-se privilegiada em relação aos outros jovens, pois a cooperativa estava lhe permitindo ter contato com pessoas, fazer cursos e atuar como educadora, de modo que essas experiências poderiam fazer parte do seu currículo.

No momento da entrevista, afirma nunca ter trabalhado. Mas nunca se considerou desempregada porque jamais ficou parada: estava sempre fazendo algum curso. No momento, além de participar da cooperativa, faz um curso de redação oferecido pela USP. Pretende fazer faculdade, se possível duas, onde consiga trabalhar com pessoas, talvez seguindo a carreira do Magistério ou fazendo curso de História. Só não estava fazendo ainda porque não tinha conseguido passar no vestibular. Quando começar a procurar trabalho, a possibilidade de ter tempo livre para estudar e fazer as coisas que gosta será central, sobretudo o tempo livre.

OUTROS JOVENS ENTREVISTADOS

Ângela
(22/02/2005)

Ângela, 23 anos, branca, veio do Ceará quando pequena. Sua mãe está aposentada por invalidez e seu pai afastado do trabalho por motivo de doença e não tem nenhuma remuneração. Mora com o pai de sua filha de cinco anos. Na época em que participou do Programa Bolsa Trabalho, em 2001, morava na casa dos seus pais juntamente com irmãos, uma mais nova e dois mais velhos, e usava parte dos recursos para ajudar nas despesas da casa. Declara-se evangélica e frequentadora dos cultos da Assembléia de Deus.

Tinha 19 anos quando integrou o PBT e havia acabado de terminar o ensino médio. Seus primeiros comentários sobre o programa são que gostou muito e não tinha do que reclamar. Mas sua expectativa inicial era de que conseguiria “um emprego firme ou um curso de tempo determinado”. Assim, embora tenha iniciado a entrevista dizendo que gostou, ao desenrolar dela aponta até alguns momentos em que ela e sua turma pensaram em reclamar dos cursos que eram oferecidos e exigir uma “coisa melhor”, mas desistiram porque acharam que não seriam promovidas mudanças.

Ângela diz que aceitaria também um curso, desde que fosse um curso realmente bom. Desejava fazer Administração de Empresas. Em sua opinião, o que pôde aproveitar do PBT foram as amizades, a diversão com os amigos. A bolsa, recebida por um ano, também ajudou muito. Ângela já tinha uma filha na época, havia se separado de seu namorado e voltado a morar com a mãe, estando em busca de trabalho para se sustentar e também à filha. Quando terminou o curso, sua vida piorou: “ficou do mesmo jeito. Do mesmo jeito não, ficou pior, né, porque eu não arrumei um emprego, não tenho nada pra fazer, aquele dinheiro acabou. Minha mãe não trabalhava, meu pai também não, vivia de R\$ 50,00 que meu ex-esposo dava, né, pra filha, né. Mas aí eu fui, né, fazendo um biquinho, daqui, dali, pra ganhar R\$ 20,00, R\$ 30,00. E ia levando, né, empurrando”.

A jovem começou a trabalhar aos 16 anos em uma lojinha próxima à sua casa, convidada pelo próprio dono, seu vizinho. Ficou lá por dois anos até o momento do nascimento de sua filha. Sonhava em trabalhar desde os 14 anos na expectativa de conseguir, com o trabalho, pagar sua faculdade e ajudar os pais. A mãe a apoiava, sobretudo porque considerava importante um registro em carteira – algo que também se tornou relevante para Ângela, principalmente com o passar dos anos. Sente-se velha porque já estava chegando aos 25 anos e nunca teve sua carteira assinada, além disso, considera que depois dos 30 anos será bem mais difícil conseguir. Assim, avalia que está difícil para os mais jovens e para os mais velhos, mas pontua que está um pouco mais fácil para os que são mais jovens, desde que tenham curso e experiência: “os mais jovens, assim, mas os que tenham mais experiência, que têm mais curso, que têm vários cursos. Então, os jovens que não têm nenhum curso, que tem carteira branca, eles não pegam. E os velhos que têm mais idade, mas têm carteira branca, eles não querem pegar”.

Quando a filha nasceu não procurou trabalho por sete meses, queria “curtir” e “cuidar” dela. Depois disso não conseguiu voltar para a lojinha onde começou a trabalhar e teve que sair para procurar trabalho. Desde então, todos os seus outros trabalhos foram “bicos” em locais próximos à sua casa, sendo o último de arrematadora em uma oficina de costura. Atualmente, está recebendo o Renda Mínima em função da filha, o que ajuda bastante. Na época do PBT já recebia o Renda. Voltou a morar com seu marido que também está procurando trabalho. Quando conseguem deixar a filha com sua mãe, saem juntos para procurar trabalho ou se revezam, voltando sempre “arrasados”. Quanto à procura de emprego está desanimada: “sempre que eu entrego currículo, que fala que é pra aguardar, eu já até não tenho nem fé mais, não tenho mais nem esperança de chamar. Então entrega porque é pra entregar”. Até mesmo em relação a algo que todos citam, a indicação, Ângela é pessimista: hoje ninguém quer indicar por temer comprometer seu próprio trabalho.

Sem estudo era ainda mais difícil na opinião de Ângela e, se pudesse escolher entre trabalhar e estudar, optaria por estudar, de preferência a vida toda. Como não tinha essa condição, seguia procurando trabalho permanentemente há quase um ano, embora estivesse muito pouco otimista.

Rafael
(21/04/2005)

Rafael foi um dos jovens mais difíceis de conseguir entrevistar. Embora ao telefone tenha se disponibilizado a comparecer na Casa dos Meninos, onde eu estaria realizando as entrevistas, faltou três vezes. Nas duas primeiras, quando marcamos individualmente, e na terceira, quando realizei a atividade em grupo. Decidi ligar pela última vez tentando marcar em sua casa. Ele topou. Foi difícil encontrar a casa porque ficava numa favela e ele não havia me avisado. Apenas me deu o nome da rua principal e o número, localizada Parque Figueira Grande, Distrito de São Luís, Zona Sul. Comecei a perguntar por ele para algumas pessoas no início da favela, mas não foi tão fácil obter respostas. Em geral, as pessoas queriam saber o porquê da procura. Finalmente uma das vizinhas, moradora do local há mais de 30 anos, me levou até sua casa. Era um feriado, 11h da manhã, horário que tínhamos combinado. No entanto, Rafael estava dormindo. Seu padrasto veio até a porta, eu solicitei que não o acordasse, mas ele fez questão de despertá-lo. Esperei aproximadamente 40 minutos pela saída do jovem. Sua casa era bem grande, embora parecesse pequena para quem olhava do lado de fora. Vários cômodos que certamente foram construídos ao longo dos anos. Também parecia haver uma pessoa morando de aluguel.

No dia da entrevista a casa estava em plena reforma. Fomos para um lugar mais tranqüilo, no andar de cima, mas o barulho da construção incomodou bastante. Além disso, a mãe de Rafael vez ou outra subia para verificar se tínhamos finalizado. Quando dizíamos que ainda não, ela parecia preocupada com a demora. Uma hora depois não resistiu e insistiu para que terminássemos porque tinha “freguês” chamando por Rafael. Embora fosse feriado, a procura pelo corte de cabelo estava grande e tivemos que interromper a entrevista em função disso. Combinei que voltaria outro dia, Rafael alertou para que fosse, se possível, na segunda ou na terça-feira, mas anteriormente não havia me falado nada. O motivo de suas faltas e a dificuldade em marcar uma entrevista foi esclarecida: trabalhava o dia todo em sua própria casa, sem horário para começar ou terminar.

Pardo, 20 anos, solteiro, Rafael mora com a mãe, padrasto e irmãos. Declara possuir uma renda pessoal entre R\$ 260,00 e R\$ 520,00, mas não soube responder a renda de sua família. Já finalizou o ensino médio e não está realizando nenhum curso. A única atividade que realiza além do trabalho é jogar futebol aos domingos com os amigos do bairro. Ficou claro em sua fala que o jovem tinha responsabilidades em torno dos afazeres domésticos, mas para ele isso significava “fazer nada”. A participação no Programa Bolsa Trabalho, em 2002, veio para preencher este “nada”, além de dar-lhe algum dinheiro e fazer com que sua mãe deixasse de pressioná-lo. Participou do programa por seis meses, lembrando ter feito quatro meses do curso de cidadania. Quando saiu do programa, decepcionado por não ter ao menos realizado um “curso profissionalizante”, cansado de “fazer nada” e “ficar na rua”, de procurar trabalho sem encontrar, começou a trabalhar como cabeleireiro em sua garagem depois de adquirir uma máquina para cortar seu próprio cabelo: “queria economizar cortes de cabelo”. Investir na formação? Só se fosse em suas próprias áreas de atuação, de modo que pretendia fazer um curso de especialização em corte de cabelos e penteados.

No caso de Rafael, é mais presente o discurso de que ficava na rua, sem fazer muita coisa. A experiência do PBT, por exemplo, foi boa na sua perspectiva porque ele considerava que “não estava fazendo nada”, “só ficava na rua”: não trabalhava, não ajudava mãe em casa. No seu caso, o fato de estar cursando o primeiro ano do ensino médio também não significava fazer alguma coisa. Assim, mesmo sem atribuir importância ao PBT, acabou participando por insistência da mãe. Considerou a experiência boa porque também conseguiu ajudar a mãe em casa. Estavam passando um “aperto: só a mãe trabalhando, todos os irmãos “parados” e o pai tinha ido embora. Avaliou a experiência do PBT como muito diferente da experiência escolar. Frustrante foi não ter prosseguido, já que “falaram que teria curso profissionalizante, mas no final não teve nada”. Para ele, o programa poderia ter possibilitado ao menos a realização de um curso que oferecesse noções de alguma profissão, já que “o trabalho mesmo você aprende quando começar a trabalhar”. Algo para colocar no currículo. Alguma chance de experiência também seria fundamental.

Quase ao final da entrevista, explicando porque não quis mais fazer cursos depois do Bolsa Trabalho, explica que não tinha tempo a perder. Além de saber que os cursos não levariam a lugar algum, tinha responsabilidades em casa, que dividia com os irmãos: “porque era o tempo que eu tinha

pra fazer uma boa limpeza na casa, porque minha mãe sempre trabalhava, né? Assim, no final de semana eu e meus irmãos dávamos uma limpeza geral na casa”.

Sua mãe parecia não implicar muito pela sua falta de trabalho, pois a relação em casa não mudava em situação de emprego ou desemprego dos filhos, ao menos na percepção de Rafael. Quando arrumou um bico mais pesado de pegar pneu, a própria mãe disse que ele poderia parar, que não era preciso realizar um trabalho pesado. Mas o desejo de independência era mais forte por vezes: “é bom não ter que ficar pedindo dinheiro pra ninguém”. Além disso, no trabalho o dia passa rápido: você conhece pessoas, se distrai, conversa. Em casa “é televisão, não tem nada, fica naquele tédio”.

Para além do PBT, Rafael só tinha cursado o básico de computação e nunca tinha se empenhado muito com a realização de cursos. A maior preocupação de sua mãe era para que ao menos não desistisse da escola. Quando foi reprovado, depois que participou do PBT, numa “fase em que estava doido para trabalhar”, a mãe não o deixou desistir: “já fez até agora, então tem que continuar”. Achou o ensino médio profundamente desinteressante, pois não conseguia avançar em termos de conhecimento e explica: “você não aprende coisas para usar no dia a dia, num serviço, por exemplo. Passam coisas que não tem nada a ver, daí desanima”.

“Doido” para trabalhar depois da sua participação no PBT, aos 18 anos, começou a procurar trabalhos na Força Sindical e em agências do centro. Como o que mais lhe ofereciam eram cursos, desistiu de procurar. Para ele, sua formação já estava boa, o que faltava é a tão proferida experiência e, especificamente, o curso de computação. Um dia, “bem por acaso”, em sua percepção, viu seu destino em relação ao trabalho se modificar: com as economias que tinha comprou uma máquina de cortar cabelo. Começou a cortar seu cabelo, de seus irmãos e em pouco tempo de alguns amigos e vizinhos. No início declara que não pensava em transformar essa atividade em um trabalho, mas começou a fazer, foi ganhando “experiência” e já estava há quase dois anos trabalhando com isso na garagem de sua casa. Agradece estar dando certo e também reconhece que mesmo gostando, às vezes se estressa, afinal trata-se de um trabalho intenso e um pouco repetitivo. A opção veio em contraponto à dificuldade em encontrar um serviço fixo: “porque também eu não fazia... não tinha nada assim, um serviço fixo pra fazer, nem nada, aí eu vi que isso tava dando certo, é pra mim mesmo, não vou ter que ficar agüentando nada de ninguém, eu falei ‘ah, já que tá dando certo mesmo eu vou ficar aqui trabalhando pra mim mesmo’. Aí fui e fiquei de boa aqui trabalhando, tá dando certo graças a Deus”.

Sua mãe o incentiva muito a continuar trabalhando como cabeleireiro, a família estava inclusive reformando a casa para oferecer mais condições de trabalho a Rafael. Questionado se precisaria de algum tipo de apoio nesse momento, Rafael responde que não. Estava muito bem. Sua mãe era o grande apoio. Só começaria a pensar em sair de casa depois que ajudasse “direitinho” sua mãe, que sempre “deu muita força”. No campo profissional, seu plano era realizar um curso para se especializar ainda mais como cabeleireiro.

Rosana
(14/05/2005)

Rosana, branca, 22 anos, pediu um tempo para pensar antes de conceder a entrevista. Quando agendamos tive que desmarcar em função de uma gripe forte. Ela disse que poderia ser durante a semana, agendamos novamente, mas ela desmarcou porque estava fazendo faxina com a mãe. Depois marcamos e realizamos a entrevista sem maiores dificuldades. Ela morava em casa própria bem próxima a uma favela, no Jardim Ângela (Zona Sul). A casa não era pequena, mas no mesmo quintal havia outras casas das quais cobravam aluguel. Fui recebida pela mãe, uma amiga e o senhor. Na sala, dois sofás cobertos com colchas de tricô, feitas pela irmã mais velha, e vários quadrinhos bordados em ponto cruz. Depois elas me falaram que faziam trabalhos artesanais para conseguir algum dinheiro ou até mesmo para distração. Ao longo da entrevista, a mãe, que recebe o Renda Mínima, permaneceu na sala. Esse foi o primeiro caso em que a mãe, além de não nos deixar a sós, completava as informações da filha e destacava outros assuntos. Talvez por essa razão Rosana tenha falado pouco. Não parecia tímida, mas também não se mostrou com muita disposição para falar. A mãe falou muito mais. Ao final a própria mãe reconheceu ter falado muito. Alertei que não era um problema, mas que numa próxima vez seria mais legal ouvi-las separadamente. Elas concordaram.

Paulistana, Rosana mora com a mãe, padrasto, três irmãos e um senhor agregado da família. Terminou o ensino médio e classifica sua situação de trabalho como ruim ou péssima, uma vez que se encontra desempregada. Nunca trabalhou com registro em carteira, fez sempre um bico aqui e ali, sobretudo em loja como vendedora, ocupação que diz detestar. Sonhava ser dançarina, quis se inscrever para o concurso do grupo “É o Tchan”, mas tinha apenas 15 anos na época e isso não era permitido. Ainda sonha ser atriz ou entrar para a televisão. Havia uma mobilização da família para ela participar do “Big Brother Brasil”. Alta e muito bonita, Rosana declarava que desde criança as pessoas lhe aconselhavam a ser atriz ou modelo. A mãe até esforçou-se para fazer *books*, mas nunca conseguiram nada. “É preciso conhecer gente do meio”, afirmam. Para o “BBB”, contam com a sorte.

Sem nenhuma ocupação remunerada, Rosana parecia incomodada, detestando a monotonia do cotidiano: “é só acordar, arrumar a casa de manhã, fazer o almoço e depois?”. Com a mãe trabalhando como diarista, a irmã em uma floricultura, o irmão como ajudante de pedreiro, restava a ela os afazeres domésticos. Ela queria ao menos uma ocupação para “distrair a mente”. Por sua fala, melhor que fosse trabalho, mas poderia ser também qualquer coisa. Assim, para ela, o PBT foi bom porque além da bolsa tinha atividades para cumprir. Participou do programa em 2001 em um posto de saúde do bairro. Contou que havia umas “palestras” e que aprendia sobre doenças, como a dengue e a leptospirose. Por vezes os jovens fizeram campanhas nas ruas contra a dengue, mas foram poucas.

Durante o curso estudava à noite e não trabalhava. Conta que não se preocupou em procurar trabalho porque acreditava que seria encaminhada por meio do PBT. Agora Roberta não estava trabalhando e já estava “de saco cheio” de não ter dinheiro nem o que fazer. Disse que não conseguia “se virar” como sua mãe e sua irmã que faziam “coxinha, crochê”. Embora afirmasse estar em busca de trabalho, não sabia exatamente o que queria, pensava em “qualquer coisa desde que mais perto de casa”. Não era preciso “gostar do trabalho”, queria muito mais ganhar algum dinheiro para sair de casa e comprar suas coisas. A exigência maior era o registro em carteira e o horário, não queria trabalhar de domingo a domingo. Ao mesmo tempo afirma que a irmã estava tentando comprar uma floricultura junto com o namorado, o que daria chance de trabalho e renda para toda a família. A busca de Rosana por trabalho era muito esporádica, apenas quando via ou sabia de alguma chance: “não dá para ficar gastando dinheiro para procurar trabalho e não encontrar”.

Ao final da entrevista, quando já tinha desligado o gravador, a mãe me perguntou sobre o que estava fazendo e se valia a pena. Ela entendeu que se tratava de estudo, mas queria saber o que eu achava dessa estratégia de estudar, mas não conseguir nada em troca. Evidente, dizia ela, que conhecimento não tem preço, mas... Fez uma fala muito eloquente sobre seu esforço pessoal de estudar e de incentivar os filhos para o estudo, e sobre a falta de resultados. Mesmo que ela tivesse falando de sua situação, também pude perceber certo questionamento em relação à pesquisa. Afinal, o que traria de melhorias? Ela insistiu que esse estudo deveria ser apresentado para a Prefeitura, para que eles melhorassem o programa. Concordei e disse que a idéia era também fazer isso mesmo, embora nada pudesse garantir mudanças. De qualquer modo, valorizaram o trabalho que estava sendo realizado e afirmaram ter gostado muito de conversar.

Sidnei
(04/03/2005)

Sidnei tem 19 anos e é branco. Migrou da Bahia com seus pais há dez anos. O jovem concedeu a entrevista no EGJ da Encosta Norte. Sua mãe e irmã o acompanharam, mas não esperaram até o final da entrevista. Disse-me coisas muito pessoais, tais como a super amizade com um garoto e a presença de traficantes em sua rua, perguntando-se vez ou outra se poderia ou não falar ou se deveria falar. Demonstrou certo receio no início, mas forneceu uma longa e instigante entrevista.

Relatou ter gostado da experiência no PBT. Estava apenas estudando quando participou do programa. Achou legal por ter um lugar para ir, não ficar apenas na rua, poderia aprender e conhecer pessoas. Pôde escolher fazer o curso de cidadania. Antes ficava andando na rua com os colegas, ia para o parque onde havia um telecentro, acessava internet, conversava com as pessoas. Em relação às mudanças provocadas pelo programa, acha que hoje está “melhorzinho”, antes era muito pior, no sentido de ser muito tímido. Além disso, havia a bolsa e não precisaria pedir dinheiro para seus pais para sair, comprar roupas, procurar trabalho. Durante o curso procurava trabalho com os colegas, aproveitando para “fazer umas comprinhas”. Achou muito boa a inversão: receber para fazer um curso e não o contrário, o que também estimulava a não faltar.

Sidnei continuou estudando quando saiu do PBT, estava atrasado na escola porque, quando migrou para São Paulo, sua mãe, pensando ser o ensino daqui mais avançado em relação à Bahia, fez os filhos voltarem para a 1ª série. Sidnei dizia que hoje ela se arrependia porque “qualquer trabalho, supermercado, assim, está exigindo o terceiro, tá difícil”. Estudo e experiência impossibilitam encontrar o trabalho. Indicação também aparecia como outro componente forte: “hoje trabalho tá difícil, né, assim, hoje só tá pegando mesmo quem indica, eu conheço muita gente, muita gente mesmo que só entrou porque tem parente dentro assim”. E mesmo dentro da indicação havia algumas regras, segundo ele. Não era possível indicar alguém que você não conhecesse muito bem. Assim, o círculo era muito fechado. Também não adiantaria apenas “levar o currículo”. A questão era o intermediário esforçar-se em dizer que conhecia o candidato, que ele estava realmente precisando, que era realmente honesto. Em seu caso, vislumbrava apenas a possibilidade de seu pai indicá-lo para trabalhar na empresa onde estava como caminhoneiro. Mas enfrentava a resistência do pai que desejava ver os filhos terminando os estudos primeiro. Como seu trabalho não tinha horário para acabar, seria impossível conciliar com os estudos.

Para Sidnei, a pessoa só se transforma em cidadão, em homem, a partir do momento em que começa a trabalhar. Até então é considerado moleque. Ele afirma observar tudo com cuidado, percebendo como as mães e os pais tratam os filhos de modo diferente quando estes trabalham. Acredita também que as pessoas com trabalho têm mais colegas porque fica todo mundo esperando uma indicação. Já quando a pessoa não trabalha acaba ficando mais isolada e muitas vezes é vista com desconfiança: “logo acham que você tá fazendo coisa errada”.

O jovem não estava procurando trabalho no momento da entrevista, estudava e ajudava sua mãe a arrumar a casa. Ele e o irmão eram responsáveis por todas as tarefas domésticas, com exceção de cozinhar. Sidnei inclusive diz que não queria aprender a cozinhar porque acabaria responsável por isso também e sua mãe teria mais tempo para ficar “batendo papo” com as amigas. Sobre o pai, disse receber apoio para continuar estudando e dinheiro para algumas despesas. Mas considerava seu pai “da antiga”: alguém que achava suficiente o básico, neste caso, terminar o ensino médio e ver os filhos arrumar “emprego do nada”. Já Sidnei achava que teria mais chances se fizesse um curso, o currículo ficaria “mais bonito” com um curso de computação pelo menos, embora reconheça que a indicação pese mais.

Desde os 18 anos pedir dinheiro para o pai ficou mais complicado. Já se considerava velho para isso. Sente-se mal diante dos amigos que com sua idade já tem trabalho, conseguem comprar suas próprias coisas. Reclamara sobretudo da mudança de um amigo depois dele ter encontrado um bom trabalho: “esqueceu de mim, esqueceu do combinado de um indicar o outro”. Em relação à maior ou menor dificuldade em encontrar trabalho pelo fato de ser jovem, Sidnei ironiza: “eu vou falar uma coisa engraçada, é assim, quando você vai procurar trabalho novo você é muito novo, quando você vai procurar trabalho com uma idade razoável não tem experiência, aí você volta, quando você for procurar mais velho você tá muito velho (risos). E que dia vai chegar, né? Sempre tem uma desculpa, né”. Ele gostaria de ter qualquer tipo de trabalho porque avalia que o importante é ter uma

oportunidade de inserção no mercado. Para o futuro, sonhava em fazer um curso para tornar-se policial, mas se conseguisse um emprego em supermercado antes disso seria melhor, pois se sentiria mais independente em relação ao pai.

Falava muito em supermercado porque era o que percebia de chance em seu bairro, que já não tinha firmas, além de ter tido uma experiência de trabalho em um supermercado do bairro, por meio de um projeto social. Considera ter sido esta sua primeira experiência de trabalho, quando adolescente, mas não se lembra a idade. O trabalho na roça, quando criança não contava para ele, em sua opinião era só puxar enxada. Logo quando chegou a São Paulo também vendeu doces conseguidos com seu pai em um bairro “de classe média” próximo à favela onde vieram morar. Mas o único emprego que consegue perceber como emprego é o do supermercado, ainda assim, com dúvidas porque em sua perspectiva: “trabalho mesmo acho que é a pessoa manter (...) registrado assim, trabalho é assim você entrando mesmo. Agora projeto, tipo, entrar num projeto parece que eles não consideram a pessoa, eles falam tipo é um projeto, assim, essa coisa de passar e muitas pessoas zoam, assim. Como do mercado, o pessoal lá de dentro tratava a pessoa mal assim, do projeto”. Em suas falas revelava os problemas de entrar em um emprego por meio de um projeto. Lembra que eram muitos os jovens e quase não havia trabalho para todos, ao mesmo tempo em que precisavam mostrar serviço e havia muita concorrência entre os próprios jovens. Havia boatos de que quem tivesse melhor desempenho poderia ser registrado.

O jovem não soube explicar muito bem a origem desse projeto, disse apenas que foi na casa de um crente, a pessoa que formulou o projeto e preenchia fichas das pessoas para trabalharem em um supermercado do local. Sabia que quem pagava o salário era o governo, não a dona do supermercado. Além disso, todo o mês tinham que dar R\$ 10,00 para o tal crente, o que lhe parecia estranho. De fato, um tempo depois houve a denúncia de uma mãe e o tal crente desapareceu.

Para ele, o fato de não trabalhar acabava fazendo com que se considerasse um moleque: “você se sente bem trabalhando, em qualquer lugar que você vai assim você se sente tipo homem”. Sidnei tinha uma namorada que estava trabalhando, o que por vezes criava alguns constrangimentos para ele: “é duro a namorada ter que pagar um doce para mim, um sorvete, não é?”. Por causa do namoro Sidnei estava sendo pressionado pelo pai de sua namorada para casar-se ou amigar-se, caso contrário não se veriam nunca mais. Juntos há quatro anos, sua namorada tinha engravidado aos 14 anos e perdido o bebê de forma espontânea, mas ele se sentia aliviado. Se a criança nascesse certamente sua “adolescência acabaria, era muita responsa”. Hoje, quatro anos depois, sua namorada passava boa parte do tempo em sua casa, mas Sidnei ainda não se sentia preparado para casar. Vivia um conflito interno: sentia-se velho para trabalhar e novo para se casar.

Achava sua idade ótima porque “você não se preocupa, você fica até de criança, você sabe, você me entende, eu penso assim que ainda não dá pra se preocupar com nada assim, aí a vida já vai mudar, pra frente, depois, aí a idade já vai. Ninguém vai ligar pra você mais, vai ter preocupação com você assim, você vai tá pronto pra casar assim, sair fora. Muita dor de cabeça, não é mais como antigamente e parece que passou ontem aquela vida que você tinha de 18”. O casamento aceleraria esse processo de “envelhecimento” e embora o pai de sua namorada tivesse dado um tempo para que ele refletisse, sua resposta parecia pronta: não assumiria sua namorada e não era necessariamente porque não tinha trabalho, mas sim porque não se sentia ainda preparado para tal.

Ao falar de sua experiência escolar, afirma gostar muito dela, destacando praticamente apenas a zoeira com os amigos e as meninas bonitas. O que menos gostava era de “treta”, das muitas brigas que aconteciam, sobretudo na entrada e saída da escola.

APÊNDICE G – Síntese das entrevistas com os pais dos jovens

ZILDA – MÃE DO MARCOS (GRUPO 2)

(07/06/2006)

A entrevista foi realizada na casa da Dona Zilda, na cozinha, com a televisão ligada. Tentei marcar várias vezes, mas ela nunca queria. Encontrei vários dias no mercadinho onde que ela trabalhava: um dia ela estava passando mal, com bronquite, e recusou-se a dar entrevista, mas conversou quase mais do que no dia da entrevista agendada. Justificou sua reticência dizendo que o seu marido é muito ignorante, “não gosta dessas coisas de ficar falando” e não queria nem que o filho desse entrevista para esta pesquisa.

Conta que moravam em um terreno invadido, muito ruim, num barraco muito simples, depois conseguiram comprar o terreno onde moram hoje. Ela e o marido nasceram na Bahia, mas foi ele quem migrou primeiro para São Paulo, antes do casamento, para trabalhar. Tiveram cinco filhos e foram construindo a vida aos poucos, com sacrifício e ajuda de parentes. O marido lavourista, aqui se tornou pedreiro e camelô. Quando Zilda chegou a São Paulo não trabalhava, pois o marido era ciumento e não queria que a mulher trabalhasse fora. Na sua primeira tentativa de desobediência ao marido, encontrou trabalho numa casa de família e passou a deixar os filhos com uma babá que não cuidava direito das crianças, o que levou Zilda a ficar tomando somente conta da casa. Pensou na possibilidade de deixar os filhos na creche, mas o marido insistiu que lá também os filhos não seriam bem cuidados. Nesse período fez pequenos trabalhos de costura em casa, ofício que havia aprendido com a mãe quando ainda era criança. Depois que os filhos cresceram teve uma experiência de trabalho como cozinheira em um restaurante vegetariano que durou pouco mais de cinco anos. Saiu de lá porque ficou com bronquite em decorrência do trabalho.

Conta que sempre buscou ser amiga dos filhos e conversar sobre o “caminho certo e o errado”. Levava e buscava os filhos na escola, participava das reuniões, procurava as professoras para saber do desempenho deles. Brigou muito com o marido que não gostava de vê-la incentivando os meninos a estudarem quando estes não demonstravam interesse. Zilda insistia porque sabia que era para que tivessem um futuro melhor, mas teve que deixá-los seguir a vida do jeito que queriam. Para ela, Marcos estudou até a 4ª série porque logo arrumou namorada, não se interessava pela escola como o irmão mais velho. Marcos casou-se, logo teve filho, passou dificuldades no início do casamento e chegou a receber ajuda dos pais para comprar alimentos. Até hoje incentiva o filho a estudar e diz que ele tem vontade de voltar para a escola. Afirma que nenhum dos três filhos deu problemas e se orgulha de um deles ter feito faculdade de Letras.

Relata que começou a falar de trabalho com os filhos desde que eram muito pequenos, aos 5 anos. Justifica dizendo que, como ela sofreu muito, não queria que os filhos passassem pelo mesmo sofrimento que ela, que trabalhou demais. Com 18 anos os filhos começaram a trabalhar, mas o pai dizia que o dinheiro era deles, para que fizessem poupança visando comprar um terreno, um carro, pensar no futuro. Zilda entende que os filhos só conseguiram trabalho na maioridade porque para “de menor” é difícil, além disso também havia a falta de estudo. Conta que procuravam qualquer trabalho, mas não encontravam. Então, mantinha os filhos em casa, ajudando nos serviços domésticos. Foi difícil também quando entraram na fase do exército. Faziam bico, não ficavam parados nunca, sempre estavam indo atrás de juntar o dinheirinho deles, conta a mãe.

Zilda se orgulha dos elogios que recebe pela criação dos filhos. Criou todos eles na favela, “sem pancada”, ensinando a ter respeito e educação. E conclui: “peço a Deus pra me dar uma direção, saber cuidar deles e a educação e o respeito vem do berço, do jeito que meu pai e a minha mãe fez comigo eu fiz com meus filhos, em primeiro lugar o respeito e a educação, respeitar os mais velhos”. É a Deus também que atribui às mudanças positivas na vida de todos da sua família. Ela, que frequenta os cultos da Igreja Universal do Reino de Deus, justifica: “quando eu não conhecia esse Deus eu vivia numa situação tão ruim, meus filhos doentes, até comida faltava dentro da minha casa, aí eu orei com fé e determinação, Deus ajudou a gente”.

ADÃO – “PAI” DE ANITA (GRUPO 3) **(09/03/2006)**

Adão tem 55 anos e é branco. Não é o pai biológico de Anita, é seu padrasto e a cria desde que era muito pequena. Nasceu numa família pobre do interior do São Paulo, cujos pais migraram para o Paraná em busca de melhores condições de trabalho e lá tiveram seus filhos. Quando criança trabalhava na lavoura para ajudar os pais. A família se mudou para São Paulo com Adão entrando na adolescência. “De lá para cá”, como diz, vem trabalhando na construção civil. Considera que sempre foi muito feliz nesse setor, embora tenha trabalhado numa época em que os acidentes de trabalho eram constantes pela ausência de equipamentos de segurança. Conta que parou de estudar até na 3ª série de ensino fundamental porque começou a trabalhar, mas com seus mais de 25 anos de experiência conseguiu atingir um “cargo elevado” no ramo, é mestre de obras. Também já teve experiência com um pequeno negócio de fornecimento de marmiteix para a construção civil e como motorista. Atualmente, não está trabalhando, “está batalhando”. Recebe o seguro-desemprego e espera ser chamado quando houver vagas. Sai à procura de emprego em novas obras e recebe indicações de amigos. Não está conseguindo. Diz que agora sente um pouco de dificuldade para ser contratado por causa da idade, afinal há outros candidatos bem mais novos que desempenham o mesmo serviço que ele com mais rapidez. Por estar recebendo o seguro-desemprego, Adão “agradece muito essa ajuda do governo”, pois é um auxílio importante para as despesas do dia a dia.

Sobre a educação dos três filhos (dois rapazes e uma moça), preocupa-se com o fato de estarem expostos ao tráfico de drogas e à criminalidade. Busca ensiná-los a ser honestos, a não se envolver com drogas, a manter a boa convivência com os vizinhos “bons” e “maus”. E também a tratar a escola “com carinho”: respeitar o professor como se fosse um pai, e a professora tal qual a mãe. Diz que os jovens devem se conscientizar que a escola também é deles, que é o início para se ter sabedoria, inteligência. Acha que os alunos, de um modo geral, não respeitam os professores, e tem certo saudosismo da escola que frequentou: onde se cantava o hino nacional e o hino da bandeira, comemorava-se o dia da independência do Brasil. Para a melhoria da escola atual, sugere que essas atividades sejam retomadas, assim como propõe a participação de escoteiros e guardas mirins dentro das escolas, reuniões bimestrais e participação ativa dos pais para “expulsar os vândalos”.

Conta que Anita chorava ao voltar da escola, não gostava dos colegas nem da professora, e foi aos poucos se adaptando. Foi assim também quando a filha frequentou o curso de inglês, já que o pai teve que insistir para que ela continuasse. Parou por falta de dinheiro, fez três anos. Acha que a filha teve o “pai errado” porque leva muito jeito para estudar, tem vontade, é curiosa, mas Adão não tem dinheiro para pagar cursos, embora considere que eles vão fazer falta mais tarde. Para ele, a idade ideal para começar a trabalhar é aos 13 anos, pois nesta fase são somente quatro horas diárias de estudo e o restante do tempo pode ser ocupado com trabalho, sobretudo para que os jovens não tenham “pensamentos malignos”. Independente da situação financeira, o importante é manter-se ocupado. Acha que o jovem acaba se entusiasmando com o trabalho a partir do momento em que começa a ter dinheiro para comprar as roupas, os tênis que desejam. Diz que hoje está difícil para os jovens arrumarem emprego por conta da falta de experiência e do preconceito com alguns gostos, como a tatuagem pelo corpo e o uso de brincos, no caso dos meninos. Avalia que o “governo” poderia ajudar nisso, encaminhando os jovens para estágios, numa espécie de preparação para a vida adulta. Até para que os jovens passem a valorizar o que é conquistado pelo próprio suor, pelo esforço. O começo pode ser uma sorveteria, uma lojinha, um mercadinho, mas não é qualquer trabalho: não pode ser nada perigoso e deve durar apenas meio período. Adão comenta que o trabalho tem uma importância na vida dos mais pobres, já que estes não têm assistência do governo para estudar, como os mais ricos, e precisam ter o próprio dinheiro para investir em qualificação.

Para ele, o PBT foi bom, mas considera que a prefeitura errou ao não ocupar os jovens com cursos de meio período e não contratar “professores rígidos”, que dessem atividades valendo nota. Além disso, gostaria que fossem aproveitados espaços vazios (como galpões, terrenos) para oferecer cursos, como computação, que ocupassem o tempo dos jovens e os ajudasse a construir seus objetivos de vida. Para os filhos, Adão deseja que consigam arrumar um trabalho digno e honrado, e pondera: “você pergunta profissão e eu digo, desde que seja um trabalho digno e honrado. Do jardineiro ao padeiro é bom. Desde que a pessoa faça o que ele gosta de fazer”. E com registro em carteira, para garantir a aposentadoria.

ISADORA – MÃE DA RAFAELA (GRUPO 3) (22/04/2005)

Isadora, 55 anos, nasceu em São Paulo. Criada pela avó desde os 12 anos, casou-se aos 30 anos e teve três filhos. Separou-se do pai dos seus filhos há mais de seis anos, mas só recentemente deixaram de morar na mesma casa. Começou a trabalhar com serviços domésticos em casa de família aos 10 anos. Aos 13, com autorização do juizado de menores, passou a trabalhar na linha de produção de uma gráfica e por lá ficou até os 26 anos. Trabalhou durante as suas duas primeiras gravidezes em gráficas, mas parou porque deixava os filhos com sua mãe e seu padrasto implicava com isso. O marido também dizia que ela não precisava trabalhar: “você fica em casa cuidando dos meninos”. Chegou a ficar 19 anos desempregada, embora tenha procurado trabalho depois que Rafaela nasceu. Teve dificuldades e acha que foi por conta da idade e da falta de estudo. Ficava chateada porque encaminhava o currículo, mas diz que “não tinha aquele currículo bom porque não tinha estudo, né”. No período de desemprego vendeu Avon, Yakult, Natura. Depois trabalhou seis anos como diarista até que se tornou agente comunitária de saúde, por meio de concurso, há quatro anos. Foi líder comunitária antes deste emprego, atuando na distribuição de leite para a população carente e na luta por moradia. Conta que quando solteira estudou até o ensino fundamental, mas depois que os filhos estavam grandes voltou para a escola, junto com os filhos, até concluir o ensino médio. Mas pretende ir além, fazer faculdade quando for possível.

Isadora nota uma diferença muito grande da época da sua juventude e a de seus filhos. Diz que havia bailinhos em casas de famílias, enquanto hoje há salões de baile. Além disso, percebe que os jovens não estão tendo grandes chances de emprego atualmente, conta que antes o candidato fazia o seu preço para o empregados, tinha a possibilidade de escolher porque havia bastante emprego e oportunidades de crescimento dentro da firma. Hoje, afirma que não há como crescer em lugar nenhum. Acha que o país, em matéria de estudo e emprego, não está dando oportunidades aos jovens: “eu tive oportunidade, eles não estão tendo”, nem o rico nem o pobre. Valoriza muito o emprego, pois este seria a alternativa para que os jovens não fiquem fazendo “bagunça”, fumando droga. Como outros pais, também pondera: “uma cabeça vazia é oficina do diabo como dizia minha mãe e é mesmo, vai fazer coisa que não presta”. Relata que começou a falar com os filhos desde os 12 anos, os estimulou a fazer cursos que os ensinasse a se comportar em entrevistas de emprego e nas empresas. Sobre Rafaela, diz que a filha enviou currículos, aguardou telefonemas e acabou ficando desiludida. Acha que hoje há menos vagas porque as empresas saíram de São Paulo e o que restou são escritórios, que exigem “um bom estudo”, que logo explica: pelo menos o colegial e cursos como informática. Às vezes pensa que é falta de vontade da filha de correr atrás, de levantar cedo para procurar emprego. Já cogitou acompanhar a filha e até conversar com os contratantes para explicar para eles que “a filha está precisando de emprego”. Quando avalia as dificuldades, diz que os jovens sofrem mais no mercado de trabalho que os adultos. E como consequência acabam ficando desanimados, “mesmo andando em grupos não tem garra para lutar pelo que querem, são preguiçosos”.

Sobre o PBT, disse que ficou muito contente porque os três filhos foram chamados e achou que seria uma oportunidade de trabalho. Mesmo não sendo o que esperava, considera que o programa deveria continuar e se estender para outras famílias, já que foi muito bom para os seus filhos. Para ela, era uma forma de incentivar os jovens a ter o próprio dinheiro e saciar seus desejos de consumo. Além de ocupar o tempo deles: para se sentirem úteis, não pensarem em coisas erradas, criarem ânimo para a vida. Ao menos na vida dos seus filhos o PBT desempenhou esse papel. Não lembra exatamente o que os filhos faziam, mas sabia que não era um emprego, “era mais uma escola pra eles”. Considerou que foi uma boa experiência e achou correto que participassem dos cursos em troca da bolsa.

Avalia que o momento ideal para se começar a trabalhar é após a conclusão do ensino médio, que é “o mais essencial dos estudos”. Antes disso, acha que o trabalho mexeria muito com a cabeça do adolescente, tendo em vista que “a cabeça do adolescente é um caos”: eles desistem facilmente das coisas, precisam se muito incentivados, não têm a preocupação de estudar. Depois de já estarem trabalhando, os próprios jovens poderiam usar o salário para investir em cursos ou na faculdade. É isso ao menos que espera para seus filhos, quer ver todos encaminhados: “plano assim de um dia ver eles com a família deles, ter uma casa, um emprego, não digo assim um bom emprego; hoje em dia não dá nem para falar em bom emprego, é ter a sorte de ter um emprego”.

ISAURA – MÃE DA ANITA (GRUPO 3) **(07/03/2006)**

Isaura mudou-se da Paraíba para São Paulo em 1987, mesmo não tendo pretensões de morar aqui para sempre. Só se mudou para cá porque a vida estava difícil e quase não havia emprego onde morava. Migrou depois de ouvir um anúncio numa rádio de vagas para auxiliar de limpeza no ramo da construção civil. Também ouvira falar que por aqui havia vagas porque os paulistas eram preguiçosos, não eram trabalhadores. Nessa época estava separada do marido, pai dos seus dois filhos. Deixou as crianças aos cuidados da ex-sogra e veio tentar a sorte. Voltou dois anos depois para buscar Anita, a filha mais velha. O mais novo continua morando com a ex-sogra e Isaura tem pouco contato com ele.

Quando morava na Paraíba, com a avó, Isaura estudava em escola particular. Foi até a 8ª série e parou por causa do casamento, aos 17 anos. Em São Paulo voltou a estudar, concluindo o ensino médio. Casou-se novamente e teve mais um filho. Trabalhou fazendo faxina, passando roupa e teve várias experiências como camareira de hotel. Continua empregada atualmente nesta área, mas o marido não está trabalhando. Depois de morar de aluguel conseguiu sua casa própria por meio de um mutirão. Mas tem vontade de se mudar do bairro onde mora por causa da vizinhança, embora o marido ache que a família tem que esperar mais um pouco para valorizar o local e venderem a casa por um preço melhor. Neste momento, só ela e o seu filho de 16 anos, que engravidou recentemente a namorada, estão trabalhando.

Ao falar de Anita, Isaura diz que a filha cuida muito bem da casa, só deixa a desejar em relação à comida, ainda não sabe cozinhar direito. Conta também que a filha é muito insegura e está sempre pedindo conselho aos pais para tomar decisões, talvez por ter sido muito protegida e mimada. Relatou que ela mesma soube do PBT por intermédio de uma amiga e fez a inscrição da filha, ao mesmo tempo em que se inscreveu no Renda Mínima. Chegou a dormir na fila para garantir ao menos a inscrição de todos, “porque a situação em casa não estava boa”. Logo depois, “Deus ajudou”, a filha foi chamada e a mãe contemplada pelo Renda Mínima, de modo que os auxílios recebidos ajudavam na compra material escolar, roupa e comida. Sempre organizada com a escola, a filha nunca repetiu o ano. Então os pais esforçaram-se para pagar um curso de inglês para ela que, muito tímida no convívio com outras pessoas, chorava para não ir para o curso, assim como chorou nos primeiros dias do seu primeiro emprego. Para a mãe, só depois que Anita fez cursos de computação e telemarketing é que conseguiu amadurecer um pouco. Mas comenta que, mesmo sendo tímida e insegura, foi Anita quem teve interesse em procurar trabalho quando os pais ficaram desempregados. Para Isaura, o fato de ter concluído o ensino médio ajudou a filha a conseguir trabalho numa grande loja de departamentos. Agora a filha está desempregada, o que para a mãe é bom e ruim ao mesmo tempo: bom porque a filha limpa a casa, lava a roupa, faz comida. E ruim porque é uma renda a menos. Já a filha reclama de ficar em casa sem trabalhar, embora ainda não tenha decidido o que quer fazer em termos profissionais. Isaura reconhece que não se preocupa tanto com a situação de Anita, é mais apreensiva com o rapaz, pois “mente desocupada é oficina do Diabo, né?”. Pensa sempre em vê-lo ocupado para não se envolver com “meio fácil de ganhar dinheiro” ou drogas.

Isaura identifica que há mais dificuldades para os jovens encontrarem trabalho, até porque eles não têm muita noção de como se comportar, não se preocupam com a aparência, não têm preparo para passar na entrevista de seleção. O que ela que ajuda muito é ter indicação para alguma vaga. Mesmo diante dessas dificuldades, ela é otimista em relação aos seus filhos, embora afirme que sente medo que sofram “preconceito de cor”. Deseja que o filho seja advogado e Anita professora de inglês, “mas nunca assim faxineiro, trabalhar em obra que nem os peão porque eles trabalham muito”. Relaciona essas profissões à baixa escolaridade, por isso diz que também sempre incentivou a escolarização dos filhos e sonha que façam faculdade: “fazendo uma faculdade o mercado de trabalho vai abrir mais”.

Acredita que dá para conciliar trabalho e estudo, já que as oportunidades de empregos melhores ou uma promoção estão relacionadas ao estudo. Mas tudo depende muito do interesse dos alunos em aprender. Ela mesma teve vontade de voltar a estudar por causa do mercado de trabalho, queria ter ao menos o ensino médio, uma vez que já tinha até perdido uma oportunidade por conta da falta de estudos. Quando compara a época da sua juventude com a de seus filhos, diz que antes o foco era ser uma pessoa honesta e ter trabalho. Hoje o foco está na droga, por isso que muitas mães desejam uma ocupação para o filho, tanto nas famílias ricas como nas pobres.

LOURIVAL – PAI DA RAFAELA (GRUPO 3)
(13/03/2006)

Lourival me concedeu uma longa entrevista em companhia do filho mais novo, que interferiu em vários momentos, contestando as respostas do pai ou complementando-as. Depois de alguns minutos de conversa, revelou que aceitou conversar comigo porque imaginou que eu era de alguma empresa e iria arrumar um emprego para os seus filhos. Desfeito o mal-entendido, não viu problemas em continuar sendo entrevistado.

Relatou que migrou para São Paulo aos 8 anos com a família, bem pobre, em busca de melhores condições de vida. Aqui em São Paulo trabalhou registrado em indústrias metalúrgicas, mas já tinha tido experiência no trabalho da lavoura e da construção civil. Comentou que nunca fora promovido em nenhuma empresa, sempre trabalhou na linha de produção, até porque “não teve força de vontade de crescer na vida”, pois como teve muito pouco achava que ter um trabalho já era “tudo”. Desempregado há dois anos, não está procurando emprego atualmente, está “correndo atrás de papeladas” para se aposentar”. Separado da mãe dos seus filhos, enfatiza que não abandonou a família, considera que tem um relacionamento muito bom com a ex-mulher e os três filhos.

Estudou até a 4ª série do ensino fundamental, “devido a pouca cultura dos pais”, e não tem vontade de continuar. Diz que quando veio para São Paulo era mais fácil arrumar emprego, hoje a dificuldade existe “devido às leis governamentais também, o governo mexeu muito com as leis, a informatização mudou muito também, hoje em dia um computador trabalha pra 20, 30 pessoas, um robô trabalha pra 19 pessoas”. De todo modo, acha que os filhos estão numa situação melhor que a sua “em termos de conforto, alimentação, geral, criação, estudo”, embora tenham dificuldade de arrumar emprego. No caso dos seus filhos não avalia que tenham um currículo ruim, considera que dois deles estão desempregados porque não têm experiência. Nesse caso, não somente experiência em alguma atividade específica, mas com o ambiente de uma empresa de um modo geral: “tanto na ordem material, produtiva, quanto ambiental, coleguismo, leis trabalhistas, horário, determinação, tudo isso, não tem experiência nenhuma a respeito disso aí, toda firma tem normas”. Além disso, considera que há muita burocracia para se conseguir um emprego: antes era só preencher uma ficha, agora é currículo feito no computador, tem dinâmica, entrevista, exigência de que o candidato more perto da empresa, que tenha mais escolaridade e cursos. Nesse sentido, sugere que a prefeitura poderia oferecer cursos profissionalizantes e encaminhar os jovens para um estágio para facilitar a entrada deles no mercado de trabalho.

Também identifica que há muita concorrência e preconceito em relação ao modo de vestir ou de falar de alguns, à timidez de outros, e à cor. Lourival diz que já conheceu quem foi discriminado numa seleção de emprego por ser negro. Quanto à interferência da idade, Lourival acha que está difícil para desempregados de todas as idades, sobretudo para os jovens que nunca trabalharem. Sua maior preocupação é que os filhos arrumem um trabalho para custear os estudos, mas para além disso pontua que “trabalho é tudo, trabalho é dinamismo, trabalho é conforto, trabalho é vida”. Para ele, não há necessidade de se insistir com os filhos para procurarem trabalho, “eles sabem que é pra ajudar a mãe e pra ajudar a casa, pra se vestir e pra se divertir, eles tá sabendo que precisa de dinheiro, todo mundo precisa de dinheiro”. E todo mundo precisa do trabalho para ficar ocupado, criar responsabilidade, desenvolver outra forma de agir e pensar.

Lourival crê que não existe uma idade específica para se começar a trabalhar, mas avalia que 18 anos é uma idade boa porque a pessoa atinge a maioridade. O importante é ter um trabalho, pode ser qualquer um desde que seja com registro para que se tenha os direitos garantidos. Outro ponto que valoriza é o salário e, para ele, os salários mais altos são pagos por multinacionais. Como dois dos filhos não estão trabalhando, sente que isso os “prejudica psicologicamente”, pois não têm dinheiro para comprar o que querem ou passear. E se preocupa muito com o envolvimento deles com drogas e “pessoas que não têm responsabilidade”. Embora destaque que sente falta de estar trabalhando e ter o próprio dinheiro porque gosta de se vestir, comer bem e passear, revela que o que deseja mesmo é ver os filhos arrumando um emprego e fazendo faculdade: “mais eles do que eu, porque eles tão começando, eu já tô coroa”. Diz que conversa com os filhos e os respeita, só não gosta que briguem e que passem a noite fora. Neste momento, o filho mais novo, que acompanhou toda a entrevista, interfere para dizer que se ele e a irmã Rafaela estivessem trabalhando não haveria essa cobrança: quando trabalham o tratamento é diferente, podem fazer o que querem depois do trabalho.

MARINA – MÃE DA IVETE (GRUPO 3)
(09/03/2006)

Marina migrou de Minas Gerais com o marido para fazer em São Paulo o tratamento de uma úlcera grave e não voltou mais. Antes disso, aos 11 anos, trabalhava na roça, ajudando os pais e os irmãos. Frequentou a escola por cerca de uma semana. Não quis continuar estudando porque na época em que “estava no ponto de ir para a escola” optou por trabalhar, não queria ver a família “passar necessidade dentro de casa”. Além do mais, teria que andar “horas e horas” para assistir as aulas. Os pais também preferiram ver os filhos ajudando na lavoura. Depois de adulta, com pouco mais de 50 anos, teve a possibilidade de estudar por meio do programa “Começar de Novo”, mas desistiu porque considera que com essa idade “não precisa aprender muita coisa mais, não”. Marina se inscreveu no programa porque queria arrumar um trabalho, não teve paciência para fazer cursos de artesanato nem queria ser alfabetizada, das poucas vezes que foi às aulas ficava desligada, pensando nos filhos que estavam em casa e nos serviços domésticos por fazer.

Conta que o marido foi embora depois de 30 anos de casamento porque tinha ciúmes de ver a mulher saindo para trabalhar. Ela relata não gosta de ficar parada, acha que atrapalha até a sua saúde: perde o apetite, perde o sono. Já trabalhou com faxina, em cozinha de restaurantes. Há quase cinco anos está desempregada. Faz os bicos, os “quebra-galhos” que aparecem para ter sua própria renda. Não sai à procura, vez ou outra conversa com amigos para saber onde há vagas, pois ainda tem esperança de voltar a trabalhar. Acha que está “difícil demais uma mãe de família arrumar um serviço hoje”, ainda mais registrado. E reclama muito porque ouve que “para o trabalho está velha e para a aposentadoria está nova”. Mesmo considerando que dá conta do serviço, mais até do que mulheres mais novas, porque estas “não querem nada com a dureza do serviço pesado”. Diz que não escolhe trabalho, contanto que trabalhe está bom, nem espera que seja com registro. Outro ponto que acha que está atrapalhando é o fato de não ter estudado: “porque hoje se a pessoa não tiver leitura nada feito”. Também reclama dos valores exigidos para a contribuição ao INSS como autônoma e ressalta que não tem condições de tirar R\$60,00 do orçamento doméstico todo mês para garantir sua aposentaria.

Conta com a ajuda dos filhos para as despesas da casa, mas se define como uma mãe que não gosta de ficar “amolando os filhos” para pedir dinheiro. Diz que Ivete a ajuda muito, “praticamente sustenta a casa”. Quando Ivete se casar pretende voltar para Minas Gerais, pois acha que lá é mais fácil a sobrevivência, mesmo sem trabalho: planta-se o que se vai comer, arruma-se uns bicos. Acha que se pudesse voltar no tempo, faria tudo diferente em relação à educação dos seis filhos: daria tudo que pudesse a eles, principalmente mais brinquedos. Relata que “sofreu demais para os meninos estudarem”, não tinha dinheiro para roupas, calçados, não os colocava para ajudar nos serviços domésticos para que pudessem se dedicar aos estudos e não os deixava faltar nenhum dia. Mas os rapazes estudaram até a 4ª série e passaram a trabalhar na roça. A única que concluiu o ensino médio foi Ivete, que se beneficiou da situação financeira um pouco estabilizada da família na época. Acha que os filhos devem começar a pensar em trabalho quando estiverem namorando, se preparando para casar. No caso das moças, devem ir aprendendo o serviço doméstico, “para irem pegando responsabilidade”, e depois devem trabalhar fora, “para não depender somente dos maridos”. Para ela, o momento ideal para procurar trabalho é depois que se conclui o ensino médio.

Marina diz que passou a se preocupar mais com Ivete quando os outros filhos se casaram e ficaram somente as duas na mesma casa. Antes considerava que somente ela deveria trabalhar. Hoje avalia que agiu errado, que a partir dos 18 anos já deveria ter estimulado a filha a pensar nisso. Quando fez a inscrição da filha no PBT esperava que Ivete fosse conseguir fazer faculdade, não estava esperando um emprego. Pagar a faculdade não foi possível, mas a bolsa da filha ajudou muito porque a mãe estava desempregada na época. Conta também que não gostou da filha ter saído do emprego numa padaria para abrir a pequena gráfica com as irmãs, pois acha que se trata de um negócio muito instável: tem momentos em que há demanda de trabalho, outros não. Queria que Ivete tivesse agüentado a pressão do chefe até arrumar outro emprego, uma vez que entende que o registro é importante pelos direitos que oferece, pela aposentadoria. De todo modo, considera que agora é uma época melhor se conseguir emprego. Só está difícil ver os jovens conservando o trabalho: poucos dão valor à atividade que tem e “não esquentam a cabeça para arrumar outro emprego” quando são demitidos.

DANILA – MÃE DO CLEITON (GRUPO 4)
(11/03/2006)

Nascida no município de Serra Preta, na Bahia, Danila migrou para quando criança para a cidade de Feira de Santana, no mesmo estado. Lá conheceu o marido e teve dois filhos. Depois de nove anos de casamento, seu marido ficou desempregado e a família “começou a passar necessidade”. Foi então que o marido resolveu vir para São Paulo em busca de uma oportunidade de trabalho, deixando o restante da família na Bahia. Danila não ficou satisfeita com tal situação: os filhos sentiam a falta do pai e ela continuava tendo dificuldades financeiras. Além disso, um dos filhos havia sofrido um acidente e ficou com dificuldades de locomoção, o que estimulou Danila a vir para São Paulo atrás do marido e em busca de tratamento adequado. Veio de surpresa, depois de ter vendido os eletrodomésticos que tinha em casa para comprar as passagens.

Aqui as dificuldades continuaram, a família toda passou a morar em um único quarto, mas ao menos Danila conseguiu matricular o filho para tratamento na AACD. Este filho falecera com 15 anos, o que é uma história que a emociona muito, sobretudo pela luta que teve para tratá-lo e possibilitar a ele uma vida como a dos outros filhos. Danila tocou a vida e teve mais um filho. Durante a gravidez trabalhou como auxiliar de limpeza. Saiu deste emprego por conta dos enjoos e nessa época recebeu ajuda de um grupo da igreja evangélica que frequenta, ganhando todo o enxoval. Para ajudar o marido, começou a bordar panos de prato e a vendê-los na garagem da casa. Cansou desse serviço e passou como renda com o aluguel da garagem. Destaca que sempre está fazendo alguma coisa: já vendeu arranjos de flores, imãs de geladeiras, enfeites para a casa para ajudar o marido nas despesas da casa, e também para “a condução” e “os cursos” dos filhos. Não gosta de ficar esperando nem pedindo ajuda de ninguém. Já trabalhou também como cozinheira e atendente uma perfumaria. Agora cuida de uma criança para colaborar com o marido frentista.

Sobre Cleiton, diz que deu trabalho na escola, era muito agitado. Mas nunca desistiu nem repetiu o ano. Conta que “sempre ficou no pé dos filhos para estudarem”, acha que a escola é importante para adquirir conhecimento, além de ser um facilitador na hora de conseguir emprego. Já no seu caso, revela que sempre teve vontade de estudar, mas o pai achava que só os meninos podiam, se as meninas aprendessem a ler e escrever iam ficar fazendo bilhetes para namorado. De tanto insistir com a mãe, foi para a escola. Aos 12 anos parou de estudar para trabalhar em casa de família, voltou a estudar à noite e concluiu o ensino fundamental com supletivo. Parou duas vezes e voltou. Terminou o ensino médio em um curso por correspondência. Tentou cursar técnico em enfermagem, mas desistiu porque as crianças ficavam sozinhas, trancou a matrícula para cuidar dos filhos. Voltou a trabalhar fazendo limpeza, procurou muito em agência, no jornal, mas só conseguiu por intermédio de uma amiga. É enfática ao dizer que não se considera uma pessoa com profissão definida porque não fez faculdade e revela que seu maior sonho é ver pelo menos um filho formado na faculdade. Já o marido acha que “isso é para filhinho de papai, é para quem pode”.

Conta que foi ela quem falou para o filho se inscrever no PBT. Foi na mesma época em que Danila se inscreveu no Bolsa Família e no Começar de Novo. Para ela, a bolsa ajudou muito, mas acha que o que faltou no programa foi o encaminhamento dos jovens para uma empresa. Conta que o primeiro trabalho de Cleiton foi na cooperativa e que acha ele mais “relaxado” que seus outros filhos. Ela avalia que a experiência da cooperativa foi boa, pois ele adquiriu conhecimento, mas “agora não dá mais”, e enfatiza que “ele precisa arrumar um trabalho certo”, já que não considera trabalho que não é registrado”. Tenta respeitar o filho, sabe que “ele é mais ligado ao conhecimento”, “gosta de fazer cursos e de ficar na cooperativa”, mas deseja que ele arrume um trabalho logo, até para ele pagar os cursos que quiser ou cursar a tão desejada faculdade.

Acha que é por falta de oportunidades que os jovens se envolvem com drogas, já que ficam com a “cabeça desocupada”. E assinala que é papel dos governantes oferecer cursos que preparem para o mercado de trabalho, como informática e inglês, e encaminhar para emprego, sobretudo no caso dos mais pobres. Mesmo reconhecendo que qualquer trabalho é bom para adquirir responsabilidade, dignidade e se sentir útil, Danila não quer que os filhos tenham qualquer trabalho: quer que tenham uma profissão: “eu sempre falo que quando eu ver meus filhos, todos formados, trabalhando, com uma profissão, aí Deus pode me levar, tranqüilo, sem problemas, mas por enquanto, não”.

EXPEDITA – MÃE DA SILVIA (GRUPO 4)
(11/03/2006)

Fiz a entrevista entre uma unha e outra que a mãe de Silvia fazia. Ela quase não tinha tempo para entrevista, estava bastante reticente em falar. Não me contou que seu marido havia saído de casa, foi Silvia quem falou depois. Certamente não ficou à vontade na entrevista, nem para falar de si e nem para falar da filha. Mas relatou que nasceu em Minas Gerais e desde os 12 anos já trabalhava, pois perdeu o pai muito cedo e a família era grande, “tinha que estar trabalhando pra se ajudar”. Geralmente, fazia faxina em casa de família, já que “não tinha muita escolha”, a cidade era pequena. Migrou de Minas Gerais depois do casamento, junto com o marido, visando encontrar melhores condições de trabalho. Mesmo achando que a situação está difícil em todo lugar, pensava que “São Paulo ainda é o melhor lugar que a gente consegue melhor sobreviver”. Tinha 23 anos e o marido foi trabalhar numa pequena fábrica de bolachas.

Em São Paulo Expedita continuou fazendo faxina. Só parou de trabalhar quando engravidou. Teve duas filhas. O marido não queria que ficassem na creche, nem queria pagar para alguém cuidar das crianças. Ficou fora do mercado de trabalho e não se arrepende porque considera que pôde dar uma boa educação para as filhas. Voltou a trabalhar em casa de família faz dois anos para ajudar no orçamento da casa e porque queria se ocupar, já que “só o marido trabalha” e as filhas estão crescidas. Mas afirma que não é este o trabalho que quer para si, pretende ter uma colocação melhor, prestar concurso público, pois acha que vai ser difícil arrumar um bom emprego agora que está com mais de 40 anos. Neste momento, aproveita para dizer que a filha mais velha “está só na cooperativa”, dando a entender que não vê essa experiência como um trabalho.

Avalia que a situação está difícil para os jovens e os mais velhos. No caso dos jovens, falta a experiência; já para os mais velhos há o preconceito de acharem que eles não têm mais habilidade, não tem “condições”. Expedita discorda uma vez que considera que os mais velhos estão aptos para o trabalho por terem a tão requerida experiência. Quanto aos jovens, diz que cobram muito a experiência, mas “ninguém dá o serviço”. Para ela, o ideal seria que os jovens conseguissem um trabalho de meio período para se ocuparem e não ficar na rua sem fazer nada ou no bar bebendo, tanto no caso dos meninos quanto das meninas. Serviço seria a melhor ocupação dos jovens, até porque a maioria dos pais trabalha fora e nem tem tempo para ficar com os filhos. Acha que “os jovens hoje podem conciliar muito bem a escola e o trabalho”. Conta que sempre aconselhou suas filhas a estudar e trabalhar para que elas tivessem uma ocupação. Ela mesma, que havia parado de estudar na 5ª série, retomou os estudos depois das filhas adolescentes. Sentiu dificuldades no início, mas prosseguiu até concluir o ensino médio. Sentia-se motivada pela expectativa de ter outro emprego, melhor.

Expedita hesitou ao sugerir a idade ideal para os jovens saírem à procura de trabalho, pois considera que varia de acordo com o amadurecimento de cada um, embora considere que as meninas amadurecem e criam responsabilidade mais cedo que os meninos. De todo modo, pensa que com 12 anos dá para começar a pensar em trabalho, inclusive para o jovem já ir adquirindo experiência, contando como tal também um curso. A mãe de Silvia considera que com 18 anos, idade em que se já se deve ter concluído o ensino médio, a pessoa deve estar encaixada no mercado de trabalho, mas reconhece que nem sempre é assim. Preocupa-se com as mudanças do mundo e os efeitos da globalização no mercado de trabalho, visto que para os mais pobres é difícil ter dinheiro para fazer os cursos que passam a ser exigidos e “coisa da prefeitura são muito poucas as vagas”.

Foi ela quem inscreveu Silvia no PBT. Pensou que seria interessante para ocupar o seu tempo. Achou boa a experiência, gostou da oportunidade do curso e do fato de ter sido encaminhada para a cooperativa. Ao falar sobre a filha, diz que Silvia tem idade para trabalhar, mas não procura, está na cooperativa e faz faculdade. Esta última é motivo de orgulho para a mãe, diz que a família ficou muito feliz quando Silvia passou no vestibular. Quanto à cooperativa, Expedita não mostra o mesmo entusiasmo, embora afirme que não insiste para a filha fazer outra coisa, já que ela está fazendo algo que gosta. Diz que respeita a opinião da filha, e aposta que o estudo universitário vá garantir seu futuro. Depois reconhece que: “na verdade, eu gostaria que ela já estivesse num emprego, assim que tivesse já ganhando seu próprio sustento”. Para o futuro das filhas, revela não planejar muito, “deixa as coisas acontecerem”, mas espera o melhor: vê-las se formando e trabalhando.

MÁRCIA – MÃE DO ALESSANDRO (GRUPO 4)
(01/03/2006)

Márcia migrou de Alagoas aos 23 anos, ainda solteira, fugindo dos maus-tratos da família que a criava em decorrência da morte dos seus pais quando ainda era criança. Casada duas vezes, hoje Márcia cria os três filhos sozinha. O primeiro marido morreu e do segundo ela se separou por conta dos problemas dele com o alcoolismo. Considera-se uma pessoa que está batalhando a vida e se diz muito preocupada com a situação de emprego ou desemprego dos filhos. Vive dando conselhos a eles para que se interessarem por trabalho, sobretudo agora que está com problemas de saúde e não pode mais trabalhar como doméstica.

Desde que veio para São Paulo trabalha em casa de família, mas relata que nunca trabalhou com registro, “sua carteira está “limpinha”, apesar dos mais de trinta anos de trabalho. Foi até uma das patroas quem conseguiu um apartamento do CDHU onde a família mora e a ajudou a pagar as primeiras prestações. Só estudou até a 1ª série do ensino fundamental, ainda quando estava em Alagoas. Aqui em São Paulo tentou voltar a estudar, no supletivo, depois dos 30 anos, mas não deu continuidade, ficava muito cansada com a tripla jornada: trabalho fora, trabalho em casa e escola à noite. Sentia muita dificuldade, principalmente com a leitura. Atualmente, Márcia não está trabalhando nem estudando, parou de trabalhar há quase um ano por conta das dores nos braços e mãos, depois descobriu que tinha pedra na vesícula e lúpus. Está muito preocupada porque “a situação está apertando em sua casa”, já que a única renda fixa vem da pensão dos seus filhos mais novos.

É só ela também quem faz o trabalho de casa, diz que Alessandro é muito desmazelado até com as próprias roupas e objetos pessoais. Conta que o filho “é muito sossegado”. Ela insiste para que ele procure um trabalho, tenha carteira registrada. E o filho sempre responde pedindo paciência à mãe. Márcia quer que o filho tenha um emprego, não gosta do fato dele estar na cooperativa e nem de fazer bicos em casa porque considera que “é muito esforço e pouco retorno financeiro”. Além de reclamar do aumento dos gastos com luz e telefone por causa do uso da internet para esses bicos. “Fica muito no pé dele”, briga, fala para ele procurar trabalho desde que ele tinha 18 anos, mas “não tem jeito”. Acha que Alessandro gosta mesmo é de moleza. O filho diz que sai em busca de trabalho e não encontra. A mãe acha que o filho nunca sai. E não se empolga com a atividade do filho na cooperativa: “mas que serviço danado é esse que a gente não vê um tostão?”.

Reconhece que na cooperativa o filho aprendeu muitas coisas, “mas lucrar ele não lucrava nada”, por isso acha que o filho “deveria procurar uma coisa melhor, ir trabalhar, ter o dinheirinho dele todo mês”. Foi ela quem inscreveu Alessandro no PBT. Ficou sabendo do programa por intermédio da recepcionista que a atendeu no dia em que foi fazer sua inscrição par o Renda Mínima. Comenta que a bolsa foi uma ajuda boa, mas não sabe dizer se o filho fez curso ou não, só sabe que depois foi encaminhado para a cooperativa e lá também recebia uma ajuda financeira todo mês. Para ela, o PBT foi uma ajuda, uma “sorte” até. A bolsa permitiu que o filho comprasse um computador, roupas e outros objetos pessoais. Mas agora não vê futuro nos bicos que Alessandro faz, tampouco na cooperativa. Diz que desde que os filhos foram pegando uma idadezinha foi falando “agora vocês têm que trabalhar e me ajudar”. Mas acha que está difícil conseguir trabalho, só se for “através de outras pessoas”, mesmo no caso de quem manda currículo para todas as vagas que aparecem.

O único elogio a Alessandro aparece quando a mãe fala sobre a escola. Conta que o filho sempre foi bom aluno e gostou de estudar. Para ela, no entanto, não há relação entre o desinteresse do filho em procurar trabalho e seu empenho em estudar. Sua justificativa é que na época da sua juventude os jovens se interessavam mais em trabalhar, os de agora querem saber de ficar “atrás de pipa”, “nas custas das mães”. Pela idade que o filho tem acha que está difícil porque ele não começou a procurar mais cedo para ir adquirindo experiência. Márcia considera que “não adianta colocar no currículo que sabe mexer no computador ou que concluiu os estudos”, tem que ter trabalhado, o que conta é a experiência. E aponta que “até para trabalhar de lixeiro estão pedindo leitura”. Ela mesma não escolhe serviço para o filho: “o importante é a gente estar trabalhando direitinho, todo mês tendo aquele dinheirinho e pronto, eu não escolho serviço”. Preocupa-se mesmo é com “o sossego do Alessandro”, teme pela situação dele depois que ela morrer. Por isso pede a Deus que os filhos tenham trabalho e estudo. Mas o estudo é visto por ela apenas como uma ponte para o trabalho, não desempenharia outro papel importante.

ANEXOS

ANEXO A – Resultados da pesquisa com beneficiários do PBT: egressos (JUL/2004)

ANEXO B – Ficha de cadastramento da SDTS em papel

ANEXO C – Ficha de cadastramento da SDTS em formato eletrônico